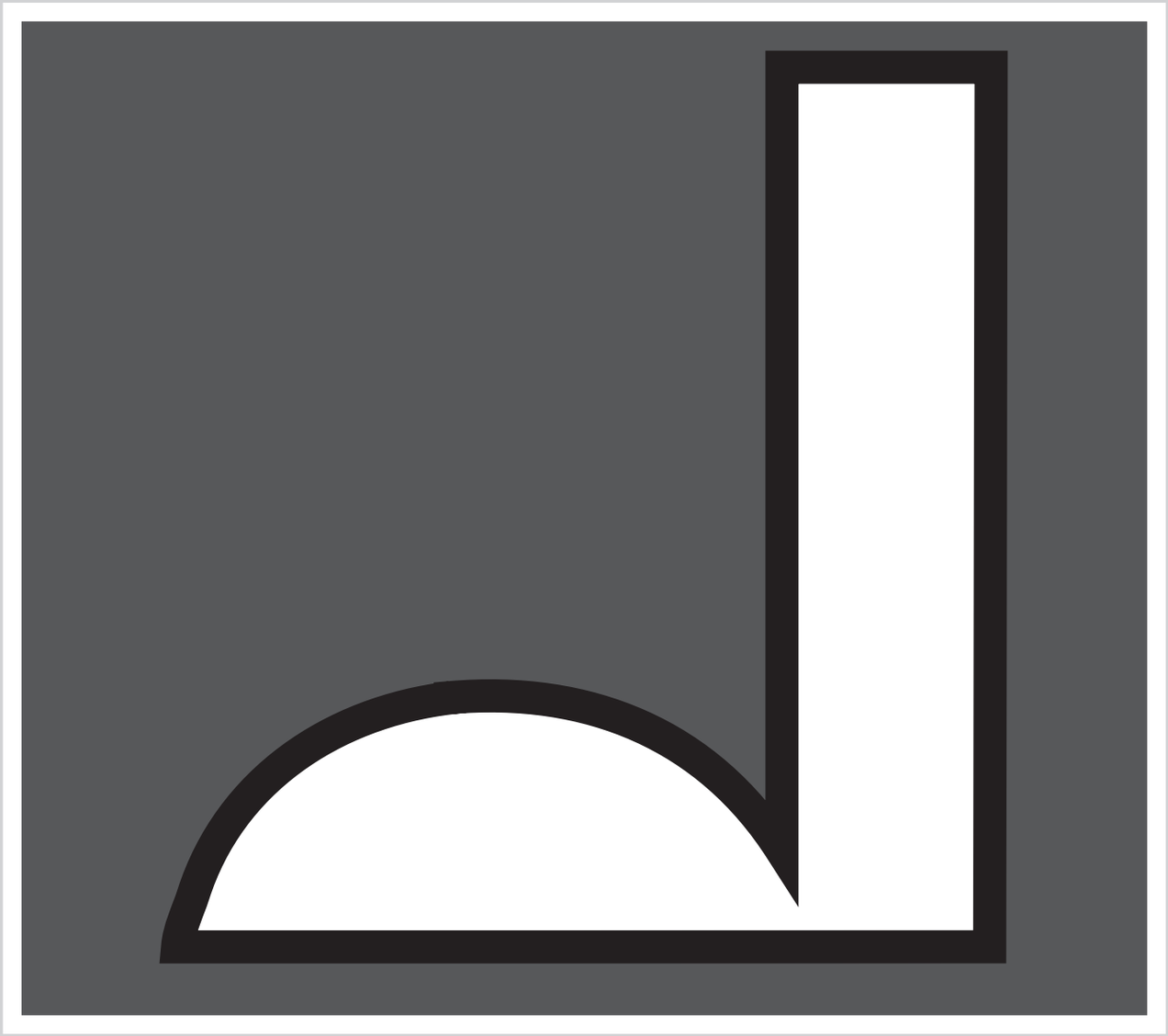
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 127 –TERÇA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 20
Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 2
Sérgio Petecão (84,87)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,60,85)

Líder do PV - 1
Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)
Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)

.....

Líder do PTB - 6
Gim (56,58,59)

Líder do PR - 6
Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Líder do PRB - 1
Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)

.....

Líder do PT - 12
Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4
Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PCdoB - 2
Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PCdoB
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 11
Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 4
José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (28,106)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 133ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 19 DE AGOSTO DE 2013 54747

1.1 – ABERTURA 54747

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar os 100 anos dos bois-bumbás Caprichoso e Garantido, nos termos dos Requerimentos nºs 218 e 545/2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores... 54747

1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pelo cantor Davi Assayag do Caprichoso

1.2.2 – Apresentação de desafio de improviso dos bois-bumbás Caprichoso e Garantido.. 54747

1.2.3 – Fala da Presidência (Senador Romero Jucá)..... 54747

1.2.4 – Oradores

Senadora Vanessa Grazziotin..... 54747

Senador Alfredo Nascimento..... 54751

Senadora Ana Amélia..... 54753

Senador Cristovam Buarque..... 54755

Sr. Átila Lins 54756

Sr. Carmona Oliveira, Vice-Prefeito do Município de Parintins-AM 54757

1.2.5 – Homenagens a integrantes das Associações Garantido e Caprichoso 54758

1.3 – ENCERRAMENTO 54758

2 – ATA DA 134ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE AGOSTO DE 2013 54759

2.1 – ABERTURA 54759

2.2 – EXPEDIENTE 54759

2.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 443/2010; 22/2011; 16, 35, 46, 49, 57, 59, 61, 62, 65, 71, 73, 74, 78, 83, 88, 92, 93, 104, 105 e 119/2013..... 54759

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 22/2013. 54760

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 52/2010; e do Projeto de Lei do Senado nº 130/2013. 54760

Término do prazo, em 17 do corrente, sem apresentação de projeto de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 609/2013. *Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria*..... 54761

2.2.2 – Mensagens da Presidente da República

Nº 72/2013-CN (nº 343/2013, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 6/2013-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 269.472.439,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica.* Estabelecimento de calendário de tramitação. 54761

Nº 73/2013-CN (nº 344/2013, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 7/2013-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 942.240.394,00 (novecentos e quarenta e dois milhões, duzentos e quarenta mil, trezentos e noventa e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*. Estabelecimento de calendário de tramitação. 54768

Nº 74/2013-CN (nº 345/2013, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 8/2013-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R$ 34.958.072,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, setenta e dois reais), para os fins que especifica*. Estabelecimento de calendário de tramitação. 54783

Nº 75/2013-CN (nº 349/2013, na origem), solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 5/2013-CN. **Deferido**. 54804

2.2.3 – Aviso do Presidente do Banco Central do Brasil

Nº 116/2013, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 376/2013, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. 54804

2.2.4 – Aviso do Ministro de Estado da Justiça

Nº 1.453/2013, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 575/2013, de autoria do Senador Jader Barbalho. 54804

2.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 334/2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que *dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências*..... 54804

2.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 922/2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça..... 54805

Nº 923/2013, de autoria do Senador Wellington Dias, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Lauro de Deus Nogueira Sobrinho..... 54806

2.2.7 – Comunicação

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de aprovação do Requerimento nº 74/2013-CRE, que requer a colocação de *banner,* na página institucional da Casa, para a divulgação da campanha "Nossa Amazônia – Diga NÃO à privatização do nome da Amazônia" **(Ofício nº 170/2013)**..... 54807

2.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR *PAULO PAIM* – Preocupação com a terceirização da relação trabalhista no País. 54807

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Manifestação favorável à adoção do Orçamento impositivo..... 54814

SENADOR *ALOYSIO NUNES FERREIRA* – Críticas à declaração do Ministro Gilberto Carvalho sobre a possível derrubada do veto presidencial a projeto de lei que acaba com a multa do FGTS em caso de demissão sem justa causa; e outros assuntos..... 54816

SENADOR *ALVARO DIAS* – Apoio à indicação de Rodrigo Janot para o cargo de Procurador-Geral da República; e outros assuntos. 54818

SENADORA *ANA AMÉLIA* – Preocupação com a instabilidade cambial no País; e outros assuntos. . 54822

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Críticas ao governo britânico pela detenção do brasileiro David Miranda sob a escusa de violação da lei antiterror inglesa; e outro assunto..... 54827

2.2.9 – Comunicação da Presidência

Adoção, pela Srª Presidente da República, em 14 de agosto de 2013, e publicação em 15 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 624/2013, que *abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 1.648.000.000,00, para os fins que especifica*. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 54830

2.2.10 – Mensagem da Presidente da República

Nº 81/2013 (nº 346/2013, na origem), que solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até U$ 45.270.000,00 (quarenta e cinco milhões e duzentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). 54830

2.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE*, como Líder – Críticas ao Governo Federal pela falta de apoio à equipe brasileira campeã da "Copa Social"..... 54831

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Homenagem ao ex-funcionário da ONU Sérgio Vieira de Mello, falecido em atentado terrorista ocorrido em Bagdá, em 2003. 54833

2.2.12 – Mensagens da Presidente da República

Nº 73/2013 (nº 335/2013, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia e, cumulativamente, junto à República da Letônia. ... 54850

Nº 74/2013 (nº 336/2013, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia e, cumulativamente, junto à República do Uzbequistão..... 54894

Nº 75/2013 (nº 337/2013, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e Outras Organizações Econômicas, com sede em Genebra..... 54938

Nº 76/2013 (nº 338/2013, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil ao Estado do Kuaite e, cumulativamente, junto ao Reino do Bareine. 54990

Nº 77/2013 (nº 339/2013, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia. 55025

Nº 78/2013 (nº 340/2013, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do

Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 55046

Nº 79/2013 (nº 341/2013, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. FLAVIO MAREGA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen. 55056

Nº 80/2013 (nº 342/2013, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Romênia. 55093

2.2.13 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.706/2013, que comunica a designação do Deputado André Moura para integrar a Comissão Mista destinada a emitir relatório sobre o Veto Parcial nº 26/2013, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 17/2013. 55114

2.2.14 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nº 42/2013 (nº 980/2013, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 2.085/2013, proferido nos autos do processo TC 025.352/2012-1, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 32/2012..... 55115

Nº 43/2013 (nº 983/2013, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 2.053/2013, proferido nos autos do processo TC 032.348/2012-6, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 40/2012. 55115

2.2.15 – Mensagem da Presidente da República

Nº 347/2013, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 129/2012, sancionado e transformado na Lei nº 12.853/2013. ... 55115

2.2.16 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 180/2013 (nº 910/2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Televisão Costa Branca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte*..... 55116

2.2.17 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 180/2013, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. *A matéria será apreciada terminativamente.* 55118

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se em 14 de outubro próximo, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o centenário de nascimento de Vinícius de Moraes. 55118

2.2.18 – Pareceres

Nºs 889 e 890/2013, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 391/2012..... 55118

Nº 891/2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 479/2011. 55127

Nºs 892 e 893/2013, das Comissões de Relação Exteriores e Defesa Nacional; e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 355/2012. 55134

Nºs 894 e 895/2013, das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 402/2012.... 55144

Nºs 896 e 897/2013, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 325/2010..... 55156

Nº 898/2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 208/2010..... 55171

2.2.19 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 391/2012, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário **(Ofício nº 201/2013-CAE)**. 55189

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 479/2011, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário **(Ofício nº 231/2013-CCJ)**. 55189

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 355 e 402/2012, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário **(Ofícios nºs 198 e 203/2013-CAE)**. 55189

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Lei do Senado nº 325/2010, cujos pareceres foram lidos anteriormente, a fim de ser declarado prejudicado **(Ofício nº 199/2013-CAE)**. ... 55190

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 208/2010, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário **(Ofício nº 200/2013-CAE)**. 55190

Término do prazo, em 17 do corrente, sem apresentação de projeto de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 608/2013. *Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria*. 55190

Término do prazo, ontem, sem apresentação de projeto de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 607/2013. *Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria*. 55190

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 55190

2.3 – ENCERRAMENTO 55190

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 55193

Bancadas dos Partidos 55194

Por ordem alfabética 55195

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 55196

5 – LIDERANÇAS 55197

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 55201

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 55203

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 55216

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 55224

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 55228

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 55234

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 55239

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 55249

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 55257

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura . 55266

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo 55272

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 55278

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 55282

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993) 55286

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993) 55287

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) 55288

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013) 55289

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005) 55289

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001) 55290

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009) 55292

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010) 55294

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010) 55296

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012) 55298

Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013) 55300

CONGRESSO NACIONAL

10 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) 55301

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008) 55308

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007) 55312

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999) 55313

Comissões Mistas Especiais 55314

11 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/ 1972) 55318

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) 55319

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011) 55320

Ata da 133ª Sessão, Especial, em 19 de agosto de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Romero Jucá, Alfredo Nascimento e da Srª Vanessa Grazziotin

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 31 minutos e encerra-se às 12 horas e 55 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB – RR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar os cem anos dos bois-bumbás Caprichoso e Garantido, nos termos dos **Requerimentos nºs 218 e 545, de 2013**, da Senadora Vanessa Grazziotin e de outros Srs. Senadores. Também assinaram o requerimento o Senador Alfredo Nascimento e o Senador Eduardo Braga.

Convido para compor a Mesa a signatária da sessão, que já está na Mesa, a Senadora Vanessa Grazziotin; o Senador Alfredo Nascimento, que também já compõe a Mesa; o Deputado Átila Lins, que também já compõe a Mesa.

Quero convidar o Vice-Prefeito de Parintins, o Sr. Carmona Oliveira.

Convido, também, o jornalista e Diretor Artístico do boi-bumbá Garantido, o Sr. Frederico Daniel Rolim Góes, representando nesse ato o Presidente da Associação, o Sr. Telo Pinto; e, também, a integrante do Conselho de Arte da Associação Folclórica boi-bumbá Caprichoso, Srª Larice Butel. (*Palmas.*)

Convido todos os presentes para, de pé, acompanharmos o Hino Nacional brasileiro, que será interpretado pelo cantor David Assayag.

Em seguida, acompanharemos a apresentação de um desafio, de improviso, dos versos alusivos à homenagem aos bois-bumbás Caprichoso e Garantido.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB – RR) – Agora, acompanharemos a apresentação de um desafio, de improviso, de versos alusivos à homenagem aos bois-bumbás Caprichoso e Garantido.

(Procede-se à apresentação de desafio de improviso dos bois-bumbás Caprichoso e Garantido.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB – RR) – Quero registrar, com muita satisfação, as ilustres presenças da Senadora Ana Amélia, do Senador João Durval e do Senador Cristovam Buarque.

Registro, também, a presença de autoridades, do Embaixador do Paquistão, Excelentíssimo Senhor Nasrullah Khan, e do Presidente da Associação do Desenvolvimento Humano Artístico Cultural (Adhas), Sr. Andreoni Pellinsky.

Registro, ainda, a presença do Deputado Chico Lopes; da Companhia de alunos do Colégio Militar de Brasília; e dos alunos da Escola Classe 111 de Samambaia Sul. (*Palmas*.)

Obrigado pela presença de todos os senhores e senhoras.

É com satisfação que nós realizamos aqui, no Senado Federal, esta sessão de homenagem. Quero registrar que, como Vice-Presidente, no exercício da Presidência, e como amazônida, como Senador de Roraima, tenho a consciência do que representa efetivamente esta solenidade, esta festa, este reconhecimento que não é só do Senado, mas também da Nação, ao evento, à cultura, a todo o esforço, à tradição e a esses cem anos de glória dos Bois Garantido e Caprichoso. Vocês transcendem o Estado do Amazonas. Vocês representam toda a Amazônia, o que há de melhor na nossa região para todo o Brasil e para todo o mundo.

Para mim, é um orgulho muito grande, como Senador de Roraima, pode estar presidindo hoje esta sessão e me unir a todos os Parlamentares, à Senadora Vanessa, ao Senador Eduardo, ao Senador Alfredo, ao Deputado Átila, a todos os Parlamentares da Região Amazônica, que homenageiam, sem dúvida nenhuma, este evento, que é um evento grandioso.

Considerando aberta a sessão e registrando essas palavras, eu passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, primeira subscritora do requerimento da sessão de homenagem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer muito ao Senador Romero Jucá, que passa a direção dos trabalhos, neste momento, ao Senador Alfredo Nascimento, também subscritor do requerimento da presente sessão solene em homenagem aos cem anos do Boi Caprichoso e do Boi Garantido.

Quero cumprimentar o Exmº Sr. Carmona Oliveira, Vice-Prefeito de Parintins, que aqui representa o Prefeito de Parintins, amigo de todos nós, companheiro Alexandre.

Quero cumprimentar o Deputado Átila Lins, que aqui está representando a Bancada Federal do Estado do Amazonas, e dizer que a presente sessão solene foi uma solicitação, um requerimento apresentado pelos três Senadores do Amazonas: Senador Alfredo, Senador Eduardo e eu. Infelizmente, o Senador Eduardo Braga aqui não está porque está representando a Bancada de Senadores, hoje, em Manaus, quando se realiza uma importantíssima reunião do conselho de Administração da Suframa, que contará com a presença do Presidente do Conselho, que é o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ministro Fernando Pimentel.

Então nós conversamos, acertamos, ficamos aqui no Senado eu e o Senador Alfredo Nascimento, e o Senador Eduardo Braga está lá, representando todos nós. E ele encaminhou, Presidente Romero Jucá, e eu passo à Mesa, um pronunciamento que faria no dia de hoje, caso aqui estivesse. Então eu encaminho à Mesa, para que insira nos *Anais,* o pronunciamento do Senador Eduardo Braga e as homenagens que ele faz a todos os integrantes do Boi Caprichoso, do Boi Garantido, de Parintins e de todo o Estado do Amazonas.

Eu quero cumprimentar o Sr. Frederico, que conheço de longa data e que aqui está representando o Boi Garantido. Seja muito bem-vindo. Quem conhece o Frederico, sabe da sua dedicação, não só aos bois. Ele não é conhecido como Frederico, mas como Fred, não é, Sr. Frederico? Quero agradecer a sua presença aqui no Senado Federal, assim como cumprimentar a Larissa, que representa – e representa muito bem – a direção do Boi Caprichoso nesta solenidade.

Quero cumprimentar todos os integrantes dos bois que aqui estão, cumprimentar todas as autoridades, cumprimentando Israel Paulain, que aqui está, e cumprimentando o David Assayag. Então, através dessas duas figuras, que são os cantores Paulain, do Garantido, e o nosso querido David, do Caprichoso, através de vocês, todos e todas recebam nossos cumprimentos e nossos abraços.

Mas, Sr. Presidente, o folclore é uma das expressões culturais que mais caracterizam um povo, uma nação. Não há dúvida quanto a isso. E o Brasil é rico em manifestações populares, manifestações que apresentam grande variedade, provenientes de muitos lugares, de muitos países, e aqui transformados e adaptados ao espírito do nosso povo. Penso que o folclore de Parintins, os bois-bumbás Caprichoso e Garantido representam, de forma fiel, esse espírito que carrega o povo brasileiro.

A festa de Parintins, que é no meu querido Estado do Amazonas, sem dúvida nenhuma é uma das maiores manifestações da cultura e do folclore brasileiro, reunindo todos os anos milhares de pessoas vindas de todos os cantos do mundo, para assistir esta que nós chamamos como uma verdadeira ópera a céu aberto. O festival folclórico, de origens notadamente ibéricas, chegou à Amazônia pelas mãos do migrante nordestino, que ali foi enfrentar o desafio de ser soldado da borracha, e que levou consigo os bois-bumbá e outros elementos do folclore.

Quando nós Senadores requeremos esta sessão solene especial, de homenagem, pensamos exatamente na devida homenagem que merece o Festival

Folclórico de Parintins, tanto do ponto de vista da valorização da cultura popular, elevada ao nível mais sublime da arte, quanto por situar a cidade amazonense de Parintins – pintadinha de vermelho e azul – no mapa turístico nacional e internacional.

Uma tradição que remonta há cem anos e que já se incorporou, definitivamente, no calendário nacional. É o que ocorre com a festa dos bois Garantido e Caprichoso, fundados por Lindolfo Monteverde e por Roque Cid, respectivamente.

Eu quero aqui prestar também as nossas homenagens, a homenagem do Senado Federal, a duas figuras que deixei para citar somente neste momento, as mais importantes desta sessão: Srª Maria do Carmo Monteverde, a quem peço que se levante, homenageada, no centenário, pelo Boi Garantido, porque é filha de Lindolfo Monteverde, fundador do Boi Garantido *(Palmas.)*; e também Srª Nelcina Cid, que foi homenageada, neste centenário, pelo Boi Caprichoso, a quem peço que se levante para que todos possam vê-la, neta do fundador do Boi Caprichoso, Roque Cid. *(Palmas.)*

Muito obrigada pela presença de vocês, que, assim como receberam a homenagem dos dois bois – Caprichoso e Garantido –, também estão recebendo, neste momento, a homenagem especial do Senado Federal.

O folclore é uma tradição, como disse, que remonta há um século. É importante, Sr. Presidente, Senador Alfredo, que o Senado se abra, que a população brasileira se abra à cultura, para que convivam mais de perto com essas expressões, com essas manifestações populares que fazem parte do dia a dia, do nosso cotidiano.

O Boi Caprichoso, na pequena amostra que nós aqui fizemos, enverga as cores azul e branca, sendo espécie de síntese da unidade cultural revelada pela

linguagem, pelos costumes, pela culinária, pela música e pela dança, além da religião – a grande festa popular!

O vermelho do Boi Garantido, fundado, como já dissemos aqui, por Lindolfo Monteverde quando tinha apenas onze anos de idade, usa as cores vermelha e branca e também, como o boi rival, guarda os atributos da tradição e da cultura popular amazonense.

Ao celebrarmos esse centenário da existência dos dois bois-bumbá, em uma sessão solene, queremos com isso mostrar a força da tradição e, ao mesmo tempo, evidenciar a matéria original de que se constrói o nosso País.

A festa de Parintins é um épico que revela o povoamento e a fundação da Amazônia, ao mesmo tempo em que demonstra como uma tradição de matriz múltipla, como o bumba-meu-boi, pôde desenvolver-se em busca da novidade e da invenção. Ao bumba-meu-boi do Nordeste juntaram-se elementos indígenas e daí surgiu o boi-bumbá de Parintins.

Nas últimas décadas – pelo menos desde 1965 –, o festival folclórico é a festa popular de maior expressão entre os amazônidas. Embora tenha começado sem o alcance de hoje, a festa de Parintins sempre movimentou o espírito alegre das pessoas, tanto quanto agora movimenta a economia do turismo local.

Parintins, que fica a pouco mais de quatrocentos quilômetros da capital Manaus, situada numa ilha do Rio Amazonas, denominada de Ilha Tupinambarana, é a sede desse espetáculo popular maravilhoso, que se apresenta como uma competição entre facções rivais, a azul e a vermelha, o Boi Caprichoso e o Boi Garantido.

O duelo, na dança e na música, embala as torcidas por três dias. O Festival de Parintins vem se renovando a cada ano sem perder suas características folclóricas originárias, agora tratadas e retrabalhadas de um ponto de vista cênico mais abrangente. Transformou-se, pois, em espetáculo de alcance nacional e internacional, assim como o carnaval carioca, com lugar certo na mídia não somente nacional, mas na mídia internacional.

Aqui eu quero dizer ao Fred, à Larissa, ao Prefeito Carmona, que aqui representa a prefeitura, que é um orgulho muito grande de todos nós, não só amazonenses, mas amazônidas, de ver que, na transmissão ao vivo do carnaval do Rio de Janeiro, Senador Durval, muitas vezes Parintins é citada, porque muitas das alegorias desenvolvidas pelas várias escolas de samba do Rio de Janeiro vêm de Parintins, graças a uma capacidade criativa. Uma capacidade que intriga todos nós de como Parintins, uma cidade que tem em torno de 100 mil habitantes, concentra naquele espaço, naquela ilha pequena, mas bela, tanta gente com tanta habilidade, com tanta capacidade artística.

Então, esse é um orgulho não só dos amazônidas, mas de todos nós, brasileiros, porque Parintins não apenas se reinventou; Parintins reinventou também o carnaval brasileiro. Então, isso é motivo de muito orgulho para todos nós.

Como eu aqui já disse, são três dias de festas em que a Amazônia brasileira brinca e dança em um dos espetáculos mais coloridos e vibrantes que se conhece. O folclore aparece em toda sua pujança, aliado ao misticismo, à ecologia e à magia da Região Amazônica.

Quando eu falo de ecologia, quando eu falo de magia, quando eu falo de misticismo, quando eu falo de tradição nordestina, de tradição indigena, Senador Cristóvam, Senadora Ana Amélia, eu estou aqui falando de um elemento que abraçaram com muita força os dois bois, que é a defesa do meio ambiente, a defesa da Floresta Amazônica. Não há um ano no festival cujas músicas não tenham como característica maior a defesa da nossa tradição, da nossa cultura e, principalmente, da nossa natureza.

As apresentações dos bois são alternadas, a cada dia, de duas a duas horas e meia cada uma. Os dois bois se apresentam em três noites e com apresentações difefentes. Mas não são só apresentações. É um verdadeiro teatro, é uma verdadeira ópera que se apresenta, representando as tradições da nossa querida gente da Amazônia.

Quem já foi a Parintins, quem já teve a alegria de ir a Parintins para assistir a esse espetáculo democrático, sabe exatamente do que nós estamos falando aqui. A cidade toda, não apenas na hora da apresentação, é tomada por muita gente. Cerca de cem mil pessoas, a cada ano, vão para Parintins não só para assitir, mas para viver, talvez, a maior emoção cultural e tradicional da Amazônia brasileira, que acontece todo mês de junho no nosso querido Estado.

Os mais de três mil participantes de cada boi são conduzidos pelo narrador apresentador e pelos mais de quatrocentos músicos que celebram a força das batidas preferidas de cada boi, em cerca de 15 a 22 toadas, algumas das quais buscam imitar sons da floresta e cantos de pássaros.

As duas agremiações são rivais. Nós vimos aqui, no breve desafio feito. Elas são rivais, mas se respeitam, e apresentação de um boi na arena, que nós chamamos de Bumbódromo, não é em momento nenhum inibida pela torcida rival. A torcida, nós chamamos de “galera”. Há mesmo um dito popular de que “ama-se um boi e admira-se o outro”. Lá nós seguimos exatamente esse ditado. Amamos um boi, mas não deixamos de admirar o outro boi, demonstrando a atmosfera de cordialidade que permeia os festejos. Vale lembrar que o bumbódromo se localiza no centro, no coração da cidade de Parintins.

A torcida, lá, nós chamamos de galera. Há mesmo um dito popular segundo o qual – abro aspas – "ama-se um boi, mas admira-se o outro boi". Nós seguimos exatamente esse ditado. Amamos um boi, mas não deixamos de admirar o outro boi, demonstrando a atmosfera de cordialidade que permeia os festejos.

Vale lembrar que o bumbódromo se localiza no centro, no coração da cidade de Parintins. Neste ano, o bumbódromo foi reinaugurado, porque não só foi ampliado, mas foi construído praticamente outro. Fora da festa, ele se transforma em uma escola, não só em uma escola tradicional, mas também em uma escola de artes. E, naquele local, também são abrigados vários órgãos, organismos, entidades do Poder Público ou não, que prestam serviço social, Senador Cristovam. Então, é um bumbódromo que serve à cultura, mas que serve à cidade de Parintins, ao povo de Parintins.

Um aspecto de relevo que eu também levanto aqui é a lisura na escolha do campeão. Todo ano, são escolhidos pelos dois bois jurados que vêm de muito longe, vêm de fora, são estudiosos da cultura brasileira, estudiosos – Senador Agripino, que acaba de chegar, muito obrigada pela presença – da nossa cultura, não só a amazônica, mas da cultura do Brasil como um todo.

Então, homenagear os bois de Parintins, para mim, é uma alegria muito grande. Há dez anos, nós estávamos, toda a Bancada Federal, Deputados e Senadores, no plenário da Câmara, homenageando os 90 anos – não é, Deputado Átila? – dos bumbás Caprichoso e Garantido, e agora estamos aqui homenageando os cem anos. Cem anos! Eu, infelizmente, não poderei estar na homenagem dos 200 anos que, sem dúvida nenhuma, sei que haverá. Não sei se será no plenário do Senado ou no plenário da Câmara, mas sei que haverá e que será muito maior do que esta que estamos vivendo hoje, porque grandiosos são os dois bois, os dois bumbás, Caprichoso e Garantido; grandiosa é a festa de Parintins, que começou muito pequenininha, na rua, e que hoje é motivo de orgulho, não só para a Amazônia, mas para o Brasil como um todo.

Então, é uma alegria muito grande, nossa, da Bancada de Senadores do Amazonas, dos Deputados Federais, estarmos aqui homenageando, mas tenho certeza de que é um orgulho também para todos os demais Parlamentares de todos os outros Estados do Brasil, que reconhecem no Caprichoso e no Garantido, no Festival Folclórico de Parintins uma verdadeira manifestação do povo brasileiro.

Então, parabéns a vocês que construíram, que conquistaram esse espaço que nós temos hoje! Muito obrigada!

Eu concedo, se a presidência me permite, um aparte ao Senador Agripino.

O Sr. José Agripino (Bloco Minoria/DEM – RN) – Eu gostaria, Senadora Vanessa, não sei se é regimental ou não numa sessão de homenagem, e não poderia deixar de manifestar a minha opinião sobre a homenagem que se presta no Senado da República ao centenário da festa do Caprichoso e do Garantido, que eu tive oportunidade de conhecer, de ver. Eu acho que a Amazônia, ou o Amazonas tem algumas marcas que projetam o Estado para o mundo inteiro. Há muitas marcas interessantes: o guaraná do Amazonas, a Floresta Amazônica, o Rio Amazonas, a Zona Franca de Manaus, que é uma novidade, mas há uma coisa que é indelével, que é a cultura local. Eu vejo este plenário cheio de figuras que não são normais nas ruas do Brasil: são jovens, são homens e mulheres de cocar, são pessoas com indumentária típica que fazem a figura de uma coisa que é autóctone. Eu não sei se V. Exª, Senadora Vanessa, já teve a oportunidade de verificar, por exemplo, na obra de Picasso, a marca que Picasso deixou entrar, a única marca que ele deixou entrar na sua obra maravilhosa, é a autóctone arte africana: o formato do olho e a boca da arte africana, que é muito menos importante no plano do *marketing* internacional do que a obra de Picasso. Mas veja como a coisa genuína, como ela é forte, como é forte essa manifestação de cultura do Amazonas, cujo símbolo maior eu acho que é a Festa de Parintins, onde eu estive este ano. Tive a alegria de, por convite do Prefeito em Manaus, o ex-Senador Arthur Virgílio, que é meu amigo pessoal, um homem por quem eu tenho muito respeito, como tenho por V. Exª, por Alfredo Nascimento, pelos Parlamentares do Amazonas, eu tive a oportunidade de fazer a viagem de Manaus até Parintins de barco, vendo uma coisa que é um privilégio, e depois ver numa noite o espetáculo de Parintins, uma coisa que é quase inacreditável estar aquilo acontecendo numa ilha fluvial chamada Parintins, no meio do Rio Amazonas. De uma riqueza de detalhes, de uma qualidade plástica e musical absolutamente impressionante. Produto de quê? Da manifestação do íntimo de um povo, que é o povo da Amazônia, que se revela em Parintins, na Festa de Parintins, nos bois, que, ao longo de anos e anos e anos, foi se sofisticando, com as alegorias, com os guindastes que descem os bois, com os balões que fazem descer os bois, numa coisa digna de Hollywood, digna de Las Vegas e que está numa ilha fluvial do Amazonas. É a força da arte e da cultura. Eu só encontro esta explicação: é a força da arte e da cultura, vestida pelo amor que as autoridades têm pelo Estado do Amazonas. Aqui eu quero reverenciar, cumprimentar V. Exª pela iniciativa desta homenagem, que é meritória, – esse é um marco na vida parlamentar de V. Exª – e cumprimentar o Estado

do Amazonas e esse povo querido aqui presente, para homenagear, no centenário do Boi Garantido e do Boi Caprichoso, a cidade de Parintins e uma das coisas mais legítimas, que é a cultura popular do Brasil em Parintins, no Estado do Amazonas. Cumprimentos a V. Exª. (*Palmas.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu o agradeço, Senador Agripino, a V. Exª pelo aparte.

Quero dizer o seguinte: as personagens – V. Exª teve a oportunidade, levado que foi pelo atual Prefeito de Manaus, ex-Senador da República pelo Estado do Amazonas, uma pessoa que também quer muito bem a Parintins e ajuda muito Parintins e o festival –, as representações do festival, dos bois são feitos exatamente pelo Amo do Boi; pelo Tripa do Boi, que nós vimos aqui; pela Sinhazinha; pelo Porta-Estandarte; e pela Cunhã-Poranga, além de outras personalidades. O que é isso senão a junção da cultura indígena com a cultura nordestina, do nordeste de V. Exª, que vem lá do Rio Grande do Norte, que já foi governador daquele Estado?

V. Exª deve ter ficado muito emocionado, como nós ficamos também, quando viu que os povos indígenas, juntando-se aos migrantes nordestinos, criaram, desenvolveram e, cada vez, como eu disse aqui, sem perder a sua originalidade e a sua tradição, desenvolvem a cada ano e fazem um festival maravilhoso para o Brasil e para o mundo inteiro. Então, muito obrigada pela presença e pelo aparte de V. Exª, Senador Agripino.

Eu encerro aqui dizendo que desejo vida longa aos bois, Caprichoso e Garantido. Parabéns por vocês darem esse presente ao Amazonas, à Amazônia e ao Brasil como um todo!

Muito obrigada! (*Palmas.*)

O Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alfredo Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR – AM) – Passo a presidência dos trabalhos à Senadora Vanessa.

O Sr. Alfredo Nascimento deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – O Senador passou a direção dos trabalhos para mim, exatamente porque fará uso da palavra neste momento.

Apenas corrigindo, esta sessão, mais vez levantando, é uma sessão solene que foi convocada, requerida pelos três Senadores do Estado do Amazonas.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Alfredo Nascimento, que é o Líder do PR, também presidente nacional do seu partido e Senador pelo Amazonas.

Coma palavra, V. Exª.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senadora Vanessa. Quero cumprimentá-la e cumprimentar o Deputado Átila Lins, que representa a Câmara dos Deputados nesta solenidade. Quero cumprimentar o Vice-Prefeito de Parintins, Carmona Oliveira, que representa a cidade de Parintins; o jornalista e diretor artístico da Associação Folclórica Boi-Bumbá Garantido, Frederico Daniel Rolim Góes, representando o Presidente da Associação, Sr. Otelo Pinto; quero saudar integrantes do Conselho de Arte da Associação Folclórica Boi-Bumbá Caprichoso, Srª Larice Butel, e meus companheiros, Senador João Durval, Senador Agripino Maia, Senador Cristovam Buarque e Senadora Ana Amélia.

O testemunho dado por V. Exª, Senador Agripino, dispensa qualquer comentário a respeito dessa festa. Eu me lembro que, no ano de 1996, recém eleito Prefeito de Manaus, pela primeira vez, eu fui assistir a festa do Carnatal em nossa terra, Rio Grande do Norte, em Natal. Fui cumprimentado por V. Exª e outros Parlamentares do Estado por ter sido eleito Prefeito da cidade de Manaus. Fui cumprimentado por todos e procurado por um jornalista que me perguntou o seguinte: "O senhor agora, como Prefeito de Manaus, vai fazer o Carmanaus?" Eu disse: "Manaus não tem a tradição do Carnaval. Manaus tem um ritmo muito forte, oriundo da cidade de Parintins, do Boi-Bumbá Caprichoso e do Boi-Bumbá Garantido. Quando se tentou fazer Carnaval fora de época, lá não funcionou." O jornalista me disse: "Por que o senhor não faz um boi fora de época?" Eu tive a oportunidade, graças a Deus, de dar a contribuição à cultura do meu Estado, pois isso já faz parte do calendário cultural da cidade de Manaus, de criar o Boi Manaus. O Boi Manaus é nosso Carnaval fora de época. Essa é uma demonstração da força que tem o boi-bumbá, o boi de Parintins em nosso Estado.

A força é tamanha, Vanessa, que você disse que não vai estar aqui nos 200 anos e eu, com certeza, estarei aqui, comemorando os 200 anos do Festival Folclórico de Parintins.

Então, Senador Agripino, muito obrigado por suas palavras. Suas palavras são o testemunho da realidade, do que ocorre, realmente, naquela ilha fluvial, naquela ilha famosa pela cultura dos bois, Garantido e Caprichoso.

Há mais de 30 anos, eu escolhi o Estado do Amazonas para viver. Naquela época, me entusiasmava e encantava a exuberância da sua natureza e a diversidade do seu povo. Esse sentimento me acompanha até hoje, quando navego em seus rios, quando desfruto da sua gastronomia, quando vejo a garra de nossa gente e, especialmente, quando contemplo nossas expressões culturais.

O Estado do Amazonas comporta uma diversidade cultural vigorosa, que é fundamental para o conjunto da cultura brasileira.

A formação étnica do amazonense é um maravilhoso *mix* de elementos indígenas e fortes influências africanas e europeias, e é dessa mistura que vêm a efervescência e a originalidade do povo amazonense e de nossa cultura popular. É essa exuberância e originalidade que nos reúne aqui, hoje, para celebrar o centenário dos bois-bumbas Caprichoso e Garantido.

Símbolos de uma das maiores festas do Amazonas – o Festival Folclórico de Parintins –, os nossos queridos bois são motivo de orgulho para todos nós, respeitados e reconhecidos no mundo todo como uma expressão autêntica da cultura brasileira.

No momento em que celebramos o centenário dos bumbás, quero fazer uma homenagem sincera à população da cidade de Parintins, guardiã de uma das maiores riquezas culturais do Brasil e anfitriã de uma de nossas mais bonitas festas: a dos nossos bois centenários, Caprichoso e Garantido, que recebem esta justa homenagem no Senado Federal.

Todos os anos, a população de Parintins abre seus braços para receber todos nós, que saímos de diversas partes do Amazonas e do Brasil para desfrutar da alegria dessa festa, e também os muitos turistas estrangeiros que vão à cidade especialmente para a festa.

Ao longo dos anos, Parintins cresceu com o festival e conquistou seu lugar no mapa cultural brasileiro e mundial, recebendo turistas de diversos pontos do Planeta.

Garantido e Caprichoso – eis duas das grandes paixões do povo amazonense.

A grandiosidade e beleza dos bois-bumbas nada mais são que uma releitura da riqueza da Amazônia e de seu povo de essência simples, mas de alma ousada; cuja capacidade criativa e de encantamento foi capaz de criar um dos maiores espetaculos a céu aberto do mundo. Por essa razão, tenho a traquilidade em afirmar que os nossos bois, Caprichoso e Garantido, são uma representação legítima da história do nosso Amazonas, acompanhando o desenvolvimento de nossa gente e de nosso Estado.

Srª Presidenta, a importância do festival folclórico de Parintins, transmitida nas figuras dos bois Caprichoso e Garantido, supera o aspecto cultural. Com o passar dos anos, sua consolidação e expansão passaram a ter importância fundamental para a economia do Estado do Amazonas e da cidade de Parintins, em especial, o duelo dos bois Caprichoso e Garantido, que recentemente completou 100 anos, é um evento capaz de arrastar milhares de turistas a cada edição, estimulando o desenvolvimento da região e fomentando o turismo no Estado, que encontra-se em franca expansão, principalmente pela vinda de turistas estrangeiros.

Para que se tenha uma ideia, cada edição do festival injeta, em média, mais de R$60 milhões na economia do Amazonas. Nem mesmo as recentes crises na economia mundial e tampouco as enchentes na região interferiram no sucesso do festival.

No momento em que uno minha voz a essa homenagem maravilhosa, não posso deixar de reconhecer problemas que tornam a realização do festival de Parintins, muitas vezes, uma saga. O Poder Público precisa ampliar o apoio ao Município para favorecer um desempenho cada vez melhor. Falo de melhorias na infraestrutura e logística de Parintins, no apoio aos setores de serviços e turismo, essenciais para oferecer um atendimento adequado ao turista e minimizar os transtornos para o morador da cidade.

A grandeza do evento deve servir de estímulo permanente para a implantação de políticas públicas e investimentos cada vez mais voltados para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável do Amazonas. Esse deve ser um compromisso dos governos estadual e municipal, mas também nosso, legítimos representantes do povo do Amazonas, nesse Senado Federal e no Congresso Nacional. Eu estarei aqui, e tenho certeza de que também meus colegas de bancada, para apoiar todas as iniciativas que sustentem e favoreçam a consolidação e a ampliação de nossa cultura e o nosso foclore.

Aos bois Caprichoso e Garantido – e a todas as pessoas, profissionais de todas as categorias, músicos, bailarinos e agentes públicos de todas as instâncias, que contribuíram, ao longo desses cem anos, para a sua criação e realização – deixo minha singela homenagem.

É com grande honra que participo desta sessão especial para comemorar o centenário de muita história, de muita tradição e alegria, representadas pelo vermelho e pelo azul que cobrem o nosso Estado, a nossa bandeira e os corações de todos os amazonenses.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Cumprimentamos o Senador Alfredo Nascimento pela sua exposição.

Dando sequência à lista de oradores, chamamos, com muita alegria, para usar da palavra a Senadora Ana Amélia, que, muito embora Senadora pelo Estado do Rio Grande do Sul, fez questão de aqui estar para também participar desta singela homenagem que o Senado faz ao centenário do folclore do Amazonas, de Parintins, dos bois-bumbá Caprichoso e Garantido.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cara Senadora Vanessa Grazziotin, que preside esta sessão; caro Senador Alfredo Nascimento; Deputado Átila Lins; caro Vice-Prefeito de Parintins, Carmona Oliveira; caro jornalista e diretor artístico da Associação Folclórica Boi-Bumbá Garantido, Frederico Daniel Rolim de Góes – daqui a pouco vou até ler um texto seu, porque fiquei encantada com ele –, que representa, neste ato, o presidente da Associação Telo Pinto; e a integrante do Conselho da Arte da Associação Folclórica Boi-Bumbá Caprichoso, Larice Butel. É bom que as mulheres estejam também participando ativamente desse processo!

Saúdo o Senador Cristovam Buarque, o Senador José Agripino e o Senador Romero Jucá, que esteve aqui.

Mas como uma Senadora do Rio Grande do Sul, lá do outro extremo do Brasil, vem aqui se meter em uma festa de Parintins, uma festa do Amazonas, Senador Alfredo Nascimento? Acontece que a festa de Parintins, a festa do Boi Caprichoso e do Boi Garantido não é mais apenas uma festa e um patrimônio de Parintins, um patrimônio do Estado do Amazonas; é um patrimônio do Norte, é um patrimônio do meu Estado do Rio Grande, porque é patrimônio brasileiro, com esse valor, com essa extraordinária capacidade de se mostrar ao mundo e ao País.

O meu sonho, vou dizer, é conhecer Parintins, porque quem não chega lá... (*Palmas.*)

Os chineses têm uma grande frase que revela muito do que significa isso. Os chineses, com a sua sabedoria milenar, dizem o seguinte: "Ver uma vez vale mais do que ler mil vezes". Então, por mais que se fale, que se vejam as fotos nessas maravilhosas revistas do Caprichoso e do Garantido, por mais que acessemos a Internet, vejamos as imagens e ouçamos a música, vejamos as cores, não conseguimos o principal: o contato com a gente que faz essa riqueza chamada Festa de Parintins, a gente de Parintins, os sons, os cheiros e os sabores, que são intocáveis pela Internet, ou seja, não podemos ter acesso a isso que faz parte fundamental desse patrimônio.

Assim, queria cumprimentar a Senadora Vanessa e os demais Senadores do Estado do Amazonas por terem feito essa homenagem, no dia de hoje, ao centenário dessas duas grandes instituições.

A tradição desse interior amazonense, o Festival de Parintins, é, hoje, um dos maiores festejos populares do nosso País. Estimativa da Amazonastur mostra que o evento leva, por ano, mais de 70 mil turistas a Parintins que fica a quase, como disse a Senadora Vanessa, 400 quilômetros da capital Manaus, ou seja, no coração amazonense.

Esse Festival tem a sua história representada pelos grupos do Boi-Bumbá, divididos entre os currais do Boi Garantido, de coração vermelho – e que aqui deram uma grande demonstração de habilidade e de beleza – e o do Boi Caprichoso, da estrela azul. É fácil identificar, nas apresentações, componentes de várias culturas, como a ibérica e a árabe. No entanto, a cultura indígena, é característica predominante para a maior festa popular amazônica. Estão aqui os representantes deste povo indígena tão bem enfeitados com seus adornos que, então, identificam essa região.

Os Bois de Parintins, Caprichoso e Garantido, existem desde 1913 – estamos, portanto, comemorando o seu centenário –, mas o festival só se tornou competição em 1966. O Bumbódromo de Parintins é dividido em duas partes rigorosamente iguais para as torcidas do Caprichoso e do Garantido.

E eu, como disse, fiquei encantada com o texto do Fred Góes nessa magnífica revista que vocês receberam, que fala dos cem anos. Eu sublinhei:

> *O folclore [escreveu ele] é a vida do povo, é o povo mostrando, com simplicidade, sua evolução, sua revolução pelo saber popular. E não tem quem segure essa revolução de preto, de branco e de índio, que, ao longo da história, solidificam a miscigenação e a transfiguração cultural do nosso Planeta.*
>
> *Cem anos de glória do Boi Garantido, cem anos de história de sua criação pelas mãos de um menino chamado Lindolfo, um mestiço de branco, de negro, de índio, que tomou para si o papel principal de fazer desse boi a maior expressão de um povo, que fez dessa brincadeira, sua bandeira de resistência, sua revolução cultural. Cem anos de Garantido da Baixa do São José, onde índios e negros fizeram trincheira defendendo a cultura de seus ancestrais, um legado de glória dessa brincadeira de um boi que nasceu de um "curuatá" e ganhou movimento nas mãos do menino Lindolfo, que lhe deu vida em um boi de veludo, cipó, sarrapilha e um coração na testa. Cem anos de um sonho que se tornou identidade cultural não só de Parintins ou do Amazonas, mas de toda a Amazônia brasileira*.

E, como eu não vou ficar com o meu coração partido – não sou louca – numa festa em que os dois têm força igual, encontrei, da Márcia Baranda, a Presidente do Boi Caprichoso, um texto que reflete, aqui, a força dos azuis:

> *O sentimento que nos leva a trilhar os caminhos memoráveis da história centenária de nosso Boi é o mesmo que nos leva à compreensão de uma paixão que nasceu e cresceu sob o brilho dos seus personagens que tiveram a ousadia de construí-la. "O Centenário de uma Paixão" não é apenas o sentir, mas o porquê sentir. Nessa jornada, uma legião de homens e mulheres se revezou na arte de interpretar o sonho de Roque e Cid, fundador do Boi Caprichoso. Fazer dessa brincadeira de Boi patrimônio cultural do povo de Parintins. E o sonho virou um dever; e o dever, um prazer. Aos olhos do mundo, brilhou a estrela de Parintins, ao revelar a diversidade da Amazônia, com suas crenças e lendas, ritos e mitos, danças e festanças. Aos olhos da floresta, brilhou a estrela do Boi Caprichoso, ao preservar com dinamismo os fundamentos desse folguedo, como sentinela, as transformações do tempo. Fortalecido na promessa de um retirante nordestino conhecedor da escassez do sertão e da desilusão da borracha, nasceu o Boi Caprichoso para balançar as estruturas da velha Tupinambarana, projetando uma identidade cultural que enriquece a nossa história. Nos terreiros do esconde, sob o clarão das lamparinas, lá estava o Mestre Roque, junto com a rapaziada, ensaiando os primeiros versos, os primeiros acordes, as primeiras toadas. Sob o clarão do luar, lá estava o mesmo Roque, unindo o azul com o branco, decretando as cores de uma nova paixão.*

Esses textos refletem muito bem a grandeza, a criatividade e o talento de todos que estão fazendo dessa festa um orgulho brasileiro.

Em 2013, um novo Bumbódromo foi inaugurado. O espaço foi criado ali para receber melhor os turistas e garantir a qualidade da apresentação.

O Garantido foi o vencedor da edição deste ano de 2013.

Tamanha a importância e o destaque dessa festa que, desde 26 de junho deste ano, os bumbás Caprichoso e Garantido são patrimônio cultural do Amazonas.

Essa medida veio para ajudar a divulgar o complexo cultural dos bumbás de Parintins, popularizar o conhecimento dessa tradição e articular, juntamente com os diferentes setores da sociedade, ações necessárias à salvaguarda desse patrimônio.

Mas veja só, Senadora Vanessa Grazziotin; veja só, Senador Alfredo Nascimento, este Brasil é tão grande, é tão especial, é tão surpreendente que lá naquele meu Estado, no longínquo Rio Grande, distante alguns mil quilômetros de Parintins, distante milhares de quilômetros do Norte brasileiro, de Parintins, lá onde há o boi-bumbá, onde há o Caprichoso e o Garantido, no Vale do Rio Pardo, uma região bem no coração do Rio Grande, nós também temos um boi-bumbá.

A tradição, a festividade do bumba meu boi está ali incrustada há 152 anos. Foi resgatada no Município de Encruzilhada do Sul, há mais de quatro décadas, por Firmino Silveira e pelo historiador Humberto Fossa.

Desde lá, o conhecido mestre Firmino, falecido em 2007, comandou a festa por 40 anos. Em 2004, o mestre recebeu o troféu Cultura Gaúcha em reconhecimento à sua contribuição à cultura do Estado.

Atualmente, o técnico em segurança do trabalho Diogo Silveira Kucharski é um dos responsáveis por manter a tradição viva nessa cidade. Kucharski é neto de Firmino da Luz Silveira.

Diogo conta que, graças ao seu avô, que, quando criança, brincava com o boi, e ao pesquisador Humberto Fossa, essa tradição não se perdeu no Estado. O folguedo do bumba meu boi é uma herança trazida a todos os Municípios povoados por açorianos, como os do Vale do Rio Pardo, onde Encruzilhada do Sul está localizada.

Firmino Silveira cresceu acompanhando desde pequeno a brincadeira nas ruas, após o carnaval, que é muito representativo nesse Município. Depois de adulto, viu a tradição ser esquecida e, para impedir que ela fosse definitivamente perdida, decidiu fazer o boi renascer. Por isso, seu nome jamais será esquecido na história cultural do nosso Rio Grande do Sul – conta o ex-Diretor do Departamento de Cultura de Encruzilhada do Sul, Volny Carvalho da Silva.

Hoje a Prefeita é uma mulher, Laise Krusser, do PDT do Senador Cristovam Buarque e, tradicionalmente, a festa do bumba meu boi gaúcho ocorre no final do mês de junho, mas, em Encruzilhada do Sul, é realizada no primeiro sábado após o carnaval. Ela foi oficializada pela Prefeitura Municipal em 13 de fevereiro de 1991 e essa festividade faz parte do calendário oficial de eventos de Encruzilhada do Sul, e é uma das comemorações mais populares do Município e da região.

A farra do boi, como é conhecida pelos gaúchos, é um pouco diferente das típicas festas do Norte, como a de Parintins que estamos festejando agora, e do Nordeste. Lá, no Rio Grande, a festa do bumba possui um único boi, o qual é feito com uma armação de varas de

ferro, coberta de tecidos e alguns adereços. A cabeça é constituída de uma autêntica caveira de boi, forrada de tecido e os chifres, também originais, levam fitas, guizos e cincerros de bronze para fazer muito barulho.

Aqui, o Garantido e o Caprichoso não fizeram barulho, mas mostraram uma leveza e uma beleza estética no seu formato e na sua alegria que nos encantaram a todos. Mas, como eu disse, repetindo os chineses, ver uma vez vale mais que ver mil vezes. Por isso, meu sonho é, um dia, chegar a Parintins e conhecer essa festa que já centenária, mas que está, já, no coração de todos os brasileiros.

Parabéns ao boi Garantido!

Parabéns ao boi Caprichoso!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia. E não é por falta de convite. A Bancada toda do Amazonas tem, a cada ano, convidado a Senadora para que esteja lá. Logo mais, o Prefeito, representando nosso Vice-Prefeito, fará pessoalmente o convite, assim como os representantes dos dois bois, Senadora.

Eu convido, agora, para fazer uso da palavra, o Senador Cristovam, comunicando a todos que, após o Senador Cristovam, falará, representando a Bancada de Deputados Federais e a Câmara Federal, Deputado Átila Lins. Na sequência, falará o Vice-Prefeito, que representando os dois bois, inclusive, e, aí, iremos para a abertura da nossa exposição, uma singela exposição de fotografias aqui, no espaço do Salão Branco.

Com a palavra, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Vanessa, demais Senadores, Senadoras, todos aqui que representam essa grande festa, cito o Senador Nascimento, que representa o Estado, eu não tenho, no meu acúmulo de emoções, a vivência dos dias da festa de Parintins. Eu espero viver isto em algum momento no futuro. Mas, desde longe, como pernambucano, do frevo, e como brasiliense que aqui teve durante anos e anos o nosso Teodoro, que levou adiante e manteve viva a festa muito parecida, embora pequenininha, do boi-bumbá, quero falar a vocês sobretudo dos heróis Lindolfo, Roque e o Teodoro, o nosso Teodoro do Bumba meu boi, porque esses heróis, Senadora Vanessa, mantém viva a alma do povo.

Um povo tem um corpo e uma alma como as pessoas. O corpo é a economia que vocês, inclusive, ajudam a dinamizar, e a alma é a cultura. A cultura de um povo é que dá alma ao povo, não é o Produto Interno Bruto, não é a produção material. Tudo isso é importante para fortalecer, viabilizar e permitir que a alma se realize. E a alma é a cultura. A alma de um povo é a sua cultura.

Temos dois tipos de cultura, embora a gente possa dizer que seja uma só. Temos a cultura clássica, herdada do mundo inteiro, a cultura de sermos seres humanos. E temos a cultura local, a cultura popular, a cultura de sermos brasileiros, de sermos do Estado do Amazonas, do Estado do Pará, de cada Estado e até de cada cidade.

Estou aqui para agradecer que tenhamos tido pessoas como esses heróis, que fazem com que a alma do povo brasileiro fique viva, pela manifestação cultural da arte popular.

Falei desses três nomes, dois de lá e um daqui, o maranhense Teodoro, mas que ficou toda a sua vida, desde muito jovem, no Distrito Federal, porém, quero aqui cumprimentar e agradecer às milhares de pessoas que, ao longo dos cem anos, que vocês hoje comemoram, permitiram que a festa de Parintins continue viva.

Eu imagino o esforço que foi feito, Senadora Vanessa, ao longo dessas dez décadas, para que a festa não morresse ou não minguasse, e, no lugar disso, crescesse, fazendo com que a alma, que é local, chegasse ao Brasil inteiro. Como disse a Senadora Ana Amélia, a festa de vocês é uma festa de todo o povo brasileiro. E povo brasileiro tem que agradecer a alguns heróis que mantiveram a chama acessa ao longo de dez décadas, o que é muito raro no Brasil, para qualquer coisa, ainda mais para uma atividade de cultura popular.

Muito obrigado a V. Exª por existirem há cem anos e espero, daqui a cem anos – não estarei aqui, Senador, como o senhor vai estar – que o senhor me represente e, em meu nome, agradeça a todos aqueles que, daqui para frente, vão manter viva a chama da festa de Parintins.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Parabéns, Senador Cristovam. Muito obrigada. V. Exª sempre preocupado e um grande incentivador da cultura brasileira. Muito obrigada pela presença e pronunciamento de V. Exª .

Passo a palavra agora, como representante da Câmara e da Bancada Federal do Amazonas, ao Deputado Federal Átila Lins.

Enquanto ele se dirige ao microfone, quero registrar a presença da representante da Câmara Municipal de Parintins, Vereadora Vanessa.

Muito obrigada pela presença, Vereadora. (*Palmas.*)

Do Vereador Ray Cardoso que aqui também está. Vereador, muito obrigada pela presença.

Quero agradecer, desde já, aos desafiantes Júnior Paulain que representou o Caprichoso, e ao Israel Paulain que representou o boi Garantido. Agradecer aos tripas – para quem não sabe, o tripa do boi é aquele que carrega o boi, que faz o boi – do Caprichoso, Marquinhos Azevedo, muito obrigada, e o Batista, do Garantido.

Da mesma forma, Davi, para a gente é um orgulho muito grande tê-lo aqui, você que interpretou magnificamente o nosso Hino Nacional. Muito obrigada e receba as nossas homenagens.

Deputado Átila Lins, com a palavra. (*Palmas*.)

O SR. ÁTILA LINS – Sr. Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, autora do requerimento desta homenagem; cumprimento o Senador Alfredo Nascimento, do nosso Estado; cumprimento o Vice-Prefeito de Parintins, Carmona Oliveira, representando aqui o Prefeito Alexandre da Carbrás; cumprimento a representação do Caprichoso e a representação do Garantido; o jornalista Fred Góes e a nossa querida Larissa, que nos prestigia aqui.

Quero, Srª Presidente, Srs. Senadores, dizer que é com muita alegria que ocupo esta tribuna em nome dos Deputados Federais do nosso Estado que me delegaram esta outorga para comemorarmos e reverenciarmos o centenário das duas maiores agremiações de boi-bumbá, ocorrido em junho deste ano: boi Capricho e boi Garantido.

Para quem não conhece a história, no início do século passado, os patronos dos bois migraram do Nordeste do Brasil, carregando na bagagem a tradicional dança do bumba meu boi, que ainda perdura hoje em vários Estados nordestinos, que logo foi agregada e assimilada entre as manifestações culturais do povo do Norte do País.

A Festa do Boi-Bumbá, Srª Presidente, é uma suntuosa ópera popular, no coração da Floresta Amazônica, onde crianças, homens e mulheres apaixonados se juntam com mais de 80 mil turistas nacionais e estrangeiros que participam, duante três noites, do Festival Folclórico de Parintins, às margens do Rio Amazonas.

As representações revelam, diante dos nossos olhos, uma experiência cultural brilhante e inesquecível. As músicas cantadas como uma procissão religiosa acompanhada de um ritual tribal, com trajes, alegorias e um *show* de bonecos gigantescos, um conto de fadas com poderosos vilões e bravos heróis. Um majestoso espetáculo folclórico dos bois Garantido e Caprichoso.

O Festival de Parintins segue os princípios fundamentais em que se expressa a cultura espontânea, que evolui livremente, através de uma dinâmica própria. Prova disso, Srª Presidente, é que não se consegue afirmar, com certeza, como foi exatamente, quem teria começado. Tanto o boi Garantido quanto o boi Caprichoso teriam nascido graças às promessas graças às promessas feitas a São João Batista, e, a partir daí, todos os anos eles se apresentariam suntuosamente diante de milhares de pessoas, garantindo um maravilhoso e caprichoso espetáculo.

A tradicional Festa do Boi-Bumbá – ou o "carnaval da floresta", como é também conhecido pelos brasileiros – vai muito além do espetáculo que acontece no Centro Cultural Esportivo Amazonino Mendes, o Bumbódromo.

A cidade se mexe e se transforma no clima do festival. As fachadas, as casas e o comércio de Parintins se pintam e se enfeitam na cor do seu boi preferido. É no mês de junho que o turismo vira uma importante renda para o Município. A pesca e o mergulho nas águas limpas do Rio Uaicurapá é uma atração imperdível. O artesanato feito por tribos indígenas é também outra fonte de renda fundamental, que movimenta muito a cidade durante o festival Boi-Bumbá.

Tudo isso é motivo de orgulho e alegria para o povo amazonense, pois 90% dos turistas tem o desejo de retornar ao festival, segundo pesquisa da Amazonastur, que é a nossa empresa de turismo do Amazonas.

Srª Presidente, é notória a riqueza do nosso grandioso e pujante Estado, que há anos frequenta o *hall* dos festivais culturais do Brasil. O boi Caprichoso e o boi Garantido representam duas intensas paixões e são considerados patrimônios culturais do nosso povo.

Para encerrar, quero cumprimentar e parabenizar a Senadora Vanessa Grazziotin pelo requerimento que originou esta importante sessão solene, requerimento este subscrito pelos ilustres Senadores Eduardo Braga e Alfredo Nascimento.

O centenário do boi Caprichoso e do boi Garantido é, sem dúvida, motivo para que o Parlamento brasileiro faça uma homenagem especial em reconhecimento às manifestações culturais que são orgulho do nosso Estado e, tenho certeza também de que é um orgulho para toda a Nação brasileira.

Como amazonense, quero convidar os brasileiros que ainda não conhecem as riquezas do nosso Estado e o Festival de Parintins para visitarem as maravilhas que nós podemos oferecer, de modo especial, o admirável embate entre os dois bois Grantido e Caprichoso.

Muito obrigado.

Um abraço a todos. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Átila Lins.

Mais uma vez, quero registrar...

O SR. ÁTILA LINS (PSD – AM) – Muito obrigado pelo Senador. Estou me preparando para essa missão.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois é. É que nós estamos no Senado.

Desculpe-me, Deputado.

Quero, mais uma vez, registrar aqui...

O SR. ÁTILA LINS – Muito obrigado pelo Senador. Estou me preparando para essa missão.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E a Mesa deseja a V. Exª boa sorte.

Nós, os dois Senadores que aqui estão, desejamos muito boa sorte a S. Exª Senador Átila.

Quero, mais uma vez, registrar aqui que a Bancada Federal do Amazonas hoje, infelizmente, grande parte dela, teve que estar em Manaus para uma reunião do Conselho de Administração da Suframa, que é muito importante. Então nós nos dividimos.

Para nos encaminhar para a conclusão dos trabalhos, gostaria de anunciar a presença da cunhã poranga do boi Caprichoso, Maria Azêdo.

Muito obrigada pela presença.

Quero lembrar que depois teremos outra atividade.

Encerraremos a sessão exatamente com uma pequena homenagem aos representantes dos dois bumbás que aqui estão. Encerrará o período dos pronunciamentos e falará, representando os Bois, a cidade, o Amazonas, nosso querido Vice-Prefeito de Parintins, que aqui representa o prefeito Alexandre, o Carmona, a quem passamos a palavra neste momento.

O SR. CARMONA OLIVEIRA – Senadora Presidenta Vanessa Grazziotin, nossa Senadora, quero cumprimentá-la; cumprimentar também nosso Senador Alfredo Nascimento; cumprimentar nosso Deputado Átila Lins.

Receba meus cumprimentos, meu querido Fred Góes, aqui representando o boi-bumbá Garantido e o Presidente Telo Pinto, que não pôde estar presente por motivo de saúde, como a gente sabe.

Cumprimento também a minha querida Larice Butel, representando a nossa querida Márcia Baranda, Presidente do nosso querido Boi Caprichoso.

Quero abrir um espaço para dizer que a Márcia não está aqui neste momento, porque está cuidando do boi Caprichoso, até para entregá-lo, porque haverá este ano eleição do nosso boi. E quero fazer também um agradecimento, como torcedor do Caprichoso, pela linda, bonita gestão que a Márcia fez e está fazendo no nosso boi Caprichoso, que vai, se Deus quiser, ser entregue no final do mês de setembro. Então é um reconhecimento que eu faço, em nome de todos nós do Caprichoso, pelo belíssimo trabalho que a Márcia está fazendo à frente do nosso bumbá Caprichoso.

Quero cumprimentar também a nossa querida Nelcina Cid, representante aqui do centenário do nosso boi Caprichoso; e a D. Maria Monteverde, representando o centenário do boi-bumbá Garantido. Cumprimento aqui todos os nossos itens, todos os integrantes do boi-bumbá Caprichoso. Quero cumprimentar também a nossa Vereadora Vanessa Gonçalves, que está aqui representando a Câmara Municipal de Parintins; o nosso querido Vereador Ray Cardoso, que aqui se encontra presente também; nossa Cunhã, que está aqui; os nossos itens; o nosso querido David Assayag; enfim, todos os integrantes que participam dos bois de Parintins.

Minha saudação a todos os presentes!

Gostaria de agradecer a todos os Senadores, especialmente à Senadora Vanessa Grazziotin, ao Senador Alfredo Nascimento e ao Senador Eduardo Braga, pela iniciativa de homenagear o centenário dos bois Caprichoso e Garantido, símbolos da cultura do Amazonas, e de dizer que a realização de uma homenagem no Senado Federal, de tamanha referência para a cidade de Parintins, retifica a importância da festa dos bumbás para o turismo nacional.

Homenagear o boi Caprichoso, de Roque Cid, o primeiro, que trouxe para nós parintinenses a herança nordestina; e o boi Garantido, de Lindolfo Monteverde, pescador que iniciou a brincadeira na Baixa de São José, é reconhecer em cada ribeirinho, em cada pescador, em cada homem da Amazônia, um homenageado, porque todos nós aqui, nesta Casa, representamos, hoje, um pouco de cada apaixonado do azul e do vermelho.

Para nós amazonenses nunca será demais dizer que o povo da nossa região é uma gente pacata, alegre, simples e muito inteligente. É exatamente por isso que Parintins – Garantido e Caprichoso –, com o talento, a astúcia, a habilidade de seus artistas e poetas, sempre tem sido destaque no Brasil e no mundo, mostrando que o povo da floresta tem algo de muito especial, que é a sua sabedoria.

Esta é nossa festa centenária! E, com genialidade, a população da ilha, que faz o Festival Folclórico e sabe receber bem quem prestigia o evento, é responsável por incluir Parintins na lista dos Municípios brasileiros indutores de turismo.

Parintins é um lugar ímpar por suas belezas naturais, pela hospitalidade, pela generosidade do seu povo, pela exuberância do Festival Folclórico e por suas potencialidades turísticas.

Hoje, nós nos orgulhamos ao afirmar que a cultura do Amazonas e as potencialidades existentes na

região são de grande importância para o turismo não somente regional, mas também nacional. Parintins deixou de receber só visitantes para atrair também os investimentos. Os projetos são executados numa visão moderna, direcionados, especialmente, para a infraestrutura turística, buscando nessa vocação a saída para o desenvolvimento.

Em Parintins não há somente festas, nem somente Garantido e Caprichoso, mas há problemas, dificuldades que o novo Governo precisa resolver para melhorar a qualidade de vida do nosso povo. Temos a mesma esperança, assim como o Brasil, de que o Governo Federal, que já fez muito pelo Amazonas, vai fazer muito mais e terá um olhar especial para as questões nacionais e regionais, assim como para as necessidades da cidade de Parintins.

Nós da Administração Pública estamos cumprindo o compromisso de trabalhar, buscar parcerias para consolidar e sedimentar o Município de Parintins como polo turístico, movimentando a economia e a geração de renda e trabalho, lembrando sempre que a Amazônia é a solução não somente para o Brasil, mas também para o mundo.

Precisamos unir forças e juntos trabalharmos projetos e parcerias para o desenvolvimento sustentável e geração de emprego e renda a partir da utilização racional dos recursos naturais. Precisamos, sim, fazer valer as poesias decantadas por Caprichoso e Garantido na defesa intransigente dos povos e da vida na Amazónia.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Prefeito Carmona, pela sua participação. A Mesa também o cumprimenta pelo pronunciamento.

Antes de encerrarmos a nossa sessão, mais uma vez, quero agradecer a presença de todos e convidar o Senador Cristovam para vir à mesa, porque nós faremos uma singela homenagem aos dois bumbás, Caprichoso e Garantido.

Convido o representante do boi Garantido, que aqui representa o Presidente Francisco Waltéliton de Souza Pinto, Telo – é difícil saber os nomes, pois nós sabemos como são conhecidos.

Convido o Frederico, o Fred, para receber, das mãos do Senador Alfredo Nascimento, a homenagem do Senado Federal. (*Palmas.*)

(Procede-se à entrega do certificado.)

Agora, eu convido o Senador Cristovam Buarque para vir à mesa entregar a homenagem do Senado à Larissa, representante da Presidenta do boi Caprichoso, a Srª Márcia Auxiliadora Cardoso Baranda, a Márcia Baranda. O Senador Cristovam fará a entrega do certificado. Comunico que nós entregaremos também, posteriormente, uma placa. (*Palmas.*)

A Larissa diz que convidou o Senador não só para a festa, mas também para aderir à torcida do Caprichoso.

(Procede-se à entrega do certificado.)

Convido para vir à mesa a nossa próxima homenageada, que receberá a homenagem do Deputado Federal Átila Lins, a Srª Maria do Carmo Monteverde Carvalho, que foi a homenageada do boi Garantido neste centenário.

Convido para vir à mesa a Srª Maria do Carmo. (*Palmas.*)

(Procede-se à entrega do certificado.)

Passo a direção dos nossos trabalhos ao Senador Alfredo Nascimento.

A Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alfredo Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR – AM) – Eu convido a Senadora Vanessa Grazziotin para fazer a entrega do certificado à Srª Nelcina Cid, por sua inestimável contribuição a uma das mais tradicionais festas brasileiras e identidade do povo amazonense e também por exigência do Carmona, representando o boi Caprichoso. (*Palmas.*)

(Procede-se à entrega do certificado.)

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR – AM) – Agradecendo a Deus a oportunidade por mais esta sessão, agradecendo também a presença de todos, declaro encerrada a sessão do Senado Federal, que prestou homenagem ao boi Garantido e ao boi Caprichoso da cidade Parintins do meu querido Amazonas.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 55 minutos.)

Ata da 134ª Sessão, Não Deliberativa, em 19 de agosto de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, da Srª Ana Amélia e do Sr. Cícero Lucena

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 9 minutos e encerra-se às 17 horas e 12 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2010** (nº 2.374/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Campo Grande Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angélica, Estado de Mato Grosso do Sul*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2011** (nº 2.591/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Xaraés Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Água Clara, Estado de Mato Grosso do Sul*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 2013** (nº 425/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à San Marino Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Planalto, Estado do Paraná;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2013** (nº 510/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores Deputado Luís Eduardo Maron de Magalhães – ALEM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2013** (nº 687/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alvorada do Tocantins, Estado do Tocantins*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 2013** (nº 681/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos Pratense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2013** (nº 2.944/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Instituição Missionária Vida Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2013** (nº 199/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Santanense FM Stereo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 2013** (nº 207/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal de Ubatã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ubatã, Estado da Bahia*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2013** (nº 261/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização Associação Cultural Rádio Comunitária FM Tio Hugo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tio Hugo, Estado do Rio Grande do Sul*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2013** (nº 431/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Vale das Vertentes*

S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carmo da Mata, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2013** (nº 610/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Moradores de Dois Irmãos do Tocantins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dois Irmãos do Tocantins, Estado do Tocantins*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2013** (nº 625/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Pró Cultura de Itapipoca – APROCI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2013** (nº 631/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Aldeia Tinguatiba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio Cardoso, Estado da Bahia*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2013** (nº 651/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Nova Princesa FM de Pitanga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pitanga, Estado do Paraná*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2013** (nº 667/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Treviso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Treviso, Estado de Santa Catarina*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2013** (nº 593/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Povoado de Lucaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado da Bahia*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2013** (nº 146/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Araucária de Pinhal da Serra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhal da Serra, Estado do Rio Grande do Sul*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2013** (nº 575/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicações Jatobá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Perolândia, Estado de Goiás*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2013** (nº 689/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Marajoará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belém, Estado do Pará*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2013** (nº 738/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Goyá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás*; e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2013** (nº 2.448/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária "Vale das Termas" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina*.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução do Senado nº 22, de 2013**, *que altera a Resolução do Senado Federal n° 40, de 1995, para disciplinar o funcionamento da Procuradoria Parlamentar*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2010** (nº 3.080/2008, na Casa de origem, do Deputado Silvinho Peccioli), que *dispõe sobre a instalação e manutenção de cercas eletrificadas ou energizadas*; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2013**, do Senador Ruben Figueiró, que *acrescenta o art. 223-B à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para assegurar o direito*

ao voto em trânsito nas eleições em que a circunscrição eleitoral é o Estado ou o Município.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, o **Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2010**, com emenda; e o **Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2013**, vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Presidência comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 17 de agosto do corrente, para edição do decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 609, de 2013**, cujo prazo integral de vigência expirou em 5 de julho de 2013.

Comunica, ainda, a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a **Mensagem nº 72, de 2013-CN** (nº 343, de 2013, na origem), encaminhando o **Projeto de Lei nº 6, de 2013-CN**, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 269.472.439,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica*.

É o seguinte o projeto, na íntegra:

PROJETO DE LEI
Nº 6, DE 2013-CN
MENSAGEM Nº 72, DE 2013-CN
(Nº 343/2013, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 269.472.439,00, para os fins que especifica.

O **CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 269.472.439,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

ANEXO I — Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2072	**Transporte Ferroviário**							**134.000.000**
		PROJETOS							
26 783	2072 14X6	**Recuperação de Áreas Degradadas - Ferrovia Norte-Sul**							**134.000.000**
26 783	2072 14X6 0001	Recuperação de Áreas Degradadas - Ferrovia Norte-Sul - Nacional							134.000.000
		Área recuperada (percentual de execução física): 100	F	4	3	90	0	100	134.000.000
TOTAL – FISCAL									**134.000.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**134.000.000**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I — Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2075	**Transporte Rodoviário**							**135.472.439**
		PROJETOS							
26 782	2075 13X5	**Adequação de Travessia Urbana - no Município de Imperatriz - na BR-010 - no Estado do Maranhão**							**5.000.000**
26 782	2075 13X5 0638	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Imperatriz - na BR-010 - no Estado do Maranhão - No Município de Imperatriz - MA							5.000.000
		Trecho adequado (quilômetro): 1	F	4	3	90	0	100	5.000.000
26 782	2075 14X0	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Caetano) - Entroncamento BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423 - No Estado do Pernambuco**							**20.000.000**
26 782	2075 14X0 0026	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Caetano) - Entroncamento BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423 - No Estado do Pernambuco - No Estado de Pernambuco							20.000.000
		Trecho adequado (quilômetro): 3	F	4	3	90	0	100	20.000.000
26 782	2075 14X1	**Construção de Viaduto Rodoviário - no Município de Maceió (viaduto PRF) - Entroncamento BR-104/316 – no Estado de Alagoas**							**20.000.000**
26 782	2075 14X1 1795	Construção de Viaduto Rodoviário - no Município de Maceió (viaduto PRF) - Entroncamento BR-104/316 – no Estado de Alagoas - No Município de Maceio - AL							20.000.000
		Obra executada (percentual de execução física): 50	F	4	3	90	0	100	20.000.000
26 782	2075 14X2	**Construção de Viaduto Rodoviario - no Municipio de Rafael Jambeiro (Viaduto Distrito de Paraguaçu) - na BR-242 - no Estado da Bahia**							**13.320.406**
26 782	2075 14X2 2245	Construção de Viaduto Rodoviário - no Município de Rafael Jambeiro (Viaduto Distrito de Paraguaçu) - na BR-242 - no Estado da Bahia - No Município de Rafael Jambeiro - BA							13.320.406
		Obra executada (percentual de execução física): 90	F	4	2	90	0	100	13.320.406
26 782	2075 14X3	**Construção do Arco Rodoviário Metropolitano de Recife - na BR-101 - no Estado de Pernambuco**							**50.000.000**
26 782	2075 14X3 1695	Construção do Arco Rodoviário Metropolitano de Recife - na BR-101 - no Estado de Pernambuco - No Município de Recife - PE							50.000.000
		Trecho construído (quilômetro): 3	F	4	3	90	0	100	50.000.000
26 782	2075 7N37	**Construção de Anel Rodoviário - No Município de Ji-Paraná - Na BR-364 - no Estado de Rondônia**							**14.662.000**
26 782	2075 7N37 0011	Construção de Anel Rodoviário - No Município de Ji-Paraná - Na BR-364 - no Estado de Rondônia - No Estado de Rondônia							14.662.000
		Trecho pavimentado (quilômetro): 14	F	4	2	90	0	100	14.662.000
26 782	2075 7N45	**Construção de Interseção em Linha Férrea - no Município de Londrina - no Estado do Paraná**							**500.000**
26 782	2075 7N45 4201	Construção de Interseção em Linha Férrea - no Município de Londrina - no Estado do Paraná - No Município de Londrina - PR							500.000
		Obra executada (percentual de execução física): 6	F	4	2	90	0	100	500.000
26 782	2075 7P68	**Construção de Viaduto Rodoviário - no Município de Jequié - na BR-330 - no Estado da Bahia**							**11.990.033**
26 782	2075 7P68 2138	Construção de Viaduto Rodoviário - no Município de Jequié - na BR-330 - no Estado da Bahia - No Município de Jequié - BA							11.990.033
		Obra executada (percentual de execução física): 90	F	4	2	90	0	100	11.990.033
TOTAL – FISCAL									**135.472.439**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**135.472.439**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes

ANEXO II — Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2072	**Transporte Ferroviário**							**54.000.000**
		PROJETOS							
26 783	2072 127K	**Apoio à Implantação do Trem de Alta Velocidade - TAV (Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas)**							**54.000.000**
26 783	2072 127K 0030	Apoio à Implantação do Trem de Alta Velocidade - TAV (Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas) - Na Região Sudeste							54.000.000
			F	4	3	90	0	100	54.000.000
TOTAL – FISCAL									**54.000.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**54.000.000**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

ANEXO II — Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2072	**Transporte Ferroviário**							**80.000.000**
		PROJETOS							
26 783	**2072 11ZE**	**Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Ilhéus - Caetité - no Estado da Bahia**							**40.000.000**
26 783	2072 11ZE 0029	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Ilhéus - Caetité - no Estado da Bahia - No Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	40.000.000
26 783	**2072 124G**	**Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité - Barreiras - no Estado da Bahia**							**40.000.000**
26 783	2072 124G 0029	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité - Barreiras - no Estado da Bahia - No Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	40.000.000
TOTAL – FISCAL									**80.000.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**80.000.000**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II — Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2075	**Transporte Rodoviário**							**135.472.439**
		PROJETOS							
26 782	**2075 12IW**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Ilhéus - Itabuna - na BR-415 - no Estado da Bahia**							**15.000.000**
26 782	2075 12IW 0029	Adequação de Trecho Rodoviário - Ilhéus - Itabuna - na BR-415 - no Estado da Bahia - No Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	15.000.000
26 782	**2075 13UU**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa ES/MG - Entroncamento MG-422 (Resplendor) - na BR-259 - no Estado de Minas Gerais**							**500.000**
26 782	2075 13UU 0031	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa ES/MG - Entroncamento MG-422 (Resplendor) - na BR-259 - no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais	F	4	2	90	0	100	500.000
26 782	**2075 1418**	**Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156 - no Estado do Amapá**							**30.000.000**
26 782	2075 1418 0016	Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156 - no Estado do Amapá - No Estado do Amapá	F	4	3	90	0	100	30.000.000
26 782	**2075 7435**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Divisa PE/AL - na BR-101 - no Estado de Pernambuco**							**15.000.000**
26 782	2075 7435 0026	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Divisa PE/AL - na BR-101 - no Estado de Pernambuco - No Estado de Pernambuco	F	4	3	90	0	100	15.000.000
26 782	**2075 7630**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Santa Cruz - Mangaratiba - na BR-101 - no Estado do Rio de Janeiro**							**15.000.000**
26 782	2075 7630 0033	Adequação de Trecho Rodoviário - Santa Cruz - Mangaratiba - na BR-101 - no Estado do Rio de Janeiro - No Estado do Rio de Janeiro	F	4	3	90	0	100	15.000.000
26 782	**2075 7M83**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 (Km 669,2) - Contorno Montes Claros - Trevo Mirabela (km 289,4) - na BR-135 - no Estado de Minas Gerais**							**20.000.000**
26 782	2075 7M83 0031	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 (Km 669,2) - Contorno Montes Claros - Trevo Mirabela (km 289,4) - na BR-135 - no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais	F	4	3	90	0	100	20.000.000
26 782	**2075 7T72**	**Construção de Travessia Urbana - no Município de Santo Antônio de Jesus - na BR-101 - no Estado da Bahia**							**25.310.439**
26 782	2075 7T72 2275	Construção de Travessia Urbana - no Município de Santo Antônio de Jesus - na BR-101 - no Estado da Bahia - No Município de Santo Antônio de Jesus - BA	F	4	2	90	0	100	25.310.439
26 782	**2075 7T94**	**Adequação de Trecho Rodoviário - no Município de Porto Velho - km 706,9 - km 723,1 - na BR-364 - no Estado de Rondônia**							**14.662.000**
26 782	2075 7T94 0116	Adequação de Trecho Rodoviário - no Município de Porto Velho - km 706,9 - km 723,1 - na BR-364 - no Estado de Rondônia - No Município de Porto Velho - RO	F	4	2	90	0	100	14.662.000
TOTAL – FISCAL									**135.472.439**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**135.472.439**

EM nº 00098/2013 MP

Brasília, 4 de Julho de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013) no valor de R$ 269.472.439,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais), em favor do Ministério dos Transportes – MT, com vistas a incluir novas categorias de programação no orçamento vigente da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, parte das quais integrarão o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

2. No âmbito da VALEC, o crédito viabilizará a implementação de obras destinadas ao saneamento de passivo ambiental ao longo da Ferrovia Norte-Sul, de forma a garantir operacionalidade e segurança ao tráfego ferroviário. O conjunto dessas intervenções compreende a realização de serviços de recuperação de aterros e taludes, correções de erosões e desbarrancamentos nas laterais de descidas de água, implantação de aterros de encabeçamento de obras de arte especiais, construção de sistema de drenagem, reconstrução de bueiros e canaletas, recuperação do leito da ferrovia, além de outras obras necessárias à recuperação das áreas degradadas.

3. No que diz respeito ao DNIT, o crédito possibilitará o início das obras no setor rodoviário relativas à adequação de trecho, na BR-423, e à construção do Arco Metropolitano de Recife, na BR-101, ambas no Estado de Pernambuco, e à construção de viaduto rodoviário no Município de Maceió, no entroncamento BR-104/316, no Estado de Alagoas. A adequação do trecho permitirá a ligação de Recife com a cidade de Garanhuns, região montanhosa com baixas temperaturas na estação do inverno, o que lhe confere forte potencial turístico, enquanto que a construção do Arco e do viaduto visa desviar o tráfego pesado do meio urbano e descongestionar o trânsito nas rodovias envolvidas.

4. Ainda no setor rodoviário, os recursos serão aplicados na adequação de travessia urbana no Município de Imperatriz, na BR-010, no Estado do Maranhão, e na construção de viadutos nos Municípios de Rafael Jambeiro, na BR-242, e de Jequié, na BR-330, no Estado da Bahia, e de anel rodoviário no Município de Ji-Paraná, na BR-364, no Estado de Rondônia, com a finalidade de eliminar pontos críticos e aumentar a segurança aos usuários. Ademais, será possível a finalização da construção de interseção em linha férrea (viaduto rodoviário) no Município de Londrina, no Estado do Paraná, para resolver conflitos entre o tráfego urbano e o ferroviário.

5. Cabe ressaltar que a solicitação em referência será viabilizada mediante Projeto de Lei, à conta de recursos provenientes de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

6. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 38, § 7º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 – LDO-2013, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da nova programação, cuja execução fica condicionada aos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 7.995, de 2 de maio de 2013, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

7. Vale salientar que o crédito em questão decorre de solicitação formalizada pelo órgão envolvido, segundo o qual as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízos na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

8. Informa-se, ainda, que os cancelamentos de programação provenientes de emendas contam com as autorizações dos Coordenadores das Bancadas Federais de Rondônia e da Bahia, conforme Of.103/2013/GDMR, de 24 de abril de 2013, e Of/Gab.nº 019/2013, de 9 de maio de 2013, respectivamente, cujas cópias foram encaminhadas a esta Pasta pelo MT.

9. Finalmente, destaca-se que os ajustes do Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015, de que trata a Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, porventura necessários em decorrência das alterações promovidas pelo presente crédito especial, deverão ser realizados de acordo com o § 4º do art. 21 da referida Lei.

10. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior

Mensagem nº 343

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 269.472.439,00, para os fins que especifica".

Brasília, 14 de agosto de 2013.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

.....

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.(Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

.....

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

.....

.....

LEI Nº 12.593, DE 18 DE JANEIRO DE 2012

Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.

.....

Art. 21. Considera-se revisão do PPA-2012-2015 a inclusão, a exclusão ou a alteração de Programas.

.....

§ 4º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional, deverá:

I - alterar o Valor Global do Programa;

II - incluir, excluir ou alterar Iniciativas;

III - adequar as vinculações entre ações orçamentárias e Iniciativas; e

IV - incluir, excluir ou alterar Metas;

.....
.....

LEI Nº 12.708, DE 17 DE AGOSTO DE 2012.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências.

.....

Art. 38. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

.....

§ 7º As exposições de motivos às quais se refere o § 6º, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados ao atendimento de despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

.....

§ 9º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2012, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2013;

III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e

IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2012, por fonte de recursos.

.....
.....

LEI Nº 12.798, DE 4 DE ABRIL DE 2013.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013.

.....
.....

(À Comissão Mista de Plano, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – O calendário de tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional, estabelecido nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, será publicado.

É o seguinte o calendário:

Leitura: 19-8-2013

Até 24/8 prazo para publicação e distribuição de avulsos;

até 1º/9 prazo para apresentação de emendas;

até 6/9 prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas apresentadas; e

até 21/9 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

O projeto vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A matéria será publicada em avulsos e no Diário do Senado Federal de 20 de agosto do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a **Mensagem nº 73, de 2013-CN** (nº 344, de 2013, na origem), encaminhando o **Projeto de Lei nº 7, de 2013-CN**, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 942.240.394,00 (novecentos e quarenta e dois milhões, duzentos e quarenta mil, trezentos e noventa e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*.

É o seguinte o projeto, na íntegra:

PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2013-CN

MENSAGEM Nº 73, DE 2013-CN (Nº 344/2013, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 942.240.394,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O **CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 942.240.394,00 (novecentos e quarenta e dois milhões, duzentos e quarenta mil, trezentos e noventa e quatro reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, no valor de R$ 932.320.583,00 (novecentos e trinta e dois milhões, trezentos e vinte mil, quinhentos e oitenta e três reais), sendo:

a) R$ 400.809.937,00 (quatrocentos milhões, oitocentos e nove mil, novecentos e trinta e sete reais) de Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

b) R$ 528.170.646,00 (quinhentos e vinte e oito milhões, cento e setenta mil, seiscentos e quarenta e seis reais) de Contribuição do Salário-Educação;

c) R$ 1.540.000,00 (um milhão, quinhentos e quarenta mil reais) de Recursos Próprios Não Financeiros; e

d) R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) de Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional;

II - excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros, no valor de R$ 5.425.443,00 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e três reais); e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 4.494.368,00 (quatro milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, trezentos e sessenta e oito reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ÓRGÃO: 14000 - **Justiça Eleitoral**
UNIDADE: 14107 - **Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal**
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**47.155**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20GP**	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**							**47.155**
02 122	0570 20GP 0053	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Distrito Federal	F	3	2	90	0	300	47.155
TOTAL – FISCAL									**47.155**
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									**47.155**

ÓRGÃO: 14000 - **Justiça Eleitoral**
UNIDADE: 14110 - **Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão**
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**400.000**
		PROJETOS							
02 122	**0570 7U17**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Anajatuba - MA**							**400.000**
02 122	0570 7U17 0560	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Anajatuba - MA - No Município de Anajatuba - MA	F	4	2	90	0	100	400.000
TOTAL – FISCAL									**400.000**
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									**400.000**

ÓRGÃO: 14000 - **Justiça Eleitoral**
UNIDADE: 14115 - **Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**4.727.925**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20GP**	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**							**4.727.925**
02 122	0570 20GP 0025	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Paraíba	F	3	2	90	0	150	4.727.925
TOTAL – FISCAL									**4.727.925**
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									**4.727.925**

ÓRGÃO: 14000 - **Justiça Eleitoral**
UNIDADE: 14117 - **Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco**
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**60.000**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20GP**	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**							**60.000**
02 122	0570 20GP 0026	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco	F	3	2	90	0	300	60.000
TOTAL – FISCAL									**60.000**
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									**60.000**

ÓRGÃO: 14000 - **Justiça Eleitoral**
UNIDADE: 14126 - **Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins**
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**77.213**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20GP**	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**							**77.213**
02 122	0570 20GP 0017	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Tocantins	F	4	2	90	0	100	77.213
TOTAL – FISCAL									**77.213**
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									**77.213**

ÓRGÃO: 15000 - **Justiça do Trabalho**
UNIDADE: 15104 - **Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais**
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR

			ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							235.000
		PROJETOS							
02 122	0571 1M97	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Pouso Alegre - MG							235.000
02 122	0571 1M97 2956	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Pouso Alegre - MG - No Município de Pouso Alegre - MG	F	4	2	90	0	100	235.000
TOTAL – FISCAL									235.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									235.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.540.000
		PROJETOS							
02 122	0571 127M	Restauração do Edifício-Sede do TRT da 11ª Região em Manaus - AM							1.540.000
02 122	0571 127M 0101	Restauração do Edifício-Sede do TRT da 11ª Região em Manaus - AM - No Município de Manaus - AM	F	3	2	90	0	350	1.540.000
TOTAL – FISCAL									1.540.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.540.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							697.518
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							697.518
02 061	0571 4256 0052	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás	F	3	2	90	0	150	697.518
TOTAL – FISCAL									697.518
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									697.518

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.800.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.800.000
02 061	0571 4256 0051	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso	F	3	2	90	0	388	1.800.000
TOTAL – FISCAL									1.800.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.800.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2030	Educação Básica							358.980.583
		ATIVIDADES							
12 368	2030 20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica							167.716.936
12 368	2030 20RJ 0001	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica - Nacional	F	3	2	90	0	312	86.716.936
			F	4	2	90	0	312	81.000.000
12 368	2030 20RO	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica							191.263.647
12 368	2030 20RO 0001	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica - Nacional	F	3	2	90	0	312	191.263.647
TOTAL – FISCAL									358.980.583
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									358.980.583

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2030	**Educação Básica**							**570.000.000**
		ATIVIDADES							
12 368	**2030 20RD**	**Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica**							**570.000.000**
12 368	2030 20RD 0001	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica - Nacional							570.000.000
			F	3	2	90	0	312	41.829.354
			F	3	2	90	0	313	528.170.646
TOTAL – FISCAL									**570.000.000**
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									**570.000.000**

ÓRGÃO: 34000 - **Ministério Público da União**
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes** R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**3.675.000**
		PROJETOS							
03 122	**0581 11KE**	**Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre - RS**							**3.000.000**
03 122	0581 11KE 5027	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre - RS - No Município de Porto Alegre - RS							3.000.000
			F	4	2	90	0	100	3.000.000
03 122	**0581 1203**	**Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS**							**110.000**
03 122	0581 1203 5027	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS - No Município de Porto Alegre - RS							110.000
			F	4	2	90	0	100	110.000
03 122	**0581 12B6**	**Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Teresina - PI**							**65.000**
03 122	0581 12B6 0981	Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Teresina - PI - No Município de Teresina - PI							65.000
			F	4	2	90	0	100	65.000
03 122	**0581 1O68**	**Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caruaru - PE**							**500.000**
03 122	0581 1O68 1608	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caruaru - PE - No Município de Caruaru - PE							500.000
			F	4	2	90	0	100	500.000
TOTAL – FISCAL									**3.675.000**
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									**3.675.000**

ÓRGÃO: 14000 - **Justiça Eleitoral**
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes** R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**47.155**
		PROJETOS							
02 122	**0570 7E46**	**Construção de Anexo ao Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal**							**47.155**
02 122	0570 7E46 0101	Construção de Anexo ao Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - Em Brasília - DF							47.155
			F	4	2	90	0	300	47.155
TOTAL – FISCAL									**47.155**
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									**47.155**

ÓRGÃO: 14000 - **Justiça Eleitoral**
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes** R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**400.000**
		PROJETOS							
02 122	**0570 5439**	**Construção de Cartórios Eleitorais**							**400.000**
02 122	0570 5439 7000	Construção de Cartórios Eleitorais - Na Região Metropolitana de São Luís							400.000
			F	4	2	90	0	100	400.000
TOTAL – FISCAL									**400.000**
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									**400.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**60.000**
		PROJETOS							
02 122	**0570 14MR**	**Aquisição de Imóvel para o Cartório Eleitoral no Município de Ipojuca - PE**							**60.000**
02 122	0570 14MR 0101	Aquisição de Imóvel para o Cartório Eleitoral no Município de Ipojuca - PE - No Município de Ipojuca - PE	F	5	2	90	0	300	60.000
TOTAL – FISCAL									**60.000**
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									**60.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**77.213**
		PROJETOS							
02 122	**0570 14I1**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Miracema do Tocantins - TO**							77.213
02 122	0570 14I1 0484	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Miracema do Tocantins - TO - No Município de Miracema do Tocantins - TO	F	4	2	90	0	100	77.213
TOTAL – FISCAL									77.213
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									**77.213**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**235.000**
		PROJETOS							
02 122	**0571 1M91**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Divinópolis - MG**							**235.000**
02 122	0571 1M91 2589	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Divinópolis - MG - No Município de Divinópolis - MG	F	4	2	90	0	100	235.000
TOTAL – FISCAL									**235.000**
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									**235.000**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**3.675.000**
		PROJETOS							
03 122	**0581 10TY**	**Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Aracaju - SE**							**3.000.000**
03 122	0581 10TY 1853	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Aracaju - SE - No Município de Aracaju - SE	F	4	2	90	0	100	3.000.000
03 122	**0581 139W**	**Reforma e Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Natal - RN**							**500.000**
03 122	0581 139W 1262	Reforma e Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Natal - RN - No Município de Natal - RN	F	4	2	90	0	100	500.000
03 122	**0581 1142**	**Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campo Mourão - PR**							**175.000**
03 122	0581 1142 4071	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campo Mourão - PR - No Município de Campo Mourão - PR	F	4	2	90	0	100	175.000
TOTAL – FISCAL									**3.675.000**
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									**3.675.000**

EM nº 00109/2013 MP

Brasília, 1 de Agosto de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério Público da União, no valor global de R$ 942.240.394,00 (novecentos e quarenta e dois milhões, duzentos e quarenta mil, trezentos e noventa e quatro reais), conforme discriminado a seguir:

R$ 1,00

Discriminação	**Aplicação**	**Origem dos Recursos**
Poder Judiciário e Ministério Público da União	13.259.811	4.494.368
Justiça Eleitoral	5.312.293	584.368
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	47.155	47.155
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	400.000	400.000
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	4.727.925	
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	60.000	60.000
Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	77.213	77.213
Justiça do Trabalho	4.272.518	235.000
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Minas Gerais	235.000	235.000
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - Amazonas/ Roraima	1.540.000	
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - Goiás	697.518	
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - Mato Grosso	1.800.000	
Ministério Público da União	3.675.000	3.675.000
Ministério Público Federal	3.675.000	3.675.000
Poder Executivo	928.980.583	
Ministério da Educação	928.980.583	
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES	358.980.583	
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	570.000.000	
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, relativo a:		932.320.583
Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		400.809.937
Contribuição do Salário-Educação		528.170.646
Recursos Próprios Não Financeiros		1.540.000
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		1.800.000
Excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros		5.425.443
Total	**942.240.394**	**942.240.394**

2. A suplementação ora proposta, segundo informações apresentadas pelos órgãos envolvidos, permitirá:

- à Justiça Eleitoral, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral - TRE do Distrito Federal, a manutenção administrativa; no TRE do Maranhão, a construção de cartório eleitoral no Município de Anajatuba; no TRE da Paraíba, a realização de concurso público para os cargos de técnico e analista judiciários; no TRE de Pernambuco, o atendimento de despesas com auxílios natalidade e funeral aos servidores ativos e inativos; e, no TRE de Tocantins, a aquisição e ampliação da disponibilidade de mobiliário e equipamentos diversos para as instalações do edifício-sede e dos cartórios eleitorais;

- à Justiça do Trabalho, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho - TRT da 3ª Região - Minas Gerais, a continuidade da obra de construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Pouso Alegre; do TRT da 11ª Região - Amazonas/Roraima, a conclusão da restauração do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Manaus; do TRT da 18ª Região - Goiás, a realização de concurso público para preenchimento de cargos de analista e técnico judiciários; e do TRT da 23ª Região - Mato Grosso, a manutenção das despesas administrativas;

- ao Ministério da Educação, o atendimento de demandas de expansão, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil, do Programa Institucional de Iniciação à Docência – Pibid e do Plano Nacional de Formação de Professores – Parfor. Além disso, viabilizará o apoio à realização da Olimpíada de Matemática, o reajuste do valor para as bolsas do Observatório da Educação e, finalmente, o início da implantação do Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa; e

- ao Ministério Público da União - MPU, no âmbito do Ministério Público Federal, a conclusão das obras de construção dos Edifícios-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e das Procuradorias da República em Teresina, no Estado do Piauí, e de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, bem como a continuidade dos projetos de construção dos Edifícios-Sede das Procuradorias da República em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande de Sul, e em Caruaru, no Estado de Pernambuco.

3. A presente proposição decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos e será viabilizada à conta de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, relativo a Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, à Contribuição do Salário-Educação, a Recursos Próprios Não Financeiros e à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional; de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Cumpre ressaltar que os pleitos, no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário, foram aprovados pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme Parecer de Mérito nº 0002577-24.2013.2.00.0000, de 27 de junho de 2013, e cuja cópia acompanha esta Exposição de Motivos, em cumprimento ao disposto no art. 38, § 12, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 - LDO-2013.

5. Segundo os órgãos, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício. No caso da Justiça Eleitoral, foram apresentadas autorizações parlamentares para o cancelamento de programações decorrentes de emendas individuais, para compensação parcial deste crédito, nos termos dos Ofícios s/nº/2013, de 26 de abril de 2013, da Bancada Federal do Maranhão, nº 05/2013, de 07 de maio de 2013, do Deputado Federal Eduardo Gomes, e nº 011/2013, de 02 de maio de 2013, do Deputado Federal Lázaro Botelho Martins.

6. Esclarece-se, a propósito do que dispõe o art. 38, § 7º, da Lei nº 12.708, de 2012, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

I - no Poder Judiciário e no MPU:

a) R$ 4.494.368,00 (quatro milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, trezentos e sessenta e oito reais) referem-se ao remanejamento entre despesas primárias discricionárias para priorização da programação suplementada;

b) R$ 5.425.443,00 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e três reais) atendem despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias, relativo a Recursos Próprios Não Financeiros; e

c) R$ 3.340.000,00 (três milhões, trezentos e quarenta mil reais) suplementam despesas primárias discricionárias à conta de recursos de origem financeira, relativos ao superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, referente a Recursos Próprios Não Financeiros e a Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional; e

d) as despesas constantes dos itens "b" e "c" serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, relativa ao 3º bimestre de 2013; e

II - no Poder Executivo, R$ 928.980.583,00 (novecentos e vinte e oito milhões, novecentos e oitenta mil, quinhentos e oitenta e três reais) referem-se à suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de recursos de origem financeira, oriundos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, relativo a Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e à Contribuição do Salário-Educação, cuja execução será realizada de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.995, de 2 de maio de 2013, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

7. Adicionalmente, são demonstrados, nos quadros anexos à presente Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto nos §§ 8º e 9º do art. 38 da LDO-2013, o excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros e o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, relativo a Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, à Contribuição do Salário-Educação, a Recursos Próprios Não Financeiros e a Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, respectivamente, utilizados parcialmente neste crédito.

8. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

(Art. 38, § 9º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012)

Fonte 12 - Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	R$ 1,00
(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012	3.688.032.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	0
(C) Créditos Extraordinários	0
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	2.820.625.932
Abertos	0
Em tramitação	2.419.815.995
Valor deste crédito	400.809.937
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	0
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	**867.406.068**

(A) Portaria SUCON/STN nº 161, de 27 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2013.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

(Art. 38, § 9º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012)

Fonte 13 - Contribuição do Salário-Educação	R$ 1,00
(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012	1.480.756.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	0
(C) Créditos Extraordinários	0
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	868.840.895
Abertos	0
Em tramitação	340.670.249
Valor deste crédito	528.170.646
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	322.156.593
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	**289.758.512**

(A) Portaria SUCON/STN nº 161, de 27 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2013.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 38, § 9º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012)

Fonte 88: Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	R$ 1,00
(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012	14.550.079.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	191.231.920
(C) Créditos Extraordinários	6.901.325.346
Abertos	6.901.325.346
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	858.935.945
Abertos	475.501.452
Em tramitação	381.634.493
Valor deste crédito	1.800.000
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	3.580.736.250
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	**3.017.849.539**

(A) Portaria SUCON/STN nº 161, de 27 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2013.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 38, § 8º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012)

Unidade: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros R$ 1,00

NATUREZA		2013 LEI (A)	2013 REESTIMATIVA (B)	EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
16000800	Serviços de Processamento de Dados	0	1450	1450
16005000	Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	0	4.727.925	4.727.925
19192700	Multas e Juros Previstos em Contratos	0	105	105
Total		**0**	**4.729.480**	**4.729.480**
(D)	Créditos Extraordinários			0
	Abertos			0
	Em tramitação			0
	Valor deste crédito			0
(E)	Créditos Suplementares e Especiais			4.727.925
	Abertos			0
	Em tramitação			0
	Valor deste crédito			4.727.925
(F)	Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
(G)	**Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)**			1.555

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 38, § 9º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012)

Unidade: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - Amazonas/Roraima

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros	R$ 1,00
(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012	1.540.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	0
(C) Créditos Extraordinários	0
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	1.540.000
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	1.540.000
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	0
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	**0**

(A) Portaria SUCON/STN nº 161, de 27 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2013.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 38, § 8º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012)

Unidade: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - Goiás

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros — R$ 1,00

NATUREZA	2013		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	(C) = (B) - (A)
13153000 Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	9.094	251.651	242.557
16005000 Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	0	5.071.386	5.071.386
19192700 Multas e Juros Previstos em Contratos	0	146.997	146.997
19199900 Outras Multas	17.905	440	-17.465
19229900 Outras Restituições	0	3.222	3.222
Total	**26.999**	**5.473.696**	**5.446.697**
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			5.071.386
Abertos			0
Em tramitação			4.373.868
Valor deste crédito			697.518
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)			**375.311**

Mensagem nº 344

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 942.240.394,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Brasília, 14 de agosto de 2013.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

.....
.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.(Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

.....

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

.....

.....

LEI Nº 12.593, DE 18 DE JANEIRO DE 2012

Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.

.....

Art. 5º O PPA 2012-2015 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, assim definidos:

I - Programa Temático: que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e

II - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: que expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Parágrafo único. Não integram o PPA 2012-2015 os programas destinados exclusivamente a operações especiais.

.....

Art. 21. Considera-se revisão do PPA-2012-2015 a inclusão, a exclusão ou a alteração de Programas.

.....

§ 4º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional, deverá:

I - alterar o Valor Global do Programa;

II - incluir, excluir ou alterar Iniciativas;

III - adequar as vinculações entre ações orçamentárias e Iniciativas; e

IV - incluir, excluir ou alterar Metas;

.....

.....

LEI Nº 12.708, DE 17 DE AGOSTO DE 2012.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências.

.....

Art. 38. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

.....

§ 7º As exposições de motivos às quais se refere o § 6º, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados ao atendimento de despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

.....

§ 8º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2013, apresentadas de acordo com a classificação de que trata a alínea "a" do inciso III do caput do art. 9o, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

.....

§ 9º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2012, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2013;

III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e

IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2012, por fonte de recursos.

.....

§ 12. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais aos orçamentos dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput, pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, sem prejuízo do disposto no § 6º.

.....

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1o do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

.....

.....

LEI Nº 12.798, DE 4 DE ABRIL DE 2013.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013.

.....

.....

(À Comissão Mista de Plano, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – O calendário de tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional, estabelecido nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, será publicado.

É o seguinte o calendário:

Leitura: 19-8-2013

Até 24/8 prazo para publicação e distribuição de avulsos;

até 1º/9 prazo para apresentação de emendas;

até 6/9 prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas apresentadas; e

até 21/9 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

O projeto vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A matéria será publicada em avulsos e no Diário do Senado Federal de 20 de agosto do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a **Mensagem nº 74, de 2013-CN** (nº 345, de 2013, na origem), encaminhando o **Projeto de Lei nº 8, de 2013-CN**, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R$ 34.958.072,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, setenta e dois reais), para os fins que especifica*.

É o seguinte o projeto, na íntegra:

PROJETO DE LEI
Nº 8, DE 2013-CN
MENSAGEM Nº 74, DE 2013-CN
(Nº 345/2013, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R$ 34.958.072,00, para os fins que especifica.

O **CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor do Tribunal de Contas da União e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor global de R$ 34.958.072,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, setenta e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - excesso de arrecadação de Recursos de Convênios, no valor de R$ 2.701.933,00 (dois milhões, setecentos e um mil, novecentos e trinta e três reais); e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 32.256.139,00 (trinta e dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, cento e trinta e nove reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 38, § 8º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012)

Unidade: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - Goiás
Fonte 81: Recursos de Convênios R$ 1,00

NATUREZA	2013		EXCESSO/
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
17610000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	2.323.177	4.764.297	2.441.120
Total	**2.323.177**	**4.764.297**	**2.441.120**
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			1.650.000
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			1.650.000
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)			**791.120**

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 38, § 8º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012)

Unidade: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Fonte 81: Recursos de Convênios R$ 1,00

NATUREZA	2013		EXCESSO/
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
17610000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	3.523.000	9.526.051	6.003.051
Total	**3.523.000**	**9.526.051**	**6.003.051**
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			1.051.933
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			1.051.933
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)			**4.951.118**

ÓRGÃO: 03000 - Tribunal de Contas da União
UNIDADE: 03101 - Tribunal de Contas da União
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0550	Controle Externo							14.000.000
		PROJETOS							
01 122	0550 14X4	Aquisição de Imóvel para a Secretaria de Controle Externo no Estado do Sergipe							4.000.000
01 122	0550 14X4 1853	Aquisição de Imóvel para a Secretaria de Controle Externo no Estado do Sergipe - No Município de Aracaju - SE							4.000.000
		Imóvel adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	100	4.000.000
01 122	0550 14X5	Aquisição de Imóvel para a Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia							10.000.000
01 122	0550 14X5 2261	Aquisição de Imóvel para a Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia - No Município de Salvador - BA							10.000.000
		Imóvel adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	100	10.000.000
TOTAL – FISCAL									14.000.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.000.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.000.000
		PROJETOS							
02 122	0569 12RB	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belém - PA							200.000
02 122	0569 12RB 0269	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belém - PA - No Município de Belém - PA							200.000
		Edifício reformado (percentual de execução física): 15	F	4	2	90	0	100	200.000
02 122	0569 7J50	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Feira de Santana - BA							800.000
02 122	0569 7J50 2056	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Feira de Santana - BA - No Município de Feira de Santana - BA							800.000
		Edifício construído (percentual de execução física): 7	F	4	2	90	0	100	800.000
TOTAL – FISCAL									1.000.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							800.000
		PROJETOS							
02 122	0570 12US	Construção de Imóvel para Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Município de Rio Branco - AC							800.000
02 122	0570 12US 0166	Construção de Imóvel para Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Município de Rio Branco - AC - No Município de Rio Branco - AC							800.000
		Imóvel construído (percentual de execução física): 30	F	4	2	90	0	100	800.000
TOTAL – FISCAL									800.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									800.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							210.000
		PROJETOS							
02 122	0570 14WQ	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Palmeira dos Índios – AL							210.000
02 122	0570 14WQ 1815	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Palmeira dos Índios - AL - No Município de Palmeira dos Índios - AL							210.000
		Imóvel construído (percentual de execução física): 18	F	4	2	90	0	100	210.000
TOTAL – FISCAL									210.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									210.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**688.075**
		PROJETOS							
02 122	**0570 7S05**	**Construção do Edifício-Anexo do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia**							**688.075**
02 122	0570 7S05 2261	Construção do Edifício-Anexo do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - No Município de Salvador - BA							688.075
		Edifício construído (percentual de execução física): 2	F	4	2	90	0	100	688.075
TOTAL – FISCAL									**688.075**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**688.075**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**187.641**
		PROJETOS							
02 122	**0570 14A2**	**Construção de Cartório Eleitoral no Lago Sul - DF**							**187.641**
02 122	0570 14A2 6S00	Construção de Cartorio Eleitoral no Lago Sul - DF - Em Brasília - DF (Lago Sul)							187.641
		Cartório construído (percentual de execução física): 12	F	4	2	90	0	100	187.641
TOTAL – FISCAL									**187.641**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**187.641**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**8.084.412**
		PROJETOS							
02 122	**0570 14B3**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Vitorino Freire - MA**							**600.000**
02 122	0570 14B3 0764	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Vitorino Freire - MA - No Município de Vitorino Freire - MA							600.000
		Cartório construído (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	100	600.000
02 122	**0570 14B4**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Barreirinhas - MA**							**40.000**
02 122	0570 14B4 0575	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Barreirinhas - MA - No Município de Barreirinhas - MA							40.000
		Cartório construído (percentual de execução física): 7	F	4	2	90	0	100	40.000
02 122	**0570 14B5**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Chapadinha - MA**							**800.000**
02 122	0570 14B5 0605	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Chapadinha - MA - No Município de Chapadinha - MA							800.000
		Cartório construído (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	100	800.000
02 122	**0570 14B7**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Estreito - MA**							**600.000**
02 122	0570 14B7 0617	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Estreito - MA - No Município de Estreito - MA							600.000
		Cartório construído (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	100	600.000
02 122	**0570 14B8**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Humberto de Campos - MA**							**600.000**
02 122	0570 14B8 0634	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Humberto de Campos - MA - No Município de Humberto de Campos - MA							600.000
		Cartório construído (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	100	600.000
02 122	**0570 14BB**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Rosário - MA**							**600.000**
02 122	0570 14BB 0707	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Rosário - MA - No Município de Rosário - MA							600.000
		Cartório construído (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	100	600.000
02 122	**0570 14BD**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de São Bernardo - MA**							**600.000**
02 122	0570 14BD 0721	Construção de Cartório Eleitoral no Município de São Bernardo - MA - No Município de São Bernardo - MA							600.000
		Cartório construído (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	100	600.000
02 122	**0570 14BF**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Codó - MA**							**924.570**
02 122	0570 14BF 0607	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Codó - MA - No Município de Codó - MA							924.570
		Cartório construído (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	100	924.570
02 122	**0570 14BG**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Pinheiro - MA**							**800.000**
02 122	0570 14BG 0692	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Pinheiro - MA - No Município de Pinheiro - MA							800.000
		Cartório construído (percentual de execução física):	F	4	2	90	0	100	800.000

		100							
02 122	0570 14V6	Construção de Cartório Eleitoral no Município de São Mateus do Maranhão - MA							118.842
02 122	**0570 14V6 0736**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de São Mateus do Maranhão - MA - No Município de São Mateus do Maranhão - MA**							**119.842**
		Cartório construído (percentual de execução física): 21	F	4	2	90	0	100	**119.842**
02 122	0570 14WS	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Pindaré Mirim - MA							600.000
02 122	**0570 14WS 0691**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Pindaré Mirim - MA - No Município de Pindaré-Mirim - MA**							**600.000**
		Cartório construído (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	100	**600.000**
02 122	0570 14WT	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Santa Luzia do Paruá - MA							600.000
02 122	**0570 14WT 0713**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Santa Luzia do Paruá - MA - No Município de Santa Luzia do Paruá - MA**							**600.000**
		Cartório construído (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	100	**600.000**
02 122	0570 14WU	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Pastos Bons - MA							600.000
02 122	**0570 14WU 0683**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Pastos Bons - MA - No Município de Pastos Bons - MA**							**600.000**
		Cartório construído (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	100	**600.000**
02 122	0570 14WV	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Esperantinópolis - MA							600.000
02 122	**0570 14WV 0616**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Esperantinópolis - MA - No Município de Esperantinópolis - MA**							**600.000**
		Cartório construído (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	100	**600.000**
TOTAL – FISCAL									8.084.412
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.084.412

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)
Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							290.000
		PROJETOS							
02 122	0570 14V9	Ampliação de Cartório Eleitoral no Município de Belo Horizonte – MG							290.000
02 122	**0570 14V9 2408**	**Ampliação de Cartório Eleitoral no Município de Belo Horizonte – MG - No Município de Belo Horizonte - MG**							**290.000**
		Cartório ampliado (percentual de execução física): 43	F	4	2	90	0	100	**290.000**
TOTAL – FISCAL									290.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									290.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)
Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							308.922
		PROJETOS							
02 122	0570 14IN	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Marabá - PA							88.922
02 122	**0570 14IN 0316**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Marabá - PA - No Município de Marabá - PA**							**88.922**
		Cartório construído (percentual de execução física): 6	F	4	2	90	0	100	88.922
02 122	0570 14VF	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Parauapebas - PA							220.000
02 122	**0570 14VF 0339**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Parauapebas - PA - No Município de Parauapebas - PA**							**220.000**
		Cartório construído (percentual de execução física): 14	F	4	2	90	0	100	**220.000**
TOTAL – FISCAL									308.922
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									308.922

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)
Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							2.370.000
		PROJETOS							
02 122	0570 13SY	Construção do Depósito do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná							291.500
02 122	**0570 13SY 4104**	**Construção do Depósito do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - No Município de Curitiba - PR**							**291.500**

		Imóvel construído (percentual de execução física): 1	F	4	2	90	0	100	291.500
02 122	**0570 14DN**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Curitiba - PR**							**400.000**
02 122	0570 14DN 4105	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Curitiba - PR - No Município de Curitiba - PR							400.000
		Cartório construído (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	100	400.000
02 122	**0570 14MQ**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Maringá - PR**							**105.000**
02 122	0570 14MQ 4219	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Maringá - PR - No Município de Maringá - PR							105.000
		Cartório construído (percentual de execução física): 1	F	4	2	90	0	100	105.000
02 122	**0570 14WW**	**Reforma e Ampliação dos Acessos do Edifício-Sede do TRE - PR**							**1.573.500**
02 122	0570 14WW 4104	Reforma e Ampliação dos Acessos do Edifício-Sede do TRE - PR - No Município de Curitiba - PR							1.573.500
		Reforma efetivada (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	100	1.573.500
TOTAL – FISCAL									**2.370.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.370.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)
Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**340.000**
		PROJETOS							
02 122	**0570 14ES**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Ouricuri - PE**							**170.000**
02 122	0570 14ES 1677	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Ouricuri - PE - No Município de Ouricuri - PE							170.000
		Cartório construído (percentual de execução física): 7	F	4	2	90	0	300	170.000
02 122	**0570 14EV**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Igarassu - PE**							**170.000**
02 122	0570 14EV 1638	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Igarassu - PE - No Município de Igarassu - PE							170.000
		Cartório construído (percentual de execução física): 7	F	4	2	90	0	300	170.000
TOTAL – FISCAL									**340.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**340.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)
Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**75.108**
		PROJETOS							
02 122	**0570 14FV**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Rio Bonito - RJ**							**75.108**
02 122	0570 14FV 3337	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Rio Bonito - RJ - No Município de Rio Bonito - RJ							75.108
		Cartório construído (percentual de execução física): 9	F	4	2	90	0	100	75.108
TOTAL – FISCAL									**75.108**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**75.108**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)
Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**175.000**
		PROJETOS							
02 122	**0570 12OQ**	**Construção do Anexo II ao Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**							**175.000**
02 122	0570 12OQ 0116	Construção do Anexo II ao Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - No Município de Porto Velho - RO							175.000
		Imóvel construído (percentual de execução física): 26	F	4	2	90	0	100	175.000
TOTAL – FISCAL									**175.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**175.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)
Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**400.000**
		PROJETOS							
02 122	**0571 14WP**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Vacaria - RS**							**400.000**
02 122	0571 14WP 5176	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de							400.000

		Vacaria - RS - No Município de Vacaria - RS Prédio construído (percentual de execução física): 18	F	4	2	90	0	181	400.000
TOTAL – FISCAL									400.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.051.933
		PROJETOS							
02 122	0571 11BM	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente - SP							1.051.933
02 122	0571 11BM 3830	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente - SP - No Município de Presidente Prudente - SP							1.051.933
		Edifício construído (percentual de execução física): 15	F	4	2	90	0	181	1.051.933
TOTAL – FISCAL									1.051.933
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.051.933

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.650.000
		PROJETOS							
02 122	0571 14J8	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Quirinópolis - GO							1.650.000
02 122	0571 14J8 5611	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Quirinópolis - GO - No Município de Quirinópolis - GO							1.650.000
		Edifício construído (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	181	1.650.000
TOTAL – FISCAL									1.650.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.650.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.326.981
		PROJETOS							
02 122	0571 12PN	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Juara - MT							37.178
02 122	0571 12PN 5332	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Juara - MT - No Município de Juara - MT							37.178
		Edifício construído (percentual de execução física): 5	F	4	2	90	0	100	37.178
02 122	0571 12PO	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Jaciara - MT							1.015.807
02 122	0571 12PO 5329	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Jaciara - MT - No Município de Jaciara - MT							1.015.807
		Edifício construído (percentual de execução física): 84	F	4	2	90	0	100	1.015.807
02 122	0571 12PQ	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Colniza - MT							169.019
02 122	0571 12PQ 5309	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Colniza - MT - No Município de Colniza - MT							169.019
		Edifício construído (percentual de execução física): 24	F	4	2	90	0	100	169.019
02 122	0571 12PS	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Campo Novo do Parecis - MT							159.205
02 122	0571 12PS 5298	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Campo Novo do Parecis - MT - No Município de Campo Novo do Parecis - MT							159.205
		Edifício construído (percentual de execução física): 22	F	4	2	90	0	100	159.205
02 122	0571 12PT	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Alto Araguaia - MT							190.512
02 122	0571 12PT 5280	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Alto Araguaia - MT - No Município de Alto Araguaia - MT							190.512
		Edifício construído (percentual de execução física): 26	F	4	2	90	0	100	190.512
02 122	0571 12PW	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Várzea Grande - MT							1.333.903
02 122	0571 12PW 5411	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Várzea Grande - MT - No Município de Várzea Grande - MT							1.333.903
		Prédio construído (percentual de execução física): 48	F	4	2	90	0	100	1.333.903
02 122	0571 12PY	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Sapezal - MT							132.935
02 122	0571 12PY 5398	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado							132.935

		Trabalhista de Sapezal - MT - No Município de Sapezal - MT							
		Edifício construído (percentual de execução física): 20	F	4	2	90	0	100	132.935
02 122	0571 12Q0	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Nova Mutum - MT							98.971
02 122	0571 12Q0 5354	Construção do **Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Nova Mutum** - MT - No Município de Nova Mutum - MT							98.971
		Edifício construído (percentual de execução física): 15	F	4	2	90	0	100	98.971
02 122	0571 12Q1	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Peixoto de Azevedo - MT							189.451
02 122	0571 12Q1 5365	Construção do **Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Peixoto de Azevedo** - MT - No Município de Peixoto de Azevedo - MT							189.451
		Edifício construído (percentual de execução física): 26	F	4	2	90	0	100	189.451
TOTAL – FISCAL									3.326.981
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.326.981

ÓRGÃO: 03000 - Tribunal de Contas da União
UNIDADE: 03101 - Tribunal de Contas da União
ANEXO II — Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0550	Controle Externo							14.000.000
		PROJETOS							
01 122	0550 7T83	Aquisição de Terreno para Ampliação da Secretaria de Controle Externo do Estado da Bahia							14.000.000
01 122	0550 7T83 2261	Aquisição de Terreno para Ampliação da Secretaria de Controle Externo do Estado da Bahia - No Município de Salvador - BA							14.000.000
		Imóvel adquirido (unidade): 1	F	4	2	90	0	100	14.000.000
TOTAL – FISCAL									14.000.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.000.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO II — Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.000.000
		ATIVIDADES							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							200.000
02 061	0569 4257 0001	**Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional**	F	3	2	90	0	100	200.000
		PROJETOS							
02 122	0569 12R6	Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em Salvador - BA							650.000
02 122	0569 12R6 2261	**Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em Salvador - BA - No Município de Salvador - BA**	F	4	2	90	0	100	650.000
02 122	0569 7E41	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Guanambi - BA							150.000
02 122	0569 7E41 2068	**Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Guanambi - BA - No Município de Guanambi - BA**	F	4	2	90	0	100	150.000
TOTAL – FISCAL									1.000.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II — Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.434.746
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							1.434.746
02 122	0570 20GP 0001	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional**	F	4	2	90	0	100	1.434.746
TOTAL – FISCAL									1.434.746
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.434.746

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre
ANEXO II — Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							800.000

		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							400.000
02 122	0570 20GP 0012	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Acre	F	3	2	90	0	100	400.000
		PROJETOS							
02 122	0570 148M	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Cruzeiro do Sul - AC							400.000
02 122	0570 148M 0157	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Cruzeiro do Sul - AC - No Município de Cruzeiro do Sul - AC	F	4	2	90	0	100	400.000
TOTAL – FISCAL									800.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									800.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							210.000
		PROJETOS							
02 122	0570 14PZ	Aquisição de imóvel para o Cartório Eleitoral do Município de Coruripe - AL							210.000
02 122	0570 14PZ 1772	Aquisição de imóvel para o Cartório Eleitoral do Município de Coruripe - AL - No Município de Coruripe - AL Imóvel adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	100	210.000
TOTAL – FISCAL									210.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									210.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							8.084.412
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							159.842
02 122	0570 20GP 0021	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Maranhão	F	3	2	90	0	100	159.842
		PROJETOS							
02 122	0570 5439	Construção de Cartórios Eleitorais							7.924.570
02 122	0570 5439 7000	Construção de Cartórios Eleitorais - Na Região Metropolitana de São Luís	F	4	2	90	0	100	7.924.570
TOTAL – FISCAL									8.084.412
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.084.412

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							290.000
		PROJETOS							
02 122	0570 14QA	Aquisição de Imóvel para Cartório Eleitoral no Município de Itabirito - MG							290.000
02 122	0570 14QA 2705	Aquisição de Imóvel para Cartório Eleitoral no Município de Itabirito - MG - No Município de Itabirito - MG	F	5	2	90	0	100	290.000
TOTAL – FISCAL									290.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									290.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							2.370.000
		PROJETOS							
02 122	0570 14DG	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Assaí - PR							305.000
02 122	0570 14DG 4034	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Assaí - PR - No Município de Assaí - PR	F	4	2	90	0	100	305.000
02 122	0570 14DH	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Paiçandu - PR							705.000
02 122	0570 14DH 4259	Construção de Cartório Eleitoral no Município de							705.000

		Palmital - PR - No Município de Palmital - PR	F	4	2	90	0	100	705.000
02 122	1570 14DK	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Paraíso do Norte - PR**							**305.000**
02 122	1570 14DK 4261	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Paraíso do Norte - PR - No Município de Paraíso do Norte - PR	F	4	2	90	0	100	305.000
02 122	1570 14DL	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Mangueirinha - PR**							**305.000**
02 122	1570 14DL 4211	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Mangueirinha - PR - No Município de Mangueirinha - PR	F	4	2	90	0	100	305.000
02 122	1570 14E2	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Ipiranga - PR**							**400.000**
02 122	1570 14E2 4160	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Ipiranga - PR - No Município de Ipiranga - PR	F	4	2	90	0	100	400.000
02 122	1570 14E4	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Salto do Lontra - PR**							**100.000**
02 122	1570 14E4 4328	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Salto do Lontra - PR - No Município de Salto do Lontra - PR Cartório construído (percentual de execução física): 25	F	4	2	90	0	100	100.000
02 122	1570 14EL	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Mallet - PR**							**250.000**
02 122	1570 14EL 4205	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Mallet - PR - No Município de Mallet - PR	F	4	2	90	0	100	250.000
TOTAL – FISCAL									2.370.000
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									2.370.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

ANEXO II — **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							340.000
		PROJETOS							
02 122	1570 14MR	**Aquisição de Imóvel para o Cartório Eleitoral no Município de Ipojuca - PE**							**340.000**
02 122	1570 14MR 0101	Aquisição de Imóvel para o Cartório Eleitoral no Município de Ipojuca - PE - No Município de Ipojuca - PE	F	5	2	90	0	300	340.000
TOTAL – FISCAL									340.000
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									340.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO II — **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							400.000
		PROJETOS							
02 122	0571 134F	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Santa Rosa - RS**							**400.000**
02 122	0571 134F 5071	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Santa Rosa - RS - No Município de Santa Rosa - RS	F	4	2	90	0	181	400.000
TOTAL – FISCAL									400.000
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									400.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

ANEXO II — **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							3.326.981
		ATIVIDADES							
02 061	1571 4256	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							2.482.645
02 061	1571 4256 7000	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Modernização da Infraestrutura de Tecnologia da Informação e de Rede de Dados e Voz - No Estado de Mato Grosso	F	4	2	90	0	100	2.482.645
		PROJETOS							
02 122	1571 7U11	**Construção da Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Confresa - MT**							**844.336**
02 122	1571 7U11 5311	Construção da Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Confresa - MT - No Município de Confresa - MT	F	4	2	90	0	100	844.336
TOTAL – FISCAL									3.326.981
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									3.326.981

EM nº 00110/2013 MP

Brasília, 1 de Agosto de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor do Tribunal de Contas da União e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, no valor global de R$ 34.958.072,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, setenta e dois reais), conforme discriminado a seguir:

R$ 1,00

Discriminação	**Aplicação**	**Origem dos Recursos**
Tribunal de Contas da União	14.000.000	14.000.000
Tribunal de Contas da União	14.000.000	14.000.000
Justiça Federal	1.000.000	1.000.000
Justiça Federal de Primeiro Grau	1.000.000	1.000.000
Justiça Eleitoral	13.529.158	13.529.158
Tribunal Superior Eleitoral		1.434.746
Tribunal Regional Eleitoral do Acre	800.000	800.000
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	210.000	210.000
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	688.075	
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	187.641	
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	8.084.412	8.084.412
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	290.000	290.000
Tribunal Regional Eleitoral do Pará	308.922	
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	2.370.000	2.370.000
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	340.000	340.000
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	75.108	
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	175.000	
Justiça do Trabalho	6.428.914	3.726.981
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - Rio Grande do Sul	400.000	400.000
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP	1.051.933	
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - Goiás	1.650.000	
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - Mato Grosso	3.326.981	3.326.981
Excesso de arrecadação de Recursos de Convênios		2.701.933
Total	34.958.072	34.958.072

2. O crédito proposto tem por objetivo a inclusão de novas categorias de programação na Lei Orçamentária de 2013 - LOA-2013 e, segundo informações apresentadas pelos órgãos envolvidos, possibilitará:

- ao Tribunal de Contas da União, a aquisição de imóveis para abrigar as Secretarias de Controle Externo nos Estados da Bahia e de Sergipe, que atualmente ocupam imóveis de estrutura metálica, situados próximo ao litoral, os quais apresentam situação precária, com danos estruturais que trazem riscos à integridade física do imóvel e de seus ocupantes, além de alto custo de manutenção;

- à Justiça Eleitoral, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral - do Acre, a conclusão da obra de construção de imóvel para armazenamento de urnas eletrônicas no Município de Rio Branco; no TRE de Alagoas, a retomada e conclusão da construção de cartório eleitoral no Município de Palmeira dos Índios; no TRE da Bahia, a conclusão da obra de construção do Edifício-Anexo ao Tribunal, no Município de Salvador; no TRE do Distrito Federal, a conclusão da obra de construção de cartório eleitoral no Lago Sul; no TRE do Maranhão, a construção de cartórios eleitorais nos Municípios de Vitorino Freire, Barreirinhas, Chapadinha, Estreito, Humberto de Campos, Rosário, São Bernardo, Codó, Pinheiro, São Mateus do Maranhão, Pindaré Mirim, Santa Luzia do Paruá, Pastos Bons e Esperantinópolis; no TRE de Minas Gerais, a conclusão da obra de ampliação de cartório eleitoral no Município de Belo Horizonte; no TRE do Pará, a reconstrução do muro de contenção e de aterro concernente ao projeto de construção de cartório eleitoral no Município de Marabá, e a retomada e a conclusão da construção de cartório eleitoral no Município de Parauapebas; no TRE do Paraná, o atendimento às alterações no projeto inicial de construção de depósito do Tribunal, no Município de Curitiba, a construção de cartórios eleitorais nos Municípios de Curiúva e Maringá, a reforma e ampliação dos acessos do edifício-sede do Tribunal, no Município de Curitiba; no TRE de Pernambuco, a conclusão das obras de construção de cartórios eleitorais nos Municípios de Ouricuri e Igarassu no TRE do Rio de Janeiro, o término das obras de construção de cartório eleitoral no Município de Rio Bonito; e no TRE de Rondônia, a conclusão da obra de construção do Anexo II ao edifício-sede do Tribunal, no Município de Porto Velho;

- à Justiça do Trabalho, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho - TRT da 4ª Região - Rio Grande do Sul, a aquisição de terreno para construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Vacaria; no TRT da 15ª Região - Campinas/SP, a conclusão da obra de construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente; no TRT da 18ª Região - Goiás, a realização da obra de construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Quirinópolis; e, no TRT da 23ª Região - Mato Grosso, a instalação, urbanização externa, construção e pavimentação de estacionamentos, referentes à complementação das obras de construção de edifícios-sede para abrigar os Postos Avançados Trabalhistas de Juara, de Colniza, de Campo Novo do Parecis, do Alto Araguaia, de Várzea Grande, de Sapezal, de Nova Mutum e de Peixoto de Azevedo, além da continuidade do projeto de construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Jaciara.

3. Esclareço que a inclusão de novas programações para conclusão de obras justificam-se pela impossibilidade de terminá-las em 2012, conforme inicialmente previsto.

4. A proposição decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos e será viabilizada à conta de excesso de arrecadação de Recursos de Convênios e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

5. Segundo os órgãos envolvidos no crédito, os remanejamentos ora propostos não trarão prejuízo à execução da programação objeto de cancelamento, pois foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício corrente.

6. Quanto à utilização de dotações decorrentes de emendas parlamentares, as quais compensam parte do crédito, destaca-se que foram apresentadas as autorizações de seus autores, nos termos dos Ofícios nºs 120/2013/CFFC-P, de 30 de abril de 2013, do Deputado Federal Edinho Bez; 007/GAB/BSB/FS/2013, de 22 de abril de 2013, do Deputado Federal Fábio Souto; 036/2013, de 29 de abril de 2013, do Deputado Federal Gladson Cameli; 028/2013, de 8 de maio de 2013, do Deputado Federal Taumaturgo Lima, s/nº/2013, de 26 de abril de 2013, da Bancada Federal do Maranhão; s/nº/2013, de abril de 2013, do Deputado Federal Luiz Carlos Setim; s/nº/2013, de 10 de maio de 2013, do Senador Sérgio Souza; s/nº/2013, de abril de 2013, do Deputado Federal Abelardo Lupion; CD-025/2013, de 11 de abril de 2013, do Deputado Federal Nelson Meurer; 0273/13-SEN, de 17 de abril de 2013, do Senador Álvaro Dias; e GC nº 052/2013, de 22 de abril de 2013, do Deputado Federal Valtenir Luiz Pereira.

7. Ressalto que, no caso dos órgãos do Poder Judiciário, as solicitações de créditos foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Justiça, nos termos do Parecer de Mérito nº 0002577-24.2013.2.00.0000, de 27 de junho de 2013, cuja cópia acompanha esta Exposição de Motivos, em cumprimento ao disposto no art. 39, § 6º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 - LDO-2013.

8. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 38, § 7º, da LDO-2013, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R$ 32.256.139,00 (trinta dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, cento e trinta e nove reais) referem-se ao remanejamento entre despesas primárias discricionárias para priorização das novas programações; e

b) R$ 2.701.933,00 (dois milhões, setecentos e um mil, novecentos e trinta três reais) atendem despesas com recursos de convênios, que serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, relativa ao terceiro bimestre de 2013.

9. Adicionalmente, são demonstrados, nos quadros anexos à presente Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto no art. 38, § 8º, da LDO - 2013, o excesso de arrecadação de Recursos de Convênios, apropriados parcialmente neste crédito.

10. Destaco, por oportuno, que os ajustes do Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015, de que trata a Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, porventura necessários em decorrência das alterações promovidas pelo presente crédito especial, deverão ser realizados de acordo com o § 4º do art. 21 da referida Lei.

11. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 38, § 8º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012)

Unidade: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Fonte 81: Recursos de Convênios R$ 1,00

NATUREZA	2013		EXCESSO/
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
17610000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	3.523.000	9.526.051	6.003.051
Total	**3.523.000**	**9.526.051**	**6.003.051**
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			1.051.933
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			1.051.933
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)			**4.951.118**

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 38, § 8º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012)

Unidade: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - Goiás
Fonte 81: Recursos de Convênios R$ 1,00

NATUREZA	2013		EXCESSO/
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
17610000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	2.323.177	4.764.297	2.441.120
Total	**2.323.177**	**4.764.297**	**2.441.120**
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			1.650.000
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			1.650.000
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)			**791.120**

Mensagem nº 345

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor global de R$ 34.958.072,00, para os fins que especifica".

Brasília, 14 de agosto de 2013.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

.....
.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.(Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

.....

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

.....

.....

LEI Nº 12.593, DE 18 DE JANEIRO DE 2012

Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.

.....

Art. 21. Considera-se revisão do PPA-2012-2015 a inclusão, a exclusão ou a alteração de Programas.

.....

§ 4º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional, deverá:

I - alterar o Valor Global do Programa;

II - incluir, excluir ou alterar Iniciativas;

III - adequar as vinculações entre ações orçamentárias e Iniciativas; e

IV - incluir, excluir ou alterar Metas;

.....

.....

LEI Nº 12.708, DE 17 DE AGOSTO DE 2012.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências.

.....

Art. 38. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que

possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

.....

§ 7º As exposições de motivos às quais se refere o § 6º, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados ao atendimento de despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

.....

§ 8º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2013, apresentadas de acordo com a classificação de que trata a alínea "a" do inciso III do caput do art. 9o, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

.....

§ 9º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2012, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2013;

III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e

IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2012, por fonte de recursos.

.....

§ 12. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais aos orçamentos dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput, pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, sem prejuízo do disposto no § 6º.

.....

Art. 39. As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2013, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 9º, serão submetidas ao Presidente da República, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações, observado o disposto no § 8º do art. 38.

.....

§ 6º O parecer a que se refere o § 5º deverá ser encaminhado à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão como forma de subsídio à análise das solicitações de créditos suplementares.

.....

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1o do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

.....

.....

LEI Nº 12.798, DE 4 DE ABRIL DE 2013.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013.

.....

.....

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

.....
.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.(Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

.....

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

.....
.....

LEI Nº 12.593, DE 18 DE JANEIRO DE 2012

Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.

.....

Art. 21. Considera-se revisão do PPA-2012-2015 a inclusão, a exclusão ou a alteração de Programas.

.....

§ 4º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional, deverá:

I - alterar o Valor Global do Programa;

II - incluir, excluir ou alterar Iniciativas;

III - adequar as vinculações entre ações orçamentárias e Iniciativas; e

IV - incluir, excluir ou alterar Metas;

.....

.....

LEI Nº 12.708, DE 17 DE AGOSTO DE 2012.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências.

.....

Art. 38. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

.....

§ 7º As exposições de motivos às quais se refere o § 6º, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados ao atendimento de despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

.....

§ 8º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2013, apresentadas de acordo com a classificação de que trata a alínea "a" do inciso III do caput do art. 9o, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

.....

§ 9º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2012, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2013;

III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e

IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2012, por fonte de recursos.

.....

§ 12. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais aos orçamentos dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput, pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, sem prejuízo do disposto no § 6º.

.....

Art. 39. As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2013, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 9º, serão submetidas ao Presidente da República, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações, observado o disposto no § 8º do art. 38.

.....

§ 6º O parecer a que se refere o § 5º deverá ser encaminhado à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão como forma de subsídio à análise das solicitações de créditos suplementares.

.....

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1o do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

.....

.....

LEI Nº 12.798, DE 4 DE ABRIL DE 2013.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013.

.....

.....

(À Comissão Mista de Plano, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – O calendário de tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional, estabelecido nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, será publicado.

É o seguinte o calendário:

Leitura: 19-8-2013

Até 24/8 prazo para publicação e distribuição de avulsos;

até 1º/9 prazo para apresentação de emendas;

até 6/9 prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas apresentadas; e

até 21/9 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

O projeto vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A matéria será publicada em avulsos e no Diário do Senado Federal de 20 de agosto do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a **Mensagem nº 75, de 2013-CN** (nº 349, de 2013, na origem), solicitando a retirada do **Projeto de Lei nº 5, de 2013-CN**, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), para o fim que especifica*.

A Presidência, nos termos do "caput" do art. 42 do Regimento Comum, defere a solicitação, encaminha a mensagem à publicação e determina sua juntada ao processado do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2013-CN, que vai ao arquivo.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – O Senado Federal recebeu os seguintes Avisos de Ministros de Estado:

– **Aviso nº 116, de 14 de agosto de 2013**, do Presidente do Banco Central do Brasil, em resposta ao Requerimento nº 376, de 2013, de informações, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

– **Aviso nº 1.453, de 14 de agosto de 2013**, do Ministro de Estado da Justiça, em resposta ao Requerimento nº 575, de 2013, de informações, de autoria do Senador Jader Barbalho.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2013

Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei regula o exercício da profissão de Gerontólogo em todo território nacional.

Art. 2º O exercício da profissão de Gerontólogo é privativo:

I – dos diplomados em Gerontologia por estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos;

II – dos diplomados como Tecnólogo em Gerontologia e Desenvolvimento Social por estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos;

III – dos diplomados em curso similar no exterior, após a revalidação e registro do diploma nos órgãos competentes, bem como aos que tenham este exercício amparado por convênios internacionais de intercâmbio.

Art. 3° São atividades do Gerontólogo:

I – realizar os serviços de atenção ao idoso em seus diferentes níveis de complexidade, incluindo Centros de Convivência, Centros de Referência de Atenção Social, Centros-dia, Instituições de Longa Permanência para Idoso, Programas de Atenção Domiciliar, Universidades Abertas à Terceira Idade e Unidades de Referência na Saúde do Idoso;

II – realizar a avaliação gerontológica e elaborar planos de atenção integral à pessoa idosa que considere as suas necessidades biopsicossociais;

III – planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar programas, serviços, políticas e modalidades assistenciais ao idoso, comunidade e família, com vistas à promoção do bem-estar e qualidade de vida dos assistidos;

IV – promover a integração de equipes multiprofissionais que prestam assistência a pessoas idosas;

V – criar e conduzir programas socio-educativos sobre o envelhecimento para a população em geral e para profissionais de outras áreas que trabalham com pessoas idosas;

VI – desenvolver intervenções para preparar as pessoas para seu próprio envelhecimento e período de aposentadoria, por meio de gestão de casos e intervenções educativas;

VII – formular novas políticas e programas de atenção à população que envelhece;

VIII – prestar consultoria, assessoria, auditoria e emissão de parecer sob o ponto de vista gerontológico;

IX – prestar consulta gerontológica.

X – desenvolver pesquisas em Gerontologia.

Art. 4º São atividades do Tecnólogo em Gerontologia e Desenvolvimento Social:

I – desenvolver pesquisas na área de envelhecimento humano;

II – participar como técnico de nível superior em grupos de saúde, sanitarismo, nutrição, fisioterapia e educação;

III– integrar equipes profissionais no âmbito da indústria farmacêutica e cosmética.

IV – atuar no recrutamento, administração, e em parceria multiprofissional atuar na gestão, educação, lazer e orientação em saúde e prevenção de doenças em adultos idosos;

V – elaborar estudos, pesquisas e projetos na área de gerontologia para melhorar, adaptar e inovar os serviços de atenção ao idoso buscando soluções para os problemas sociais e administrativos, ligados ao envelhecimento humano.

Art. 5º Fica estabelecido o dia 24 de março como o Dia do Gerontólogo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Assistimos, no Brasil, a uma redução proporcional da população jovem e a um aumento na proporção e no número absoluto de idosos. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, o número de idosos no Brasil é de cerca de 21 milhões de pessoas, correspondendo a 11,3% do total da população. Destes, 16,5 milhões vivem na área urbana e 3,4 milhões na área rural.

Nesse contexto e com a prevalência das condições crônicas e os novos arranjos familiares, a formação acadêmica do gerontólogo proporciona desde soluções que associem a excelência do cuidado e a manutenção da qualidade de vida do idoso, até o gerenciamento adequado dos recursos humanos e financeiros.

Define-se a gerontologia como a *ciência que estuda o processo de envelhecimento em suas mais diversas dimensões, e se constitui, na prática, na ótica atual, em uma especialidade de diferentes profissões. A gerontologia é multidisciplinar, pois reúne conceitos teóricos provenientes de diferentes disciplinas, em torno do seu objeto de estudo. É interdisciplinar em função da complexidade do fenômeno da velhice que exige não apenas a união de conhecimentos existentes em diversas disciplinas, mas também a construção de um novo corpo de conhecimento científico que orienta a sua prática. Assim, podemos dizer que a gerontologia é uma disciplina transversal, porque ela não pode ser explicada sob a ótica de um ramo específico da ciência.*[1]

A profissão de gerontólogo já é regulamentada em outros países que tratam a questão do envelhecimento como um processo ao longo da vida.

Hoje, temos esses profissionais trabalhando em planos de saúde, consultorias de preparação para aposentadoria, núcleos de convivência para idosos, hospitais-dia geriátricos, em centro-dia e na área da educação, além de pesquisa básica principalmente sobre a Doença de Alzheimer.

Não é demais enfatizar que os gerontólogos não vêm para ocupar espaço de nenhum outro profissional já estabelecido, mas sim para completar uma lacuna existente que compreende todos os eixos do envelhecimento e todo o ciclo de vida.

Com a regulamentação da profissão cria-se uma identidade profissional, exigindo-se do gerontólogo a ética, e dando-lhe condições para exercer sua profissão na sua amplitude de direitos, não permitindo a atividade de terceiros não qualificados tecnicamente e sem formação adequada para o seu exercício.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio de todos os membros do Congresso Nacional para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim.**

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 922, DE 2013

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça as seguintes informações, relativas à matéria veiculada pelo programa "Fantástico", da TV Globo, no dia 11 de agosto de 2013, sobre o mercado clandestino de informações pessoais que opera livremente no Brasil.

1. O Ministério da Justiça e o Departamento de Polícia Federal estão tomando providências no sentido de coibir esta prática criminosa? Quais?

1 Sofia Cristina Iost Pavarini, Marisa Silvana Zazzetta de Mendiondo, Elizabeth Joan Barham, Vania Aparecida Gurian Varoto, Carmen Lúcia Alves Filizola: A arte de cuidar do idoso: gerontologia como profissão? in http://www.cuidardeidosos.com.br/wp-content/uploads/2008/04/gerontologia%20como%20profiss%C3%A3o.pdf)

2. A matéria informa que a venda ilegal de informações pessoais ocorreu inclusive dentro do próprio Departamento de Polícia Federal. Que medidas judiciais e administrativas estão sendo tomadas no sentido de apurar a veracidade dos fatos mencionados no referido programa de televisão?

3. A matéria também veicula notícia sobre a venda ilegal de informações do Infoseg. Conforme descrição encontrada no sítio eletrônico do Infoseg, sistema de informações sob a coordenação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgão pertencente à estrutura básica desse Ministério, "a Rede Infoseg hoje integra os bancos de dados das secretarias de segurança pública de todos os estados e Distrito Federal, incluindo termos circunstanciados e mandados de prisão; o sistema de controle de processos do Superior Tribunal de Justiça; o sistema de CPF e CNPJ da Receita Federal; o RENACH - Registro Nacional de Carteira de Habilitação e RENAVAM - Registro Nacional de Veículos Automotores, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN); o SIGMA - Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, do Exército; o SINARM - Sistema Nacional de Armas, da Polícia Federal e o SINIC - Sistema Nacional de Informações Criminais, ambos da Polícia Federal. Estão em estudos e negociações outros sistemas para compor a grande Rede Infoseg". Trata-se, Senhor Ministro, de um conjunto de informações que, se acessadas indevidamente, possui altíssimo potencial de risco para os cidadãos e para a segurança pública. Qual a estratégia do Ministério da Justiça para enfrentar uma possível crise na área de segurança da informação?

4. A Rede Infoseg sabidamente é uma grande iniciativa na área de segurança pública, integrando bancos de dados de diversos órgãos de todos os entes da Federação. Contudo - todos já sabíamos -, qualquer banco de dados que integre uma tal quantidade de informações pessoais dos cidadãos viria inevitavelmente a se tornar alvo de ações criminosas. Trata-se de um risco bastante previsível. Quais são as prevenções a esse tipo de crime já existentes no âmbito do Infoseg? Quais são os pontos vulneráveis do Infoseg que permitiram tal invasão?

Justificação

Devido à reportagem veiculada no programa "Fantástico", da TV Globo, em 11 de agosto de 2013, ficou mais evidente o problema da venda ilegal de dados pessoais dos bancos de dados públicos, seja com a finalidade de cometer crimes posteriores ou de mera investigação pessoal.

A prática criminosa envolve agentes públicos que têm acesso a tais informações em razão das funções que exercem, meliantes que exercem o papel de verdadeiros corretores desse mercado e dos compradores de tais informações. Já há uma grande estrutura dinamizando essa atividade criminosa.

Este Requerimento vem externar a nossa preocupação com os riscos a que estão submetidos não só os cidadãos, mas a própria estrutura de segurança pública dos Estados e da União, e questionar o Senhor Ministro da Justiça sobre as medidas adotadas no sentido de combater a referida prática, que, em nossa opinião, já alcançou dimensões de crise na área de segurança da informação.

Contando com o bom senso e a sensibilidade política dos ilustres Pares, solicito apoio à presente proposição

Sala das Sessões, – Senadora **Ana Amélia,** (PP-RS).

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 923, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 221, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam apresentadas condolências à família do padre Lauro de Deus Nogueira Sobrinho, falecido no último dia 14 de agosto, em Teresina Piauí, e informe especial ao Arcebispo Dom Jacinto Furtado de Brito Sobrinho.

Justificação

Conheci o padre Lauro de Deus Nogueira Sobrinho quando ele ainda era seminarista. Foi um sacerdote que em muitos momentos me apoiou. Na época em que o Banco do Estado estava sendo fechado ele esteve conosco e durante os meus mandatos e celebrava as missas em ação de graças. Ele tinha uma sensibilidade social muito grande e conseguia contextualizar o evangelho para os dias atuais. Era um grande evangelizador.

Padre Lauro produzia e apresentava o programa Igreja Viva no canal 7 de Teresina e gravou vários CDs com músicas católicas. Ele também realizava shows nas paróquias da Arquidiocese e em todo Piauí. O padre Lauro de Deus Nogueira Sobrinho, 47 anos, morreu no último dia 14 de agosto, em Teresina.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2013. – Senador **Wellington Dias,** (Líder PT).

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício nº 170/2013-CRE

Brasília, 12 de agosto de 2013

Assunto: Aprovação de Requerimento

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência a aprovação do Requerimento nº 74, de 2013 – CRE, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que requer que esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional "solicite à Presidência do Senado Federal a colocação de banner na página institucional da Casa para a divulgação da campanha Nossa Amazônia – dia NÃO à privatização do nome da Amazônia!."

Respeitosamente, – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – O ofício que acaba de ser lido será publicado e remetido à Secretaria de Comunicação Social.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Alvaro Dias, quero falar, nesta segunda-feira, sessão destinada aos debates, sobre um tema polêmico que preocupa a todos, que é a chamada terceirização.

Sr. Presidente, falo da terceirização do trabalho no panorama nacional, principalmente quanto à nossa atuação aqui no Congresso. Acompanho essa discussão com enorme interesse desde a época em que atuava na Câmara dos Deputados.

Na verdade, a discussão sobre a terceirização e a tentativa de flexibilizar os direitos dos trabalhadores são um dos motivos que me trouxeram ao Senado Federal, por discordar, na época, de um projeto que ia à linha de flexibilizar. Perdemos lá, eu propus que viesse ao Senado, e aqui nós o derrubamos.

Mesmo quando eu era Deputado, participava ativamente desse debate, porque sempre tive o entendimento de que a terceirização levaria à precarização dos direitos dos trabalhadores.

Eu admito que esse debate foi criado sem a correta ponderação na visão dos trabalhadores, principalmente no tocante à defesa dos Direitos Fundamentais, cravados e inscritos em nossa chamada Constituição Republicana.

Recordo, antes mesmo desse tempo, quando o Presidente Lula assumiu seu primeiro mandato e cumpriu uma promessa que foi a retirada de um projeto que flexibilizava, na época, a CLT. Do mesmo modo, ele sustou o desenvolvimento da terceirização proposta via Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que altera o dispositivo da Lei 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e, também, sobre a relação de trabalho nas empresas prestadoras de serviços a terceiros.

Sr. Presidente, lamentavelmente, não foi possível extinguir esse projeto que se manteve em tramitação – e tramita até hoje – na Câmara dos Deputados. Mas, vamos aos fatos mais recentes.

A proposta atual, ou seja, o PL nº 6.007, apresentado em 18 de julho de 2013, procura assegurar o pagamento dos adicionais de insalubridade e de periculosidade aos trabalhadores terceirizados, o que eu considero um avanço.

Hoje, tramitam no Congresso Nacional cerca de 60 proposições que tratam, mesmo indiretamente, sobre o tema terceirização. Em muitas delas presenciamos o caráter precarizante da relação de trabalho para os trabalhadores terceirizados.

A redução de encargos e custos das empresas aparece como pauta nem sempre subliminar em detrimento da correção quanto à folha de pagamento dos trabalhadores. Enfim, tomar partido é uma expressão que, nesse caso, assume sentido amplo e verdadeiro. Duas correntes aguerridas se firmaram: uma defendendo a terceirização a todo custo; e outra corrente oposta cerrando fileiras para impedir que esses projetos de terceirização possam avançar, ou seja, possam ser aprovados.

É inegável que a quantidade de projetos com problemas técnicos é alta, sendo até muitos inconstitucionais; provavelmente, o maior dos problemas.

A insegurança jurídica imposta aos trabalhadores por alguns deles é notória. No entanto, aceito que eles serviram de disparadores para que tivéssemos um processo de discussão nacional sobre o estado da arte da terceirização no País.

Enfim, como eu dizia, nos tempos atuais, o tempo de lutar a boa luta chegou. É imperativo que pensemos, e também a sociedade civil, em um marco legal para a área, de modo que não abdiquemos da justiça social, da segurança jurídica dos trabalhadores, nem

das cláusulas pétreas relativas ao trabalho estimuladas pela nossa Constituição.

A Justiça do Trabalho revela que as ações judiciais envolvendo a terceirização e seus contornos ou limites têm-se tornado um gargalo praticamente intransponível. Isso não tem a ver somente com o grande volume de processos, mas também com a dificuldade na cobrança daquilo que é devido aos trabalhadores. Tais empresas terceirizadas, infelizmente, desaparecem, evaporam, e as dívidas não se resolvem, com prejuízo, infelizmente, para a parte mais frágil, ou seja, o trabalhador.

É o famoso "gato", que, simplesmente, fecha as portas. Já aconteceu, inclusive, aqui no Senado: a empresa terceirizada fecha as portas, some, e, aí, a polêmica fica entre a empresa que contratou a terceirizada e a chamada responsabilidade solidária, a que sou favorável. O agente que emprega uma terceirizada, o titular, tem de saber quem está contratando, porque, senão, no meu entendimento, ele vai ter assumir a responsabilidade, a chamada responsabilidade solidária.

E, note-se, a dívida trabalhista, por exemplo, muitas vezes chega a ser de cunho alimentar. O salário subtraído ao trabalhador pagaria a alimentação e a sobrevivência de sua família, que está em xeque.

A questão, para a Justiça do Trabalho, é tão relevante, que a primeira audiência pública da história do TST (Tribunal Superior do Trabalho) tratou justamente da terceirização, ou seja, da precarização dos direitos dos trabalhadores dos serviços terceirizados.

Somente no TST correm cerca de cinco mil recursos, além de outros milhares de processos que adentram, continuamente, os foros trabalhistas do Brasil, sobre esse tema.

Ninguém pode discordar de que número tão elevado de ações, que valem muitos milhões de reais, poderia ser minorado por uma legislação que garantisse corretamente os direitos do trabalhador terceirizado e responsabilizasse o gestor ou o empresário que terceiriza, o que evitaria a ida do trabalhador à Justiça. Ou seja, aqui de novo, repito, a responsabilidade solidária.

A questão da terceirização está imbricada a diversos aspectos econômicos importantes, como o desenvolvimento global do comércio e a produção em escala competitiva.

Este aspecto aponta, em tese, para a terceirizaçao como elemento propiciador, segundo alguns, de condições que melhoram a competitividade.

Aponta também, Sr. Presidente, para o fato de que há países, nossos competidores, em que os direitos trabalhistas não se desenvolveram como no Brasil, permitindo assim a precarização máxima do trabalho em prol de um certo, abro aspas, "bem-estar nacional", noção sociológica consubstanciada em um ideário que dificilmente um brasileiro ou brasileira aceitaria. É o nosso caso, não aceitamos.

No entanto, a condição humana é distinta como é distinta a geografia. No Vietnã, no Camboja, na China, em Bangladesh, onde se produz muito pagando-se muito pouco, sem direitos trabalhistas e previdenciários assegurados, os valores humanos refletem a cultura local e não podemos efetivar um julgamento de valor absoluto sobre essas nações.

O fato, porém, é que, nas condições de produção vigentes nesses países, não temos nós, aqui no Brasil, condições de fazer um bom debate e combate no campo da competição.

É importante registrar, mediante esses sim não e as controvérsias, que a Anamtra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho) tem reiterado sua posição contrária à terceirização como forma de precarização dos direitos dos trabalhadores, segundo os juízes.

Diz a Anamatra: vamos trabalhar – e anunciamos a todos – no sentido da rejeição do PL 4.330, de 2004, que vai nesse sentido.

O aspecto global não é muito explorado, Sr. Presidente, na discussão da terceirização, mas ele também faz parte do composto em que devemos pensar a terceirização.

Naturalmente, não desconhecemos que a especialização é necessária para que se aumente a produção. Existem princípios que tratam de como produzir mais, contra o cronômetro e contra a própria vida.

O serviço especializado custa mais caro e pode ser vendido por mais dinheiro, mas exige formação específica.

No Brasil, a terceirização está regulamentada para vigilantes e para empresas dedicadas a conservação e limpeza, como dispõe a Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho. Nessas áreas, a especialização não é uma exigência de anos, mas de poucos meses ou semanas. Por isso, temos de dividir os alcances da terceirização.

Há uma terceirização mais imediata, se podemos dizer isso, que representa o segmento de serviços que demandam pouco investimento formativo, enquanto há uma especialização mais exigente, que exige cursos superiores em áreas de engenharia, de administração, e por aí vai. Demandam mais tempo e, geralmente, o conhecimento das famosas línguas, como inglês, francês, ou línguas estrangeiras; especialização, normalmente, voltada às atividades fim.

No nosso entendimento, o projeto de terceirização deve ficar apenas com as atividades meio. Nas atividades fim, para aquilo que a empresa se propõe a produzir, o que deve haver é a contratação direta, via CLT, como o TST deixa claro em sua última súmula.

A Índia, por exemplo, país em que a terceirização representa um mercado de US$69 bilhões, fornece serviços de *call center* aos Estados Unidos por um custo cerca de 60% menor do que se pagaria no próprio território norte-americano.

A internacionalização de contratos de prestação de serviços é uma vertente distinta da terceirização, distinta daquilo que realizamos em território nacional, localmente, mas também precisa levar em conta, de modo geral, que a empresa estrangeira que contrata o serviço deve também ser responsabilizada. Repito: responsabilidade solidária. Se isso não ocorrer, estaremos participando em lucros para os quais podemos não ter contrapartida, ou seja, lá fora, se ganha, e ganha muito, e o Brasil, os trabalhadores, no caso, é que perdem.

Diversas empresas estrangeiras já exploram mão de obra brasileira superqualificada, como no caso de programadores em linguagens de programação chamadas Java e Cobol. Queremos saber em que condições isso está sendo feito.

Também tendo a entender, a dialogar, sem maiores problemas, na linha daqueles que dizem que a terceirização, na atividade meio, é inevitável, é um produto dos tempos, ou é uma das multivariadas formas com o que se disfarçam e sobrevivem aqueles que não querem cumprir o que manda a CLT.

Não é o Estado mínimo que retira de si parte das incumbências, delegando poderes e, sobretudo, responsabilidades? As empresas que não querem se preocupar com a vigilância do seu patrimônio ou que não têm interesse em possuir funcionários para limpeza, conservação, encontram na terceirização de serviço uma forma de se dedicarem exclusivamente a seu produto final. Se as empresas de terceirização mantêm-se distantes dessa atividade final, dizemos que exerce uma atividade meio, que não se confunde com o fornecimento de mão de obra especializada para a atividade fim dessas empresas. Essa distinção, vamos encontrá-la dentro da discussão ora travada aqui no Congresso Nacional.

Deve-se terceirizar apenas as atividades meio ou é possível terceirizar as atividades fim, igualmente? Claro que não. Só podemos terceirizar, pela própria Súmula do TST, repito, a atividade meio, e, ainda, repito, com responsabilidade solidária.

A polêmica em torno do assunto surge com o aparecimento da própria terceirização no País, na década de 1970, na onda da chamada terceira revolução industrial.

Com a globalização e seus encantos, a terceirização só cresceu. Era uma tendência mundial que indicava maior produtividade e maior qualidade de serviços e produtos, com redução de custos no processo de produção, conforme alguns. Eu acho que a terceirização não leva à melhor qualidade.

Com o tempo, descobrimos facetas de terceirização que são alarmantes. Vamos aos dados: em somente uma reunião da Comissão de Direitos Humanos do Senado, na época em que lá eu era Presidente, em 2012, soube, por um dos convidados, com horror, que os acidentes de trabalho entre os empregados das empresas terceirizadas constituem 80% dos acidentes totais. De cada dez acidentes, oito são de empresas terceirizadas, inclusive na Petrobras.

O percentual de mortes também é altíssimo: de cada cinco mortos em acidente de trabalho, quatro são em empresas terceirizadas. Significa o quê? No debate que fizemos hoje na Comissão na parte da manhã, foi dito que os trabalhadores de empresas terceirizadas não têm as mesmas condições de segurança do trabalho do que aqueles contratados pela CLT. É lastimável, é uma discriminação hedionda com aqueles que ganham praticamente a metade do que ganha um celetista.

Pode-se dizer que a desproteção ao trabalhador terceirizado, pode-se dizer, é absoluta. Não queremos que uma liberação geral de terceirização torne esses números uma marca de mercado do trabalho brasileiro, em desrespeito total ao que diz a Convenção 155 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que impõe a responsabilização solidária – de que tenho falado tanto aqui – na saúde e na segurança dos trabalhadores da empresa-mãe, da empresa *mater*, aquela que contrata a empresa que está terceirizando para a atividade meio.

Estudo recente de 2011 das Centrais Sindicais e do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) vem demonstrando que o trabalhador terceirizado fica 2,6 anos a menos no emprego, tem uma jornada de três horas a mais, semanalmente, e ganha, como eu dizia antes, pouco mais da metade do que um que não é terceirizado, ou seja, em torno de 60%.

Os dados coligidos mostram que a terceirização precariza as condições de trabalho, fragiliza o vínculo trabalhista, dispersa a organização dos trabalhadores e reduz, efetivamente, seus direitos no setor público e no setor privado. Digo e repito: no setor público e também no setor privado.

Por isso, Sr. Presidente, acredita-se que a aprovação do PL 4.330, de 2004, ensejará a terceirização desmedida e sem responsabilidade social, esvaziando a eficácia dos direitos dos trabalhadores e construindo, assim, a mais rigorosa reforma flexibilizadora dos di-

reitos trabalhistas pós-Constituição de 1988. Por isso, somos contra.

Segundo o texto do abaixo-assinado do próprio Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, esse projeto trará um retrocesso enorme nas relações capital-trabalho no Brasil.

Repito uma pergunta impactante que foi formulada por um dos convidados em uma das audiências públicas sobre o tema que presidi na Comissão de Direitos Humanos:

Como a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal pode abraçar uma legislação que, sabidamente, levará a mais mortes, mais acidentes, precarização e, ainda, sequelas que deixarão marcas para toda vida entre os trabalhadores – quando não morrerem devido a essa falta de acompanhamento e de instrumentos que lhe deem segurança no trabalho?

É bom para o País ou as pessoas? Claro que não. É bom para que haja mais acidentes do trabalho? Claro que não. Quem paga a conta?

Já está comprovado, Sr. Presidente, com dados oficiais, que o Brasil gasta em torno de R$75 bilhões por ano devido aos acidentes no trabalho. Essa conta, Sr. Presidente – estou indo agora para o final –, naturalmente, quem paga somos nós, quem paga é a sociedade brasileira, mas quem perde, primeiro, é o trabalhador, que perdeu devido às sequelas ou à morte.

O PL n° 4.330, que virá para o Senado, precisará, sim, ser discutido com muito cuidado para que a balança da vida vença a balança da morte que ele representa. O PL n° 4.330, de 2004, representa o lado forte da morte. Afinal, os trabalhadores têm de ser mais que meros apêndices de carne numa máquina de aço.

Outro aspecto que temos de discutir no Senado é a questão do trabalho escravo. Há situações lamentáveis vistas em todo o País.

Cito, sobretudo, a facilidade de uma empresa terceirizada contratar outra empresa terceirizada, e assim por diante, como recentemente vimos em São Paulo, no setor têxtil, o que provoca, ao fim e ao cabo, diluição de responsabilidades.

A subcontratação engana o trabalhador, que não sabe a quem demandar.

Os números do mundo do trabalho terceirizado impressionam: o Brasil deve possuir dez ou onze milhões de terceirizados, o equivalente a 31% dos cerca de 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras com carteira assinada no País.

Então, meus amigos, a luta envolve muitas almas, naturalmente corações e mentes. Queremos, todos nós, trabalhar para que, se for regulamentada a terceirização, ocorra na linha de assegurar todos os direitos celetistas a esses trabalhadores e, naturalmente, que lhes estejam asseguradas condições dignas de trabalho.

Vamos buscar essas regras, sem esquecer que temos uma Constituição que possui posição firme contra qualquer tipo de atuação que ofenda a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho.

Não vamos esquecer que a mais alta Corte da Justiça Trabalhista do País possui posição firmada no assunto, conforme citamos, a Súmula nº 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

Em resumo, muito há para discutir. Os pontos básicos que empregados e empregadores se devem perguntar são os seguintes:

1) A terceirização valerá para atividades meio? Para atividades fim? Não. Só para atividades meio.

2) Como fica a responsabilidade da empresa contratante em relação às suas obrigações trabalhistas? Ela será considerada solidária? Se depender de mim, claro que será considerada solidária.

3) E quanto aos direitos trabalhistas dos terceirizados? As vantagens do trabalhador não terceirizado lhes serão estendidas? Se depender de mim, sim, inclusive a representação sindical.

4) Como fica a terceirização no serviço público? Se depender de mim, o serviço público deve contratar todos pela CLT.

Por fim, o ambiente de trabalho, a terceirização como meio de evasão fiscal, os bancários, a organização do Estado brasileiro, a jornada de trabalho, a remuneração, a contribuição previdenciária, a rotatividade, a questão de gênero nas empresas, o assédio moral e sexual, a discriminação racial, a qualificação e a especialização no trabalho, a responsabilidade solidária, os benefícios, como convênio médico e alimentação, a representação sindical, a questão do transporte gratuito, a questão do vale alimentação. São muitos temas que nós vamos ter de tratar.

Por muito tempo esperei esse momento. O dia escolhido para a votação do PL n° 4.330, de 2004, na Câmara, não poderia nos trazer maior preocupação, afinal foi escolhido, agora, o mês de agosto.

Eu tenho uma inabalável vontade, Sr. Presidente, de defender o trabalhador e a trabalhadora brasileiros para que não aconteça o que está sendo apontado no horizonte.

Tomarei como norte a indicação da ANAMATRA (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) que apresentou uma legislação que seja máxima na responsabilidade de todos, a empresa tomadora da mão de obra e a empresa prestadora de serviços, e mínima na autorização da terceirização.

Máxima responsabilidade e mínima na autorização. Pode parecer duro, mas se não houver um núcleo

bom e firme nesse projeto, para ser submetido à sanção presidencial, o risco de voltar à situação de desordem, de desarmonia vai prevalecer.

A terceirização, atualmente, não está gerando emprego, mas trabalho precário, o que é bem diferente. O que gera emprego é o crescimento econômico, e este tem de ser pensado em termos macroeconômicos, no ganho social, com responsabilidade inclusive ambiental. Responsabilidade ambiental e social.

Muito mais que olhar com a visão do lucro, que é uma visão egoísta, temos de pensar nas vidas, sem que isso implique necessariamente trazer prejuízo à economia do País, ao desenvolvimento sustentável. Nós podemos combater a precarização e apostar no desenvolvimento sustentável da economia do País.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

Peço a V. Exª que considere na íntegra o meu pronunciamento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento sobre a terceirização.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero abordar hoje um tema polêmico, mas é um debate que precisa ser enfrentado.

Falo da terceirização do trabalho no panorama brasileiro, principalmente quanto à atuação legislativa do Congresso Nacional.

Acompanho essa discussão com enorme interesse desde a época em que atuava na Câmara dos Deputados.

Na verdade, a discussão sobre terceirização e a tentativa de flexibilizar os direitos do trabalhador, foi um dos motivos que me trouxeram ao Senado Federal.

Mas mesmo quando era deputado, e tinha que enfrentar as forças existentes na Câmara, tanto na época como agora, com cerca de 250 deputados – quase metade daquela Casa – com ligações com o universo empresarial, eu sempre quis levar adiante a batalha contra o projeto de terceirização.

Na época, eles queriam emplacar um projeto que permitiria que o negociado estivesse acima do legislado.

Ele foi criado sem a correta ponderação da situação dos trabalhadores, principalmente no tocante à defesa de seus direitos fundamentais, inscritos na nossa Constituição republicana.

Recordo, antes mesmo desse tempo, quando o Presidente Lula, ao assumir seu primeiro mandato, cumprindo promessa de campanha, solicitou a retirada de projeto que flexibilizava a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), já aprovado na Câmara e em discussão no Senado.

Do mesmo modo, ele sustou o desenvolvimento da terceirização proposta pelo Poder Executivo no Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que altera o dispositivo da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dispõe também sobre a relação de trabalho nas empresas prestadoras de serviços a terceiros.

Lamentavelmente não foi possível extinguir esse projeto, que se manteve em tramitação e ainda existe na Câmara dos Deputados.

A proposta mais recente, o PL nº 6.007, apresentado em 18 de julho de 2013, procura assegurar o pagamento dos adicionais de insalubridade e de periculosidade aos trabalhadores terceirizados.

Hoje tramitam no Congresso Nacional cerca de sessenta proposições que tratam, mesmo indiretamente, sobre o tema.

Em muitas delas, presenciamos o caráter precarizante da relação de trabalho para os trabalhadores terceirizados.

A redução de encargos e custos das empresas aparece como pauta nem sempre subliminar, em detrimento da correção quanto à folha de pagamento dos operários.

"Tomar partido" é uma expressão que, neste caso, assume sentido amplo e verdadeiro. Duas correntes aguerridas se firmaram, uma defendendo a terceirização a todo custo e a outra, corrente oposta, cerrando fileiras para impedir que projetos irresponsáveis sobre terceirização, que feriam e ferem o processo legislativo e o Direito do Trabalho, fossem levados adiante.

É inegável que a quantidade de projetos com problemas técnicos é alta, sendo a inconstitucionalidade provavelmente o maior desses problemas.

A insegurança jurídica imposta aos trabalhadores, por alguns deles, é notória. No entanto, aceito que eles serviram de "disparadores" de um processo de discussão nacional sobre o estado da arte da terceirização no País.

O tempo de lutar a boa luta chegou. É imperativo que pensemos – e também a sociedade civil – em um marco legal para a área, de modo que não abdiquemos da justiça social, da segurança jurídica dos trabalhadores, nem das cláusulas pétreas relativas ao trabalho estipuladas pela nossa Constituição Federal.

A Justiça do Trabalho revela que as ações judiciais envolvendo a terceirização e seus contornos ou limites têm se tornado um gargalo praticamente intransponível...

Isso não tem a ver somente com o grande volume de processos, mas também com a dificuldade na cobrança daquilo que é devido aos trabalhadores.

Tais empresas terceirizadas desaparecem, "evaporam", e as dívidas não se resolvem, com prejuízo para a parte mais frágil, o trabalhador.

E, note-se, a dívida trabalhista é de cunho alimentar. O salário subtraído ao trabalhador pagaria a alimentação e a sobrevivência da sua família.

A questão, para a Justiça do Trabalho, é tão relevante que a primeira audiência pública da história do TST (Tribunal Superior do Trabalho) tratou justamente da "terceirização".

Somente no TST correm cerca de 5 mil recursos, além de outros milhares de processos que adentram continuamente os fóruns trabalhistas do Brasil.

Ninguém pode discordar de que o número tão elevado de ações, que valem muitos milhões de reais, poderia ser minorado por uma legislação que garantisse corretamente os direitos do trabalhador terceirizado e responsabilizasse o gestor ou o empresário que terceiriza, o que evitaria a ida do trabalhador à justiça.

A questão da terceirização está imbricada com diversos aspectos econômicos importantes, como o do desenvolvimento global do comércio e o da produção em escala competitiva...

Este aspecto aponta, em tese, para a terceirização como elemento propiciador de condições ótimas para a competitividade.

Aponta também, Senhor Presidente, para o fato de que há países, nossos competidores, em que os direitos trabalhistas não se desenvolveram como no Brasil, permitindo a precarização máxima do trabalho em prol de um certo bem-estar nacional, noção sociológica consubstanciada em um ideário que dificilmente um brasileiro ou brasileira aceitaria.

No entanto, a condição humana é distinta como é distinta a geografia. No Vietnã, no Camboja, na China, em Bangladesh, onde se produz muito pagando-se muito pouco, sem direitos trabalhistas e previdenciários assegurados, os valores humanos refletem a cultura local, e não podemos efetivar um julgamento de valor absoluto sobre essas nações.

O fato, porém, é que, nas condições de produção vigentes nesses países, não temos nós, aqui no Brasil, condições de opor-lhes competição em alguns produtos.

É importante registrar que a ANAMATRA tem reiterado sua posição contrária à terceirização como forma de precarização dos direitos dos trabalhadores.

Ela irá trabalhar como já anunciou em audiência pública que promovemos, a rejeição do PL 4.330/2004.

Sr. Presidente, o aspecto global não é muito explorado na discussão da terceirização, mas ele também faz parte do composto em que devemos pensar a terceirização.

Naturalmente não desconhecemos que a especialização é necessária para que se aumente a produção. Existem princípios que tratam de como produzir mais, contra o cronômetro e contra a própria vida.

O serviço especializado custa mais caro – e pode ser vendido por mais dinheiro – mas exige formação específica.

No Brasil a terceirização está regulamentada para vigilantes e para empresas dedicadas à conservação e limpeza, como dispõe a Súmula nº 331 do TST.

Nessas áreas a especialização não é uma exigência de anos, mas de poucos meses ou semanas. Por isso, temos de dividir os alcances da terceirização.

Há uma terceirização mais imediata, se podemos dizer isso, que representa o segmento de serviços que demandam pouco investimento formativo, enquanto há uma especialização mais exigente, que exige cursos superiores em áreas de engenharia, de administração, etc., que, por sua vez, demandam mais tempo e geralmente o conhecimento do inglês ou de outra língua estrangeira, especialização normalmente voltada às atividades-fim.

No nosso entendimento, o projeto da terceirização deve atender apenas as atividades-meio...

Nas atividades-fim, para aquilo que a empresa se propõe produzir, o que deve haver é contratação direta, como o TST deixa a entender em sua Súmula.

A Índia, por exemplo, país em que a terceirização representa um mercado de 69 bilhões de dólares, fornece serviços de call center (telefonia) aos Estados Unidos por um custo cerca de 60% menor do que se pagaria em território americano.

A internacionalização de contratos de prestação de serviços é uma vertente distinta da terceirização, distinta daquela que realizamos em território nacional, localmente, mas também precisa levar em conta – de modo legal – a empresa estrangeira que contrata o serviço.

Se isso não ocorrer, estaremos participando em lucros para os quais podemos não ter contrapartida.

Diversas empresas estrangeiras já exploram mão de obra brasileira superqualificada, como no caso de programadores em linguagem de programação Java e Cobol.

Queremos saber em que condições isso está sendo feito.

Também tendo a aceitar, sem maiores problemas, que a terceirização é inevitável. É um produto dos tempos.

Ou é uma das multivariadas formas com que se disfarça e sobrevive o capitalismo. O próprio Estado atual faz coisa similar.

Não é o Estado Mínimo que retira de si parte das incumbências antigas, delegando poderes e, sobretudo, responsabilidades?

As empresas que não querem se preocupar com a vigilância de seu patrimônio, ou que não têm interesse em possuir funcionários para a limpeza e conservação de suas dependências, encontram na terceirização desses serviços uma forma de se dedicarem exclusivamente ao seu produto final.

Se as empresas de terceirização mantêm-se distantes dessa atividade final, dizemos que exercem uma atividade-meio, que não se confunde com o fornecimento de mão de obra especializada para a atividade-fim de determinada empresa.

Essa distinção, vamos encontrá-la dentro da discussão ora travada no Congresso Nacional.

Deve-se terceirizar apenas as atividades-meio ou é possível terceirizar as atividades-fim igualmente?

A polêmica em torno do assunto surgiu com o aparecimento da própria terceirização no País, na década de 1970, na onda da chamada "terceira revolução industrial".

Com a globalização, e seus encantos, a terceirização só cresceu. Era uma "tendência" mundial que indicava maior produtividade e maior qualidade de serviços e produtos, com redução de custos no processo de produção.

Com o tempo descobrimos facetas da terceirização que são alarmantes. Em uma sessão da Comissão de Direitos Humanos do Senado, presidida por mim, em 2012, soube por um dos convidados – com horror, confesso – que os acidentes de trabalho entre os empregados de empresas terceirizadas constituíam 80% dos acidentes totais.

O percentual de mortes também é este: de cada cinco mortos, quatro estão em empresas terceirizadas.

A desproteção ao trabalhador terceirizado, pode-se dizer, é absoluta. Não queremos que uma liberação geral de terceirizações torne esses números uma marca do mercado de trabalho brasileiro, em desrespeito à Convenção n º 155, da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que impõe a responsabilização solidária na saúde e na segurança dos trabalhadores.

Estudo recente, de 2011, da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) tem demonstrado que o trabalhador terceirizado fica 2,6 anos a menos no emprego, tem uma jornada de três horas a mais semanalmente e ganha 27% menos. Por quê?

Os dados coligidos mostram que a terceirização precariza as condições de trabalho, fragiliza o vínculo trabalhista, dispersa a organização dos trabalhadores e reduz efetivamente seus direitos, seja no setor público ou privado.

Por isso, acredita-se que a aprovação do PL nº 4.330, de 2004, *"ensejará a terceirização desmedida e sem responsabilidade social, esvaziando a eficácia dos direitos dos trabalhadores e constituindo, assim, a mais rigorosa reforma flexibilizadora de direitos trabalhistas pós Constituição de 1988*", segundo texto do abaixo-assinado do Ministério Público do Trabalho, de Minas Gerais.

Repito uma pergunta impactante que foi formulada por um dos convidados em uma das audiências públicas que requeri, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, para discutir a terceirização

– como a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal pode abraçar uma legislação que sabidamente levará a mais acidentes e mortes?

É bom para o País as pessoas morrerem? É bom que haja mais acidentes do trabalho? Quem paga essa conta?

– Essa conta, naturalmente, quem paga somos nós e não os empresários de empresas terceirizadas.

E o PL nº 4.330, de 2004, como virá ao Senado, precisará ser rediscutido para que a balança da vida vença a balança da morte...

Afinal, os trabalhadores têm de ser mais que meros apêndices de carne numa máquina de aço.

Outro aspecto que temos de discutir no Senado é a questão do trabalho escravo. Há situações, flagradas pela fiscalização trabalhista, que mostram que a terceirização também mantém liames estruturais com o trabalho escravo.

Cito sobretudo a facilidade de uma empresa terceirizada contratar outra empresa terceirizada e assim por diante, o que provoca, ao fim e ao cabo, diluição de responsabilidades. A subcontratação engana o trabalhador que não sabe a quem demandar.

Os números do mundo do trabalho terceirizado impressionam: o Brasil deve possuir 10 ou 11 milhões de terceirizados, o equivalente a 31% dos 33,9 milhões de trabalhadores e trabalhadoras com carteira assinada no País.

Então, meus caros ouvintes, a luta envolve muitas almas e muitos corpos. Queremos, todos nós, regras melhores, que melhorem a vida desses milhões de brasileiros, que partilham a mesma nação, que podemos chamar de irmãos.

Vamos buscar essas regras, sem esquecer que temos uma Constituição Federal que possui posição

firme quanto à dignidade da pessoa humana e ao valor social do trabalho.

Não vamos esquecer que a mais alta corte de justiça trabalhista do País possui posição firmada no assunto, conforme citamos [Súmula nº 331/TST].

Em resumo, muito há para discutir. Os pontos básicos que empregados e empregadores se devem perguntar são os seguintes:

1) a terceirização valerá para atividades-meio e para atividades-fim?;

2) como fica a responsabilidade da empresa contratante em relação às obrigações trabalhistas? ela será considerada solidária? a empresa poderá escolher o regime de contratação – solidária ou não-solidária?;

3) e quanto aos direitos trabalhistas dos terceirizados? as vantagens do trabalhador não terceirizado lhes serão estendidas? como fica a representação sindical?; e

4) como fica a terceirização no serviço público?

Outras questões – o ambiente de trabalho, a terceirização como meio de evasão fiscal, os bancários, a organização do Estado brasileiro, a jornada de trabalho, a remuneração, a contribuição previdenciária, a rotatividade, a questão de gênero nas empresas terceirizadas, o assédio moral e sexual, a qualificação e a especialização no trabalho, a responsabilidade solidária, os benefícios, como convênio médico e alimentação, a representação sindical – também serão atacadas, garanto-lhes.

Por muito tempo esperei este momento. O dia escolhido para a votação do PL nº 4.330, de 2004, na Câmara dos Deputados, não poderia nos trazer maior indício de vitória, afinal foi escolhido o dia 13 de agosto.

Srªs e Srs. Senadores, eu tenho uma inabalável vontade de defender o trabalhador e a trabalhadora brasileiros na discussão da terceirização, participando do debate, propondo soluções, afastando propostas viciosas.

Tomarei como norte a indicação que a ANAMATRA (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) apresentou: uma legislação que seja máxima na responsabilidade de todos, empresa tomadora de mão de obra e empresa prestadora de serviços, e mínima na autorização da terceirização.

Máxima responsabilidade e mínima autorização. Pode parecer duro, mas se não houver um núcleo bom nesse projeto, para ser submetido à sanção presidencial, o risco de voltar à situação atual, de desordem, de quase anomia, prevalecerá.

A terceirização, atualmente, não está gerando emprego, mas trabalho precário, o que é bem diferente.

O que gera emprego é o crescimento econômico, e este tem de ser pensado em termos macroeconômicos, no ganho social, muito mais que em termos de empresários que querem lucrar de forma egoísta com a terceirização, sem que isso implique necessariamente desenvolvimento econômico para o País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – V. Exª será atendido na forma do Regimento, Senador Paim.

Gostaria de pedir a V. Exª, Senador Paulo Paim, que presida a sessão, já que eu sou o próximo orador.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que presidiu a sessão até o momento. S. Exª é o segundo orador inscrito, pois a minha inscrição foi uma troca com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Paim, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, está muito em discussão, inclusive na imprensa, o chamado orçamento impositivo.

Eu já começaria a discordar do termo impositivo. Eu preferiria um termo um pouco mais suave a obrigatório, pois o que é impositivo é imposto.

Na verdade, o nosso Orçamento atual deveria ser todo ele impositivo. Aliás, quando presidia este Senado, o Senador Antonio Carlos Magalhães apresentou uma proposta de ser todo o orçamento de fato impositivo. Isto é, se a União, depois de aprovado o Orçamento, resolve remanejar ou acrescentar alguma coisa, manda uma mensagem para o Congresso, onde este assunto será discutido.

Fico tentando compreender por que dizem assim: "São R$10 milhões que cada Parlamentar deverá colocar no Orçamento!"; isso para atender os Municípios, as universidades federais, como é o caso lá de Roraima, e tantas outras obras que não são muitas vezes específicas, mas elas são o reflexo das demandas que recebemos dos Municípios, das instituições de ensino e de várias outras instituições.

Esses R$10 milhões parece que é um valor estrondoso se comparado com outra coisa, mas se compararmos os R$10 milhões para cada Parlamentar nós teremos um valor que não chega a 1% da receita líquida e a 3% do orçamento bruto.

Para termos um exemplo, no ano passado, o Orçamento da União foi R$2 trilhões 225 bilhões, e veja quanto foi liberado de emendas para os Parlamentares. E o que é pior: do jeito que está o Orçamento, ele

não é obrigatório, ele não é impositivo, ele é objeto de barganha, que submete o Congresso aos caprichos do Presidente de plantão, dos Ministros de plantão.

Então temos que, de fato, até para que nós possamos ser, como diz a Constituição, um poder independente e harmônico com o Executivo, neste caso, temos de ter o direito de realmente colocar no orçamento, uma vez que é praticamente isso que se faz. Porque praticamente não se reforma o Orçamento que vem do Governo.

É bom lembrar que a origem do Parlamento ocorreu justamente na época dos reis, para controlar os gastos dos impostos que os reis usavam para seus banquetes, para os seus palácios, para construir, enfim, e manter a corte numa situação nababesca, enquanto que a plebe vivia na miséria e só com o direito de pagar imposto.

Na verdade, o papel do Poder Legislativo, talvez o mais importante, é justamente debruçar-se sobre orçamento, aprovar ou rejeitar algum item e incluir aquelas demandas dos Municípios, que não são os técnicos de nenhum Ministério que vai a Município algum saber quais são as demandas daquele Município. São os técnicos e burocratas dos Ministérios que são capazes de avaliar que essa ou aquela necessidade de um Município ou de um Estado é maior do que a que eles pensam atrás das suas escrivaninhas.

Então, acho que esse orçamento que já se votou em primeiro turno na Câmara e que, em breve, deve ser votado em segundo turno tem aqui no Senado um apoio maciço, porque aqui nós, Senadores, representamos igualmente todos os Estados da Federação. Aqui o menor Estado tem três Senadores e o maior Estado tem também três Senadores.

É inconcebível que nós estejamos no século XXI com um tipo de orçamento em que as emendas que você coloca para os seus Estados e Municípios são liberadas ao bel-prazer do Ministro, da Presidente da República, porque, dependendo de como se comporta o Parlamentar – se ele é mais alinhado ou menos alinhado, se ele é da base de apoio ou da oposição –, ele tem um tratamento diferenciado. Isso não é democrático. Isso não é constitucional.

Portanto, quero aqui fazer a defesa até antecipada, Senador Aloysio, dessa emenda que está na Câmara e que já foi votada em primeiro turno, para que nós, de fato, este ano ainda, possamos tornar o Congresso Nacional, o Parlamento Nacional um Parlamento de fato independente e harmônico.

É evidente que, pela minha experiência, o mais sério é que o Parlamentar, por exemplo, coloque o recurso para construir uma escola em um Município X do interior e aí o burocrata do Ministério acha que aquele Município, por ter tantos mil habitantes, não precisa de uma escola. Para dar um exemplo importante de uma escola; assim como um posto médico, uma unidade mista.

Resultado: se as emendas parlamentares representam menos de 1% da receita líquida do Orçamento, não vejo nenhum absurdo que tenhamos estabelecido, já no Orçamento, a obrigatoriedade de o Poder Executivo liberar as emendas, liberar e fiscalizar. E aí é um papel que cabe muito mais ao Poder Executivo, por meio dos órgãos de fiscalização – dos Tribunais de Contas dos Municípios, que alguns Estados têm; do Tribunal de Contas dos Estados, que todos os Estados têm; e do Tribunal de Contas da União –, que fazem relativamente um trabalho bom.

O que é mais importante é que haja isso, ou seja, que se libere a emenda, porque ela é fruto, efetivamente do trabalho parlamentar, daquele parlamentar que teve o cuidado de ouvir os prefeitos, os vereadores, ou ainda, a reitoria de uma universidade ou de um instituto federal de ensino tecnológico. O que não pode é simplesmente porque fulano de tal tem uma atitude independente, ele tem liberada parte de suas emendas; se ele é um opositor firme, ele também vai ter só parte, se tiver, de suas emendas liberada. Isso não condiz com um Estado moderno, no século XXI, numa democracia de que nós nos gabamos de estar trilhando há algumas décadas.

É preciso, de fato, aperfeiçoarmos esses mecanismos tanto legislativos quanto dos órgãos executivos de fiscalização. Inclusive, a própria União tem a sua Controladoria-Geral, que tem feito um trabalho bom. Então, além do Tribunal de Contas da União, há a Controladoria, que se debruça sobre esses convênios.

É muito importante que, ao liberar o recurso, de fato, os Ministérios acompanhem o desenrolar da aplicação do orçamento. Aqui ninguém está pretendendo fazer emendas... Eu, pelo menos, Senador Paim, nunca coloquei uma emenda para festas; nunca coloquei uma emenda para uma coisa que não fosse, de fato, para obras de infraestrutura, de saneamento, de promoção da educação ou da saúde, porque, de fato, não há como pensar o trabalho... E o pior, Senador Aloysio, é que o trabalho legislativo, muitas vezes, é medido pela população do município pela quantidade de recursos que aquele parlamentar leva para o município; não é medido pela atuação do parlamentar de fiscalizar, de denunciar, de apresentar projetos. Então, pelo lado da população do município, a avaliação é sempre mensurada pelo quanto o parlamentar trouxe de dinheiro para o município, e pronto! Aí, alguns abençoados, que são chegados ao círculo íntimo do governo, têm suas

emendas aprovadas na íntegra, enquanto alguns sofrem essas mutilações nas suas pretensões.

Portanto, o meu pronunciamento não é contra a Presidente da República, não é contra, especificamente, o ministro a, b ou c; é contra o modelo. O modelo está errado! O modelo está completamente errado ao querer punir os parlamentares por essa ou aquela posição e, ao mesmo tempo, premiar alguns que ficam, digamos, no círculo mais íntimo do Poder.

Então eu queria aqui, como disse, fazer este registro. Ainda vai haver o segundo turno na Câmara, mas que nós, desde já, possamos nos conscientizar, analisando essa questão, porque de há muito – de há muito mesmo –, o Parlamento já tentou várias vezes fazer com que o Orçamento todo fosse impositivo ou obrigatório, o que, aliás, seria o ideal. Nos países desenvolvidos todo orçamento é impositivo.

Aqui, o que se está tentando, com essa proposta que tramita na Câmara, é apenas tornar obrigatórias as emendas que os parlamentares aprovaram na Comissão Mista do Orçamento.

Costuma-se dizer que nós temos, realmente, como orçamento uma peça de ficção. Nós trabalhamos duro para aprovar o Orçamento, e, depois, o governo o executa como quer, da forma que quer, até mesmo a parte que não diz respeito às emendas parlamentares.

Então, encerro, Senador Paim, dizendo que é uma missão muito importante que têm a Câmara dos Deputados e o Senado, qual seja, a de colocar ordem, diria até, limpar dessa operação de liberação de verbas, os conchavos e, como se diz no popular, o "toma lá dá cá", para que possamos ter, de fato, tanto o Poder Executivo quanto o Poder Legislativo, independentes, harmônicos e, sobretudo, criteriosos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Convido o Senador Mozarildo Cavalcanti para assumir a presidência dos trabalhos.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB de São Paulo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho à tribuna, nesta segunda-feira, para expressar a minha profunda indignação diante de declarações do Ministro Gilberto Carvalho, publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo* na sua edição de domingo.

O Ministro Gilberto Carvalho, numa curta declaração a respeito do veto aposto pela Presidente da República ao projeto de lei que punha fim à cobrança, hoje abusiva, de um adicional de 10% sobre a multa devida pelos empregadores no caso de dispensa imotivada, multa esta aplicada sobre o saldo do FGTS, declara algo que, no meu entender, é um insulto ao Congresso Nacional ou, pelo menos, à grande maioria dos membros do Congresso Nacional.

Li estarrecido essa declaração, que, provavelmente, atinge também V. Exª, Sr. Presidente, bem como o Senador Alvaro Dias e todos os Senadores que participaram da votação dessa matéria no Senado, onde, por unanimidade, pelo voto favorável de 62 Senadores, portanto sem nenhum voto ou nenhuma abstenção, todos os Senadores que participaram da votação dessa matéria votaram em pôr fim à multa de 10% do FGTS – todos! repito.

E o que disse o Sr. Gilberto Carvalho? Disse que os 62 Senadores que votaram pelo fim da multa de 10% sobre o FGTS o fizeram para atender aos seus financiadores de campanha. Eu não sei se V. Exª teve ocasião de ler. Eu li e fiquei estarrecido com a grosseria, com a capacidade de insultar, talvez mesmo até sem ter consciência de que está insultando. Afinal de contas, essa história de financiamento de campanha, no governo atual, ocupa, hoje, páginas da imprensa por conta de episódio nebuloso, que precisa ser esclarecido, revelado por uma entrevista de um lobista à revista *Época*, que afirma ter sido concluído um negócio da Petrobras na Argentina – a venda de uma refinaria a um amigo dos Kirchner –, mediante uma contribuição de R$8 milhões para a campanha do PT quando a Presidente Dilma era candidata.

Então, talvez, essa afirmação de que se vota assim ou assado, de que se faz isso ou aquilo para atender os interesses de financiadores de campanha não seja um insulto aos olhos do Ministro Gilberto Carvalho, sendo pratica de seu partido. Aos meus olhos, é; aos meus olhos é!

O Sr. Gilberto Carvalho insultou, igualmente, os 315 Deputados Federais que votaram pelo fim dessa multa na Câmara dos Deputados. Trezentos e quinze Deputados Federais votaram pelo fim dessa multa para atender aos seus financiadores de campanha? Será que o Sr. Gilberto Carvalho não desistirá de medir os outros pela sua própria régua? Será que ele não entende que essa multa do FGTS, esse adicional sobre a multa do FGTS, aos olhos da imensa maioria daqueles que acompanham as finanças públicas, daqueles que têm o mínimo de conhecimento sobre os fatos que geraram a lei que instituiu essa multa, daqueles que sabem que esse ônus adicional ao setor produtivo é

custo Brasil, é uma dificuldade a mais para as nossas empresas, no momento de uma conjuntura econômica, por si mesma, adversa; e que, portanto, tudo levaria a sua extinção?

Lembro àqueles que nos ouvem que esse adicional foi instituído no momento em que, por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, abriu-se um rombo no patrimônio do FGTS; uma daquelas ações do Supremo Tribunal Federal julgando a constitucionalidade de leis que implementaram os sucessivos planos econômicos que tentaram debelar a inflação; todos eles sem sucesso até o advento do Plano Real.

Foi criada essa contribuição com a finalidade específica de cobrir esse rombo financeiro, mediante uma negociação, conduzida pelo então Ministro do Trabalho, hoje Senador, Francisco Dornelles, com o setor empresarial, com os sindicatos, com o Congresso Nacional, com a condição de que, tão logo esse déficit fosse zerado, a contribuição seria extinta. E foi isso o que aconteceu.

Não há mais rombo, não há mais esse buraco; logo, não há mais a necessidade de uma contribuição criada para tapar o rombo, para fechar o buraco.

Hoje, é puramente ônus para o custo Brasil; hoje, é puramente carga tributária num país onde os brasileiros carregam o imenso peso de um aparelho de Estado que consome 35% das riquezas produzidas no nosso País.

Ouço o aparte do ilustre Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Senador Aloysio V. Exª diz bem: querem continuar recebendo uma conta que já receberam e praticando o desvio de finalidade. Isso basta; isso resume o significado dessa decisão do governo de vetar a proposta aprovada no Congresso Nacional. Agora, quanto às ofensas, nós temos que devolvê-las. O governo acaba, segundo o jornal *Folha de S.Paulo*, de liberar um lote recorde de emendas parlamentares na tentativa de preservar os seus vetos. O trator está desgovernado, é verdade, como disse o Josias, há poucos dias, em seu *blog*, mas o governo lança mão desse expediente da barganha, da picaretagem política para fazer valer as suas posições. E, quando agride, usando desse subterfúgio de ameaçar parlamentares com acusações dessa natureza, ele o faz exatamente por temer que o trator desgovernado possa desatender as pretensões do governo. O que nós não queremos que ocorra é que o Presidente do Senado retire esse veto da pauta de deliberação para amanhã. Fala-se que nós não deliberaremos amanhã sobre esse veto aos 10% do FGTS. Seria lamentável! Creio que é urgente essa deliberação, e nós aguardamos a oportunidade de tomá-la. V. Exª, com muita competência, aborda essa questão e tem o nosso integral apoio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Muito obrigado Senador Alvaro Dias.

V. Exª sabe que eu tenho dúvida se é o caso de devolver o insulto, porque, talvez, o Ministro Gilberto Carvalho não tenha consciência, repito, de estar nos insultando. Afinal de contas, repito, o tema de retribuições, mediante ações de governo, a financiadores de campanha deve ser um tema bastante familiar ao Ministro Gilberto Carvalho e ao seu partido, o PT.

Se ele pudesse ouvir um conselho meu, o aconselharia a não falar mais em financiamento de campanha enquanto o Governo não esclarecesse essa denúncia veiculada pela revista *Época*, de que a venda de uma refinaria na Argentina pela Petrobras a um grupo econômico próximo à Presidente Kirchner teve como contrapartida a contribuição de R$8 milhões para a campanha do PT.

Mas além do insulto, ou da leviandade – prefiro dizer "leviandade" – àqueles que votaram segundo a sua consciência, há também – aí sim – um insulto à inteligência dos brasileiros. Dizer que o fim dessa multa vai acabar com o programa, ou ameaçar o programa Minha Casa, Minha Vida é um insulto à inteligência dos brasileiros. É um grande insulto.

Essa contribuição, vejamos, destina, ao ano, em torno de R$3 bilhões ao programa Minha Casa, Minha Vida. É o que o FGTS recolhe e destina ao programa Minha Casa, Minha Vida. Os senhores sabem qual é o patrimônio líquido do FGTS hoje? R$54 bilhões. "Mas vai fazer falta." Vai fazer falta? Por que não lançar mão de uma pequena fração da imensa receita tributária de que dispõe o Governo – R$1,5 trilhão? Então, são esses R$3 bilhões que vão acabar com o programa Minha Casa, Minha Vida? Isso é um escárnio.

A Caixa Econômica cobra do FGTS um *spread*, uma espécie de comissão, para gerenciar esse programa Minha Casa, Minha Vida. Sabem V. Exªs quanto custa para o FGTS, quanto o FGTS tem de pagar à Caixa para valer-se do seu serviço para financiar o Minha Casa, Minha Vida? Mais ou menos o mesmo montante dessa multa. A Caixa cobrou a título de *spread*, em 2012, R$3,7 bilhões, contra um número razoavelmente semelhante que o FGTS recebe a título do adicional de multa.

Então, aquilo que sai do FGTS e que é pago à Caixa Econômica para operar o programa Minha Casa, Minha Vida é mais ou menos equivalente àquilo que o FGTS recebe da multa que nós queremos extinguir. Ora, bastava reduzir esse *spread* da Caixa e nós já teríamos aí pelo menos metade desse dinheiro absorvido. Agora, falar que o Governo vai fazer economia

deste montante, dizendo que a sua falta põe em risco a existência do programa, é também um insulto, se nós levarmos em conta o enorme desperdício de dinheiro público levado a efeito por esse Governo por incompetência, por pura e simples incompetência, ou por uma opção, a opção pelos mais ricos: a bolsa empresário. Fala-se em bolsa a pescador, fala-se em Bolsa Família, em Bolsa Geladeira e em diferentes bolsas que o Governo cria para transferência direta de renda. Ora, há uma forma de transferência de recursos do Tesouro – recursos do Tesouro são recursos do contribuinte – para alguns empresários selecionados a dedo entre os amigos do Governo, via operação Tesouro-BNDES, recursos que advêm de um subsídio, de um empréstimo a custo privilegiado. O Governo abre mão, no ano passado, o Governo despendeu R$24 bilhões – R$24 bilhões, Sr. Presidente! O Governo também decidiu, com barulho de fanfarras e grande estardalhaço publicitário, reduzir a conta de energia elétrica, medida que só merece aplauso. Mas mereceria aplauso maior se não tivesse sido tomada num contexto de precipitação e de autoritarismo que excluiu da possibilidade de renovação antecipada de investimentos algumas grandes empresas geradoras, que não concordavam com os cálculos do Governo. Com isso, o programa ficou caro, muito mais caro do que o Governo previa. E o Governo decidiu reduzir a tarifa de energia exatamente num momento em que os reservatórios, estando num nível baixo, foi preciso acionar a energia térmica, que é muito mais cara que a energia hidrelétrica. O programa já custou, por causa dessa falta de planejamento e do autoritarismo com que foi implementado, R$17 bilhões. E este Governo vem falar em economia?

Veja, eu, há poucos dias, ocupei a tribuna para apontar mais um dos absurdos cometidos pelo Governo por falta de planejamento, por imprevidência e por incompetência. Vinte e oito usinas eólicas foram construídas, estão prontas para funcionar, prontas para gerar energia, só que elas não podem distribuir energia, porque o Governo se esqueceu de casar o calendário da construção das usinas com o calendário da construção das linhas de transmissão. Com isso, essas 28 usinas eólicas estão prontas, gerando energia, mas não podem distribuir um megawatt de energia, um quilowatt de energia, por falta de linha de transmissão. Mas elas estão sendo pagas, claro, porque o empresário construiu e quer receber o seu pagamento. Isso está sendo pago pelo consumidor brasileiro, pelo consumidor de energia. Só em 2012, foram R$750 milhões.

Por isso tudo e tantas coisas mais, o Sr. Gilberto Carvalho não pode dar lições ao Congresso Nacional de escolha de prioridades no gasto público. Não pode ou pelo desperdício de recursos, ou pelo direcionamento de recursos públicos para um pequeno número de privilegiados que recebem a chamada bolsa empresário, sem nenhuma prestação de contas, sem que se saiba, nem de longe, qual foi o benefício social auferido desses financiamentos.

O que se sabe é que a Friboi, por exemplo, tornou-se um campeão mundial. Agora, para o consumidor brasileiro, o que isso melhorou? O que melhorou para o consumidor brasileiro, por exemplo, a constituição de um verdadeiro monopólio, com um frigorífico numa condição de monopolista em relação ao mercado de carne? Isso nunca foi esclarecido, mas é sentido.

Então, Sr. Ministro, prepare-se, porque o Congresso Nacional não vai se dobrar à sua intimidação.

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Nós haveremos de reafirmar, na votação do veto, a mesma posição que o Congresso – Senado e Câmara – teve quando votou pelo fim do adicional da multa do FGTS, uma excrescência, algo que hoje é apenas custo que torna a produção brasileira ainda menos competitiva do que ela já o é em razão de tantas outras variáveis de uma política econômica absolutamente desastrosa.

Então, Sr. Ministro Gilberto Carvalho, nós não lhe devolveremos o insulto, nós responderemos com nosso voto na sessão do Congresso Nacional de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias por permuta com a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Mozarildo Cavalcanti; Srs. Senadores, Srªs Senadoras, primeiramente, um registro rápido. A Presidente Dilma já fez a escolha, no último final de semana, do Procurador Rodrigo Janot para o cargo de Procurador-Geral da República no lugar do Dr. Roberto Gurgel no biênio de 2013/2015. Eu considero a escolha acertada sempre que o mais votado é escolhido. Por isso, dessa feita, concordo com a indicação da Presidente em razão de ter respeitado exatamente aqueles que o elegeram no âmbito do Ministério Público.

> *[Dr.] Roberto Gurgel sempre exerceu suas funções com sobriedade, [o que merece nossas homenagens. Sobriedade], retidão e espírito público, virtudes que sempre o guiaram em suas atividades perante esta Corte como chefe do Ministério Público.*

Disse o Presidente do Supremo, Joaquim Barbosa.

Eu destaco a importância do Dr. Roberto Gurgel nesse julgamento do mensalão. Certamente, sua parti-

cipação foi essencial, com elevado grau de independência (com absoluta independência). Com competência, ousadia, muita coragem mesmo, o Dr. Roberto Gurgel cumpriu seu dever e possibilitou esse julgamento memorável do mensalão agora em sua fase final.

Disse o Ministro Celso de Mello:

> *Na realidade, o Dr. Gurgel, no desempenho de suas atribuições como Procurador-Geral da República, revelou o significado que deve ter, para a vida do País e para a vida de seus cidadãos, bem assim para a preservação da integridade do regime democrático, a prática responsável e independente das altíssimas funções institucionais do Ministério Público.*

Disse isso o Ministro Celso de Mello, o decano da Suprema Corte.

Em abril passado, os procuradores da República de todo o País foram às urnas para escolher o seu chefe, o chefe do Ministério Público Federal, e o Dr. Rodrigo foi o primeiro colocado nessa eleição. Por isso, a sua indicação é coerente com a vontade do próprio Ministério Público Federal.

Registro, também, Sr. Presidente, um lamentável episódio ocorrido no Paraguai.

O Paraguai presenciou, no último sábado, uma chacina:

> *[...] cinco pessoas morreram na noite de sábado, após um ataque do grupo Exército do Povo Paraguaio a uma fazenda de Tacuatí, a 400km de Assunção. Segundo o jornal [paraguaio] Última Hora, a propriedade pertence ao brasileiro Renato Rezende Barbosa. [Seriam cinco brasileiros as vítimas dessa chacina.]*
> *[...] É o primeiro ataque [desse] grupo após a posse do presidente Horacio Cartes [...]. A guerrilha atua nos departamentos de San Pedro e Concepción, os mais pobres do país. Este último faz fronteira com o Mato Grosso do Sul. Segundo a polícia, o ataque ocorreu no início da noite, quando um dos funcionários da fazenda, seu chefe de segurança e outros quatro guardas foram cercados e rendidos por 10 ou 12 homens armados e vestidos com uniforme camuflado.*

Eu faço este registro, Sr. Presidente, para alertar o Governo brasileiro. Nós imaginamos que possa ser uma espécie de revide à posse do novo presidente eleito.

Desde a posse do presidente Federico, depois do *impeachment* de Lugo, tivemos tranquilidade para os brasileiros no Paraguai. Os chamados "brasiguaios" se relacionavam de forma excepcional com o então presidente e, nesse período, nesse interstício desde o *impeachment* até a posse, no último final de semana, nós tivemos um período de paz e de tranquilidade para que os "brasiguaios" trabalhassem e produzissem no país vizinho. Agora, esse primeiro episódio.

É bom que o Governo brasileiro tenha consciência da sua responsabilidade em relação a esse fato e atue com rigor, para impedir que outros brasileiros possam ser vítimas de chacinas dessa natureza, que nós lamentamos profundamente, porque o objetivo dos dois países deve ser a relação pacífica, cordial, diplomática e produtiva, sobretudo, já que temos interesses comuns no plano econômico.

Era esse o registro que queria fazer em relação a essa questão, Sr. Presidente.

Mas abordo questão da maior importância para o Poder Legislativo.

Faz tempo que o Governo vem usando e abusando, de forma não republicana, do instrumento da medida provisória. Esse é um assunto cansativo. Além de as medidas provisórias saírem da origem com vícios de inconstitucionalidade, por tratarem de temas diversos, elas são usadas no Congresso Nacional para atender aos interesses do Governo.

Há algum tempo, apresentamos, desta tribuna, um balanço sobre as medidas provisórias em tramitação. Mais uma vez, gostaria, Sr. Presidente, de apresentar aqueles números para ilustrar, ilustrar bem, em que se transformou esse instrumento da medida provisória.

Os números evidenciam a banalização. Durante o Governo Dilma, foram editadas 102 medidas provisórias, tratando dos mais diversos temas, urgentes ou não, relevantes ou não – a maior parte tratou de inúmeros assuntos desconexos no mesmo texto. Enfim, desse total de 102 medidas provisórias, 67 foram convertidas em lei, e uma delas foi revogada; 18 delas tiveram sua vigência encerrada, ou seja, caducaram – aliás, um número expressivo que pode ilustrar bem a total falta de urgência e relevância das matérias, pois, se assim fossem, o Governo teria minimamente se esforçado para vê-las aprovadas –; 12 medidas provisórias ainda encontram-se em tramitação; 4 foram declaradas prejudicadas – outro número que reflete bem a banalização da medida provisória, pois foram prejudicadas por terem sido absorvidas pelos relatórios de outras em tramitação;

Aproximadamente 20% das medidas editadas no Governo Dilma perderam a validade. Esse número evidencia a banalização generalizada. É o caminho mais curto escolhido pelo Governo para legislar. É a banalização desenfreada desse instrumento autoritário.

Mandar para o Congresso é uma decisão que não obedece ao menor espírito público, ao entendimento político, ou ao critério técnico. Muitas delas são

editadas alterando outra medida provisória que sequer foi aprovada pelo Congresso, criando instabilidades e inseguranças jurídicas na legislação do País.

Em resumo, as modificações legislativas promovidas por essa intensa sucessão de medidas provisórias são tantas, tão frequentes e tão súbitas, que fica difícil entender, com clareza, as políticas que o atual Governo pretende executar. Sem contar que a desorganização contamina o ambiente de negócios do País – ou você acha que alguém vai investir no Brasil nessas condições?

O Governo encaminha a medida provisória e não tem a menor ideia de como ela sairá daqui, mesmo dispondo dessa ampla base aliada nas duas Casas do Congresso Nacional. Nem o Governo sabe o que sai do miolo de uma medida provisória.

Sr. Presidente, isso é reflexo do sistema que vigora no Brasil. Estamos sob a égide de um presidencialismo forte, e é inegável que reformas de profundidade só ocorrerão quando tivermos um presidente moderno, mudancista, com a ousadia necessária para promover mudanças, retirando-nos desse estágio de atraso em que nos encontramos institucionalmente.

Estamos amarrados a estruturas superadas, porque, desde o Plano Real, não se deu um passo à frente, não se fez uma reforma de profundidade. As medidas provisórias significam exatamente esse cenário de supremacia do Poder Executivo sobre o Legislativo, em um período em que o Congresso brasileiro vive o maior desequilíbrio da representação popular de toda a nossa história. Existe um sistema promíscuo de cooptação dos partidos políticos para a Base de Apoio ao Governo, de cooptação de todos os políticos suscetíveis às luzes da ribalta, ou seja, a esse chamariz que é o Tesouro Nacional, na distribuição de recursos, não apenas através de emendas parlamentares, mas também através dos favores, das concessões, das benesses oferecidas pelo aparelhamento do Estado, com o loteamento dos cargos entre aqueles que se tornam apaniguados, porque há a sombra do poder no País.

Esse sistema é a causa deste lastimável cenário em que o Executivo se impõe através das medidas provisórias e as reformas não acontecem. Não acontecem porque não há interesse; não há interesse porque prevalece o imediatismo, o oportunismo de quem governa e que não enxerga além do horizonte temporal do seu próprio mandato, porque, se tivesse visão estratégica de futuro, certamente reformas ocorreriam como a tributária.

Se o sistema federativo promove o maior desequilíbrio entre os entes federados, um desequilíbrio que sacrifica especialmente os Municípios brasileiros. Se esse sistema federativo está desequilibrado, é inegável que este novo Pacto Federativo passaria também por uma reforma tributária que viesse a estabelecer justiça fiscal e justiça distributiva, com os recursos sendo distribuídos, proporcionalmente, às missões que são impostas a todas as unidades da Federação, fato que não ocorre atualmente.

Repito: nesse sistema de presidencialismo forte, cabe à Presidência da República assumir a parcela maior de responsabilidade pelas reformas urgentes no País. E, lamentavelmente, a Presidência da República não tem demonstrado interesse em promover reformas.

Concedo à Senadora Ana Amélia o aparte, com grande satisfação.

A Srª Ana Amélia (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Senador Alvaro Dias, estou acompanhando seu pronunciamento, mas volto ao tema do Paraguai, porque tive a honra, juntamente com o Senador Roberto Requião e o Senador Luiz Henrique da Silveira, em nome da Comissão de Relações Exteriores, de acompanhar, na quinta-feira, a posse do novo Presidente Horacio Cartes. Nessa ocasião, o discurso do Presidente foi enfático em relação às questões de segurança jurídica e à previsibilidade. E isso realmente acontece dois dias depois da posse, quando ele declarou guerra não apenas à pobreza, mas também ao crime organizado. Quem mata e sequestra é criminoso; não dá para dizer outra coisa, é bandido mesmo. Isso é um terrorismo condenável sob todos os aspectos. Cria-se um ambiente também para saber se essas pessoas, esses trabalhadores que sofreram eram brasileiros ou "brasiguaios". V. Exª acompanhou muito esse trabalho, e os representantes lá também continuam apostando que haja paz no campo. Por outro lado, o Presidente e os dirigentes que trabalham nas cooperativas que são de brasileiros e "brasiguaios" estão muito interessados. Veja só que coisa, Senador Alvaro Dias: o Brasil e a nossa Embrapa, uma empresa de referência mundial, fazem acordos com países africanos, que estão muito longe de nós, apesar de, claro, merecerem esse apoio, e o Paraguai, que está aqui do nosso lado e que integrava, até há pouco, o Mercosul, não recebe o mesmo apoio. Então, nós vamos solicitar – e espero que V. Exª também nos ajude – à Embrapa que crie uma parceria, porque eles têm uma grande necessidade de conhecimento na área da biotecnologia, na produção de grãos de todas as áreas. O Paraguai, hoje, é um grande protagonista nesse setor; é também um país exportador e usa os portos do seu Estado, o Paraná, para fazer essa exportação. Concordo com V. Exª que é preciso apurar as responsabilidades disso para não voltarem os conflitos que nós, V. Exª e outros Senadores, acompanhamos dramaticamente aqui no Senado Federal, dando voz e vez a esses representantes dos

"brasiguaios". Essa é uma situação muito delicada, e esperamos que o Governo brasileiro também ajude o novo governo a encontrar uma solução para esse grave conflito, que pode ter proporções maiores do que as que já vimos e que são de todo condenáveis. Muito obrigada, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A nossa preocupação em alertar o Governo brasileiro é exatamente para evitar os equívocos diplomáticos cometidos pelo Brasil, sobretudo em relação ao Paraguai. São inúmeros os equívocos diplomáticos dos últimos anos, mas, em relação ao Paraguai, extrapolamos os limites do bom senso.

Na semana passada, li, desta tribuna, um artigo de Rubens Barbosa, ex-embaixador em Washington, ex-diplomata, sobre exatamente os equívocos da diplomacia brasileira, com foco especial nos erros cometidos nesse relacionamento com esse país vizinho, o Paraguai.

O erro crucial foi exatamente o de tentar intervir num processo interno, afrontando a soberania paraguaia quando aquele país, com apoio popular, inclusive da Suprema Corte, decretou o *impeachment* do Presidente Lugo.

Na esteira desse processo de *impeachment*, o Brasil e outros países da América Latina expulsaram o Paraguai do Mercosul para proporcionar o ingresso da Venezuela, de Hugo Chávez. Foi outro equívoco brutal do Governo brasileiro em relação à política externa voltada para o Paraguai.

Outro equívoco que nós apontamos aqui, há mais tempo, foi quando o Governo brasileiro se dispôs a pagar mais pela energia paraguaia da binacional Itaipu. Aliás, em seu artigo, Rubens Barbosa também não entende como o Governo brasileiro, depois de afirmar taxativamente que não havia razão para o reajuste das tarifas, porque, tecnicamente, o que se fazia era o correto – e nós sabemos que existiram outros interesses não revelados, interesses clandestinos que o motivaram –, mudou de posição naquela ocasião.

São erros que se sucedem. Mas agora nós estamos diante desse fato, Senador Cristovam Buarque, que exige uma presença competente do Governo brasileiro, evidentemente sem invadir a competência, sem orientar a conduta que deve seguir o governo paraguaio, mas na defesa dos nacionais, na defesa dos "brasiguaios" que possam ser alvo predileto para novas chacinas praticadas pelo grupo denominado Exército do Povo Paraguaio. Certamente, nesse caso, um sinal de alerta ao novo Presidente ao tomar posse no governo do país vizinho.

Eu concedo, Senador Cristovam, o aparte que V. Exª solicita, com muita honra.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Alvaro, eu sempre, quando estive no Parlamento do Mercosul, fui favorável à entrada da Venezuela. Sempre achei que o Estado venezuelano estava acima do seu governo e que, por isso, era importante para a economia.

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas a maneira como a Venezuela entrou é um processo golpista e que traz grandes desvantagens pela quebra das regras e, inclusive, porque, de certa maneira, a Venezuela entrou de forma ilegal, conforme os regimentos anteriores e, por isso, fica numa posição incômoda, a ponto de o novo Governo do Paraguai – e eu até entendo, do ponto de vista legal, o que eles estão querendo fazer – dizer que só volta ao Mercosul depois da saída da Venezuela, para que se discuta com o Paraguai, e os quatro que ficarem decidam trazer a Venezuela. Ou seja, criou-se um impasse, por conta da má administração naquele momento, porque, se achamos que a Venezuela está muito acima do governo daquele momento e de qualquer outro, tínhamos que ver que o Paraguai também estava bem acima do governo daquele momento, que veio de um processo de *impeachment*. Tinham que ter respeitado o Paraguai como entidade diferente do seu governo anterior, até mesmo porque não houve uma ruptura da ordem, foi dentro da ordem estabelecida constitucionalmente. Foi um grande erro. O que me preocupa, Senador Mozarildo, é que, aparentemente, não é o único erro e não é, também, além de erro e acerto, a mesma falta de uma estratégia mais longa na política externa brasileira. Durante os 16 anos de Fernando Henrique Cardoso e Lula, pôde-se perceber um aumento muito grande da presença do Brasil no exterior. Houve a abertura, graças a Fernando Henrique Cardoso, de uma posição mais respeitada do Brasil, e ninguém pode deixar de reconhecer que no Governo Lula, graças a sua personalidade e à competência do seu Ministro das Relações Exteriores, o Celso Amorim, foi possível o Brasil estar presente, em muitos momentos, ampliando o número de Embaixadas, ampliando os discursos nos diversos fóruns. Lamentavelmente, nesses últimos dois anos, nós temos visto um recuo da presença brasileira.

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Aparentemente a Presidenta não tem sensibilidade e não tem gosto, apetite para a parte de política externa. Aparentemente, quem olha de fora,

como nós, ela não tem gosto disso e relegou, e o Ministério passou a ter menos força, menos influência sobre ela, como tinha Celso Amorim com o Presidente Lula quando era preciso. Isso faz com que estejamos passando por um retrocesso da presença brasileira no exterior. Além dos erros e acertos, sobretudo erros cometidos especificamente como no caso do Paraguai, tem havido um retrocesso estratégico. O Brasil hoje é um país menos presente, menos respeitado do que era há três anos no cenário internacional.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Cristovam. V. Exª sempre, com muita lucidez, aborda questões importantes que dizem respeito aos momentos que estamos vivendo no Brasil.

Concluindo, Sr. Presidente, espero que providências sejam adotadas urgentemente para restabelecer a tranquilidade e a segurança entre os brasileiros que vivem no Paraguai.

Repito que tivemos um período de paz, de tranquilidade, de segurança jurídica para que os brasileiros lá produzissem, que foi exatamente no interstício entre o *impeachment* do Presidente Lugo e a posse agora do Presidente Cartes.

Esperamos que o Governo brasileiro possa rever também a sua posição em relação ao Mercosul, uma vez que considero correta a atitude do novo presidente paraguaio ao impor determinadas exigências para o retorno do seu país ao bloco econômico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, à Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Mozarildo Cavalcanti, Srªs e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, nós começamos uma semana de trabalhos preocupados – o Senador Cristovam Buarque e outros Senadores já falaram há pouco sobre esse assunto – com a situação de certa instabilidade na área cambial.

Entendo ser a área cambial uma espécie de termômetro para medir a febre da economia. O câmbio é a área mais sensível porque está relacionada diretamente às questões de confiança na política econômica.

A intensa pressão no mercado de câmbio doméstico, especialmente na última semana, quando a cotação do dólar superou os R$2,30, por cinco dias consecutivos, as maiores cotações desde março de 2009, exige das autoridades, especialmente do Banco Central, atenção redobrada. A rápida desvalorização da nossa moeda frente ao dólar é uma ameaça ao desenvolvimento do País e aos fundamentos da economia brasileira, com impactos na balança comercial e no mercado interno. Porque, quando exportamos, tudo bem, mas quando importamos vamos pagar mais caro e estamos dependendo de uma série de produtos que chegam aqui do exterior inclusive da área de confecções.

Pode ser pressão especulativa o que está acontecendo, que aparece sempre quando a confiança na política econômica perde força. Precisa, portanto, ser enfrentada pela equipe econômica – esta crise cambial – de modo a preservar a estabilidade e o equilíbrio entre os diferentes agentes do mercado.

É preciso destacar que o real foi a moeda que mais se desvalorizou nesse ano entre os países emergentes, segundo análises de especialistas em mercado de câmbio e dados de agências de risco, do Banco Central do Brasil e do Fundo Monetário internacional (FMI). Enquanto as desvalorizações das moedas da Argentina e do México, em relação ao dólar, foram de 10,9% e 0,6%, respectivamente, a queda do real, no mesmo período, em relação à moeda norte-americana, alcançou 17,6%. Na Índia, a rúpia se desvalorizou 12,2%, em relação ao dólar, e a rand da África do Sul apresentou queda de 15,9%. Portanto, entre os emergentes, estamos com uma desvalorização superior à dos demais países que integram esse bloco.

São variações no câmbio que preocupam! É importante lembrar que o Brasil tem apresentado baixo crescimento econômico e a falta de confiança de alguns investidores internacionais.

No caso específico da agricultura, o meu Estado, o Rio Grande do Sul, tem uma participação ativa e protagonista nessa área, é um setor altamente competitivo no Brasil, as variações excessivas no câmbio causam enormes estragos. Se por um lado beneficia quem exporta e, aí, temos as nossas *commodities,* como soja, por exemplo, e também a área de carnes, por outro lado o dólar mais forte afeta os custos dos insumos da produção agrícola, porque somos dependentes ainda da importação desses insumos, como é o caso de fertilizantes, que têm aproximadamente uma concentração de apenas dois fornecedores, e de defensivos agrícolas, que respondem, aproximadamente – os dois no conjunto –, por 70% dos gastos dos agricultores.

Os preços desses produtos são atrelados ao dólar e, por isso mesmo, aumentam as chances de custos mais altos aos agricultores, como também o endividamento das empresas que tomam empréstimos no exterior. São mais barreiras ao desenvolvimento sustentável de uma atividade que tem contribuído enormemente para o crescimento do nosso Produto Interno Bruto.

O câmbio desvalorizado agrava também a situação de outros setores da economia, pois aumenta as dúvidas sobre o custo de vida e de produção no Brasil – a velha inflação batendo à nossa porta. Qualquer um que for ao supermercado nota que os preços dos alimentos estão bem mais altos. E, claro, com o dólar valorizado por tempo indeterminado em relação ao real, as dificuldades para controlar a inflação tendem a aumentar, porque, no médio e longo prazos, o câmbio muito valorizado em relação ao real gera aumento de preços, inclusive dos combustíveis. Isso se torna mais um problema para o controle da inflação e limita a melhor gestão da economia do País.

Na manhã de hoje, a moeda estrangeira superou o patamar de R$2,40 – portanto, abriu a semana em alta –, depois de ter alcançado R$2,39 na última sexta-feira. O Banco Central teve que injetar mais US$2 bilhões em contratos de dólar no mercado futuro, chamados de *swap* cambial, para tentar conter a alta da cotação do dólar.

Vale lembrar também que nem mesmo a atuação do Banco Central, que injetou mais de US$3 bilhões no mercado futuro na semana passada, evitou que a moeda americana encerrasse a semana com cotação próxima a R$2,40.

A conjuntura internacional também não está favorável. A crise política no Egito, que tem feito subir os preços do petróleo, e as dúvidas sobre a continuidade da política mensal de estímulos do Banco Central dos Estados Unidos, o famoso FED, Federal Reserve, aumentam as incertezas. Por isso, nos momentos de dúvida, quanto mais claras forem as políticas econômicas e mais firmes e confiáveis, menos espaços serão abertos para especulações ou prejuízos à economia.

Pessimismo não se combate com *marketing,* propaganda – o mesmo se diz para credibilidade e confiança.

Não sou economista, mas a história mostra que ações reais na economia real trazem mais benefícios que prejuízos.

Aliás, no domingo, o editorial do jornal *O Globo* inclui uma avaliação pertinente sobre o papel do câmbio como um importante termômetro para antecipar tendências ou prever movimentos na economia nacional.

Segundo o editorial, há razões, Senador Cristovam Buarque, de ordem interna que podem justificar a desvalorização do real frente ao dólar. Há uma mudança de conjuntura se aproximando, o que obriga o Brasil a enfrentar a realidade que o Governo antes imaginava que seria possível contornar. Enfrentar a inflação sem uma forte contribuição da política fiscal, com maior controle sobre as despesas de custeio, é algo cada vez mais inviável porque a eleição está tomando conta das prioridades do Governo. Do mesmo modo, Senador Cristovam, não dá mais para postergar a prioridade para a realização de investimentos em infraestrutura, e isso exigirá, de fato, o abandono da visão preconceituosa quanto à participação do setor privado na área pública, com as famosas parcerias público-privadas.

Com muita alegria, concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora Ana Amélia, mais uma vez estamos nós aqui falando de economia. Por muitas vezes aqui, a senhora, eu e alguns outros alertamos o Governo de que a economia estava bem, mas não ia bem. Eu repeti, bati, não me contentei em falar, escrevi, publiquei mostrando que, embora a economia naquele momento – falando de dois anos e meio atrás – estivesse com uma chance de crescer, estivesse com grandes reservas, estivesse com superávit, estivesse com a inflação baixa, estivesse com um câmbio sólido, as coisas não iam bem, e eu mostrava cada um dos problemas que poderiam vir adiante, um deles era o câmbio, que trazia embutido dois tipos de problemas: se ficasse naquela taxa, dava problema à indústria; se desvalorizasse, trazia problema para a inflação. Aquela era a hora, quando havia uma estabilidade monetária, de fazer os ajustes para que a taxa de câmbio retomasse um incentivo às nossas exportações. Não foi feito, agora fica numa posição atabalhoada porque já passou do ponto que se queria, e o Governo e o Banco Central – veja que um dos problemas é essa mistura: Governo e Banco Central, não deviam nem ser misturados, mas misturam-se; o Presidente do Banco Central é Ministro, é uma coisa estranha isso –, pois bem, estão vendendo reservas, e mais reservas, e mais reservas. Aparentemente é um saco sem fundo, que pode trazer algo mais grave, que é uma queda no índice de confiança do Brasil no exterior. Se as reservas chegam abaixo de certo ponto, imediatamente baixa a nota de confiança que o Brasil tem lá fora. Aí cai a vinda de dinheiro, cai ainda mais o dólar, e a inflação aumenta. Não foi feito na hora. Não foi feito também, como a senhora disse, a redução dos gastos. Tinha que ter sido feito isso. Em alguns momentos, medidas difíceis vão exigir de nós posições sérias aqui dentro desta Casa, porque o Governo, sozinho, não consegue fazer isso. Um dos itens que coloquei como entrave para a economia, nos anos futuros, é que nós temos amarras constitucionais que dificultam em certos momentos de crise. Alguém pode dizer: ainda bem, porque, com isso, segura alguns dos benefícios que nós temos. Mas esses benefícios acabam se o conjunto não funcionar bem. Escolhemos – o Governo

– o caminho de segurar a inflação controlando o preço através das isenções. Não é o caminho certo. Isso, depois, cobra um preço muito maior no futuro, como já se viu em todos os lugares, como se está vendo agora na Venezuela e já se viu no Chile. Nós entramos num período de muita turbulência na economia, porque o que era para ser feito certo não foi feito no momento certo. Agora, para se fazer o certo no momento errado, os custos são muito maiores e os riscos são muito grandes. Some-se a isso que o pacto social, que fez a sociedade brasileira funcionar bem apesar da desigualdade, apesar de privilégios, apesar de ineficiência, esse pacto se rompeu. Esse pacto se rompeu quando caiu a ficha das pessoas, ao perceberem que não vão ter o futuro prometido. Quem comprou carro fica preso no trânsito e preso no crediário para pagar. Caiu a ficha das pessoas. Quem conseguiu entrar na universidade descobriu que sai sem conhecimento suficiente para obter um bom emprego. Caiu a ficha. Quem não tem condição de receber um bom tratamento médico percebe que uma parcela da população, inclusive nós aqui dentro, tem privilégios de sistemas de saúde tão bons ou melhores do que os dos países mais ricos. Caiu a ficha. A ficha foi caindo, mas some-se a essas fichas caindo a descoberta do poder que o computador dá a cada jovem. Cada jovem hoje tem uma trincheira de luta em casa. Ele consegue fazer uma guerrinha. Ele não consegue botar 10 mil pessoas na rua, nem 5 mil, nem 2 mil. Mas com duzentas pessoas, para-se uma avenida. Com cinquenta, não vai demorar, invade-se um hospital para conseguir que seja recebido um ente querido que está doente e que um hospital público não conseguiu receber, Senador Mozarildo. O tecido social, com a informática e a ruptura do pacto, é muito instável. Somem-se a isso os que vão surfar nas manifestações para quebrar vidraças, o que vai irritar todo mundo, todos nós. A gente não pode tolerar isso. Mas eles vão surfar nas manifestações de reivindicação. O despreparo da polícia, porque é um momento novo. Eles não sabem o que fazer, porque pipocam em cada lugar as coisas. E por coisas pequenas. Eu conversava há pouco, Senador Mozarildo, com a Senadora Ana Amélia, que em Recife, na minha cidade, está havendo uma verdadeira rebelião porque morreu um papagaio no Ibama. Ou seja, uma coisinha menor. Eu, aliás, dei muitos exemplos aqui de que um cachorro sendo atropelado por um carro da polícia ia provocar uma rebelião convocada pela Internet. Não foi nem cachorro, foi um papagaio. Está lá o povo na rua, protestando contra o Ibama. Isso vai pipocar em todo tempo. Já houve a tentativa de invadir, digamos assim, o hospital Sírio Libanês. Hoje, houve uma manifestação na frente de um casamento de jovens ricos. O povo foi para frente, vaiaram o casamento num hotel. Então, nós estamos num momento de crise econômica com um momento de instabilidade política. Para completar, temos eleição daqui a poucos meses, o que nos amarra a todos, porque cada um fica tomando decisões não pensando no País, mas nos votos que vai ter; não pensando numa nova geração, mas pensando no resultado da eleição. A situação é muito perigosa, e o que me assusta – e aí eu concluo com tantos pontos perigosos – é que, apesar disso, isto aqui tem estado vazio. Quinta-feira à tarde – quinta-feira, não falo sexta nem segunda –, terminamos a sessão às 4 horas por falta de pessoas querendo falar. Quinta-feira, às 4 horas. Às três – o Senador Mozarildo, acho que estava presidindo –, eu pedi a palavra aqui, em vez de falar na tribuna, eu levantei uma questão de ordem para dizer isso, e aí chegou o Senador Aloysio, que falou um pouquinho. E já que ele tinha falado, eu falei, mas às 4 horas terminou. Nós deveríamos estar reunidos aqui discutindo esta crise que nós estamos atravessando. Enquanto isso, estamos fechando os olhos. As manifestações contra o Governador Cabral são contra todos nós. Hoje é ele, amanhã vão ser os outros. Nós tínhamos que entender isso. Ele simboliza, hoje, o que nós somos para a opinião pública. E não estamos discutindo como se resolve isso. É o momento de muita preocupação, sobretudo porque parece que não há preocupação. Até me lembro de que, dos 15 pontos de perigo da economia, Senador Suplicy, o último era a euforia. A euforia cega. E nós fomos cegos pela euforia de que as coisas estavam indo bem quando tudo ali já mostrava que, mais dia, menos dia, ia mal. Chegou o momento, e nós não estamos nem preparados nem, aparentemente, com apetite de enfrentar o problema, encontrando soluções, que não vão ser reprimir com a polícia, embora seja preciso também. Vai ser refazer o pacto social brasileiro, que não é mais aceito como era: com privilégios, de um lado, e exclusão, de outro. Não dá mais! E nós não estamos discutindo como refazer o pacto social brasileiro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Cristovam, eu fico muito honrada com esse aparte, que completa o meu raciocínio. Eu gostaria, inclusive, que fosse incluído, nos *Anais*, esse aparte do Senador Cristovam como parte deste meu pronunciamento.

Nós, Senador Cristovam, temos atuado em muitas questões com independência em relação ao Governo. Nossos partidos são da Base do Governo, mas temos atuado com independência. Isso é um ato de responsabilidade. E aquele ditado popular diz muito bem: "Quem avisa amigo é.". Não foi por falta de aviso de V. Exª, que quantas vezes ocupou esta tribuna.

Temos falado, alertado sobre algumas questões que são importantes, estruturalmente falando, do ponto de vista das necessidades do nosso País.

Na medida em que você faz economia apagando incêndios – foco, agora, no câmbio; foco, depois, na questão da infraestrutura, foco, depois, na falta de crédito; foco, depois, no problema da inflação –, não há uma política de continuidade para haver a confiança nessas reverências.

Ademais, V. Exª se refere à questão das nossas reservas cambiais. Estão torrando as nossas reservas. E, quando abaixar o nível delas, haverá uma redução também desse risco Brasil. E aí, a situação se estende não apenas aos títulos públicos, mas à própria credibilidade no conjunto da economia para os investidores que têm grandes investimentos em nosso País.

Além do mais, nós também não temos, como V. Exª se referiu à Venezuela, petróleo para exportar. A Venezuela pode se dar ao luxo de fazer algumas tropelias e algumas irresponsabilidades, porque está sentada em cima de poço de petróleo. Nós não temos isso para dispor dessa riqueza. Então, é mais um fator a exigir das autoridades, especialmente das autoridades da área financeira, fiscal e econômica, uma atenção redobrada em relação a isso, que hoje se discute.

Para terminar, mas não menos importante, modestamente entendo, Senador Cristovam – e V. Exª referiu com muita maestria o ponto –, que nós tivemos de parte do Governo a imprudência, para não dizer irresponsabilidade, de antecipar um debate e uma campanha eleitoral em 18 meses, dois anos. Isso tudo contamina o processo econômico. Não há dúvida de que isso acontece.

E muito das razões dessa instabilidade se justificam na raiz da antecipação das eleições. Acho que esse foi um ato que o País não poderia estar vivendo agora. Criou-se uma insegurança e uma instabilidade desnecessária por ato impensado do Governo. Como disse V. Exª, em vez de se pensar na futura geração, pensou-se apenas na reeleição de 2014.

Mas eu agradeço imensamente a contribuição valiosa que V. Exª deu.

Eu queria pedir ao Presidente, lembrando que estamos vendo essas questões todas e já vamos ver, inclusive nas próximas licitações para a concessão de aeroportos, ferrovias, portos, assim como do campo de petróleo de Libra, na camada do pré-sal, oportunidades que restam para o País demonstrar que está ajustando, de fato, o rumo da política econômica. Portanto, é preciso muita clareza e muita segurança sobre isso. Como é que o senhor vai dar garantia aos investidores, se não há segurança, a chamada previsibilidade?

Esse mesmo ajuste de rota é o que está programado para amanhã, nesta Casa, com o exame dos vetos presidenciais. E já alteramos, por meio de projeto de resolução, no último dia 11 de julho, artigos do Regimento Comum do Congresso. Assim que os vetos forem comunicados ao Presidente do Senado, Renan Calheiros, o Congresso terá 72 horas para criar a comissão mista e definir o calendário de votação do veto, como os previstos para amanhã.

Aliás, a Senadora Vanessa Grazziotin trabalhou intensamente nessa matéria.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Esse novo cronograma de trabalho vale para os vetos publicados a partir de 1º de julho de 2013. Será oportunidade rara para cobrarmos do Governo o cumprimento de acordos assumidos que resultem em políticas transformadoras e condizentes com os anseios dos eleitores. Não podemos mais aceitar propaganda como solução para os problemas reais do nosso País.

Cito casos concretos, como o veto da Presidente da República ao Projeto de Lei nº 200, de 2012, que acaba com a cobrança provisória de uma multa adicional de 10% do FGTS, nas demissões sem justa causa. Não é o direito pétreo do trabalhador aos 40%. Nada a ver. Aquilo permanece intocável. É cláusula pétrea de uma garantia e de um direito dos trabalhadores constituído na Carta de 1988.

Estou falando de um adicional aos 40% que ficou 50%, mas que esses 10% não vão para o bolso do trabalhador, ficam no Tesouro; os 10% vão direto para o Tesouro. E o motivo da criação dessa sobretaxa, dessa multa, foi para cobrir os rombos de planos econômicos. As dívidas e os passivos desses planos econômicos foram encerrados, e aí, pelo que estava acordado, suspender-se-ia a cobrança desse adicional. Continuaram cobrando. E agora nós colocamos isso para que houvesse uma mudança, a suspensão disso. Mas é hábito descumprir acordos, e manteve-se a cobrança dos 10%. Sobre isso, haverá também uma decisão, amanhã, do veto. Ela foi criada em 2001 e tinha o objetivo exatamente de zerar esses planos. A cobrança adicional, que aumenta os custos das empresas e dificulta, inclusive, novas contratações no mercado de trabalho, deveria ter acabado no ano passado, mas, lamentavelmente, ainda está em vigor, mesmo após a decisão do Congresso Nacional, no último dia 3 de julho, que aprovou o fim dos 10%.

Antes do veto da Presidente, a maioria do Plenário da Câmara, 315 Deputados Federais, disseram "não" à cobrança adicional, 95 Deputados insistiram em manter a cobrança e apenas 1 se absteve de vo-

tar, No Senado, o fim da cobrança foi aprovado no ano passado,

O Governo Federal, ao contrário, insiste em dizer "sim" para mais esse peso que recai sobre o caixa das empresas, retirando a competitividade do setor empresarial e barrando o crescimento econômico. É preciso esclarecer que, além dos 10% adicionais, os empregadores já são obrigados a pagar 40% – que eu registrei – de multa do FGTS, quando a demissão é sem justa causa. Isso é um direito dos trabalhadores. É uma multa justa prevista em lei, uma conquista dos trabalhadores, que deve ser mantida e vai ser mantida. A multa adicional dos 10%, entretanto, é injusta e um grave problema para as empresas que precisam de estímulos, especialmente agora, para continuar gerando emprego e renda no atual momento econômico do país.

Não bastassem as limitações de infraestrutura – estradas ruins, portos ineficientes e aeroportos congestionados –, que encarecem os produtos e serviços no Brasil, os empreendedores de todos os tamanhos, pequenos, médios ou grandes, estão sendo obrigados a arcar com mais esse custo.

Como integrante da Subcomissão do FGTS, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, não concordo com essa prorrogação. A manutenção da multa tira da economia e dos planos de investimentos das empresas mais de R$3 bilhões, segundo dados do setor industrial.

É volume de recursos que está indo para os cofres da União. Em vez de reforçar o caixa do FGTS, o destino dos recursos provenientes da multa de 10% tem sido outro: ajudar o Governo a arrumar a bagunça e o descontrole das contas públicas. É o velho costume de fazer cortesia com o chapéu alheio!

Queria também só lembrar, Sr. Presidente, que há uma outra questão aqui que o Governo ficou devendo – estou encerrando, vou apenas fazer a leitura de um tema a que nós nos ativemos muito aqui:

Vou apenas fazer a leitura de um tema a que nós nos ativemos muito aqui:

> *A Associação Brasileira das Indústrias de Calçados manifesta sua preocupação em relação à competitividade da indústria nacional com a possibilidade de extinção, no final do corrente ano, do legítimo retorno dos impostos cobrados ao longo da cadeia produtiva e que atualmente são restituídos pelo estabelecido no chamado Reintegra.*
>
> *Assim, entendemos que o veto da Presidente da República ao período estabelecido na lei decorrente da MP nº 610, na prática, (...)*
>
> *(Soa a campainha.)*

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – *(...) já provoca sério dano às negociações que os exportadores* [especialmente de calçados] *vêm promovendo, pelo fato de que os embarques decorrentes ocorrem a partir de dezembro deste ano.*

Assim, eu queria também, em relação ao Reintegra, dizer que é uma medida importantíssima, especialmente para um setor altamente empregador de mão de obra, que é o setor calçadista, muito importante para a economia do meu Estado. Então, penso que nós devemos, amanhã, ter uma atenção redobrada, não só sobre a multa adicional de 10%, mas também sobre a manutenção do Reintegra para os setores empregadores de mão de obra e exportadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senadora Ana Amélia, gostaria de convidar V. Exª para presidir um pouquinho, ao mesmo tempo em que chamo, para fazer uso da palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Srª Presidenta, Ana Amélia. Pela ordem, se me permite.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu queria informar e convidar a todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras para a audiência pública que ocorrerá hoje, às 18h30, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em homenagem a Sérgio Vieira de Mello, nosso diplomata que era Alto Comissário das Nações Unidas e que, quando representante da ONU no Iraque, em Bagdá, há dez anos, exatamente na data de hoje, 19 de agosto, foi morto quando uma bomba estourou ali no hotel que era sede da ONU em Bagdá, matando 22 pessoas, inclusive Sérgio Vieira de Mello.

Gostaria de informar que são convidados para participar dessa audiência pública a Profª Carolina Larriera, que era companheira dele à época; Alberto Fonseca, Chefe da Divisão de Segurança Alimentar, Desenvolvimento e Paz, representando o Ministério de Relações Exteriores; a Srª Julia Barros Shirmer, Chefe da Assessoria Internacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; o Sr. Carlos Mussi, representando a ONU, ele que é diretor da Cepal, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

Teremos a oportunidade de fazer uma reflexão e uma homenagem a Sérgio Vieira de Mello. Assim, gostaria de convidar a todos para participarem, na CRE, às seis e meia da tarde, Srª Presidenta. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Está registrado, Senador Eduardo Suplicy. Queria aproveitar para cumprimentá-lo por esta justa e oportuna iniciativa de homenagear um cidadão brasileiro que teve um papel muito importante no plano da política externa, especialmente na questão das negociações de paz, e ele morreu em nome da paz naquela explosão referida por V. Exª.

Cumprimento-o pela iniciativa.

Convido a Senadora Vanessa Grazziotin para fazer uso da palavra, como oradora inscrita.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia, que dirige a sessão neste momento; Srs. Senadores, companheiros e companheiras, na última sexta-feira, salvo engano, o jornal *The Washington Post* publicou uma matéria trazendo mais informações, novos detalhes sobre as ações da agência nacional de segurança dos Estados Unidos, a NSA, relativas à espionagem, notícia essa que foi divulgada para o Brasil e para o mundo inteiro recentemente pelo jornalista Glenn Greenwald e que mostrou que o Brasil, diante das ações, que podemos falar de inescrupulosas, da agência de segurança norte-americana, foi, ou tem sido um dos alvos preferenciais na espionagem. E nós, aqui, do Congresso Nacional, do Senado especialmente – e falo Congresso porque o Presidente da Comissão de Relações Exteriores tem feito reuniões conjuntas da Comissão de Relações Exteriores do Senado com a Comissão de Relações Exteriores da Câmara – temos procurado ouvir inúmeras autoridades para entender melhor o que os Estados Unidos vêm promovendo não contra os países, mas contra os povos do mundo inteiro, visto que, com constância, tem violado a privacidade de pessoas em diversos países do mundo.

Ouvimos Ministros de Estado, o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro das Comunicações, o da Segurança Institucional, enfim. Ouvimos o próprio jornalista que foi o autor de todas as matérias que têm sido publicadas até o momento. Na última reunião, foram ouvidos representantes de empresas ligadas à Internet, entre elas, a Google, a Microsoft, além do Facebook.

Na última audiência, os próprios representantes dessas empresas confirmaram o fato de que, com frequência, são solicitados a repassar informações ao governo norte-americano, possivelmente a NSA, que, repito, é a agência de segurança nacional dos Estados Unidos da América do Norte.

A notícia da última sexta feira do jornal *The Washington Post* mostra que a agência nacional de segurança dos Estados Unidos não só tem violado, de forma reiterada, as informações de pessoas e de governos, mas tem violado a legislação norte-americana, ou seja, as próprias leis de privacidade existentes nos Estados Unidos, como forma de vigiar pessoas e vigiar países também, Srª Presidente, de acordo com matéria anterior. Matérias publicadas em revistas de nosso País mostraram que, próximo a reuniões das Nações Unidas, membros da diplomacia brasileira foram alvo de escuta, alvo de espionagem por parte dos americanos.

Então, o jornal *The Washington Post* mostra que, desde 2008, segundo documentos, certamente repassados por Snowden, a agência de segurança americana vem sendo flagrada em pelo menos 2.776 infrações à lei, nas quais interceptou, armazenou e distribuiu correios e chamadas telefônicas protegidas, e o fez de forma, repito, ilegal, Srª Presidente.

Nós vimos, ontem à noite, a notícia da detenção, da prisão do brasileiro chamado David Miranda, que é o companheiro do jornalista Glenn Greenwald e que mora no Rio de Janeiro. Ele foi detido.

Passava por Londres, pelo Reino Unido, Inglaterra, apenas para fazer uma conexão, uma vez que vinha da Alemanha, onde se encontrou com uma documentarista que, junto com Glenn Greenwald, ouviu Snowden e recebeu dele uma série de documentos.

Ele estava na Alemanha, em Berlim, durante uma semana, onde teve reuniões com Laura Poitras, que é documentarista – repito – e que também trabalhava com Glenn Greenwald para o jornal inglês *The Guardian*. Passava e apenas fazia conexão em Londres, quando foi detido por agentes ingleses, sob o argumento de que estava sendo detido com base em uma lei inglesa antiterror.

Ora, Srª Presidente, não havia, como não há, efetivamente, nenhum indício, nenhum indicativo, absolutamente nada, que pudesse ligar o brasileiro David Miranda a qualquer ato ou a qualquer ação terrorista. Não há dúvida de que a lei inglesa determina, permite a detenção tão somente por nove horas, e ele ficou detido, segundo as informações que temos, exatas oito horas e cinquenta e cinco minutos. Ou seja, cinco minutos antes do tempo máximo permitido pela lei inglesa, ele foi liberado.

Entretanto, a partir do momento em que foi liberado, comunicou – o que foi confirmado em sua chegada hoje, pela manhã, no Brasil – que não sofreu qualquer tipo de violência, mas que teve seus objetos pessoais, seus bens pessoais confiscados pelo governo britâni-

co, Srª Presidente, o que caracteriza uma ilegalidade. *Laptop*, telefone, computador, *e-mails,* armazenados em *pen drive* e outros dispositivos de que dispunha foram apreendidos.

Não há dúvida nenhuma de que essa ação do governo inglês, possivelmente articulado com o governo americano, tenha o objetivo de intimidar o jornalista americano que trabalha para o *The Guardian* e vive no Brasil, no Rio de Janeiro. Essa ação tenta intimidar o jornalista Glenn para que não continue a divulgar o material passado por Snowden.

E aí eu quero mais uma vez cumprimentar o jornalista, Senador Suplicy. Eu vi a entrevista que ele concedeu à imprensa hoje pela manhã. Ele disse que, se o objetivo for esse, o resultado será exatamente o inverso e que, agora sim, ele divulgará todos os documentos de que dispõe e que envolvem não apenas os americanos, mas, possivelmente, o governo inglês.

Aliás, eu relembro que ele disse, na nossa presença, em debate na Comissão de Relações Exteriores, que tudo que foi divulgado até agora é muito pouco do que existe; que as informações divulgadas até agora são muito poucas diante do quantitativo de informações de que ele dispõe e que foram repassadas por Snowden.

Penso que a situação dele e do seu companheiro merece do Brasil uma atenção especial. E quero cumprimentar o Governo brasileiro, que, imediatamente, divulgou uma nota condenando a ação do governo britânico. Imediatamente! O Governo brasileiro não titubeou, porque se trata de um cidadão brasileiro que passava por Londres, pelo Reino Unido, pela Inglaterra, numa conexão, e foi detido por quase nove horas, tendo os seus bens pessoais confiscados, sem nenhuma justificativa legal.

Da mesma forma como fez o Itamaraty, a Ministra de Direitos Humanos também se pronunciou, condenando o tratamento recebido por David Miranda na Inglaterra.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª me permite?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Vou conceder um aparte a V. Exª, mas comunico que estou tomando providências, iniciativas no sentido de apresentar requerimento ao Plenário, requerimento à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para que sejam solicitadas informações e feito convite ao Embaixador da Inglaterra para vir até o Parlamento brasileiro e trazer as explicações devidas; que seja solicitado do Governo brasileiro que contribua com o jornalista e com o seu companheiro David na sua segurança pessoal, que, em minha opinião, está em risco. Está em risco porque vejam o que fizeram o governo americano e alguns países, como Inglaterra, Portugal e Espanha com o presidente boliviano, que teve negado o pedido de autorização para pousar e reabastecer no solo desses países que acabo de citar, porque havia uma dúvida sobre se Snowden estava ou não no avião do presidente da Bolívia, e por isso ele teve negado o pedido de pousar para reabastecer sua aeronave, colocando-se, assim, sua vida em risco.

Eu concedo o aparte a V. Exª, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quero cumprimentá-la, Senadora Vanessa, por essa palavra de solidariedade ao jornalista brasileiro David Miranda, companheiro do jornalista americano Glenn Greenwald, que, conforme tivemos oportunidade de ouvir aqui, no meu entendimento, prestou um serviço à humanidade, inclusive a nós, brasileiros, quando revelou a forma como uma agência ligada ao governo dos Estados Unidos se utilizava de instrumentos para averiguar, conhecer e analisar as comunicações telefônicas, por *e-mail* e por outras formas pela internet e de uma maneira que fere aquilo que está previsto no art. 5º de nossa Constituição, que observa, salvo por decisão da Justiça, serem invioláveis as comunicações entre as pessoas, órgãos, empresas e assim por diante. Portanto também aqui expresso a minha solidariedade ao Itamaraty, à Ministra dos Direitos Humanos, quando censuraram a atitude das autoridades britânicas ao observarem tratar-se de medida injustificável por envolver indivíduo contra quem não pesam quaisquer acusações que possam legitimar o uso de uma legislação que não é para deter indivíduos ali no aeroporto de Heathrow. Assim, considero importante a iniciativa de V. Exª, com a qual me solidarizo inteiramente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu agradeço e acolho o aparte de V. Exª, Senador Suplicy. Agradeço muitíssimo e peço que seja integrado ao meu pronunciamento.

Senador Suplicy, como nós, além do Itamaraty, da Ministra Maria do Rosário, dos Direitos Humanos, várias outras instituições e organismos se pronunciaram em relação ao fato. A Anistia Internacional, ouvida que foi pela imprensa brasileira, além de condenar a atitude, afirmou estar claro que legislações antiterror têm sido utilizadas ultimamente com objetivos mesquinhos e vingativos.

Não há dúvida de que ela foi utilizada, não diria com objetivos mesquinhos e vingativos, mas com objetivos ilegais, condenáveis porque nada, absolutamente nada existe que possa ligar o Sr. David Miranda a qualquer ação de terror ou qualquer ação que pudesse ser caracterizada como terrorismo. Pelo contrário, Srª Presidente, ele estava em missão, segundo informa-

ções do próprio Glenn Greenwald, jornalista, seu companheiro, numa viagem paga pelo *The Guardian*, um organismo da imprensa da Inglaterra. E, fazendo o que fez o governo inglês, não podemos nós ficar calados.

E, aí, quero apenas reforçar: temos um pedido de CPI já aprovado nesta Casa; faltando apenas um ou dois blocos partidários indicarem os nomes para compor essa CPI; e espero que tenhamos condições de, já nesta semana, instalar a CPI.

A Comissão de Relações Exteriores tem se ocupado muito com esse assunto nas últimas semanas, entendendo a gravidade e a importância, mas, sem dúvida alguma, uma comissão parlamentar de inquérito terá maiores e melhores condições de analisar o fato, visto que não é apenas o Brasil vítima de uma ação de espionagem, mas há direitos individuais sendo violados, grandes empresas tendo as suas informações, os seus dados, possivelmente, acessados de forma ilegal, o que pode comprometer, muitas vezes, concorrências internacionais. Mas nós precisamos também analisar a capacidade de o Brasil, como Estado, de se defender diante dessas ações.

Então, é muito importante que instalemos, ainda esta semana – e creio que teremos essas condições –, essa CPI para que possamos nos aprofundar mais na investigação e ver até que ponto, até onde foi essa espionagem, essa bisbilhotagem praticada pelos americanos contra vários países, especialmente contra o Brasil.

E, aqui lembro o que disse o jornalista perante os membros da Comissão de Relações Exteriores desta Casa, e o repetiu, hoje pela manhã, à imprensa brasileira: existem muitos, mas muitos documentos e informações que não foram divulgados ainda. E ele se disponibilizou para passar tudo, absolutamente tudo, à comissão parlamentar de inquérito que, possivelmente, será instalada nesta Casa.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora, independentemente das outras partes da sua fala, acho que a Comissão de Relações Exteriores, na quinta-feira próxima, deve dedicar uma parte da nossa agenda para debater esse assunto, mas debater com profundidade. Um cidadão brasileiro – isso já é grave – teve seus direitos atrapalhados. Se ele fosse suspeito de terrorismo, se houvesse suspeita de que ele estava carregando armas, bombas, tudo bem, porque a polícia tem a obrigação, até em defesa dos outros passageiros dos aviões, de levá-lo e detê-lo para verificar. Mas nada disso foi motivo a acusação. A acusação é de que ele é amigo de uma pessoa que nada tem a ver com terrorismo, até porque o Sr. Snowden não praticou nenhum ato de terrorismo, não tem nenhuma ligação com o terror. Ele apenas prestou um serviço a nós todos ao dizer: "vocês estão sendo bisbilhotados". Não vou dizer que aplaudam a ele, como, aliás, um dia, é capaz de darem a ele o prêmio Nobel da Paz, por ter feito abrir a caixa preta dessa máquina de espionagem, de bisbilhotagem mais ainda. Está bom; que não o aplaudam, mas prender um jornalista porque é amigo do amigo dele, daquele que denunciou? É um ato extremamente grave e que merece a nossa análise, o nosso repúdio. Hoje, se vir as notícias, Senadora, o Parlamento inglês está sendo mais duro com a sua polícia de fronteira do que nós. O Parlamento inglês debateu a questão lá, em Londres, e tomou posições duras, fez críticas ao Ministério por isso. O nosso governo e nós estamos muito tímidos diante disso. Contudo, para não precipitar as coisas, pelo menos um bom debate precisamos ter na quinta-feira: o que fazer diante do tratamento que foi dado a um o cidadão brasileiro. Mas, além disso, diante do problema geral, como a gente vem discutindo, desde que arrebentou o escândalo do Snowden, o que podemos fazer para que a nossa privacidade seja resguardada e não aberta, conforme os interesses de alguns burocratas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio ao Governo/PCdoB – AM) – Também agradeço muitíssimo o aparte de V. Exª, Senador, e quero dizer que, quando da vinda do jornalista Glenn aqui, ao Senado, ele confirmou que, logo depois das primeiras matérias divulgadas, o seu companheiro teve a sua residência furtada, invadida, e furtaram o computador do seu companheiro. Todavia, ele foi tão equilibrado que não quis, em momento algum, confirmar ou relacionar o caso do furto do computador de David Miranda, que foi detido ilegalmente em Londres, com as reportagens e com as matérias que ele havia divulgado recentemente.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio ao Governo/PCdoB – AM) – Vejam como se trata de uma pessoa extremamente sensata. Não estabeleceu essa relação porque não tinha provas; entretanto, disse que estranhou muito o fato de que nada havia sido revirado e que a única coisa levada ter sido aquele computador.

E, além da prisão ilegal, Senador Cristovam, houve o confisco de todos os materiais de David Miranda, pelo governo inglês: computador, *pen drive*, tudo, absolutamente tudo, foi confiscado. Ele diz que não sofreu nenhuma agressão, mas que suas posses, foram confiscadas.

Amanhã, quando teremos sessão deliberativa, Senador, penso que devemos debater isso para além da Comissão de Relações Exteriores; temos que apro-

var aqui a moção; temos que aprovar, na Comissão, a vinda do embaixador, até porque, desde que as matérias foram divulgadas, além de outros fatos – e não são poucos, são muitos fatos –, pelo menos dois fatos gravíssimos, em nível internacional, ocorreram: um foi contra o Presidente da Bolívia...

(Interrupção de som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ... e países não titubearam em desrespeitar acordos internacionais, negando ao Presidente da Bolívia a possibilidade de abastecer o seu avião em solo – e, aqui, eu me refiro, como todos sabem, a Espanha, Portugal e França. E, agora, vem este outro episódio: um brasileiro detido com base em uma lei inglesa antiterrorismo, como V. Exª mesmo lembra, de 2000, já muito criticada na Inglaterra. Com essa justificativa, ele foi detido por oito horas e cinquenta e cinco minutos e teve seus bens confiscados.

Concordo com V. Exª, Senador: temos de ser duros e precisamos buscar novas informações, porque, além de tudo, essas informações não são falsas, tanto assim que os Estados Unidos nunca questionaram a sua veracidade...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ... porque são documentos legais, são documentos cuja veracidade, repito, não se questiona.

Essa última matéria a que me referi aqui, publicada no jornal *The Washington Post,* mostra que mais de 2.770 infrações foram cometidas contra a lei, de 2008 para cá. Isso é muito grave e atinge a todos nós. Qual é mesmo a nossa capacidade de defesa, dos cidadãos, do governo e das empresas? Qual é a capacidade? Precisamos debater.

Repito: penso que a melhor resposta que poderíamos dar, Senador, seria, nesta semana ainda, instalarmos essa comissão parlamentar de inquérito, porque temos muito que verificar e, principalmente, porque temos já o compromisso de uma colaboração por parte do jornalista Glenn de ajudar...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ... vítima desse ato ilegal cometido pelos americanos. Agora, dizem – vamos ver se há veracidade – que, possivelmente, haja a participação até mesmo do governo inglês. Vamos esperar para ver se há ou não essa confirmação.

Agradeço V. Exª, Senadora Ana Amélia, pela bondade de me garantir um tempo maior.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O assunto merece atenção, Senadora Vanessa Grazziotin, e, além das providências e das notas do governo brasileiro, a nossa Comissão de Relações Exteriores também fará isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – A Senhora Presidente da República adotou, em 14 de agosto de 2013, e publicou, no dia 15 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 624, de 2013**, que *abre crédito extraordinário, em favor de encargos financeiros da União e de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios no valor de R$ 1.648.000.000,00 (um bilhão, seiscentos e quarenta e oito milhões de reais), para os fins que especifica*.

A matéria será encaminhada, nos termos do §6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

O calendário de tramitação da Medida Provisória será publicado.

É o seguinte o calendário:

– Publicação no Diário Oficial da União: 15-8-2013
– Emendas: até 21-8-2013 (6 dias após a publicação)
– Prazo na Comissão: A Comissão Mista deve, obrigatoriamente, emitir parecer antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 62, § 9º – CF / Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012).
– Remessa do processo à Câmara dos Deputados: -
– Prazo na Câmara dos Deputados: até 11-9-2013 (até 28º dia)
– Recebimento previsto no Senado Federal: 11-9-2013
– Prazo no Senado Federal: de 12-9-2013 a 25-9-2013 (42º dia)
– Se modificado, devolução à Câmara dos Deputados:
25-9-2013
– Prazo para apreciação das modificações do Senado Federal, pela Câmara dos Deputados: de 26-9-2013 a 28-9-2013 (43º ao 45º dia)
– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 29-9-2013 (46º dia)
– Prazo final no Congresso: 13-10-2013

A matéria está publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O Senado Federal recebeu a **Mensagem**

nº 81, de 2013 (nº 346, de 2013, na origem), pela qual a Senhora Presidenta da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$45,270 milhões (quarenta e cinco milhões e duzentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia – Profisco.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque, pela Liderança do PDT.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de informar, Srª Presidente, que, como o nosso Líder, Senador Wellington Dias, vai ter um compromisso, eu vou inverter a minha ordem de fala com S. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Perfeitamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Entretanto, eu gostaria de, pela ordem, aqui fazer uma brevíssima comunicação, um estímulo a um pedido de desculpas do Ministro Joaquim Barbosa.

Srª Presidente, na semana passada, durante a votação de embargos infringentes, apostos em face da decisão do Colegiado do Supremo Tribunal Federal na Ação Penal nº 470, o Presidente do Tribunal, Ministro Joaquim Barbosa, qualificou de "chicana" determinada interpretação que teria sido feita pelo Ministro Ricardo Lewandowski, um homem de extraordinário currículo e respeitado por todos os brasileiros, sobretudo no meio jurídico.

Não obstante a opinião assentada de que os embargos infringentes somente podem ser aceitos contra decisões não unânimes no processo penal, para que o processo seja devolvido a um órgão colegiado mais amplo, é direito das partes que os embargos declaratórios sejam considerados e discutidos, mesmo que não se prestem à rediscussão da causa.

Assim, avalio que seria muito oportuno que o Ministro Joaquim Barbosa, primeiro magistrado afrodescendente a assumir a Presidência do STF, pelo que tem, obviamente, um mérito extraordinário, venha a reconsiderar sua fala com um pedido de desculpas ao Ministro Ricardo Lewandowski, para a imagem de serenidade, tão necessária à nossa mais alta Corte, bem como pela importância que todos nós creditamos à Presidência do Supremo Tribunal Federal, pois se trata da mais alta Corte de Justiça do nosso País, onde é importante que os 11 ministros dêem exemplo de civilidade e de respeito mútuo.

Assim, caro Presidente e Ministro Joaquim Barbosa, como, aliás, muitos membros do corpo de advogados brasileiros, magistrados, o Presidente da Associação de Magistrados do Brasil, jornalistas, como Elio Gaspari, que tratou do tema ainda hoje na *Folha* e no jornal *O Globo*, e dezenas de pessoas estão dizendo por toda parte, será oportuno que V. Exª, Ministro Joaquim Barbosa, Presidente do STF, peça desculpas esta semana, em plenário, no mesmo lugar onde houve a sua palavra que muitos consideraram para além da conta – e eu próprio me assustei –; que V. Exª peça desculpas e que aja um tratamento mais civilizado e respeitoso entre todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, a Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com a palavra...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Senador Cícero, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, apenas uma curta fala sobre um fato que aconteceu nestes dias, que foi a vitória do Brasil na Copa Social.

Até aí podem achar que estou falando de uma coisa sem importância, embora eu ache que é importante. A cada dois anos, Senador, há 22 anos – ou seja, é a décima primeira vez em 22 anos –, uma copa de futebol dos excluídos, dos jogadores moradores de rua, dos jogadores pobres, desempregados. Há 22 anos, a cada dois anos, eles fazem uma copa, organizada por um grupo inglês.

Este ano, o Brasil ganhou. Mas, Senador Cícero, o País que está gastando R$50 bilhões na Copa não deu um real para que a equipe brasileira fosse.

É um esporte praticado com oito jogadores, quatro em campo e quatro no banco de reservas. Eles se substituem muito rapidamente, sobretudo porque são muitos jogos, um atrás do outro. O Brasil só conseguiu levar quatro; não levou os oito. O único país que não levou os oito, Senador Suplicy. Mais do que isso: são oito homens e oito mulheres, e as meninas não foram.

O Brasil, País que gasta R$50 bilhões, não gastou R$40 mil, porque é o que custou levá-los, valor pago por um empréstimo bancário feito pelo técnico Pupo Fernandes. O técnico, triste pelo treinamento repetido desses meninos e meninas, decidiu levantar R$40 mil no banco e pagou a viagem deles e dos que os ajudam. Lá eles foram campeões e um jogador brasileiro foi considerado o melhor de todos. Na entrega da taça, Senador Cícero, no chão eles colocaram 12 camisas dos colegas que não puderam ir porque o Governo brasileiro não deu nenhuma ajuda.

E eu, que conheço isso, conheço o movimento, conheço as pessoas, fiz algo que eu não faço jamais, que é ligar para ministro tentando sugerir qualquer coisa. Liguei para o Ministro Aldo Rebelo e disse para ele que o que estava acontecendo era algo muito negativo para o Brasil, como foi, porque saiu nos *blogs* lá da Europa. Falei que seria muito negativo o Brasil, que faz a Copa do Mundo, que fez essa Copa, com o apoio do Presidente Lula, há dois anos, no Rio de Janeiro, não mandar uma equipe nesse ano da Copa.

O Ministro Aldo foi extremamente gentil comigo, mas não deu nada, não apoiou nada, não fez nada, Senador Wellington. E mandou para a CBF. Os organizadores do evento foram à CBF, que disse que não é casa de ajuda, que não está aí para ajudar em coisas desse tipo. Resultado: o Brasil passa ao povo brasileiro a alegria de termos sido campeões nessa chamada Copa Social e o Governo brasileiro passa a vergonha, o constrangimento de gastar R$50 bilhões com a Copa da FIFA e não aceitar dar uma contribuição mínima para a realização do projeto da Copa Social. que já vinha sendo realizado há 22 anos.

É uma copa que mobiliza, em cada país, milhares de jovens das camadas pobres, que não têm patrocinadores e que treinam até que se chega a um grupo deles, de oito meninos e oito meninas, que vão para essa Copa Social. A anterior foi no Brasil, a última foi no México e esta foi na Polônia.

Eu não consigo entender a insensibilidade de um governo que gasta R$50 bilhões numa copa, R$1,6 bilhão só na arena de Brasília, como eles chamam hoje, que se chamava estádio no meu tempo, e não é capaz de dar um dinheirinho desse tamanho para participar de um evento paralelo ao da FIFA. Medo de concorrência não pode ser. Eu acho que a palavra que explica isso é insensibilidade. Falta de dinheiro não é. É insensibilidade.

Eu vim aqui manifestar essa minha reclamação pela insensibilidade do Governo da Presidenta Dilma no que se refere a participar, apoiar, ajudar jovens brasileiros das camadas mais pobres a participarem da sua copa de futebol, a Copa Social, um programa que já é de sucesso no mundo, que já tem duas décadas, que já foi realizado no Brasil, onde – é preciso lembrar – contou com o apoio do Presidente Lula, e agora não teve nada de sensibilidade do Governo Dilma, dos seus ministérios, nem, também, da CBF, para onde o Ministro Aldo sugeriu que fosse levado o pedido.

Agradeço a gentileza do Ministro Aldo, sempre gentil, por ter recebido o meu telefonema e, depois, ter me ligado para dizer que não iria poder ajudar e que tinha mandado para a CBF.

Na CBF não houve a menor possibilidade e o Brasil ia ficar de fora completamente. Graças ao esforço desse Sr. Fernandes, que levantou o dinheiro e agora está em dívida com o banco, nós estivemos lá, mesmo capengas, como se diz, pois, em vez de dezesseis, oito meninos e oito meninas, mandamos só quatro.

Nossos jogadores jogaram mais que todos os outros, porque os outros se revezavam e os nossos jogaram o tempo todo, e mesmo assim conseguiram ser campeões.

Meus parabéns não apenas aos atletas, mas, principalmente, a esse Sr. Pupo Fernandes, que não conheço, mas que foi técnico e patrocinador, com empréstimo bancário, da presença do Brasil na Copa Social.

Quero dizer que isso é uma vergonha, Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Eu me somo a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, lamentando profundamente que, como o senhor bem disse, um País que está gastando bilhões com a organização da Copa para a entidade CBF, tenha uma reação, um procedimento com um evento que tem o seu significado. Prova disso é que o Brasil já o sediou e teve apoio para isso. Infelizmente, estamos falando do País da Copa e das Olimpíadas, mas que está esquecendo aquilo que é mais importante, que são os nossos atletas. Tenha certeza de que isso não é um caso isolado, para nossa tristeza e para a comprovação da injustiça que ainda existe neste País.

Com a palavra o Senador...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu também gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Pois não, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... dizer ao Senador Cristovam Buarque que avalio que seria importante que o Ministro Aldo Rebello possa considerar as observações do Senador Cristovam Buarque – eu não conhecia bem essa competição, a Copa Social –, para que possa, pelo menos, da próxima vez, dar o apoio devido a este evento. Meus cumprimentos, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

V. Exª havia permutado com o Senador Wellington Dias, mas o Senador Wellington Dias não se encontra.

Então, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cícero Lucena, ocupo hoje a tribuna do Senado Federal para registrar a passagem, triste, dos dez anos de falecimento de Sérgio Vieira de Mello, ocorrido em Bagdá, capital do Iraque.

Carismático, empreendedor, otimista, Sérgio Vieira de Mello, um apóstolo da busca da justiça, para que, então, possa acontecer a paz, foi um Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos que dedicou a vida ao trabalho em prol de uma solução para situações de genocídio, êxodos e todo tipo de conflitos.

Enviado ao Iraque com uma equipe de especialistas, a missão de Sérgio consistia em desenvolver e planejar a forma de reconstruir o país e devolver a soberania ao povo, tarefa que cumpriu com grande sucesso.

Em 19 de agosto de 2003, houve um ataque à sede da ONU em Bagdá. Nesse dia, Sérgio, gravemente ferido, colocou a vida dos outros antes da dele, pedindo aos homens do resgate para salvar outros feridos antes dele, vindo a falecer entre os escombros.

Sérgio Vieira de Mello foi um dos melhores representantes da ONU para promoção de soluções multilaterais para as inúmeras crises mundiais. Tornou-se um exemplo para muitos.

Como negociador da ONU, atuou em alguns dos principais conflitos mundiais – Bangladesh, Camboja, Líbano, Bósnia e Herzegovina, Kosovo, Ruanda e Timor-Leste – entre os anos 1999 e 2002 e, por fim, no Iraque, onde foi morto durante o ataque suicida ao Hotel Canal, com a explosão provocada por um caminhão-bomba. O Hotel Canal era usado como sede da ONU em Bagdá há mais de uma década. Vieira de Mello obteve êxito e visibilidade no cenário internacional por sua atividade profissional. Até a sua trágica morte, esteve dedicado a apoiar a reconstrução de comunidades afetadas por guerras e violências extremas.

Vou ler aqui um pequeno trecho do livro O *Homem que Queria Salvar o Mundo*, de extraordinária qualidade, da jornalista norte-americana Samantha Power, também professora da Universidade de Harvard. É uma biografia de Sérgio Vieira de Mello. *O Homem que Queria Salvar o Mundo,* uma biografia. Tive a oportunidade de acompanhar a palestra de Samantha Power na Bienal do Livro, em agosto de 2008, na Livraria Cultura. Ela estava acompanhada de Carolina Larriera, que também falou a respeito de Sérgio Vieira de Mello. Para se ter uma idéia da qualidade desse livro, eis um trecho:

> *Às quinze para as nove da manhã de uma terça-feira, 19 de agosto de 2003, cinco meses após a invasão do Iraque liderada pelos Estados Unidos, Sergio Vieira de Mello chegou de carro ao quartel-general das Nações Unidas em Bagdá. Mantivera-se anormalmente calado no percurso até lá, e seus guarda-costas acharam que estivesse exibindo sinais de tensão gerada por uma presença cada vez menos relevante da ONU no País e pelo colapso da situação de segurança.*
>
> *Funcionário da ONU durante toda a sua vida adulta, Vieira de Mello, um brasileiro de 55 anos, acumulara bastante experiência com a frustração. Em seus 34 anos de serviço, conheceu todos os lugares que apareciam nas manchetes dos jornais: trabalhara em Bangladesh, no Sudão, no Chipre, em Moçambique, no Líbano, no Camboja, na Bósnia, em Ruanda, no Congo, no Kosovo e no Timor Leste. Falava português, inglês, francês, italiano e espanhol fluentemente e arranhava várias outras línguas. Havia sido recompensado por seus talentos com a atribuição mais difícil de sua carreira: enviado da ONU ao Iraque.*
>
> *Ele era talhado para o cargo não por falar árabe – ele não falava, mas, pela experiência acumulada, [para tentar justamente evitar que houvesse maior violência ou que pudesse terminar a guerra em locais caracterizados pela violência] – talvez pudesse mostrar aos norte-americanos o que fazer e o que não fazer. Havia muito tempo deixara de acreditar que traria soluções para as desgraças de um lugar, no entanto se tornara exímio em formular perguntas que ajudavam a revelar ideias construtivas. O trabalho sempre fora para ele um local de refúgio e, ao adentrar a base da ONU em Bagdá, no Hotel do Canal, subiu as escadas até seu escritório no terceiro andar, cumprimentando os funcionários no caminho. Passou a manhã lendo os telegramas mais recentes da sede das Nações Unidas em Nova York e respondendo aos e-mails. No final da manhã, seus seguranças prepararam comboio para levá-lo à Zona Verde, o distrito fortificado onde os administradores, a Coalizão Norte-Americana e Britânica, haviam instalado sua*

base, nos palácios abandonados de Saddam Hussein. Tinha uma reunião marcada com L. Paul Bremer, o administrador norte-americano do Iraque, e uma delegação de legisladores norte-americanos de Washington.

Ao meio-dia, seu sedã blindado estava pronto para partir, mas naquele momento ligaram do escritório de Bremer. O voo que trazia a delegação de congressistas norte-americanos do Kuwait para Bagdá se atrasara, e o almoço teria que ser cancelado. Ele telefonou para Carolina Larriera, sua companheira, uma economista da missão. "Escapei do almoço", ele disse. "Vamos comer um sanduíche juntos?" Larriera respondeu que não podia porque tinha que enviar convites para uma conferência às cinco da tarde. Ele disse que estava contanto os dias – faltavam 42 – para passar um mês de férias com ela no Brasil.

Os dirigentes da ONU não esperavam desempenhar um papel político significativo no Iraque. Nos dias que antecederam a guerra, a Casa Branca desprezara as Nações Unidas, comparando-a à ineficaz Liga das Nações. O vice-presidente Dick Cheney disse que a ONU se mostrara incapaz de lidar com a ameaça que Saddam Hussein representa, incapaz de impor suas próprias resoluções, incapaz de enfrentar o desafio com que nos defrontamos no século XXI.

Contudo, nas semanas que se seguiram à derrubada da estátua de Saddam Hussein em Bagdá, tornara-se claro que os soldados norte-americanos precisariam de ajuda. Os ataques de homens-bomba ainda não haviam começado, mas o saque generalizado, sim; e aqueles que tão facilmente expulsaram o ditador iraquiano pareciam cada vez mais perdidos quando se tratava de administrar o legado de seu domínio. (...)Vieira de Mello foi escolhido para encabeçar essa equipe devido à sua vasta experiência, mas igualmente, porque, poucas semanas antes da invasão norte-americana do Iraque, fizera algo que poucos dirigentes da ONU antes dele conseguiram: encantou George W. Bush. Em uma reunião no Salão Oval, Vieira de Mello criticara as políticas de detenção norte-americanas em Guantánamo e no Afeganistão e pressionara o Presidente a renunciar à tortura. (...)

Às três da tarde, encontrou-se com dois altos funcionários do Fundo Monetário Internacional para discutirem a pressa da Coalizão em privatizar as empresas iraquianas. (...)

Logo depois que o grupo ocupou seus assentos, uma explosão ensurdecedora soou, e um clarão branco tomou conta do céu. Uma testemunha comparou a luz a um milhão de flashes acendendo de uma vez.

As janelas se estilhaçaram, lançando milhares de lascas de vidro pelo escritório. O teto, as paredes e o chão cederam, depois desmoronaram como uma panqueca sobre os andares inferiores.

Ele é como um cruzamento de James Bond com Bobby Kennedy – foi assim que um colega jornalista descreveu Sérgio Vieira de Mello para Kennedy. 'Foi assim que um colega jornalista descreveu Sergio Vieira de Mello para mim [diz Samantha Power] na véspera de meu primeiro encontro com ele'. Era abril de 1994. Eu era uma repórter novata na ex-Iugoslávia, e ele tinha a fama de ser a figura mais dinâmica e politicamente hábil da missão da ONU ali. Tínhamos amigos em comum, e ele concordou em me dar informações sobre o conflito durante uma refeição em Zagreb, a capital croata, no dia 15 daquele mês.

Sergio Vieira de Mello sempre pautou seu trabalho no sentido de mitigar o sofrimento da população dos países em que atuou como Comissário dos Direitos Humanos das Nações Unidas, bem como para contribuir para o desenvolvimento de instituições democráticas e para a promoção e respeito pelos direitos humanos.

Sr. Presidente Cícero Lucena, quando Sergio Vieira de Mello foi designado para a sua função de Alto Comissário para os Direitos Humanos no Iraque, eu lhe escrevi um *e-mail*, em 26 de maio de 2003, sugerindo que os iraquianos seguissem o exemplo do sistema de Dividendos do Fundo Permanente do Alasca, uma experiência pioneira e bem-sucedida da Renda Básica de Cidadania. Com as grandes reservas de petróleo do país, o Iraque poderia seguir esse caminho.

Quatro dias depois, em 30 de maio de 2003, Sergio Vieira de Mello me respondeu que considerava positiva a proposta e que a encaminharia à consideração das instâncias decisórias que na época administravam o Iraque. Na sequência dos fatos, em 23 de junho daquele ano de 2003, durante a Cúpula de Reconciliação de Chefes de Estado em Omã, o Embaixador J. Paul Bremer III, responsável pela administração do Iraque após a queda de Saddam Hussein, disse que os iraquianos poderiam seguir o exemplo do Alasca, de forma que todos pudessem participar da riqueza da nação. Em 1º de agosto de 2003, Sergio Vieira de Mello me

telefonou de Bagdá. Eu me lembro perfeitamente. Eu estava no gabinete do então Prefeito de São Bernardo do Campo e pedi uma pausa para ouvir Sergio Vieira de Mello. Ele me disse que a proposta de instituição de uma Renda Básica de Cidadania no Iraque havia sido considerada positiva por muitos, pela administração do país, e inclusive foi expresso pela missão do Banco Mundial ali presente que era factível. Eu fiquei muito otimista. Infelizmente, exatamente há dez anos, em 19 de agosto de 2013 – portanto, dezoito dias depois de nossa conversa –, veio o fatídico ataque terrorista ao escritório das Nações Unidas em Bagdá, que vitimou Sergio Vieira de Mello, Alto Comissário para os Direitos Humanos, e mais 21 pessoas.

Com o cruel desaparecimento de Sergio Vieira de Mello, o mundo perdeu não só um ardoroso defensor da paz e dos direitos humanos, como também um líder humanitário incansável. É importante que os seus feitos sejam divulgados em nosso País, pois tudo que ele fez em prol da humanidade muito nos orgulha. Um brasileiro notável. É importante que a juventude de nosso País conheça tudo o que fez Sergio Vieira de Mello. É muito importante que a sociedade brasileira reconheça em Sergio Vieira de Mello um exemplo contemporâneo do herói nacional, protagonista de uma luta incansável pela realização de justiça e consequentemente da paz em nosso País.

A vida de Sergio Vieira de Mello é um exemplo de pessoa de extraordinário valor, e eu aqui ressalto alguns pontos do que aconteceu, interagindo com as instituições mais importantes do Planeta Terra.

Em janeiro de 1942, conforme a cronologia de Samantha Power, em Washington, DC, representantes de 26 países em luta contra as potências do Eixo assinam uma declaração das Nações Unidas, em apoio à Carta do Atlântico, que foi firmada pelo Presidente Franklin Roosevelt e pelo Primeiro-Ministro Winston Churchill, em agosto de 41. Foi o primeiro uso oficial do termo "Nações Unidas", sugerido por Roosevelt.

Em 1945, a Alemanha rendeu-se em 7 de maio; e o Japão, em 15 de agosto, encerrando a Segunda Guerra Mundial. Mais de seis milhões de judeus e outros cinco milhões de pessoas foram exterminados no holocausto e naquela Segunda Guerra Mundial.

Em 1946, a primeira Assembleia Geral da ONU, que congregava 51 nações na época, reúne-se em Westminster, em Londres, e a ONU se instala em Nova York no final deste ano. O Tribunal de Nuremberg condena 22 dos 24 líderes nazistas, acusados de crimes de guerra, de crimes contra a humanidade, de crimes contra a paz.

Em 15 de março de 1948, nasce Sergio Vieira de Mello, no Rio de Janeiro, no Brasil.

Em junho de 1950, os soviéticos boicotam o Conselho de Segurança, que apela aos Estados-membros, a fim de que enviem tropas para proteger a Coreia de uma invasão do Norte. O Presidente norte-americano Harry Truman declara: "Não podemos desapontar a ONU." E envia 50 mil soldados para a guerra da Coreia, que termina com armistício em 1953.

Em novembro de 1956, a primeira sessão especial de emergência da Assembleia Geral da ONU reage à captura britânica e francesa no Canal de Suez e envia ao Egito a primeira força de paz da história das Nações Unidas, e o Egito até hoje está com o seu povo procurando a paz.

Em setembro de 1960, no maior aumento de membros em um único ano, 17 Estados recém-independentes – 16 da África – aderem à Organização.

Em março de 1964, os militares dão um golpe no Brasil e iniciam 20 anos de regime militar.

De 1966 a 1969, após concluir o ensino médio no Liceu Franco-Brasileiro, no Rio, e após um breve período na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Vieira de Mello muda-se para a Europa. Estuda Filosofia na Universidade de Friburgo e, em seguida, na Sorbonne, em Paris.

Em maio de 1968, estudantes e trabalhadores realizam manifestações de massa em Paris, onde Vieira de Mello, que participa ativamente, é espancado pela polícia.

Em 1969, o pai de Vieira de Mello é forçado a se aposentar do serviço diplomático brasileiro.

Após graduar-se pela Sorbonne, Sergio Vieira de Mello ingressa no escritório do Alto Comissariado das Nações para os Refugiados (Acnur), em Genebra, onde se torna editor assistente na sede da agência.

1969 a 1974 – Enquanto trabalha no Acnur, Vieira de Mello conclui seu doutorado em Filosofia (*Doctorat Troisième Cycle en Philosophie*) na Sorbonne.

1971 a 1972 – Ele serve como funcionário de campo do Acnur em Daca, antigo Paquistão Oriental, atual Bangladesh.

2 de junho de 1973 – Vieira de Mello casa-se com Annie Personnaz, perto da casa dos pais dela, na França.

12 de junho de 1973 – Arnaldo Vieira de Mello morre subitamente no Rio de Janeiro.

1973 a 1974 – Sergio Vieira de Mello trabalha no Acnur como gerente da Missão Associada em Cartum e Juba, no Sudão.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se V. Exª considerar que eu possa ter mais cinco minutos, agradeço.

Dezembro de 1974 – Thomas Jamieson, ex-Diretor de Operações do Acnur morre subitamente em Genebra.

1974 a 1975 – Vieira de Mello serve como gerente da missão e representante assistente do Acnur em Nicósia, no Chipre.

Abril de 1975 – O brutal Khmer Vermelho toma o poder no Camboja. As últimas forças dos Estados Unidos partem do Vietnã.

1975 a 1977 – Vieira de Mello serve como Delegado Substituto do Acnur em Maputo, Moçambique.

1978 a 1980 – Annie Vieira de Mello dá a luz a dois filhos: Laurent (1978) e Adrien (1980). Vieira de Mello trabalha como representante regional do Acnur no norte da América do Sul, em Lima, Peru.

1978 a 1985 – Ele completa o prestigioso doutorado *Doctorat d'État ès Lettres et Sciences Humaines*, na Sorbonne.

1981 a 1983 – Licencia-se do Acnur para servir como Conselheiro Político Sênior da Força Interina das Nações Unidas no Líbano, sigla em inglês para United Nations Interim Force in Lebanon, em Naqoura, Líbano.

1982 – Em protesto às incursões palestinas no norte de Israel, forças israelenses invadem o Líbano, onde permanecem até o ano 2000.

Outubro de 1983 – Em Beirute, Líbano, homens bomba islâmicos lançam caminhões contra os alojamentos dos marines norte-americanos e do exército francês, matando 241 soldados americanos e 58 franceses.

1983 a 1985 – Vieira de Mello trabalha como subordinado a Kofi Annan, como Sub-Chefe de Serviço de Pessoal do Acnur, em Genebra.

1986 a 1988 – Mikhail Gorbachev, que havia se tornado premiê soviético em 1985, introduz a Glasnost (abertura) e a Perestroika (reconstrução). Vieira de Mello trabalha como Chefe do Estado Maior do Alto Comissariado das Nações Unidas, para refugiados, Jean-Pierre Hocké.

1988 a 1990 – Vieira de Mello dirige o escritório da Acnur na Ásia, enquanto atua como Presidente do Comitê Geral da Conferência Internacional sobre os Refugiados Indochineses.

Junho de 1989 – Cerca de 70 governos se reúnem em Genebra, para assinar um plano de ação abrangente, com o propósito de facilitar o regresso e o reassentamento dos refugiados indochineses.

Novembro de 1989 – Cai o muro de Berlim, marcando o início do fim da Guerra Fria.

1990 a 1993 – Sérgio Vieira de Mello serve como Diretor de Relações Externas do Acnur, ajudando a arrecadar recursos e a supervisionar o sistema de comunicações.

1991 – A União Soviética desmorona sob o peso do mau desempenho econômico e de nacionalismo nascente.

Em janeiro de 1992, a Rússia assumirá o assento soviético no Conselho de Segurança da ONU. Uma coalizão, liderada pelos Estados Unidos e apoiada pela ONU, derrota as forças iraquianas na Guerra do Golfo Pérsico, forçando Saddam Hussein a sair do Kuwait. Com o incentivo do Presidente George Walker Bush, xiitas e curdos iraquianos rebelam-se contra o regime do Iraque, mas são esmagados.

Em abril, os Estados Unidos, o Reino Unido e a França lançam a operação Fornecer Conforto no norte do Iraque, a fim de facilitar o regresso de meio milhão de curdos aos seus lares.

Junho de 1991 – A Croácia e a Eslovênia declaram independência, fato que desencadeia a guerra na Iugoslávia.

Outubro de 1991 – As quatro principais facções do Camboja assinam acordo de paz em Paris, por meio do qual aceitam desmilitarizar e permitir o retorno de refugiados e promover eleições livres.

1992 – A Autoridade Transitória das Nações Unidas no Camboja (Untac). Uma missão de paz de 22 mil soldados e civis será enviada ao Camboja, para manter a paz, e Vieira de Mello serve como enviado especial do Acnur...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) ... no Camboja e Diretor de Repatriação da Untac. Também assumiu o papel de Diretor Interino do Centro Cambojano.

1993 a 1994 Licencia-se do Acnur, para ingressar na Força de Proteção da ONU na Bósnia. Inicialmente, serve como o mais alto dirigente civil da ONU em Sarajevo. Depois se torna chefe de assuntos civis, baseado em Zagreb.

Em abril de 1994, na Bósnia, depois de Gorazde declarada área de segurança pela ONU, sofre um ataque sérvio. Vieira de Mello lidera uma pequena equipe até o enclave, para avaliar o cumprimento sérvio do ultimato da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

1995 a 1996 – Serve como Diretor de Plano de Políticas de Operações do Acnur baseado em Genebra.

Novembro de 1996 – Vieira de Mello é nomeado Coordenador Humanitário da Região dos Grandes Lagos, na África. Ele e o governo tanzaniano...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... negociam um acordo para fechar os campos do Acnur que abrigam refugiados hutus ao

longo da fronteira ruandesa. O anúncio resulta num êxodo de mais de 450 mil pessoas dos campos.

1998 e 1999 – Deixa a Acnur e se transfere para a sede da ONU, em Nova Iorque, onde serve como Subsecretário-Geral para Assuntos Humanitários, Coordenador da Ajuda Humanitária de Emergência.

Maio de 1999 – Lidera pequena equipe de interagências da ONU, em missão de avaliação em Kosovo, para verificar os danos colaterais da Otan e da limpeza étnica sérvia.

Em 1999, após a rendição da Sérvia, é nomeado Representante Especial Interino do Secretário-Geral em Kosovo, governando a província antes de entregá-la ao administrador permanente da ONU, Bernard Kouchner.

Em novembro de 1999, serve como Representante Especial do Secretário-Geral da Administração Transitória da ONU no Timor Leste, Uma das mais importantes missões...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ainda hoje, Sr. Presidente, o Prêmio Nobel da Paz, como Presidente do Timor Leste, há alguns anos está no Rio de Janeiro. Está ali, na cerimônia de apoio e homenagem a Sérgio Vieira de Mello.

Em setembro de 2002, Vieira de Mello torna-se Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, em Genebra.

Em 2003, Vieira de Mello encontra-se, na Casa Branca, com o Presidente Bush e conselheiros da Segurança Nacional, a Conselheira de Segurança Nacional Condoleezza Rice.

Em 20 de março de 2003, os Estados Unidos e o Reino Unido lideram a invasão do Iraque.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Em abril de 2003, celebram a queda de Saddam Hussein.

Em junho de 2003, Vieira de Mello torna-se Representante Especial do Secretário-Geral do Iraque e dirige equipe pequena em Bagdá.

Infelizmente, em 19 de agosto de 2003, um homem bomba lança um caminhão contra o Quartel-General da ONU em Bagdá, provocando a morte de Vieira de Mello e vinte outras pessoas.

Eu peço inclusive que as notas taquigráficas considerem as partes que pulei dessa cronologia.

E gostaria de convidar, Presidente Cícero Lucena, V. Exª e todos os Senadores e Senadoras, para estarem presentes, assim como a Srª Carolina Larriera e representantes ...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... da ONU e do Itamaraty, às 18h30...

Estarão presentes hoje no Itamaraty o Ministro Antonio Patriota, o ex-Presidente do Timor Leste, José Ramos Horta, e a Srª Carolina Larriera, que estará aqui às 6h30 da tarde. Todos estiveram prestando a devida homenagem, na sede do Itamaraty no Rio de Janeiro, a Sergio Vieira de Mello.

Quero expressar à Dona Gilda, sua mãe, a seus filhos, à Srª Carolina Larriera e a todos os entes queridos a nossa homenagem a esse extraordinário brasileiro, Sergio Vieira de Mello.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Solicito, Sr. Presidente, que seja transcrito nos Anais o artigo de Carolina Larriera, hoje publicado no *O Globo*, sobre a vida de Sergio Vieira de Mello, como complemento desta minha fala.

Muito obrigado, Presidente Cícero Lucena, inclusive por sua tolerância com o meu tempo de fala.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Senador Suplicy, parabenizo V. Exª por trazer essa rápida homenagem a esse brasileiro que nos honrou em todos os momentos da sua carreira e da sua vida pública. Então, eu me somo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu peço que seja transcrita também a entrevista dada por Carolina Larriera hoje ao jornal *O Estado de S. Paulo*.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Janeiro de 1942	Em Washington, D.C., representantes de 26 países em luta contra as potências do Eixo assinam uma Declaração das Nações Unidas, em apoio à Carta do Atlântico, que foi firmada pelo presidente Franklin Roosevelt e o primeiro-ministro Winston Churchill em agosto de 1941. Trata-se do primeiro uso oficial do termo "Nações Unidas", expressão sugerida por Roosevelt.
1945	A Alemanha rende-se em 7 de maio, e o Japão, em 15 de agosto, encerrando a Segunda Guerra Mundial. Mais de 6 milhões de judeus e outros 5 milhões de pessoas foram exterminados no Holocausto.
1946	A primeira Assembléia Geral da ONU, que congregava então 51 nações, reúne-se em Westminster, Londres. A ONU se instala em Nova York no final desse ano.
	O Tribunal de Nuremberg condena 22 dos 24 líderes nazistas, acusados de crimes de guerra, de crimes contra a humanidade e de crimes contra a paz.
15 de março de 1948	*Sergio Vieira de Mello nasce no Rio de Janeiro, Brasil.*
Junho de 1950	Os soviéticos boicotam o Conselho de Segurança, que apela aos Estados membros a fim de que enviem tropas para proteger a Coréia de uma invasão do Norte. O presidente norte-americano Harry Truman declara: "Não podemos desapontar a ONU" e envia 50 mil soldados para a Guerra da Coréia, que termina com um armistício em 1953.
Novembro de 1956	A Primeira Sessão Especial de Emergência da Assembléia Geral da ONU reage à captura britânica e francesa do canal de Suez e envia ao Egito a primeira força de paz da história das Nações Unidas.
Setembro de 1960	No maior aumento de membros em um único ano, dezessete Estados recém-independentes, dezesseis da África, aderem à Organização.
Março de 1964	Os militares dão um golpe no Brasil e iniciam 21 anos de regime militar.
1966-1969	*Após concluir o ensino médio no Liceu Franco-Brasileiro, no Rio, e após um breve período na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Vieira de Mello muda-se para a Europa, onde estuda filosofia na Universidade de Friburgo e, em seguida, na Sorbonne, em Paris.*
Maio de 1968	*Estudantes e trabalhadores realizam manifestações de massa em Paris, onde Vieira de Mello é espancado.*
1969	*O pai de Vieira de Mello, Arnaldo, é forçado a se aposentar do serviço diplomático brasileiro.*
	Após graduar-se pela Sorbonne, Vieira de Mello ingressa no escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) em Genebra, onde se torna editor assistente na sede da agência.
1970-1974	*Enquanto trabalha no Acnur, Vieira de Mello conclui o seu doutorado em filosofia (Doctorat de Troisième Cycle en Philosophie) na Sorbonne.*
1971-1972	*Vieira de Mello serve como funcionário de campo do Acnur em Daca, antigo Paquistão Oriental, atual Bangladesh.*
3 de junho de 1973	*Vieira de Mello casa-se com Annie Personnaz perto da casa dos pais dela, na França.*
12 de junho de 1973	*Arnaldo Vieira de Mello morre subitamente no Rio de Janeiro.*

1973-1974	*Vieira de Mello trabalha no Acnur como gerente de missão associado em Cartum e Juba, no Sudão.*
Dezembro de 1974	*Thomas Jamieson, ex-diretor de operações do Acnur, morre subitamente em Genebra.*
1974-1975	*Vieira de Mello serve como gerente de missão e representante assistente do Acnur em Nicósia, no Chipre.*
Abril de 1975	O brutal Khmer Vermelho toma o poder no Camboja. As últimas forças dos Estados Unidos partem do Vietnã.
1975-1977	*Vieira de Mello serve como delegado substituto do Acnur em Maputo, Moçambique.*
1978-1980	*Annie Vieira de Mello dá à luz dois filhos, Laurent (1978) e Adrien (1980).*
	Vieira de Mello trabalha como representante regional do Acnur no norte da América do Sul, em Lima, Peru.
1978-1985	*Vieira de Mello completa o prestigioso Doctorat d'État ès Lettres et Sciences Humaines na Sorbonne.*
1981-1983	*Vieira de Mello licencia-se do Acnur para servir como conselheiro político sênior da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil, sigla em inglês para United Nations Interim Force in Lebanon), em Naqoura, Líbano.*
Junho de 1982	Em protesto às incursões palestinas no norte de Israel, forças israelenses invadem o Líbano, onde permanecem até 2000.
Outubro de 1983	Em Beirute, Líbano, homens-bomba islâmicos lançam caminhões contra os alojamentos dos marines norte-americanos e do exército francês, matando 241 soldados americanos e 58 franceses.
1983-1985	*Vieira de Mello trabalha subordinado a Kofi Annan como subchefe de serviços de pessoal do Acnur, em Genebra.*
1986-1988	Mikhail Gorbachev, que havia se tornado premiê soviético em 1985, introduz a *glasnost* ("abertura") e a *perestroika* ("reconstrução").
	Vieira de Mello trabalha como chefe do estado-maior do alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados Jean-Pierre Hocké.
1988-1990	*Vieira de Mello dirige o escritório do Acnur na Ásia, enquanto atua como presidente do comitê geral da Conferência Internacional sobre os Refugiados Indochineses.*
Junho de 1989	Cerca de setenta governos se reúnem em Genebra para assinar o Plano de Ação Abrangente, com o propósito de facilitar o regresso e o reassentamento dos refugiados indochineses.
Novembro de 1989	Cai o Muro de Berlim, marcando o início do fim da Guerra Fria.
1990 1993	*Vieira de Mello serve como diretor de relações externas do Acnur, ajudando a arrecadar recursos e a supervisionar o sistema de comunicações.*
1991	A União Soviética desmorona sob o peso do mau desempenho econômico e do nacionalismo nascente. Em janeiro de 1992, a Rússia assumirá o assento soviético no Conselho de Segurança da ONU.
	Uma coalizão liderada pelos Estados Unidos e apoiada pela ONU derrota as forças iraquianas na Guerra do Golfo Pérsico, forçando Saddam Hussein a sair do Kuwait. Com o incentivo do presidente George H. W. Bush, xiitas e curdos iraquianos rebelam-se contra o regime do Iraque, mas são esmagados. Em abril, os Estados Unidos, o Reino Unido e a França lançam a Operação Fornecer Conforto ("Provide Comfort", em inglês) no norte do Iraque, a fim de facilitar o regresso de meio milhão de curdos aos seus lares.
Junho de 1991	A Croácia e a Eslovênia declaram a independência, fato que desencadeia a guerra na Iugoslávia.
Outubro de 1991	As quatro principais facções do Camboja assinam o acor-

do de paz de Paris, por meio do qual aceitam desmilitarizar-se, permitir o retorno dos refugiados e promover eleições livres. Em março de 1992, a Autoridade Transitória das Nações Unidas no Camboja (Untac, sigla em inglês para United Nations Transitional Authority in Cambodia), uma missão de paz de 22 mil soldados e civis, será enviada ao Camboja para manter a paz.

1991-1993 — *Vieira de Mello serve como enviado especial do Acnur no Camboja e diretor de repatriação da Untac. Também assume o papel de diretor interino do Centro Cambojano de Ação Antiminas.*

Abril de 1992 — Depois que a Bósnia segue o exemplo da Croácia e da Eslovênia e se separa da Iugoslávia, nacionalistas sérvios lançam uma guerra para criar uma "Grande Sérvia" que unirá os sérvios através da região. Segue-se um violento conflito de três anos e meio na Bósnia.

1993 — O Acnur completa o repatriamento de cerca de 360 mil refugiados cambojanos, e a Untac promove eleições relativamente pacíficas no Camboja. Em 1997, Hun Sen, o segundo colocado nas eleições, tomará o poder num golpe.

1993-1994 — *Vieira de Mello se licencia do Acnur para ingressar na Força de Proteção da ONU (Forpronu) na Bósnia. Inicialmente serve como o mais alto dirigente civil da ONU em Sarajevo e depois se torna chefe de assuntos civis, baseado em Zagreb.*

Outubro de 1993 — Um combate armado em Mogadíscio, na Somália, irrompe entre as forças norte-americanas que ajudam a missão de pacificação da ONU e militantes fiéis ao chefe guerreiro somaliano Mohammed Farah Aideed. Dezoito norte-americanos são mortos, além de mais de mil somalianos.

O presidente Bill Clinton anuncia a retirada norte-americana e recomenda à ONU que "aprenda a dizer não" a algumas missões de paz.

Abril de 1994 — O avião que transportava os presidentes de Ruanda e do Burundi é derrubado, desencadeando um genocídio de cem dias em que extremistas hútus exterminam cerca de 800 mil tútsis e hútus moderados ruandeses.

Na Bósnia, depois que Gorazde, declarada "área de segurança" pela ONU, sofre um ataque sérvio, Vieira de Mello lidera uma pequena equipe até o enclave para avaliar o cumprimento sérvio do ultimato da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

Junho de 1994 — Nelson Mandela é eleito presidente da África do Sul. Após uma ausência de 24 anos, esse país volta a ocupar seu assento na Assembléia Geral da ONU.

Julho de 1994 — Cerca de 2 milhões de hútus ruandeses fogem para os vizinhos Congo e Tanzânia, onde o Acnur cria campos que ao mesmo tempo mantêm vivos os civis e os *génocidaires* ruandeses alimentados e vestidos, permitindo que se rearmem para um embate futuro.

1995-1996 — *Vieira de Mello serve como diretor de planejamento de políticas e operações do Acnur, baseado em Genebra.*

Julho de 1995 — Na Bósnia, Srebrenica, a "área de segurança" da ONU, é invadida por forças sérvias, que sistematicamente assassinam 8 mil homens e meninos bósnios. O maior massacre na Europa em cinqüenta anos desencadeia a indignação internacional, que dá origem a uma campanha de bombardeios da Otan que ajuda a encerrar a guerra bósnia e culmina com o Acordo de Paz de Dayton.

Novembro de 1996	Forças do governo de Ruanda unem-se a rebeldes zairenses para eliminar os campos de refugiados de hútus ruandeses no Zaire e, em maio de 1997, para derrubar o ditador zairense Mobutu Sese Seko.
	Vieira de Mello é nomeado coordenador humanitário da região dos Grandes Lagos na África.
Dezembro de 1996	*Vieira de Mello e o governo tanzaniano negociam um acordo para fechar os campos do Acnur que abrigam refugiados hútus ao longo da fronteira ruandesa. O anúncio resulta num êxodo de mais de 450 mil pessoas dos campos.*
	Kofi Annan é nomeado o sétimo secretário-geral da ONU, em substituição a Boutros Boutros-Ghali, cujo segundo mandato foi vetado pelos Estados Unidos. Annan servirá por dois mandatos e se afastará do cargo em dezembro de 2006.
1998-1999	*Vieira de Mello deixa o Acnur e se transfere para a sede da ONU em Nova York, onde serve como subsecretário-geral para assuntos humanitários e coordenador de ajuda humanitária de emergência.*
Março de 1999	A Otan lança o que será uma campanha de bombardeio de 78 dias na Sérvia, com vistas a assegurar a autonomia de Kosovo.
Maio de 1999	*Vieira de Mello lidera uma pequena equipe interagências da ONU em missão de avaliação em Kosovo para verificar os danos colaterais da Otan e a limpeza étnica sérvia.*
Junho-julho de 1999	*Após a rendição da Sérvia, Vieira de Mello é nomeado representante especial interino do secretário-geral em Kosovo, governando a província antes de entregá-la ao administrador permanente da ONU, o francês Bernard Kouchner.*
Setembro de 1999	A população de Timor Leste vota esmagadoramente pe independência, e milícias apoiadas pela Indonésia reage com uma profusão de incêndios e assassinatos. Uma for multinacional de 11 500 soldados, liderada pela Austráli intervém para ajudar a restaurar a estabilidade na ilha.
Novembro de 1999-Maio de 2002	*Vieira de Mello serve como representante especial do secretário-geral e da Administração Transitória da ONU no Timor Leste (Untaet, sigla em inglês para United Nations Transitional Administrator in East Timor).*
11 de setembro de 2001	Agentes da Al-Qaeda usam aviões de passageiros para atacar o World Trade Center e o Pentágono, resultando n morte de mais de 3 mil norte-americanos. O president George W. Bush logo anuncia o lançamento de uma "gue ra global contra o terrorismo".
Outubro de 2001	Os Estados Unidos lideram uma força de coalizão pa combater no Afeganistão, expulsando os talibãs e dezembro.
Junho de 2002	A ONU ajuda a reunir um *loya jirga* [grande conselho que elege Hamid Karzai como novo presidente do Afganistão.
Setembro de 2002	*Vieira de Mello torna-se alto-comissário das Nações Unida para os Direitos Humanos em Genebra.*
5 de março de 2003	*Vieira de Mello encontra-se na Casa Branca com o presidente Bush e a conselheira de Segurança Nacional Condoleeza Rice.*

Abril de 2003	Os iraquianos celebram a queda de Saddam Hussein derrubando suas estátuas espalhadas pelo Iraque. Têm início saques generalizados.
Junho de 2003	*Vieira de Mello torna-se representante especial do secretário-geral no Iraque e dirige uma pequena equipe política em Bagdá.*
19 de agosto de 2003	*Um homem-bomba lança um caminhão contra o quartel-general da ONU em Bagdá, provocando a morte de Vieira de Mello e de 21 outras pessoas.*

Às quinze para as nove da manhã de uma terça-feira, 19 de agosto de cinco meses após a invasão do Iraque liderada pelos Estados Unidos, S Vieira de Mello chegou de carro ao quartel-general das Nações Unid Bagdá. Mantivera-se anormalmente calado no percurso até lá, e seus gu costas acharam que estivesse exibindo os sinais da tensão gerada por um sença cada vez menos relevante da ONU no país e pelo colapso da situaç segurança.

Funcionário da ONU durante toda a sua vida adulta, Vieira de Mell brasileiro de 55 anos, acumulara bastante experiência com a frustração. Em 34 anos de serviço, conhecera todos os lugares que apareciam nas manchete jornais: trabalhara em Bangladesh, no Sudão, no Chipre, em Moçambiqu Líbano, no Camboja, na Bósnia, em Ruanda, no Congo, em Kosovo e no T Leste. Falava português, inglês, francês, italiano e espanhol fluentemente e nhava várias outras línguas. Havia sido recompensado por seus talentos c atribuição mais difícil de sua carreira: enviado da ONU ao Iraque.

Ele era talhado para o cargo não por falar árabe — ele não falava — pela enorme experiência acumulada trabalhando em locais violentos. T pudesse mostrar aos norte-americanos o que fazer — e o que não fazer. H muito tempo deixara de acreditar que traria soluções para as desgraças d

Ana Lucia Mariano Correa

De: Luciano Mendes Coiro
Enviado em: terça-feira, 20 de agosto de 2013 09:36
Para: Rosa Wasem
Cc: Ana Lucia Mariano Correa
Assunto: Carolina Larriera (O Globo e Estado de SP)

O GLOBO:
http://oglobo.globo.com/mundo/carrolina-larriera-duvidas-10-anos-apos-morte-de-vieira-de-mello-9609755

Carrolina Larriera: Dúvidas 10 anos após a morte de Vieira de Mello

Circunstâncias do episódio foram enterradas com homenagens e discursos comemorativos, diz Carolina Larriera, que foi companheira de Vieira de Mello e trabalhou na ONU

Comentar
Enviar
Imprimir

CAROLINA LARRIERA (FACEBOOK-TWITTER)
Publicado:19/08/13 - 13h30
Atualizado:19/08/13 - 14h04

RIO - Dezenove de agosto de 2013 marca o décimo aniversário da morte de Sérgio Vieira de Mello, alto comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos e representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas no Iraque. Sérgio, considerado por muitos como o provável sucessor de Kofi Annan, foi vítima de ataque terrorista contra a sede de nossa missão em Bagdá no primeiro - e até agora o mais sério - ataque contra a ONU desde sua fundação em 1945. Vinte e uma pessoas morreram e mais de 200 ficaram feridas. Como sobrevivente do atentado e companheira de Sérgio Vieira de Mello, posso dizer que até hoje nenhum de nós entende por que não foi feita uma investigação rigorosa sobre um atentado de tamanha dimensão. Em vez disso, as circunstâncias do episódio foram enterradas com homenagens e discursos comemorativos.

Esse aniversário serve para refletir sobre a vida de um diplomata verdadeiramente comprometido com os ideais e princípios da paz, mas é também o momento para solicitar uma investigação independente que faça justiça à memória das pessoas que perderam suas vidas naquele 19 de agosto em Bagdá.

A trajetória de Sérgio foi pródiga, completa e nela se refletem os episódios mais importantes dos últimos 40 anos. Sua atuação como mediador entre as hostilidades no Oriente Médio em 1982; a remoção dos resíduos da Guerra Fria, com a pacificação do Khmer Vermelho e a repatriação de 400 mil refugiados cambojanos nos anos 90; a explosão da militância sectária e étnica, e seus esforços para negociar um fim ao massacre na Bósnia.

Sérgio teve o privilégio de empreender a mais difícil, mas ao final exitosa, experiência da

ONU: liderar, junto com os patriotas timorenses, o processo de independência do Timor Leste. Pela primeira vez a ONU concretizava o sonho, inscrito em sua carta de fundação, de 1945, de construir desde o início a institucionalização de um país. Nesse caso, um país que havia sido ocupado e devastado por tropas colonialistas da Indonésia.

No momento de sua morte, Sérgio ocupava o posto mais alto em direitos humanos na ONU - na entidade que muitos identificam como a "consciência do mundo" -; e havia sucedido no cargo Mary Robinson, ex-presidente da Irlanda, que durante sua gestão imprimiu um papel transcendental à organização. Enquanto trabalhou como alto comissário, também foi designado representante especial do secretário-geral das Nações Unidas para o Iraque, com base em Bagdá, onde também residia. A simultaneidade dessas funções reforça a certeza de muitos atores da vida internacional de que Sérgio era uma das pessoas com maiores chances de suceder Kofi Annan no cargo de secretário-geral da ONU.

Por todos esses fatos, é surpreendente a passividade da comunidade internacional - em particular dos Estados Unidos - e da própria ONU com respeito a fatos de tamanha magnitude. Dado o caráter inusitado e a gravidade do atentado, o esperado era investigar, e promover ações visando o esclarecimento dos fatos. Porém, prevaleceu a inação e as escassas pistas que surgiram sobre os autores foram ignoradas ou sabotadas. Awraz Andel Aziz Majmoud Said estava disposto a revelar sua participação nos acontecimentos, mas, não obstante os múltiplos pedidos internacionais - em particular, os do relator especial sobre a Independência dos Juízes e Advogados -, foi executado antes de poder depor perante a Justiça.

Tampouco foi construída pela organização uma mensagem de repúdio por tal violência contra aqueles que trabalhavam e arriscavam suas vidas pela Humanidade. Kofi Annan se limitou a atos diplomáticos e formais para aos sobreviventes e familiares das vítimas, mas em nenhum momento promoveu um discurso institucional vigoroso de condenação ao atentado. Nem o que é mais importante, deu impulso a uma investigação a fundo sobre o ocorrido. Se tivesse feito teria conduzido uma verdadeira tomada de consciência ampla (universal) diante do inaceitável.

O certo é que, dez anos após o atentado, vítimas, sobreviventes, familiares, amigos e centenas de funcionários "da casa" ainda desconhecem as circunstâncias precisas do atentado, os motivos dos autores e a responsabilidade penal e moral que lhes cabe, a quem permitiram e possibilitaram essa agressão, como ponto de partida para cicatrizar as feridas. Em vez de medalhas, o que todos esperamos é, em primeiro lugar, a verdade e o firme compromisso da burocracia de averiguá-la.

Fui vítima daquela tragédia. Todavia, em que pese meu status de funcionária da instituição, nunca encontrei o mínimo gesto de reparação e amparo na organização, que me tinha confiado, em agosto de 2003, a tarefa de representá-la em Bagdá, o lugar mais perigoso do planeta.

No momento do atentado, eu era companheira de Sérgio Vieira de Mello. Vivíamos uma relação afetiva tão profunda como solidária, porque tinha nascido nos primeiros anos da reconstrução do Timor Leste, em condições de grande adversidade, num território devastado por uma guerra de ocupação que custou ao povo timorense quase a metade de seus habitantes.

Depois da exitosa missão de Sérgio no Timor, regressamos a Nova York, onde nossa vida se desenvolveu com relativa serenidade. Isso nos permitiu breves e vibrantes fugas cheias de sonhos: alguns dias em Papua Ocidental; as prolongadas visitas à minha família na Argentina, país onde ele passou os primeiros anos de sua infância; as fartas refeições na casa de Gilda, sua mãe, em Copacabana, para onde sempre regressava porque era o seu lugar no

mundo; a visita aos glaciares patagônicos; a neve e o silêncio eterno.
Foi em Nova York onde Sérgio recebeu a notícia de sua designação como alto comissário dos Direitos Humanos. Poucos meses depois de ocupar esse cargo em Genebra, foi nomeado para o Iraque. Por esses fatos pode-se facilmente compreender que o cenário de nossos afetos sempre tinha sido dominado pela precariedade, pelo risco e pela incerteza. Mas, para além dos fantasmas do ódio e da tragédia que povoavam o céu de Bagdá, nossa relação se fortaleceu e juntos transitamos, com intensidade, os últimos instantes de sua existência.
Sem dúvidas, não foram os terroristas do Iraque os únicos que devastaram minha vida. Também o fizeram as diretrizes que chegavam dos principais hierarcas da ONU e dos EUA, que cobriram com um manto de silêncio as circunstâncias do atentado e tentaram tergiversar e reescrever a história de Sérgio, nossa relação e o absurdo abandono em que ele morreu.
Eu própria transitei na tortuosa "amnésia" da burocracia, e por mais de um ano, sequer figurei na lista de sobreviventes.
No solene silêncio em que se sepultou o atentado, se tem uma única voz que pode se levantar para reivindicar a real história de um dos homens mais importantes e influentes de nossa época é a do Brasil, seu país, ao qual amava e com o qual se identificava profundamente, apesar de, ou precisamente por sua intensa vida internacional e a necessidade de laços existenciais de afeto.
Celso Amorim, hoje ministro da Defesa do Brasil, e que durante quase uma década esteve à frente da pasta das Relações Exteriores brasileira, deu o passo inicial. Pela primeira vez, alguém do Itamaraty pergunta: "Não sou dado a teorias conspiratórias, mas é difícil lembrar desse episódio sem me perguntar se o 'ponto fraco', pela ótica da segurança, não era deixado 'fraco' propositadamente, até para desviar os eventuais ataques do alvo mais procurado: a administração militar norte-americana." É surpreendente que essa reflexão venha de alguém proveniente da diplomacia, dez anos depois.
Dois meses antes do atentado, Sérgio havia confessado que a situação no Iraque era dramática, que estava muito preocupado, que cada dia tinha mais problemas com os americanos, e com a ajuda do Brasil poderia dar uma dimensão multilateral. Esse foi o último encontro de Amorim com Sérgio, durante a Conferência do Fórum Econômico Mundial que naquele ano teve lugar no Mar Morto, na Jordânia, em 21 e 22 de junho de 2003.
Passados dez anos, tenho a certeza de que isso, por fim, é o começo. E que esta nova etapa de maior transparência para todas as vítimas da tragédia não poderia ter lugar senão no Brasil, o seu país.
Isso eu digo hoje, quando o senador Eduardo Suplicy organiza uma audiência pública para homenagear os dez anos da morte de Sérgio, do meu profundo amor, Sérgio, e o faço com o propósito de destacar a luta que ele encarnou em um mundo que tanto necessita e, porém, persiste em negá-la.
Ao completar dez anos, os Estados Unidos e a ONU devem empreender ações efetivas e conclusivas para o esclarecimento e reparação para que aquelas vítimas tenham, finalmente, acesso ao direito à verdade da qual temos sido privados há uma década.

Encontros: Carolina Larriera "A ONU preferiu homenagens à denúncia e condenação do atentado"

Direto da Fonte - Sônia Racy
Autor(es): Sonia Racy
O Estado de S. Paulo - 19/08/2013

Dez anos depois, em sua primeira entrevista após o atentado que matou Sérgio Vieira de Mello em Bagdá, sua companheira à época faz desabafo contundente

Dez anos sem falar publicamente sobre o atentado à sede da ONU, em Bagdá, que matou Sérgio Vieira de Mello, Carolina Larriera – sua companheira na época – ataca a organização. "Não foram adotadas medidas elementares para garantir nossa segurança", atesta, salientando que as investigações foram "nulas" e que os EUA e a ONU não deram atenção aos alertas do diplomata.

Bastante magoada, a argentina – funcionária da organização durante dez anos –acredita que o tratamento dispensado a ela pela ONU foi "sempre lento, arrevesado e, em muitos aspectos, contraditório".

Em sua primeira entrevista pós-atentado, feita por e-mail na semana passada – pouco antes de aterrissar no Rio, vinda de NY – Carolina lembra que foi voluntária na ONU, em 1995, tendo trabalhado na sede, em NY, e em missões de manutenção da paz. Conheceu Sérgio no Timor Leste, acompanhou-o em sua missão no Iraque e estava no prédio atingido no momento do ataque que matou o diplomata. Desde então, não se sente em paz. "Não consegui assistir a nenhum dos filmes e documentários que eu mesma promovi."

Hoje associada do Centro Carr de Direitos Humanos, em Harvard, ela continua na ponte aérea Cambridge-Argentina-Brasil, na luta por políticas públicas. E clama por reparação às vítimas e a conservação da memória de Vieira de Mello. Nesse processo, segundo ela, o Brasil tem importante missão, cujo pontapé inicial já teria sido dado por meio de declaração de Celso Amorim (ler abaixo). A seguir, os principais trechos da troca de e-mails.

Hoje faz dez anos que Sérgio Vieira de Mello morreu. Qual o resultado das investigações?
Até agora, nulas – e as poucas e contundentes provas reunidas sobre o atentado não foram tratadas com a devida atenção. A investigação levada a cabo por Martti Ahtisaari (diplomata finlandês da ONU) foi muito débil e não revelou nenhum elemento esclarecedor da tragédia. Digo débil porque, por exemplo, Awraz Abdel Aziz Mahmoud Saeed estava disposto a revelar sua participação nos acontecimentos, mas apesar dos múltiplos pedidos internacionais para que ele fosse protegido, acabou executado antes de depor perante a Justiça.

Acredita que houve erros por parte da ONU na condução do processo?
Sim, e muitos. Sobretudo porque não foram adotadas medidas elementares para garantir nossa segurança. Qualquer que seja a experiência de um homem como o Sérgio, não se justifica deslocá-lo – ainda que

transitoriamente – de um cargo tão importante, como o de Alto Comissário para os Direitos Humanos, para um país em guerra sangrenta. Que mensagem tão contraditória para o mundo: guerra e Direitos Humanos. Explica-se por que ele resistiu tão fortemente.

O que acha que a ONU deveria ter feito de diferente?

Sérgio deveria ter continuado a exercer as funções para as quais havia sido eleito. Além disso, em todo o mundo, à época, falava-se que ele era um dos candidatos com maiores chances – por sua trajetória – de suceder Kofi Annan como secretário-geral da ONU.

Acha que houve passividade da comunidade internacional em relação ao ocorrido?

Acho, principalmente por parte dos países mais implicados. Por exemplo: Tony Blair, na ocasião primeiro-ministro britânico, me enviou uma carta muito afetuosa, escrita a mão, com palavras de apoio, para me ajudar a superar a perda, e ressaltando as qualidades do Sérgio. Porém, o reconhecimento das virtudes dele nunca foi acompanhado de autocrítica nem de um esforço equivalente para esclarecer os acontecimentos.

A postura dos Estados Unidos poderia ter sido outra?

Sem dúvida. Quando houve o atentado à embaixada da Jordânia em Bagdá – um mês antes, em julho de 2003 –, Sérgio informou os EUA e a ONU sobre o fato de que a guerra entrava em uma fase dramática. Era o começo dos atentados a alvos civis, o que aumentou muito a insegurança de todos. A história mostrou que nem os EUA nem a ONU levou em consideração o alerta do Sérgio.

Qual o papel do Brasil no resgate da história dele?

É o único que pode fazer isso. E me sinto feliz por ver que, a cada dia, fica mais clara essa vontade. Amorim, hoje ministro da Defesa e que durante quase uma década levou adiante a agenda das relações exteriores do Brasil, deu o primeiro passo. Pela primeira vez, alguém no Itamaraty questionou: "Não sou dado a teorias conspiratórias, mas é difícil lembrar desse episódio sem me perguntar se o "ponto fraco", pela ótica da segurança, não era deixado "fraco" propositadamente, até para desviar os eventuais ataques do alvo mais procurado, a administração militar norte-americana". É impressionante que essa reflexão tenha sido feita, dez anos depois, por alguém que pertença à diplomacia.

Como foi o tratamento da ONU aos sobreviventes? Em relação a você, especificamente?

Sempre lento, arrevesado e, em muitos aspectos, contraditório. A organização preferiu as medalhas e homenagens à denúncia e condenação do atentado. O principal problema foi não promover uma vigorosa investigação, que, sem dúvida, teria trazido um alívio muito maior. Para mim, a circunstância foi duplamente difícil: era a companheira do Sérgio, vivíamos juntos desde a época em que trabalhamos no Timor Leste; e, ao mesmo tempo, era uma sobrevivente do atentado e funcionária, há quase uma década, da organização. O comportamento da ONU foi, em alguns aspectos, contraditório e cruel, pois não apenas tentou manchar a relação que eu tinha com ele, mas também chegou a negar minha condição de sobrevivente – apesar de todas as imagens que me mostram entre os escombros do atentado.

Por que você acredita ter sido negligenciada pela organização?

Porque fui testemunha de atos que nem todos estão dispostos a assumir. E porque sou parte das vítimas que esperam um compartilhamento mais responsável da burocracia, não apenas medalhas e condecorações. O

atentado foi o momento mais grave pela qual a ONU passou desde sua criação, no final da Segunda Guerra. Se a organização não reage vigorosamente para condenar e esclarecer o que aconteceu, acaba por comprometer a segurança e seu desempenho futuro.

Hoje, dez anos depois, houve alguma reparação às vítimas?

Até o ressarcimento às vítimas foi, muitas vezes, discriminatório. Não foram aplicados critérios iguais; em muitos casos, foram profundamente contraditórios. Passei três anos sob o impacto do choque pós-traumático e jamais senti que a organização me abraçava, ainda que fosse responsável pela missão que me foi designada – ou seja, por ter me enviado para representá-la no lugar mais perigoso do planeta.

Quais suas lembranças do momento do atentado?

Terríveis. Preferia não lembrar. Apesar de dez anos terem se passado, ainda levo comigo cenas traumáticas e impossíveis de se descrever. Prefiro que as pessoas vejam os muitos vídeos que se fizeram e em que se podem ver minhas imagens tentando, desesperadamente, resgatar o Sérgio. A verdade é que, ainda hoje, me dói e me perturba falar sobre isso. Não consegui assistir a nenhum dos filmes e documentários que eu mesma promovi.

Você se desiludiu com a experiência na ONU?

Não, porque, apesar do comportamento dos burocratas, Timor Leste e Iraque me ensinaram o enorme valor que tem a ONU para a construção da paz e a defesa dos Direitos Humanos. Além disso, tive ambas as experiências ao lado do Sérgio, que é uma figura emblemática da diplomacia da ONU e da vida internacional.

O que acha da atuação do órgão atualmente?

Sobre isso, apesar do tempo que já passou, é difícil opinar – ainda que, para o incorretamente chamado "terceiro mundo", a ONU continue sendo um meio útil para atrair recursos e expertise. Acho que ainda falta muita estrada para que a organização esteja à altura do que o mundo precisa. E ainda que me doa tudo o que aconteceu, prefiro crer que, algum dia, a ONU será uma organização nutrida pelos ideais de homens como o Sérgio.

Vocês viviam em NY quando ele foi designado para o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos. Como encararam a notícia?

Foi algo que nos alegrou muito. Naquele momento, estávamos fazendo grandes planos. Tínhamos visitado minha família, na Argentina, e a mãe dele, Gilda, no Rio. Além disso, os trâmites legais da separação do Sérgio já tinham sido concluídos, e Genebra parecia ser um lugar de relativa tranquilidade, que permitiria a ele cumprir a promessa de visitar a mãe com mais frequência. O Rio era seu lugar no mundo. Ele amava o Brasil, se identificava demais com o País, apesar de sua intensa vida internacional – ou talvez por causa disso. Tinha necessidade de laços afetivos existenciais.

Como foi a história de vocês?

Vivíamos uma relação afetiva tão profunda como solidária, nascida nos primeiros anos da reconstrução do Timor Leste, em condições de grande adversidade. Depois da vitoriosa missão, voltamos para NY, onde nossa vida se desenvolveu com relativa serenidade. Isso nos permitiu breves e vibrantes fugas, repletas de

sonhos: alguns dias em Papua Ocidental; prolongadas visitas a minha família, na Argentina, país onde ele passou parte da infância; as fartas refeições na casa de Gilda, sua mãe, em Copacabana; e idas aos glaciares patagônicos... a neve e o silêncio eternos.

O que a mãe dele acha de toda esta história?

Ela sofreu muito a perda do filho, eram muito unidos. Sempre considerou injusto que o tivessem enviado para uma missão tão perigosa quanto aquela no Iraque. E nunca se sentiu acolhida pela ONU. É uma mulher adorável, que conserva intacta sua lucidez, lê muitos jornais e opina sobre a realidade mundial com muita avidez.

Como você atua, hoje, para preservar a memória de Sérgio Vieira de Mello?

É preciso lutar contra aqueles que pretendem tergiversar e reescrever a história do Sérgio. Minha principal missão, hoje, é defender a verdade, brigar para que os acontecimentos sejam esclarecidos e defender a integridade dele. Não podemos nos deixar enganar por quem pretende trocar medalhas e condecorações pelo silêncio e a escuridão.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – V. Exª será atendido, conforme o Regimento.

Srªs e Srs. Senadores, há poucos instantes, nós ouvimos o Senador Cristovam Buarque falar sobre a injustiça do não financiamento da participação do Brasil na Copa Social. Eu aproveito também este instante para registrar, Senador Suplicy, a minha alegria de, na semana passada, na Comissão de Infraestrutura, uma emenda nossa ter sido aprovada no sentido de corrigir uma das maiores injustiças cometidas contra o nosso pequeno Estado da Paraíba. No planejamento inicial, a Paraíba estava excluída do projeto da Transnordestina. E nós conseguimos apresentar uma emenda que foi acatada e aprovada pela Comissão de Infraestrutura – acatada pelo Relator, o Senador Dornelles, cujo acatamento eu agradeço. Esse é um pequeno passo para que nós possamos começar a resgatar a dívida histórica do Governo Federal com o Estado da Paraíba, com o seu desenvolvimento e com a sua justiça social.

Portanto, esperamos que esse tenha sido o primeiro passo para que isso possa ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – O Senado Federal recebeu as seguintes Mensagens da Senhora Presidente da República:

MENSAGEM
Nº 73, DE 2013
(nº 335/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, e, cumulativamente, junto à República da Letônia.

Os méritos do Senhor Marcel Fortuna Biato que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de agosto de 2013.

EM nº 00227/2013 MRE

Brasília, 21 de Junho de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARCEL FORTUNA BIATO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia e, cumulativamente, junto à República da Letônia.

2 Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCEL FORTUNA BIATO**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00227 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 21 de junho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARCEL FORTUNA BIATO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, e, cumulativamente, junto à República da Letônia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCEL FORTUNA BIATO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *MARCEL FORTUNA BIATO*
CPF.: 186.157.241-72
ID.: 7557 MRE

1958	Filho de Oswaldo Biato e Néa Fortuna Biato, nasce em 17 de novembro, em Buenos Aires, Argentina (brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1980	CPCD - IRBr
1988	CAD - IRBr
1990	Mestrado em Sociologia Política pela London School of Economics, Londres/UK
2001	CAE - IRBr, O Processo de Paz Equador-Peru e a Solução Pacífica das Controvérsias

Cargos:

1981	Terceiro-Secretário
1984	Segundo-Secretário
1991	Primeiro-Secretário, por merecimento
1997	Conselheiro, por merecimento
2003	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2007	Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1981	Divisão da América Meridional-I, assistente
1987	Embaixada em Londres, Segundo-Secretário
1990	Embaixada em Berlim Oriental, Segundo-Secretário em missão transitória
1990	Consulado-Geral em Berlim, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
1994	Departamento das Américas, assessor
1995	Divisão da América Meridional II, assessor
1997	Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor
1999	Missão junto à ONU, Nova York, Conselheiro
2003	Presidência da República, Assessoria Especial, Conselheiro
2006	Embaixada em Havana em missão transitória (6 meses)
2007	Presidência da República, Assessoria Especial, Chefe
2010	Presidência da Delegação brasileira à Conferência de Revisão do Estatuto de Roma/Tribunal Penal Internacional, em Campala, Uganda
2010	Embaixada em La Paz, Embaixador

Condecorações:

1995	Ordem do Mérito Forças Armadas, Brasil, Cavaleiro
1996	Ordem da Palma, Suriname, Oficial
1998	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
1999	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador

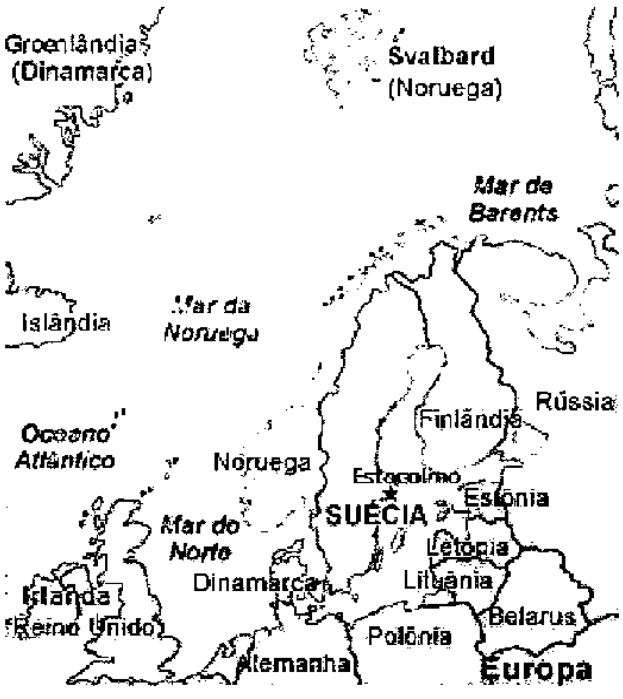
Publicações:

1996	O Conflito Peru-Equador, in Parcerias Estratégicas, Brasília
2001	O Brasil e o Tribunal Penal Internacional, in Política Externa, FUNAG, Brasília
2007	Qué está Brasil haciendo por la gobernabilidad global?, in Nueva Sociedad n. 210, Buenos Aires

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUÉCIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2013

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino da Suécia
CAPITAL	Estocolmo
ÁREA	449.964 km^2
POPULAÇÃO (2012)	9,5 milhões
IDIOMA OFICIAL	Sueco
RELIGIÕES	Ateus e agnósticos (43%); protestantes (41%); outros cristãos (12%); outras religiões (4%);
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (*Riksdag*)
CHEFE DE ESTADO	Rei Carlos XVI Gustavo (desde setembro de 1973)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Fredrik Reinfeldt (desde outubro de 2006)
CHANCELER	Carl Bildt (desde 5 de agosto de 2006)
PIB NOMINAL (2012)	US$ 526,2 bilhões
PIB PPP (2012)	US$ 396,0 bilhões
PIB NOMINAL *PER CAPITA* (2012)	US$ 55.158
PIB PPP *PER CAPITA* (2012)	US$ 41.191
VARIAÇÃO DO PIB	1,0% (est. 2013); 0,9% (est. 2012); 3,9% (2011); 5,8% (2010); -4,8% (2009)
IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (2012)	0,916 – 7ª posição entre 185 países (Brasil é o 84º, com 0,730)
EXPECTATIVA DE VIDA (2012)	81,2 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2012)	99%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2012)	7,5%
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa sueca
EMBAIXADOR DA SUÉCIA NO BRASIL	Magnus Robach
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA (2012)	6.400 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	**938,5**	**1.323,2**	**1.460,7**	**1.447,7**	**1.983,8**	**2.286,6**	**1.419,0**	**2.076,6**	**2.710,4**	**2.460,4**
Importações	641,5	819,6	913,1	950,7	1.349,4	1.662,0	1.106,2	1.721,2	2.167,1	1.980,6
Exportações	297,0	503,6	547,6	497,0	634,4	624,5	312,8	355,4	543,4	479,7
Saldo	**-344,4**	**-316,0**	**-365,5**	**-453,7**	**-715,0**	**-1.037,5**	**-793,3**	**-1.365,8**	**-1.623,7**	**-1.500,9**

Fonte: MDIC. Valores em US$ milhões FOB.

PERFIS BIOGRÁFICOS

CARLOS XVI GUSTAVO

Sua Majestade o Rei da Suécia

O Rei Carlos XVI Gustavo nasceu em 30 de abril de 1946.

Tem interesse por questões relativas ao comércio exterior, agricultura, tecnologia, conservação da natureza e meio ambiente. Preside, desde 1988, o conselho do ramo sueco da ONG "Fundo Mundial para a Natureza" (*World WideFund for Nature* – WWF).

Oficial da Marinha em 1968, obteve formação acadêmica em Ciências Humanas e Economia nas Universidades de Uppsala e Estocolmo. Serviu na Missão Permanente da Suécia na ONU, na Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SIDA), no continente africano, e, em Londres, no Banco de Hambro, na Embaixada da Suécia e na Câmara de Comércio Sueco-Britânica.

Com o falecimento de seu avô, Gustavo VI Adolfo, Carlos Gustavo subiu ao trono em 15 de setembro de 1973, com 27 anos de idade. Casou-se, em 1976, com Sílvia Renate. Tem três filhos: a Princesa Herdeira Victoria, o Príncipe Carlos Filipe e a Princesa Madeleine. Sua neta Estelle nasceu em 2012.

Suas viagens mais recentes ao Brasil foram em março de 2010 e em junho de 2012, para participar da Conferência Rio+20.

SILVIA RENATE SOMMERLATH

Sua Majestade a Rainha da Suécia

A Rainha Sílvia nasceu em Heidelberg, na Alemanha, em 23 de dezembro de 1943. Filha do empresário alemão Walther Sommerlath e de sua esposa brasileira, Alice de Toledo Sommerlath – ambos já falecidos – Sílvia Renate tem dois irmãos mais velhos: Ralf e Walther Sommerlath, residentes na Alemanha. O terceiro irmão, mais novo, Jörg Sommerlath, trabalhou como contratado local no Setor de Promoção Comercial da Embaixada do Brasil em Berlim até seu falecimento, em 2006.

Entre os 3 e os 13 anos, Sílvia Renate foi educada em São Paulo. De 1965 a 1969, estudou na Escola de Intérpretes de Munique, especializando-se na Língua Espanhola. Entre 1971 e 1973, foi instrutora de intérpretes junto ao Comitê Organizador das Olimpíadas de Munique. Durante os Jogos, conheceu o então Príncipe Herdeiro da Suécia, com quem casou-se em 19 de junho de 1976.

Atuante na área dos direitos da criança, preside a World Childhood Foundation (WCF), organização não-governamental que fundou em 1999 para promover melhores condições de vida e combater a exploração sexual de menores. A WCF desenvolve projetos em 15 países e tem escritórios no Brasil, na Alemanha e nos EUA, além da Suécia.

Recentemente, esteve no Brasil em novembro de 2008, por ocasião de evento organizado pela Fundação Mundial da Infância; em março de 2010, quando acompanhou o Rei Carlos XVI Gustavo em visita oficial; em maio de 2011, quando foi recebida pela Senhora Presidenta Dilma Rousseff em evento da ONU no Congresso; e em junho de 2012, por ocasião da Conferência Rio+20.

FREDRIK REINFELDT

Primeiro-Ministro

O atual Primeiro-Ministro da Suécia, Fredrik Reinfeldt, nasceu em 4 de agosto de 1965, em Estocolmo.

É membro do Parlamento sueco desde 1991. Tornou-se Líder do Partido Moderado em 2003. Indicado pelo Presidente do Parlamento para o cargo de Primeiro-Ministro em 2006, e reeleito em 2010, destaca-se por sua precoce e intensa participação no interior daquela agremiação política.

Aos 41 anos, tornou-se um dos três mais jovens Primeiros-Ministros suecos. Defende publicamente a expansão da União Europeia e já se manifestou contrário aos gastos excessivos com protecionismo agrícola. Apesar de acusações e denúncias relacionadas a questões fiscais, o Primeiro-Ministro tem desfrutado de bons índices de aprovação popular.

CARL BILDT

Ministro dos Negócios Estrangeiros

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Carl Bildt, nasceu em 15 de julho de 1949. Faz parte de tradicional família sueca, com raízes na antiga nobreza escandinava.

Levou o Partido Moderado, que passou a liderar em 1986, à vitória contra os social-democratas, em 1991. Foi eleito, na ocasião, Primeiro-Ministro, cargo que ocupou até 1994.

Com a volta dos social-democratas ao Governo, em 1994, Bildt passou a dedicar-se ao esforço internacional para terminar a Guerra dos Bálcãs.

Foi Representante Especial da União Europeia na ex-Iugoslávia (1995), Alto Representante da Comunidade Internacional na Bósnia e Herzegovina para a Reconstrução e a Implementação do Processo de Paz (1996-1997) e Enviado Especial do Secretário-Geral ONU nos Bálcãs (1999-2001).

Posteriormente, passou a dedicar-se à vida acadêmica. Também ocupou posições de alto nível no setor privado, até voltar ao Governo da Suécia, em 2006, como Chanceler.

Foi reconduzido ao cargo em 2010.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Suécia estabeleceram relações diplomáticas em 1826, poucos anos após a Independência nacional. Os laços reforçaram-se com a chegada, em 1890, do primeiro contingente de imigrantes suecos. Em 1909, foi criada a primeira linha de transporte marítimo regular entre os dois países. A Ericsson foi pioneira, entre as empresas suecas, a investir no Brasil, em 1924. Os investimentos aumentaram e diversificaram-se a partir de 1946, concentrando-se, sobretudo, em São Paulo, onde foi estabelecida a Câmara de Comércio Sueco-Brasileira em 1953.

Até recentemente, as relações oficiais pouco transcendiam o campo econômico. Recentemente, registra-se maior interesse dos dois lados em intensificar o diálogo político, inclusive no âmbito multilateral, num processo que tem sua origem na visita de Estado que realizou o ex-Presidente Lula (setembro de 2007).

Em visita à Suécia, em julho de 2008, o então Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger, formulou proposta de estabelecimento de parceria estratégica entre Brasil e Suécia. A proposta brasileira foi convertida no Plano de Ação da Parceria Estratégica, assinado em outubro de 2009, durante nova visita do Presidente Lula a Estocolmo. O mecanismo estabelece diálogo político e orienta a cooperação nas seguintes áreas: comércio e investimentos, bioenergia, defesa, meio ambiente, ciência, tecnologia e inovação, educação e cultura.

O recente dinamismo das relações bilaterais pode creditar-se a três fatores: (i) o incremento contínuo das trocas comerciais e dos investimentos suecos no Brasil; (ii) o fato de a Suécia ser o maior consumidor do etanol brasileiro na UE, e importante aliado nos esforços para a criação um mercado internacional de biocombustíveis e para a liberalização do comércio do produto; e (iii) a convergência de percepções em diversos temas da agenda internacional.

Outra vertente importante da cooperação é a técnico-militar. Oficiais do Brasil participam com frequência de cursos de treinamento em operações de paz oferecidos pelo Centro Internacional das Forças Armadas da Suécia (SWEDINT). Para a Suécia, um dos temas prioritários é a participação no processo de reequipamento das Forças Armadas Brasileiras, no âmbito do projeto FX-2, no qual o país concorre com os caças Gripen SAAB.

Visitas recentes

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Carl Bildt, visitou o Brasil em fevereiro de 2010. Os Chanceleres brasileiro e sueco encontraram-se novamente em fevereiro de 2011, em Davos, e em setembro de 2011, em Genebra. Em agosto de 2012, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil manteve encontro de trabalho com o Chanceler Bildt em Estocolmo. O encontro mais recente entre os dois

Ministros teve lugar na cidade turca de Esmirna, em janeiro passado, no contexto da Iniciativa Trilateral Brasil-Suécia-Turquia.

Em agosto de 2012 o Vice-Presidente da República, Michel Temer, realizou visita à Suécia, onde manteve reunião com o Vice-Primeiro-Ministro Jan Björklund e encontros de cortesia com o Primeiro-Ministro Fredrik Reinfeldt e a Rainha Silvia. O Casal Real sueco realizou visita ao Brasil em março de 2010 e em junho de 2012, por ocasião da Conferência Rio+20.

Em maio de 2011, o Primeiro-Ministro Reinfeldt realizou visita ao Brasil, quando se avistou com a Senhora Presidenta da República. Também esteve no país em junho de 2012, por ocasião da Rio+20. A Suécia foi um dos dois países (o outro foi o Catar) que enviaram tanto o Chefe de Estado como o Chefe de Governo à Conferência.

Diálogo político

No Comunicado Conjunto adotado por ocasião da visita do Ministro Antonio Patriota a Estocolmo, em agosto de 2012, Brasil e Suécia reconheceram o propósito de ambos os Governos de garantir diálogo fluido que lhes permita desenvolver relações bilaterais privilegiadas e identificar possibilidades de mais estreita cooperação e de ações conjuntas no cenário internacional. Os dois lados reiteraram seu compromisso com as consultas políticas bilaterais, em linha com o Plano de Ação da Parceria Estratégica de 2009, e concordaram em realizar encontro em nível ministerial, ao menos uma vez por ano, para examinar a agenda bilateral e intercambiar pontos de vista sobre temas de interesse global. Esse intercâmbio fortaleceu-se com a instituição da Iniciativa Trilateral Brasil-Suécia-Turquia, contexto no qual os Chanceleres dos três países se reúnem com frequência.

Comércio e investimentos bilaterais

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Suécia aumentou 144% entre 2003 e 2008. Em 2009, em razão da crise econômico-financeira internacional, o fluxo comercial bilateral caiu 38% em relação a 2008 (as exportações brasileiras caíram 50%; as importações, 33%). Em 2010, verificou-se recuperação no montante de trocas: o intercâmbio aumentou 46,3% em relação ao ano anterior. Em 2011 a recuperação continuou, com incremento de 30,5% nas trocas. O intercâmbio comercial sofreu nova queda em 2012 (9,2%), em razão do recrudescimento da crise na Europa – as importações registraram queda de 8,6% e as exportações caíram em 11,7%.

O comércio bilateral é tradicionalmente deficitário para o Brasil, devido, em grande parte, à maciça presença de filiais de mais de duzentas empresas suecas no país, que importam grandes volumes de suas respectivas matrizes.

Existem oportunidades no mercado sueco para produtos brasileiros, por exemplo, nos seguintes setores: moveleiro, moda/têxteis, calçados/couro, flores e frutas, saúde e turismo.

Entre os principais produtos exportados pelo Brasil em 2012, destacam-se café em grão (28,5%) e minérios (14,6%). Entre as importações brasileiras ressaltam-se dispositivos elétricos para indústria automotiva (7%), partes e acessórios para tratores e automóveis (3,3%) e medicamentos (3,1%).

Os investimentos suecos no Brasil são significativos. Alguns tiveram início há quase um século. De acordo com dados obtidos junto ao Instituto Nacional de Estatísticas sueco, o fluxo de investimentos suecos no Brasil vem crescendo nos últimos anos e, em 2011, totalizou cerca de US$ 4,7 bilhões (US$ 4,5 bilhões em 2010 e US$ 4,3 bilhões em 2009).

Os principais grupos empresariais da Suécia estão presentes no Brasil. São mais de 200 empresas suecas hoje instaladas no país, entre as quais destacam-se a Volvo, Ericsson, Scania, Electrolux, ABB, Tetrapak, Facit, SKF, Sweda, Atlas Copco, Swedish Match, Alfa Laval, StoraEnso, SAS e Sandvik. Estima-se que as empresas suecas empreguem aproximadamente 55 mil pessoas em todo o Brasil.

Em março de 2006, na presença da Princesa Herdeira Victoria, foi aberto escritório do Conselho de Exportação da Suécia em São Paulo, visando a consolidar e ampliar o fluxo de comércio e investimentos entre a Suécia e o Brasil. A Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, fundada em São Paulo, em 1953, tem um representante em Estocolmo desde outubro de 2006. Em novembro de 2010, a Agência InvestSweden (ISA), que promove a exportação de produtos suecos no mundo, inaugurou escritório em São Paulo.

Empresas suecas no Brasil

ABB: Empresa suíço-sueca que atua na área de automação e equipamentos elétricos. Tem cinco fábricas no Brasil e emprega 4.200 pessoas.

ELECTROLUX: A fabricante de eletrodomésticos iniciou atividade produtiva no Brasil em 1950, em São Paulo, e conta, atualmente, com cinco fábricas no país. Em 1996, a empresa ampliou sua participação no setor com a aquisição do controle acionário da Refripar, à época a segunda maior indústria de produtos da linha branca no Brasil.

ERICSSON: Nos últimos 10 anos, a empresa já investiu cerca de R$ 1 bilhão no Brasil, incluindo R$ 850 milhões em pesquisa e em desenvolvimento.

KINNARPS: Empresa de mobiliário para escritório que passou a atuar no Brasil em 2009.

SCANIA: Iniciou suas atividades no Brasil em 1957, com a instalação de fábrica em São Paulo. A empresa tem no Brasil o seu maior mercado mundial em termos de caminhões vendidos.

SKANSKA: Presente no Brasil desde a década de 90, a empresa atua em serviços de construção e montagem de plantas industriais, centros de refinação, geração de energia e transmissão elétrica. A empresa tem cerca de 5.000 empregados, faturando

anualmente US$ 400 milhões, e seus clientes incluem empresas como Petrobras, Refap S/A (subsidiária da Petrobras), e Transpetro.

SKF: Parte do grupo sueco AB SKF, a empresa de rolamentos inaugurou sua primeira fábrica no Brasil em 1963, no Estado de São Paulo.

SONY ERICSSON: Joint venture da japonesa Sony Corporation com a sueca Telefonaktiebolaget LM Ericsson, tem subsidiária baseada em São Paulo, incluindo unidade produtiva de equipamentos e serviços de telecomunicações.

SULZER: Fornecedora de equipamentos para os segmentos de óleo e gás, processamento de hidrocarbonetos - refinarias/petroquímicas-, distribuição de água e saneamento, geração de energia, papel e celulose, indústria em geral. Possui unidade de fundição e usinagem no Brasil.

TETRA PAK: Atua no Brasil desde 1957 no ramo de embalagens. Tem duas unidades produtivas no país, em São Paulo e no Paraná.

VERACEL: Joint venture da brasileira Fibria e a sueco-finlandesa Stora Enso, a empresa é um projeto agroindustrial que inclui fábrica de fibra de celulose e reserva particular de patrimônio natural. A implantação da Veracel envolveu um total de recursos da ordem de US$ 1,2 bilhão.

VOLVO: Presente no Brasil desde 1977, quando instalou fábrica em Curitiba. A Volvo foi adquirida pela empresa chinesa Geely, em março de 2010, quando esta celebrou acordo com a Ford, que controlava a Volvo. O negócio foi estimado em US$ 1,8 bilhão.

Cooperação em educação

No Comunicado Conjunto adotado por ocasião da recente visita do Ministro Antonio Patriota a Estocolmo, em agosto de 2012, os lados brasileiro e sueco reconheceram a ambição e a visão do Programa Ciência sem Fronteiras. O Governo da Suécia expressou seu compromisso de acolher número significativo de estudantes e pesquisadores brasileiros em instituições de ensino avançado e de pesquisa na Suécia, como expresso na Carta de Intenções assinada durante a visita do Vice-Presidente Michel Temer à Suécia, também em agosto de 2012. Por ocasião da visita do Senhor Vice-Presidente, o lado sueco ofereceu 1.600 vagas para estudantes brasileiros no âmbito do Programa.

Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

Nesse âmbito, destacam-se as atividades de cooperação entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e a Agência Sueca de Inovação (VINNOVA, na sigla em sueco).

O Centro Brasil-Suécia de Pesquisa e Inovação (CISB), com sede em São Bernardo do Campo, foi inaugurado em maio de 2011, por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Fredrik Reinfeldt. Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento de setores tecnológicos de ponta de ambos os países, mediante a identificação, desenvolvimento e apoio de projetos de pesquisa de alta tecnologia em distintas áreas do conhecimento. Suas principais áreas de atuação são a aeroespacial, defesa e cidades sustentáveis, com destaque para segurança pública, saneamento urbano e tratamento de resíduos sólidos. Em novembro de 2011, teve lugar a primeira reunião anual do CISB, da qual participaram representantes de empresas, instituições de pesquisa e de financiamento e órgãos governamentais de ambos os países. A segunda reunião anual do Centro ocorreu no âmbito do Open Innovation Seminar, em novembro de 2012, em São Paulo.

Realizou-se, em setembro de 2012, na Suécia, a Open Innovation Learning Week, evento organizado pelo CISB para permitir a agentes e gestores brasileiros da área de inovação inteirarem-se do funcionamento das instituições do sistema sueco de inovação, assim como propor parcerias com representantes da academia e do setor produtivo daquele país.

Cooperação em Energia

Os Governos brasileiro e sueco reconhecem o importante papel dos biocombustíveis na promoção do desenvolvimento sustentável, uma vez que conjugam benefícios ambientais, sociais e econômicos. O Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, de 2007, orienta a cooperação bilateral na área de energias renováveis.

O desenvolvimento conjunto de tecnologias na área de bioenergia representa oportunidade para impulsionar a cooperação bilateral. Tendo em vista o comprometimento sueco com o uso de biocombustíveis e a desenvolvida indústria madeireira daquele país, pesquisas em etanol lignocelulósico configuram área de grande potencial para cooperação bilateral.

A primeira reunião de diálogo no âmbito do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Bioenergia ocorreu em 2009 e propiciou troca de informações sobre as possibilidades de cooperação em terceiros países, sobre a questão da sustentabilidade dos biocombustíveis e sobre os mecanismos de promoção das energias renováveis na matriz energética global.

Assuntos consulares

Estima-se em 6.400 pessoas a comunidade brasileira na Suécia. Os nacionais buscam, especialmente, oportunidades de trabalho e estudo naquele país.

POLÍTICA INTERNA

A Suécia é uma Monarquia com sistema parlamentarista de governo. O Parlamento é unicameral, com 349 membros, eleitos diretamente mediante sistema eleitoral proporcional.

O Primeiro-Ministro é o Chefe de Governo. Após as eleições parlamentares, realizadas a cada quatro anos, o líder do partido majoritário ou o líder da coalizão majoritária passa a ocupar o cargo.

O atual Primeiro-Ministro, Fredrik Reinfeldt, do Partido Moderado, de centro-direita, tomou posse em outubro de 2006. Foi reeleito em 2010. A atual coalizão governista, a "Aliança", compreende, também, os partidos Liberal, do Centro, e Democrata-Cristão, todos de centro-direita.

A eleição da Aliança, em 2006, logrou interromper longo período de predomínio social-democrata na vida política sueca. A social-democracia chefiara todos os governos desde 1932 (excetuados os breves interregnos de 1976-1982 e 1991-1994).

Para o sucesso da Aliança, contribuiu a flexibilização do seu liberalismo, que incorporou maior preocupação com políticas sociais. O bloco não propôs eliminar o Estado de bem-estar social, o que seria inaceitável para a população sueca, mas apenas reduzir o papel do Estado, diminuir a carga tributária, flexibilizar a legislação trabalhista e reduzir alguns benefícios sociais.

Após um primeiro mandato com maioria no Parlamento, a Aliança dispõe, na nova legislatura, de 173 das 349 cadeiras, faltando-lhe, assim, duas cadeiras para atingir a maioria de que antes gozara.

Pode-se atribuir esse novo resultado à ascensão eleitoral do Partido dos Democratas Suecos (SD, na sigla em sueco), da extrema-direita xenófoba, que obteve 20 cadeiras no último escrutínio, fazendo-se presente pela primeira vez no Parlamento.

A presença do SD no Parlamento tem sido incômoda para os partidos tradicionais que, à esquerda e à direita, têm procurado isolá-lo e bloquear sua participação plena no processo político. Ainda assim, o SD pode representar o fiel da balança em votações em que não ocorra o consenso entre a Aliança e oposição de centro-esquerda.

Pesquisas recentes vêm mostrando crescimento do apoio popular ao oposicionista Partido Social-Democrata, ao passo que apoio aos Moderados vem decrescendo. Sondagens realizadas no início deste ano indicaram cenário de virtual empate técnico entre a Aliança (43%) e os partidos de centro-esquerda (45%). As próximas eleições ocorrerão em setembro de 2014.

POLÍTICA EXTERNA

Em fevereiro passado, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Carl Bildt apresentou ao Parlamento relatório anual sobre a política exterior sueca.

Na visão de Bildt, a diplomacia sueca desenvolve-se em círculos de maior ou menor prioridade, conforme o interesse nacional imediato. Prioridade absoluta são os países nórdicos e bálticos, com quem a Suécia compartilha valores e interesses, e a região do Ártico. A União Europeia (UE) constitui um segundo círculo, no qual "a cooperação evolui constantemente, e novos desafios criam novas oportunidades". Nesse contexto, a Suécia defende a plena integração da Turquia ao bloco.

Um terceiro círculo é representado pela relação transatlântica, com os EUA. Em sua alocução, Bildt referiu-se positivamente ao recente lançamento de tratativas em torno de acordo de livre comércio EUA-UE. Em igual grau de relevância estão as relações com a Rússia. Bildt registrou sua satisfação com o ingresso russo na OMC, mas criticou abertamente a situação dos direitos humanos e o empenho de recursos na modernização das Forças Armadas russas.

Seguem-se, num quarto grau de prioridade, as relações com a China, país que, na visão de Estocolmo, deveria assumir maiores responsabilidades internacionais, bem como na promoção e defesa dos direitos humanos, em grau condizente com seu status de grande potência.

Em seguida, Bildt afirmou que "a Suécia e a UE procuram desenvolver cooperação com outros países de importância estratégica, política e econômica. Isso inclui o Brasil, Índia, África do Sul e Japão".

Países nórdicos e bálticos

A política externa da Suécia tem-se focado, historicamente, no entorno imediato do país, particularmente nos demais países nórdicos e, a partir dos anos 90, nos então recém-criados Estados bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia).

Em 1952, a Suécia e os demais países nórdicos estabeleceram o Conselho Nórdico, grupo de cooperação parlamentar que concorreu para a construção de um "espaço econômico nórdico", que se desdobra na existência de um mercado de trabalho unificado e da União Nórdica de Passaportes (que permitem a cidadãos dos países-membros circularem e residir livremente no espaço nórdico). Em 1971, como complemento ao Conselho Nórdico, criou-se, no âmbito intergovernamental, o Conselho Nórdico de Ministros.

O fim da URSS deu novo significado à relação da Suécia com a região do Mar Báltico, principalmente em função da independência das três repúblicas bálticas em 1991.

O Conselho dos Estados do Mar Báltico (CBSS) foi uma resposta às mudanças geopolíticas na região. Fundado em 1992, tenciona fomentar a cooperação regional em cinco áreas-chave: meio ambiente, desenvolvimento econômico, educação

e cultura, energia e segurança civil. Conta com onze Estados-membros: Alemanha, Dinamarca, Estônia, Finlândia, Islândia, Letônia, Lituânia, Noruega, Polônia, Rússia e Suécia. O Conselho conta com uma Comissão de Altos Oficiais (CSO), principal órgão decisório da organização, e um Secretariado permanente, em Estocolmo.

Além do CBSS, merecem menção, no âmbito regional, o Conselho Ártico, o Conselho Nórdico de Ministros e o Conselho Euro-Ártico de Barents.

União Europeia

A Suécia aderiu à União Europeia em 1995. O país, não obstante, permanece fora da zona do euro. As vicissitudes por que tem passado a moeda europeia têm contribuído para manter uma eventual adesão ao euro ausente da agenda política sueca.

A Suécia ocupou a Presidência da UE entre julho e dezembro de 2009. A entrada em vigor, em 1º de dezembro de 2009, do Tratado de Lisboa é considerada uma das principais realizações da Presidência sueca.

O país tem apoiado o processo de adesão dos países candidatos (Croácia, Islândia, Macedônia, Montenegro e Turquia) e de outras nações que buscam integrar-se à União (Albânia, Bósnia e Herzegovina e Sérvia).

A Suécia defende, para a UE, o estabelecimento de políticas comuns de uso da energia, de imigração e asilo, e de combate ao crime organizado, bem como a defesa do pluralismo de culturas, tradições e religiões na Europa. O *soft power* europeu, segundo o raciocínio do Governo sueco, ao agir por meio das redes de integração e cooperação e dos fluxos de comércio e investimentos, é instrumento dos mais potentes para a criação de um arco de estabilidade e prosperidade no entorno do Mediterrâneo e do Mar Negro.

ECONOMIA

A economia da Suécia cresceu em bom ritmo na primeira metade de 2012, mas registrou desaceleração no segundo semestre em razão do cenário econômico externo, especialmente na zona do euro. Embora a economia local tenha, até recentemente, mostrado resistência à crise da dívida na Europa, a redução da demanda externa começou a afetar o ritmo da atividade econômica, visto que o continente europeu representa cerca de 70% das vendas do país. O fortalecimento da coroa sueca igualmente contribui para as dificuldades do setor exportador.

O emprego tem sido afetado pelo cenário negativo. A taxa de desemprego cresceu de 7,5 para 8% nos três primeiros meses de 2013 e estima-se que o índice chegue a 8,5% até 2014. Estima-se que o nível de emprego somente experimentará recuperação a partir de 2014.

Auxiliada pela apreciação da coroa sueca, a inflação mantém-se baixa. O índice anual foi de 1% em 2012 e há estimativa de 1,4% para 2013 (a meta de inflação definida do Banco Central é de 2%).

Os investimentos na indústria e na construção civil declinaram no segundo semestre de 2012 e não há expectativa de retomada significativa em 2013. Como influência dos níveis de emprego, o índice de confiança dos consumidores sugere que o consumo não deverá ter aceleração no futuro imediato. Assim, depois de crescer 3,9% em 2011, a economia registrou crescimento de 0,9% em 2012 e não deverá ultrapassar 1,2% em 2013. O Banco Central sueco prevê aceleração do crescimento em 2014 e 2015.

O Governo sueco apresenta baixo nível de endividamento (32% do PIB), o que amplia sua margem de manobra para políticas de estabilização. Dessa forma, em razão da conjuntura (emprego, inflação e crescimento baixos), a política fiscal tem sido, neste ano, relativamente expansionista. Com a economia ainda em ritmo modesto em 2014, eventual aperto fiscal não deve começar até 2015. Recorde-se que, em 2014, haverá eleições legislativas nacionais.

Em 2012, o comércio exterior sueco permaneceu nos mesmos níveis de 2011, em função da fraca demanda européia. A retomada do ritmo de crescimento das exportações é esperada somente para 2014 e 2015. Como resultado da deterioração do cenário exportador, as importações tendem a manter-se no mesmo nível, tendo em vista as características da economia local e a complementariedade das vendas e compras externas. Com a estagnação ou contração das economias européias, Estocolmo busca alternativas nos mercados emergentes, com destaque para o extremo Oriente.

ANEXOS

Cronologia histórica da Suécia

1905 – A união entre a Suécia e a Noruega é dissolvida pacificamente.
1914 – A Suécia anuncia neutralidade na I Guerra Mundial.
1920 – O país torna-se membro da Liga das Nações.
1939 – A Suécia declara-se neutra na II Guerra Mundial.
1946 – A Suécia torna-se membro das Nações Unidas.
1946 – O social-democrata Tage Erlander torna-se Primeiro-Ministro. Permanece no cargo até 1969.
1952 – A Suécia torna-se membro fundador do Conselho Nórdico.

1953 – O diplomata sueco Dag Hammarskjöld torna-se Secretário-Geral das Nações Unidas.
1959 – A Suécia torna-se membro fundador da Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA).
1971 – O Governo promove a substituição das duas câmaras do Parlamento por uma câmara, cujos membros deverão ser eleitos de forma proporcional.
1975 – Reformas constitucionais removem os últimos poderes do Monarca.
1980 – Crise nas relações com a União Soviética, por suspeita de invasão de águas territoriais suecas.
1986 – O Primeiro-Ministro Olof Palme é assassinado.
1995 – A Suécia torna-se membro da União Europeia.
1996 – O social-democrata Göran Persson torna-se Primeiro-Ministro.
2003 – *Referendum* rejeita a adoção, no país, da moeda única europeia.
2004 – A Chanceler Anna Lindh é assassinada em uma loja em Estocolmo.
2006 - A Aliança, que reúne partidos de centro-direita, vence as eleições parlamentares.
2010 – A Aliança de centro-direita é reeleita. Entrada dos Democratas da Suécia (SD), partido de extrema-direita, no Parlamento sueco.
2010 – Atentado terrorista no centro de Estocolmo.
2012 – Nascimento da Princesa Estelle.

Cronologia das relações bilaterais

1826 – Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Império do Brasil e o Reino da Suécia.
1876 – D. Pedro II visita a Suécia.
1953 – Inauguração da Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, em São Paulo.
1984 – Visita de Estado do Rei Carlos XVI Gustavo e da Rainha Sílvia ao Brasil.
1997 – 1ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia, em Brasília.
2002 – O Presidente Fernando Henrique Cardoso participa de reunião sobre a Governança Progressista, em Estocolmo, a convite do Primeiro-Ministro Göran Persson.
2003 – O Primeiro-Ministro Göran Persson comparece à cerimônia de posse do Presidente Lula.
2006 – 2ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia, em Brasília. Inauguração do Escritório do Conselho de Exportações da Suécia em São Paulo, na presença da Princesa Herdeira Victoria.

2007 – 3ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia, em Estocolmo.
2007 – Visita de Estado do Presidente Lula à Suécia.
2008 – Visita ao Brasil do Presidente do Parlamento sueco, Per Westerberg. Visita ao Brasil da Rainha Sílvia, para participar da 3ª Conferência Internacional sobre o Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no Rio de Janeiro.
2009 – Visita do Presidente Lula a Estocolmo, por ocasião da Cúpula Brasil-União Europeia. Assinatura do Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Suécia.
2010 – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Carl Bildt. Visita ao Brasil do Casal Real da Suécia.
2011 – Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Fredrik Reinfeldt.
2011 – Visita ao Brasil da Rainha Silvia, para Conferência no Congresso Brasileiro sobre Crianças, patrocinado pela ONU.
2012 – Visita ao Brasil do Presidente do Parlamento sueco, Per Westerberg.
2012 – Participação dos Reis da Suécia e do Primeiro-Ministro Fredrik Reinfeldt na Conferência Rio+20.
2012 – Visita do Vice-Presidente da República, Michel Temer, à Suécia.
2012 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, à Suécia.

Atos bilaterais em vigor

Título	Data de celebração
Acordo sobre Registro de Marcas Industriais e Comerciais	29/04/1955
Acordo Relativo a Facilidades para a Concessão de Vistos em Passaportes.	22/03/1956
Acordo para Supressão de Vistos em Passaportes	04/12/1959
Acordo sobre Transportes Aéreos	18/03/1969
Protocolo Adicional ao Acordo de Transportes Aéreos	18/03/1969
Acordo Constitutivo de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo	22/09/1971
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda	25/04/1975
Acordo Relativo às Exportações de Produtos Têxteis do Brasil para a Suécia	25/04/1983

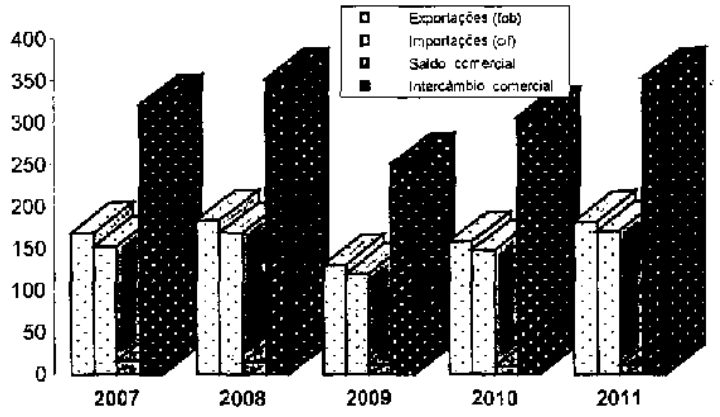
Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica	03/04/1984
Acordo, por Troca de Notas, sobre Exportação de Produtos Têxteis do Brasil para a Suécia	14/01/1985
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa	07/07/2000

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

SUÉCIA: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	169	184	131	158	182
Importações (cif)	153	169	120	148	171
Saldo comercial	16	15	11	10	11
Intercâmbio comercial	322	353	251	306	353

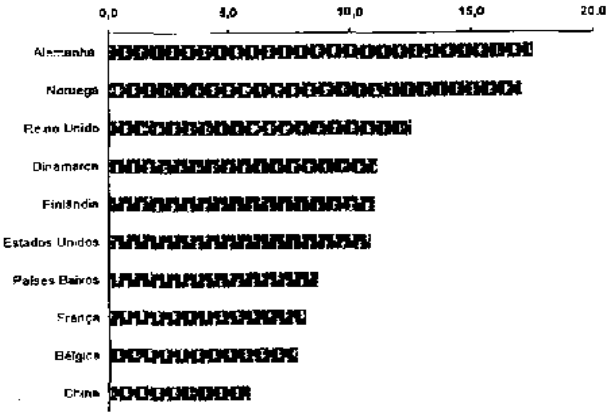
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, April 2012.



O comércio exterior da Suécia apresentou, em 2011, variação de 10% em relação a 2007, passando de US$ 322 bilhões para US$ 353 bilhões. No ranking do FMI de 2010, a Suécia figurou como o 29º principal mercado mundial, sendo 29º na exportação e 26º na importação.

SUÉCIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ bilhões

Descrição	2010	% no total	2011	% no total
Alemanha	15,8	10,0%	17,5	9,6%
Noruega	15,8	10,0%	17,0	9,4%
Reino Unido	11,7	7,4%	12,5	6,8%
Dinamarca	10,3	6,5%	11,1	6,1%
Finlândia	9,8	6,2%	11,0	6,0%
Estados Unidos	11,6	7,3%	10,8	5,9%
Países Baixos	7,8	4,9%	8,7	4,8%
França	7,7	4,9%	8,2	4,5%
Bélgica	6,3	4,0%	7,8	4,3%
China	4,9	3,1%	5,9	3,2%
...				
Brasil	***1,5***	***0,9%***	***1,9***	***1,0%***
Subtotal	**103,1**	**65,2%**	**112,4**	**61,7%**
Outros países	**55,0**	**34,8%**	**69,9**	**38,3%**
Total	**158,1**	**100,0%**	**182,2**	**100,0%**

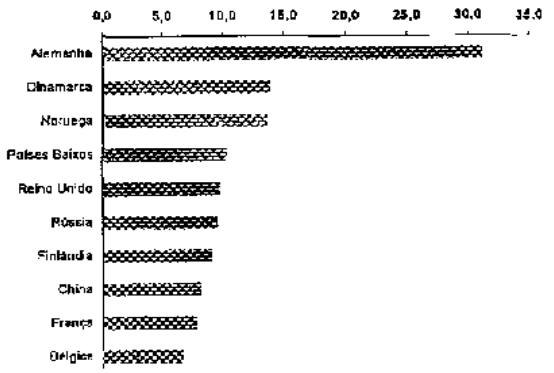


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trade Map. Abril 2012.

As exportações do país são destinadas em grande parte aos vizinhos europeus, que corresponderam por 52% do total da pauta em 2011. O Brasil obteve o 19º lugar entre os principais compradores em 2011, participando com 1% do total.

SUÉCIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US$ bilhões

Descrição	2010	% no total	2011	% no total
Alemanha	26,9	18,1%	31,2	18,2%
Dinamarca	12,3	8,3%	13,9	8,1%
Noruega	13,4	9,0%	13,6	8,0%
Países Baixos	9,6	6,5%	10,3	6,0%
Reino Unido	8,4	5,7%	9,7	5,7%
Rússia	7,1	4,8%	9,6	5,6%
Finlândia	7,9	5,3%	9,0	5,3%
China	6,0	4,1%	8,1	4,7%
França	6,8	4,6%	7,7	4,5%
Bélgica	5,8	3,9%	6,6	3,8%
...				
Brasil	***0,5***	***0,3%***	***0,7***	***0,4%***
Subtotal	**104,6**	**70,5%**	**120,3**	**70,3%**
Outros países	**43,8**	**29,5%**	**50,7**	**29,7%**
Total	**148,4**	**100,0%**	**171,0**	**100,0%**



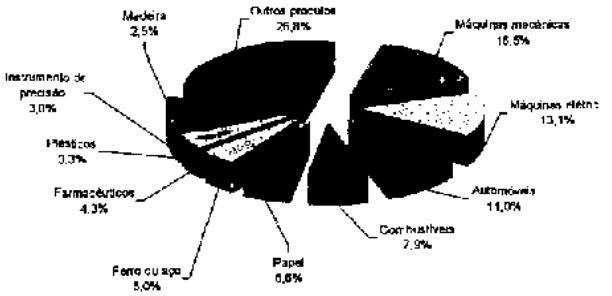
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trade Map. Abril 2012.

Os países europeus são os principais vendedores para a Suécia com exceção da China. Em 2011 respoderam por 65% da pauta de importação do país. O Brasil obteve o 28º lugar, com 0,4% do total.

SUÉCIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011 - US$ Bilhões

Descrição	2011	% no total
Máquinas mecânicas	30,0	16,5%
Máquinas elétrica	23,9	13,1%
Automóveis	20,1	11,0%
Combustíveis	14,5	7,9%
Papel	12,0	6,6%
Ferro ou aço	9,0	5,0%
Farmacêuticos	7,9	4,3%
Plásticos	6,0	3,3%
Instrumento de precisão	5,5	3,0%
Madeira	4,5	2,5%
Subtotal	**133,4**	**73,2%**
Outros produtos	**48,9**	**26,8%**
Total	**182,2**	**100,0%**

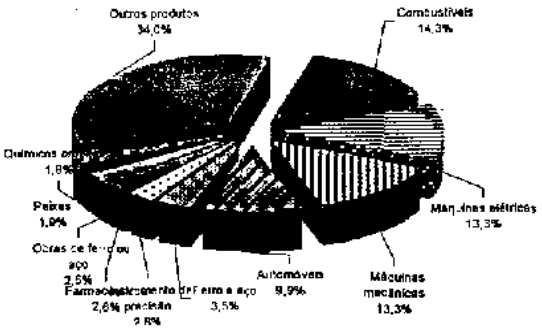


Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

Máquinas mecânicas, máquinas elétricas e automóveis foram os principais itens da pauta de exportação que responderam por aproximadamente 41% do total em 2011 Em seguida destacaram-se combustíveis (8%); papel (7%) e ferro e aço (5%).

SUÉCIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

Descrição	2011	% no total
Combustíveis	24,5	14,3%
Máquinas elétricas	22,8	13,3%
Máquinas mecânicas	22,8	13,3%
Automóveis	17.0	9,9%
Ferro e aço	6,1	3,5%
Instrumento de precisão	4,9	2,8%
Farmacêuticos	4,5	2,6%
Obras de ferro ou aço	4,3	2,5%
Peixes	3,2	1,9%
Químicos orgânicos	3,1	1,8%
Subtotal	**113,0**	**66,0%**
Outros produtos	**58,3**	**34,0%**
Total	**171,3**	**100,0%**



Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

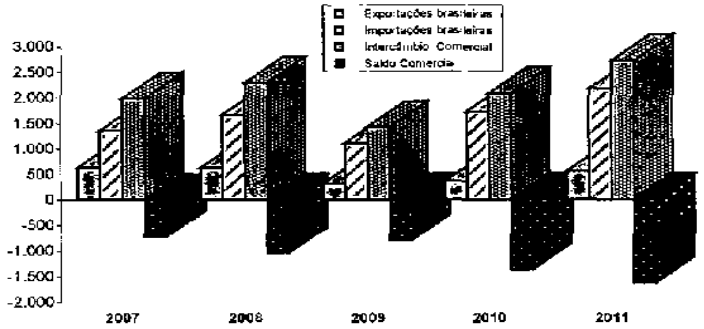
4 grupos de produtos totalizaram 51% da pauta de importações da Suécia que foram representados pelos combustíveis, máquinas elétricas, mpaquinas mecânicas e automóveis. Destacaram-se, também, ferro e aço (4%); instrumento de precisão (3%); farmacêuticos (3%); e ferro e aço (3%); e obras de ferro e aço (3%).

BRASIL-SUÉCIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-mar)	2012 (jan-mar)
Exportações brasileiras	**634**	**625**	**313**	**355**	**543**	**91**	**113**
Variação em relação ao ano anterior	27,7%	-1,6%	-49,9%	13,6%	52,9%	21,9%	23,3%
Importações brasileiras	**1.349**	**1.662**	**1.106**	**1.721**	**2.167**	**511**	**573**
Variação em relação ao ano anterior	41,9%	23,2%	-33,4%	55,6%	25,9%	30,8%	12,2%
Intercâmbio Comercial	**1.984**	**2.287**	**1.419**	**2.077**	**2.710**	**602**	**685**
Variação em relação ao ano anterior	37,1%	15,3%	-37,9%	46,3%	30,5%	29,4%	13,9%
Saldo Comercial	**-715**	**-1.038**	**-793**	**-1.366**	**-1.624**	**-419**	**-460**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

No ranking do comércio exterior brasileiro, a Suécia figurou como o 38° parceiro comercial. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 37% em relação aos dois penúltimos anos do período em análise. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US$ 1,9 bilhão em 2007, para US$ 2,7 bilhões em 2011. A participação da Suécia no intercâmbio comercial brasileiro em 2011 foi de 0,56%.

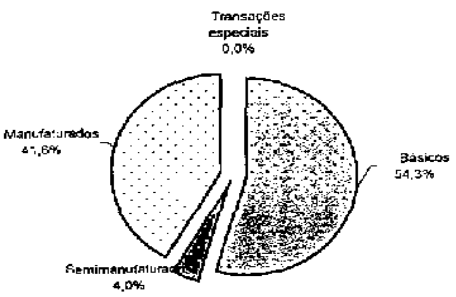


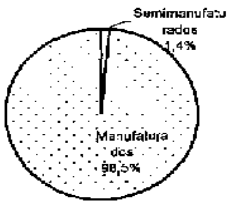
BRASIL-SUÉCIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ milhões, fob - 2011

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	295	54,3%	1	0,0%
Semimanufaturados	22	4,0%	31	1,4%
Manufaturados	226	41,6%	2.135	98,5%
Transações especiais	0	0,0%	0	0,0%
Total	**543**	**100,0%**	**2.167**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para a Suécia são compostas parte por produtos básicos, que representaram 54% das vendas em 2011, manufaturados com 42% e semimanufaturados com 4%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 99% do total em 2011, seguido dos básicos com 1%.

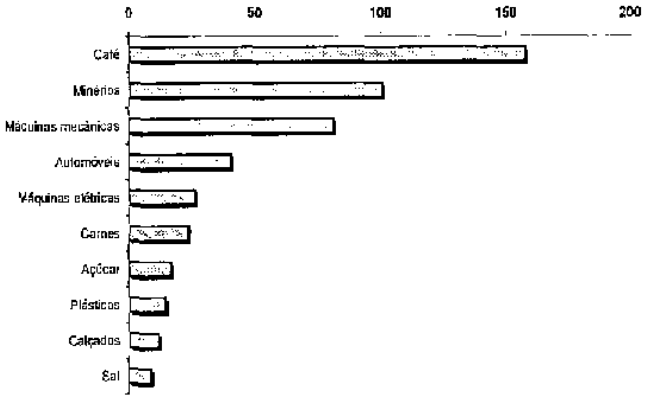




BRASIL-SUÉCIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011 Valor	2011 % no total
Café	91	107	158	29,0%
Minérios	52	28	101	18,5%
Máquinas mecânicas	41	58	81	14,9%
Automóveis	13	27	41	7,5%
Máquinas elétricas	33	28	26	4,9%
Carnes	10	18	24	4,4%
Açúcar	2	3	17	3,1%
Plásticos	6	12	15	2,7%
Calçados	5	9	12	2,2%
Sal	0	2	9	1,7%
Subtotal	**254**	**292**	**483**	**88,8%**
Outros produtos	**59**	**64**	**61**	**11,2%**
Total	**313**	**355**	**543**	**100,0%**

Exportações brasileiras para Suécia, 2011



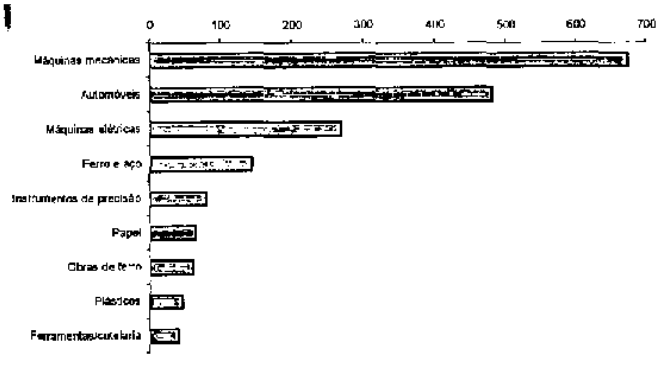
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC-1/Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

Café, minérios e máquinas mecânicas foram os principais itens brasileiros exportados para a Suécia, juntos somaram 63% da pauta. Em seguida destacaram-se: automóveis (8%); máquinas elétricas (5%) e carnes (4%).

BRASIL-SUÉCIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011 Valor	2011 % no total
Máquinas mecânicas	428	541	674	31,1%
Automóveis	123	301	480	22,2%
Máquinas elétricas	108	123	268	12,4%
Ferro e aço	68	129	143	6,6%
Instrumentos de precisão	52	136	80	3,7%
Papel	37	60	65	3,0%
Obras de ferro	40	48	61	2,8%
Plásticos	32	39	47	2,2%
Ferramentas/cutelaria	23	39	41	1,9%
Subtotal	**912**	**1.416**	**1.858**	**85,8%**
Outros produtos	**195**	**306**	**309**	**14,2%**
Total	**1.106**	**1.721**	**2.167**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias da Suécia, 2011



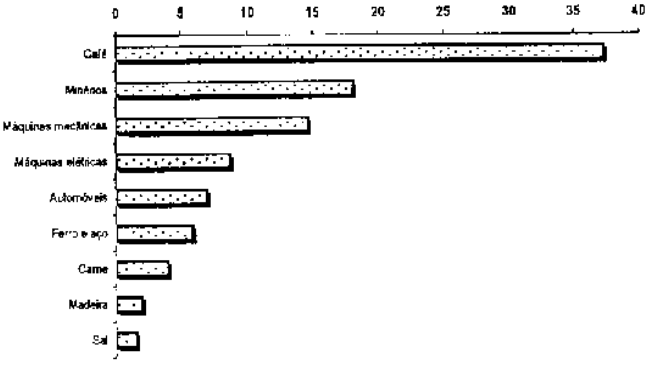
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC-1/Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

As importações brasileiras originárias da Suécia apresentaram alto grau de concentração em três grupos de produtos: máquinas mecânicas (31%); automóveis (22%) e máquinas elétricas (12%), que juntos responderam por 66% da pauta em 2011. Outros produtos que tiveram destaques foram: ferro e aço (7%); instrumentos de precisão (4%) e papel (3%).

BRASIL-SUÉCIA: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

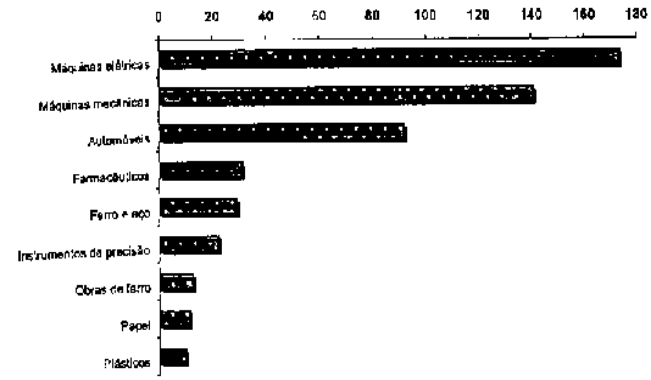
DESCRIÇÃO	2011 (jan-mar)	2012(jan-mar) Valor	2012(jan-mar) % no total
Exportações			
Café	35	37	33,1%
Minérios	0	18	16,1%
Máquinas mecânicas	15	15	13,0%
Máquinas elétricas	7	9	7,7%
Automóveis	7	7	6,2%
Ferro e aço	4	6	5,2%
Carne	5	4	3,5%
Madeira	2	2	1,8%
Sal	1	2	1,4%
Subtotal	**75**	**99**	**88,0%**
Outros produtos	**16**	**14**	**12,0%**
Total	**91**	**113**	**100,0%**

Exportações brasileiras p/ Suécia em 2012 (jan-mar)



Importações			
Máquinas elétricas	36	173	30,3%
Máquinas mecânicas	165	141	24,6%
Automóveis	114	92	16,0%
Farmacêuticos	38	31	5,4%
Ferro e aço	38	29	5,0%
Instrumentos de precisão	20	22	3,9%
Obras de ferro	19	12	2,2%
Papel	17	11	2,0%
Plásticos	13	10	1,7%
Subtotal	**459**	**521**	**91,0%**
Outros produtos	**51**	**52**	**9,0%**
Total	**511**	**573**	**100,0%**

Importações brasileiras orig. da Suécia em 2012 (jan-mar)



Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

LETÔNIA





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Letônia (em letão, *Latvijas Republika*)
CAPITAL	Riga
ÁREA	64.589 km^2
POPULAÇÃO	2.231.503 habitantes
IDIOMA OFICIAL	Letão
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Luteranos (34,2%); católicos (24,1%); ortodoxos (17,8%); ateus ou sem religião (21,1%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Andris Bērziņš (desde 8 de julho de 2011)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Valdis Dombrovskis (desde 12 de março de 2009)
MINISTRO DAS REL. EXTERIORES	Ministro Edgars Rinkēvičs (desde 25 de outubro de 2011)
PIB	US$ 28,252 bilhões (Brasil: US$ 2,476 trilhões)
PIB PPP	US$ 39,284 bilhões (Brasil: US$ 2,245 trilhões)
PIB "PER CAPITA"	US$ 13.727,00 (Brasil: US$ 12.594,00)
PIB "PER CAPITA" PPP	US$ 19.090,00 (Brasil: US$ 11.420,00)
UNIDADE MONETÁRIA	Lats letão
IDH	0,814 – 43ª posição entre 185 países (Brasil é o 84º, com 0,730)
EXPECTATIVA DE VIDA	73,6 anos
ALFABETIZAÇÃO	99,8%
COMUNIDADE BRASILEIRA	Estimada em 30 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL

(US$ milhões FOB)

BRASIL → LETÔNIA	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013 (até abr)**
Intercâmbio	**12,3**	**44,3**	**28,8**	**49,7**	**47,7**	**41,7**	**36,2**	**21,6**	**6,7**
Exportações	12,2	44,1	26,8	40,8	22,7	12,0	31,3	16,2	4,4
Importações	0,1	0,2	2,0	8,9	24,9	29,7	5,0	5,4	2,3
Saldo	***12,1***	***43,9***	***24,8***	***31,9***	***-2,2***	***-17,7***	***26,3***	***10,8***	***2,1***

PERFIS BIOGRÁFICOS

ANDRIS BĒRZIŅŠ
Presidente da Letônia

Nasceu em Nītaure, em 10 de dezembro de1944. Bacharel em Engenharia Eletrônica pela Universidade Politécnica de Riga, em 1971, e em Economia pela Faculdade de Economia de Riga, em 1988. No mesmo ano, foi designado Vice-Ministro de Assuntos Municipais da República Socialista Soviética da Letônia.

Eleito para o Conselho dos Representantes do Povo (Soviete) do distrito de Valmiera, em 1989, e designado Presidente da Comissão Executiva do distrito no mesmo ano. No ano seguinte, foi eleito para o Soviete Supremo da R.S.S. da Letônia, onde viria a aderir à Frente Popular Letã. Em maio de 1990, votou a favor da Declaração de Independência da Letônia em relação à União Soviética.

Presidente do Fundo de Privatizações do Banco da Letônia em 1993. No mesmo ano, tornou-se também Presidente do Latvijas Unibanka. Tornou-se homem de negócios bem sucedido e acumulou fortuna no setor bancário.

Retornou à política em 2005, eleito Prefeito de Riga à frente da União dos Verdes e Fazendeiros. Foi Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Letônia entre 2006 e 2010.

Em 2010, elegeu-se Deputado para o Parlamento letão em 2010.

Em maio de 2011, foi designado por seu partido como candidato à Presidência. Com 53 votos entre os 100 membros do Parlamento, foi eleito Presidente da República, derrotando o então incumbente, Valdis Zatlers.

VALDIS DOMBROVSKIS
Primeiro-Ministro da Letônia

Nasceu em Riga, em 5 de agosto de 1971, de uma família com origens polonesas. Bacharel em Física pela Universidade da Letônia, em 1993, e em Economia pela Universidade Técnica de Riga, em 1995. Mestre em Física pela Universidade da Letônia, em 1996. Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade de Maryland (EUA), em 1998.

Entre 1991 e 1998, trabalhou como assistente de laboratório na Letônia, na Alemanha e nos EUA. Em 1998, ingressou na Junta de Política Monetária do Banco da Letônia, da qual foi economista-chefe entre 2001 e 2002.

Membro fundador do Partido Nova Era, desde 2002, ano em que foi eleito Membro do Parlamento (Deputado). Em outubro do mesmo ano, foi designado Ministro das Finanças, cargo que exerceu até 2004. Entre 2004 e 2009, foi Membro do Parlamento Europeu. Em 2009, nomeado Ministro para Assuntos de Infância, Família e Integração e, em 2010, Ministro para Desenvolvimento Regional e Governos Locais.

Assumiu o cargo de Primeiro-Ministro em março de 2009.

Esteve no Brasil em julho de 2011.

EDGARS RINKĒVIČS

Ministro das Relações Exteriores da Letônia

Nasceu em Jūrmala, em 21 de setembro de 1973. Bacharel em História e Mestre em Ciência Política pela Universidade da Letônia (1995 e 1997, respectivamente). Estudou Relações Internacionais na Universidade de Groeningen, nos Países Baixos (1994-1995), bem como na Universidade Nacional de Defesa dos Estados Unidos, onde se titulou Mestre em Estratégia Nacional.

Jornalista especializado em assuntos internacionais pela Rádio Latviias, entre 1993 e 1994. Ingressou no Ministério da Defesa em 1995, onde desempenhou os cargos de Diretor do Departamento de Políticas (1996), Subsecretário de Estado (1996-1997) e Secretário de Estado (1997 e 2008).

Em 2003, foi subchefe da Delegação letã que negociou a admissão do país à OTAN. Dirigiu o Escritório responsável pela organização da Cúpula da OTAN em Riga, entre 2005 e 2007.

Em outubro de 2008, foi designado Chefe da Chancelaria (Casa Civil) da Presidência da República.

Nomeado Ministro das Relações Exteriores em 25 de outubro de 2011.

Esteve no Brasil em abril de 2012.

RELAÇÕES BILATERAIS

Os vínculos entre os povos brasileiro e letão precedem o estabelecimento das relações diplomáticas formais. De acordo com registros históricos, a colonização letã no Brasil teve início em 1890, quando chegaram a Laguna (SC) 25 famílias oriundas de Riga. O fluxo de imigrantes letões intensificou-se durante o começo do século XX, e estima-se que mais de três mil letões emigraram para o Brasil a partir de então, estabelecendo-se em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Atualmente, a população brasileira de origem letã alcança 25 mil habitantes, o que constitui a maior comunidade letã na América do Sul.

Em dezembro de 1921, o Brasil reconheceu a independência da Letônia, e voltou a fazê-lo em setembro de 1991, após a dissolução da URSS – embora não tenha o Governo brasileiro jamais aceitado, *de jure*, a anexação do país por Moscou. Os dois países estabeleceram relações diplomáticas formais em julho de 1992.

A grande distância entre os dois países, a gigantesca disparidade entre as dimensões geográfica, política e econômica e o quase generalizado desconhecimento mútuo tornam complexa a tarefa de descobrir veios de expansão do relacionamento bilateral – que, não obstante, tem logrado estabelecer-se em bases positivas, cordiais e promissoras.

Ao Brasil cabe aproximar-se da Letônia em um momento em que aquele país vislumbra novos horizontes em sua política externa, tendo completado com êxito sua plena adesão à comunidade euro-atlântica, com o ingresso na União Europeia (UE) e na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Embora ainda concentrada em seu entorno regional e nos esforços para a adoção do euro, a Letônia tem, pouco a pouco, buscado explorar novas parcerias internacionais, em particular os grandes países

emergentes. Se, em um primeiro momento, buscou adensar as relações – particularmente econômico-comerciais – com China e Índia, o país se volta, agora, para a América Latina, em geral, e o Brasil, em particular.

Para o Brasil, ademais, engajado na estruturação de uma parceria estratégica tanto com a União Europeia quanto com a Rússia e interessado no processo de "redescoberta" do Ártico, o diálogo com a Letônia se revelaria de particular relevância, face a suas identidades como nação a um só tempo europeia e báltica, bem como a seu histórico de relações seculares – embora nem sempre amistosas – com a Rússia, a qual continua a definir (para o bem e para o mal) as linhas gerais da política externa de Riga.

Diante de seu claro desejo de expandir seu relacionamento com o Brasil, as autoridades letãs têm sinalizado interesse em desenvolver laços econômicos e diplomáticos com o país. A decisão da Letônia de copatrocinar o projeto de resolução do G-4 sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2005, e as visitas ao Brasil da Presidenta Vaira Vike-Freiberga, em junho de 2007, e do Primeiro-Ministro Valdis Dombrovskis, em julho de 2011, representaram marcos importantes nesse processo de adensamento do relacionamento bilateral.

O convite para a visita da então Presidenta Vike-Freiberga foi formulado em 2005, como reconhecimento pela decisão letã de copatrocinar o projeto de resolução apresentada pelo G-4. No Brasil, a Presidenta cumpriu programação em São Paulo, Nova Odessa, Rio de Janeiro e Brasília. Acompanharam-na os Ministros das Finanças, da Defesa e da Integração Social, além de delegação empresarial. Em Brasília, Vike-Freiberga foi recebida pelo Presidente Lula da Silva e manteve encontros com os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em Nova Odessa, participou de cerimônia alusiva à imigração letã. Em São Paulo, proferiu palestra na FAAP e participou de seminário de negócios organizado pela FIESP (a delegação empresarial ainda visitou planta produtora de etanol).

Em 2007, Brasil e Letônia assinaram Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, o primeiro ato jurídico bilateral desde 1932. Duas reuniões foram realizadas ao amparo do Memorando, ambas em Riga, em junho de 2008 e outubro de 2009.

Em maio de 2010, o então Ministro da Secretaria de Portos, Pedro Brito, visitou o Porto de Riga, no que constituiu a primeira visita de uma autoridade brasileira de alto nível à Letônia. O Ministro Pedro Brito foi recebido pelo Presidente da República Valdis Zlaters e pelo Primeiro-Ministro Valdis Dombrovskis

O porto de Riga tem sido apresentado pelo Governo letão como opção para a exportação de mercadorias brasileiras aos países bálticos, à Rússia e ao antigo espaço soviético, pela infraestrutura de transportes que une esses países. Quarto maior porto da Europa oriental em volume de carga (atrás de Primorsk, Rússia; Klaipeda, Lituânia; e Tallinn, Estônia), é, ainda, o porto da União Europeia mais próximo a Moscou e o que melhor serve a Belarus, dali partindo as exportações de fosfatos bielorrussos ao Brasil. Tem, ainda, a vantagem adicional de ser navegável o ano todo, ao contrário de muitos dos portos bálticos, que deixam de operar – total ou parcialmente – nos meses de

inverno. O porto vizinho de Ventspils, por fim, possui, segundo o Governo local, o terminal de importação de suco de laranja "mais moderno do mundo".

Em sua visita ao Brasil – a mais recente de autoridade letão de alto nível –, o Primeiro-Ministro Dombrovskis cumpriu agenda em Brasília, Rio de Janeiro, Nova Odessa (cidade paulista que abriga a maior comunidade de imigrantes letões no Brasil), São Paulo (onde se reuniu com o Governador Geraldo Alckmin e com o Presidente da FIESP, além de participar de eventos empresariais) e Santos (onde se assinou memorando de entendimento para "irmanação" dos portos de Santos e Riga).

Em Brasília, reuniu-se com o Vice-Presidente da República; com o Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores; com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel; com o Ministro-Chefe da Secretaria de Portos José Leônidas Cristiano; e com o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

Em abril de 2012, esteve no Brasil o Chanceler Edgars Rinkēvičs, para participar da reunião de alto nível da Parceria para o Governo Aberto (OGP). Em breve encontro com o Ministro Antonio de Aguiar Patriota, reiterou a importância do Brasil para a Letônia e manifestou disposição de seu país em abrir Embaixada residente em Brasília em 2013.

Embaixadas residentes

Questão delicada no relacionamento bilateral surgiu em decorrência da decisão brasileira de abrir Embaixada residente na Estônia, em fins de 2010. Autoridades letãs não se furtaram a mostrar seu descontentamento com a iniciativa brasileira. Em sua perspectiva, a abertura da primeira Embaixada residente do Brasil no Báltico deveria ter contemplado Riga, a maior e mais importante cidade da região, centralmente localizada entre as capitais da Estônia e da Lituânia O próprio Presidente letão abordou o assunto com o Embaixador do Brasil em Estocolmo, no final de 2010.

O Governo brasileiro justificou sua decisão com base na promessa, pelo Governo estoniano, de abrir Embaixada residente em Brasília (ora em vias de instalação).

Em sua visita ao Brasil, em 2011, o Primeiro-Ministro Dombrovskis anunciou a intenção de seu Governo de instalar Embaixada residente em Brasília. Na oportunidade, explicou ao Vice-Presidente Michel Temer que a Letônia vinha empreendendo esforço consciente para aproximar-se dos BRICS (o país conta, no momento, com Embaixadas apenas em Moscou e Pequim).

Em encontro com o Ministro Antonio Patriota também em 2011, o Chanceler Rinkēvičs disse que, para seu Governo, a abertura de Embaixadas residentes em Brasília e Nova Délhi não seria uma questão de "se", mas de "quando", e ponderou que em 2013 Riga poderia dar início a esse processo.

A Letônia conta com três cônsules honorários no Brasil: Brasília, Natal e São Paulo. O Brasil, por sua vez, mantém Cônsul Honorário em Riga. A Embaixada em Estocolmo é responsável por acompanhar os interesses da pequena comunidade brasileira na Letônia (cerca de 30 pessoas).

Comércio bilateral e investimentos

As relações comerciais entre o Brasil e a Letônia, pela sua reduzida expressão, refletem a distância física e a ausência de tradição de intercâmbio entre os dois países. Trata-se de intercâmbio modesto em termos de valor e concentrado em poucos produtos primários, embora a pauta de exportações letãs para o Brasil tenha-se diversificado e incorporado produtos manufaturados, alguns de médio e alto valor agregado.

Cabe observar que, até 2004, as estatísticas do intercâmbio bilateral anotadas pelo MDIC apresentam a anomalia de registrar exportações brasileiras em níveis modestos, em contraste com importações originárias da Letônia desproporcionalmente altas – chegaram a registrar US$ 152 milhões, em 2000, e US$ 238 milhões, em 2001. As cifras discrepantes refletem a importação, pelo Brasil, de óleo diesel de origem russa através de portos letões, impropriamente contabilizada na corrente de comércio com o país báltico. Tais dados nunca apareceram nas estatísticas letãs, cujas tabelas sempre acusaram saldos negativos com o Brasil em todos os exercícios, desde o estabelecimento das relações comerciais, em 1991.

Consciente da pequena escala de seu mercado interno em relação à economia brasileira, o Governo letão tem procurado promover-se como porta de entrada de exportações brasileiras para terceiros países, sugerindo que a Letônia, em razão de sua posição geográfica e de sua *expertise* logística, poderia constituir-se em um *hub* para a entrada de produtos brasileiros com destino a seus vizinhos contíguos (Belarus, Estônia, Lituânia e Rússia), além de outros países, como o Cazaquistão e a Ucrânia. O Porto de Riga, navegável o ano todo, é um dos principais pontos de comercialização de mercadorias com destino aos países da antiga União Soviética, ou dele provenientes.

O auge do intercâmbio comercial ocorreu em 2008, quando atingiu a inédita cifra de US$ 49,7 milhões (US$ 40,8 milhões referente às exportações brasileiras, e US$ 8,9 milhões, às exportações letãs). Desde então, tem-se retraído de forma constante, sob os dramáticos efeitos da crise econômica que atingiu a Letônia no mesmo ano.

Em 2012, as trocas comerciais registraram US$ 21,6 milhões, contra US$ 36,2 milhões em 2011 – o que representa uma contração de -40,3% em um ano, em razão da forte contração das exportações brasileiras, que baixaram de US$ 31,3 milhões (2011) para US$ 16,2milhões (2012). Já as importações originárias da Letônia tiveram ligeiro aumento, de US$ 5 milhões (2011) para US$ 5,4 milhões (2012).

As exportações brasileiras concentraram-se, no ano passado, em bens primários e produtos manufaturados de baixo valor agregado (particularmente utensílios de cozinha e ferramentas). Os cinco principais produtos vendidos à Letônia foram café solúvel (23% da pauta), facas de cozinha (12,3%), amendoins descascados (9,9%), tripas de bovinos (9,7%) e café em grão (7,9%). Dentre os manufaturados, destacam-se carregadoras (5,3%), portas e janelas (4,8%) e calçados (1%).

As importações originárias da Letônia, em contrapartida, concentram-se em produtos manufaturados. Encabeçam a pauta roteadores digitais (11%), fios de alta

tenacidade (10,5%), vodca (9,8%), aparelhos de transmissão de dados (7,6%) e aparelhos elevadores (6,3%). Mencione-se ainda a exportação de partes de motores hidráulicos (5,8%), partes de aparelhos telefônicos (4,5%) e microprocessadores (1,8%).

Durante a visita de Dombrovskis ao Brasil, em 2011, deu-se início à produção de equipamento de comunicações *wireless* conjuntamente pela empresa letã SAF Tehnika e pelas brasileiras WI2B e Siemens Brasil, em Curitiba (PR).

A SAF Tehnika é uma companhia europeia baseada na Letônia que produz e exporta aparelhos de telecomunicação *wireless* para mais de 100 países. O aparelho produzido no Brasil – CFIP Lumina – é um dos mais avançados da companhia, capaz de transmitir até 367 Mbps de informações.

Em junho de 2013, a Embraer anunciou a venda de dois E-Jets para a *Air Lituanica* durante o Salão Aeronáutico de Paris. A operadora vai lançar serviços regulares em 30 de junho, com um E170 arrendado de terceiros. Em julho, a *Air* Lituanica adicionará outro E-Jet, um E175, arrendado da *ECC Leasing Company*, subsidiária integral da Embraer. A companhia operará rotas a partir de Vilnius para Bruxelas, Amsterdã, Berlim, Praga, Munique e Moscou, e pretende adicionar de três a quatro aeronaves para ampliar a frequência, com o objetivo de servir a uma dúzia de rotas europeias a partir de Vilnius em três anos.

Assuntos consulares

A Letônia concede, unilateralmente, isenção de vistos de curta duração para brasileiros desde 2004, em virtude de sua adesão à União Europeia. O Brasil retribui o gesto desde outubro de 2012, quando da entrada em vigor do Acordo com a União Europeia para Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em novembro de 2010.

No Brasil, vivem pouco mais de 25 mil descendentes de letões. Na Letônia, atualmente residem cerca de 30 brasileiros.

Grupo Interparlamentar

Em dezembro de 2010, o Parlamento letão ("*Saeima*") criou o "Grupo para Relações Interparlamentares com o Brasil".

Em abril de 2013, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados aprovou projeto de resolução de autoria do Deputado Júlio Delgado (PSB/MG) para criação do Grupo Interparlamentar Brasil-Estônia & Letônia. A resolução deverá ser ainda submetida ao Plenário da Casa.

Empréstimos e créditos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano da Letônia.

POLÍTICA INTERNA

Organização política

A Letônia é uma República parlamentarista. O Presidente, Chefe de Estado, eleito pelo Parlamento para mandato de quatro anos, exerce atribuições majoritariamente simbólicas. Dentre as poucas funções efetivas de que dispõe estão a iniciativa legislativa e a possibilidade de convocar referendo para dissolver o Parlamento.

O Conselho de Ministros é o principal órgão do Poder Executivo; seu presidente, o Primeiro-Ministro, líder de coalizão majoritária no Parlamento, é apontado pelo Presidente da República e, se confirmado pelo Parlamento, exerce a Chefia do Governo.

O Parlamento (*Saeima*), unicameral, exerce o Poder Legislativo. É formado por 100 deputados eleitos por voto direto proporcional, para mandatos de quatro anos.

Governo atual

Em março de 2009, o *Saeima* confirmou a nomeação feita pelo Presidente da República de Valdis Dombrovskis, do partido Nova Era (JL), como o novo Primeiro-Ministro da Letônia. Dombrovskis, então com 37 anos, o mais jovem Chefe de Governo da Europa, assumiu o cargo em contexto particularmente difícil, ainda sob os efeitos da crise financeira internacional, que atingira em cheio o país. Sua nomeação terá sido motivada por sua formação acadêmica em economia e sua experiência prévia como Ministro das Finanças.

As eleições parlamentares realizadas em outubro de 2010 consagraram, por estreita margem de votos, a vitória da coalizão de centro-direita "Unidade", liderada pelo partido Nova Era, que obteve 31,2% dos votos e 33 das 100 cadeiras em disputa, e confirmou, assim, a permanência de Dombrovskis na chefia do Governo.

Em maio de 2011, poucos dias antes das eleições presidenciais, o Presidente Valdis Zatlers (em final de mandato) propôs, em declaração pública, a convocação de referendo para a dissolução do Parlamento, a primeira vez em que o Chefe de Estado letão exercia tal prerrogativa constitucional. O Presidente justificou sua recomendação como reação a "escândalos de corrupção" envolvendo membros do Parlamento.

Em julho do mesmo ano, o referendo sancionou, por ampla maioria (93,4%), a opção popular pela dissolução do Parlamento. O resultado demonstrou a insatisfação dos cidadãos com seus representantes, mas não chegou a abalar seriamente a permanência de Dombrovskis na chefia do Governo: pendente a realização de novas eleições legislativas, o *Saeima* confirmou-o no cargo, a pedido do Presidente Andris Bērziņš – que fora eleito pelo próprio *Saeima* para a Presidência da República em junho anterior, ocasião em que derrotara Zatlers (gesto por muitos entendidos como "vingança" do Parlamento letão contra o Presidente que propusera sua dissolução).

Com comparecimento às urnas de 55% dos eleitores inscritos, a eleição legislativa realizada em setembro de 2011 resultou em vitória do partido Centro de Harmonia (centro-esquerda; oposição ao Governo Dombrovskis), que obteve 28,4% dos votos. O Partido da Reforma, criado pelo ex-Presidente Zatlers (que tentava retornar ao poder como Premier), recebeu 20,8% dos votos, e a coalizão Unidade, do Primeiro-Ministro Dombrovskis, 18,8%.

A vitória do Centro de Harmonia, liderado pelo então Prefeito de Riga e identificado com a população de origem étnica russa, surpreendeu a maioria dos analistas e foi creditada, em primeiro lugar, à decepção com as legislaturas anteriores, e, em segundo, à suavização do viés pró-russo do partido, que parecia disposto a abrir mão da proposta de tornar o russo segunda língua oficial da Letônia. Outro fator que contribuiu para a votação do partido foi seu menor entusiasmo com a austeridade fiscal do Governo de Dombrovskis.

Apesar da vitória, o Centro de Harmonia não logrou formar base parlamentar para sustentar um Gabinete. A popularidade de Dombrovskis e sua habilidade política permitiram que ele recompusesse sua sustentação no Parlamento mediante composição com o ex-Presidente Zatlers e com a Aliança Nacional (quarto lugar nas eleições, com 13,9%). Mesmo tendo seu partido perdido 13 assentos no *Saeima* em relação às eleições anteriores, Dombrovskis articulou sua permanência na chefia de Governo, e se tornou o mais longevo *Premier* de seu país, com mais de quatro anos à frente do cargo (mesmo considerando o período de "primeira independência" da Letônia, entre 1918 e 1940).

Dombrovskis já anunciou sua intenção de concorrer à reeleição nas eleições parlamentares de 2014.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa letã é caracterizada pelo dinamismo, pautada pela participação ativa em várias organizações internacionais, pela disposição em estender sua influência entre os países vizinhos e no Cáucaso e pelo intenso trabalho diplomático executado pelos titulares da Chefia do Estado e do Governo, de que é emblemático o elevado número de visitas bilaterais realizadas e recebidas pelas autoridades letãs nos últimos anos.

Grande parte da energia da jovem diplomacia letã é canalizada para a administração e a correção das enormes distorções deixadas pela ocupação soviética e pela conseqüente russificação étnica e industrial do país. As preocupações defensivas em relação à Rússia parecem constituir o principal elemento definidor da política externa da Letônia e umas das mais importantes razões a justificar o atual alinhamento do país aos EUA. Membro da OTAN desde 2004, participou ativamente de operações lideradas pela Aliança no Kosovo, no Iraque e no Afeganistão. Atribui à Aliança

Atlântica o papel de garante de sua segurança nacional, particularmente frente à Rússia, com quem tem tido relações conturbadas desde o final da Guerra Fria.

Da mesma forma como a maioria dos outros países oriundos da esfera de influência soviética, a Letônia tem orientado sua política externa para o aprofundamento de relações políticas, econômicas e militares com a União Europeia (UE). Admitida ao bloco em 2004, valoriza, em seu âmbito, os esforços de diálogo com os países do leste do continente ainda não integrados à UE, ao amparo da Política Europeia de Vizinhança.

Seus limitados recursos de poder desautorizam uma política mais ambiciosa, que vá além de seu entorno regional imediato. O país, no entanto, não se furta a participar ativamente em organismos multilaterais, embora quase sempre atrelado às posições estadunidenses e europeias, bem como a uma crescente presença diplomática em países relativamente distantes. Sua rede diplomática, embora limitada, conta com 38 Embaixadas residentes (China e Rússia, dentre os BRICS; nenhuma na América Latina) e nove missões permanentes; Riga, ademais, sedia 36 Embaixadas residentes (nenhuma latino-americana).

Para 2013, as prioridades de política externa anunciadas pelo Governo compreendem as preparações para a Presidência letã da UE em 2015, a adesão ao euro, a manutenção dos fundos de coesão da UE e a transferência de recursos da Política Agrícola Comum (PAC) da UE para os agricultores locais. Caberia mencionar, ainda, a importância que Riga atribui à construção de um relacionamento positivo com a Rússia e à aproximação com os países do leste europeu não membros da UE e da Ásia Central.

ECONOMIA

A Letônia possui uma economia pequena e aberta, cujas exportações contribuem significativamente para a formação de seu PIB. Por conta de sua localização geográfica, serviços de trânsito de mercadorias são altamente desenvolvidos e compõem, juntamente com processamento de madeira, agricultura e produção de aparelhos eletrônicos e maquinários, as principais atividades econômicas do país.

O pacote de reformas implementado pela Letônia desde o final do regime comunista rendeu resultados eficientes de forma acelerada, que resultaram em um crescimento do PIB letão de 50% entre 1995 e 2006, um dos melhores desempenhos econômicos na Europa. O processo de privatizações – praticamente completo na atualidade – e a abertura da economia ao comércio exterior foram os principais responsáveis pela expansão econômica do país nessa "década de ouro".

A evolução da economia, contudo, vinha ocorrendo de forma desordenada. O alto índice de crescimento do PIB era seguido de elevada taxa de inflação (6,5% em 2006), elevado *déficit* em conta corrente (20% do PIB) e índice de endividamento crescente.

Para agravar a situação, os custos trabalhistas da Letônia também foram os que mais cresceram na Europa, em prejuízo das empresas exportadoras e, consequentemente, da já altamente deficitária balança comercial do país (em 2006, o *déficit* comercial foi de 4,27 bilhões de euros). Em 2006, a economia letã já começava a dar claros sinais de superaquecimento. Naquele ano, o crescimento do PIB registrou recorde histórico de 12% – o mais elevado índice de crescimento em toda a União Europeia –, impulsionado pelo incremento de 17,7% do consumo interno, de 8,8% na indústria e de 17,5% na construção civil.

Em 2007, o Governo anunciou ambicioso plano destinado a combater a inflação (reequilíbrio orçamentário, restrição ao crédito e aumento de impostos sobre transações imobiliárias) e diminuir o déficit em conta corrente. As medidas deveriam controlar o crescimento desordenado da economia e provocar a queda da inflação para patamar próximo a 2-3% ao ano até 2011, bem como zerar o déficit orçamentário do país no mesmo período.

As medidas adotadas, contudo, não lograram reverter os desequilíbrios macroeconômicos verificados no país. Embora o ritmo de crescimento da economia tenha diminuído em 2007 (crescimento do PIB de 10,2%), tanto a taxa de inflação oficial (14,1%) quanto o *déficit* em conta corrente (22,8% do PIB) foram superiores aos índices registrados no ano anterior.

Em dezembro de 2008, o FMI e a UE anunciaram programa conjunto de auxílio ao país báltico no valor de US$ 10,5 bilhões. O pacote contemplava severas medidas de ajuste fiscal (principalmente redução de salários no setor público e aumento de impostos sobre o consumo) e monetário (possível desvalorização da moeda local, rompendo com a política de atrelamento ao euro).

A situação macroeconômica se agravou sob as consequências da crise global. Altamente endividada, e Letônia foi atingida em cheio pelo colapso financeiro que se iniciou nos EUA e se alastrou pelo mundo. Em 2008, o PIB encolheu -4,2%; no ano seguinte, o país mergulhou em situação dramática, com uma assustadora queda do PIB de -18%. Em 2010, superada a fase mais aguda da crise global, o país continuou mergulhado na recessão, com retração do PIB de -0,3%. Com sua riqueza reduzida em 25% em menos de três anos, o país é considerado por muitos analistas como o mais duramente atingido pela crise econômica.

A crise provocou redução drástica da inflação (3%, em 2011) e do déficit em conta corrente (o país registrou seu primeiro *superávit* em anos, em 2008), mas elevou o desemprego (14,3%, em 2012) e o endividamento externo (aumento de 100% da dívida entre 2006 e 2009).

Para além dos empréstimos concedidos pelo programa de resgate FMI/UE (concluído em dezembro de 2011), os fundos estruturais do bloco europeu, estimados em 625 milhões de euros, auxiliaram o país a acelerar sua recuperação, proporcionando financiamento para investimentos estatais e privados, no período de 2007-2013.

Embora tenha crescido 5,5% em 2011 e 4,5% em 2012, a economia letã não recuperou o nível pré-crise, a despeito do êxito de seus esforços de recuperação, particularmente no setor exportador – que registrou crescimento de 75% entre 2009 e 2013.

De qualquer forma, em poucos anos a Letônia deixou de ser o pior desastre econômico da UE para converter-se em modelo de sucesso das receitas orçamentárias e reformas estruturais ditadas pelo FMI e pelo bloco europeu. O reconhecimento do feito veio em junho de 2013, quando a Comissão Europeia (CE) reconheceu que o país havia cumprido todos os critérios para ingresso na zona do euro a partir de 2014:

a) *Inflação*: a taxa média na Letônia foi de 1,3% nos últimos 12 meses, bem abaixo do patamar de referência de 2,7%;

b) *Déficit público*: o indicador, que atingiu 8,1% do PIB em2010, caiu para 1,2% em 2012 e deve permanecer nesse mesmo nível em 2013;

c) *Dívida pública*: o índice estabilizou-se em 40,7% do PIB, muito abaixo do patamar de referência de 60%;

d) *Juros*: a taxa média nos últimos 12 meses foi de 3,8%, abaixo do patamar de referência de 5,5%; e;

e) *Taxa de câmbio*: a flutuação da moeda local em relação ao euro não superou 1% nos últimos dois anos.

O parecer favorável da CE deverá ser agora analisado pelo Parlamento e pelo Conselho Europeu, que se reunirá em 27 e 28 de junho corrente. Estima-se que decisão definitiva a respeito seja adotada em julho próximo pelo Conselho de Assuntos Econômicos e Financeiros (ECOFIN).

Para muitos analistas, portanto, a Letônia – assim como os demais países bálticos – oferece exemplo de recuperação da crise e manutenção da paz social. O país, duramente atingido pela recessão, está em franco processo de retomada do crescimento, em claro contraste com países outrora tidos como economicamente mais fortes, a exemplo de Grécia e Portugal, e deverá, em 2013, registrar a maior taxa de crescimento do PIB entre todos os membros da UE.

ANEXOS

Cronologia Histórica

3000 a.C: Povos fino-úgricos se estabelecem na região onde hoje é a Letônia
1201: Após conquista pelos povos germânicos, o território é batizado de Livônia. Riga é fundada pelo bispo Alberto de Livônia
1285: A cidade de Riga torna-se parte da Liga Hanseática, criando laços econômicos e culturais com o resto da Europa
1621: A região é conquistada pela Suécia
1710-1718: Sob o reinado do Tsar Pedro I, a Rússia anexa a região

1913: O porto de Riga passa a ter maior volume de mercadorias do que o de São Petersburgo
1918: Com a Rússia enfraquecida, Letônia declara sua independência no dia 18 de novembro
1921: Letônia é admitida na Liga das Nações
1940: No dia 5 de agosto, a Letônia, juntamente com Lituânia e Estônia, é anexada à ex-URSS
1959: A liderança soviética dissolve o partido comunista da Letônia e destitui os lideres do Governo e os substitui, quase que em sua maioria, por políticos russos
1989: A "perestroika" e o afrouxamento da dominação soviética fazem renascer as elites letãs e o Soviete Supremo letão adota a "Declaração da soberania", dando às leis letãs primazia sobre as soviéticas.
1990: Declarada a independência da Letônia da ex-URSS
1991: Forças militares da URSS tentam, sem sucesso, abafar o movimento de independência
1991: A Letônia volta a introduzir no sistema jurídico parcelas da Constituição de 1922
1994: Rússia e Letônia assinam acordo para a retirada de tropas russas do território letão
2004: Em março, a Letônia torna-se membro da OTAN
2004: Em maio, Letônia ingressa na União Europeia
2007: Em março, após dez anos de negociação, a Letônia assina com a Rússia o tratado de fronteiras, consolidando, assim, seus limites atuais
2008-2010: Crise financeira internacional mergulha a Letônia na recessão
2013: A Comissão Europeia recomenda a adesão da Letônia à zona do euro

Cronologia das Relações Bilaterais

1890: Início da colonização letã no Brasil, em Laguna (SC)
1921: Reconhecimento pelo Brasil da independência da Letônia
1991: Estabelecimento das relações comerciais
1991: Brasil reconhece a separação da Letônia em relação à URSS
2004: Letônia concede, unilateralmente, isenção de vistos de curta duração a cidadãos brasileiros
2005: Letônia decide copatrocinar o projeto de resolução do G-4 sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas
2007: Visita oficial ao Brasil da Presidenta Vaira Veike-Freiberga
2007: Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas
2010: Visita a Riga do Ministro da Secretaria de Portos, Pedro Brito

2010: Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Andris Teikmanis
2011: Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro, Valdis Dombrovskis
2012: Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Edgars Rinkēvičs

Acordos Bilaterais

ACORDO COMERCIAL - assinado em setembro de 1932, em vigor desde janeiro de 1933;
ACORDO DE COOPERAÇÃO CULTURAL - assinado junho de 2008, em vigor desde março de 2010; e
ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO ESPORTIVA - assinado em maio de 2010, em vigor desde junho de 2010.

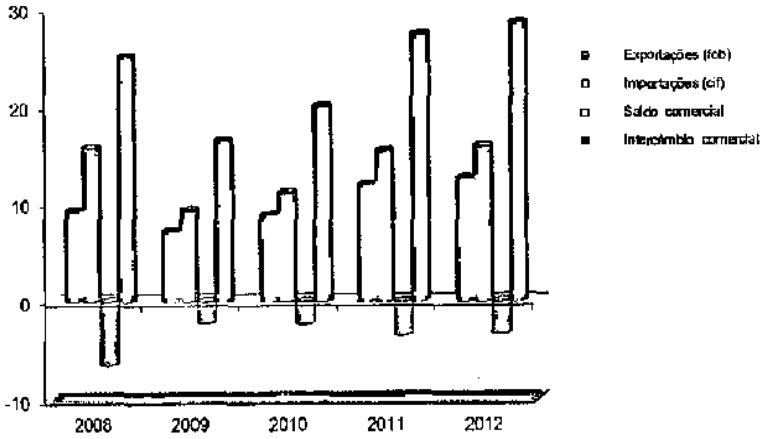
Indicadores econômico-comerciais

LETÔNIA: COMÉRCIO EXTERIOR

US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações (fob)	9,3	7,2	8,9	12,0	12,6
Importações (cif)	15,8	9,3	11,1	15,4	15,9
Saldo comercial	-6,5	-2,2	-2,3	-3,4	-3,3
Intercâmbio comercial	25,1	16,5	20,0	27,4	28,5

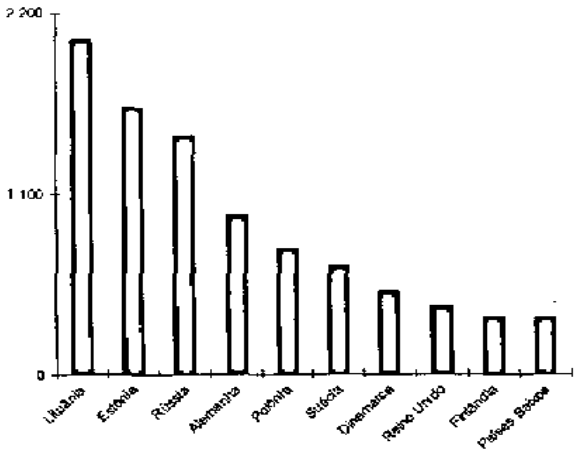
Elaborada pela MRE/DPR/CIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, junho 2013.



LETÔNIA : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ milhões

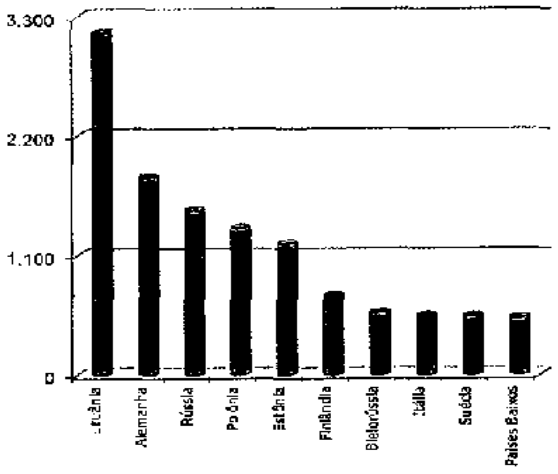
DESCRIÇÃO	2012	% no total
Lituânia	2.033	16,1%
Estônia	1.625	12,9%
Rússia	1.450	11,5%
Alemanha	967	7,7%
Polônia	762	6,0%
Suécia	656	5,2%
Dinamarca	499	4,0%
Reino Unido	412	3,3%
Finlândia	350	2,8%
Países Baixos	337	2,7%
...		
Brasil	***6,43***	***0,1%***
Subtotal	**9.098**	**72,1%**
Outros países	**3.512**	**27,9%**
Total	**12.610**	**100,0%**



LETÔNIA : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ milhões

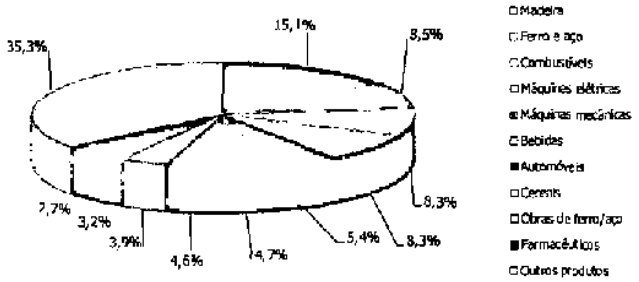
DESCRIÇÃO	2012	% no total
Lituânia	3.148	19,8%
Alemanha	1.819	11,4%
Rússia	1.514	9,5%
Polônia	1.356	8,5%
Estônia	1.212	7,6%
Finlândia	731	4,6%
Bielorússia	575	3,6%
Itália	546	3,4%
Suécia	541	3,4%
Países Baixos	524	3,3%
...		
Brasil	***2,74***	***0,0%***
Subtotal	**11.969**	**75,3%**
Outros países	**3.932**	**24,7%**
Total	**15.901**	**100,0%**



LETÔNIA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ milhões

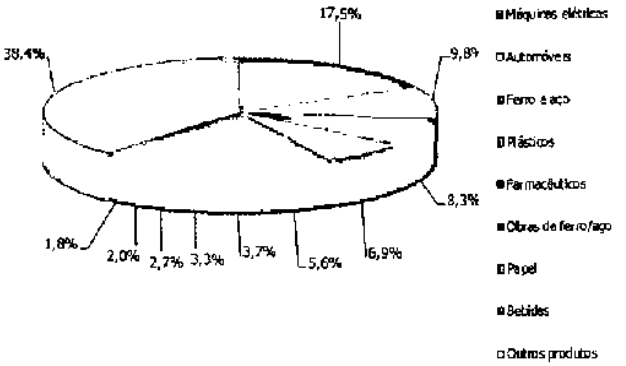
DESCRIÇÃO	2012	% no total
Madeira	1.909	15,1%
Ferro e aço	1.067	8,5%
Combustíveis	1.047	8,3%
Máquinas elétricas	1.046	8,3%
Máquinas mecânicas	677	5,4%
Bebidas	597	4,7%
Automóveis	574	4,6%
Cereais	490	3,9%
Obras de ferro/aço	403	3,2%
Farmacêuticos	344	2,7%
Subtotal	**8.153**	**64,7%**
Outros produtos	**4.457**	**35,3%**
Total	**12.610**	**100,0%**



LETÔNIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

US$ milhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Combustíveis	2.780	17,5%
Máquinas mecânicas	1.566	9,8%
Máquinas elétricas	1.317	8,3%
Automóveis	1.095	6,9%
Ferro e aço	894	5,6%
Plásticos	589	3,7%
Farmacêuticos	524	3,3%
Obras de ferro/aço	427	2,7%
Papel	310	2,0%
Bebidas	289	1,8%
Subtotal	**9.791**	**61,6%**
Outros produtos	**6.110**	**38,4%**
Total	**15.901**	**100,0%**

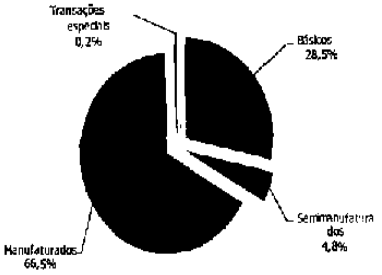


BRASIL-LETÔNIA : EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-mai)	2013 (jan-mai)
Exportações brasileiras	**40,8**	**22,7**	**12,0**	**31,3**	**16,2**	**7,4**	**5,1**
Variação em relação ao ano anterior	52,3%	-44,3%	-47,5%	161,6%	-48,2%	-60,1%	-32,0%
Importações brasileiras	**8,9**	**24,9**	**29,7**	**4,9**	**5,4**	**2,1**	**2,7**
Variação em relação ao ano anterior	341,7%	181,1%	19,2%	-83,3%	9,3%	15,5%	31,5%
Intercâmbio Comercial	**49,7**	**47,7**	**41,7**	**36,2**	**21,6**	**9,5**	**7,8**
Variação em relação ao ano anterior	72,5%	-4,1%	-12,6%	-13,0%	-40,4%	-53,4%	-18,1%
Saldo Comercial	**32,0**	**-2,2**	**-17,7**	**26,3**	**10,8**	**5,3**	**2,3**

BRASIL-LETÔNIA : EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ mil, fob - 2012

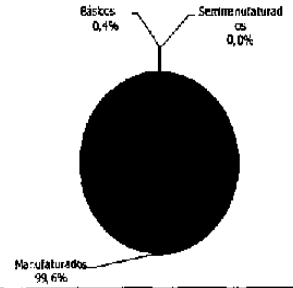
ESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	4.609	28,5%
Semimanufaturados	777	4,8%
Manufaturados	10.773	66,5%
Transações especiais	29	0,2%
Total	**16.188**	**100,0%**



As exportações brasileiras para a Letônia são compostas em sua ma parte por produtos manufaturado que representaram 66,5% do tot em 2012, com destaque para a ver de café solúvel. Os produtos básic classificaram-se em seguida, con 28,5% do total e os semimanufaturados com 4,8%.

Elaborado pela MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

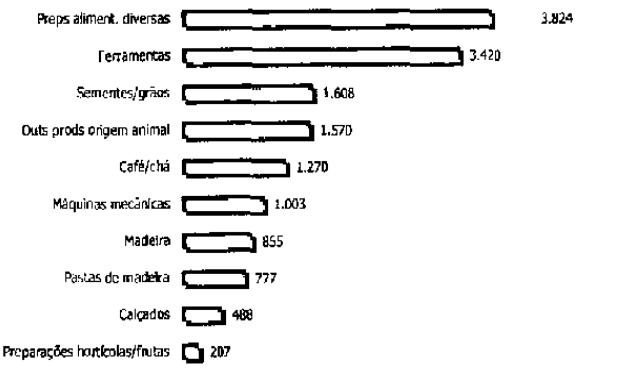
ESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	22	0,4%
Semimanufaturados	0	0,0%
Manufaturados	5.387	99,6%
Transações especiais	---	---
Total	**5.409**	**100,0%**



Pelo lado das importações, obser se que os produtos manufaturad representaram quase a totalidad da pauta, com 99,6%, com destaque para máquinas. Os produtos básicos classificaram-s em seguida, com 0,4%.

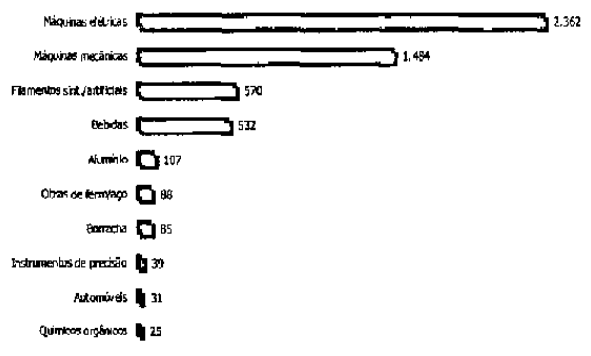
BRASIL-LETÔNIA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Preps aliment. diversas	1.105	3.770	3.824	23,6%
Ferramentas	1.028	2.171	3.420	21,1%
Sementes/grãos	47	125	1.608	9,9%
Outs prods origem animal	0	0	1.570	9,7%
Café/chá	3.213	4.419	1.270	7,8%
Máquinas mecânicas	201	1.109	1.003	6,2%
Madeira	1.031	1.023	855	5,3%
Pastas de madeira	0	1.546	777	4,8%
Calçados	238	456	488	3,0%
Preparações hortícolas/frutas	296	259	207	1,3%
Subtotal	**7.159**	**14.878**	**15.022**	**92,8%**
Outros produtos	**4.795**	**16.396**	**1.165**	**7,2%**
Total	**11.954**	**31.274**	**16.188**	**100,0%**



BRASIL-LETÔNIA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Máquinas elétricas	1.452	3.056	2.362	43,7%
Máquinas mecânicas	1.995	962	1.484	27,4%
Filamentos sint./artificiais	0	0	570	10,5%
Bebidas	0	319	532	9,8%
Alumínio	0	50	107	2,0%
Obras de ferro/aço	18	33	88	1,6%
Borracha	56	159	85	1,6%
Instrumentos de precisão	15	25	39	0,7%
Automóveis	37	78	31	0,6%
Químicos orgânicos	42	34	25	0,5%
Subtotal	**3.615**	**4.716**	**5.321**	**98,4%**
Outros produtos	**26.082**	**231**	**88**	**1,6%**
Total	**29.697**	**4.947**	**5.409**	**100,0%**

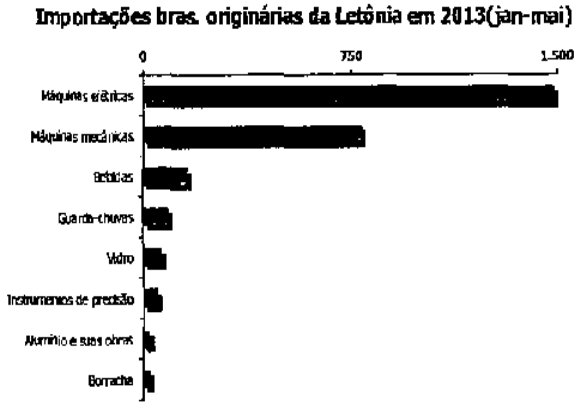


BRASIL-LETÔNIA : COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2012 (jan-mai)	% do total	2013 (jan-mai)	% do total
Exportações				
Outs prods origem animal	0	0,0%	1.576	31,2%
Ferramentas	1.384	18,6%	866	17,1%
Máquinas mecânicas	979	13,2%	493	9,8%
Preps aliment. diversas	1.703	22,9%	483	9,6%
Madeira	432	5,8%	436	8,6%
Café/chá	692	9,3%	321	6,3%
Preparações hortícolas/frutas	28	0,4%	145	2,9%
Frutas	100	1,3%	124	2,5%
Pastas de madeira	524	7,0%	118	2,3%
Calçados	230	3,1%	89	1,8%
Subtotal	**6.072**	**81,7%**	**4.652**	**92,1%**
Outros produtos	**1.362**	**18,3%**	**401**	**7,9%**
Total	**7.434**	**100,0%**	**5.053**	**100,0%**



Importações				
Máquinas elétricas	898	43,0%	1.490	54,3%
Máquinas mecânicas	839	40,2%	788	28,7%
Bebidas	110	5,3%	160	5,8%
Guarda-chuvas	0	0,0%	91	3,3%
Vidro	0	0,0%	67	2,4%
Instrumentos de precisão	29	1,4%	53	1,9%
Alumínio e suas obras	47	2,3%	26	1,0%
Borracha	46	2,2%	25	0,9%
Subtotal	**1.969**	**94,3%**	**2.700**	**98,4%**
Outros produtos	**119**	**5,7%**	**44**	**1,6%**
Total	**2.087**	**100,0%**	**2.744**	**100,0%**



Aviso nº 599 - C. Civil.

Em 14 de agosto de 2013.

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, e, cumulativamente, junto à República da Letônia.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 74, DE 2013
(nº 336/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, e, cumulativamente, junto à República do Uzbequistão.

Os méritos do Senhor Antonio José Vallim Guerreiro que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de agosto de 2013.

EM nº 00228/2013 MRE

Brasília, 21 de Junho de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, e, cumulativamente, junto à República do Uzbequistão.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00228 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 21 de junho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, e, cumulativamente, junto à República do Uzbequistão.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO*
CPF.: 151.048.181-87
ID.: 999 MRE

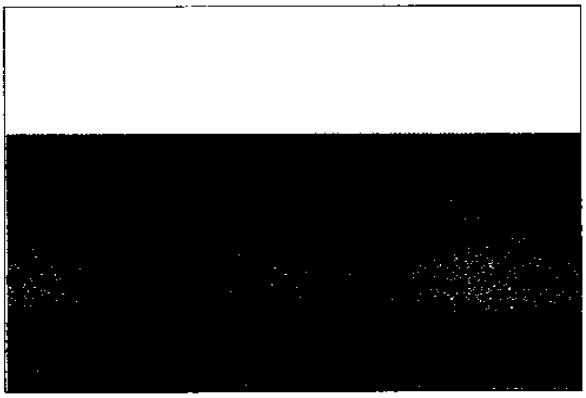
1954	Filho de Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro e Maria da Glória Vallim Guerreiro, nasce em 4 de agosto, em Madri, Espanha (brasileiro de acordo com o Artigo 129, inciso II da Constituição de 1946)
Dados Acadêmicos:	
1974	CPCD - IRBr
1992	CAE - IRBr, As negociações sobre recursos minerais antárticos: um esforço relevante?
Cargos:	
1975	Terceiro-Secretário
1978	Segundo-Secretário
1981	Primeiro-Secretário, por merecimento
1987	Conselheiro, por merecimento
1994	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2001	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1975	Departamento de Organismos Internacionais, Assistente
1975	Divisão de Organismos Internacionais, Assistente
1979	Missão junto à ONU, Nova York, Segundo e Primeiro-Secretário

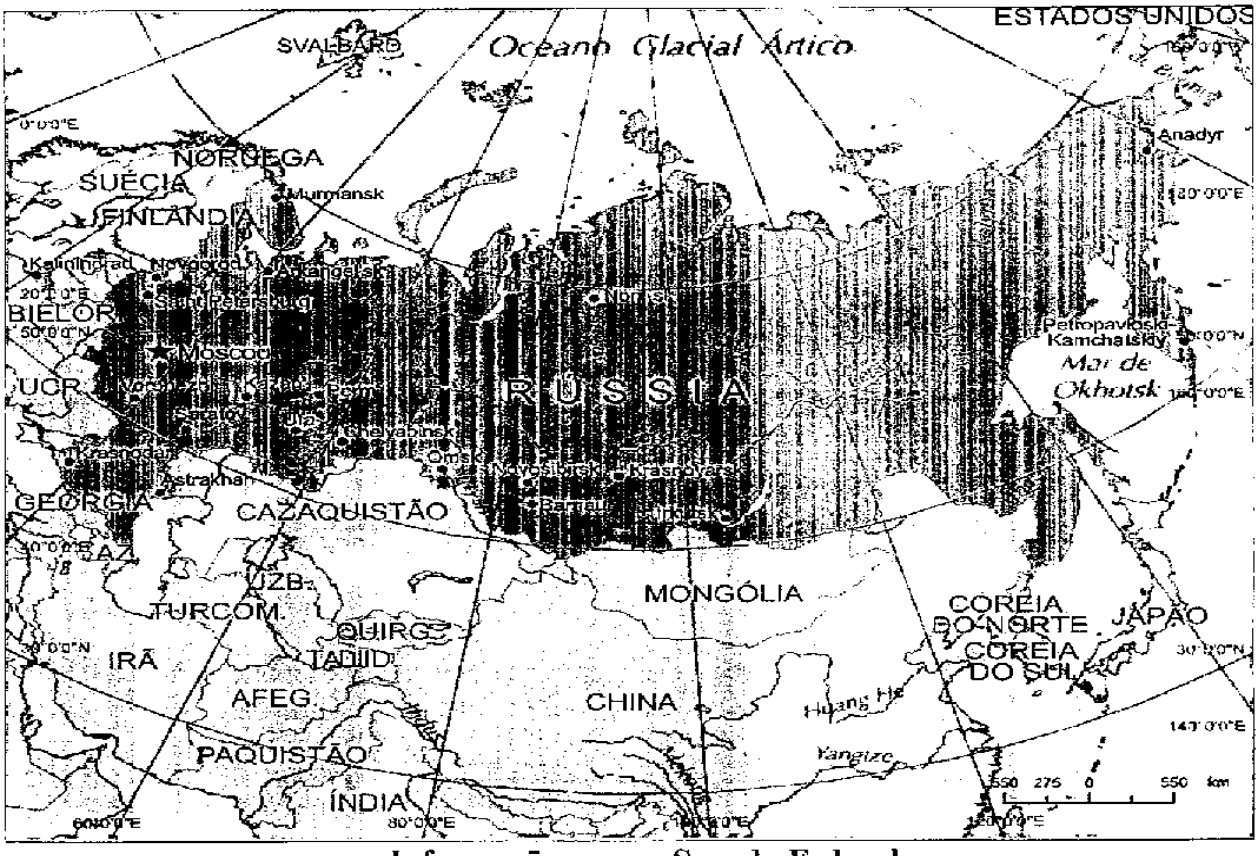
1984	Embaixada no Cairo, Primeiro-Secretário
1987	Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, Chefe
1987	III Período de sessões da negociação sobre Recursos Minerais Antárticos, Montevidéu, Chefe de Delegação
1988	Rodada final das negociações sobre recursos minerais antárticos, Wellington, Chefe de Delegação
1989	Comissão para a Conservação dos Recursos Marinhos Vivos da Antártida, Hobart, Chefe de Delegação
1990	V Conferência Cartográfica para as Américas, Nova York, Chefe de Delegação
1990	Embaixada em Paris, Conselheiro
1993	Divisão de Propriedade Intelectual e Tecnologias Sensíveis, Chefe
1994	Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, Chefe
1995	Comitê Permanente Brasil-Argentina sobre Política Nuclear, Buenos Aires, Chefe de Delegação
1996	Reunião Plenária do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR), Tóquio, Chefe de Delegação
1997	Comitê Brasil-EUA sobre assuntos militares e de segurança, Washington, Chefe de Delegação
1998	Departamento de Temas Especiais, Chefe
1998	Conferência das Nações Unidas sobre o Combate à Desertificação, Dacar, Chefe de Delegação
1999	Comissão de Desenvolvimento Sustentável, Nova York, Chefe de Delegação
1999	Reunião da Agenda Comum Brasil-EUA sobre Meio Ambiente, Washington, Chefe de Delegação
2000	Agenda Comum Brasil-Argentina sobre meio ambiente, Buenos Aires, Chefe de Delegação
2000	Agenda Comum Brasil-EUA sobre meio ambiente, Brasília, Chefe de Delegação
2000	Conferência das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Bonn, Chefe de Delegação
2001	Departamento de Organismos Internacionais, Diretor-Geral
2001	Comitê Brasil-EUA sobre assuntos militares e de segurança, Brasília, Chefe de Delegação
2001	Reunião plenária do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR), Ottawa, Chefe de Delegação
2001	Conferência Geral do Organismo para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe, Cidade do Panamá, Chefe de Delegação
2002	Consultas sobre temas multilaterais com a Chancelaria do Egito, Cairo, Chefe de Delegação
2002	Painel das Nações Unidas sobre a questão dos mísseis em todos seus aspectos, Nova York, Presidente
2003	Comitê Brasil-EUA sobre assuntos militares e de segurança, Washington, Chefe de Delegação
2003	Reunião Plenária do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR), Buenos Aires, Chefe de Delegação
2003	Reunião do Comitê Permanente Brasil-Argentina sobre Política Nuclear, Buenos Aires, Chefe de Delegação
2006	Missão junto à AIEA, Embaixador
2012	Representante Especial junto à Conferência do Desarmamento, Embaixador
Condecorações:	
1988	Medalha Tamandaré, Brasil
1991	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
1996	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
1999	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
2002	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Oficial
2003	Medalha Santos Dumont, Brasil

ANA PAULA SIMÕES SILVA
Diretora, substituta, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RÚSSIA





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Federação da Rússia
CAPITAL:	Moscou
ÁREA:	17.098.242 km² (maior país do mundo; cerca de duas vezes o Brasil)
POPULAÇÃO (2012):	143,1 milhões de habitantes (Brasil: 190 milhões)
IDIOMAS OFICIAIS:	Russo (oficial nacionalmente) e outras 27 línguas regionais
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristãos ortodoxos (42,5%); ateus e sem religião (38%); muçulmanos (6,5%); outros cristãos (4,1%); outras religiões (3,4%); não responderam (5,5%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República federativa semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral: Duma de Estado (450 membros) e Conselho da Federação (166 membros)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Vladimir Vladimirovitch Pútin (desde maio de 2012)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Dmítri Anatolievitch Medvedev (desde maio de 2012)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Embaixador Sergei Lavrov (desde março de 2004)
PIB NOMINAL (2012):	US$ 2,02 trilhões (Brasil: US$2,40 trilhões)
PIB PPP (2012):	US$ 2,51 trilhões (Brasil: US$2,36 trilhões)
PIB NOMINAL PER CAPITA (2011):	US$ 14.247 (Brasil: US$ 12.079)
PIB PPP PER CAPITA (2011):	US$ 17.709 (Brasil: US$ 11.875)
VARIAÇÃO DO PIB:	3,4% (est. 2013); 3,4% (2012); 4,3% (2011); 4,5% (2010); -7,8% (2009); 5,2% (2008)
IDH - ÍNDICE DE DESENV. HUMANO:	0,788 (54° entre 185 países; Brasil é 84°, com 0,730)
EXPECTATIVA DE VIDA:	69,1 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO:	99,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2011):	6,6%
UNIDADE MONETÁRIA:	Rublo
EMBAIXADOR NO BRASIL:	Sergei Akopov
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	800 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL COMPARADO (US$ milhões)

BRASIL → RÚSSIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (Abril)
Intercâmbio	**2.055,4**	**2.466,1**	**3.639,6**	**4.386,0**	**5.451,4**	**7.985,0**	**4.280,7**	**6.069,1**	**7.210,6**	**5.931,5**	**1.755,9**
Exportações	1.500,2	1.658,1	2.917,4	3.443,4	3.741,3	4.653,0	2.868,6	4.152,0	4.216,3	3.140,8	1.023,8
Importações	555,2	808,0	722,1	942,6	1.710,1	3.332,0	1.412,1	1.917,1	2.994,3	2.790,7	732,1
Saldo	945,1	850,0	2.195,3	2.500,9	2.031,2	1.321,0	1.456,5	2.241,3	1.222,0	350,1	291,7

PERFIS BIOGRÁFICOS

VLADIMIR VLADIMIROVITCH PÚTIN
Presidente

Vladimir Pútin nasceu em 7/10/1952, em Leningrado (hoje São Petersburgo) e graduou-se em Direito, pela Universidade Estatal de Leningrado, em 1975.

No mesmo ano, ingressou na KGB ("Comitê para a Segurança do Estado"), a agência de segurança da União Soviética. Pútin trabalhou na KGB entre 1985 e 1990, em Dresden, na República Democrática Alemã. Após a reunificação da Alemanha, retornou a Leningrado, onde trabalhou na Universidade Estatal. Em junho de 1991, o Prefeito de São Petersburgo, Anatóli Sobtchak, nomeou-o para a chefia da Comissão de Relações Exteriores da prefeitura.

Em 1996, após a derrota eleitoral de Sobtchak, Pútin transferiu-se para Moscou, onde passou a trabalhar como Vice-Diretor do Departamento de Administração das Propriedades da Presidência e, em seguida, como Vice-Chefe de Gabinete da Presidência. Em julho de 1998, o Presidente Iéltsin tornou-o Diretor do Serviço Federal de Segurança (FSB) e, em agosto de 1999, nomeou-o Primeiro-Ministro. Com a renúncia de Iéltsin em 31/12/1999, tornou-se Presidente em exercício e, em março de 2000, venceu as eleições presidenciais, com 53% dos votos.

Em 2004, Pútin foi reeleito com o apoio de 71% do eleitorado. Seus dois primeiros mandatos foram marcados pelo fim da guerra na Tchetchênia, pela reestruturação e recuperação econômica do país (com fortalecimento do setor estatal e ênfase na exportação de recursos energéticos) e pelo fortalecimento do poder central em relação às demais instâncias de poder.

Impedido constitucionalmente de disputar um 3° mandato em 2008, Pútin lançou a candidatura de Dmítri Medvedev, que venceu com 71% dos votos. Durante todo o mandato de Medvedev, Pútin voltou a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro. Apesar do surgimento de grandes manifestações populares de oposição, Pútin voltou a eleger-se Presidente em março de 2012, com mais de 63% dos votos.

DMÍTRI ANATOLIEVITCH MEDVEDEV
Primeiro-Ministro

O Primeiro-Ministro nasceu em 14/12/1965, em São Petersburgo, e graduou-se em Direito pela Universidade de Leningrado, em 1987. Iniciou sua atividade política na primeira metade dos anos 1990 como assessor do Prefeito de São Petersburgo, Anatóli Sobtchak. Nesse contexto, conheceu Vladimir Pútin, de quem se tornou assessor direto na Comissão de Relações Exteriores da prefeitura de São Petersburgo.

Em 1999, após a renúncia de Bóris Iéltsin e a assunção de Pútin como Presidente provisório, Medvedev foi alçado ao Gabinete presidencial. Em 2000, foi diretor da primeira campanha presidencial de Pútin e tornou-se membro do Conselho Executivo da Gazprom (em 2002, assumiria a Direção-Geral da companhia). Em 2005, foi designado Vice-Primeiro-Ministro. Em 2008, com o apoio de Pútin (impedido de candidatar-se a uma segunda reeleição consecutiva), elegeu-se Presidente pelo partido governista, com 71% dos votos. Conduziu a Rússia à vitória no breve conflito com a Geórgia, no mesmo ano, e levou o país à recuperação econômica após a crise financeira de 2008-2009. Foi com o Brasil um dos protagonistas na criação e consolidação dos BRICS e logrou concluir o processo de acessão da Rússia à OMC em 2011.

Com a eleição de Vladimir Pútin à Presidência, foi nomeado, no dia 8 de maio de 2012, Primeiro-Ministro. Em sua gestão, deverá ser o principal articulador das tratativas com o Parlamento sobre reformas de modernização da economia e do aparato estatal. Além disso, pela experiência acumulada como Chefe de Estado, será o encarregado de representar a Rússia em parcela considerável da agenda internacional — como se deu na última cúpula do G-8 (Camp David, 19 de maio) e na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

SERGEI VICTOROVICH LAVROV
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Sergei Lavrov nasceu em Moscou, em 21 de março de 1950. Diplomata de carreira graduou-se em 1972 pelo Instituto de Relações Internacionais de Moscou, ingressando imediatamente no Serviço Exterior soviético.

Excetuado um breve período na Embaixada em Colombo, Sri Lanka, entre 1972 e 1976, dedicou toda a sua carreira ao multilateralismo. Entre 1976 e 1981, trabalhou no Departamento de Organismos Internacionais, na Chancelaria, e, entre 1981 e 1988, esteve lotado na Missão da União Soviética junto às Nações Unidas, em Nova York, como Primeiro Secretário e Conselheiro.

Retornou a Moscou, em 1988, como subchefe do Departamento de Relações Econômicas Internacionais, e, em 1990, regressou ao Departamento de Organismos Internacionais, como Diretor.

Entre 1992 e 1994, ocupou o posto de Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, na gestão de Andrei Kozirev. Nos dez anos seguintes, entre 1994 e 2004, foi Representante Permanente da Rússia junto às Nações Unidas.

Em março de 2004, na presidência de Vladimir Pútin, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros, cargo no qual permanece até hoje.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Rússia estabeleceram relações diplomáticas em 3 de outubro de 1828. Entre 1828 e 1917, foram mantidos laços formais, mas a distância geográfica, as dificuldades de comunicação e as próprias conjunturas históricas dos dois países não favoreceram uma maior aproximação. Após 1917, ano da Revolução Russa, as divergências ideológicas paralisaram o pleno desenvolvimento das relações, que se viram interrompidas em duas ocasiões (1918-1945 e 1947-1961).

Em 1961, no Governo parlamentarista de Hermes Lima, e nos anos seguintes, na persistência da Guerra Fria, as relações vão desenvolver-se, sobretudo, no campo comercial, com base em mecanismos de comércio compensado.

O escopo do relacionamento começa a ampliar-se no contexto dos processos paralelos de redemocratização do Brasil e da abertura política da URSS, com a *perestroika* de Mikhail Gorbatchov. O principal marco político desse processo foi a visita do então Presidente José Sarney à URSS – a primeira de um Chefe de Estado brasileiro –, em outubro de 1988. Com a derrocada do comunismo e o fim da URSS, o relacionamento bilateral intensificou-se, e tornou-se ainda mais próximo à medida que o Brasil assemelhava-se à Rússia como país de grande influência tanto em seu entorno imediato quanto no contexto global.

Nos últimos anos, a tentativa de redefinir a identidade da Rússia como "potência emergente" tem intensificado sua aproximação com países como o Brasil, junto ao qual a Rússia desempenhou papel protagônico na criação do grupamento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). A Rússia também tem defendido maior protagonismo dos BRICS, o que aumenta as perspectivas de cooperação com o Brasil.

A coordenação política do relacionamento bilateral dá-se, sobretudo, por meio da Comissão de Alto Nível de Cooperação (copresidida pelo Vice-Presidente da República brasileiro e pelo Primeiro-Ministro russo), que se reuniu pela última vez em 16 de maio de 2011.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, mantém diálogo frequente com o Chanceler Sergei Lavrov sobre os principais temas da agenda internacional (notadamente os de paz e segurança). Para além do diálogo político, a agenda bilateral comporta importante componente de cooperação em áreas como a ciência e tecnologia, a Defesa e os usos pacíficos do espaço exterior.

O Brasil manteve postura positiva nas negociações para o acesso russo à Organização Mundial do Comércio OMC (chegou a realizar pronunciamento em nome dos demais BRICS em favor do pleito russo).

Em 2008, as duas partes reiteraram o objetivo, anunciado originalmente por ocasião da visita do Presidente Pútin ao Brasil, em 2004,

de elevar o comércio bilateral a US$ 10 bilhões (o máximo a que se chegou foram US$ 7,9 bilhões em 2008). O saldo comercial é favorável ao Brasil. Na pauta de exportações brasileiras, predominam o açúcar e as carnes (cerca de 80% da pauta); nas importações, os fertilizantes e os derivados de petróleo (cerca de 80% da pauta).

Em 2010, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajou à Rússia.

Em 2011, o Vice-Presidente Michel Temer viajou a Moscou.

Em dezembro de 2012, realizou visita oficial à Rússia a Presidenta Dilma Rousseff. Na viagem, a Presidenta da República foi acompanhada pelo Chanceler Antonio de Aguiar Patriota; pelos Ministros da Defesa, da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e da Secretaria de Comunicação; pelo Senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB/SC); pelo Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro; pela Presidenta da Petrobras, Maria das Graças Foster; e pelo Diretor-Geral da Escola de Teatro Bolshoi do Brasil, Pavel Kazaryan.

Em fevereiro de 2013, o Presidente da Rússia, Dmitri Medvedev, visitou oficialmente Brasília.

Em junho de 103, comitiva da Câmara dos Deputados, chefiada pelo Presidente daquela Casa legislativa, Deputado Henrique Eduardo Alves, realizou visita oficial a Moscou e a São Petersburgo.

Assuntos consulares

O setor consular da Embaixada do Brasil em Moscou presta o apoio necessário à comunidade brasileira no país, juntamente com um Consulado Honorário, sediado em São Petersburgo.

Estima-se haver cerca de 800 brasileiros estabelecidos na jurisdição da Embaixada. Não há, no momento, detentos brasileiros na Rússia.

O número de brasileiros residentes na Rússia tem crescido nos últimos quatro anos, devido à maior presença de estudantes brasileiros em universidades russas, especialmente nas cidades de Kursk e de Belgorod, próximas à fronteira com a Ucrânia.

Empréstimos e créditos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano da Federação da Rússia.

POLÍTICA INTERNA

No plano da política interna, o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) representou grandes transformações à Rússia durante a década de 1990. Os principais marcos desse período foram a tentativa de golpe de Estado em 1993, a guerra civil na Chechênia e a grave crise econômica de 1998. Em resposta à tentativa de golpe, o então Presidente Iéltsin fez aprovar, ainda em 1993, nova Constituição que fortaleceu consideravelmente os poderes da Presidência (incluindo a prerrogativa de dissolver a Câmara Baixa do Parlamento).

De acordo com a Constituição de 1993, a Federação da Rússia é um Estado federal democrático com forma de governo republicana, em que vigora o princípio da separação de poderes. A Federação russa é composta de Repúblicas, territórios, regiões, cidades com status de Unidade da Federação (Moscou e São Petersburgo), regiões autônomas e áreas autônomas. Atualmente, a Federação da Rússia compõe-se de oitenta e três unidades. São titulares do Poder Público o Presidente, a Assembleia Federal (Conselho da Federação e Duma de Estado), o Governo e os tribunais da Federação da Rússia. O titular da soberania e única fonte de poder na Rússia, na expressão consagrada na Constituição Federal, é seu "povo multinacional". O russo é a língua oficial em todo o território da Federação da Rússia, e às Repúblicas constituintes é reconhecido o direito de estabelecer suas línguas oficiais, sem prejuízo da língua russa.

A Carta Magna de 1993 estruturou o Poder Legislativo em formato bicameral. A Câmara Alta do Parlamento é o Conselho da Federação, que se compõe de dois representantes de cada unidade federativa, perfazendo, atualmente, o total de 166 membros. São eleitos de forma indireta (um pelo Poder Legislativo da respectiva unidade, outro nomeado pelo Poder Executivo central, a referendo do Legislativo local) para mandatos cuja extensão varia segundo as legislações de cada unidade federativa. A Câmara Baixa do Parlamento é a Duma de Estado, que dispõe de 450 representantes eleitos diretamente para mandatos de cinco anos.

Com a renúncia de Iéltsin, em 31 de dezembro de 1999, Vladimir Pútin tornou-se Presidente em exercício, vencendo as eleições presidenciais de março de 2000, com 53% dos votos. Em 2004, Pútin foi reeleito com o apoio de 71% do eleitorado. Em contraposição à instabilidade política e socioeconômica dos anos 1990, seus dois primeiros mandatos foram marcados pelo fim da guerra na Chechênia, pela reestruturação e recuperação econômica do país (com fortalecimento do setor estatal e ênfase na exportação de recursos energéticos) e pelo fortalecimento do poder central.

Diante da proibição constitucional a sua candidatura a um terceiro mandato consecutivo, Pútin favoreceu a escolha de Dmítri Medvedev como candidato presidencial do partido governante, o Rússia

Unida, em 2008. Medvedev elegeu-se com 71% dos votos. Em sua gestão, buscou desenvolver projetos de cunho mais liberal, dando prioridade a programa de modernização da economia russa, de modo a reduzir sua dependência das exportações de petróleo e gás. Medvedev conduziu a Rússia à vitória no breve conflito com a Geórgia, em 2008, e levou o país à recuperação econômica após a eclosão da crise financeira internacional.

Em 7 de maio de 2012, Vladimir Pútin assumiu a Presidência pela terceira vez, com 63,6% dos votos. A eleição deu-se em meio a protestos expressivos contra o sistema político vigente. Liderança incontrastável na Rússia, Pútin goza de popularidade, sobretudo, entre os eleitores mais pobres, os habitantes das regiões industriais e produtoras de recursos minerais, e as populações muçulmanas e do extremo oriente. Em todos esses setores persiste o apelo de sua plataforma nacionalista, que, apesar das críticas de setores mais liberais, logrou estancar a instabilidade dos anos 1990.

O ex-Presidente Dmítri Medvedev foi nomeado Primeiro-Ministro, em 8 de maio de 2012. Desde então, arrefeceram os grandes protestos do inverno setentrional, mas obteve grande repercussão internacional a condenação a dois anos de prisão, por "tumulto provocado pelo ódio religioso", das integrantes da banda feminista de pop-rock "*Pussy Riot*". Paralelamente, o Governo fez aprovar leis que impõem maiores restrições à realização de grandes atos públicos e aumentam o controle sobre ONGs que recebem recursos do exterior.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa russa caracteriza-se (1) pela busca da preservação da influência de Moscou no espaço pós-soviético (e.g., por iniciativas de integração econômica); (2) pela construção de relacionamento mais harmônico com a Europa Ocidental (espaço considerado "estratégico", onde, no entanto, persistem desconfianças em relação à Rússia); (3) pelo equacionamento das diferenças que persistem com os EUA e a promoção de agenda que privilegie as convergências com Washington (e.g., no combate ao terrorismo); e (4) pela promoção de mecanismos que fortaleçam a voz das grandes potências emergentes, como o BRICS.

Nos últimos anos, o relacionamento com o ocidente passou por momentos de particular tensão durante a guerra da Geórgia (2008) e em razão da decisão dos EUA de construir escudos antimísseis na Europa Oriental. Desde o início do primeiro Governo Obama, porém, EUA e Rússia vêm realizando esforço de equacionar suas diferenças. Muito embora tenha havido êxitos nesse âmbito (assinatura de novo acordo bilateral de desarmamento e controle nuclear, o START-III), ainda

persistem diferenças (notadamente a resolução norte-americana de construir o escudo antimíssil).

Uma das prioridades da política externa do terceiro mandato do Presidente Pútin é a integração do espaço pós-soviético numa *comunidade euroasiática*. Nesse sentido, já nas primeiras semanas no cargo, Pútin foi o anfitrião de cúpula da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (aliança militar que congrega, além da Rússia, Armênia, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão) e de cúpula da Comunidade dos Estados Independentes (mecanismo de integração que substituiu a URSS). Sua primeira visita ao exterior foi à vizinha e aliada Belarus, ao que se seguiram visitas ao Uzbequistão, Cazaquistão e Ucrânia (além de Alemanha, França e China).

Entre 2 e 9 de setembro de 2012, a Rússia sediou a reunião de cúpula do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, em Vladivostok, evento no qual o Governo russo despendeu enormes quantidades de recursos e esforços. A realização do evento na Rússia sinaliza a busca de maior integração do país com ao extremo Oriente.

Economia, comércio e investimentos

Em 2012, a economia cresceu 3,7%, a uma inflação de 5,1%. O país alcançou superávit comercial de US$ 146 bilhões (exportações de US$ 392 bilhões e importações de US$ 246 bilhões, no período de janeiro a setembro de 2012), apresentou reduzida dívida soberana (27% do PIB), superávit fiscal de 0,8% do PIB e contínuo acúmulo de reservas internacionais (US$ 524,3 bilhões). A despeito disso, registra-se problema persistente de fuga de capitais, que alcançou US$ 84,2 bilhões em 2011.

Os dados positivos devem-se, sobretudo, ao bom desempenho dos setores de petróleo e gás natural, responsáveis por cerca de 40% do orçamento público federal e 70% das exportações. O Governo planeja reduzir essa dependência por meio da modernização e diversificação do tecido produtivo nacional. Com esse intuito, vem dando prioridade aos seguintes projetos: atualização do ordenamento jurídico e dos marcos regulatórios; criação de uma espécie de "Vale do Silício" russo na região de Skolkovo; e transformação de Moscou num centro financeiro de expressão mundial.

No primeiro semestre de 2012, a economia da Rússia apresentou crescimento da ordem de 4,4%, com a previsão de que esse número chegue a 6,0%, até o final do ano. A inflação, nesse período, foi a de 3,2%. O desemprego permanece reduzido, a 5,4%.

A Rússia continua sofrendo acentuada saída líquida de capital privado (US$ 43,4 bilhões apenas no primeiro semestre de 2012). O Governo tem tentado atrair investimentos externos, mas ainda é pouco animadora a percepção dos investidores estrangeiros sobre o ambiente de negócios na Rússia. Nesse cenário, os investimentos externos diretos (IED) no primeiro semestre foram de US$ 7,7 bilhões, segundo dados não oficiais, valor que pode ser considerado baixo, dadas as dimensões da economia russa. Ainda assim, representa 10,2% de incremento sobre o ano anterior.

ANEXO I – CRONOLOGIA HISTÓRICA DA RÚSSIA

1894 – Morte de Alexandre III. Ascensão ao trono de Nicolau II.
1904 – Guerra russo-japonesa.
1905 – Início da Revolução Russa
1914 – Primeira Guerra Mundial. A Rússia combate ao lado da França e do Reino Unido em defesa de sua aliada Sérvia.
1917 – Revolução de Outubro. Fim da monarquia e implantação do socialismo. Armistício com a Alemanha. Início da guerra civil entre o Exército Vermelho e as forças contrarrevolucionárias.
1921 – Fim da Guerra Civil, com vitória do Exército Vermelho.
1922 – Criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
1923 – Adoção de nova Constituição.
1924 – Morte de Lênin. Stálin vence disputa pelo poder contra Trótski.
1929 – Stálin torna-se ditador absoluto.
1936 – Nova constituição outorgada por Stálin.
1937-1938 – Auge da repressão stalinista com os Grandes Expurgos.
1939 – Assinatura do Pacto Ribbentrop-Molotov de não agressão com a Alemanha. Início da Segunda Guerra Mundial.
1941 – Invasão da URSS pela Alemanha.
1945 – Vitória na Segunda Guerra Mundial. Ocupação de Berlim e da Europa Oriental pelo Exército Vermelho. Stálin participa das conferências de Ialta e Potsdam, que dividem a Europa em zonas de influência ocidental e soviética.

1949 - A União Soviética cria o COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua) juntamente com países de orientação socialista.
1950 – Início da Guerra Fria.
1953 – Morte de Stálin e ascensão de Khruschov.
1955 – Assinatura do Pacto de Varsóvia, aliança militar que congregava a União Soviética, a Alemanha Oriental, a Bulgária, a Polônia, a Romênia, a Albânia e a Tchecoslováquia.
1956 – 20° Congresso do Partido Comunista da URSS. Discurso secreto de Khruschov sobre *o culto à personalidade e suas consequências* em denúncia à repressão stalinista. Início do processo de *coexistência pacífica* com o Ocidente.
1957 – Lançamento do primeiro satélite artificial, o *Sputnik*.
1962 – Crise dos mísseis de Cuba.
1964 – Ascensão de Leonid Brejnev.
1979 – Invasão do Afeganistão pela URSS.
1982 – Morte de Brejnev.
1985 – Assume Mikhail Gorbatchov.
1986 – Gorbatchov lança a *glasnost* e a *perestroika*.
1988 – Gorbatchov é eleito Presidente da República.
1989 – Realizadas as primeiras eleições livres para a escolha do Congresso dos Deputados do Povo.
1991 – Golpe de Estado malogrado contra Gorbatchov. Em 26 de dezembro, a URSS é dissolvida. A Rússia ressurge como Estado independente.
1994 – Primeira Guerra da Chechênia.
1999 – Vladimir Pútin assume o cargo de Primeiro-Ministro. Segunda Guerra da Chechênia.
2000 – Pútin assume a presidência da Federação da Rússia.
2004 – Pútin é reeleito a Presidente da Federação da Rússia.
2008 – Eleição à presidência de Dmitri Medvedev. Conflito com a Geórgia. Reconhecimento, pela Rússia, da independência das regiões georgianas separatistas da Ossétia do Sul e Abecásia.
2012 – Pútin é eleito, pela terceira vez, Presidente da Federação da Rússia.

ANEXO II - CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-RÚSSIA

03/10/1828 - Estabelecimento de relações diplomáticas.
1917 - Rompimento de relações diplomáticas, em decorrência do não reconhecimento do Governo de Vladimir Lênin.
02/04/1945 - Restabelecimento de relações diplomáticas.
20/10/1947 - Novo rompimento de relações diplomáticas, em decorrência de artigos críticos, no jornal oficial *Pravda*, à proscrição, no Brasil, do Partido Comunista.
23/11/1961 - Restabelecimento de relações diplomáticas.
10/12/1985 - Acordo de Cooperação Econômica e Técnica (promulgado em 21/12/1988).
17 a 21/10/1988 - Visita do Presidente José Sarney à URSS, a primeira visita oficial de Chefe de Estado brasileiro.
22/01/1993 - Acordo sobre Serviços Aéreos (promulgado em 07/11/1995).
15/09/1994 - Acordo de Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (promulgado em 26/08/1998).
21/11/1997 - Constituição da Comissão Mista Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação. Assinatura de Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (promulgado em 18/01/2000), Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos (promulgado em 14/10/2002) e Acordo sobre Cooperação Cultural e Educacional (promulgado em 02/09/1999).
15/03/2000 - Fundação da Escola do Teatro Bolshoi em Joinville, Santa Catarina – a única escola do Balé Bolshoi fora da Rússia.
21/06/2000 - Primeira Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia.
25/09/2001 - Segunda Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia.
13/01/2002 - Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Rússia.
19/02/2004 - Terceira Reunião da Comissão Intergovernamental.
09/10/2004 - Visita oficial do Vice-Presidente José Alencar Gomes da Silva.
22/11/2004 - Visita do Presidente Vladimir Pútin ao Brasil. Primeira visita de um Chefe de Estado da Federação da Rússia ao país. Assinatura de Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.
03/10/2005 - Quarta Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia.
18/10/2005 - Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia.

04/04/2006 - IV Reunião da Comissão de Alto Nível Brasil-Rússia, em Brasília.
25/12/2008 - Visita oficial ao Brasil do Presidente Dmítri Medvedev.
14/05/2010 - Visita oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Adoção do *Plano de Ação da Parceria Estratégica*.
17/05/2011 - Visita do Vice-Presidente Michel Temer a Moscou.
13-14/12/2012 - Visita oficial da Presidenta Dilma Rousseff a Moscou.
19-21/02/2013 - Visita oficial do Presidente da Rússia, Dmítri Medvedev, a Brasília.
16-22/06/2013 - Visita oficial da Câmara dos Deputados, chefiada pelo Presidente daquela Casa, Henrique Alves, a Moscou e São Petersburgo.

Anexo III - Atos Bilaterais

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo sobre Serviços Aéreos	22/01/1993	07/09/1995
Acordo de Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	15/09/1994	27/03/1996
Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	21/11/1997	30/09/1999
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	21/11/1997	25/07/1999
Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos	21/11/1997	13/08/2002
Acordo sobre Cooperação na Área da Proteção da Saúde Animal	23/04/1999	19/10/2000
Acordo sobre Cooperação na Área da Quarentena Vegetal	22/06/2000	Não está em vigor; aguarda aprovação pelo Legislativo russo
Acordo sobre Cooperação na Área de Turismo	12/12/2001	12/12/2007
Tratado de Extradição	14/01/2002	01/01/2007

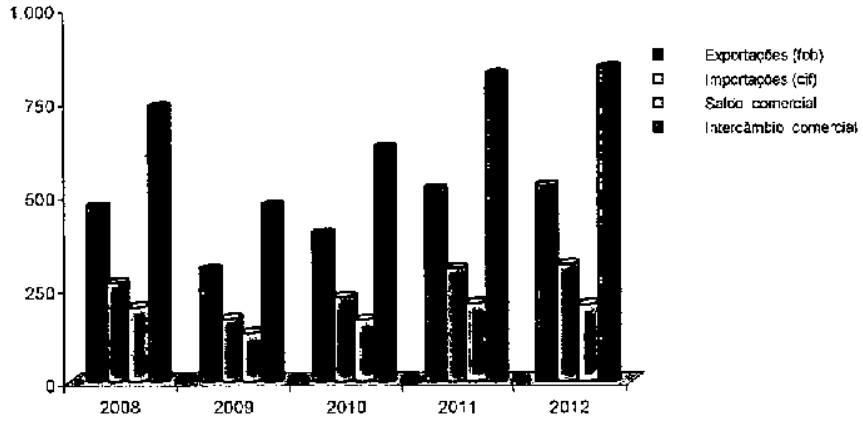
Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	22/11/2004	Não está em vigor; Texto está sob análise da Casa Civil
Acordo de Cooperação na Área da Cultura Física e Esporte	22/11/2004	22/11/2004
Acordo sobre Proteção Mútua de Tecnologia Associada à Cooperação na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos	14/12/2006	Não está em vigor; tramitação sustada devido a conflito com a nova Lei de Acesso à Informação (2011)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas	13/08/2008	20/02/2011
Acordo entre o Brasil e a Rússia para a Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia	26/11/2008	07/06/2010
Acordo entre o Brasil e a Rússia sobre Cooperação Técnico-Militar	26/11/2008	26/06/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua da Propriedade Intelectual e Outros Resultados da Atividade Intelectual Utilizados e Obtidos no Curso da Cooperação Técnico-Militar Bilateral	14/05/2010	Não está em vigor; tramitação sustada devido a conflito com a nova Lei de Acesso à Informação (2011)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Cooperação no Campo da Segurança Internacional da Informação e da Comunicação	14/05/2010	Não está em vigor; texto está sob análise da Casa Civil

ANEXO IV – DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

RÚSSIA: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações (fob)	468	302	397	517	525
Importações (cif)	267	170	229	306	316
Saldo comercial	201	132	168	211	209
Intercâmbio comercial	735	472	626	823	841

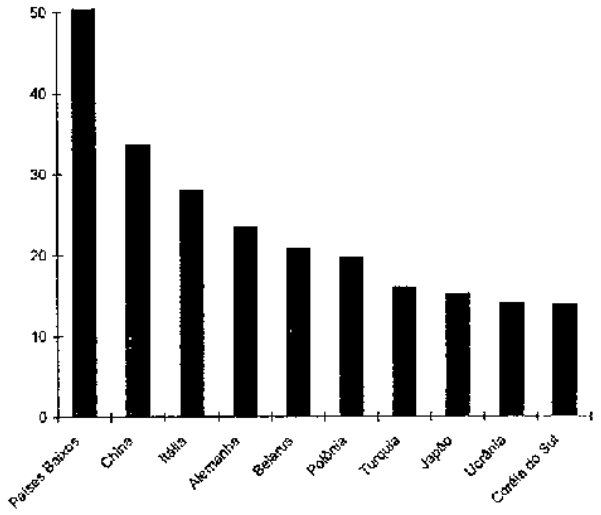
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, May 2013.



O comércio exterior da Rússia apresentou, em 2012, variação de 14% em relação a 2008, de US$ 735 bilhões para US$ 841 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2011, a Rússia figurou como o 15º mercado mundial, sendo o 9º exportador e o 17º importador.

RÚSSIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Países Baixos	75,8	14,4%
China	33,6	6,4%
Itália	27,9	5,3%
Alemanha	23,4	4,5%
Belarus	20,8	4,0%
Polônia	19,6	3,7%
Turquia	16,0	3,0%
Japão	15,1	2,9%
Ucrânia	13,9	2,7%
Coréia do Sul	13,8	2,6%
...		
Brasil	***2,2***	***0,4%***
Subtotal	**262,1**	**50,0%**
Outros países	**262,4**	**50,0%**
Total	**524,6**	**100,0%**

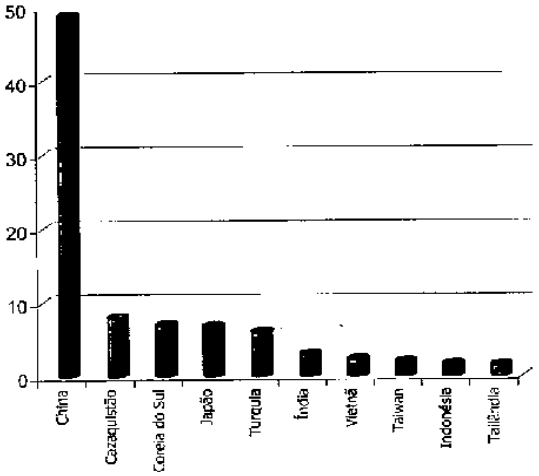


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, May 2013.

As exportações da Rússia são bastante diversificadas. Em 2012, a União Europeia (27) respondeu por 45% das vendas russas, seguida da Ásia com 24%. Individualmente, os Países Baixos foram o principal destino das vendas russas, somando 14,4% do total. Seguiram-se: China (6,4%); Itália (5,3%); Alemanha (4,5%); e Belarus (4,0%). O Brasil obteve a 33ª posição entre os principais compradores do país.

RÚSSIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
China	48,8	15,4%
Cazaquistão	7,8	2,5%
Coreia do Sul	6,9	2,2%
Japão	6,7	2,1%
Turquia	5,9	1,9%
Índia	2,9	0,9%
Vietnã	2,3	0,7%
Taiwan	1,9	0,6%
Indonésia	1,6	0,5%
Tailândia	1,5	0,5%
...		
Brasil	*0,03*	*0,01%*
Subtotal	**86,3**	**27,3%**
Outros países	**229,7**	**72,7%**
Total	**316,0**	**100,0%**

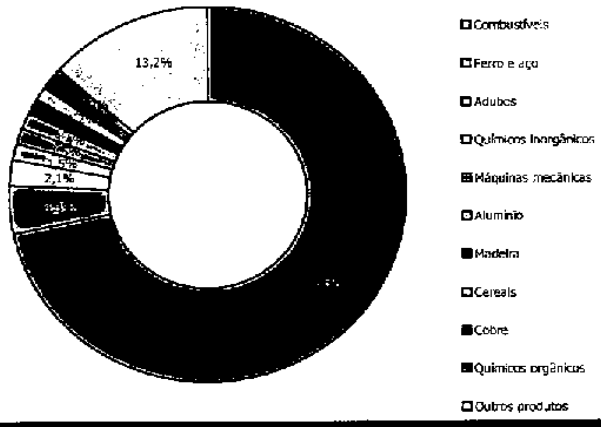


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, May 2013

A Ásia é a principal origem das compras russas. Em 2012, a China foi o principal vendedor para a Rússia, detendo 15,4% da demanda importadora do país. Seguiram-se: Cazaquistão (2,5%); Coreia do Sul (2,2%); Japão (2,1%); e Turquia (1,9%). O Brasil posicionou-se no 19º lugar entre os principais fornecedores, representando 0,01% do total.

RÚSSIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Combustíveis	375,4	71,6%
Ferro e aço	22,6	4,3%
Adubos	11,2	2,1%
Químicos inorgânicos	7,8	1,5%
Máquinas mecânicas	7,6	1,5%
Alumínio	7,3	1,4%
Madeira	6,7	1,3%
Cereais	6,2	1,2%
Cobre	5,8	1,1%
Químicos orgânicos	4,5	0,9%
Subtotal	**455,2**	**86,8%**
Outros produtos	**69,4**	**13,2%**
Total	**524,6**	**100,0%**

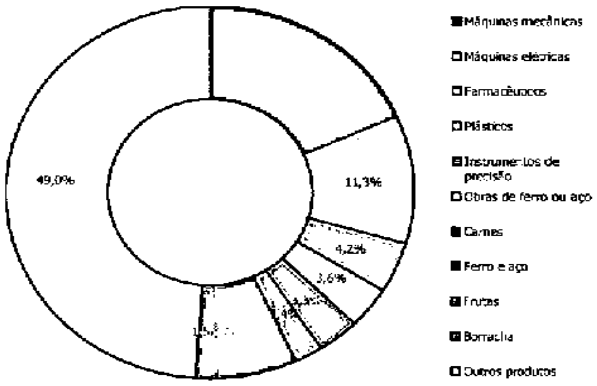


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, May 2013.

A pauta de exportações russa é concentrada em combustíveis, que representou 71,6% do total em 2012. Seguiram-se: ferro e aço (4,3%); adubos (2,1%); produtos químicos inorgânicos (1,5%); e máquinas mecânicas (1,5%).

RÚSSIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Máquinas mecânicas	57,8	18,3%
Máquinas elétricas	35,6	11,3%
Farmacêuticos	13,4	4,2%
Plásticos	11,5	3,6%
Instrumentos de precisão	10,5	3,3%
Obras de ferro ou aço	7,6	2,4%
Carnes	7,4	2,3%
Ferro e aço	6,4	2,0%
Frutas	6,3	2,0%
Borracha	4,8	1,5%
Subtotal	**161,2**	**51,0%**
Outros produtos	**154,8**	**49,0%**
Total	**316,0**	**100,0%**

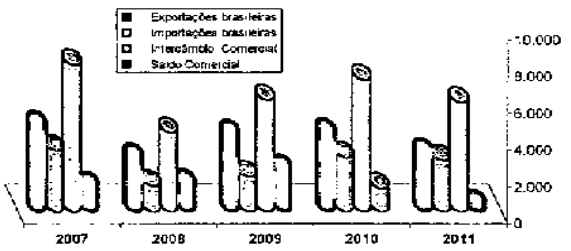


A pauta de importações russa é composta, em grande parte, por bens com alto valor agregado. Em 2012, as máquinas somaram 29,6% do total, seguidas dos produtos farmacêuticos (4,2%); plásticos (3,6%); e instrumentos de precisão (3,3%).

BRASIL-RÚSSIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

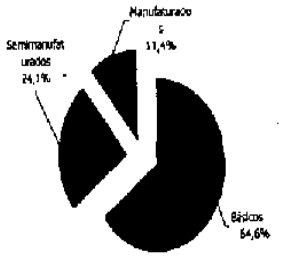
DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-abr)	2013 (jan-abr)
Exportações brasileiras	**4.653**	**2.869**	**4.152**	**4.216**	**3.141**	**914**	**1.024**
Variação em relação ao ano anterior	24,4%	-38,4%	44,7%	1,5%	-25,5%	-51,1%	12,0%
Importações brasileiras	**3.332**	**1.412**	**1.910**	**2.944**	**2.791**	**597**	**732**
Variação em relação ao ano anterior	94,8%	-57,6%	35,3%	54,1%	-5,2%	-20,5%	22,7%
Intercâmbio Comercial	**7.985**	**4.280**	**6.063**	**7.161**	**5.931**	**1.510**	**1.756**
Variação em relação ao ano anterior	-85,6%	-46,4%	41,6%	18,1%	-17,2%	-42,3%	16,3%
Saldo Comercial	**1.321**	**1.456**	**2.242**	**1.272**	**350**	**317**	**292**

A Rússia foi o 19º parceiro comercial brasileiro em 2012, participando com 1,3% no total. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país descresceu cerca de 26%, passando de US$ 7,99 bilhões, para US$ 5,93 bilhões. Comportamento semelhante apresentaram as exportações em igual período, recuando 33%, enquanto as importações apresentaram queda de 16%. O saldo da balança comercial apresentou-se favorável ao Brasil em todo o quinquênio, registrando em 2012 superávit de US$ 350 milhões.



BRASIL-RÚSSIA : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ milhões, fob - 2012

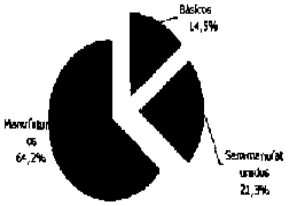
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	2.024	64,4%
Semimanufaturados	754	24,0%
Manufaturados	357	11,4%
Transações especiais	5	0,2%
Total	**3.141**	**100,0%**



As exportações brasileiras para a Rússia são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 64,4% do total em 2012, com destaque para carnes. Em seguida posicionaram-se os semimanufaturados, com 24% e os manufaturados com 11,4%.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	405	14,5%
Semimanufaturados	596	21,3%
Manufaturados	1.791	64,2%
Total	**2.791**	**100,0%**



Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados predominaram, representando 64,2% do total em 2012, seguidos dos semimanufaturados (21,3%) e dos básicos (14,5%).

Elaborado pelo MRE-DPR-DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

BRASIL-RÚSSIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Carnes	1.936	1.553	1.586	50,5%
Açucar	1.597	1.859	748	23,8%
Fumo	119	191	214	6,8%
Máquinas mecânicas	27	86	119	3,8%
Preparações alimentícias	69	76	92	2,9%
Sementes/grãos	162	155	88	2,8%
Café	62	110	80	2,6%
Outs prods origem animal	51	50	50	1,6%
Subtotal	**4.024**	**4.080**	**2.978**	**94,8%**
Outros produtos	**128**	**136**	**163**	**5,2%**
Total	**4.152**	**4.216**	**3.141**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Carnes (carnes bovinas e suínas desossadas congeladas) e açucar de cana em bruto são os principais itens brasileiros exportados para Rússia. Somados representaram 74% do total da pauta em 2012. Em seguida destacaram-se: fumo (6,8%); máquinas mecânicas (3,8%); e preparações alimentícias diversas (2,9%).

BRASIL-RÚSSIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Adubos	823	1.879	1.692	60,6%
Combustíveis	281	504	389	13,9%
Borracha	94	157	151	5,4%
Sal/pedras/cimento	38	91	115	4,1%
Ferro e aço	352	95	114	4,1%
Pérolas/ouro/pedras	62	88	94	3,4%
Aviões	76	0,2	86	3,1%
Subtotal	**1.725**	**2.813**	**2.642**	**94,7%**
Outros produtos	**185**	**131**	**149**	**5,3%**
Total	**1.910**	**2.944**	**2.791**	**100,0%**

Importações bras. originárias da Rússia, 2012



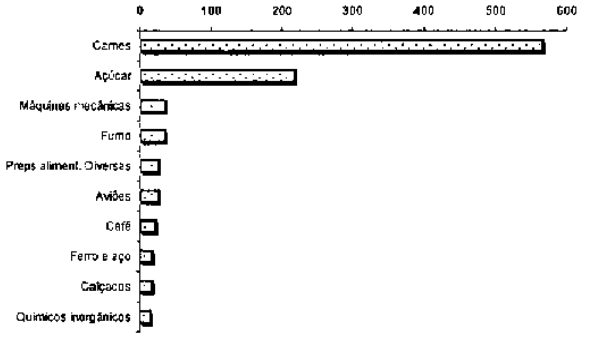
Elaborado pela MRE/DPR/DIC-Divisão de Inteligência Comercial/com base em dados do MDIC/SECEX/Alicesweb

As importações brasileiras originárias da Rússia apresentaram alto grau de concentração. Os adubos - nitratos de amônio, ureia - somaram mais da metade das aquisições. Em 2012, esse grupo representou 60,6% das compras brasileiras, seguido de combustíveis (naftas para petroquímica, hulha betuminosa, "fuel oil", coques de hulha, etc) com 13,9%; borracha (5,4%); e sal/pedras/cimento (4,1%).

BRASIL-RÚSSIA: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

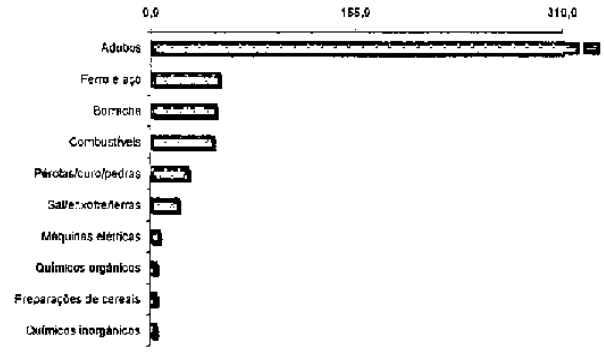
DESCRIÇÃO	2012 (jan-abr) Valor	2012 (jan-abr) % no total	2013 (jan-abr) Valor	2013 (jan-abr) % no total
Exportações				
Carnes	527	57,7%	566	55,3%
Açúcar	216	23,6%	219	21,4%
Máquinas mecânicas	17	1,8%	36	3,5%
Fumo	45	5,0%	35	3,4%
Preps aliment. Diversas	24	2,6%	26	2,6%
Aviões	1	0,1%	26	2,5%
Café	28	3,1%	22	2,2%
Ferro e aço	0	0,0%	18	1,8%
Calçados	13	1,4%	18	1,7%
Químicos inorgânicos	0	0,0%	15	1,5%
Subtotal	**871**	**95,3%**	**982**	**95,9%**
Outros produtos	**43**	**4,7%**	**42**	**4,1%**
Total	**914**	**100,0%**	**1.024**	**100,0%**

Exportações bras. para a Rússia em 2013 (jan-abr)



Importações				
Adubos	317,2	53,2%	492,5	67,3%
Ferro e aço	31,4	5,3%	52,2	7,1%
Borracha	53,5	9,0%	49,3	6,7%
Combustíveis	82,4	13,8%	47,6	6,5%
Pérolas/ouro/pedras	33,8	5,7%	28,4	3,9%
Sal/enxofre/terras	36,5	6,1%	21,5	2,9%
Máquinas elétricas	5,9	1,0%	7,2	1,0%
Químicos orgânicos	4,6	0,8%	5,2	0,7%
Preparações de cereais	3,5	0,6%	5,1	0,7%
Químicos inorgânicos	3,7	0,6%	5,0	0,7%
Subtotal	**572,4**	**96,0%**	**714,0**	**97,5%**
Outros produtos	**24,1**	**4,0%**	**18,1**	**2,5%**
Total	**596,5**	**100,0%**	**732,1**	**100,0%**

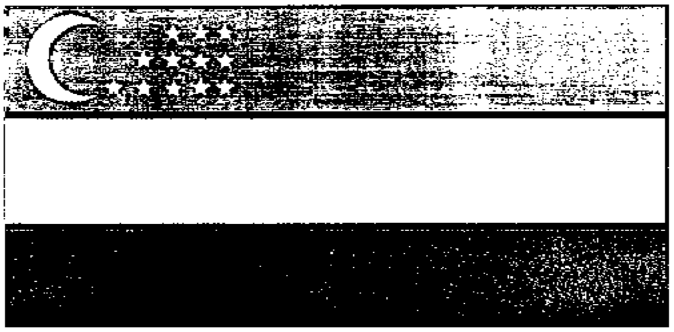
Importações bras. originárias da Rússia em 2013 (jan-abr)

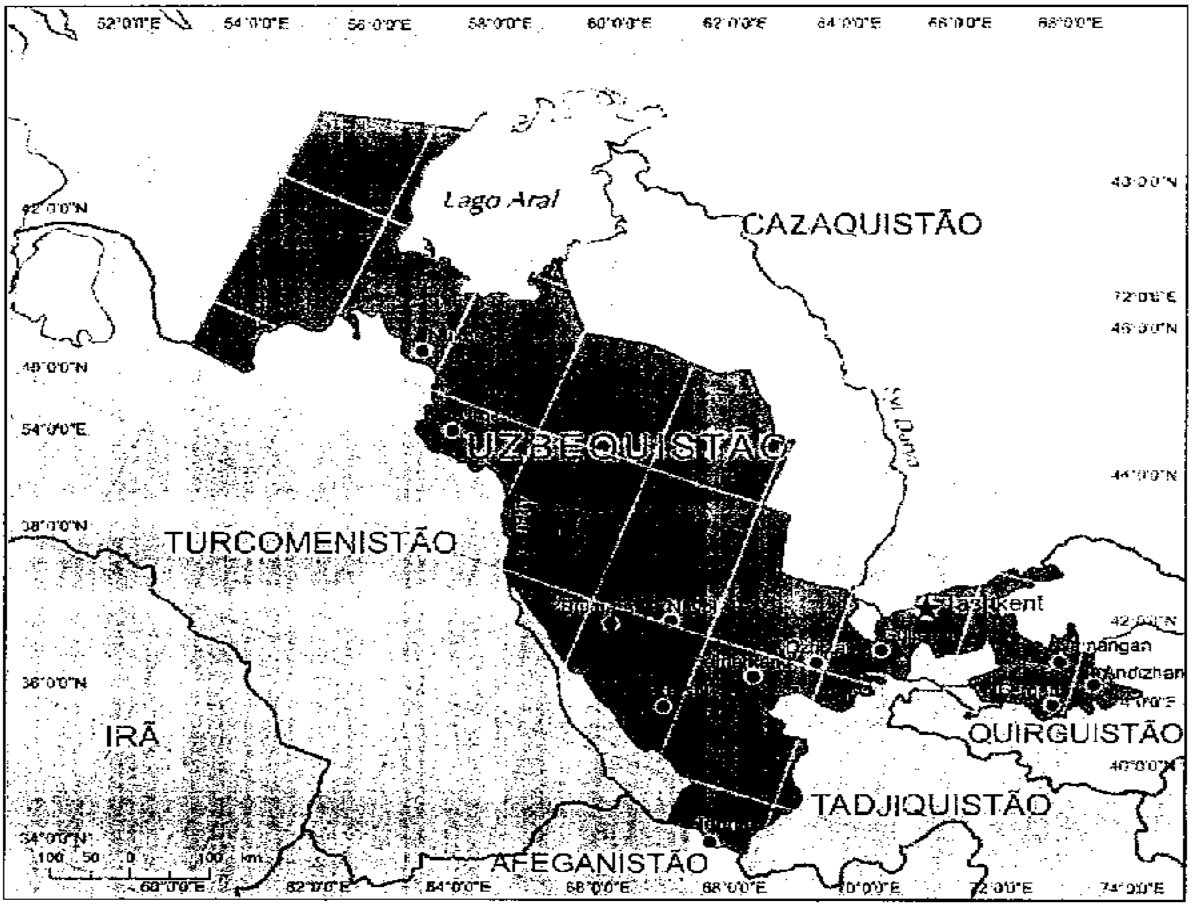


Elaborado pela MRE/DPR/DIC-Divisão de Inteligência Comercial/com base em dados do MDIC/SECEX/Alicesweb

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

UZBEQUISTÃO





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Uzbequistão
CAPITAL	Tashkent
ÁREA	447.400 km²
POPULAÇÃO (2011)	27,8 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Uzbeque
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmanos (90%), cristãos ortodoxos (5%) e outros (5%)
SISTEMA POLÍTICO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Bicameral – Senado e Câmara Legislativa
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Islam Karimov (desde 1991)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Abdulaziz Kamilov (desde 2012)
PIB nominal (2011)	US$ 5,929 bilhões (Brasil: US$ 2,587 trilhões)
PIB PPP (2011)	US$ 13,212 bilhões (Brasil: US$ 2,399 trilhões)
PIB per capita (2011)	US$ 1.075 (Brasil: US$ 12.594)
PIB per capita PPP (2011)	US$ 2.399 (Brasil: US$ 11.640)
VARIAÇÃO DO PIB	8,3% (2012); 8,5% (2010); 8,1% (2009); 9,0% (2008)
IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (2012)	0,654 – 114ª posição entre 185 países; Brasil é o 84º
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (2011)	68,4 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2009)	99,2%
UNIDADE MONETÁRIA	Som

Fontes: Banco Mundial e PNUD

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(US$ milhões fob) - *Fonte: MDIC*

BRASIL → UZBEQUISTÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	**2,7**	**10,2**	**9,2**	**5,9**	**8,0**	**14,4**	**13,8**	**20,7**	**10,9**	**22,8**
Exportação	2,7	10,1	7,8	5,2	6,8	7,7	11,7	19,7	8,4	21,9
Importação	0,5	0,2	1,4	0,6	1,3	6,7	2,0	1,1	2,5	2,0
Saldo	2,7	10,2	6,5	4,6	5,4	1,0	9,7	18,6	5,8	18,9

PERFIS BIOGRÁFICOS

Islam Karimov

Presidente

Nasceu em 1938, em Samarkanda, Uzbequistão. Graduou-se em Engenharia e Economia pelo Instituto Politécnico da Ásia Central e no Instituto de Tashkent de Economia Nacional, respectivamente.

De 1961 a 1966, foi coordenador do complexo de aviação de Chkalov em Tashkent. Em 1966, ingressou no Escritório do Planejamento de Estado da República Socialista Soviética do Uzbequistão e , em 1983, foi nomeado Ministro das Finanças do Uzbequistão Soviético. Em 1986, foi Presidente adjunto do Conselho de Ministros do Uzbequistão Soviético. De 1986 a 1989, foi Primeiro-Secretário do Comitê provincial de Kashkadarya e, em 1989, tornou-se Primeiro-Secretário do Comitê Central do Partido Comunista do Uzbequistão.

Em 1990, tornou-se Presidente da República Socialista Soviética do Uzbequistão e, em dezembro de 1991, foi eleito Presidente do Uzbequistão independente. Em 1995, seu mandato foi estendido até 2000 por meio de referendo nacional. Foi reeleito Presidente em 2000 e 2007.

Abdulaziz Kamilov

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 1947, em Yangiyul, Uzbequistão. Graduou-se na Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Exteriores da União Soviética.

Em 1976, foi Secretário na Embaixada da União Soviética no Líbano. De 1980 a 1984, foi Secretário na Embaixada da União Soviética na Síria. De 1984 a 1988, trabalhou no Departamento do Oriente Médio do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética.

De 1991 a 1992, foi Conselheiro da Embaixada do Uzbequistão na Rússia. De 1992 a 1994, foi Vice-Presidente do Serviço Nacional de Segurança da República do Uzbequistão. Em 1994, tornou-se Primeiro Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 1994, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. De 1998 a 2003, foi Reitor da Universidade da Economia e Diplomacia Mundiais.

Em 2003, foi Assessor do Presidente da República e tornou-se Embaixador do Uzbequistão nos Estados Unidos. Em 2010, tornou-se Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e, em 2012, foi novamente nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais foram estabelecidas em 1993. Nos últimos anos, houve um aprofundamento do diálogo bilateral com visitas de autoridades como Embaixadores, Vice-Ministros e, especialmente, a vinda ao Brasil do Presidente uzbeque Islam Karimov em 2009. Nesta ocasião, foram assinados Acordo de Cooperação Técnica, Acordo de Cooperação em Agricultura, Memorando de Entendimento para Cooperação em Turismo, Acordo sobre Cooperação Econômica e Comercial, Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e do Investimento, Acordo de Cooperação na Área do Esporte, Memorando de Entendimento na Área de Recursos Minerais, Acordo de Cooperação Cultural e Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas.

A primeira Reunião de Consultas Políticas realizou-se em Tashkent, em 29/09/2008, e foi chefiada, do lado brasileiro, pelo então Subsecretário-Geral de Política do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Embaixador Roberto Jaguaribe. A segunda reunião deverá realizar-se também na capital uzbeque, em abril do corrente ano.

O Governo uzbeque manifestou o desejo de que o Brasil instale Embaixada residente em Tashkent, mas o Governo brasileiro, em função de cortes orçamentários, tem dado prioridade à abertura de Embaixadas em reciprocidade aos países que instalaram missões diplomáticas em Brasília.

Uma das áreas mais promissoras da cooperação bilateral é a cooperação técnica em agricultura e pecuária. Foi realizada, em junho de 2009, missão conjunta da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Embrapa ao Uzbequistão, com vistas à identificação de áreas para cooperação técnica em assuntos agropecuários. Em fevereiro de 2013, o Governo do Uzbequistão apresentou à ABC propostas de projetos para capacitação de agricultores na área de produção e processamento de frutas e para a criação de cinco centros de treinamento para o desenvolvimento da produção de gado bovino no país.

Há, igualmente, a possibilidade de cooperação no setor de energia. Durante visita a Tashkent do então Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Welber Barral, em 2010, discutiu-se, no encontro com a estatal energética uzbeque UZBEKENERGO, a possibilidade de empresas brasileiras que já possuem experiência no campo hidrelétrico (como é o caso da CEMIG e Concert Technologies) participarem da modernização do setor de energia uzbeque. Neste sentido, o BNDES e o Banco Asiático de Desenvolvimento seriam fontes potenciais de financiamento.

O turismo também é uma área com grande potencial, pois o Uzbequistão possui sítios históricos e monumentos de várias civilizações antigas e atrai regularmente turistas de várias partes do mundo, especialmente da Europa. Conforme afirmou o Embaixador do Uzbequistão não-residente no Brasil, Ilhom Nematov, em sua última visita a Brasília (dezembro de 2012), a distância geográfica não é necessariamente um problema, pois há voos diretos entre Tashkent e várias cidades importantes de outros países, inclusive Istambul, importante "hub" para o transporte de passageiros e de carga.

O Embaixador Nematov também manteve, durante a referida visita ao Brasil, encontro na Câmara dos Deputados com a Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Deputada Perpétua Almeida, e com o segundo Vice-Presidente da referida Comissão, Deputado Vitor Paulo. O Embaixador uzbeque expressou o desejo de estabelecer cooperação parlamentar entre o Poder Legislativo do seu país e a Câmara dos Deputados, mencionando carta com tal solicitação que já havia sido enviada pelo Presidente da Assembleia Nacional do Uzbequistão ao Presidente da Câmara dos Deputados. O estabelecimento de grupo de cooperação parlamentar seria, segundo o Embaixador uzbeque, altamente benéfico para o Uzbequistão, pois o país possui um parlamento bicameral recente, estabelecido em 2005, e poderia aprender com a experiência brasileira. Mencionou, ainda, que o país já possui grupos de amizade com parlamentos de alguns países da Europa e do Japão. Os deputados brasileiros endossaram a proposta uzbeque de criação de grupo de amizade parlamentar e prometeram dar encaminhamento ao assunto.

A consonância de posições nos foros multilaterais é significativa, especialmente em temas como meio ambiente e desarmamento e não-proliferação. O Uzbequistão já manifestou apoio à admissão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e apoiou as últimas quinze candidaturas do Brasil em organismos internacionais.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Uzbequistão é instável, alternando altos e baixos nas cifras dos últimos anos. Em 2012, o fluxo de comércio totalizou US$ 22,8 milhões, o maior valor desde 2000. São recorrentes significativos superávits brasileiros nas transações com o Uzbequistão. Em 2012, os principais produtos exportados pelo Brasil foram fumo (21,97% da pauta de exportações), açúcar (21,38%) e acessórios para tratores e outros veículos (8,6%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram pasta química de madeira (66,42% da pauta de importações), algodão (12,37%) e compressores de gases (7,96%).

Assuntos consulares

Não há estimativas sobre o número de residentes brasileiros no Uzbequistão e tampouco há consulados honorários brasileiros no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano do Turcomenistão.

POLÍTICA INTERNA

Como ocorre nos demais países da Ásia Central pós-soviética, com a relativa exceção da República Quirguiz, o sistema político vigente no Uzbequistão é centralizado e seu funcionamento está baseado na autoridade do líder nacional e na manutenção do equilíbrio entre os interesses dos diversos clãs e regiões.

O Presidente Islam Karimov controla a política do Uzbequistão desde sua chegada ao poder, ainda no período soviético (junho de 1989). Em fins de 1991, ano em que o país tornou-se independente, o Partido Comunista uzbeque, dirigido por Karimov, foi renomeado Partido Popular Democrático do Uzbequistão. Inicialmente, Karimov enfrentou a oposição do Partido Birlik (Unidade), o qual foi posteriormente impedido de participar de eleições e declarado ilegal. A partir de meados da década de 1990 (referendo de 1995, que estendeu o mandato presidencial até 2000), o Presidente consolidou seu poder e marginalizou a oposição partidária. Desta maneira, Karimov venceu com ampla margem de votos as últimas duas eleições presidenciais (2000 e 2007).

O governo uzbeque sofre oposição eventual de movimentos fundamentalistas islâmicos, como o Hizb ut-Tahrir (responsabilizado por série de ataques terroristas ocorridos em Tashkent, em 1999) e o Movimento Islâmico do Uzbequistão (IMU – na sigla em inglês). Em maio de 2005, na cidade de Andijan (situado no vale do Fergana, tradicionalmente religioso e densamente povoado por etnias diversas), manifestantes contrários ao Governo uzbeque foram duramente reprimidos pelas forças de segurança, sob alegação de serem partidários do fundamentalismo islâmico e de quererem fundar um Estado teológico na Ásia Central. A repressão teve um saldo de 187 mortos na contagem oficial, cifra considerada subestimada por organizações internacionais. Como consequência do endurecimento do combate ao radicalismo islâmico, reforçou-se o processo de centralização do poder em torno de Karimov e seu grupo político.

Apesar de a separação de poderes vigorar formalmente no Uzbequistão, o Legislativo e o Judiciário acatam, em geral, a autoridade do Executivo. As vagas no Gabinete de Ministros e principais posições governamentais são ocupadas por personalidades vinculadas ao Presidente, que tendem a permanecer por extensos períodos em suas funções ou

revezam-se em seus cargos. O Presidente Karimov ainda não sinalizou qual seria o sucessor de sua preferência, fato que suscita dúvidas quanto à possibilidade de manutenção da estabilidade no Uzbequistão após sua retirada do poder.

O Poder Legislativo é bicameral e constituído pelo Senado, também conhecido como Assembleia Suprema ou Oliy Majlis, e pela Câmara Legislativa, também conhecida como Assembleia Nacional. No Senado há 100 senadores, 84 dos quais são eleitos pelos conselhos regionais e 16 são indicados pelo Presidente da República. O mandato é de cinco anos. Na Câmara Legislativa há 150 deputados, dos quais 135 são eleitos por voto popular e 15 assentos são reservados para o partido Movimento Ecológico do Uzbequistão. O mandato na Câmara Legislativa também é de cinco anos.

O Uzbequistão esteve, durante três anos (2003-2006), sob exame do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), no âmbito do procedimento confidencial de investigações de denúncias de graves violações. Em março de 2007, na IV Sessão do CDH, foi aprovada em votação a proposta apresentada pelo Uzbequistão para retirar da agenda de trabalho a questão dos direitos humanos naquele país. Em razão do confronto na cidade de Andijan em 2005, a União Européia impôs sanções ao Uzbequistão após o processo de apuração internacional, mas decidiu suspendê-las em 2009.

Desde 2008, buscando romper o isolamento internacional do país, o Governo uzbeque tem adotado medidas de cunho liberal, dentre as quais a instituição do *habeas corpus*, a abolição da pena de morte, a libertação de prisioneiros políticos e ativistas dos direitos humanos, a promulgação de lei que expressa a importância da participação de partidos políticos na democratização da sociedade uzbeque e a manutenção de diálogo com a União Europeia. A Embaixada do Uzbequistão em Moscou encaminhou recentemente à Embaixada brasileira naquela capital documentos a respeito da implementação, por parte do Governo uzbeque, de Convenções da Organização Internacional do Trabalho referentes, respectivamente, à proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil e ao trabalho forçado ou obrigatório de crianças. A utilização forçada de trabalho infantil, especialmente no período da colheita de algodão, constitui uma das mais graves acusações contra o Governo uzbeque na esfera dos Direitos Humanos.

POLÍTICA EXTERNA

O Uzbequistão é o país mais populoso da Ásia Central e considerado estratégico por países como Rússia (segundo dados do Governo uzbeque, há 848 empresas com capitais russos atuantes no Uzbequistão), China (347 empresas), Coreia do Sul (373 empresas), Turquia (579 empresas), Japão (14 empresas) e Índia (62 empresas). Ademais, mantêm trocas comerciais significativas com o Uzbequistão países ocidentais como os Estados Unidos (242 empresas com capitais norte-americanos atuantes no Uzbequistão), Alemanha (114 empresas), Reino Unido (396 empresas), França (15 empresas) e Itália (32 empresas).

O Senado do Uzbequistão aprovou, em agosto de 2012, projeto intitulado "novo conceito de política externa", elaborado pelo Presidente Islam Karimov e submetido à apreciação do Parlamento. Sobressai no texto do "novo conceito de política externa" a interdição à instalação de bases e construções militares estrangeiras no território do Uzbequistão. Para especialistas em segurança regional, o intuito de Karimov ao expressar essa proibição seria sinalizar a Moscou que Tashkent não pretende permitir a reinstalação de bases norte-americanas em seu território - o que confirmaria a manutenção da política pendular do Presidente uzbeque entre a Rússia e o Ocidente.

O "novo conceito de política externa" reitera o direito do país centro-asiático de "formar uniões, ingressar em comunidades e outras formas de organizações interestatais, bem como delas se retirar", do qual é exemplo a recente decisão do país de suspender sua participação nas atividades da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO), aliança militar que congrega países asiáticos. O documento assevera que "o Uzbequistão promove uma política pacífica e não participa de blocos político-militares, reservando-se o direito de se retirar de qualquer organização internacional em caso de sua transformação em bloco político-militar" e que "suas Forças Armadas não participam de operações de manutenção da paz no exterior". Com a adoção do novo conceito de política externa, o Uzbequistão "aproxima-se da neutralidade sem, contudo, declará-la como uma diretriz governamental", como faz, por exemplo, o Turcomenistão.

O relacionamento entre Uzbequistão e Rússia é complexo. Embora em diversas ocasiões o Presidente Karimov tenha externado sua admiração pelo Presidente Vladimir Putin, até o momento o Governo uzbeque não demonstrou interesse em participar dos projetos integracionistas

promovidos por Moscou e ressente-se de qualquer iniciativa que permita o fortalecimento da posição militar da Rússia na Ásia Central. Em alocução proferida pelo Embaixador uzbeque em Moscou, Ziyadulla Pulatkhodjaev, durante mesa redonda intitulada "Rússia-Uzbequistão: 20 anos de relacionamento", realizada na capital russa em março de 2012, o diplomata uzbeque afirmou que o Uzbequistão e a Rússia possuem fortes vínculos econômicos, comerciais, científicos e políticos, mencionando os 283 instrumentos bilaterais assinados desde o estabelecimento de relações diplomáticas e os vinte encontros de alto nível (entre Presidentes e/ou Primeiro-Ministro) realizados nos últimos cinco anos. O Embaixador uzbeque citou frase do Presidente Karimov, para quem o fortalecimento do relacionamento estratégico com a Rússia é objetivo de grande importância para a política externa do Uzbequistão. Contudo, os russos não poderiam ter exclusividade no relacionamento comercial com a região, citando o gasoduto China-Turcomenistão, que corta o território do Uzbequistão em direção ao Cazaquistão e à China.

O diálogo com os Estados Unidos foi renovado em 2009, quando os dois países assinaram plano de ação para fortalecer a cooperação bilateral. O Uzbequistão convidou os Estados Unidos a investirem na Zona Livre Econômico-Industrial de Navoi, criada no aeroporto de carga que serve de base para transporte de bens ao Afeganistão. A reaproximação do Uzbequistão por parte do Governo norte-americano permite que Karimov continue a praticar a tradicional política pendular comum a líderes pós-soviéticos, buscando auferir ganhos ao negociar simultaneamente com Moscou, Washington (juntamente com seus aliados ocidentais) e, mais recentemente, Pequim. Exemplo dos resultados dessa política foi a abertura de fábrica da GM nos arredores de Tashkent.

Entretanto, o relacionamento do Uzbequistão com a maioria dos países vizinhos é conturbado. Há rivalidade entre o Uzbequistão e o Cazaquistão pela liderança na Ásia Central e, no tocante à República Quirguiz, conflitos de ordem étnica eclodem com regularidade, especialmente no Vale do Fergana. O Tadjiquistão ressente-se da própria cartografia que, idealizada por Stalin, legou ao Uzbequistão as cidades de Samarkanda e Bukhara (de idioma tadjique), além de persistirem disputas relacionadas ao aproveitamento dos recursos hídricos da região (pois as nascentes dos rios uzbeques estão nas montanhas do país vizinho). Os planos do Tadjiquistão e da República Quirguiz para construir barragens colocariam em risco a capacidade do Uzbequistão de irrigar suas vastas plantações de algodão.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTO

O Uzbequistão é grande fornecedor de recursos energéticos, além de exportar quantidades significativas de ouro e ser um dos maiores produtores mundiais de algodão. De forma gradativa, o governo uzbeque vem procurando reverter a monocultura algodoeira estabelecida no período soviético (responsável, em grande parte, por acelerar a evaporação do Mar de Aral), incentivando o plantio de frutas e outros vegetais. Ademais, o Governo oferece incentivos (especialmente por meio da isenção de impostos) a empresas estrangeiras que se instalam no país, o que resultou na atração da indústria automotiva. Porém, apesar de o PIB per capita ter crescido 50% entre 1991 e 2008, o país não conseguiu reduzir a pobreza nem melhorar os serviços sociais, sobretudo nas regiões rurais.

Com o estabelecimento de uma fábrica da "General Motors" na região de Asaka, em 2008, formou-se um polo industrial automotivo no Uzbequistão, facilitando as vendas de veículos para a Rússia e permitindo ao país concorrer no mercado asiático com a China. A ampliação das exportações de automóveis possibilitará, ademais, a almejada diversificação da pauta de exportação do país, ainda concentrada em bens primários. Até 2015, o Uzbequistão contará com 516 programas industriais e investimentos da ordem de US$ 47,6 bilhões. Outro fator de atratividade são os acordos de livre-comércio já negociados com 11 países (Rússia, Belarus, Ucrânia, Cazaquistão, República Quirguiz, Tadjiquistão, Turcomenistão, Moldova, Geórgia, Azerbaijão e Armênia). No entanto, o Uzbequistão ainda carece de marco regulatório que favoreça a expansão dos investimentos externos. Desse modo, o dinamismo da economia uzbeque dependerá, ao menos por mais alguns anos, do desempenho das exportações de bens primários como algodão e da manutenção, em níveis satisfatórios, de preços internacionais de recursos energéticos e minérios, principalmente gás natural, urânio, potássio e ouro.

O fato de contar com rendas de exportação atreladas ao preço do gás europeu contribui para que o Uzbequistão mantenha postura mais cooperativa que outras ex-repúblicas soviéticas no que se refere ao trânsito de gás por seu território. O Uzbequistão conta com reservas estimadas de 1,841 trilhões de metros cúbicos de gás natural (bmc) - quarta maior reserva da Eurásia, após Rússia, Turcomenistão e Cazaquistão, e nona maior do mundo, além de ser o maior produtor de gás natural entre as ex-repúblicas soviéticas. A produção uzbeque de gás concentra-se principalmente na Bacia do Amu Darya, sudeste do país, e no Planalto de

Ustyurt, próximo ao Mar de Aral. Embora tenha volume de produção de gás relativamente grande para região, cerca de 80% do total produzido é consumido pela população de 28 milhões de habitantes para a geração de energia elétrica e aquecimento. Os demais 20% são exportados principalmente à Rússia e aos países vizinhos. Nos últimos anos, o Governo uzbeque vem buscando aproveitar a demanda crescente por gás natural na região da Ásia-Pacífico para atrair investimentos estrangeiros em novos projetos no setor.

Após o início das operações do gasoduto Transasiático (Turcomenistão-Uzbequistão-Cazaquistão-China), abriram-se novas perspectivas para o setor por meio da exportação de gás natural ao mercado chinês. Em 2010, o Uzbequistão assinou contrato para fornecimento de 10 bmc de gás por ano aos chineses. Em agosto de 2012 iniciou-se a exportação, em bases regulares, de gás natural do Uzbequistão para a China. Em 2016, quando a terceira linha do gasoduto Transasiático estiver concluída, estima-se que o volume de gás uzbeque exportado para o mercado chinês alcance 25 bmc. As estimativas são que, em quatro anos, o Uzbequistão deverá, no mínimo, duplicar o volume de exportação de gás natural para atender as suas obrigações com a China. Para tanto, a estatal Uzbekneftegas prevê investimentos nas seguintes áreas: US$ 1 bilhão até 2020 para expandir a produção e desenvolver a infraestrutura nos campos de gás no sudoeste do país; e US$ 800 milhões para aumentar a taxa de recuperação de campos antigos. A expectativa é de que a produção total de gás alcance 100 bmc até 2020. No mesmo período, o governo uzbeque planeja ampliar a exportação de gás natural em 30 bmc com medidas para aumentar a eficiência energética da economia nacional.

O Governo uzbeque vê dificuldades em aceitar o ingresso na área de livre comércio formada pela Rússia, Cazaquistão e Belarus, iniciativa que seria vista como uma "redução da soberania uzbeque", embora o país ainda pertença à Comunidade dos Estados Independentes (CEI).

ANEXOS

Cronologia histórica

1991	Independência e eleição do Presidente Islam Karimov.
1995	Extensão do mandato presidencial até 2000 por meio de referendo popular.
2000	Reeleição do Presidente Karimov.
2002	O mandato presidencial é estendido por mais dois anos.
2005	Ataques terroristas em Andijan causam a morte de centenas de pessoas.
2007	Reeleição do Presidente Karimov.

Cronologia das relações bilaterais

1993	Estabelecimento das relações diplomáticas
2007	Missão a Tashkent do Assessor Especial para a Ásia do MRE; Visita ao Brasil do então Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Uzbequistão.
2008	Visita a Tashkent do Subsecretário-Geral de Política do MRE; Visita ao Brasil do Ministro de Relações Econômicas Internacionais, Investimento e Comércio do Uzbequistão.
2009	Visita ao Brasil do Presidente Islam Karimov; Missão ao Uzbequistão da ABC/Embrapa.
2010	Missão comercial ao Uzbequistão chefiada pelo Secretário-Executivo do MDIC.

Atos bilaterais

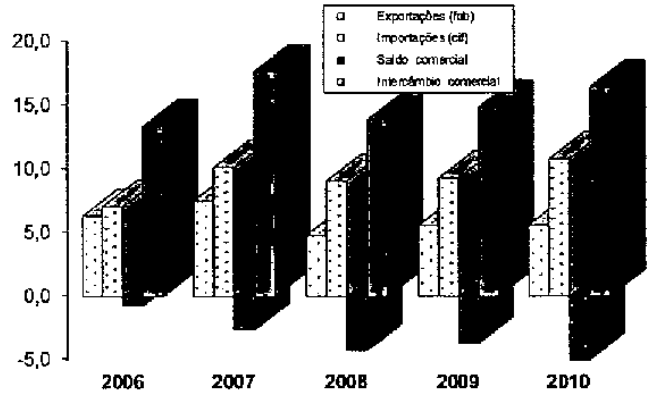
Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de Cooperação Técnica	28/05/2009	09/06/2011	23/09/2011
Acordo de Cooperação em Agricultura	28/05/2009	Em tramitação na Câmara dos Deputados	
Acordo sobre Cooperação Econômica e Comercial	28/05/2009	Em tramitação na Câmara dos Deputados	
Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos	28/05/2009	15/08/2009	28/07/2009
Acordo de Cooperação na Área de Esporte	28/05/2009	Em tramitação na Casa Civil	
Acordo de Cooperação Cultural	28/05/2009	09/06/2011	06/02/2013

Dados econômico-comerciais

UZBEQUISTÃO: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	6,3	7,5	4,8	5,5	5,6	4,1	4,0
Importações (cif)	7,0	10,1	9,0	9,3	10,8	7,8	8,6
Saldo comercial	-0,7	-2,6	-4,3	-3,7	-5,2	-3,8	-4,6
Intercâmbio comercial	13,3	17,6	13,8	14,8	16,3	11,9	12,6

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013.

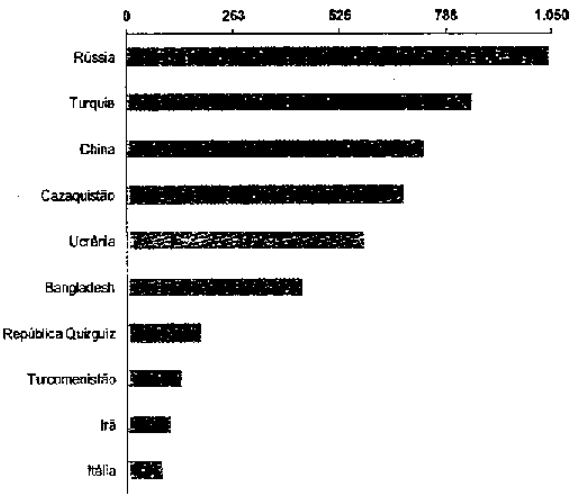


O comércio exterior do Uzbequistão apresentou, em 2011, variação de 23% em relação a 2007, passando de US$ 13 bilhões para US$ 16 bilhões. Nesse período, as importações cresceram 53%, enquanto que as exportações caíram 11%. No ranking do FMI, o Uzbequistão figurou como o 102º mercado mundial, sendo o 102º exportador e o 94º importador.

UZBEQUISTÃO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ milhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Rússia	1.044	18,7%	672	16,8%
Turquia	854	15,3%	584	14,6%
China	733	13,1%	650	16,2%
Cazaquistão	684	12,2%	590	14,7%
Ucrânia	585	10,5%	437	10,9%
Bangladesh	432	7,7%	265	6,6%
República Quirguiz	181	3,2%	148	3,7%
Turcomenistão	136	2,4%	118	2,9%
Irã	109	2,0%	94	2,3%
Itália	89	1,6%	11	0,3%
...				
Brasil	***3***	***0,05%***	***1***	***0,02%***
Subtotal	**4.850**	**86,8%**	**3.570**	**89,1%**
Outros países	**736**	**13,2%**	**437**	**10,9%**
Total	**5.586**	**100,0%**	**4.007**	**100,0%**



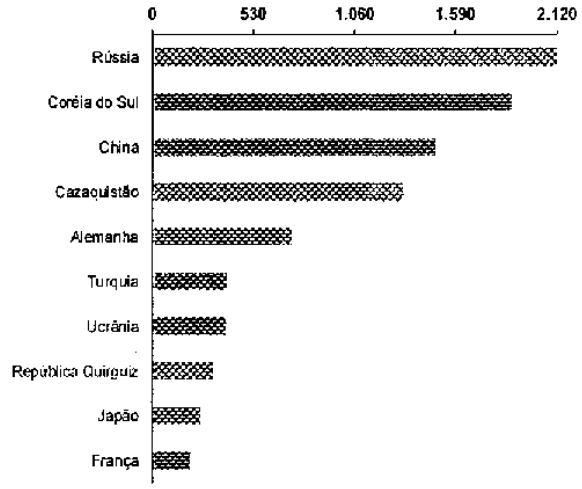
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013.

Os países europeus são os principais compradores do Uzbequistão. Em 2011, responderam por 67% do total. Indivudualmente, a Rússia foi o principal parceiro e absorveu 18,7% do total, seguida da Turquia (15,3%); China (13,1%); Cazaquistão (12,2%); Ucrânia (10,5%); e Bangladesh (7,7%); e República Quirguiz (3,2%). O Brasil obteve o 42º lugar entre os destinos em 2011, participando com 0,05% do total.

UZBEQUISTÃO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ milhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Rússia	2.117	19,7%	1.674	19,4%
Coréia do Sul	1.891	17,6%	1.446	16,7%
China	1.495	13,9%	1.430	16,6%
Cazaquistão	1.323	12,3%	1.141	13,2%
Alemanha	736	6,8%	377	4,4%
Turquia	390	3,6%	344	4,0%
Ucrânia	389	3,6%	304	3,5%
República Quirguiz	318	3,0%	258	3,0%
Japão	257	2,4%	81	0,9%
França	200	1,9%	63	0,7%
...				
Brasil	***9***	***0,1%***	***15***	***0,2%***
Subtotal	**9.125**	**84,9%**	**7.133**	**82,6%**
Outros países	**1.628**	**15,1%**	**1.504**	**17,4%**
Total	**10.753**	**100,0%**	**8.637**	**100,0%**



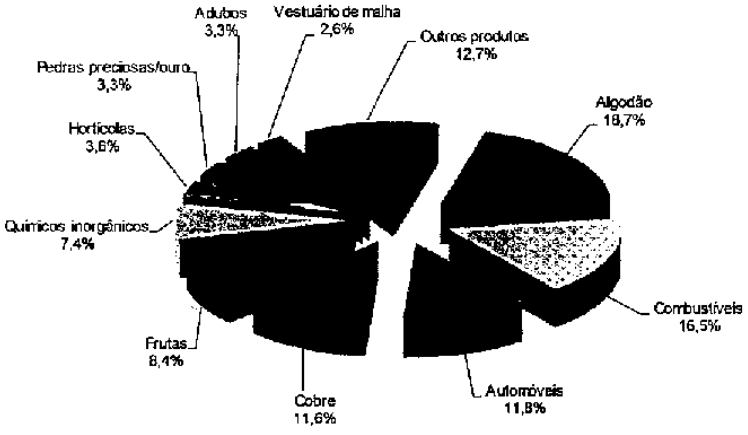
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

As importações do Uzbequistão são originárias em grande parte das economias emergentes e em desenvolvimento. Em 2011 somaram 62% do total. A Rússia foi também o principal fornecedor de bens ao Uzbequistão. Em 2011 participou com 19,7% do total, seguida da Coréia do Sul (17,6%); China (13,9%); Cazaquistão (12,3%); e Alemanha (6,8%). O Brasil posicionou-se no 43º lugar, com 0,1% da demanda importadora do país.

UZBEQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Algodão	18,7%
Combustíveis	16,5%
Automóveis	11,8%
Cobre	11,6%
Frutas	8,4%
Químicos inorgânicos	7,4%
Horticolas	3,6%
Pedras preciosas/ouro	3,3%
Adubos	3,3%
Vestuário de malha	2,6%
Subtotal	**87,3%**
Outros produtos	**12,7%**
Total	**100,0%**



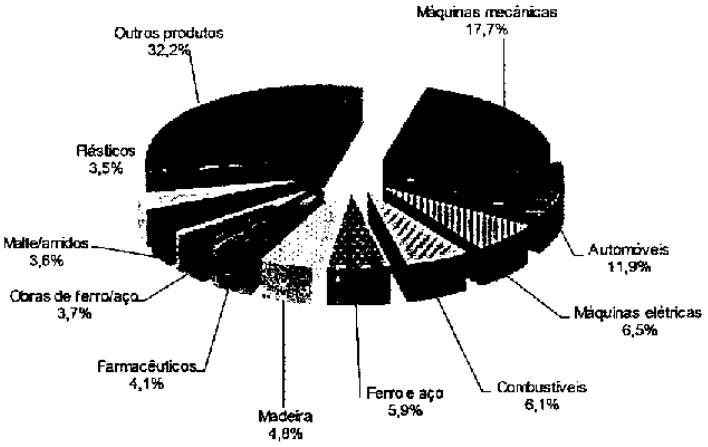
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.
Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

O algodão foi o principal produto exportado pelo Uzbequistão em 2011, participando com 18,7% do total. Seguiram-se: combustíveis (16,5%); automóveis (11,8%); cobre (11,6%); frutas (8,4%); produtos químicos inorgânicos (7,4%); e produtos hortícolas (3,6%).

UZBEQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Máquinas mecânicas	17,7%
Automóveis	11,9%
Máquinas elétricas	6,5%
Combustíveis	6,1%
Ferro e aço	5,9%
Madeira	4,8%
Farmacêuticos	4,1%
Obras de ferro/aço	3,7%
Malte/amidos	3,6%
Plásticos	3,5%
Subtotal	**67,8%**
Outros produtos	**32,2%**
Total	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.
Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

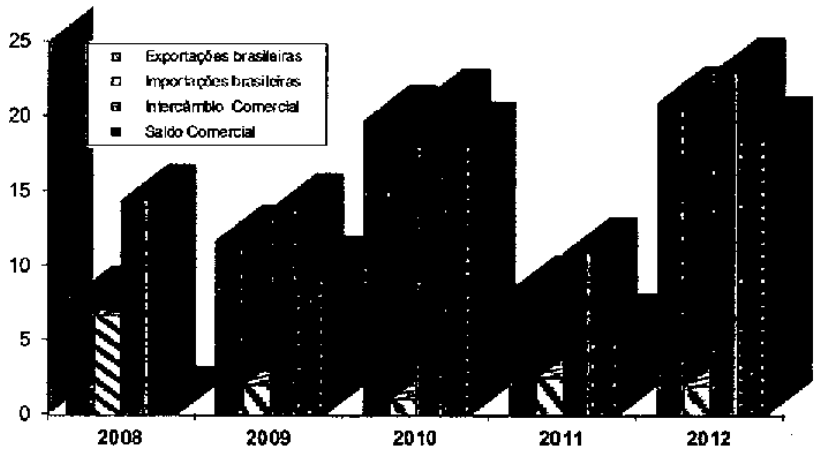
A pauta de importações do Uzbequistão é composta por produtos com alto valor agregado. As máquinas mecânicas (motores de pistão; "buldozers" e "angledozers"; turborreatores e bombas de ar; etc) foram os principais produtos importados em 2011 e representaram 17,7% da pauta. Também mostraram destaque: automóveis (11,9%); máquinas elétricas (6,5%); combustíveis (6,1%); ferro e aço (5,9%) e madeira (4,8%).

BRASIL-UZBEQUISTÃO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	**7,7**	**11,7**	**19,7**	**8,4**	**20,9**
Variação em relação ao ano anterior	13,5%	52,8%	67,8%	-57,5%	149,7%
Importações brasileiras	**6,7**	**2,1**	**1,1**	**2,5**	**2,0**
Variação em relação ao ano anterior	432,7%	-69,2%	-47,9%	135,8%	-22,3%
Intercâmbio Comercial	**14,4**	**13,8**	**20,7**	**10,9**	**22,8**
Variação em relação ao ano anterior	79,3%	-4,1%	50,5%	-47,4%	109,7%
Saldo Comercial	**1,0**	**9,6**	**18,6**	**5,8**	**18,9**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

No ranking do comércio brasileiro em 2012, o Uzbequistão posicionou no 141° parceiro comercial, sendo o 138° na exportação e o 127° na importação. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial entre os dois países cresceu 59%, passando de US$ 14,4 milhões, para US$ 22,8 milhões. Nesse período as exportações cresceram 172% e as importações caíram em 71%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o intervalo, totalizou superávit de US$ 18,9 milhões em 2012.

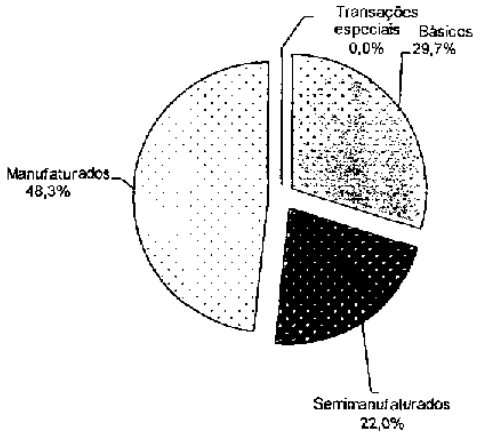


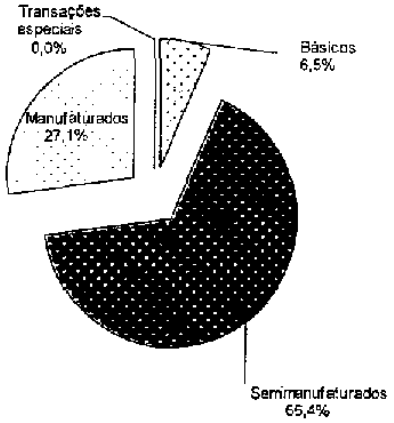
BRASIL-UZBEQUISTÃO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ mil, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	6.198	29,7%	128	6,5%
Semimanufaturados	4.591	22,0%	1.307	66,4%
Manufaturados	10.081	48,3%	533	27,1%
Transações especiais	0	0,0%	0	0,0%
Total	**20.870**	**100,0%**	**1.968**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

Nas exportações brasileiras em 2012 predminaram os produtos manufaturados, com participação de 48,3% no total, seguidos dos básicos com 29,7% e semimanufaturados com 22%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos semimanufaturados representaram 66,4% do total, seguidos dos manufaturados com 27,1% e os básicos com 6,5%..

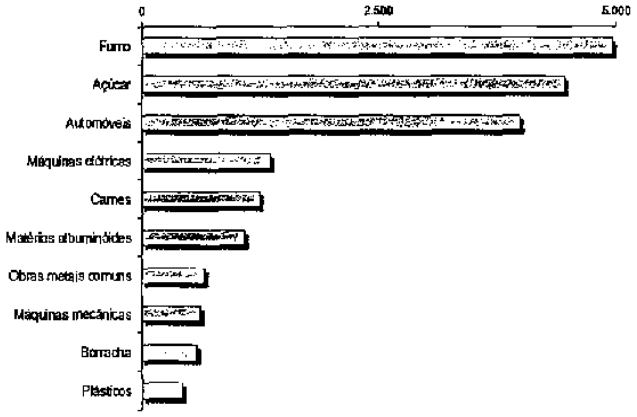




BRASIL-UZBEQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Fumo	7.995	4.931	4.961	23,8%
Açúcar	928	0	4.462	21,4%
Automóveis	0	17	3.984	19,1%
Máquinas elétricas	0	43	1.358	6,5%
Carnes	10	573	1.249	6,0%
Matérias albuminóides	113	374	1.075	5,2%
Obras metais comuns	0	0	666	3,2%
Máquinas mecânicas	37	1.793	614	2,9%
Borracha	0	1	585	2,8%
Plásticos	0	8	426	2,0%
Subtotal	**9.083**	**7.740**	**19.380**	**92,9%**
Outros produtos	**10.568**	**618**	**1.490**	**7,1%**
Total	**19.651**	**8.358**	**20.870**	**100,0%**

Exportações brasileiras para o Uzbequistão, 2012



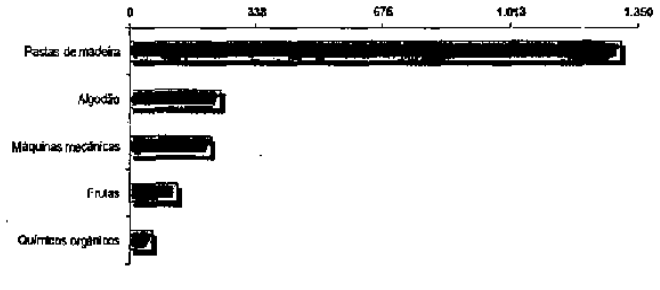
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicewebb

O fumo é o principal produto da pauta brasileira para o Uzbequistão. Em 2012, representou 23,8% do total, seguido de açúcar (21,4%); automóveis (19,1%); carnes (6%) e matérias albuminóides - farinhas e amidos - (5,2%).

BRASIL-UZBEQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Pastas de madeira	0	1.016	1.307	66,4%
Algodão	0	68	244	12,4%
Máquinas mecânicas	0	0	216	11,0%
Frutas	0	63	128	6,5%
Químicos orgânicos	1.049	761	63	3,2%
Subtotal	**1.049**	**1.908**	**1.958**	**99,5%**
Outros produtos	**25**	**625**	**10**	**0,5%**
Total	**1.074**	**2.533**	**1.968**	**100,0%**

Imp. brasileiras originárias do Uzbequistão, 2012



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicewebb.

Pastas de madeira, algodão, máquinas mecânicas, frutas e produtos químicos orgânicos foram os principais itens importados do Uzbequistão. Em 2012, esses produtos somaram, em conjunto, 99,5% da pauta.

Aviso nº 600 - C. Civil.

Em 14 de agosto de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, e, cumulativamente, junto à República do Uzbequistão.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 75, DE 2013
(Nº 337/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas com sede em Genebra.

Os méritos do Senhor Marcos Bezerra Abbott Galvão que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de agosto de 2013.

EM nº 00229/2013 MRE

Brasília, 21 de Junho de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas com sede em Genebra.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os organismos internacionais e *curriculum vitae* de **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00229 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 21 de junho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas com sede em Genebra.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os organismos internacionais e *curriculum vitae* de **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO*
CPF.: 221.191.831-04
ID.: 7333 MRE

1959	Filho de Fernando Abbott Galvão e Sônia Bezerra Galvão, nasce em 14 de janeiro de 1959, em Nova York, EUA (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)
Dados Acadêmicos:	
1979	CPCD - IRBr
1984	CAD - IRBr
1988	Mestrado em Relações Internacionais pela American University, Washington-DC/EUA
1997	CAE - IRBr, Globalização: arautos, céticos e críticos. O conceito, o debate atual e alguns elementos para a política externa brasileira
Cargos:	
1980	Terceiro-Secretário
1982	Segundo-Secretário
1987	Primeiro-Secretário, por merecimento
1994	Conselheiro, por merecimento
1999	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2006	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1980	Divisão da América Meridional-II, Assistente
1981	Departamento das Américas, Assistente
1982	Instituto Rio Branco, Professor-Assistente de História das Relações Diplomáticas do Brasil
1982	Secretaria-Geral, Assessor
1984	Missão Permanente junto à OEA, Washington, Segundo-Secretário
1987	Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
1990	Instituto Rio Branco, Professor-Assistente de Relações Internacionais
1990	Instituto Rio Branco, Orientador Profissional
1990	Presidência da República, Assessoria Diplomática, Adjunto
1992	Fundação Alexandre de Gusmão, Diretor-Geral
1993	Instituto Rio Branco, Professor de Linguagem Diplomática

1993	Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Chefe de Gabinete do Ministro
1994	Ministério da Fazenda, Assessor do Ministro
1995	Embaixada em Londres, Conselheiro
1998	Gabinete do Ministro de Estado, Subchefe e Porta-voz
1999	Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira
2001	Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2005	Ministério da Fazenda, Chefe de Gabinete do Ministro
2007	V Reunião (final) de Recomposição da AID-15/Banco Mundial, Berlim, Chefe de Delegação
2008	Ministério da Fazenda, Secretaria de Assuntos Internacionais, Secretário
2008	Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Brasília, Chefe de Delegação
2008	Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI), Roma, Chefe de Delegação
2008	Reunião de Ministros da Fazenda do G-8, Osaka, Japão, Chefe de Delegação
2008	I Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, Cancún, México, Chefe de Delegação
2008	Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul, San Miguel de Tucumán, Argentina, Chefe de Delegação
2008	Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Rio de Janeiro, Chefe de Delegação
2008	Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, Cidade do México, Chefe de Delegação
2009	Reuniões (4) de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Londres, Horsham e St. Andrews, Reino Unido, e Basileia, Suíça, Chefe de Delegação
2009	Reunião Extraordinária dos Ministros Ibero-Americanos das Finanças, Porto, Portugal, Chefe de Delegação
2009	Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, Washington, Chefe de Delegação
2009	I Reunião de Ministros das Finanças da CPLP, Lisboa, Chefe de Delegação
2009	II Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, Viña del Mar, Chile, Chefe de Delegação
2009	Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul, Assunção, Chefe de Delegação
2009	Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI), Cairo, Chefe de Delegação
2010	Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, Washington, Chefe de Delegação
2010	Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Incheon, Coreia, Chefe de Delegação
2010	Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI), Paris, Chefe de Delegação
2010	Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, Paris, Chefe de Delegação
2010	III Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, Lima, Chefe de Delegação
2010	Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Gwangju, Coreia, Chefe de Delegação
2010	I Reunião da Subcomissão Econômico-Financeira Brasil-China, Pequim, Chefe de Delegação
2010	I Diálogo Econômico-Financeiro Brasil-EUA, Washington, Chefe de Delegação
2010	Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, Gyeongju, Coreia, Chefe de Delegação
2011	Embaixada em Tóquio, Embaixador

Condecorações:

1981	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Cavaleiro
1983	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
1999	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
1999	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2000	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
2000	Ordem do Mérito Brasília, Brasil, Grande Oficial
2011	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2011	Grande Medalha Presidente Juscelino Kubitscheck, Estado de Minas Gerais, Brasil

Publicações:

1993	Realismo de Cada Um: interdependência e relações políticas entre Estados no mundo pós-guerra fria, in Estudos Históricos, vol. 6, n. 12

1998 Globalização: arautos, céticos e críticos, in Política Externa, vol. 6, n. 4 e vol. 7, n. 1

2011 O G-20 e a transformação da governança internacional: anotações pontuais de um participante, in Política Externa, vol. 20, n. 3

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC) & DEMAIS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS SEDIADAS EM GENEBRA

OMC

UNITED NATIONS
UNCTAD

OMPI
ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL

UIT

International Trade Centre

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2013

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO - OMC

1). DADOS BÁSICOS

Nome Oficial	Organização Mundial do Comércio - OMC
Membros	159
Ano da fundação	1995
Ano da adesão do Brasil	1995 (Membro fundador)
Sede	Genebra, Suíça
Principais órgãos	Conferência Ministerial Conselho Geral Secretariado
Principais Chefias	Diretor-Geral: Pascal Lamy, desde 2005, até 31 de agosto de 2013 Diretores-Gerais Adjuntos: Alejandro Jará, Valentine Sendanyoye Rugwabiza, Harsha Vardhana Singh e Rufus H. Yerxa

2). PERFIS BIOGRÁFICOS

Diretor-Geral da OMC - Pascal Lamy

Nascido em 8 de abril de 1947, em Levallois-Perret, França, Pascal Lamy frequentou a École des Hautes Études Commerciales (HEC), o Institut d'Études Politiques (IEP) e a École Nationale d'Administration (ENA).

É Diretor-Geral (DG) da Organização Mundial do Comércio (OMC) desde setembro de 2005. Anteriormente, de 1985 a 1994, foi Chefe de Gabinete do Presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, e seu representante no G7. Fez parte da equipe que ajudou a resgatar o Crédit Lyonnais, em 1994, tornando-se CEO do banco até sua privatização em 1999. Entre 1999 e 2004, foi Comissário de Comércio da Comissão Europeia.

O DG da OMC realizou visita oficial ao Brasil em abril de 2010. Entrevistou-se com o atual Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antônio Patriota, entre outras ocasiões, durante a edição de 2011 do Fórum Econômico Mundial de Davos e a Oitava Conferência Ministerial da OMC (Genebra, dezembro de 2011).

Pascal Lamy será sucedido, em 1º setembro próximo, pelo Embaixador Roberto Azevêdo, atual Representante Permanente do Brasil junto à OMC e demais organizações econômicas em Genebra.

Diretor-Geral eleito da OMC – Roberto Azevêdo

Roberto Azevêdo é diplomata de carreira do Itamaraty, nascido em 1957 em Salvador.

Formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília em 1981 e, em 1983, foi aprovado no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, ingressando no Instituto Rio Branco.

Sua primeira função no Ministério das Relações Exteriores foi a de assistente na Divisão de Feiras e Turismo, em 1985. No final do mesmo ano, tornou-se assistente da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Bilaterais do Itamaraty.

Em seguida, trabalhou no exterior – na Embaixada em São Salvador (como Encarregado de Negócios); na Embaixada em Washington (como Terceiro e Segundo-Secretário) e na Embaixada em Montevidéu (como Segundo e Primeiro-Secretário).

Em 1991, tornou-se Presidente do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro.

Em 1995, de volta a Brasília, tornou-se Subchefe para Assuntos Econômicos do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Em 1997, foi enviado para Genebra, onde trabalhou na Delegação do Brasil junto à ONU e demais Organismos Internacionais sediados naquela cidade, com foco para a OMC. Já como Conselheiro, atuou em defesa do Brasil em diversos painéis da OMC.

Em 2001, assumiu a Chefia da Coordenação-Geral de Contenciosos do Itamaraty.

Em 2005, tornou-se Diretor do Departamento Econômico e, em 2006, Subsecretário-Geral do Itamaraty para Assuntos Econômicos e Tecnológicos.

Em 2007, chefiou a delegação brasileira à Rodada Doha e, ao final do mesmo ano, foi promovido a Embaixador e, após sabatina no Senado Federal, assumiu a chefia da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio.

Em 2013, foi eleito Diretor-Geral da OMC, cargo que passará a desempenhar a partir de setembro deste ano.

3). INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A OMC

Histórico e atribuições:

As origens da Organização Mundial do Comércio (OMC) remontam ao final da Segunda Guerra Mundial e aos esforços dos aliados em reconstruir a economia mundial. O impasse na ratificação da Carta de Havana, documento que delimitava os objetivos e funções de uma das instituições de Bretton Woods voltada ao comércio internacional, levou à negociação de um Acordo Provisório (GATT), em 1947, que adotava o resultado das negociações relativas a tarifas e regras sobre o comércio. Aos poucos, os trabalhos no GATT foram sendo institucionalizados, mas a instituição não chegou a constituir um organismo internacional no sentido pleno.

A partir de então, as regras do sistema de comércio internacional, antes consubstanciadas em tratados bilaterais, foram aprofundadas através de rodadas de negociações multilaterais. Inicialmente voltadas à diminuição dos direitos aduaneiros, as seis primeiras rodadas foram pautadas em negociações sobre concessões tarifárias recíprocas que culminaram em uma bem-sucedida queda da média tarifária aplicada.

A sétima rodada, denominada Rodada Tóquio, voltou-se a negociações de regras sobre barreiras não tarifárias, as quais passaram a ser adotadas por diversos países como nova forma de protecionismo à produção nacional. A Rodada culminou em nove acordos (válidos apenas entre as partes que os assinavam): Barreiras Técnicas; Subsídios; Antidumping; Valoração Aduaneira; Licenciamento de Importação; Compras Governamentais; Comércio de Aeronaves; Acordo sobre Carne Bovina e Acordo sobre Produtos Lácteos. Os dois últimos foram encerrados com o início das atividades da OMC.

A oitava rodada, a Rodada Uruguai, foi a mais ambiciosa e complexa das negociações estabelecidas no âmbito do GATT. Além da diminuição tarifária, estava entre os seus objetivos a integração às regras do GATT de setores antes excluídos, como agricultura e têxteis, além da aplicação daquelas regras a novos setores como serviços, medidas de investimentos e de propriedade intelectual.

O principal resultado da Rodada Uruguai foi o estabelecimento da OMC como fórum para a negociação de acordos multilaterais de liberalização e regulamentação do comércio internacional. A OMC, enquanto organização internacional, possui estrutura legal e institucional para a implementação e monitoramento desses acordos internacionais, assim como para a solução de conflitos oriundos de sua aplicação e interpretação. Atualmente existem 16 (dezesseis) acordos multilaterais em vigor sob a égide da OMC (dos quais todos os Estados Membros da OMC são partes signatárias) e 2 (dois) acordos "plurilaterais", dos quais apenas alguns dos Estados Membros são partes signatárias.

O termo GATT ficou restrito ao acordo original negociado em 1947, com as emendas e interpretações introduzidas até o final da Rodada Uruguai. Assim, a ideia do GATT enquanto órgão internacional desapareceu, mas o acordo permanece válido enquanto parte do sistema das regras do comércio internacional.

Durante os últimos 60 anos a OMC, que foi estabelecida em 1995, e o seu predecessor, o GATT, contribuíram para a criação de um sistema de comércio internacional forte e próspero e, consequentemente, para um crescimento econômico global sem precedentes. Atualmente a OMC conta com 159 Estados Membros. Suas atribuições incluem: (i) negociar regras para o comércio internacional de bens, serviços, propriedade intelectual e outras matérias que os Membros venham a acordar; (ii) zelar pela adequada implementação dos compromissos assumidos; (iii) servir de espaço à negociação de novas disciplinas; e (iv) resolver controvérsias entre os Membros. As atividades conduzidas pela OMC contam com o suporte de seu Secretariado sob a direção de seu Diretor-Geral. As três línguas oficiais na OMC são o inglês, o francês e o espanhol.

Estrutura:

Conferência Ministerial

O órgão máximo da OMC é a Conferência Ministerial, que deve reunir-se, no mínimo, a cada dois anos. Entre essas reuniões, as funções da Conferência Ministerial são exercidas pelo Conselho Geral, que, sob distintos termos de referência, funciona também como Órgão de Revisão de Políticas Comerciais e Órgão de Solução de Controvérsias.

Conselho Geral

Ao Conselho Geral reportam-se diretamente o Conselho de Bens, o Conselho de Serviços e o Conselho de Propriedade Intelectual, além de comitês temáticos voltados a temas como Comércio e Desenvolvimento, Comércio e Meio Ambiente, Acordos Regionais e Orçamento. Com o lançamento da Rodada Doha, foi instituído o Comitê de Negociações Comerciais (TNC), também subordinado ao Conselho Geral. No âmbito do TNC estão as Sessões Especiais do Conselho de Serviços, do Conselho de Propriedade Intelectual, do Órgão de Solução de Controvérsias, do Comitê de Agricultura, do Subcomitê sobre Algodão, do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento e do Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente, assim como os Grupos de Negociação sobre Acesso a Mercados, Regras e Facilitação de Comércio. Atualmente, o Conselho Geral é presidido pelo Embaixador Shahid Bashir, Representante Permanente do Paquistão.

Conselho de Bens

O Conselho de Comércio de Bens da OMC visa a monitorar a implementação de compromissos comerciais pelos diversos membros. Entre suas instâncias subsidiárias, destacam-se o Comitê de Acesso a Mercados, o Comitê de Agricultura, o Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio e o Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias. O Conselho de bens é presidido atualmente por Tom Mboya Okeyo, do Quênia.

Conselho de Serviços

O Conselho de Comércio de Serviços da OMC se reúne, em média, cinco vezes ao ano, para avaliar o cumprimento, pelos Membros, de seus compromissos de acesso a mercados assumidos no âmbito do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços – GATS, bem como questões relativas à regulamentação doméstica e transparência de regras nacionais para as atividades financeiras, de transportes, energia, telecomunicações e serviços profissionais. O Conselho de Serviços é presidido atualmente por Abdolazeez Al-Otaibi, da Arábia Saudita.

Conselho de TRIPS

É o órgão que trata dos temas relacionados ao Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio ("TRIPS"). Entre as discussões de maior relevância para o Brasil, mencione-se a

relação entre o Acordo TRIPS e a saúde pública, assim como entre o Acordo TRIPS e Convenção sobre a Diversidade Biológica. O Conselho de TRIPS é presidido atualmente pelo Embaixador Alfredo Suescum, do Panamá.

Órgão de Revisão de Políticas Comerciais

O mecanismo de revisão de políticas comerciais da OMC permite o exame periódico do quadro jurídico e das práticas dos Estados Membros em matéria de política comercial. A periodicidade das revisões é definida pela participação de cada membro nos fluxos internacionais de comércio. O exercício toma por base, de um lado, relatório preparado pelo governo do Membro sob exame, na forma de uma declaração política, e, de outro lado, relatório produzido pelo Secretariado, de teor analítico e crítico. A par dos elementos de informação disponíveis, representantes dos demais Membros da OMC dirigem perguntas – seja por escrito, com antecedência de alguns dias, seja oralmente, no momento da reunião – ao Membro examinado, para que este exponha seus pontos de vista sobre os temas levantados. Em junho de 2013 o Brasil será objeto do processo de revisão. O Órgão de Revisão de Políticas Comerciais é atualmente presidido por Joakim Reiter, da Suécia.

Órgão de Solução de Controvérsias

Considerado por muitos especialistas como um dos resultados mais significativos da Rodada Uruguai de negociações comerciais (1986-1994), o sistema de solução de controvérsias da OMC diferencia-se do mecanismo vigente no âmbito do GATT em vários aspectos. Dentre esses, talvez o mais importante seja o modo de aprovação dos relatórios dos painéis, que contêm recomendações para a solução dos contenciosos. O GATT exigia o consenso dos Membros para aprovar os relatórios, o que permitia à parte derrotada bloquear a aprovação. Já na OMC, relatórios de painéis só não serão aprovados pelo Órgão de Solução de Controvérsias – OSC, no qual todos os Membros estão representados, caso ocorra o chamado "consenso negativo": todos os Membros, inclusive o ganhador da disputa, decidam pela não adoção do relatório.

À diferença do mecanismo de solução de controvérsias do GATT, o sistema da OMC é dotado de um Órgão de Apelação, uma espécie de instância revisora, com a função de verificar, a pedido de qualquer parte em disputa, os fundamentos legais do relatório do painel e de suas conclusões.

O objetivo do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC é reforçar a observância das normas comerciais multilaterais e a adoção de práticas compatíveis com os acordos negociados. Não há o propósito de

punir Membros pela adoção de práticas consideradas inconsistentes com as regras da OMC. O sistema permite, a qualquer momento, a solução do conflito por meio de um acordo entre as partes em contenda.

Caso um relatório de painel aprovado pelo OSC conclua pela inconformidade da prática de um Membro com as regras da OMC, a parte afetada deve modificar aquela prática, de modo a recompor o equilíbrio entre direitos e obrigações, um dos fundamentos do sistema multilateral de comércio. Apenas em caso de recusa por parte do Membro derrotado em recompor tal equilíbrio é que a OMC poderá autorizar retaliações.

O Brasil, como um dos Membros que mais atuam em contenciosos na OMC, considera que o mecanismo de solução de controvérsias tem dado resposta satisfatória às necessidades do sistema multilateral de comércio e, portanto, que seu fortalecimento corresponde ao interesse nacional do País. O Órgão de Solução de Controvérsias é atualmente presidido por Jonathan Fried, do Canadá.

Relações com outros organismos internacionais:

A OMC mantém relações institucionais com cerca de 140 organizações internacionais, que participam dos trabalhos da OMC como observadoras. A OMC participa igualmente como observadora junto a várias outras organizações internacionais. O Secretariado da OMC relaciona-se com aproximadamente 200 organizações internacionais sobre temas os mais diversos: estatísticas, pesquisa, normatização, assistência técnica e formação.

4). PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

O Brasil fez parte do primeiro grupo de vinte e três países signatários do GATT em 1947 e também foi membro fundador da OMC. Sua atuação vem ganhando crescente destaque desde os anos do GATT, tendo muitas vezes levado o País a assumir posições de liderança entre os países em desenvolvimento. Nesse contexto, é cada vez mais vista com naturalidade a participação do Brasil em processos de consulta e negociação conduzidos, em suas fases cruciais, por grupos reduzidos de membros. A contribuição financeira do Brasil para a Organização, em 2013, foi de US$ 2,423,433.00.

A experiência brasileira tem sido reconhecida também pela escolha de seus representantes para o desempenho, ao longo da vigência dos dois organismos, de funções como presidências de grupos negociadores e comitês, a presidência do Conselho de Representantes do GATT e do Conselho Geral da OMC, do Conselho de Serviços, do Comitê de

Comércio e Desenvolvimento, do Órgão de Solução de Controvérsias e, mais recentemente, a Direção-Geral da própria OMC, que será assumida pelo Embaixador Roberto Azevêdo, atual Representante Permanente do Brasil junto à Organização, em 1° de setembro próximo.

Os principais objetivos do Brasil na OMC são: (i) assegurar crescente abertura dos mercados internacionais para bens e serviços brasileiros; (ii) propugnar pelo contínuo aprimoramento das regras do comércio internacional, inclusive para buscar dispositivos que atendam às necessidades próprias dos países em desenvolvimento (seja por meio de maior flexibilidade na aplicação de determinadas regras e na forma como se processa a abertura comercial, seja na eliminação de assimetrias prejudiciais a esses países); (iii) fortalecer o sistema multilateral de comércio, inclusive o Mecanismo de Solução de Controvérsias, a fim de coibir o uso de medidas unilaterais que possam atingir os interesses brasileiros.

Desde a entrada em vigor do Entendimento sobre Solução de Controvérsias da OMC, em 1995, o Brasil tomou parte, como demandante, demandado ou terceira parte, em 114 contenciosos. É o quarto país em número de demandas apresentadas na Organização (26) e o oitavo país em número de demandas recebidas (14).

O Brasil também acompanhou 74 disputas como terceira parte (das 459 totais iniciadas no sistema).

Em termos de casos ativos, destaca-se o contencioso com os Estados Unidos sobre Subsídios ao Algodão, atualmente na etapa de implementação. Diante da incapacidade dos Estados Unidos de darem o devido cumprimento à decisão (favorável aos interesses brasileiros), o Brasil foi autorizado a aplicar medidas de retaliação contra os Estados Unidos na área de bens e de propriedade intelectual. Em 2010, às vésperas do início previsto para entrada em vigência das medidas, os Estados Unidos propuseram um entendimento provisório entre as partes, mediante o qual, em troca da suspensão da retaliação, os Estados Unidos se comprometeram a financiar fundo para atividades de assistência técnica e cooperação em benefício dos cotonicultores brasileiros. Até 31 de maio de 2013, os EUA tinham transferido ao Instituto Brasileiro do Algodão, US$ 463,9 milhões. O entendimento provisório – atualmente em aplicação – está condicionado à aprovação de uma nova legislação agrícola pelo Congresso norte-americano, prevista para ocorrer até outubro deste ano. A definição das medidas que deverão ser adotadas pelo Brasil caso não seja possível chegar a uma solução definitiva sobre contenciosos nas discussões bilaterais em curso, dependerá de uma avaliação sobre o grau de compatibilidade da nova lei à decisão do Órgão de Solução de Controvérsias.

Contexto atual - A Rodada Doha da OMC:

A Rodada Doha da OMC, iniciada em 2001, encontra-se em estado de impasse desde 2008. Países desenvolvidos (especialmente os EUA) desejam obter concessões adicionais dos principais países emergentes, sem oferecer contrapartidas nas áreas de interesse prioritário dos países em desenvolvimento (como agricultura, no caso do Brasil). Fracassaram as tentativas de desbloquear as negociações durante da 8ª Conferência Ministerial da OMC (dezembro/2011) mediante a aprovação de pacote parcial de resultados que incluísse benefícios aos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs).

Atualmente, existe a perspectiva de adoção de um conjunto limitado de resultados (uma "colheita antecipada") por ocasião da Nona Conferência Ministerial, a realiza-se de Báli, em dezembro próximo. Em princípio, esse pacote abrangeria facilitação de comércio (tema prioritário para os países desenvolvidos) e algumas questões de interesse dos países em desenvolvimento, como agricultura (administração de quotas tarifárias, subsídios à exportação, programas de apoio a pequenos agricultores) e tratamento especial e diferenciado. O ritmo de progresso até o momento, porém, é insatisfatório.

Não obstante a falta de avanços na dimensão negociadora da OMC, seu sistema de regras multilaterais mostrou-se suficientemente sólido para prevenir uma espiral de protecionismo após a crise financeira global. A legitimidade das disciplinas multilaterais de comércio depende, no entanto, de sua atualização periódica, de forma a permitir a manutenção do equilíbrio de vantagens para todos os participantes. A incapacidade para concluir a Rodada Doha teria, no médio e longo prazos, efeitos negativos para a credibilidade e para o funcionamento do sistema multilateral de comércio, gerando lacunas e desequilíbrios que não poderiam ser supridos pela simples multiplicação de acordos regionais ou setoriais. Por esse motivo, o Brasil é favorável à conclusão do acordo de "colheita antecipada" em Bali. Este acordo não é, no entanto, suficiente em si mesmo. Uma vez restaurada a capacidade negociadora da OMC, será necessário retomar a pauta negociadora mais ampla, inclusive no que se refere a acesso a mercados.

Temas de Interesse para o Brasil:

Agricultura

O Brasil e o G-20 têm defendido que, no contexto de eventual resultado antecipado ("*early harvest*") da Rodada Doha, ao lado de

Facilitação do Comércio e outros assuntos de maior apelo junto aos países desenvolvidos, figurem temas das negociações agrícolas. Tendo em vista que um resultado antecipado incluiria apenas temas com caráter mais técnico e menor ambição, o G-20 apresentou propostas para (i) a implementação das disciplinas sobre administração de quotas tarifárias (TRQs) da última versão das modalidades agrícolas e (ii) a antecipação de compromissos no pilar de "*export competition*", em particular no tocante a subsídios e financiamento à exportação de produtos agrícolas.

A proposta para TRQs busca reforçar as obrigações de transparência e mecanismo para equacionar situações de "subpreenchimento", que ocorreriam quando a taxa de preenchimento ficasse abaixo de 65% do montante da quota. Os países desenvolvidos estariam obrigados, após 3 anos de "subpreenchimento", a alterar sua metodologia para uma de "*first come, first served*" ("por ordem de chegada") ou de "*licenses on demand*" ("licenças sob demanda"), de caráter automático. O objetivo, análogo ao das discussões de Facilitação do Comércio, é assegurar o usufruto de compromissos de acesso a mercados firmados na Rodada Uruguai mas, na prática, denegados em razão das metodologias empregadas na administração de TRQs de alguns parceiros comerciais. Países em desenvolvimento estariam dispensados de alterar suas regras, mesmo após 3 anos de "subpreenchimento".

Em termos de concorrência em matéria de exportações, a proposta do G-20 renova o compromisso da Declaração Ministerial de Hong Kong (2005) de eliminação de subsídios à exportação – prevista inicialmente para 2013, no contexto da conclusão da Rodada Doha – e determina compromisso intermediário de redução, até o final do corrente ano, dos montantes consolidados pelos países desenvolvidos em termos de quantidades exportadas (teto será a média dessas quantidades em 2003-2005) e dispêndio orçamentário (corte de 50%). A proposta proíbe, igualmente, a concessão de subsídios à exportação de algodão. Países em desenvolvimento poderão manter subsídios à exportação até 5 anos após a eliminação total desses programas.

Para financiamento à exportação, área que inclui créditos, garantias e seguro voltados para a exportação de produtos agrícolas, a proposta do G-20 fixa em 18 meses o prazo de pagamento máximo para operações apoiadas por governos. Países em desenvolvimento terão prazo de 3 anos para aplicar esse limite.

Além disso, está em discussão proposta do G-33, capitaneada pela Índia, de inserir na "colheita antecipada" dispositivos do Anexo B das modalidades agrícolas sobre programas de apoio alimentar e formação de estoques para segurança alimentar, oriundos de proposta anterior do G-20 (inspirada pelo Brasil). Busca-se a inclusão, na Caixa Verde (programas de apoio que têm mínimos efeitos distorcivos sobre a produção agrícola e,

portanto, não são objeto de compromissos de redução dos Membros da OMC), de programas de subsídios voltados ao desenvolvimento rural, bem como a isenção, da Caixa Amarela (programas de apoio dos Membros que possuem efeitos sobre a produção agrícola e são objeto de compromissos de redução), de compras governamentais relacionadas ao apoio a agricultores de baixa renda ou poucos recursos.

O principal motivo para a proposta do G-33 reside na metodologia do Acordo de Agricultura de mensuração, para efeito de cômputo na Caixa Amarela, dos programas de sustentação de preço (MPS, da sigla em inglês) destinados à formação de estoques para segurança alimentar. Essa metodologia infla, artificialmente, os montantes subsidiados, ao basear-se em comparação do preço utilizado pelos Governos com o preço fixo de referência definido na Rodada Uruguai, inferior ao preço de mercado da atualidade. Dessa forma, o limite autorizado para tais programas de MPS fica restrito, obrigando os países que os mantêm a reformar seus programas ou a descumprir a normativa multilateral.

Atualmente, Índia, China, Paquistão, Indonésia e Filipinas implementam políticas clássicas de sustentação de preço para a aquisição de arroz e trigo. A China e a Índia têm os programas mais ambiciosos, com aquisições governamentais que representam 1/3 da produção doméstica (arroz e trigo na Índia; e trigo na China), gerando estoques de grandes proporções. Como China e Índia são também os maiores produtores mundiais, possíveis excedentes exportáveis podem afetar negativamente os mercados internacionais.

Facilitação de comércio

O tema de Facilitação de Comércio consiste na adoção de medidas para modernizar a administração e a cooperação aduaneira, simplificar e agilizar os procedimentos de comércio exterior, bem como no oferecimento de assistência técnica, capacitação e tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo (PMDRs). Tópico originalmente mencionado em 1996, por ocasião da Conferência de Cingapura, e aprofundado em 2001 (mandato de Doha) e em 2004 ("Pacote de Julho" do Conselho Geral da OMC), a discussão enfoca o conteúdo e o alcance de três artigos do GATT: liberdade de trânsito (Artigo V); taxas e formalidades (Artigo VIII); e transparência na publicação e na implementação de regras de comércio (Artigo X).

A matéria é de interesse dos países desenvolvidos, em particular os EUA, acompanhados por Canadá, União Europeia e Suíça. Por outro lado, países em desenvolvimento argumentam que as medidas propostas no texto negociador refletiriam práticas consolidadas dos países desenvolvidos, o

que poderia trazer condições desiguais de implementação para os países em desenvolvimento e para os PMDRs.

O Brasil apoia a inclusão do tema de Facilitação de Comércio em um eventual pacote de resultados antecipados, por ocasião da Conferência de Bali (dezembro/2013), desde que acompanhado de resultados nos demais pilares negociadores, em particular a pauta agrícola. O País mantém postura favorável às demandas por maior flexibilidade nas disciplinas, ainda que algumas medidas similares aos compromissos em negociação já estejam sendo implementadas por órgãos do Governo. O Brasil atua como coproponente em dois temas de Facilitação de Comércio: cooperação aduaneira e facilitação do comércio de bens perecíveis.

Além disso, o Brasil tem ressaltado que eventual resultado antecipado em Bali não poderia ser considerado como conclusão da Rodada Doha, uma vez que há outros temas igualmente relevantes que podem ser objeto de negociação posterior.

5). CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1947	23 países assinam o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – GATT.
	Primeira Rodada do GATT (Rodada Genebra), sobre tarifas. Resultou na negociação de 45.000 concessões tarifárias.
	Delegados de 56 países se reúnem em Havana, Cuba, em novembro, a fim de iniciar negociações sobre proposta de Carta sobre Organização Internacional de Comércio (OIC).
1948	Acordo do GATT entra em vigor no dia 1° de janeiro
	Em março, a Carta de Havana, que daria origem à OIC, é assinada. O Congresso dos EUA, contudo, não a referenda. O GATT, inicialmente provisório, torna-se o único instrumento internacional de referência para o comércio internacional.
1949	Segunda Rodada do GATT (Rodada Annecy), França. Os13 países participantes fazem cerca de 5000 concessões tarifárias.
1950	Terceira Rodada do GATT (Rodada Torquay), Reino Unido. Os 38 países participantes negociam cerca de 8700 concessões tarifárias, reduzindo em 25% o nível tarifário de 1948.
1955-56	Revisão do texto do acordo do GATT, com a aprovação do Protocolo de Emendas.
	Quarta Rodada do GATT (Rodada Genebra), Suíça. Contou com 26 países participantes. Ao término das negociações, a redução tarifária superou os US$ 2,5 bilhões.

1960-62	Quinta Rodada do GATT (Rodada Dillon, em homenagem ao Subsecretário de Estado americano, Douglas Dillon). Concessões tarifárias alcançaram US$ 4,9 bilhões e envolveram negociações relacionadas com a criação da Comunidade Econômica Europeia, que pela primeira vez negociou como uma só entidade.
1964-67	Sexta Rodada do GATT (Rodada Kennedy), sobre tarifas e medidas antidumping. Redução tarifária em volume equivalente a US$ 40 bilhões.
	Em 1965, é aprovada a Parte IV do GATT, que confere tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento.
1973-79	Sétima Rodada do GATT (Rodada Tóquio), com a participação de 102 países. Foram criadas uma série de acordos plurilaterais sobre medidas não-tarifárias e aprovada a chamada "cláusula de habilitação", que permite a concessão de preferências a países em desenvolvimento. Redução tarifária alcançou US$ 300 bilhões
1986-93	Oitava Rodada do GATT (Rodada Uruguai). A mais ambiciosa do ponto de vista temático. Resultou na criação da OMC e na incorporação ao regime do GATT de setores antes parcialmente excluídos, como agricultura e têxteis, além de introduzir regras a novos setores: serviços (GATS), investimentos (TRIMS) e de propriedade intelectual (TRIPS).
1994	Em Marraquexe, Marrocos, completou-se a Rodada Uruguai e firmou-se o acordo de estabelecimento da Organização Mundial do Comércio.
1995	Criação da Organização Mundial do Comércio, com sede em Genebra. O Brasil é membro fundador.
1996	1ª Conferência Ministerial, Cingapura. A tentativa de inclusão nas discussões da OMC de uma cláusula social e de novos temas (compras governamentais, investimentos, facilitação do comércio) foi rechaçada pelos países em desenvolvimento.
1998	2ª Conferência Ministerial, Genebra. Reafirma esforços de cooperação técnica para que os países em desenvolvimento se beneficiem do comércio internacional.
1999	3ª Conferência Ministerial, em Seattle, Estados Unidos. Com a forte oposição dos movimentos sociais antiglobalização, fracassou o lançamento de uma nova rodada de negociações da OMC. Mike Moore, da Nova Zelândia, se torna Diretor-Geral da OMC.
2001	Em dezembro, a China entra formalmente na OMC.
	4ª Conferência Ministerial, Doha. Lançada a Rodada para o Desenvolvimento (Rodada Doha), sobre tarifas, agricultura,

	serviços, subsídios, solução de controvérsias, entre outros.
2002	Com a eleição de Supachai Panitchpakdi como Diretor-Geral, pela primeira vez a OMC é comandada por um representante dos países em desenvolvimento.
2003	5ª Conferência Ministerial, em Cancun, México. As negociações fracassam após quatro dias de disputas sobre subsídios a produtores agrícolas e acesso a mercados. Sob liderança da diplomacia brasileira, foi criado o G-20, que alterou o equilíbrio das negociações agrícolas na Rodada Doha em favor dos PEDs.
	OMC declara ilegais tarifas impostas pelos EUA às importações de aço. Presidente Bush revoga tarifas a fim de evitar guerra comercial com a União Europeia.
2004	Em Genebra, EUA e União Europeia se dispõem a reduzir subsídios agrícolas se países em desenvolvimento cortarem custos alfandegários sobre produtos manufaturados.
2005	6ª Conferência Ministerial, em Hong Kong. É aprovada a Declaração de Hong Kong, que prevê a abolição dos subsídios à exportação de todos os produtos agrícolas até 2013. A reunião consolidou a contribuição essencial do G-20.
	OMC considera procedente queixa do Brasil sobre subsídios concedidos pelos EUA a seus produtores de algodão.
	Pascal Lamy é eleito Diretor-Geral da OMC
	EUA se dispõem a cortar subsídios concedidos à agricultura se União Europeia seguir o exemplo. A França dificulta o entendimento ao acrescentar mais exigências.
	Arábia Saudita ingressa na OMC.
2008	Ministros tentam retomar a Rodada Doha, sem sucesso.
2009	7ª Conferência Ministerial, em Genebra. A reunião teve caráter não-negocial, adotando como tema o papel da OMC e do Sistema Multilateral de Comércio no atual ambiente econômico global. Enfatizou-se a promoção de discussões mais transparentes e abertas e discutiram-se formas de reavivar as negociações, paralisadas desde 2005.
2010	Encontro do G-20, em Seul, aponta 2011 como uma "janela de oportunidade" para a conclusão da Rodada Doha.
2011	8ª Conferência Ministerial, em Genebra. Não tem sucesso a tentativa de aprovar um pacote parcial de resultados da Rodada. Com impossibilidade de negociar uma declaração ministerial, os países-membros optaram pela elaboração de texto de consenso, incluído no resumo da reunião, contendo elementos de orientação política relativos à importância do sistema multilateral de comércio, temática de comércio e desenvolvimento e retomada da Rodada Doha.
	Rússia ingressa na OMC.
2013	O embaixador brasileiro Roberto Azevêdo, atual Representante Permanente do Brasil junto à OMC, é eleito ao cargo de Diretor-Geral da Organização.
	9ª Conferência Ministerial prevista para realizar-se em Bali, Indonésia.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL – OMPI

1). DADOS BÁSICOS

Nome Oficial	Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI
Membros	- 186 Estados-Membros -250 observadores, entre organizações internacionais (OIs) e organizações não governamentais (ONGs) que participam de suas reuniões.
Ano da fundação	Instituída em 1967. Em 1974, tornou-se agência especializada das Nações Unidas.
Ano da adesão do Brasil	1975
Sede	Genebra, Suíça. Possui escritórios de representação em alguns países: Brasil, EUA, Cingapura, Japão.
Principais órgãos	• Conferência Diplomática (foro de mais alto nível onde são concluídos e revisados os tratados negociados no contexto da OMPI) • Assembleia Geral • Assembleias das Uniões que compõem a OMPI • Conferência da OMPI

Principais Chefias	• Francis Gurry, Diretor-Geral da OMPI (eleito em 2008) • Geoffrey Onyeama, Vice-Diretor-Geral, Setor de Desenvolvimento
Escritório da OMPI no Brasil	Rua Farme de Amoedo, 56 – 7º andar Ipanema – CEP 22420020 - Rio de Janeiro – RJ Tel: (+5521) 2523 0885 /Fax: (+5521) 2103 4626
Diretor do Escritório no Brasil	José Graça Aranha

2). PERFIL BIOGRÁFICO

Francis Gurry
Diretor-Geral da OMPI

Francis Gurry, natural da Austrália, iniciou sua carreira na OMPI em 1985, inicialmente no Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento e das Relações Exteriores com a Ásia e o Pacífico. Contribuiu para a criação do Centro de Arbitragem e Mediação, em 1994, bem como a elaboração dos Princípios Diretores ao Regramento Uniforme dos Litígios Relativos aos Nomes de Domínio. Fez parte da equipe de alta direção da OMPI desde 1997. De 2003 a 2008, foi Vice-Diretor-Geral e, a partir de 2008, Diretor-Geral. Francis Gurry trabalhou como advogado na Austrália e foi professor de Direito na Universidade de Melbourne. É doutor pela Universidade de Cambridge (Reino Unido) e autor de numerosas publicações e artigos sobre questões de propriedade intelectual.

3). INFORMAÇÕES GERAIS

Histórico e atribuições:

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI tem origem nos Escritórios Internacionais Unidos para a Proteção da Propriedade Intelectual (BIRPI), estabelecidos em 1893 mediante fusão dos Escritórios Internacionais criados pela Convenção de Paris sobre Propriedade Industrial e a Convenção de Berna sobre Obras Artísticas e Literárias.

Em 1967 foi celebrada Convenção Internacional que criou a OMPI, com sede em Genebra, Em 1974, a OMPI tornou-se agência especializada das Nações Unidas com mandato para administrar acordos sobre propriedade intelectual. O Brasil aderiu à convenção de estabelecimento da OMPI em 1975.

A OMPI conta com 186 membros e administra 25 tratados internacionais sobre propriedade intelectual (17 sobre propriedade industrial e 7 sobre direitos autorais, além da sua própria Convenção).

Desses acordos, 10 estão em vigor no Brasil, com destaque para a Convenção de Paris sobre Propriedade Industrial, a Convenção de Berna sobre Obras Artísticas e Literárias, a Convenção de Roma para a Proteção dos Artistas-Intérpretes, Produtores de Fonogramas e Organismos de Radiodifusão, a Convenção da União para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV) e o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT).

Entre as áreas de atuação da OMPI, destaca-se a promoção da proteção dos direitos de propriedade intelectual (DPIs) em escala global. Os DPIs estão divididos em duas categorias: Propriedade Industrial (patentes, marcas, desenhos industriais e indicações geográficas) e Direito Autoral (direitos de autor e direitos conexos). Como agência especializada das Nações Unidas, está, ademais, formalmente comprometida com o objetivo de estimular a transferência de tecnologias protegidas por direitos de propriedade industrial para os países em desenvolvimento.

Mais concretamente, as atividades da OMPI incluem: (i) negociação de normas em matéria de DPIs; (ii) administração de acordos sobre DPIs, bem como sistemas de registro internacional de patentes, marcas e desenhos industriais; (iii) prestação de assistência técnica aos seus Membros na implementação de tratados em matéria de propriedade intelectual, inclusive o Acordo de TRIPS (este concluído na OMC); (iv) fortalecimento institucional dos sistemas nacionais de proteção de DPIs; (iv) elaboração de análises econômicas e estatísticas com foco na relação entre a proteção de DPIs, inovação e desenvolvimento socioeconômico; e (v) prestação de serviços de mediação e arbitragem.

A OMPI administra 24 acordos internacionais em matéria de propriedade intelectual, que incluem harmonização de normas de proteção e classificação, bem como a gestão de sistemas globais de registro de DPIs.

Estrutura:

Os principais órgãos decisórios da OMPI são as Conferências Diplomáticas para adoção de novos tratados e as Assembleias Gerais. Diferentes comitês técnicos discutem regularmente matérias relacionadas à propriedade intelectual, tais como: o Comitê Permanente sobre Patentes (SCP, sigla em inglês); o Comitê Permanente sobre Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas (SCT, sigla em inglês); o Comitê Permanente sobre Direitos Autorais e Direitos Conexos (SCCR, sigla em inglês); o Comitê de Programa e Orçamento (PBC, sigla em inglês); o Comitê sobre Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP, sigla em inglês); o Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore (IGC, sigla em inglês); e o Comitê Assessor sobre Observância (ACE, sigla em inglês). A OMPI também mantém uma academia internacional e um mecanismo de arbitragem para disputas entre privados em matéria de propriedade intelectual.

Orçamento para o biênio de 2012-2013:

- Total de recursos disponíveis: 691,8 milhões de dólares (biênio 2012/2013);
- Não há projeção de superávit ou déficit para o período.
- Do orçamento total aprovado para o biênio 2012/2013, apenas 5,4% serão cobertos pelas contribuições dos Estados Membros. 92,1% das receitas da Organização provirão das taxas referentes aos serviços prestados pela OMPI na administração dos sistemas de registros internacionais de direitos de propriedade industrial (como os sistemas do Tratado de Cooperação de Patentes – PCT, do Protocolo de Madri – referente a marcas – e do Tratado de Haia – referente a desenhos industriais).

Relações com outros organismos internacionais:

Em 1996 foi firmado acordo de cooperação entre a OMPI e a Organização Mundial do Comércio, relativo à aplicação do Acordo sobre os Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, da OMC. O acordo de cooperação prevê, entre outros, a assistência técnico-jurídica e a cooperação técnica em favor dos países em desenvolvimento.

4). PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

Entre as iniciativas brasileiras de maior relevância naquela Organização, cabe destacar a adoção, em 2007, da chamada "Agenda para o Desenvolvimento", cujo objetivo é introduzir a dimensão do desenvolvimento em todos os trabalhos da Organização. O documento, baseado em proposta copatrocinada pelo Brasil, estabelece 45 recomendações cuja implementação está em curso. A Agenda para o Desenvolvimento traz recomendações sobre Assistência Técnica (Cluster A); Atividades Normativas, flexibilidades, Políticas Públicas e Domínio Público (Cluster B); Transferência de Tecnologia, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e Acesso ao Conhecimento (Cluster C); Acompanhamento, Avaliação e Estudos de Impacto (Cluster D); Questões de Mandato e Governança (Cluster E); e outros temas (Cluster F). O Brasil defende, em coordenação com diversos países em desenvolvimento, a implementação transversal e efetiva das recomendações da Agenda para o Desenvolvimento, em linha com mandato estabelecido pela Assembleia Geral da OMPI em 2007. É bastante ativo nos debates do Comitê sobre Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP, sigla em inglês), um dos foros centrais para a implementação da referida Agenda.

Destaque-se, também, o papel do Brasil nas negociações de tratado sobre limitações e exceções aos direitos autorais em benefício de pessoas com deficiência para leitura, que poderá ser concluído em junho de

2013, durante a Conferência Diplomática de Marraquexe. A Delegação brasileira, em conjunto com Equador e Paraguai, foi copatrocinadora da primeira proposta de tratado sobre o tema, apresentada em maio de 2009, e tem sido um dos protagonistas no processo negociador que se desenvolveu nos últimos anos.

O Brasil é também muito ativo nos debates sobre a proteção de recursos genéticos (RGs), conhecimentos tradicionais (CTs) e expressões culturais tradicionais (ECTs), que são levados a cabo no âmbito do Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore (IGC, sigla em inglês). Em conjunto com ampla coalização de países em desenvolvimento, defende a adoção de instrumentos internacionais que combatam o roubo e a apropriação indevida de RGs, CTs e ECTs, bem como garantam que o sistema de propriedade intelectual funcione como um apoio à observância das regras de acesso e repartição de benefícios (ABS, sigla em inglês) estabelecidas no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e de seu Protocolo de Nagoia.

Em 2009, o Brasil assinou com a OMPI o Acordo de Sede com vistas ao estabelecimento de Escritório de Coordenação da referida Organização no Brasil (na cidade do Rio de Janeiro). O Acordo está em tramitação para ratificação. O Governo vê o estabelecimento do Escritório não apenas como um reconhecimento da relevância da atuação brasileira nos foros da OMPI, mas também como uma oportunidade para aprofundar a cooperação bilateral com este Organismo, inclusive no que se refere à promoção de cooperação Sul-Sul em matéria de propriedade intelectual.

5). CRONOLOGIA HISTÓRICA

1883	Conclusão da Convenção de Paris sobre a Proteção da Propriedade Industrial, primeiro grande tratado internacional na matéria.
1884	Entrada em vigor da Convenção de Paris, com 14 Membros. Criação do Bureau Internacional para administração da referida convenção.
1886	Conclusão da Convenção de Berna sobre a Proteção das Obras Artísticas e Literárias. Junto com a Convenção de Paris, conforma a base da proteção dos direitos de propriedade intelectual em nível internacional. Assim como a Convenção de Paris, a Convenção de Berna estabelece um Bureau Internacional para sua administração
1893	Os "Bureaux" Internacionais de Berna e Paris unem-se para formar os "Bureaux" Internacionais Unidos para a Proteção da Propriedade Intelectual (BIRPI), organização internacional antecessora da OMPI. Nesta primeira fase, o BIRPI tinha sede em Berna, Suíça.

1960	Com a crescente importância da temática da propriedade intelectual, o BIRPI é transferido para Genebra, para estar mais próximo da sede das Nações Unidas e de outras organizações internacionais baseadas nesta cidade.
1967	Conclusão da Convenção que estabelece a Organização Mundial da Propriedade Intelectual.
1970	Entrada em vigor da Convenção da OMPI. BIRPI adota, oficialmente, o título de OMPI.
1974	A OMPI torna-se uma agência especializada das Nações Unidas, com mandato de debater e negociar temas de propriedade intelectual.
1975	Brasil torna-se membro da OMPI.
1994	Conclusão da Rodada Uruguai do GATT. Adoção do Acordo de Marraquexe, que criou a OMC. Entre seus anexos, destaque-se o Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (o "Acordo de TRIPS").
1996	A OMPI assina acordo de cooperação com a OMC relativo à prestação de assistência técnico-jurídica para implementação do Acordo de TRIPS.
1996	Conclusão dos Acordos da Agenda Digital da OMPI ("Tratado de Direitos Autorais" e "Tratado de Interpretações e Execuções e Fonogramas")
2007	Aprovação da Agenda para o Desenvolvimento, baseada em proposta copatrocinada pelo Brasil, pela Assembleia Geral da OMPI.
2012	Aprovada a convocação, para 2013, de Conferência Diplomática para conclusão de tratado sobre limitações e exceções aos direitos autorais em benefício das pessoas com deficiência para leitura.

6). PRINCIPAIS ATOS MULTILATERAIS E BILATERAIS

No âmbito da cooperação multilateral recebida, encontra-se em execução o projeto denominado "Disseminação da Cultura de Propriedade Intelectual e Internalização das Boas Práticas" que o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI – executa em parceria com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI. O projeto foi firmado em 28 de setembro de 2011, com vigência de 48 meses e tem orçamento composto por recursos do próprio Instituto. Trata-se de projeto destinado a contribuir para melhor utilização de procedimentos técnicos e administrativos visando ao aumento da produtividade nas operações relativas a patentes, marcas, informação tecnológica, procedimentos legais e contratos de transferência de tecnologia.

Já na cooperação triangular Sul-Sul, atualmente, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI) e a OMPI negociam instrumentos de cooperação com vistas ao estabelecimento de programa de parceria para a promoção da cooperação Sul-Sul, em benefício dos países em desenvolvimento. Em 2012, durante o "1° Encontro Inter-Regional da OMPI sobre Cooperação Sul-Sul em matéria de Propriedade Intelectual e Governança; Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore; e Direitos Autorais e Direitos Conexos", realizado em Brasília no período de 8 a 10 de agosto, foram assinados os documentos, sendo eles o Memorando de Entendimento, o Programa Executivo e o Programa de Parceria, que respaldarão a promoção de cooperação Sul-Sul triangular Brasil-OMPI que contará com recursos financeiros e conhecimento técnico do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

- Atos multilaterais:

Tratado	Assinatura	Entrada em Vigor
Convenção de Paris sobre a Proteção da Propriedade Industrial	20/03/1883	07/07/1884
Convenção de Berna sobre a Proteção de Obras Artísticas e Literárias	06/02/1922 (ratificação)	09/02/1922
Acordo de Madri para Repressão à Falsa Indicação de Origem de Produtos	14/04/1891	3/10/1896
Convenção de Roma para a Proteção de Artistas-Intérpretes, Produtores de Fonogramas e Organismos de Radiodifusão	26/10/1961	29/09/1965
Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes	19/06/1970	09/04/1978
Convenção para a Proteção de Produtores de Fonogramas contra a Duplicação Não Autorizada de seus Fonogramas	29/10/1971	28/11/1975
Acordo de Estrasburgo sobre a Classificação Patentária Internacional	28/06/1971	07/10/1975
Convenção que Estabelece a Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI	20/12/1974 (ratificação)	20/03/1975
Tratado de Nairóbi para a Proteção do Símbolo Olímpico	15/12/1982	10/08/1984
Convenção Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais	23/04/1999 (ratificação)	23/05/1999
Tratado de Nairóbi para a Proteção do Símbolo Olímpico	15/12/1982	10/08/1984

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO - UNCTAD

1). DADOS BÁSICOS

Nome Oficial	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, do inglês)
Membros	194
Ano da fundação	1964
Ano da adesão do Brasil	1964 (O Brasil foi membro fundador)
Sede	Genebra, Suíça
Principais órgãos	Secretariado Junta de Comércio e Desenvolvimento
Principais Chefias	Secretário-Geral: Supachai Panitchpakdi, desde 2005 (atualmente no 2º mandato)

2). PERFIL BIBLIOGRÁFICO

Secretário-Geral da UNCTAD
Supachai Panitchpakdi

Supachai Panitchpakdi iniciou seu segundo mandato de quatro anos como Secretário-Geral da UNCTAD em 1° de setembro de 2009, após ser confirmado por unanimidade pela Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Nasceu em Bangkok, em 30 de maio de 1946. Obteve o Mestrado em Econometria (Planejamento do Desenvolvimento) e o PhD em Planejamento Econômico e Desenvolvimento pela Escola de Economia da Holanda (conhecida hoje como Universidade Erasmus), em Roterdã.

Em 1973, completou sua tese de doutorado em Planejamento de Recursos Humanos e Desenvolvimento, sob a orientação do Professor Jan Tinbergen, o primeiro laureado com o Prêmio Nobel de Economia. Começou a carreira profissional no Banco da Tailândia, em 1974. Em 1986, foi eleito para o Parlamento tailandês e indicado Vice-Ministro de Finanças. Em 1988, tornou-se Diretor e Conselheiro, e depois Presidente, do Thai Military Bank.

Em 1992, foi apontado Senador e, no mesmo ano, tornou-se Vice-Primeiro-Ministro, responsável pela supervisão da política econômica e comercial. Nessa função, representou a Tailândia na cerimônia de assinatura dos Acordos da Rodada Uruguai, em Marraquexe, em 1994. Também participou ativamente em negociações de acordos regionais, no âmbito da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e Encontro Ásia-Europa (ASEM). Em 2001, foi nomeado Professor Visitante no International Institute for Management Development, em Lausanne. Publicou, entre outros livros, *Globalization and Trade in the New Millennium* (2001) e *China and WTO: Changing China, Changing World Trade* (2002, em coautoria com Mark Clifford). De setembro de 2002 a agosto de 2005, o Dr. Supachai foi Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio.

O mandato do Dr. Supachai como Secretário-Geral da UNCTAD expirará em 1° de setembro do corrente ano. Para substituí-lo, o Secretário-Geral das Nações Unidas, no atributo de suas prerrogativas, indicou aos Membros da ONU que submeterá à Assembleia Geral o nome de Mukhisa Kituyi, ex-Ministro do Comércio e atual Diretor do Instituto de Governança do Quênia.

3). INFORMAÇÕES GERAIS

Histórico e atribuições:

Instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1964, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) é o ponto focal do Sistema ONU no tratamento integrado das questões de comércio e desenvolvimento, e de temas conexos, como finanças, tecnologia, investimentos e empreendedorismo. É o órgão das Nações Unidas com mandato específico para tratar da relação entre comércio internacional e desenvolvimento. Voltada principalmente para os países em desenvolvimento, as atividades da Organização se distribuem em três pilares fundamentais: (i) atividades analíticas, (ii) formação de consenso e (iii) capacitação técnica.

Ao longo de sua história, a UNCTAD deu importante contribuição para o desenvolvimento do sistema multilateral de comércio. De suas discussões surgiram, por exemplo, os Acordos de Produtos de Base e o Sistema Geral de Preferências (SGP), pelo qual os países desenvolvidos concedem preferências aos países em desenvolvimento. A Organização apoiou também a negociação e operação do Sistema Geral de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (SGPC). A Organização possui também papel importante na realização de pesquisas e discussão intergovernamental em temas como produtos de base, comércio internacional de bens e serviços, investimentos, política da concorrência, entre outros, buscando analisar e trazer à discussão os temas relevantes da agenda econômica internacional, desde a perspectiva dos países em desenvolvimento.

A cada quatro anos, os países membros, que são todos os países das Nações Unidas, se reúnem em conferência para definir as orientações estratégicas do próximo período de trabalhos. Atualmente, vigora o mandato da XIII UNCTAD, realizada em Doha, em 2012.

A UNCTAD desenvolve suas atividades no âmbito de seis áreas temáticas principais: a) Globalização e Estratégias de Desenvolvimento; b) Comércio Internacional e Commodities; c) Investimento e Desenvolvimento Empresarial; d) Países de Menor Desenvolvimento Relativo; e) Infraestrutura de Serviços; f) Logística Comercial e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

A lista de autoridades que exerceram o cargo de Secretário-Geral da UNCTAD desde a sua criação é apresentada a seguir:

1. Raúl Prebisch - 1963 – 1969 - Argentina
2. Manuel Pérez-Guerrero - 1969 – 1974 - Venezuela
3. Gamani Corea - 1974 – 1984 - Sri Lanka
4. Alister McIntyre - 1985 - Grenada (interino)
5. Kenneth K. S. Dadzie - 1986 – 1994 - Gana
6. Carlos Fortin - 1994 – 1995 - Chile (interino)
7. **Rubens Ricupero - 1995 – 2004 - Brasil**
8. Carlos Fortin - 2004 – 2005 - Chile (interino)
9. Supachai Panitchpakdi - 2005 – 2013 - Tailândia

Estrutura:

O Secretariado da UNCTAD é o órgão responsável pelo serviço técnico e substantivo de apoio aos mecanismos intergovernamentais em suas discussões e deliberações e pela execução dos programas a cargo da UNCTAD. Além da preparação das Sessões da Conferências, o Secretariado também organiza, a cada dez anos, as Conferências das Nações Unidas sobre os Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs), cuja quarta edição ocorreu em maio de 2011, em Istambul, Turquia.

As unidades do Secretariado assistem a Junta de Comércio e Desenvolvimento, seus órgãos subsidiários e a Comissão sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (que é um órgão subsidiário do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas - ECOSOC). Para esses fins, o Secretariado assume a função de promover pesquisa, análise de políticas e reunião de dados, além de desenvolver programas de assistência técnica aos países membros.

O Secretariado conta com a seguinte estrutura:

i) Divisão de Globalização e Estratégias de Desenvolvimento (GDS);

ii) Divisão sobre Investimento, Tecnologia e Desenvolvimento Empresarial (DITE);

iii) Divisão sobre Comércio Internacional de Bens, Serviços e Commodities (DITC);

iv) Divisão de Infraestrutura de Serviços para Desenvolvimento e Eficiência Comercial (SITE);

v) Programa Especial para os Países de Menor Desenvolvimento Relativo, Países sem Litoral e Pequenas Ilhas;

vi) Divisão de Administração;

O mecanismo intergovernamental da UNCTAD, responsável pela deliberação política entre os membros compreende, além das Sessões da Conferência:

a) Junta de Comércio e Desenvolvimento: estabelecida como um órgão permanente da Conferência para desempenhar as funções da Conferência no período entre as sessões. A Junta se reporta à Conferência e também à Assembleia Geral das Nações Unidas, através do ECOSOC (Conselho Econômico e Social);

b) três Comissões temáticas: são órgãos subsidiários da Junta, estabelecidos na IX Sessão da Conferência (1996), cujo objetivo é desempenhar trabalho político integrado em suas respectivas áreas de competência – a Comissão sobre o Comércio de Bens, Serviços e Commodities, a Comissão sobre Investimento, Tecnologia e Assuntos Financeiros Correlatos e a Comissão sobre Empresas, Facilitação de Negócios e Desenvolvimento;

c) Reuniões de peritos: com a finalidade de reforçar a base técnica dos trabalhos da UNCTAD, cada Comissão poderá convocar reunião de peritos. Os resultados das reuniões devem ser examinados pelas Comissões, que podem transmiti-los à Junta.

Relações com outros organismos internacionais:

Como ponto focal para o tratamento integrado do comércio e desenvolvimento, a UNCTAD interage e coopera com diversos organismos internacionais dentro e fora do sistema das Nações Unidas. A UNCTAD e a OMC celebraram, em 2003, Memorando de Entendimento para o estabelecimento de cooperação e consultas em atividades de cooperação técnica e para a condução conjunta de estudos e outros trabalhos analíticos em temas selecionados. A UNCTAD também coopera com o Banco Mundial no desenvolvimento de programas de assistência técnica e construção de capacidades, além de participar das reuniões bianuais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

4). PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

O Brasil foi um dos países que impulsionou a realização da I UNCTAD e sua institucionalização, tendo sido sempre um de seus membros mais ativos. Para o Brasil, inicialmente, a UNCTAD era o foro para a discussão da reforma das estruturas do comércio e dos fluxos de investimentos internacionais, em linha com a análise crítica desenvolvida nos anos 50 na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Após a crise da dívida nos anos 1980 e o esgotamento das possibilidades do chamado Diálogo Norte-Sul, o Brasil foi um dos líderes da reforma da instituição, com reforço de seu papel como centro de reflexão sobre o desenvolvimento econômico.

O Brasil mantém sua visão de que a instituição não deve limitar-se a atividades de assistência técnica a Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs), também importantes, mas deve manter e ampliar sua capacidade de centro de análise e discussão sobre os temas do desenvolvimento, em busca de consensos internacionais. Ademais, os estudos da UNCTAD e sua base de dados econômicos e comerciais são ferramentas importantes para a elaboração de estratégia negociadora do Brasil na OMC e nas iniciativas brasileiras de promoção comercial.

O apoio continuado do Brasil à UNCTAD manifestou-se também no exercício do cargo de Secretário-Geral pelo Embaixador Rubens Ricúpero, de 1995 a 2004, e na realização, em São Paulo, da XI UNCTAD, em 2004, evento que propiciou a renovação do papel da Organização em relação ao desenvolvimento, contribuindo para consolidar o conceito de "espaço para políticas nacionais" – que reconhece, como atribuição autônoma de cada país, a formulação e a escolha de políticas e regulamentações, com vistas ao desenvolvimento, e ressalta a importância de preservar essa possibilidade, no contexto da negociação de compromissos internacionais ou das políticas de ajuda ou financiamento aos países em desenvolvimento.

Nesse contexto, o Brasil apoiou a iniciativa de formação de rede de "*think-tanks*" voltados para o desenvolvimento, no âmbito da UNCTAD. Propôs também que a Organização intensificasse a elaboração de recomendações inovadoras para orientar as relações intergovernamentais e as políticas domésticas dos países, com relação a problemas tradicionais e novas questões, como a nova economia de "*commodities*", a relação entre comércio e mudanças climáticas, migrações, segurança energética, políticas de inovação, ajuda ao comércio e a cooperação Sul-Sul.

Temas de interesse para o Brasil

A vertente analítica da UNCTAD que trata das relações entre comércio e desenvolvimento poderia ser melhor aproveitada no âmbito das Nações Unidas, particularmente em função da capacidade de a referida organização dar maior ressonância aos pontos de vista dos países em desenvolvimento. Nas últimas décadas, o debate sobre a prática da cooperação internacional tem sido dominado por referências conceituais estabelecidas unilateralmente pelos países desenvolvidos (i.e. CAD/OCDE), contexto que inibe uma discussão mais abrangente - e baseada em diferentes perspectivas - sobre as estratégias mais eficazes de cooperação internacional como instrumento de progresso social e econômico nos países em desenvolvimento.

O Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento (DCF, da sigla em inglês) do ECOSOC foi criado na expectativa de oferecer um espaço multilateral e neutro para abrigar debates sobre o que tem sido e o que deveria ser a cooperação internacional como instrumento de promoção do desenvolvimento. No entanto, o DCF ainda tem sua agenda influenciada pelos interesses específicos dos países doadores tradicionais, que lograram envolver as Nações Unidas em uma agenda criada fora do âmbito multilateral e que é pautada pela preocupação com a eficácia e a transparência na aplicação dos recursos investidos em iniciativas de cooperação internacional.

Nesse contexto, a UNCTAD poderia ser fortalecida como fonte de análises e de proposições, seja para o DCF/ECOSOC, seja para os debates vindouros relacionados à agenda pós-OMD-2015, no tocante a como o comércio internacional, o acesso a tecnologias e a investimentos, por exemplo, impactam o desenvolvimento e vice-versa. Dessa forma, a UNCTAD contribuiria de forma substantiva para tornar o debate sobre a cooperação internacional mais estratégico, no lugar do atual foco restrito à avaliação de desempenho e controle.

A cooperação triangular entre países em desenvolvimento e organismos internacionais encontra-se em franca expansão. O Brasil é um dos países que mais tem explorado sinergias entre suas iniciativas de cooperação Sul-Sul e o trabalho de alcance global conduzido por agências multilaterais. Nesse sentido, o enorme acervo de experiências e de conhecimentos disponíveis em centenas de instituições e entidades do Brasil e que já são objeto de uma intensa pauta bilateral de cooperação Sul-Sul junto a outros países em desenvolvimento, particularmente os PMDR, poderia encontrar na UNCTAD um potencial interessante de estabelecimento de novos paradigmas internacionais.

Ademais do amplo leque de reuniões e atividades que a organização levará a cabo, ao longo dos próximos quatro anos, com base

nos mandatos acordados pelos Membros e consolidados no Acordo de Doha, a participação do Brasil nos trabalhos da organização também terá como prioridade a preparação da celebração, em 2014, do cinquentenário do Grupo dos 77 e da própria UNCTAD. Esses eventos, para além de sua natureza celebratória, também deverão ser importantes para a consolidação da visão do capítulo da UNCTAD do G-77 sobre a agenda da "Plataforma de Desenvolvimento de Genebra", bem como para eventual contribuição da organização para o debate sobre os novos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio a serem fixados, no âmbito da ONU, para o período posterior a 2015.

Com a persistência dos efeitos negativos da crise financeira internacional sobre a economia mundial e o impasse da Rodada Doha de negociações multilaterais, há sinais de que a reflexão sobre os rumos do comércio internacional e sobre os desafios para a promoção do desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento deverá receber impulso renovado no âmbito da UNCTAD. Será importante para o Brasil monitorar e buscar influenciar esse debate, de modo a assegurar que os interesses nacionais e, em caráter mais geral, dos países em desenvolvimento, sejam adequadamente refletidos e permaneçam no centro das atenções da comunidade internacional. Uma iniciativa particularmente importante que deverá ser acompanhada diz respeito ao Segundo Relatório do Painel de Pessoas Eminentes, documento recentemente circulado pelo Secretário-Geral da UNCTAD e que, além de apresentar uma análise dos principais desafios para a "promoção da globalização centrada no desenvolvimento na era pós-crise", propões conjunto de 15 recomendações para eventual implementação pelos Membros da organização.

5). CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1964	Durante a 1ª Sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD I), em Genebra (Suíça), foi decidida a conversão da UNCTAD em entidade intergovernamental permanente, como foro multilateral voltado à discussão e à tomada de decisões nos temas relativos à aceleração do crescimento econômico e desenvolvimento.
1968	UNCTAD II, em Nova Délhi (Índia). Conclusão de diversos acordos patrocinados pela UNCTAD, tais como o **Acordo Geral de Preferências (SGP)**, pelo qual as economias mais desenvolvidas passaram a conceder facilidades de acesso às exportações provenientes dos países em desenvolvimento.
1971	A UNCTAD atua no estabelecimento do conceito de o Grupo de Países de Menor Desenvolvimento (PMDRs), referente ao conjunto de países mais pobres entre os países em desenvolvimento. A UNCTAD torna-se o ponto focal das Nações Unidas para abordagem de questões relativas ao desenvolvimento dos PMDRs.

1972	UNCTAD III, em Santiago (Chile). Firmam-se convênios internacionais sobre produtos básicos, como cacau, açúcar, madeiras tropicais, entre outros.
1976-78	UNCTAD IV, em Nairóbi (Quênia), em 1976. Em 1978, obtém-se acordo retroativo para assistência na adoção de alterações dos prazos de pagamento da dívida dos países de menor desenvolvimento.
1979-81	UNCTAD V, em Manila (Filipinas), em junho de 1979. A UNCTAD lidera, em 1980, as ações internacionais na área de reestruturação da dívida externa. Estabelece-se conjunto de princípios e regras de controle das práticas empresariais, permitindo a adoção de políticas regulatórias do comportamento empresarial. Em 1981, foi implementado novo programa de ação em favor dos PMDRs.
1983-86	UNCTAD VI, em Belgrado (Iugoslávia), em 1983. Conclusão de acordo na área de transporte marítimo.
1987-89	UNCTAD VII, em Genebra (Suíça), em 1987. Em 1989, foi criado fundo comum para os produtos básicos, cujo objetivo era facilitar o financiamento de pesquisa e desenvolvimento desse setor.
1992-94	UNCTAD VIII, em Cartagena (Colômbia), em 1992. Conclusão de acordos na área de hipoteca naval (1993) e de criação da Rede Mundial de Pontos de Comércio (1994).
1996-97	UNCTAD IX, em Midrand (África do Sul). Criação, em 1997, do Sistema de Informação Antecipada sobre Carga (ACIS).
2000	UNCTAD X, em Bangkok (Tailândia). Adoção da declaração política "O Espirito de Bangkok" como estratégia de inserção da agenda do desenvolvimento no mundo globalizado.
2004	UNCTAD XI, em São Paulo (Brasil). O evento contribuiu para reforçar a relevância do multilateralismo na promoção de políticas voltadas ao desenvolvimento e dos interesses dos países em desenvolvimento. Reiterou, ademais, o papel central da dimensão do desenvolvimento nas negociações comerciais, e identificou os principais desafios atuais relativos ao tema. Pela primeira vez, a sociedade civil foi incorporada à programação central da conferência.
2008	UNCTAD XII, em Acra (Gana), TVE como tema a questão da distribuição igualitária dos benefícios advindos da globalização. Apesar da ênfase sobre os Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs), as negociações em Acra definiram uma nova categoria de países com a UNCTAD passou a trabalhar, os chamados "países de renda média".

2012	UNCTAD XIII, em Doha (Catar). O tema das finanças e do seu impacto na globalização causou polêmica entre os países em desenvolvimento – com destaque para a atuação do Brasil no âmbito dos BRICS e do G77 - e os países desenvolvidos. Para estes últimos, a UNCTAD deveria restringir sua atuação às áreas de comércio e desenvolvimento (mais especificamente, à dimensão de cooperação técnica), deixando às questões financeiras e ficais a cargo das instituições de Bretton Woods, como o FMI. Acabou prevalecendo, contudo, a posição dos países em desenvolvimento, com a reafirmação das dimensões analítica e de formação de consenso político como atribuições da legítimas da Organização.

UNIÃO INTERNACIONAL DAS TELECOMUNICAÇÕES – UIT

1). DADOS BÁSICOS

Nome Oficial	União Internacional das Telecomunicações (UIT)
Países-membros	193
Ano da fundação	1865
Ano da adesão do Brasil	1887
Sede	Genebra, Suíça
Principais órgãos	Secretariado
Principais Chefias	Secretário-Geral: Hamadoun Touré, desde 2007
Escritório da UIT no Brasil (Escritório para as Américas)	SAUS – Quadra 06 – Bloco E – 11° andar Brasília-DF Tel: (61) 2312-2730 / Fax: (61) 2312-2738
Diretor do Escritório no Brasil	Bruno Ramos, desde abril de 2012

2). PERFIL BIBLIOGRÁFICO

Hamadoun Touré
Secretário-Geral da UIT

Hamadoun I. Touré, Secretário-Geral da União Internacional das Telecomunicações (UIT) desde janeiro de 2007, foi reeleito para um segundo mandato de quatro anos em outubro de 2010. Ocupou anteriormente na UIT o cargo de Diretor do Setor de Desenvolvimento das Telecomunicações (UIT-D) de 1998 a 2006.

Iniciou sua carreira profissional em 1979 no Mali, seu país natal. Desenvolveu sua carreira na indústria de satélites, como Engenheiro Chefe na primeira estação terrestre internacional do Maií. Incorporou-se ao Programa de Assistência e Desenvolvimento do Intelsat em 1985. Em 1994, foi nomeado Diretor do Grupo Intelsat para África e Oriente Médio. Em 1996, incorporou-se à "ICO Global Communications", como Diretor Geral Regional para África.

Touré é Mestre em Engenharia Elétrica pelo Instituto de Eletrônica e Telecomunicações de Leningrado e Doutor pela Universidade de Eletrônica, Telecomunicações e Informática de Moscou.

3). INFORMAÇÕES GERAIS

Histórico e atribuições:

A União Internacional das Telecomunicações (UIT), fundada como União Internacional de Telégrafos em Paris, no dia 17 de maio de 1865, é hoje a organização internacional mais antiga do mundo. Agência especializada das Nações Unidas (ONU) desde 1947, a UIT tem como objetivos principais contribuir para o crescimento e o desenvolvimento sustentável das telecomunicações e redes de informação e promover o acesso universal às tecnologias de informação.

Dentre as funções da UIT, destacam-se: i) desenvolvimento de padrões e normas técnicas relacionados a telecomunicações e radiocomunicações; ii) regulação do espectro rádio-elétrico das órbitas de satélite; e iii) desenvolvimento das telecomunicações, por meio da discussão e elaboração de normas e políticas públicas e da implementação

de projetos de universalização de serviços e infraestrutura de telecomunicações em países em desenvolvimento. Embora não tenham caráter vinculante, os padrões internacionais promovidos pela UIT, intitulados Recomendações, possuem amplo reconhecimento internacional.

Os membros da UIT incluem Estados e organizações privadas do setor. Embora detenham diferentes status, ambas categorias de membros possuem participação direta no desenvolvimento de padrões e normas técnicas, o que não é a regra em outras organizações internacionais. Atualmente, a UIT possui 192 Estados membros e 700 membros privados.

Membro da UIT desde 1887, o Brasil tem sido reeleito para membro do Conselho de Administração desde sua constituição em 1947. As decisões das Conferências Plenipotenciárias da UIT, órgão máximo da Organização, são internalizadas no ordenamento jurídico brasileiro por meio da submissão ao Congresso Nacional do texto final de cada Conferência Plenipotenciária que, após aprovado, passa a possuir status de lei ordinária.

Estrutura:

A UIT é composta internamente por três setores, além da UIT Telecom e de uma Secretaria Geral, que gerencia o trabalho do dia a dia da União e os seus setores. A União organiza periodicamente grandes eventos mundiais ma área de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Cada setor conta com um grupo consultivo e uma comissão de estudo, e gerencia um aspecto diferente dos assuntos tratados pela União.

- Setor de Radiocomunicações (UIT-R): as principais tarefas do setor também incluem a elaboração de normas sobre sistemas de radiocomunicações que garantam a utilização eficaz do espectro de radiofrequências e a realização de estudo relativos ao desenvolvimento de sistemas de radiocomunicações. O setor também realiza estudos sobre desenvolvimento de sistemas de radiocomunicações para as operações de ajuda em caso de catástrofes, incluindo previsão, detecção, alerta e assistência em caso de desastre.

- Setor de Normalização das Telecomunicações (UIT-T): dedicado principalmente à elaboração de normas como resultado do trabalho realizado em conjunto entre os principais representantes do setor industrial para a criação de um consenso mundial sobre as novas tecnologias. As normas facilitam o acesso das indústrias aos mercados mundiais uma vez que garantem o funcionamento, a interoperabilidade e a integração dos sistemas de comunicação em todo mundo.

- Setor de Desenvolvimento das Telecomunicações (UIT-D): tem a missão garantir a todos os habitantes do planeta o direito à comunicação por meio do acesso à infra-estrutura e aos serviços de informação e comunicação. Para alcançar tal objetivo a UIT-D assiste países na área das tecnologias da informação e da comunicação por meio da mobilização de recursos técnicos, humanos e financeiros necessários ao acesso a essas tecnologias. O UIT-D foi criado principalmente para difundir o acesso equitativo e sustentável às TICs a um custo acessível.

4). PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

A 12ª. Conferência Mundial sobre Telecomunicações Internacionais, realizada em Dubai, em dezembro de 2012, foi o principal evento recente da União Internacional das Telecomunicações (UIT). A Conferência constituiu a primeira oportunidade, desde a Conferência Mundial de Telefone e Telégrafo (Melbourne,1988), para revisar os Regulamentos Internacionais de Telecomunicações ("ITR", do seu acrônimo em inglês). Os ITRs são Regulamentos Administrativos com status jurídico de Tratado Internacional, com aplicação vinculante a todos os Estados-membros da UIT, que "estabelecem os princípios gerais relativos à operação e à prestação dos serviços internacionais de telecomunicações oferecidos ao público", bem como "definem as regras aplicáveis às agências que operam o sistema de telecomunicações". A revisão das ITRs fazia-se necessária, pois os avanços em tecnologia de informação e comunicação, em particular o advento da Internet, promoveram grandes mudanças no panorama mundial das telecomunicações, gerando desequilíbrios entre fontes de renda e origem de custos na transmissão e recepção de sinais, questão regulada pelas ITRs.

Na revisão das ITRs, foi decidido que as recomendações passariam a ser aplicáveis a quaisquer "agências operadoras" de telecomunicações, não apenas às agências operadoras "autorizadas pelos Estados-membros para estabelecer e operar serviço de telecomunicação em seu território", como estabelecido em 1988. A inovação reflete a ampliação de atores nas telecomunicações internacionais (empresas privadas, instituições de pesquisa, etc.). Para evitar que as ITRs sejam utilizadas para exercer controle ou censura da Internet, foi estabelecido que os dispositivos "não abordam aspectos relacionados ao conteúdo de telecomunicações". Por esse entendimento, os Estados não devem, por exemplo, implementar medidas anti-*spam* (o chamado "lixo eletrônico") com base no conteúdo das mensagens.

Também em relação às ITRs, o Brasil logrou aprovar quatro propostas sobre o serviço de "roaming" internacional: (i) recomendação para que os Estados-membros fomentem medidas para que as operadoras autorizadas forneçam informações gratuitas, transparentes, atualizadas e precisas aos usuários finais sobre os serviços de telecomunicações internacionais, bem como as condições associadas à contratação daquele serviço; (ii) recomendação aos Estados-membros para que os serviços de "roaming" sejam fornecidos com qualidade satisfatória aos usuários visitantes; (iii) recomendação para maior cooperação entre as operadoras autorizadas de países vizinhos com vistas a evitar e mitigar a ocorrência de "roaming" inadvertido em zonas de fronteira; e (iv) recomendação aos Estados-membros para que seja promovida a concorrência na prestação do referido serviço, de maneira a promover preços mais competitivos aos usuários finais.

Na Conferência, o Brasil defendeu proposta sobre conectividade internacional relacionada à criação de pontos regionais de troca de tráfego internacional, com vistas a criar condições favoráveis à melhoria da qualidade, da conectividade e da confiabilidade das redes, além de fomentar a competição entre as empresas e reduzir os custos de interconexão de redes de telecomunicações internacionais. A proposta foi aprovada.

Na CMTI-12, foram aprovadas cinco resoluções (não-vinculantes) sobre o regime internacional de telecomunicações: (i) medidas especiais para acesso às redes de fibra óptica internacionais por Países em Desenvolvimento Sem Litoral (PDSL) e por Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), inclusive recomendação aos Estados-membros para cooperarem no estabelecimento de preços diferenciados de serviços de telecomunicações internacionais para países sem acesso direto às referidas redes; (ii) solicitação para que os Estados-membros cooperem para a criação de um número harmonizado em nível global para acesso aos serviços de emergência; (iii) convite aos Estados-membros a promover um ambiente propício para o maior crescimento da Internet; (iv) avaliação sobre o estabelecimento de revisão periódica dos ITRs, em função do dinamismo do setor; (iv) mandato para discussão sobre terminação e tráfego nos serviços de telecomunicações internacionais, tendo em vista a transição em curso das redes dedicadas de telefonia e de dados para redes de IP convergentes.

Cada país escolhe o valor de sua contribuição voluntária à UIT para manter ativa sua condição de Estado membro. O Brasil paga anualmente 3 (três) cotas contributivas, o equivalente a US$ 1,2 milhão. Se comparado aos outros países de economia emergente do grupo "BRICS", o Brasil é o

que menos contribui, seguido de África do Sul, com 4 (quatro) cotas, e de China, Índia e Rússia, todos com 10 cotas. A questão da elevação do número de cotas pagas pelo Brasil ao nível dos demais países do BRICS tem sido constante na agenda do Secretário-Geral e de outros Diretores da UIT quando em audiência com autoridades brasileiras.

Escritório Regional da UIT para as Américas

Com objetivo de facilitar os contatos da Organização com autoridades nacionais, organizações regionais e outros agentes do setor, a UIT possui cinco escritórios regionais: Addis Abeba (Escritório para África), Brasília (Escritório para as Américas), Cairo (Escritório para Países Árabes), Bangkok (Escritório para Ásia e Pacífico), Moscou (Escritório para Países da CEI). O Escritório Regional para as Américas em Brasília possui três escritórios sub-regionais em Barbados, Chile e Honduras para atender aos 35 países-membros da UIT na região. Desde abril de 2012, a chefia do Escritório Regional de Brasília está a cargo do ex-superintendente de serviços privados da Anatel, Sr. Bruno Ramos, engenheiro elétrico com especialidade em regulação de telecomunicações pela Universidade de Brasília (UnB).

5). CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1865	Durante a Primeira Convenção Internacional do Telégrafo, em Paris, foi criada a União Internacional do Telégrafo, posteriormente renomeada União Internacional de Telecomunicações.
1885	O patenteamento do telefone, em 1876, leva a UIT a elaborar legislação internacional para a área de telefonia.
1903	A invenção do telégrafo sem fio, em 1896, e sua utilização para fins marítimos, entre outros, leva a UIT a propor conferência preliminar de rádio para estudar questões regulatórias relativas às radiocomunicações.
1906	Primeira Conferência Internacional de Radiotelegrafia, em Berlim (Alemanha).
1920-25	A expansão da radiocomunicação, com a criação do Comitê Consultivo Internacional de Telefone (1924) e do Comitê Consultivo Internacional do Telégrafo (1925), possibilitam estudos técnicos, testes e outros procedimentos que levam ao estabelecimento de padrões internacionais de telecomunicações.
1927	A Conferência Internacional de Radiotelegrafia disponibilizou

	bandas de frequência a vários serviços de rádio então existentes (fixos, marítimos, aeronáuticos móveis, amadores e experimentais).
1932	Conferência de Madri, Espanha. É decidida a união entre as Convenções Internacionais do Telégrafo (1865) e da Radiotelegrafia (1906), e a troca do nome da UIT para União Internacional de Telecomunicações. O novo nome entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1934.
1948	Em um esforço de modernização da entidade, a UIT muda sua sede de Berna para Genebra (Suíça). Também foi estabelecido o Departamento de Registro de Frequência Internacional.
1963	Conferência Administrativa Extraordinária para Comunicações Espaciais, Genebra. Conferências subsequentes estabeleceram medidas regulatórias do uso de satélites espaciais e espectro de frequências de rádio.
1992	Abertura do Escritório da UIT no Brasil. Estabelecidas medidas para atender às necessidades dos novos serviços chamados de Comunicações Pessoais Globais Móveis por Satélite.
2002	A Conferência Plenipotenciária de Marraquexe estabeleceu como prioridade para a UIT facilitar o desenvolvimento de serviços e redes totalmente interligadas e interoperáveis.
2003	A UIT desempenha papel de liderança na preparação da 1ª Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação.

6). PRINCIPAIS ATOS MULTILATERAIS E BILATERAIS

Atos bilaterais:

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor (Data)	Publicação no D.O.U (Data)
Acordo para o Estabelecimento da Representação da União Internacional de Telecomunicações - UIT em Brasília	08/10/1991	26/07/1995	29/10/1998
Termo de Cooperação para Prestar Apoio à Reforma Estrutural do Setor das Telecomunicações	14/06/1996	14/06/1996	30/07/1996

A cooperação técnica multilateral que a UIT presta ao Brasil dá-se por meio de assessoria técnica para a identificação de fornecedores de serviços, tecnologia e equipamentos, do estabelecimento de parâmetros comparativos em relação aos preços praticados internacionalmente e, ainda, pela disponibilização de especialistas em missões pontuais. Atualmente, encontra-se em execução o projeto denominado "Apoio à Implementação

da Agência Nacional de Telecomunicações", que tem como principal objetivo lançar novas diretrizes para as telecomunicações brasileiras, agora caracterizadas pela flexibilização e pelo regime de competição. A execução do referido projeto findará em dezembro de 2013.

CENTRO SUL



1). DADOS BÁSICOS

Nome Oficial	Centro Sul
Países-membros	51
Ano da fundação	1995
Ano da adesão do Brasil	1995 (Membro fundador)
Sede	Genebra, Suíça
Principais órgãos	Secretariado Conselho de Representantes
Principais Chefias	Diretor Executivo: Martin Khor, desde 2009.

2). PERFIL BIBLIOGRÁFICO

Martin Khor
Diretor Executivo do Centro Sul

Martin Khor assumiu o cargo de Diretor Executivo do Centro do Sul em 1° de março de 2009. Antes disso, ele era o Diretor da Rede do Terceiro Mundo ("Third World Network"), uma importante ONG de países em desenvolvimento, envolvida em pesquisas e publicações sobre temas de comércio, meio-ambiente e desenvolvimento. Ele também foi o editor da publicação "South North Development Monitor" (SUNS) e é membro do United Nations Comittee on Development Policy.

Anteriormente, atuou como membro do Conselho de Administração do Centro Sul, em 1996-2002; do Grupo de Helsinque sobre a Globalização e Democracia; da Força Tarefa Internacional sobre Mudança Climática (2003-2005); do Grupo de Peritos sobre a Democracia e Desenvolvimento; do Secretariado da Commonwealth (2002-2003); da Força-Tarefa do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Assentamentos Humanos no Sistema das Nações Unidas (1998); do Grupo de Trabalho de Peritos sobre o Direito ao Desenvolvimento e da Comissão das Nações Unidas sobre Direitos Humanos (Vice-Presidente – 1996 e Membro - 1997).

Marthin Khor é formado em Economia pela Universidade de Cambridge (Reino Unido) e pela Universiti Sains Malaysia. É autor de vários livros e artigos sobre comércio, desenvolvimento sustentável, direitos de propriedade intelectual e desenvolvimento. Também trabalhou como Diretor de Pesquisa da Associação de Consumidores de Penang e como palestrante na Universiti Sains Malaysia.

O Diretor Executivo do Centro Sul realizou visita oficial ao Brasil em novembro de 2011.

3). INFORMAÇÕES GERAIS

Histórico, atribuições e estrutura:

O Centro Sul foi formalmente estabelecido como uma organização intergovernamental em 31 de julho de 1995, quando o Acordo Internacional que o criou, celebrado em 1° de setembro de 1994 na Sede das Nações Unidas em Nova York, entrou em vigor. Originário dos trabalhos da Comissão Sul, que funcionou de 1987 a 1990 no âmbito do Movimento dos Não-Alinhados, o Centro agrupa hoje 51 países em desenvolvimento, entre os quais China, Índia e África do Sul. O Brasil assinou o Acordo de Constituição do Centro Sul em 15 de dezembro de 1994. O Acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto-Legislativo n° 347/09, publicado em 26 de junho de 2009.

O Centro Sul tem como objetivos:

a) Promover a solidariedade, a conscientização e o conhecimento e entendimento mútuo entre os povos e os países do Sul;
b) Promover a cooperação e o intercâmbio Sul-Sul;
c) Criar, entre os países do Sul, visões e abordagens convergentes em relação a temas globais de ordem econômica, política ou estratégica, relacionados aos conceitos de desenvolvimento, soberania e segurança;

d) Contribuir para o aumento da compreensão e da colaboração entre o Norte e o Sul, sobre uma base de equidade e justiça, assim contribuindo, também, para a democratização e o fortalecimento das Nações Unidas.

O Centro Sul trabalha na formulação de conceitos de política de interesse para países em desenvolvimento. O escopo de suas atividades compreende estudos sobre cooperação Sul-Sul, política de desenvolvimento, relações econômicas internacionais e relações Norte-Sul, notadamente do ponto de vista do comércio internacional, da governança e da gestão do sistema mundial.

Para atingir seus objetivos, o Centro conduz trabalhos de análise sobre questões do desenvolvimento. Dessa forma, auxilia os países em desenvolvimento na formulação de posições sobre temas de política relevantes. Dentro dos limites de sua capacidade e mandato, o Centro Sul também assessora e presta apoio técnico a organizações como o Grupo dos 77 e o Movimento Não-Alinhado.

O Centro é formado por um Conselho de Representantes, uma Junta e um Secretariado. O Conselho de Representantes, composto por um representante de cada país-membro, é a mais alta instância do Centro, reunindo-se pelo menos uma vez a cada ano. A Junta, composta por um presidente e nove membros eleitos pelo Conselho, em sua capacidade pessoal, para um mandato de três anos, apresenta equilíbrio geográfico entre os países do Sul e reúne-se, em regra, duas vezes por ano. O Secretariado compõe-se de pequeno número de funcionários e um Diretor-Executivo. Benjamin W. Mkapa, ex-presidente da Tanzânia, é o atual presidente da Junta do Centro Sul. O Diretor Executivo do Centro é. Martin Khor, da Malásia.

4). PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

O Brasil é membro fundador da Organização e sempre procurou contribuir para seu êxito. Do ponto de vista dos interesses brasileiros, o Centro Sul constitui foro de reforço às teses defendidas pelo mundo em desenvolvimento nas mais diversas áreas. Para o País, o Centro Sul deve contribuir para uma atuação mais consistente dos países em desenvolvimento em outras organizações internacionais, como a Organização Mundial do Comércio, e pode ser utilizado como instrumento diplomático adicional nos esforços empreendidos pelo País com o objetivo de democratizar os processos decisórios internacionais, notadamente no Sistema das Nações Unidas.

A participação do Brasil no Centro Sul consolida suas credenciais junto aos países em desenvolvimento como ator internacional comprometido com o diálogo construtivo na superação das iniquidades do sistema econômico internacional. Ainda que não seja um organismo de atuação sistêmica no âmbito internacional, o Centro Sul tem uma estrutura ágil e pouco burocratizada, com ônus reduzido para os participantes. Ademais, o País aufere ganhos pontuais nas iniciativas do foro, tais como a proposta apresentada pelo Peru na OMC sobre "não violação" em propriedade intelectual, elaborada pelo Centro e apoiada pelo Brasil.

CENTRO PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL - ITC

International Trade Centre

I). DADOS BÁSICOS

Nome Oficial	Centro para o Comércio Internacional - ITC
Países-membros	Membros da OMC e da UNCTAD
Ano da fundação	1964
Ano da adesão do Brasil	1964
Sede	Genebra, Suíça
Principais órgãos	Diretoria Executiva Comitê Sênior de Administração
Principais Chefias	Diretora Executiva: Patrícia Francis, desde 2006.

2).PERFIL BIBLIOGRÁFICO

Patricia Francis
Secretária-Executiva do ITC

Patricia R. Francis incorporou-se ao ITC como Diretora Executiva em junho de 2006. Sua experiência profissional anterior inclui 10 anos como Presidente da "Jamaica Trade and Invest". Foi membro do Comitê do Gabinete para o Desenvolvimento da Jamaica e presidiu por duas vezes a Associação Mundial de Organismos de Promoção de Investimentos e o Conselho Empresarial China-Caribe.

Atualmente, é parte das juntas consultivas do Instituto de Estudos Superiores da Empresa (IESE) e é membro do Grupo de Pessoas Eminentes da Commonwealth, criado para examinar opções de reforma das instituições desta Organização.

Está em curso o processo de seleção do próximo Secretário-Executivo do ITC. A designação ao cargo é atribuição conjunta do Secretário-Geral da UNCTAD e do Diretor-Geral da OMC, que recomendam o nome do indivíduo indicado para o Secretário-Geral das Nações Unidas. Em abril de 2003, após um processo aberto de seleção, que contou com a submissão de mais de 200 candidaturas, foram selecionados para a segunda fase do processo de seleção 15 candidatos de nacionalidades variadas. O resultado do processo sucessório deve ser anunciado em junho próximo.

3). INFORMAÇÕES GERAIS

Histórico, atribuições e estrutura:

O Centro para o Comércio Internacional (ITC, na sigla em inglês) é uma agência de cooperação técnica conjunta da UNCTAD e da OMC. Ao passo que a UNCTAD e a OMC são foros intergovernamentais, o ITC concentra seus esforços na articulação dos setores empresariais dos países em desenvolvimento. O ITC é o sucessor do Centro de Informação para o Comércio Internacional, criado em 1964 pelo GATT. No ano de 1967, no contexto dos esforços para dar maior coerência às atividades de promoção às exportações no âmbito das Nações Unidas, um acordo foi concluído entre o GATT e a recém-estabelecida UNCTAD, para unir as atividades das duas organizações nessa área, por meio da criação de um órgão subsidiário conjunto. O resultado desse acordo foi a transformação do então Centro de Informação do GATT no atual ITC, estabelecido oficialmente em 1° de Janeiro de 1968.

O Centro busca habilitar pequenos empreendedores de países em desenvolvimento e em transição ao disponibilizar parcerias e soluções de desenvolvimento comercial inclusivas e sustentáveis ao setor privado, às instituições de promoção do comércio e aos formuladores de políticas públicas. O ITC tem como objetivos principais: a) fortalecer a competitividade internacional das empresas exportadoras do mundo em desenvolvimento; b) desenvolver a capacidade de fornecedores de serviços de promoção comercial para apoiar os empreendedores; c) ajudar os formuladores de políticas públicas a integrar as empresas de seus países à economia global.

O ITC é chefiado por um Diretor Executivo, que é encarregado do planejamento estratégico, das relações externas e das comunicações, e se reporta ao Secretário-Geral da UNCTAD e ao Diretor-Geral OMC. A estrutura interna é organizada em quatro divisões:

- Divisão de Programas Nacionais: coordena os projetos do ITC em nível nacional e serve de ponto focal para coordenação com países-clientes.

- Divisão de Desenvolvimento de Mercados: elabora análises de mercado e serviços de pesquisa e informação comercial, além de coordenar o trabalho setorial do ITC;

- Divisão de Negócios e Apoio Institucional: tem foco na promoção da competitividade de exportadores e na eficácia das instituições de apoio ao comércio;

- Divisão de Apoio a Programas: fornece apoio administrativo, como preparação orçamentária e controle de implementação, contabilidade, gestão de recursos humanos, licitações, serviços de informação, entre outros.

4). PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

A atuação do ITC está intimamente ligada à "Iniciativa de Ajuda para o Comércio" (AfT, na sigla em inglês) da OMC, que se destina a aumentar a capacidade exportadora de países em desenvolvimento por meio de capacitação técnica e construção de infraestruturas logística e produtiva.

O mandato da iniciativa AfT advém do próprio Tratado Constitutivo da OMC (Acordo de Marraquexe), que estabeleceu que os países em desenvolvimento detenham parcela do crescimento comércio internacional compatível com suas necessidades.

A estratégia de AfT do Brasil enfoca as seguintes categorias: análises de política comercial; negociação e implementação; fomento a capacidade competitiva; facilitação de comércio; desenvolvimento de infraestrutura e produção de biocombustíveis, principalmente na África.

A cooperação técnica prestada pelo Brasil tem por princípio norteador a característica de ser orientada pela demanda de nossos parceiros. Para o Brasil, a cooperação deve ser baseada na solidariedade dos povos, sem fins lucrativos, com vistas a auxiliar os parceiros a fortalecer suas instituições e quadros de recursos humanos.

A cooperação Sul-Sul brasileira gira em torno de criação de capacidade técnica, mediante a troca de experiências desenvolvidas sob realidades socioeconômicas similares.

As ações de cooperação brasileira a países em desenvolvimento, nas áreas temáticas abrangidas pelo AfT, incluem: Análise da Política Comercial, Negociação e Implementação, Competitividade da Capacidade de Fornecimento, Facilitação do Comércio, Desenvolvimento de Infraestrutura e produção de bicombustíveis, principalmente na África.

O Brasil provê capacitação em áreas relacionadas com o comércio, tais como: "Guia Legal do Investidor" – sintetiza a informação relativa ao ambiente de negócios e ao enquadramento legal e regulamentar; "ECONORMAS – Projeto de Apoio ao Aprofundamento do Processo de Integração Econômica e ao Desenvolvimento Sustentável do MERCOSUL", tem por objetivo melhorar a qualidade e segurança dos produtos da região, bem como o crescimento harmônico das atividades econômicas e comerciais, fortalecendo, assim, a produção e o consumo sustentável, além da proteção ao meio ambiente e à saúde; harmonização das normas e procedimentos sanitários e fitossanitários e produção agrícola – MAPA, EMBRAPA e ANVISA; além do Projeto-piloto "Fortalecimento Institucional do Setor Portuário do Benin".

OUTRAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS SEDIADAS EM GENEBRA

Grupo dos 15 – G-15:

Criado em setembro de 1989, logo após a conclusão da IX Cúpula dos Países Não-Alinhados, em Belgrado, o Grupo dos 15 (G-15) reúne anualmente os Chefes de Estado ou de Governo de alguns dos mais expressivos países em desenvolvimento. O objetivo é apresentar posição única sobre temas da agenda econômica internacional, da perspectiva do

mundo em desenvolvimento. Os membros do Grupo, em número de 17, são Argentina, Argélia, Brasil, Chile, Egito, Índia, Indonésia, Irã, Jamaica, Malásia, México, Nigéria, Quênia, Senegal, Sri Lanka, Venezuela e Zimbábue. A presidência do Grupo cabe hoje ao Sri Lanka.

O G-15 conta com um Comitê Diretivo composto por uma "tróica", formada pelos Ministros das Relações Exteriores dos países anfitriões das Cúpulas anterior, presente e futura, a qual supervisiona e coordena os trabalhos do Grupo. A 14ª Cúpula do Grupo foi realizada em Teerã, capital do Irã, em maio de 2010.

São duas as vertentes de ação do G-15: (i) concertação para temas da agenda econômica internacional, atuando tanto com grupos como o G-77 como com o G-8; e (ii) cooperação Sul-Sul, funcionando como mecanismo de fortalecimento de cooperação técnica entre seus membros.

O Grupo possui variada gama de projetos de desenvolvimento e de cooperação técnica. Conta ainda com um Comitê de Investimento, Comércio e Tecnologia (CITT), voltado para a promoção da cooperação nessas áreas, e também com um escritório técnico sediado em Genebra, que presta apoio administrativo. Nos meses que antecedem cada Cúpula, os Representantes Pessoais dos Chefes de Estado ou de Governo de cada país-membro – que são, via de regra, os Representantes Permanentes em Genebra – reúnem-se para trabalhar nos preparativos do evento.

União Internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas – UPOV:

A União internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas – UPOV é uma organização intergovernamental estabelecida pela Convenção Internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas, adotada em 1961, em Paris, e revisada em 1972, 1978 e 1991. Seu objetivo é proteger as novas variedades de plantas por meio da constituição de direitos de propriedade intelectual. A Convenção estabelece uma modalidade *sui generis* de direito de propriedade intelectual, adaptada especificamente ao processo de desenvolvimento de novas variedades vegetais. A UPOV conta atualmente com 71 membros, tendo o Brasil se juntado à organização em 23 de maio de 1999.

A estrutura da UPOV tem em seu ápice o Conselho e o Comitê Consultivo, abaixo dos quais estão o Comitê Jurídico e Administrativo e o Comitê Técnico. Subordinados ao Comitê Técnico estão os Grupos de Trabalho Técnico sobre: (i) Culturas Agrícolas; (ii) Culturas Frutíferas; (iii) Plantas Ornamentais e Árvores Florestais; (iv) Vegetais; (v) Automação e Programas de Computador; (vi) Técnicas Bioquímicas e Moleculares.

Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação – WSIS:

Considerada o marco da formulação de propostas globais para o desenvolvimento inclusivo da sociedade da informação, a realização da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS) foi resultado de decisão da Assembleia Geral da ONU que, em 2001, por meio da Resolução AGNU 56/183, aprovou a organização da Cúpula, em duas fases, sob os auspícios da UIT.

A primeira fase ocorreu em Genebra, em dezembro de 2003, e teve como objetivo iniciar articulação política internacional de alto nível sobre o tema, bem como propor medidas concretas para estabelecer as bases para uma sociedade da informação para todos, resultando na elaboração do Plano de Ação de Genebra. O objetivo da segunda fase, realizada em Túnis, em novembro de 2005, foi colocar em prática o referido Plano de Ação, bem como buscar consenso nas áreas de governança da Internet e TICs para o desenvolvimento, resultando na adoção da Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação. O Plano de Ação de Genebra e a Agenda de Túnis são os dois documentos principais resultantes da Cúpula, que vêm orientando a articulação internacional nessa área desde então.

Tendo como base as Metas de Desenvolvimento do Milênio, o Plano de Ação de Genebra estabeleceu 10 objetivos relacionados à difusão do acesso e uso das TICs, a serem cumpridos até 2015, com atenção especial para as necessidades dos países em desenvolvimento. O documento também estabeleceu 11 linhas de ação voltadas para a construção de uma sociedade da informação inclusiva e para o aproveitamento do potencial das TICs para o desenvolvimento.

A Agenda de Túnis, por sua vez, além de voltar-se para a implementação do Plano de Ação de Genebra e para definições relacionadas às iniciativas de seguimento das recomendações da Cúpula, destaca-se pela defesa do modelo multissetorial para governança global da Internet, pela criação do Fórum de Governança da Internet (IGF) e por reconhecer a necessidade de um processo de "Cooperação Aprimorada" para efetiva articulação internacional que permita aos governos, no âmbito de suas responsabilidades, exercerem o mandato estabelecido pela Agenda de Túnis, no que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas relacionadas à Internet.

De forma complementar ao papel da UIT como organização facilitadora do processo WSIS, a Agenda de Túnis atribuiu ao ECOSOC, por meio da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento da ONU (CSTD), a responsabilidade para supervisionar o seguimento dos resultados da referida Cúpula. Desde então, as reuniões anuais da CSTD, bem como os painéis dessa Comissão, vêm-se dedicando, entre outros temas, a avaliar e discutir a implementação das recomendações da WSIS.

Nesse contexto, e conforme Resolução aprovada na última sessão da Assembleia Geral da ONU, foi criado Grupo de Trabalho, no âmbito da CSTD, voltado para discutir o conceito e a implementação da Cooperação Aprimorada. Trata-se de proposta brasileira, resultante da percepção de que persiste, no atual modelo de governança da Internet, importante lacuna relacionada à operacionalização desse conceito previsto na Agenda de Túnis, em razão da inexistência de plataforma em que os governos, possam, no espírito preconizado pela Agenda de Túnis (em pé de igualdade e no âmbito de suas responsabilidades), discutir o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas à Internet.

O WSIS Fórum, realizado anualmente em Genebra desde 2006, constitui outro espaço relevante para debates, com participação multissetorial, a respeito da implementação dos objetivos e metas definidos nas duas fases da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação. O referido Fórum é organizado pela UIT, com apoio da UNCTAD e da UNESCO, principais agências da ONU que também atuam como facilitadoras da implementação dos resultados da WSIS.

Ao longo dos próximos dois anos, o processo de seguimento da WSIS deverá ganhar ainda mais relevância na agenda internacional, tendo em vista o mandato da Agenda de Túnis para a realização, em 2015, de revisão geral da implementação dos resultados da WSIS, recomendação que foi endossada pela AGNU, por meio da Resolução 60/252, de 2006. O formato desse processo de revisão e a Organização que será encarregada de coordená-lo serão ainda objeto de deliberação pela AGNU.

A atuação do Brasil no processo de seguimento da WSIS é balizada pela defesa de um sistema multilateral, multissetorial, democrático e transparente de governança da Internet, em linha com a Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação e com o modelo de governança adotado internamente pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). O Brasil preconiza, igualmente, maior participação dos países em desenvolvimento e suas comunidades no processo global de governança da Internet, bem como a adoção de iniciativas voltadas para a universalização do acesso e a redução do hiato digital.

Aviso nº 601 - C. Civil.

Em 14 de agosto de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas com sede em Genebra.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 76, DE 2013
(º 338/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite e, cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.

Os méritos do Senhor Antonio Carlos do Nascimento Pedro que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de agosto de 2013.

EM nº 00234/2013 MRE

Brasília, 28 de Junho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do **ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto ao Estado do Kuaite e, cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.

2. Encaminho, igualmente, anexos, informação sobre os países e *curriculum vitae* de **ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO** que, juntamente com a Mensagem, ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00234 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 28 de junho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto ao Estado do Kuaite e, cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre os países e *curriculum vitae* de **ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO*
CPF.: 182.514.397-87
ID.: 6555 MRE

1949	Filho de Antonio do Nascimento Pedro e Araci Ribeiro Pedro, nasce em 14 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1973	Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro
1976	CPCD - IRBr
1981	CAD - IRBr
1997	CAE - IRBr, Peru - Equador: Futuro de Paz/Perspectiva de Conflito
Cargos:	
1977	Terceiro-Secretário
1980	Segundo-Secretário
1986	Primeiro Secretário, por merecimento
1995	Conselheiro, por merecimento
2001	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2009	Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial
2013	Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial
Funções:	
1977	Divisão Consular, assistente
1978	Departamento Consular e Jurídico, assistente
1980	Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente
1981	Embaixada em Buenos Aires, Segundo-Secretário
1984	Embaixada em Pequim, Segundo-Secretário
1986	Embaixada em Havana, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
1989	Divisão Jurídica, Chefe, substituto
1990	Divisão da América Meridional-I, assessor e Chefe, substituto
1993	Embaixada em Lima, Primeiro-Secretário e Conselheiro
1997	GT sobre o Direito ao Desenvolvimento, Genebra, Chefe de delegação (sessões de 1997 a 2000)
1997	Missão Permanente em Genebra, Conselheiro
1998	GT sobre o fortalecimento da Comissão de Direitos Humanos, Genebra, Chefe de delegação (sessões de 1998 e 1999)
1998	GT para a elaboração do Protocolo Opcional à Convenção contra a Tortura, Genebra, Chefe de delegação (sessões de 1998 a 2000)
1998	GT encarregado da Elaboração de Projeto de Protocolo Opcional à Convenção contra a Tortura, Chefe de delegação (sessões 1998 e 1999)
1998	GT para a elaboração de Protocolo Opcional à Convenção dos Direitos da Criança sobre envolvimento de crianças em conflitos armados, Genebra, Chefe de delegação (1998 a 1999)
1998	GT para a Elaboração de Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Genebra, Chefe de delegação(1998 a 2004)
1998	GT para a elaboração de Protocolo Opcional à Convenção de Direitos da Criança sobre venda de crianças, prostituição e pornografia infantis, Genebra, Chefe de delegação(1998 a 1999)
2000	Divisão de Direitos Humanos, Chefe

2003	Apresentação do Relatório Inicial do Brasil ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Genebra, Chefe de delegação
2003	Missão Permanente em Genebra, Ministro-Conselheiro
2004	55ª Sessão do Comitê Executivo do ACNUR, Genebra, Chefe de delegação
2005	Reunião sobre a reforma do sistema de direitos humanos das Nações Unidas, Puebla, México, Chefe de delegação
2005	Reunião Final do GT da Comissão de Direitos Humanos para a Elaboração de Convenção Internacional sobre Desaparecimentos Forçados, Genebra, Chefe de delegação
2006	2ª Conferência das Partes da Convenção de Estocolmo - ``Stockholm Convention on Persistent Organic Pollutants``, Genebra, Chefe de delegação
2006	3ª Conferência das Partes da Convenção de Roterdã - ``Rotterdam Convention on the Prior Informed Consnet Procedure for Certain Hazardous Chemicals and Pesticides in International Trade``, Genebra, Chefe de delegação
2007	Coordenador-Geral de Mecanismos Financeiros Inovadores para a Erradicação da Fome e da Pobreza
2007	VI Reunião do Conselho Executivo do UNITAID, Genebra, Chefe de delegação
2008	IV Reunião do Grupo Piloto sobre Contribuição Solidária para o Desenvolvimento, Dacar, Chefe de delegação
2008	VII Reunião do Conselho Executivo da UNITAID, Brasília , Chefe de delegação
2008	I Reunião de Pontos Focais da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), Luanda, Chefe de delegação
2008	Reunião Plenária do Grupo-Piloto sobre Taxação Solidária para o Desenvolvimento, Dacar, Chefe de delegação
2008	Reunião do Grupo Técnico sobre Taxação Solidária, Madri, Chefe de delegação
2008	IX Reunião do Conselho Executivo do UNITAID, Genebra, Chefe de delegação
2008	OCDE - Delegação Observadora ao ``Annual Senior Level Meeting``; ao ``Policy Workshop on Delivering Aid Effectiveness``; e ao ``Policy Dialogue on Delivering Effective Development Finance Challenges`` - Chefe de Delegação
2009	Embaixada em Cartum, Embaixador

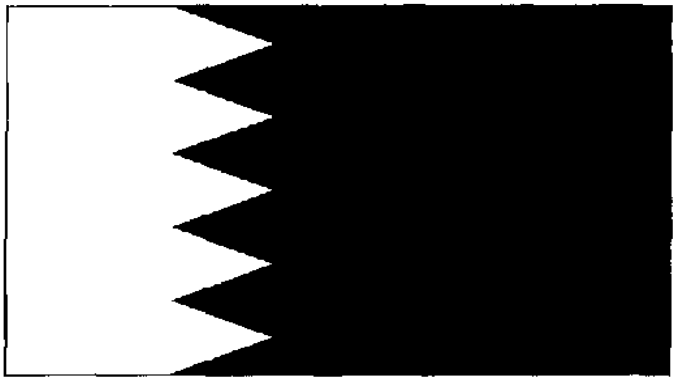
Condecorações:

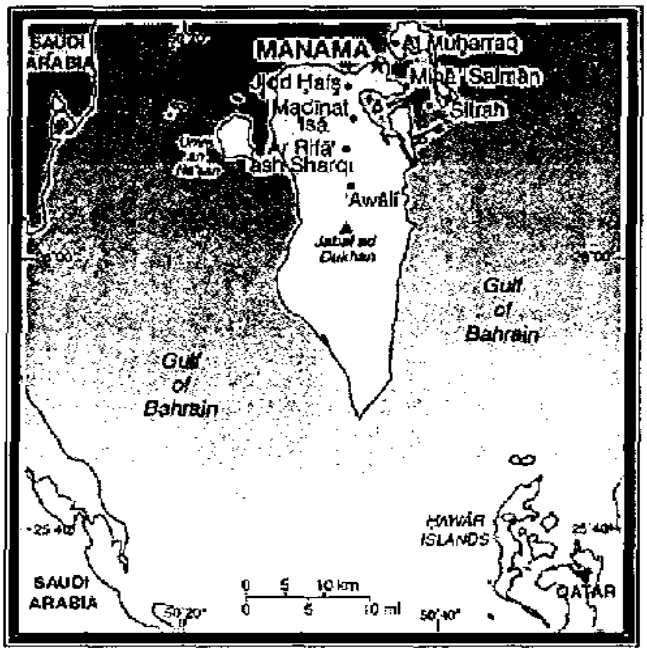
1996	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REINO DO BAREINE





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Reino do Bareine
CAPITAL:	Manama
ÁREA	678 km²
POPULAÇÃO:	1,3 milhão de habitantes (2011)
IDIOMA OFICIAL:	árabe
RELIGIÃO:	islamismo (Xiitas 70%, Sunitas 30%.)
SISTEMA POLÍTICO:	Monarquia
CHEFE DE ESTADO	Rei Hamad al Khalifa
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Khalifa al Khalifa
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Xeque Khalid al Khalifa
PIB (2011)	USD 31,8 (nominal)
PIB PPP (2011):	US$ 25,8 bilhões
PIB PER CAPITA (2011)	US$ 24.512 (nominal)
PIB PPP PER CAPITA (2011):	US$ 19.865(PPP)
VARIAÇÃO DO PIB :	+ 2.2%(2011); + 3,1%(2012-estimativa)
IDH:	0.796 (48º)
EXPECTATIVA DE VIDA:	75,2
ALFABETIZAÇÃO:	91,9%
DESEMPREGO:	15% (2005)
UNIDADE MONETÁRIA:	Dinar do Bareine (BD) – Cotação : R$1,00=BD$0,18 (27/08/2012)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	30 cidadãos (aprox.)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-BAREINE (USD milhões)

BRASIL ⇒ BAREINE	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (Jan-Mai)
Intercâmbio	115	435	250	609	706	446	123,0
Exportações	113	405	249	609	691	414	102,4
Importações	1,8	29,9	1,4	42	15	32,3	20,5
Saldo	112	375	247	567	676	381	81,9

PERFIS BIOGRÁFICOS

CHEFE DE ESTADO
SUA MAJESTADE O REI XEQUE HAMAD BIN ISA AL-KHALIFA

Nasceu em 28 de janeiro de 1950 na cidade de Riffa. Realizou seus estudos secundários e cursou a escola de cadetes na Inglaterra, com períodos curtos de retorno ao país.

Subiu ao trono em março de 1999, após a morte de seu pai, Xeque Isa bin Salman al-Khalifa. Sua família tem governado o Reino do Bareine desde 1799. Foi Ministro da Defesa em 1971, posto que manteve até 1999. Em 1972, freqüentou o curso de Comando do Exército dos EUA, em Fort Leavenworth, e a Universidade do Kansas. Obteve diploma em Administração Militar, em 1972, pelo Instituto das Forças Armadas, em Washington. Após seu retorno ao Bareine, empenhou-se decisivamente no processo de desenvolvimento do país e no desenvolvimento da Força de Defesa do Bareine (BDF).

CHEFE DE GOVERNO

PRIMEIRO-MINISTRO SUA ALTEZA O XEQUE KHALIFA BIN SALMAN AL-KHALIFA

Nasceu em 24 de novembro de 1935. Tio do Rei Hamad, Xeque Khalifa, é uma figura extremamente influente, responsável por grande parte do cotidiano do país. É também o principal homem de negócios do Bareine.

Está no cargo desde 1971, sendo, atualmente, o Primeiro-Ministro há mais tempo na titularidade dessa posição em todo o planeta. É considerado o homem-forte do regime, representando o núcleo duro contra o processo de reformas liberalizantes no Reino.

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
SUA EXCELÊNCIA O XEQUE KHALID BIN AHMED AL KHALIFA

Nasceu no dia 24 de Abril de 1960. Cursou seus estudos secundários no Islamic Scientific College, em Amã, Jordânia. É formado em História e Ciências Sociais pela Universidade St. Edward, Texas, em 1984. Durante seus estudos, participou como voluntário em muitas campanhas eleitorais nos EUA, incluindo a do Presidente Jimmy Carter, em 1980.

Foi Terceiro-secretário no Ministério dos Negócios Estrangeiros do Bareine, em 1985. Foi designado para a Embaixada do Bareine em Washington entre 1985 e 1994, sendo encarregado de cobrir assuntos políticos, questões do Congresso e a imprensa norte-americana. Nomeado oficial de ligação no gabinete do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores, responsável pela delimitação marítima e disputa territorial entre o Bareine e o Catar, além de outros encargos, de junho de 1995 a agosto de 2000. Foi, ainda, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Reino do Bareine junto ao Reino Unido, em 2001; à Holanda, em março de 2002; à República da Irlanda e Reino da Noruega, em maio de 2002; e ao Reino da Suécia, em 2003. Em setembro de 2005, assumiu a pasta de Negócios Estrangeiros em setembro de 2005.

O Xeque Khalid Al Khalifa e o Ministro Antonio Patriota mantiveram encontro de trabalho, no dia 31 de maio de 2011, em Washington, em reunião à margem do II Diálogo de Parceria Global Brasil – Estados Unidos. Entre os assuntos discutidos, estavam a proposta de estabelecer Embaixada do Bareine em Brasília; as relações comerciais bilaterais; o pleito brasileiro à condição de observador junto à Organização da Cooperação Islâmica, que o Bareine se comprometeu a apoiar; e a possibilidade de cooperação triangular para produção agrícola no leste da África.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Bareine estabeleceram relações diplomáticas em 1980. A Embaixada em Riade representou cumulativamente o Brasil junto às autoridades de Manama até 1985, ano em que a representação junto ao Estado do Bareine passou a ser exercida pela Embaixada do Brasil no Kuaite. O Bareine, não acreditou, até o momento, Embaixador residente junto ao Governo brasileiro. A Embaixadora do Bareine em Washington, Houda Ezra Nonoo, representa os interesses do seu país no Brasil.

Tradicionalmente, as relações bilaterais sempre se concentraram na área financeira. Os bancos do Bareine – um dos maiores centros financeiros do Oriente Médio – constituíram os maiores credores árabes do Brasil, nas décadas de 80 e 90. As relações financeiras entre os dois países eram tão estreitas que o Banco do Brasil chegou a possuir escritório em Manama, entre 07/10/1976 e 31/12/1995. Com o tempo, os vínculos financeiros entre os dois países foram perdendo a relevância, embora esteja em operação no Brasil sucursal da Arab Banking Corporation do Bareine, que atende pelo nome de Banco ABC.

Apesar disso, nos termos de instrução normativa da Secretaria da Receita Federal, o Bareine é considerado como país que não tributa a renda

ou a tributa à alíquota inferior a 20% ou cuja legislação interna opõe sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas (equivalente a paraíso fiscal).

Não há registro de visitas ministeriais desde 1983, quando o então Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, fez breve visita ao Bareine, no âmbito de missão financeira ao Oriente Médio. Em maio de 2005, o Chanceler do Bareine participou da Cúpula América do Sul - Países Árabes em Brasília.

A corrente de comércio entre Brasil e Bareine alcançou US$ 446 milhões em 2012. Seguindo a tendência histórica das relações comerciais bilaterais, o Brasil apresentou grande superávit (US$ 381 milhões) em suas trocas com o arquipélago, em 2012.

Os principais produtos brasileiros exportados para aquele mercado em 2012 foram minérios de ferro (74% do total), alumina calcinada (6%) e frango congelado (4%). O Brasil, quando importa do Bareine, adquire quase que produtos de alumínio (cabos e ligas) e óleos lubrificantes e petróleo.

Apesar da inexistência de representação diplomática brasileira em Manama, nesta cidade residem, aproximadamente, duzentos cidadãos brasileiros, a maior parte deles executivos do setor financeiro, comerciantes e suas famílias. No Brasil, residem em caráter permanente dois cidadãos bareinitas e, em caráter temporário, três, segundo informações da Polícia Federal em 25/08/2010.

Não obstante a inexistência de representação diplomática residente em Brasília, Manama tem dado sinais de acompanhar, muito atentamente, as ações da diplomacia brasileira no Oriente Médio, em especial às relacionadas à "Primavera Árabe" no arquipélago. Em diversas oportunidades, autoridades bareinitas fizeram gestões junto a diplomatas brasileiros em Nova York, Genebra e capitais de países árabes no sentido de que o Brasil devesse, em seus pronunciamentos oficiais, ser mais compreensivo com as razões da ação do Governo bareinita na contenção dos protestos em Manama e de que buscasse diferenciá-la do tratamento atribuído a outros casos de Governos tidos como autoritários no contexto da "Primavera Árabe", contra os quais a comunidade internacional foi muito mais vocal em condenar o uso da violência contra civis.

Da mesma forma, setores da mídia internacional buscaram explorar o fato de que cartuchos de gás lacrimogêneo de fabricação brasileira tenham sido empregados pelas forças de segurança do Bareine na contenção às manifestações no país como prova do apoio brasileiro a regimes autoritários no Oriente Médio. Quando da veiculação de tais notícias, no entanto, ficou

comprovado que o Brasil não autorizara, anteriormente, a exportação desse material para o Governo do arquipélago.

Entre os dias 24 e 27 de junho, visitou Brasília o Representante Permanente do Bareine nas Nações Unidas, Embaixador Jamal Alrowaiei, a fim de comunicar oficialmente a intenção de seu Governo de estabelecer Embaixada em Brasília e conhecer as medidas preparatórias necessárias. O Embaixador Jamal manteve reuniões com representantes do Cerimonial, com o Senhor SGAP III e com o decano dos Embaixadores Árabes na capital.

POLÍTICA EXTERNA

O tamanho reduzido do Reino do Bareine e sua posição central no Golfo, situado entre países de grande porte, fazem com que seu desempenho na política externa seja um delicado exercício de equilíbrio. O país, a quem os EUA atribuem um tratamento assemelhado ao conferido aos países da OTAN, é sede da 5ª Frota Americana, a maior base naval dos Estados Unidos no Golfo Pérsico, utilizada pelos aviões ocidentais durante a Guerra do Golfo.

A possibilidade de conflito armado envolvendo o Irã e os Estados Unidos pode aguçar as fortes tensões políticas e religiosas existentes no Bareine, visto que a maioria xiita da população árabe do Bareine segue a liderança religiosa dos aiatolás iranianos. De acordo com o Chefe da Segurança Nacional do Reino do Bareine, Major-General Abdul al Zayani, a 5ª Frota da Marinha dos Esatdos Unidos da América, atualmente instalada no Reino, constitui "high-profile target", pois a presença norte-americana no arquipélago é inspiração para constantes manifestações de militantes xiitas. Em caso de conflagração com o Irã, analistas norte-americanos acreditam que o Bareine seria um dos primeiros alvos de retaliação persa.

A ocorrência de protestos relacionados à "Primavera Árabe" no Bareine levou a acirramento nas relações com o regime islamista de Teerã. O discurso oficial da Casa dos al Khalifa atribui exclusivamente a complô iraniano a onda de manifestações em prol de maiores liberdades políticas e de distribuição mais equilibrada da renda no país, fortemente desfavorável ao segmento xiita da população.

Primavera Árabe no Bareine

Em clara conexão aos protestos que se iniciaram na Tunísia, em dezembro de 2010, e que se alastraram por outros países do Oriente Médio e Norte da África, ativistas bareinitas convocaram a população do arquipélago árabe a se manifestar, no dia 14/02/2011, contra o sistema político do Reino.

Inicialmente, as demandas dos ativistas incluíam, entre outros pontos, a libertação de todos os presos políticos; a reforma do Poder Judiciário; a revogação da Constituição de 2002 e sua substituição por outra, a ser elaborada por xiitas e sunitas; o banimento do álcool e da prostituição; o fim de abusos aos direitos humanos; maior representatividade para o segmento xiita da população nos círculos de poder do país; a renúncia do Primeiro-Ministro, xeque Khalifa Bin Khalifa, no poder desde 1971; a transformação do cargo de primeiro-ministro em eletivo. Asseveravam, igualmente, que tais solicitações seriam de todos os cidadãos bareinitas, e não apenas da comunidade xiita ("no Shiites, no Sunnis, only Bahrainis").

As manifestações pacíficas dos dias 14, 15 e 22 de fevereiro do ano passado foram reprimidas pelas forças policiais, em especial nas vilas predominantemente xiitas ao redor de Manama.

Em medida destinada a aplacar os ânimos da população e as demandas da oposição, o Rei Hamad promoveu, no dia 26 de fevereiro de 2011, iniciativa de diálogo com a oposição, interrompida em 13 de março seguinte, quando o arquipélago viveu um dos mais violentos dias de confronto desde o começo da crise.

No final do dia 14 de março de 2011, tropas do Conselho de Cooperação do Golfo, compostas por cerca de 1000 soldados da Arábia Sauditas e 500 dos Emirados Árabes Unidos, ingressaram no Bareine, em atendimento a solicitação do Governo local. No dia 15, o rei Hamad ordenou a instalação de um estado de emergência no país pelo período de três meses. No dia 17 seguinte, o Governo iniciou uma onda de prisões de ativistas e líderes da oposição, dentre as quais a de Hassan Mushaima, líder político que havia acabado de voltar do exílio. O grosso das referidas tropas retirou-se do país em princípios de agosto de 2011.

Os al Khalifa costumam recorrer a posições de força contra a maioria populacional xiita desde o momento em que ocuparam o arquipélago, há dois séculos. Dessa forma, a dinastia acreditava, até os episódios de março de 2011, que sua larga experiência na administração de distúrbios internos seria suficiente para debelar a insatisfação da população xiita.

No entanto, a gravidade da crise levou a dinastia a se sentir, de fato, ameaçada pela Primavera Árabe, o que acabou por levar à intervenção branca do Conselho de Cooperação do Golfo em 14 de março.

Riade, de seu lado, tem brindado quantidades generosas de petróleo gratuito e de fundos para equilíbrio de orçamento interno bareinita. O Governo saudita atua dessa maneira para prevenir "contaminação" de sua população xiita residente na Província Leste, vizinha ao Bareine, pelos protestos ocorridos no arquipélago.

Dados a deterioração da imagem do regime monárquico bareinita no exterior e os níveis inéditos de clivagem política entre xiitas e sunitas no país, o rei Hamad al Khalifa tem anunciado iniciativas de apaziguamento e de

conciliação patrocinadas pela monarquia. Exemplos desta política são a convocação de "Diálogo Nacional" em julho de 2011, conclave em que os diversos atores discutiriam a crise no país, e de Comissão Independente de Investigação, que em novembro de 2011 publicou relatório sobre os abusos das autoridades e dos manifestantes durante os protestos da "Primavera Árabe" no país.

ANEXOS

Cronologia Histórica
628 – O Islamismo chega ao Bareine.
1200 – O xiismo consolida-se no Bareine como a principal seita.
1521 – Portugueses invadem o arquipélago do Bareine, onde ficarão até 1602.
1602 – Os portugueses são expulsos do Bareine pelos persas.
1783 – Invasão do arquipélago por árabes sunitas oriundos da atual Arábia Saudita. Os persas são expulsos. Assume o poder a dinastia Al-Khalifa, da Arábia.
1816 – Região torna-se protetorado inglês.
1971 – Independência do Bareine.
1975 – Fechamento do Parlamento.
1995 – Fracasso das tentativas de entendimento entre o Governo e a oposição.
1996 – Execução do ativista Isa Ahmed Hassan.
1999 – Morre o Emir Xeque Isa Bin Sulman al-Khalifa, no comando do país desde 1961. O cargo é transmitido a seu filho e sucessor, Xeque Hamad Bin Isa al-Khalifa.
2002 – Promulgação da Constituição.
2005 – Suspenso o embargo comercial a Israel.
2007 – A jurista Haya Rashed al-Khalifa, 53 anos, é eleita para o cargo de Presidente da Assembléia-Geral da ONU.
2008 – Visita do Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush.
2009 – Visita do Presidente .da República da França, Nicolas Sarkozy.
2011 – A onda da "Primavera Árabe" atinge o Bareine. Em 15 de março, tropas do Conselho de Cooperação do Golfo intervêm no Bareine. A violenta repressão da monarquia sunita aprofunda a clivagem xiito-sunita no arquipélago. O Rei Hamad estabelece uma Comissão Independente de Inquerito para avaliar as violações de direitos humanos quando da repressão os protestos e convoca uma primeira tentativa de Diálogo de Consenso Nacional.
2013 – O Rei Hamad lança o segundo Diálogo Nacional (10 de fevereiro).

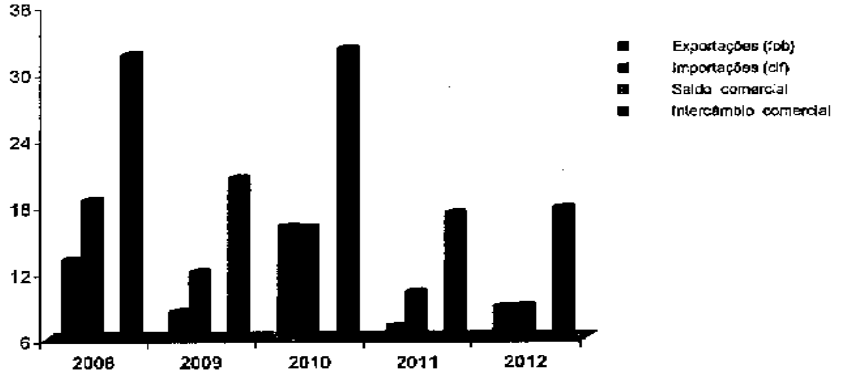
Cronologia das Relações Brasil-Bareine
1980 – Estabelecem-se relações diplomáticas entre o Brasil e o Bareine, representado pelo seu embaixador em Riade e o Barcine pelo seu representante permanente em Washington;
1983 – O então Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto faz breve visita ao país no âmbito de missão financeira ao Oriente Médio;
1985 – A Embaixada do Brasil no Kuaite passa a representar os interesses do Brasil junto a Manama;
1996 – Senhor Ministro de Estado mantém encontro com o Chanceler bareinita, Xeque Mohammed al-Khalifa, à margem da 51ª AGNU;
1997 – Senhor Ministro de Estado mantém encontro com o Chanceler bareinita, Xeque Mohammed al-Khalifa, à margem da 52ª AGNU;
Maio de 2005 – O então Vice-Primeiro-Ministro e Chanceler do Bareine Mohamed Bin Mubarak Al-Khalifa chefia a delegação de seu país à I Cúpula ASPA, em Brasília.
Julho de 2007 – Brasil e Bareine concertam apoio recíproco acerca das candidaturas ao Conselho de Direitos Humanos;
05 de maio de 2010 – A nova Embaixadora do Bareine, Houda Ezra Nonoo, apresenta credenciais ao então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.
25-28 de novembro de 2010 – A então Vice-Governadora do DF, Ivelise Longhi, visita o Bareine em caráter oficial, acompanhada de comitiva de sete pessoas.
03-05 de dezembro de 2010 – O Embaixador Roberto Abdalla participa do VI Manama Dialogue na capital bareinita, em representação ao Senhor MERE.
31 de maio de 2011 – O MERE concede audiência ao Chanceler bareinita, xeque Khalid al Khalifa, em Washington.
31 de janeiro de 2012 – o Embaixador Roberto Abdalla apresenta cartas credenciais ao Rei Hamad bin Issa al Khalifa, em Manama.
01 de outubro de 2012 – O MERE concede audiência ao Chanceler bareinita, xeque Khalid al Khalifa, em Lima, à margem da III Cúpula América do Sul-Países Árabes.
07-09 de dezembro de 2012 – O Embaixador Roberto Abdalla participa do VIII Manama Dialogue na capital bareinita, em representação ao Senhor MERE.
04-10 de abril de 2013 – Missão parlamentar composta de três representantes

da Câmara bareinita e um assessor parlamentar visita Brasília. A delegação foi recebida em audiências separadas pelo Subsecretário-Geral para África e Orienta Médio do Itamaraty, pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, pelo Secretário de Comércio e Serviços do MDIC, Humberto Silva, e pela Presidenta do Tribunal Superior Eleitoral, Ministra Carmen Lúcia.
05 de maio de 2013 - Delegação chefiada pelo Secretário de Comércio e Serviços do MDIC, Dr. Humberto Ribeiro, visita o Bareine para estimular intercâmbio bilateral de investimentos
22 de maio de 2013 - Delbrasonu informa a SERE a respeito de interesse do Governo bareinita de enviar ao Brasil seu representante permanente em Nova York para tratar da abertura de representação diplomática do arquipélago em Brasília.
24 A 27 de junho de 2013 – Visita Brasília o Representante Permanente do Bareine nas Nações Unidas, Embaixador Jamal Alrowaiei, para comunicar oficialmente a intenção do Governo do Bareine de estabelecer Embaixada na capital e conhecer as medidas preparatórias necessárias.

BAREINE: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012(1)
Exportações (fob)	13,1	8,4	16,1	7,1	8,8
Importações (cif)	18,4	12,0	16,0	10,2	8,9
Saldo comercial	-5,3	-3,6	0,1	-3,1	-0,1
Intercâmbio comercial	31,5	20,4	32,1	17,2	17,7

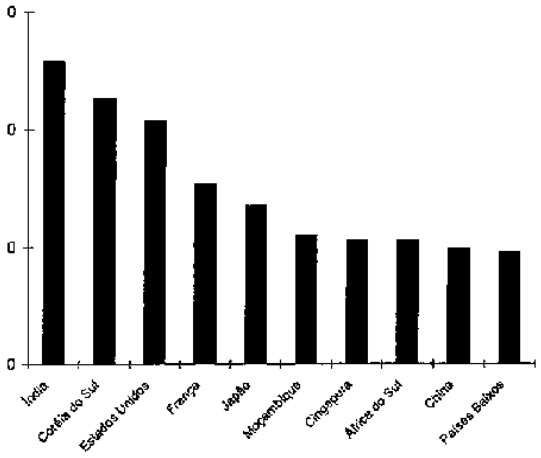
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, June 2013.
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do Bareine.



O comércio exterior do Bareine apresentou, em 2012, queda de 44% em relação a 2008, de US$ 31,5 bilhões para US$ 17,7 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, Bareine figurou como o 98º mercado mundial, sendo o 95º exportador e o 103º importador.

BAREINE : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 e 2012 - Em %

DESCRIÇÃO	2011	2012
Índia	9,7%	10,3%
Coréia do Sul	9,3%	9,1%
Estados Unidos	7,7%	8,3%
França	1,8%	6,1%
Japão	10,2%	5,4%
Moçambique	1,5%	4,4%
Cingapura	2,7%	4,2%
África do Sul	4,8%	4,2%
China	4,6%	3,9%
Países Baixos	2,5%	3,8%
...		
Brasil	***0,2%***	***0,4%***
Subtotal	**55,0%**	**60,1%**
Outros países	**45,0%**	**39,9%**
Total	**100,0%**	**100,0%**

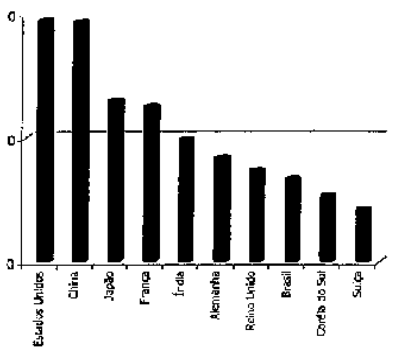


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC COMTRADE/Trademap, June 2013

A Ásia é o principal destino das vendas do Bareine e respondeu por 51% do total em 2012. Individualmente, a Índia foi a principal compradora dos produtos do Bareine, com 10,3% do total das exportações do país em 2012. Outros compradores importantes são Coréia do Sul (9,1%), Estados Unidos (8,3%), França (6,1%) e Japão (5,4%). O Brasil foi o 35º destino das vendas do Bareine em 2012, absorvendo 0,4% do total.

BAREINE : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
2011 e 2012 - Em %

DESCRIÇÃO	2011	2012
Estados Unidos	11,9%	13,6%
China	8,6%	13,5%
Japão	4,6%	9,1%
França	3,2%	8,8%
Índia	3,8%	6,9%
Alemanha	6,6%	5,8%
Reino Unido	3,7%	5,1%
Brasil	***6,8%***	***4,6%***
Coréia do Sul	2,3%	3,7%
Suíça	2,6%	2,9%
Subtotal	**54,2%**	**73,9%**
Outros países	**45,8%**	**26,1%**
Total	**100,0%**	**100,0%**

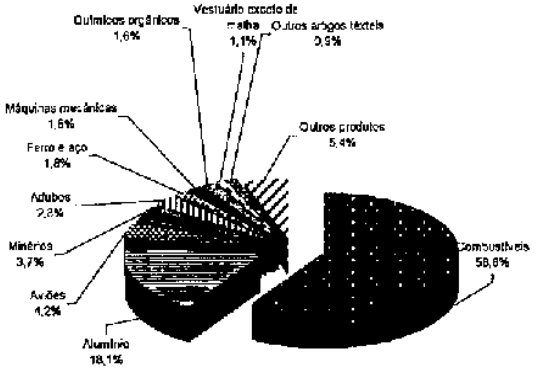


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, June 2013.

A exemplo das exportações, grande parte das importações do Barcine também são originárias dos países asiáticos, que supriram 43% da demanda importadora do país em 2012. Individualmente, os Estados Unidos foram o principal parceiro, representando 13,6% do total. Outros venderores importantes são China (13,5%), Japão (9,1%), França (8,8%) e Índia (6,9%). O Brasil foi o 8º mercado de origem das compras do Bareine, responsável por 4,6% das importações do país em 2012.

BAREINE : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Combustíveis	5,20	58,8%
Alumínio	1,60	18,1%
Aviões	0,37	4,2%
Minérios	0,33	3,7%
Adubos	0,25	2,8%
Ferro e aço	0,16	1,8%
Máquinas mecânicas	0,14	1,6%
Químicos orgânicos	0,14	1,6%
Vestuário exceto de malha	0,10	1,1%
Outros artigos têxteis	0,08	0,9%
Subtotal	**8,36**	**94,6%**
Outros produtos	**0,47**	**5,4%**
Total	**8,84**	**100,0%**

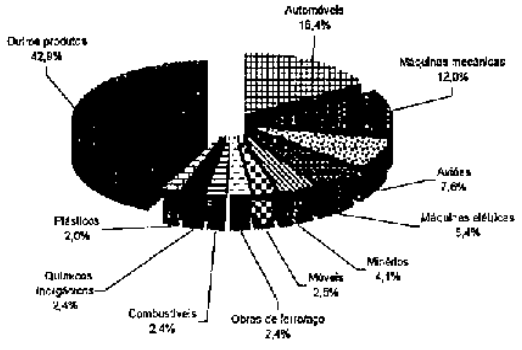


Elaborado pela AIR/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD, ITC/CONTRADE/Trademap, junho 2013.

O principal item da pauta de exportações do Bareine são os combustíveis, que representaram em 2012 58,8% do total. Seguiram-se: alumínio (18,1%); aviões (4,2%); minérios (3,7%); e adubos (2,8%).

BAREINE: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Automóveis	1,67	16,4%
Máquinas mecânicas	1,22	12,0%
Aviões	0,77	7,6%
Máquinas elétricas	0,55	5,4%
Minérios	0,42	4,1%
Móveis	0,25	2,5%
Obras de ferro/aço	0,25	2,4%
Combustíveis	0,24	2,4%
Químicos inorgânicos	0,24	2,4%
Plásticos	0,20	2,0%
Subtotal	**5,81**	**57,1%**
Outros produtos	**4,36**	**42,9%**
Total	**10,17**	**100,0%**



Elaborado pela AIR/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD, ITC/CONTRADE/Trademap, junho 2013

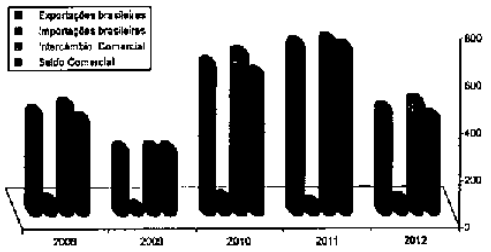
A pauta de importações do Bareine é composta, em grande parte, por bens com alto valor agregado, com destaque para automóveis, máquinas e aviões, que juntos somaram 41% das compras do país em 2012. Seguiram-se: minérios (4,1%); móveis (2,5%); obras de ferro/aço (2,4%); combustíveis (2,4%); produtos químicos inorgânicos (2,4%); e plásticos (2,0%).

BRASIL-BAREINE: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-mai)	2013 (jan-mai)
Exportações brasileiras	**405**	**249**	**610**	**691**	**414**	**199**	**102**
Variação em relação ao ano anterior	256,2%	-38,5%	144,4%	13,4%	-40,1%	-16,9%	-48,4%
Importações brasileiras	**30**	**1**	**43**	**16**	**32**	**10**	**21**
Variação em relação ao ano anterior	+	-95,1%	+	-62,6%	103,2%	+	98,8%
Intercâmbio Comercial	**435**	**251**	**652**	**707**	**447**	**209**	**123**
Variação em relação ao ano anterior	-31,6%	-42,4%	160,0%	8,4%	-36,8%	-12,9%	-41,1%
Saldo Comercial	**376**	**248**	**567**	**675**	**382**	**188**	**82**

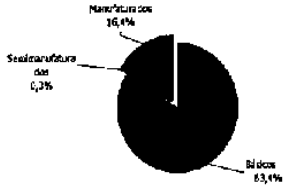
Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX Alicweb.
(+) Variação superior a 1000%

O Bareine foi o 71º principal parceiro comercial brasileiro em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou aumento de 2,6%, havendo crescimento de 2,2% nas exportações e de 8,1% nas importações. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período sob análise, logrou superávit de US$ 382 milhões em 2012.



BRASIL-BAREINE : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ milhões, fob - 2012

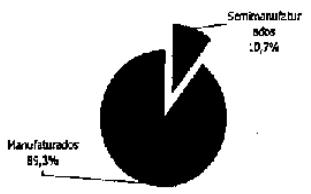
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	345	83,3%
Semimanufaturados	1	0,3%
Manufaturados	68	16,4%
Transações especiais	0	0,0%
Total	**414**	**100,0%**



As exportações brasileiras para o Bareine são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 83,3% do total em 2012, com destaque para os minérios. Em seguida estão os manufaturados com 16,4% e semimanufaturados com 0,3%.

Elaborado pela MRE DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	0	0,0%
Semimanufaturados	3	10,7%
Manufaturados	29	89,3%
Total	**32**	**100,0%**



Nas importações brasileiras do Bareine predominam os produtos manufaturados, que representaram 89,3% do total em 2012, com destaque para o alumínio. Seguiram-se os produtos semimanufaturados, com 10,7%. Não houve importação de produtos básicos de 2012.

Elaborado pela MRE DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

BRASIL-BAREINE : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Minérios	415	627	308	74,3%
Químicos inorgânicos	27	9	38	9,2%
Carnes	37	35	32	7,6%
Subtotal	**479**	**672**	**378**	**91,2%**
Outros produtos	**131**	**19**	**37**	**8,8%**
Total	**610**	**691**	**414**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

As exportações brasileiras para o Bareine são concentradas em minérios de ferro, que representou 74,3% do total em 2012. Seguiram-se: produtos químicos inorgânicos com 9,2% e carnes com 7,6%.

BRASIL-BAREINE : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Alumínio	2	15	31	94,3%
Automóveis	0,2	0,3	0,7	2,2%
Subtotal	**2**	**15**	**31**	**96,4%**
Outros produtos	**41**	**1**	**1**	**3,6%**
Total	**43**	**16**	**32**	**100,0%**

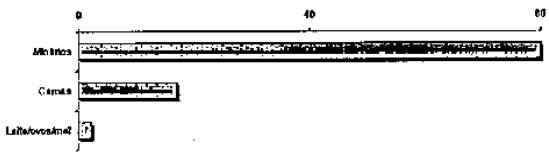


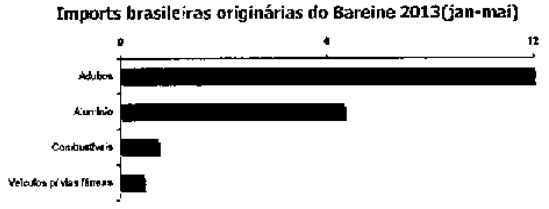
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

A pauta de importações originárias do Bareine concentrou-se em alumínio (cabos de alumínio, não isolados, para uso elétrico; ligas de alumínio em forma bruta), que representou 94,3% do total de 2012 e automóveis (2,2%).

BRASIL-BAREINE : COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2012 (jan-mai)	% do total	2013 (jan-mai)	% do total
Exportações				
Minérios	154	77,7%	80	78,2%
Carnes	11	5,6%	17	16,7%
Leite/ovos/mel	3	1,3%	2	2,3%
Subtotal	**168**	**84,6%**	**100**	**97,2%**
Outros produtos	**31**	**15,4%**	**3**	**2,8%**
Total	**199**	**100,0%**	**102**	**100,0%**
Importações				
Adubos	0,0	0,0%	12,0	58,5%
Alumínio	9,8	94,4%	6,5	31,5%
Combustíveis	0,3	3,0%	1,1	5,3%
Veículos p/ vias férreas	0,0	0,0%	0,7	3,3%
Subtotal	**10,1**	**97,4%**	**20,3**	**98,6%**
Outros produtos	**0,3**	**2,6%**	**0,3**	**1,4%**
Total	**10,3**	**100,0%**	**20,6**	**100,0%**



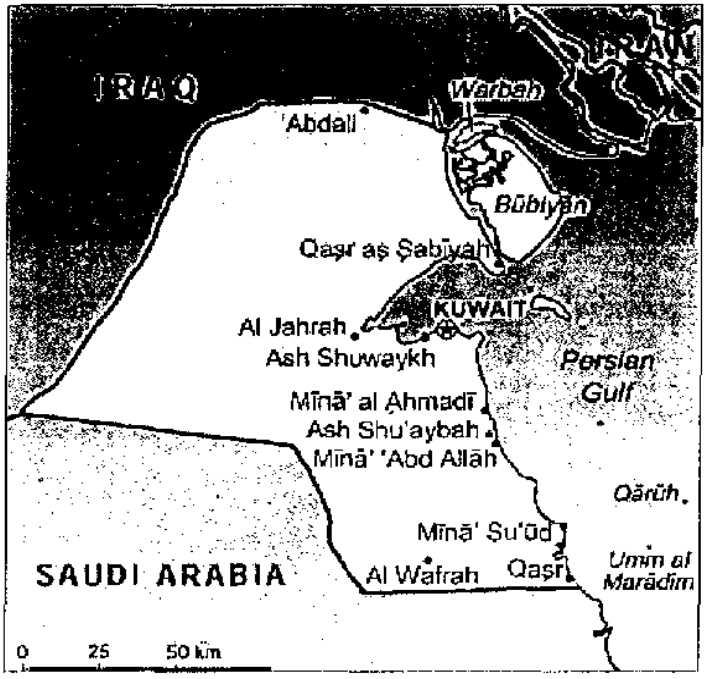


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC-SECEX Alicweb

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ESTADO DO KUAITE





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Estado do Kuaite
CAPITAL:	Cidade do Kuaite
ÁREA:	17.818 km²
IDIOMA OFICIAL:	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islâmica (85%, sendo 70% destes sunitas e 30% xiitas). O cristianismo, o hinduísmo e as demais religiões representam 15%.
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional
CHEFE DE ESTADO:	Xeque Sabah al Ahmad al Jaber al Sabah, Emir do Kuaite (desde 29/jan/2006)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro, Xeque Jaber al Mubarak al Sabah
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Xeque Sabah al Khalid al Sabah
PIB NOMINAL (2012):	US$ 177 bilhões
PIB NOMINAL "PER CAPITA" (2012):	US$ 46,578
PIB PPP (2012):	US$ 165,9 bilhões
PIB PPP "PER CAPITA" (2012):	US$ 43.420
VARIAÇÃO DO PIB:	7,9% (2012 est.)
IDH – ÍNDICE DE DESENV. HUMANO 2012:	0,790 (53ª posição entre 185 países; Brasil é o 84º, com 0,730)
EXPECTATIVA DE VIDA:	74,7 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO:	93,9%
UNIDADE MONETÁRIA:	Dinar kuaitiano
EMBAIXADOR NO KUAITE:	Roberto Abdalla
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Yousef Ahmad Abdulsamad
COMUNIDADE BRASILEIRA:	30 cidadãos

Intercâmbio comercial Brasil – Kuaite (em US$ milhões *f.o.b.*)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (jan-mai)
Intercâmbio	**149**	**224**	**167**	**343**	**652**	**373**	**583**	**744**	**1273**	**789**
Exportações	127	191	167	230	632	373	339	357	313	150
Importações	22	33	0	113	20	0	244	387	960	639
Saldo	105	158	167	117	612	373	95	-30	-647	-489

PERFIS BIOGRÁFICOS

Emir do Kuaite, Sabah al Ahmad al Jaber al Sabah

O xeque (*sheikh*) Sabah al Ahmad al Jaber al Sabah é o atual Emir (Chefe de Estado) do Kuaite.

Membro da família real kuaitiana, nasceu em junho de 1929. Estudou em escolas do Kuaite e completou estudos superiores com tutores particulares.

Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 1963 a 1991; Ministro em exercício da Informação entre 1963 e 1985; Primeiro Vice-Primeiro-Ministro em fevereiro de 1978, função que acumulou com a de Ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo sido confirmado nesses cargos nos novos governos empossados em março de 1985 e outubro de 1992.

Entre 1965 e 1967, desempenhou as funções de Ministro das Finanças e Ministro Interino do Petróleo.

Foi nomeado Primeiro-Ministro do Estado do Kuaite em 2003.

Ascendeu ao trono em janeiro de 2006.

Primeiro-Ministro do Kuaite, Jaber Al-Mubarak Al-Hamad Al-Sabah

O Primeiro-Ministro Jaber Al-Mubarak Al-Hamad Al-Sabah, nasceu em 1948.

Entre 1968 e 1979, exerceu as funções de Supervisor, Diretor e Subsecretário do *Amiri Diwan* (Gabinete do Emir). Logo após esse período, foi Governador dos distritos de Hawaly (1979-1985) e de Ahmadi (1985 e 1986).

Assumiu o Ministério de Assuntos Sociais e do Trabalho, entre 1986 a 1988, e o Ministério da Informação, entre 1988 e 1990. Após a invasão do país pelo Iraque, em agosto de 1990, foi indicado assessor particular do Emir, cargo que ocupou até março de 1992. Foi Ministro da Defesa, de 2001 a 2002, e Ministro da Defesa e do Interior, em 2006.

Em outubro do ano seguinte, foi designado Primeiro Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa.

Em 19 de julho de 2011, foi designado Primeiro-Ministro, e reconduzido ao cargo em 11 de dezembro de 2012.

Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Kuaite, Sabah Al-Khalid Al-Hamad Al-Sabah

O xeque **Sabah Al-Khalid Al-Hamad Al-Sabah,** atual Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Kuaite, nasceu em 3 de março de 1953. Casado com Ayda Salim al Ali al Sabah, possui um casal de filhos, Al Jawhara e Khalid. Fala árabe e inglês.

Graduou-se em Ciências Políticas pela Universidade do Kuaite.

Ingressou na carreira diplomática em 1978 e permaneceu no Departamento Político, Secção Árabe, do Ministério dos Negócios Estrangeiros até 1983, ano em que iniciou o desempenho de funções diplomáticas na Missão Permanente do Kuaite junto às Nações Unidas, em Nova York, até 1989.

Em 1989, foi nomeado Vice-Diretor do Departamento do Mundo Árabe no Ministério dos Negócios Estrangeiros, cargo em que permaneceu até ser nomeado Diretor de Gabinete do Subsecretário (Secretário-Geral) do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1992.

Em 1995, deixou a Diretoria de Gabinete da chancelaria kuaitiana para assumir o cargo de Embaixador do Kuaite junto à Arábia Saudita, até o ano de 1998.

Foi Presidente do Serviço de Segurança Nacional (1998-2006), Ministro de Assuntos Sociais e Trabalho (2006-2007) e Ministro da Informação (2007-2009).

Entre abril e maio de 2009, assumiu o Ministério da Justiça e o Ministério para Assuntos Islâmicos, até que, no mesmo mês de maio, foi nomeado Membro do Conselho Supremo do Petróleo.

Em 23 de outubro de 2011, foi nomeado Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 1968, foram estabelecidas relações diplomáticas entre os dois países e criada a primeira Embaixada do Brasil no Kuaite, funcionando, cumulativamente, com sede no Egito. Em 1975, o Brasil inaugurou sua Missão diplomática residente no emirado, gesto reciprocado pelos kuaitianos em Brasília em agosto do mesmo ano.

A crise do petróleo de 1973, que comprometeu o modelo de forte crescimento econômico do regime militar brasileiro, compeliu o Brasil a estreitar seus vínculos com os países árabes exportadores da *commodity,* inclusive o Kuaite. Datam dessa época a criação do mecanismo bilateral de Comissão Mista, a assinatura do Acordo de Cooperação de 1975 e o intenso intercâmbio de visitas de autoridades financeiras entre os dois países.

Após o aumento das taxas internacionais de juros (1981) e a consequente crise internacional da dívida de 1982, na qual o Brasil se viu diretamente envolvido, continuou intenso o intercâmbio de visitas de autoridades financeiras, desta vez com o objetivo de angariar o apoio kuaitiano para iniciativas de refinanciamento das dívidas públicas e privadas brasileiras para com o emirado. Ocorre nessa época, também, um esforço coordenado entre os Ministérios militares e as empresas bélicas brasileiras no sentido de abrir o mercado kuaitiano para os produtos daquele setor produtivo nacional. É nesse contexto que Roberto de Abreu Sodré realiza a primeira visita de um Chanceler brasileiro ao Kuaite (abril de 1986). Em 1989, o então Presidente José Sarney convida oficialmente o então Primeiro-Ministro do emirado a visitar o Brasil, sem qualquer desdobramento.

A invasão do Kuaite pelo Iraque (1990) e a subsequente Guerra do Golfo alteram profundamente o panorama das relações do Brasil com o pequeno emirado. Até então concentrado no plano econômico-comercial, o diálogo bilateral ganhou maior densidade política ao longo da década de 1990, em especial nos períodos 1993-1994 e 1998-99, quando o Brasil ocupou assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Entre 1993 e 1994, intensificaram-se as gestões kuaitianas de alto nível junto ao Brasil, solicitando nosso apoio para pressionar o Iraque a implementar diversas resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU), como as referentes à demarcação da fronteira entre os dois países árabes, após a Guerra do Golfo. Registre-se, nesse particular, a audiência concedida pelo Presidente Itamar Franco ao então Ministro da Informação, Xeque Saud al Sabah, na qualidade de Emissário Especial do Emir, em março de 1993.

Durante o período de 1998 a 1999, o Brasil voltou a tratar de temas de forte interesse do Kuaite. Foram criados, à época, três painéis relativos à situação no Iraque, todos presididos pelo Embaixador do Brasil junto às Nações Unidas: o primeiro sobre temas de desarmamento, o segundo sobre assuntos humanitários e o terceiro sobre prisioneiros de guerra e propriedade kuaitiana.

As posições então adotadas pelo Brasil no CSNU contribuíram para sepultar, em definitivo, o mal-estar existente entre 1990 e 1993 nas relações bilaterais, causado pela não participação do Brasil na coalizão militar que derrotou o Iraque na Guerra do Golfo. Na instância máxima da ONU, o Brasil sempre defendeu as resoluções favoráveis à manutenção da soberania e da integridade territorial do Kuaite e ao cumprimento, pelo Iraque, de todas as resoluções do CSNU.

Do ponto de vista comercial, a partir de 1995 inicia-se processo de retomada das importações brasileiras de petróleo do Kuaite (interrompidas com os conflitos do início dos 90), o que levou à ocorrência de déficits substanciais para o Brasil nas trocas bilaterais, que chegaram a alcançar o valor total aproximado de US$ 1 bilhão. No final dessa década, em razão da priorização da política brasileira de integração sul-americana, parte das compras de petróleo originárias dos países do Golfo passou a ser substituída por aquisições oriundas da Argentina e da Venezuela, o que inverteu o fluxo do comércio bilateral com o gradual incremento das exportações brasileiras. Nesse período, o Kuaite começa a disputar o papel, com os Emirados Árabes Unidos, de porta de entrada de produtos brasileiros para alguns importantes países do Oriente Médio, como o Irã e as repúblicas islâmicas da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Outro aspecto relevante, que despontou após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, foi o aumento potencial da importância do Kuaite como fonte alternativa para captação de investimentos externos, em vista do movimento de realocação das inversões kuaitianas que estiveram concentradas nos mercados dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, face ao crescente sentimento anti-islâmico no eixo norte-atlântico e à baixa rentabilidade oferecida pelos mercados financeiros tradicionais.

Em julho de 2010, o então Primeiro-Ministro kuaitiano, Xeque Nasser Al-Sabah, visitou o Brasil em caráter oficial, no que constituiu a visita de mais alto nível da história das relações bilaterais. Na ocasião, foram assinados três acordos: Acordo de Cooperação Técnica, Acordo sobre Serviços Aéreos e Emenda ao Acordo de Cooperação de 1975.

POLÍTICA INTERNA

O Kuaite é uma monarquia constitucional, na qual os ramos Jaber e Salem, da família al Sabah, se alternam no poder. Pela Constituição é vedada a formação de partidos políticos e garantida a liberdade de culto, existindo, na prática, igrejas de todas as religiões, exceto a judaica.

No sistema político kuaitiano, a Assembleia Legislativa não tem o poder de formar o Gabinete, sendo o Primeiro-Ministro e os Ministros indicados pela família al Sabah. Tradicionalmente, os al Sabah vêm conduzindo uma política que visa a satisfazer a população kuaitiana através da distribuição de uma parcela dos recursos provenientes da exportação de petróleo, na forma de educação e assistência médica totalmente gratuitas, elevados salários no setor público, doação por ocasião do casamento, empréstimos subsidiados para a aquisição de casa própria, aposentadoria integral após 25 anos de serviço.

O Kuaite conta atualmente com cerca de 400 mil eleitores, sendo que pouco mais da metade são mulheres. A Assembleia é composta por 50 representantes eleitos, metade dos quais são, historicamente, islamistas e chefes tribais. A eleição de maio de 2008 resultou em avanço de políticos tribais e islâmicos conservadores. Os reflexos do fortalecimento dos fundamentalistas começaram a ser sentidos imediatamente. Na sessão de posse dos novos deputados, nove parlamentares abandonaram o plenário em protesto ao fato de duas ministras terem comparecido sem o véu (*hijab*). Na semana seguinte, deputados pressionaram pela adoção de medidas punitivas contra dois hotéis que teriam desrespeitado "os valores islâmicos e as tradições kuaitianas". Poucos dias antes, parlamentares salafistas, os mais radicais dentre os islâmicos locais, reuniram-se com clérigos muçulmanos para discutir projeto de lei que alteraria o artigo 2º da Constituição, que declara ser o Islã a principal origem da legislação do país, de forma a determinar ser a charia (lei islâmica) não apenas a principal, mas a única fonte legal.

O fortalecimento dos conservadores afeta o atual sistema de bem-estar social e de distribuição de renda, pois, desde a década passada, os esforços governamentais de implementar reformas liberalizantes têm sido sistematicamente bloqueados pelo Parlamento majoritariamente conservador. As reformas implicariam redução do *welfare state* kuaitiano e enxugamento do setor público, que atualmente emprega mais de 90% da força de trabalho kuaitiana, além de conceder subsídios a todos os cidadãos.

O Gabinete atual, conduzido pelo Primeiro-Ministro, Xeque Jaber Al- Sabah, é o décimo Governo kuaitiano em um período de seis anos e o terceiro Gabinete desde que Xeque Jaber assumiu o cargo pela primeira vez, em dezembro de 2011. Em decisão inédita, a Corte Constitucional do país determinou, no início do mês de junho de 2013, a dissolução da Assembleia Nacional devido a falhas procedimentais identificadas na preparação das eleições parlamentares de dezembro último. A corte também decidiu pela constitucionalidade do decreto do Emir que modificou a lei eleitoral, estipulando apenas um voto por cidadão. O Parlamento formado em dezembro é pró-Governo, o que não tem, entretanto, diminuído a cada vez mais crescente vocalização da oposição. Há previsão de que um novo pleito seja realizado em setembro próximo.

POLÍTICA EXTERNA

Desde a invasão iraquiana (1990-1991), a política externa kuaitiana desenvolveu a obsessão de preservar a soberania e a integridade territorial

do país. No âmbito multilateral, a expressão desse objetivo é a rígida vigilância exercida pelo Kuaite sobre o cumprimento, por Bagdá, de todas as resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) relacionadas aos desdobramentos da Guerra do Golfo.

No pós-guerra, o Kuaite tem procurado, em termos de política regional, reafirmar sua identidade árabe. Alinha-se às críticas mundiais quanto ao comportamento do atual Governo israelense, que estaria colocando em risco o processo de paz para o Oriente Médio. Há preocupação com a questão nuclear iraniana, uma vez que está localizada no Kuaite a área urbana mais próxima das instalações nucleares persas.

Outra vertente da ação externa do emirado, a partir da liberação do país da ocupação iraquiana, foi a concentração de sua agenda externa, prioritariamente, sobre os membros permanentes do CSNU e sobre potências emergentes de outras regiões do globo, identificadas como importantes para a manutenção de sua soberania e integridade territorial, como a África do Sul, China, Índia, Brasil e Canadá.

No campo da diplomacia econômica, destaca-se o papel do *Kuwait Fund for Arab Economic Development* (KFAED), braço econômico do Ministério das Relações Exteriores kuaitiano. Criado em 1961, é utilizado como instrumento para adensar o relacionamento entre o Kuaite e os países em desenvolvimento com os quais o Reino possa ter (ou tencione vir a ter) relacionamento especial. O KFAED prioriza projetos nos setores de transporte, comunicações, agricultura, saneamento básico e meio ambiente e analisa projetos de nível municipal, estadual ou federal, desde que aprovados pelo órgão de planejamento central do país solicitante.

Até junho de 2013, o fundo havia concedido empréstimos no montante de US$ 17 bilhões a 101 países, num total de 840 operações de crédito. Desse universo de 101 países, 11 países da América do Sul e Caribe foram beneficiados com um total de US$ 388,4 milhões. O Brasil nunca recebeu créditos ou doações do KFAED.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia kuaitiana é altamente dependente do setor de hidrocarbonetos, com a venda do petróleo contribuindo com a maior parte da arrecadação estatal, além de responder por mais de metade do PIB. Estima-se, contudo, que com a queda dos preços do petróleo, o superávit em conta-corrente diminua para US$ 73 bilhões em 2013. O PIB, cujo crescimento foi de 7,9% em 2012, deverá diminuir para 4,2% em 2013, devido à desaceleração da produção e exportação de petróleo decorrente do baixo crescimento global. A renda atual advinda das exportações não indica ameaça à posição fiscal do país em curtos e médios prazos.

A crise financeira global teve forte impacto na bolsa de valores, a segunda maior do mundo árabe, que vem registrando recuperação desde 2011. Para aumentar a confiança dos investidores, o Kuaite solicitou ao seu fundo soberano, *Kuaite Investment Authority (KIA),* a criação de um fundo para investir na bolsa de valores, com o propósito de restabelecer a confiança do mercado. Estima-se que os fundos da KIA sejam da ordem de US$ 296 bilhões.

Em 2012, as autoridades kuaitianas lograram aumentar a produção de petróleo para 2,8 milhões de barris/dia. No longo prazo, contudo, a meta é atingir 4 milhões de barris/dia até o ano 2020. A exploração das novas reservas de gás natural descobertas em 2006 está em andamento, com o objetivo de tornar o país autossuficiente em GNL até 2016. Ademais, o Governo do Kuaite alocou cerca de US$ 45,3 bilhões para o desenvolvimento de vários megaprojetos que visam a diversificar e dinamizar a economia, diminuindo assim a dependência da produção de petróleo.

O Executivo kuaitiano tem se esforçado nos últimos anos para implementar reformas econômicas de cunho liberal, malgrado a oposição de membros conservadores do Parlamento e de representantes dos setores afetados. Algumas mudanças foram alcançadas, como a aprovação da Lei de Investimentos Estrangeiros, que permite a cidadãos estrangeiros controlar até 100% do capital de empresas no Kuaite e a redução das taxas (15%) incidentes sobre o lucro das empresas estrangeiras.

O consumo privado tem sido um dos motores do crescimento econômico desde o início de 2012. Calcula-se que uma das causas do aumento significativo dos gastos dos consumidores tem sido a expansão dos salários dos nacionais kuaitianos (em média 8% nos últimos 12 meses), que injetou na economia o equivalente a USD 2,5 bilhões. Soma-se a isso o incremento recorde nos níveis de concessão de crédito oferecido pelos bancos locais (11% a mais do que em 2011).

A "generosidade" do Estado kuaitiano tem repercutido no mercado de trabalho. Mais de 90% dos nacionais do Kuaite trabalham no setor público, com melhores salários, enquanto os trabalhadores estrangeiros trabalham, em sua maioria, no setor privado. Assim, cada vez menos nacionais desejam entrar para a iniciativa privada, fazendo com que as vagas preteridas sejam preenchidas por expatriados; no ano de 2012, o número de vistos de trabalho concedidos a estrangeiros cresceu mais de 70%. Dos 3,4 milhões de residentes do Kuaite, 2/3 são imigrantes, vindos principalmente da Ásia (Índia, Paquistão, Filipinas).

ANEXO I - CRONOLOGIA HISTÓRICA DO KUAITE

1756 – O primeiro membro da família al Sabah é escolhido Emir da cidade do Kuaite pelas classes mercantis locais.
1896 – Embora formalmente vassalo do Império Otomano e subordinado à Província de Basra, o Emir do Kuaite assina Tratado de Protetorado com o Império Britânico.
1914 – Com o início da Primeira Guerra Mundial, Londres declara o Kuaite um "Estado independente sob proteção britânica".
1934 – O Emir do Kuaite entrega uma concessão petrolífera à *Kuwait Oil Company*, uma empresa mista de capitais ingleses e norte-americanos
1938 – Campanha da burguesia kuaitiana pela incorporação do emirado ao Reino do Iraque, como forma de contrarrestar sua insatisfação com o domínio da dinastia al Sabah;
1961 – Independência do Kuaite do jugo britânico em 1961; ameaça iraquiana de invasão, apoiada por diversos setores da sociedade kuaitiana. Tropas britânicas evitam a invasão iraquiana.
1967 – O Kuaite declara guerra a Israel, em conjunto com outros países árabes, por ocasião do Conflito dos Seis Dias.
1973 – Choque entre tropas do Kuaite e do Iraque, por questões fronteiriças. Os países produtores de petróleo, entre eles o Kuaite, decidem utilizar o produto como arma econômica na guerra contra Israel e, além de elevar o preço do produto, promovem um boicote aos países simpatizantes dos israelenses.
1975 - Nacionalização da *Kuwait Oil Company*.
1976 – O Emir Sabah al Salem al Sabah dissolve o Parlamento, suspende parcialmente a constituição e aceita a renúncia de seu gabinete. Somente em 1980 haverá novas eleições parlamentares.
1978 – Morte do Emir Sabah al Sabah. Assume o cargo de Emir o príncipe-herdeiro, Jaber al Ahmed al Sabah.
1986 – Segunda dissolução inconstitucional do Parlamento pelo Emir.
1990 - Invasão iraquiana de 1990. Saddam Hussein declara o Kuaite a 19ª província iraquiana.
1991- Em fevereiro, as tropas iraquianas são expulsas do território kuaitiano por uma coalizão de forças lideradas pelos EUA. Restauração da independência kuaitiana.
2006 – Morre o Emir Jaber al Ahmed al Sabah. Assume a Chefia de Estado o atual Emir Sabah al Ahmad al Jaber al Sabah
2011 – Na sequência de protestos inspirados na "Primavera Árabe", o Primeiro-Ministro Xeque Nasser Al Sabah é substituído pelo Xeque Jaber Al Sabah (dezembro).
2012 – As eleições de fevereiro são ganhas majoritariamente pela oposição. O Emir bloqueia projeto parlamentar que subordinaria toda legislação à lei islâmica.
2012 – Em reação à alteração da lei eleitoral (outubro), a oposição boicota as eleições parlamentares de dezembro.

ANEXO II - CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-KUAITE

1968 – Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Kuaite. Criação da primeira representação diplomática brasileira junto ao emirado, funcionando, em caráter cumulativo, a partir da Embaixada do Brasil no Cairo.
1975 – Abertura da Missão diplomática brasileira residente na cidade do Kuaite.
1975 (Brasília – março) – Visita oficial do então Ministro dos Negócios Estrangeiros e hoje Emir do Kuaite, Xeque Sabah al Hamed al Jaber al Sabah. Assinatura do Acordo de Cooperação que cria a Comissão Mista Bilateral.
1975 (Brasília – agosto) – Abertura da Missão diplomática kuaitiana em Brasília.
1977 (Kuaite – maio) - I Reunião da Comissão Mista.
1979 (28 – 29 de maio) – II Reunião da Comissão Mista, em Brasília.
1980 (Brasília – outubro) – visita do Ministro das Finanças do Kuaite, Abdul-Haman al Atiqi (pauta - discussão sobre mecanismos de Cooperação Econômica)
1981 (Kuaite – novembro) – Visita oficial do então Ministro da Fazenda, Dr. Ernane Galvêas.
1983 (Kuaite – dezembro) – Visita oficial do então Ministro da Fazenda, Dr. Antônio Delfim Netto (pauta - refinanciamento da dívida externa).
1986 Kuaite – Visita oficial do então MERE Roberto de Abreu Sodré, a primeira visita de um Chanceler brasileiro ao emirado.
1989 (Brasília – agosto) – O Senhor Presidente da República envia carta ao Príncipe-Herdeiro e Primeiro-Ministro Saad al Abdullah al Salem al Sabah, contendo convite de visita oficial ao Brasil.
1992 (Brasília – agosto) – Audiência do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores com o enviado especial do Emir, o Ministro do Ensino Superior daquele país.
1992 Rio de Janeiro - O então Emir do Kuaite, Xeque Jaber al Ahmad al Sabah, chefia a delegação de seu país à Conferência ECO-92, sem a ocorrência de encontros bilaterais com autoridades brasileiras à margem do evento.
1993 (Brasília – março) - Audiência concedida pelo Senhor Presidente da República ao então Ministro kuaitiano da Informação, Xeque Saud al Sabah, na qualidade de Emissário Especial do Emir.
1994 (Brasília – maio e setembro) - Visita de enviado especial do Emir, Embaixador Mohammad A. Abulhassan, Representante do Kuaite junto às Nações Unidas. Audiência com o Senhor Secretário-Geral do MRE.
1994 (Kuaite – junho) - Visita oficial do Ministro do Exército, General Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena.

1996 (Kuaite – junho) - Visita oficial do então SGAP, Embaixador Ivan Cannabrava.
2002 (Kuaitc – 8 de maio) - Visita oficial do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi. Encontros com o Chanceler Mohammed al Sabah e com o Secretário-Geral do MNE, Embaixador Khalid al Jarralah. Assinatura do memorando de entendimento para o estabelecimento de consultas políticas bilaterais
2005 (Kuaite – 23 e 24 de fevereiro) - Visita oficial ao emirado do Chanceler Celso Amorim. Encontro do Sr. MERE com o então Primeiro-Ministro e hoje Emir do Kuaite, Xeque Sabah al Ahmad al Sabah. Seminário empresarial organizado pelo Departamento de Promoção Comercial do MRE, na ocasião. Assinatura do Acordo bilateral de Cooperação Cultural.
2005 (Brasília – maio) – Vinda do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Xeque Mohammed Sabah al Salem al Sabah, para chefiar a delegação kuaitiana na I Cúpula América do Sul – Países Árabes.
2007 (16 de agosto) - O Senhor Presidente da República envia carta ao Emir Sabah al Ahmad al Sabah, contendo convite de visita oficial ao Brasil.
2007 (20 de setembro) - O Emir do Kuaite envia carta ao Senhor Presidente da República aceitando visitar oficialmente o Brasil e reciprocando o convite de visita ao Kuaite ao Senhor Presidente da República. Apesar da accitação do convite, o Emir Sabah al Ahmad ainda não veio ao Brasil na qualidade de Chefe de Estado de seu país.
2008 (Doha, Catar – 30 de novembro) - À margem da Conferência sobre o Financiamento ao Desenvolvimento, em Doha, o Senhor Ministro de Estado concede audiência ao Chanceler kuaitiano, Dr. Mohammed al Sabah.
2010 (Rio de Janeiro – 13 a 14 de abril) – Reunião de consultas aéreas bilaterais.
2010 (Kuaite – 28 de abril) - Seminário organizado pela Câmara de Comércio Árabe Brasileira (CCAB) em parceria com o Ministério do Turismo do Brasil e a Câmara de Comércio e Indústria do Kuaite.
2010 (Brasília – 25 de julho) – O então Primeiro-Ministro do Kuaite, Xeque Nasser al Sabah, visita Brasília em caráter oficial, oportunidade em que é homenageado com almoço pelo então Presidente da República Lula e mantém reunião de trabalho com o mandatário brasileiro.
2012 (Rio de Janeiro – 20 a 24 de junho) – A xeica Amthal al Ahmad al Jaber al Sabah, irmã do Emir do Kuaite, chefia a delegação kuaitiana à Conferência Rio+20.

ANEXO III – ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de Celebração	Vigência
Emenda ao Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Estado do Kuaite	22/07/2010	Não está em vigor.
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite	22/07/2010	Não está em vigor; tramitação sustada devido a conflito com a nova Lei de Acesso à Informação (2011)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite sobre Serviços Aéreos	22/07/2010	Não está em vigor.
Acordo de Cooperação	25/03/1975	10/02/1976

ANEXO IV – DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

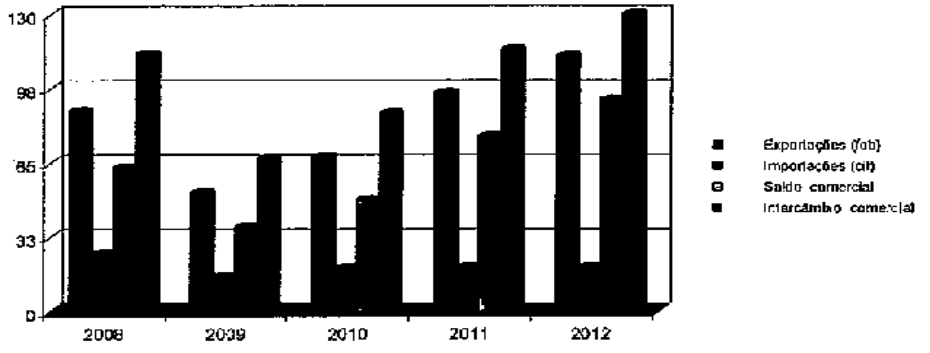
KUAITE: COMÉRCIO EXTERIOR(1)

US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	[illegible]	[illegible]10	2011	2012
Exportações (fob)	87,5	51,7	67,6	95,5	111,5
Importações (cif)	24,8	15,0	18,9	19,2	19,1
Saldo comercial	62,6	36,6	48,7	76,3	92,4
Intercâmbio comercial	112,3	66,7	86,4	114,6	130,5

Elaborado pelo MRE/DPR, DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC Trademap, June 2013.

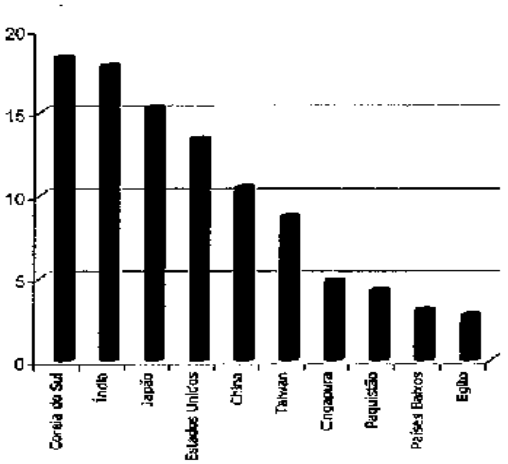
(1) O Kuaite não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD entre 2009 e 2012, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



Em 2012, o comércio exterior do Kuaite aumentou 16,3% em relação a 2008, de US$ 112,3 bilhões para US$ 130,5 bilhões. No ranking do FMI de 2012, o Kuaite figurou como o 50º mercado mundial, sendo o 36º exportador e o 78º importador.

KUAITE : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012[1]	% no total
Coreia do Sul	18,3	16,4%
Índia	17,8	16,0%
Japão	15,3	13,7%
Estados Unidos	13,3	12,0%
China	10,5	9,4%
Taiwan	8,7	7,8%
Cingapura	4,8	4,3%
Paquistão	4,2	3,8%
Países Baixos	3,0	2,7%
Egito	2,7	2,4%
...		
Brasil	***0,96***	***0,9%***
Subtotal	**99,5**	**89,3%**
Outros países	**12,0**	**10,7%**
Total	**111,5**	**100,0%**

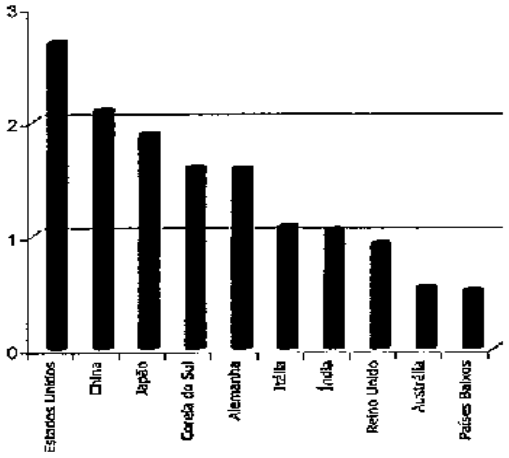


Elaborado pela MRE-DPR/DEC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD ITC Trademap, June 2013
(1) O Kuaite não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros

As exportações kuaitianas são direcionadas em grande parte aos países em desenvolvimento, cerca de 66,9% do total das vendas em 2012. Os países vizinhos da Ásia absorveram, em 2012, 76%. Os países desenvolvidos compraram 33,1% da produção kuaitiana em 2012. A Coreia do Sul foi o principal destino das vendas kuaitianas, absorvendo 16,4% do total. Seguiram-se: Índia (16%); Japão (13,7%); Estados Unidos (12%); China (9,4%); e Taiwan (7,8%).O Brasil foi o 13º comprador do país e absorveu 0,9% das vendas kuaitianas em 2012.

KUAITE : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012[1]	% no total
Estados Unidos	2,68	14,1%
China	2,09	10,9%
Japão	1,88	9,9%
Coreia do Sul	1,58	8,3%
Alemanha	1,58	8,3%
Itália	1,07	5,6%
Índia	1,04	5,5%
Reino Unido	0,92	4,8%
Austrália	0,53	2,8%
Países Baixos	0,51	2,6%
...		
Brasil	***0,314***	***1,6%***
Subtotal	**14,19**	**74,4%**
Outros países	**4,89**	**25,6%**
Total	**19,07**	**100,0%**

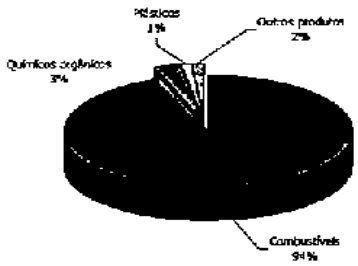


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC Trademap. June 2013.
(1) O país não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros

As importações kuaitianas, por sua vez, são originárias em grande parte dos países desenvolvidos, cerca de 60,6% do total das compras, em 2012. Os mercados emergentes e em desenvolvimento supriram 39,4% da demanda interna. Os países vizinhos asiáticos participaram com 44,8% do total. Os Estados Unidos foi o principal fornecedor de bens ao país, com 14,1% do total. Em seguida, destacaram-se China (10,9%); Japão (9,9%); Coreia do Sul (8,3%) e Alamenha (8,3%). O Brasil foi 14º principal vendedor para o Kuaite, participando com 1,6% do total das compras kuaitianas.

KUAITE : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012[1]	% no total
Combustíveis	105,63	94,8%
Químicos orgânicos	3,05	2,7%
Plásticos	1,10	1,0%
Subtotal	**109,77**	**98,5%**
Outros produtos	**1,70**	**1,5%**
Total	**111,47**	**100,0%**

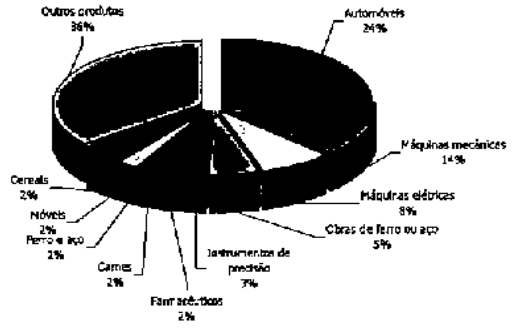


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC Trademap. June 2013.
(1) O país não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros

Os combustíveis (óleos brutos de petróleo, óleos de petróleo refinados e gases de petróleo) são os principais itens da pauta exportadora kuaitiana. Em 2012 responderam por 94,8% do total, seguido de produtos químicos orgânicos (2,7%) e plásticos (1%).

KUAITE : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012[1)]	% no total
Automóveis	4,52	23,7%
Máquinas mecânicas	2,62	13,8%
Máquinas elétricas	1,50	7,9%
Obras de ferro ou aço	1,01	5,3%
Instrumentos de precisão	0,49	2,6%
Farmacêuticos	0,45	2,3%
Carnes	0,44	2,3%
Ferro e aço	0,43	2,3%
Móveis	0,42	2,2%
Cereais	0,41	2,2%
Subtotal	**12,29**	**64,4%**
Outros produtos	**6,78**	**35,6%**
Total	**19,07**	**100,0%**



Fonte básica: MDIC/SECEX. Elaboração: [illegible] com base em dados do UNCTAD/TRC Trade map. Junho 2013
(1) Ano de referência [illegible]

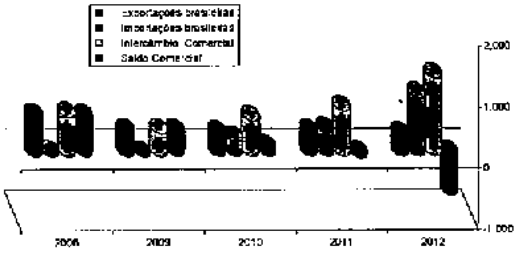
A pauta de importações do Kuaite apresentou concentração em três grupos de produtos manufaturados, que responderam por 45% da pauta em 2012. São eles: automóveis - veículos automóveis, tratores e peças mecânicas - (13,7%), máquinas mecânicas - tomeiras, válvulas (incluídas as redutoras de pressão e as termostáticas) e dispositivos semelhantes, para canalizações, caldeiras, reservatórios, cubas e outros recipientes, bombas de ar ou de vácuo - (13,8%), e máquinas elétricas (7,9%).

BRASIL-KUAITE: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-mai)	2013 (jan-mai)
Exportações brasileiras	**632**	**373**	**339**	**357**	**314**	**123**	**151**
Variação em relação ao ano anterior	174,0%	-41,0%	-9,1%	5,3%	-12,2%	-29,7%	22,6%
Importações brasileiras	**20**	**0**	**244**	**387**	**960**	**447**	**639**
Variação em relação ao ano anterior	-82,2%	-98,6%	(+)	58,6%	148,1%	503,7%	42,9%
Intercâmbio Comercial	**653**	**374**	**583**	**744**	**1.274**	**570**	**789**
Variação em relação ao ano anterior	89,5%	-42,8%	56,2%	27,6%	71,1%	129,0%	38,5%
Saldo Comercial	**612**	**373**	**95**	**-30**	**-647**	**-324**	**-488**

Elaboração da APEX-BRASIL. Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC SECEX. A conferir.
(+) Taxa de variação superior a 1.000%.

O Kuaite foi o 50º principal parceiro comercial brasileiro em 2012, com participação de 0,27% no total. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 95,2%, passando de US$ 653 milhões, para US$ 1,27 bilhão, ocorrendo um decréscimo de 50,4% nas exportações e crescimento de mais de 1.000% nas compras kuaitianas. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil entre 2008 e 2010, apresentou déficit para o Brasil nos anos de 2011 e 2012. No último ano apresentou déficit de US$ 647 milhões.



Aviso nº 602 - C. Civil.

Em 14 de agosto de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite e, cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 77, DE 2013
(Nº 339/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.

Os méritos do Senhor Raymundo Santos Rocha Magno que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de agosto de 2013.

EM nº 00235/2013 MRE

Brasília, 28 de Junho de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00235 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 28 de junho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO*
CPF.: 116.604.731-87
ID.: 5715 MRE

1953	Filho de Raymundo Fernando Pantoja Magno e de Maria do Horto Santos Rocha Magno, nasce em 11 de abril, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1974	CPCD - IRBr
1978	Direito pela Associação de Ensino Unificado de Brasília/DF
1981	CAD - IRBr
1995	CAE - IRBr, A Organização dos Estados Americanos: dispositivos para a promoção e a defesa da democracia. A suspensão de membros de acordo com o Protocolo de Washington, de 14 de dezembro de 1992
Cargos:	
1975	Terceiro-Secretário
1978	Segundo-Secretário
1982	Primeiro-Secretário, por merecimento
1990	Conselheiro, por merecimento
1996	Ministro de Segunda Classe
2005	Ministro de Primeira Classe
Funções:	
1975	Departamento Consular e Jurídico, assistente
1975	Divisão Consular, assistente
1976	Cerimonial, assistente
1976	Divisão de Informação Comercial, assistente
1977	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1978	Embaixada em Bonn, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário

1981	Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
1985	Embaixada em Paramaribo, Primeiro-Secretário
1987	Divisão da América Meridional II, Chefe, substituto
1990	Divisão de Protocolo, Chefe, substituto e Chefe
1991	Missão junto à Organização dos Estados Americanos, Conselheiro
1995	Ministério das Comunicações, Gabinete do Ministro, Assessor de Gabinete
1998	Embaixada em Montevidéu, Ministro-Conselheiro
2003	Cerimonial, Subchefe
2006	Presidência da República, Gabinete da Ministra-Chefe da Casa Civil, Assessor Especial
2007	36ª Assembléia da Organização da Aviação Civil Internacional, Montreal, Chefe de delegação
2008	Delegação Permanente junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), em Montreal, Delegado Permanente
2008	Grupo de Trabalho sobre Governança do Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional, Presidente
2008	Quarta Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (COP-MOP 4), Bonn, República Federal da Alemanha, Chefe de Delegação
2008	Nona Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 9), Bonn, República Federal da Alemanha, Chefe de Delegação
2008	Comitê de Transporte Aéreo do Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional, Presidente
2009	Conferência Diplomática sobre Compensação por Danos Causados por Aeronaves a Terceiros Advinda de Atos de Interferência Ilícita ou de Risco Geral, Montreal, Chefe de Delegação
2009	Reunião de Alto Nível sobre Aviação Civil Internacional e Mudança do Clima, Montreal, Chefe de Delegação
2009	Conferência sobre Aviação e Combustíveis Alternativos, Rio de Janeiro, Chefe de Delegação
2009	Conferência Diplomática sobre a Criação da Organização Sul-americana de Navegação Aérea e Segurança Operacional, Brasília, Chefe de Delegação e Presidente da Conferência
2010	Conferência Ministerial: Diálogo sobre a Segurança da Aviação Civil, Cidade do México, 16 e 17 de fevereiro, Chefe de Delegação
2010	Conferência de Alto Nível sobre Segurança Operacional em Aviação Civil, Montreal, 29 de março a 1 de abril, Chefe de Delegação
2010	Conferência sobre Segurança Operacional e Meio Ambiente, Galápagos, Equador, 6 a 9 de abril de 2010, Chefe de Delegação
2010	Forum da Organização de Aviação Civil Internacional sobre Busca e Salvamento na Aviação Civil, Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, 21 e 22 de junho de 2010, Chefe de Delegação
2011	Embaixada em Bucareste, Embaixador
2013	11ª Conferência das Partes da Convenção de Ramsar sobre Zonas Úmidas (COP 11), Bucareste, Romênia, Chefe de Delegação

Condecorações:

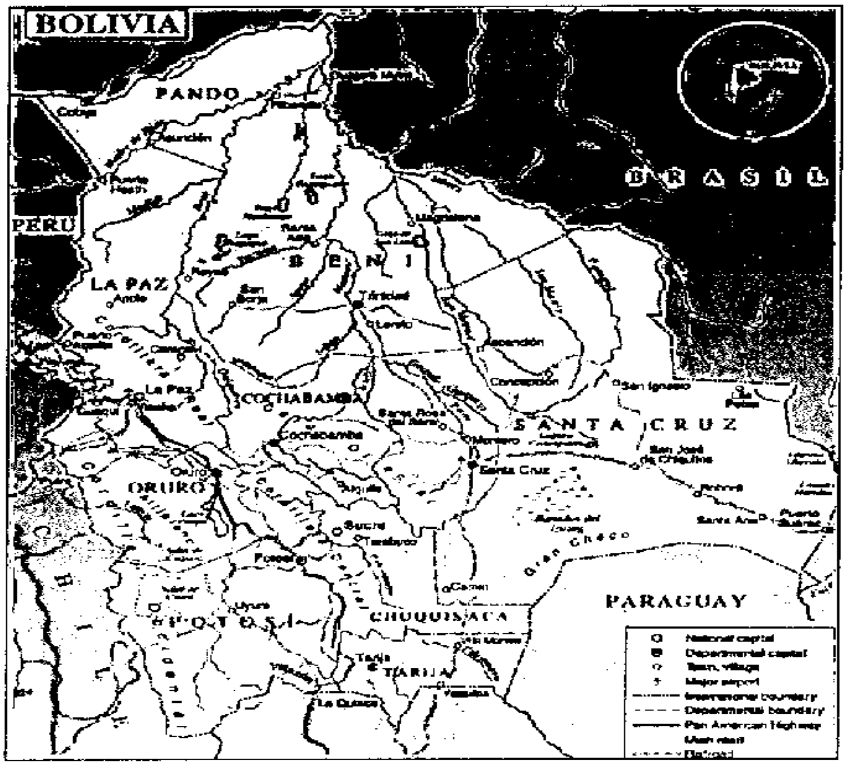
1981	Ordem do Mérito, República Federal da Alemanha, 1ª Classe
1987	Ordem da Palma, Suriname, Oficial
1990	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
1990	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
1991	Ordem Nacional ao Mérito, Equador, Comendador
1991	Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Comendador
1991	Ordem do Condor dos Andes, Bolívia, Comendador
2003	Ordem Real Norueguesa do Mérito, Noruega, Comendador
2004	Ordem Nacional do Cedro, Líbano, Comendador
2004	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2009	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

BOLÍVIA





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estado Plurinacional da Bolívia
CAPITAL	La Paz (sede do governo) e Sucre (capital constitucional)
ÁREA	1.098.581 km² (aproximadamente o dobro da área de Minas Gerais)
POPULAÇÃO	10,8 milhões de habitantes
IDIOMAS OFICIAIS	Há 37 idiomas oficiais: espanhol, aimará, araona, baure, bésiro, canichana, cavinenho, caiubaba, chácobo, chimán, esse'ejja, guarani, guarasu'we, guaráiu, itonama, leco, machajuyai-kallawaya, machineri, maropa, mojeño-trinitario, mojeño-ignaciano, moré, mosetén, movima, pacahuara, puquina, quéchua, sirionó, tacana, tapieté, toromona, uru-chipaya, weenhayek, yawanawa, yuki, yuracaré e zamuco
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católica (78%); protestantes (13%); sem religião (3%); outras religiões (6%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista unitária
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Legislativa Plurinacional, bicameral, composta por Câmara dos Deputados e Câmara dos Senadores
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Juan Evo Morales Ayma, Presidente do Estado Plurinacional, eleito em 2006 e reeleito em 2009
CHANCELER	David Choquehuanca, no cargo desde 2006
PIB (FMI, 2012)	US$ 26,2 bilhões
PIB PPP (FMI, 2012)	US$ 55,4 bilhões
PIB *PER CAPITA* (FMI, 2012)	US$ 2.543
PIB PPP *PER CAPITA* (FMI, 2012)	US$ 5.374
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2012)	5% (2012); 5,1% (2011); 4,1% (2010); 3,3% (2009); 6,1% (2008)
IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (2012)	0,663 (107ª posição entre 185 países; Brasil é o 84º, com 0,730)
EXPECTATIVA DE VIDA	66,6 anos (Brasil: 73,5 anos)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	90,7% (Brasil: 90%)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	5,5%
UNIDADE MONETÁRIA	boliviano (USD 1,00 = Bs 6,97)
EMBAIXADOR DA BOLÍVIA EM BRASÍLIA	Jerjes Justiniano
COMUNIDADE BRASILEIRA	32.000 (estimativa de 2012)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ MILHÕES FOB) – Fonte: MDIC

Brasil-Bolívia	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (jan-maio)
Intercâmbio	**882**	**1.253**	**1.575**	**2.150**	**2.452**	**3.994**	**2.569**	**3.395**	**4.374**	**4.904**	**2.262**
Exportações	362	540	585	702	851	1.136	919	1.162	1.511	1.472	613
Importações	520	713	990	1.448	1.601	2.858	1.650	2.233	2.863	3.431	1649
Saldo	-158	-173	-405	-746	-750	-1.722	-731	-1.070	-1.352	-1.958	-1.036

PERFIL BIOGRÁFICO

Juan Evo Morales Ayma
Presidente

Nascido em Orinoca (Oruro) em 26 de outubro de 1959. Sindicalista e dirigente da "Federación del Trópico", em 1988. Eleito, em 1992, Secretário Executivo daquela federação. Eleito Deputado em 1997, na condição de líder dos produtores de coca ("*cocalero*") e de dirigente do *Movimiento al Socialismo* (MAS).

Eleito Presidente da República em 18/12/2005, no primeiro turno, com 54% dos votos válidos. Reeleito em 6 de dezembro de 2009, com 63% dos votos válidos.

David Choquehuanca
Ministro das Relações Exteriores

Nasceu em 7 de maio de 1961, na comunidade de Cota Cota Baja (Provincia Omasuyus), Departamento de La Paz. Cursou Filosofia na Escola Normal Superior Simón Bolívar. Possui pós-graduação em História e Antropologia na Universidad Mayor de San Andrés. Em 1987, ingressou no Movimento Camponês Indígena e participou da campanha "500 Anos de Resistência", cujo objetivo era recuperar as tradições, a forma de organização e os territórios indígenas. Em 23 de janeiro de 2006, assumiu a Chancelaria, sendo o primeiro indígena a ocupar o cargo. Firmou-se como um dos membros fortes do Gabinete de Morales, atravessando sucessivas reformas ministeriais. Dispõe de interlocução privilegiada junto aos movimentos sociais.

RELAÇÕES BILATERAIS

Os primeiros contatos diplomáticos entre o Brasil e a Bolívia ocorreram na primeira metade do Século XIX, no contexto da independência de ambos os Estados. Em 27 de março de 1867, é assinado o primeiro ato internacional entre os países, o Tratado de Amizade, Limites, Navegação e Comércio. Marco fundamental nas relações bilaterais é o Tratado de Petrópolis, de 1903, negociado pelo Barão do Rio Branco, que pôs fim às disputas pelo Acre, estabelecendo as atuais fronteiras entre Brasil e Bolívia, obtidas mediante permuta de territórios acrescida de compensação financeira. Os acordos de Roboré, assinados em 1958, representam uma tentativa pioneira de estreitamento das relações econômicas, com destaque para o setor de petróleo e de transportes. Após a primeira visita presidencial, em 1984, e, sobretudo, com a firma do Acordo sobre Compra e Venda de Gás Natural Boliviano, em 1992, as relações bilaterais atingiram um novo patamar de aproximação.

Superadas dificuldades que se seguiram à nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, em 2006, a agenda política e econômica foi impulsionada por uma série de encontros de alto nível, incluindo três visitas do Presidente Lula à Bolívia (2007, 2008 e 2009) e três visitas do Presidente Evo Morales ao Brasil (2006, 2007 e 2008), além de um encontro presidencial na fronteira (2009), sem mencionar os diversos contatos mantidos à margem de cúpulas multilaterais.

Atualmente, o Governo brasileiro segue conferindo prioridade às relações com a Bolívia, país com o qual o Brasil compartilha sua maior fronteira, de 3.423 quilômetros. Em vista do aprofundamento do compromisso brasileiro com a integração regional, as relações com a Bolívia pautam-se pela intenção de promover, em nosso entorno imediato, uma zona de crescimento econômico acompanhado de justiça social, com absoluto respeito à soberania dos países vizinhos e aos princípios democráticos.

O tema energético ocupa lugar de destaque na agenda bilateral. A Bolívia depende fortemente do mercado brasileiro para a exportação de sua principal *commodity*, o gás natural, atualmente responsável por 47% da pauta exportadora boliviana. Em 2012, o Brasil absorveu 31% do total das vendas externas bolivianas, dos quais 97% corresponderam ao gás natural. Em razão das exportações de gás, a Bolívia é o único país da América do Sul que apresenta, continuamente, superávit comercial com o Brasil, seu principal parceiro comercial.

Os dois países têm avançado na cooperação para combate a ilícitos transnacionais. Como resultado do interesse convergente em ampliar a cooperação bilateral na matéria, iniciativas de destaque desenvolveram-se recentemente: i) assinatura de "Termo de Estratégia de Cooperação Policial" entre a Polícia Federal e a Força Especial de Luta Contra o Narcotráfico (FELCN) boliviana; ii) doação de quatro helicópteros à Bolívia (outubro de 2012); iii) assinatura de "Plano de Ação Brasil–Bolívia nas Áreas de Justiça e Interior" (dezembro de 2010); iv) implementação de projeto trilateral (Brasil-Bolívia-EUA) de monitoramento dos cultivos excedentes de coca (assinado em janeiro de 2012); e v) estabelecimento de agenda de cooperação trilateral Brasil-Bolívia-Peru (novembro de 2012).

Merece destaque, ainda, a apreensão, pelo Governo boliviano, de 497 veículos roubados no Brasil e levados à Bolívia, dos quais aproximadamente 340 já foram reconduzidos ao território brasileiro para devolução a seus legítimos proprietários.

A formulação de políticas para a região de fronteira contou com renovado impulso após o relançamento, por acordo firmado em março de 2009, dos Comitês de Integração Fronteiriça, que já se reuniram em Corumbá/Puerto Suárez (setembro de 2011), Brasileia-Epitaciolândia/Cobija (outubro 2012) e Cáceres/San Matías (abril de 2013).

No que respeita à cooperação técnica bilateral, atualmente o programa conta com quatorze projetos, dos quais dez estão em execução, três em processo de assinatura e um em negociação. Entre os temas identificados pelo Governo boliviano como prioritários, ressaltam-se a agricultura e a segurança alimentar, que contam com seis dos projetos em execução.

Com vistas a atender à comunidade de brasileiros na Bolívia, estimada em aproximadamente 30 mil pessoas, a rede consular brasileira no país conta, além do respectivo setor da Embaixada em La Paz, com os Consulados-Gerais em Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba e Cobija; Consulados em Guayaramerín e Puerto Suárez; Consulados honorários em Tarija, San Ignacio de Velasco e Sucre. A assistência a brasileiros no país, sempre prestada com sentido de prioridade, lida com situações de elevada complexidade, dentre as quais se destacam o reassentamento de brasileiros residentes na faixa de fronteira boliviana; a regularização de estudantes universitários; e o tratamento a brasileiros detidos em penitenciárias bolivianas.

Com respeito a esse último ponto, cabe mencionar o caso de doze brasileiros detidos após partida de futebol entre Corinthians e San José, realizada em 20/2/2013, em Oruro, em decorrência de incidente que levou à morte do menor boliviano Kevin Douglas Beltrán Espada, atingido por um sinalizador disparado por torcedores do Corinthians. Como resultado de gestões realizadas pelo Governo brasileiro, sete dos doze torcedores foram libertados, em 06/06/13, pelo Ministério Público boliviano e regressaram a São Paulo. Os cinco restantes permanecem em prisão preventiva na penitenciária de San Pedro – dois deles indiciados como autores do crime por portarem sinalizadores, e os outros três acusados como cúmplices. A Embaixada do Brasil em La Paz continua acompanhando o desenvolvimento do processo na Justiça boliviana.

POLÍTICA INTERNA

Evo Morales foi eleito, em dezembro de 2005, Presidente da República pelo *"Movimiento Al Socialismo – MAS"*, com cerca de 54% dos votos, sob as bandeiras de promover uma "Revolução Democrática e Cultural" e de fundar um "Estado Plurinacional", cuja característica central se exprime na emancipação da maioria populacional originária. Morales foi reeleito em 2009, com 64% dos votos válidos, para cumprir mandato até início de 2015. Na ocasião, o MAS obteve expressiva vitória de dois terços da Assembleia Plurinacional (Congresso Nacional).

Além do simbolismo político representado pela conquista inédita da Presidência por um indígena, da etnia aimará, em país formado por cerca de 70% de população de origem indígena, o Governo Morales obteve importantes avanços sociais. Na última década, a porcentagem da população boliviana em situação de pobreza caiu de 51% para 35%, segundo dados da CEPAL. Contribuem para esse resultado a ampliação de gastos sociais – em mais de 50% em 2012 – e a implementação de programas de transferência direta de renda a camponeses e segmentos urbanos de baixa renda: Juana Azurduy (auxílio maternidade); Juancito Pinto (educação infantil) e Renta Dignidad (aposentadoria).

O desafio político do Governo tem sido o de recompor sua desgastada imagem junto a setores de suas bases tradicionais de apoio – sindicatos, movimentos sociais e grupos indígenas. A relação governo-bases foi abalada por episódios como o *"gasolinazo"* – aumento médio de 77% no preço dos combustíveis, em fins de 2010,

logo revogado – e a mobilização contrária à construção da rodovia Villa Tunari–San Ignacio de Moxos, cujo trecho II cortaria o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure (TIPNIS), área de preservação ambiental habitada por tribos indígenas. Registre-se, ainda, a eclosão de greve geral nas primeiras semanas de maio passado, motivada pela demanda de aumento das pensões dos aposentados e suspensa no dia 22/5, após negociação de reforma parcial da Lei de Pensões.

O atual debate centra-se na possibilidade de reeleição de Morales em 2014. O Tribunal Constitucional Plurinacional acolheu a tese da legalidade da postulação à reeleição. No mesmo sentido, o Legislativo boliviano aprovou, em 15/5/13, a interpretação de que o presidente Evo Morales tem direito a concorrer à reeleição, o que lhe permitiria permanecer no cargo até 2020. Ambos os Poderes consideraram que o primeiro mandato de Morales, em 2006, foi interrompido por uma nova Constituição, em 2009, e, portanto, não teve validade jurídica.

A Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, de 2009, consagra, em seu artigo 11°, três formas de exercício da democracia: direta; comunitária e representativa. O funcionamento da vertente representativa da democracia boliviana ocorre por meio da Assembleia Legislativa bicameral, único órgão capaz de aprovar leis com vigência em todo o território boliviano. A Assembleia Legislativa é formada por uma Câmara de Deputados com 130 membros, e um Senado, com 36 membros, sendo quatro representantes de cada Departamento. O número de Deputados por Departamento é proporcional à população, sendo garantida representação mínima, definida em lei, para aqueles com população reduzida. Todos os membros da Assembleia são eleitos por voto secreto, universal e direto, para mandatos de cinco anos, sendo facultada apenas uma reeleição consecutiva.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa boliviana tem-se orientado, em linhas gerais, pela promoção do desenvolvimento, com respeito aos recursos naturais do país; ênfase na integração com países vizinhos; diversificação de parcerias diplomáticas; projeção de agendas priorizadas no plano interno, como redução da pobreza e proteção ao meio ambiente.

Na América do Sul, a inserção do país contou com renovado impulso após a assinatura do Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL, em 07/12/2012, por ocasião da Cúpula dos Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados. Após aprovação pelos Congressos dos Estados Partes, a Bolívia deverá tornar-se o sexto membro do bloco. A Chancelaria boliviana, ao manifestar interesse em dar celeridade ao cumprimento dos requisitos necessários à plena incorporação ao bloco, sinalizou não haver incompatibilidade entre a entrada no MERCOSUL e a manutenção de compromissos assumidos junto à Comunidade Andina (CAN).

Verificou-se, durante o Governo Evo Morales, afinidade política entre Bolívia e Venezuela, refletida não apenas na adesão boliviana à Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), mas também no incremento de projetos de cooperação entre os dois países.

O relacionamento com o Chile, país com o qual a Bolívia não mantém relações diplomáticas desde março de 1978, permanece conflitivo. O principal tema bilateral é o pleito boliviano de recuperar o acesso ao Pacífico. A Bolívia apresentou, em 24/4/13, demanda contra o Chile na Corte Internacional de Justiça (CIJ).

No plano hemisférico, sofreu desgaste a relação com os EUA. Motivada por divergências de fundo ideológico e deflagrada, em larga medida, por desentendimentos relativos às políticas de combate ao problema das drogas, a crise no relacionamento envolveu incidentes como a expulsão recíproca de Embaixadores, a suspensão da Bolívia do *Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act* (ATPDEA) e o encerramento das atividades da *Drug Enforcement Administration* (DEA) na Bolívia. Dois episódios recentes indicam o agravamento das tensões entre Bolívia e EUA: (a) no dia 01/5/2013, o Presidente Evo Morales anunciou a expulsão da *United States Agency for International Development* (USAID) do país; e (b) em 23/5/13, o Subsecretário norte-americano de Combate ao Narcotráfico, William Brownsfield, anunciou o encerramento das atividades da *Narcotics Affairs Section* (NAS) na Bolívia.

Na busca por "equilíbrios transcontinentais", o Governo boliviano envida esforços voltados à aproximação com Irã, Rússia e China, que manifestou interesse em participar do processo de industrialização dos recursos minerais bolivianos e em financiar importantes projetos nas áreas de tecnologia e de infraestrutura.

No âmbito multilateral, a diplomacia boliviana comemorou a readmissão do país na Convenção das Nações Unidas sobre Entorpecentes, de 1961, em janeiro de 2013. Com o reingresso, o país faz reserva às normas que vedam a mastigação da folha de coca (art. 49, II, "e"). A Bolívia havia se retirado da Convenção em junho de 2011, na esteira de fracassada tentativa de emendar o instrumento com vistas a acolher exceção do cultivo da coca para uso tradicional.

ECONOMIA

A economia boliviana vem registrando razoáveis taxas de expansão ao longo dos últimos cinco anos, tendo o crescimento real de seu PIB sido de 4% ao ano (medido a preços correntes, atingiu US$ 24 bilhões em 2012), influenciada pelo bom desempenho dos hidrocarbonetos. Permanecem como grandes desafios aos formuladores de política econômica: promoção do desenvolvimento social; diversificação da base econômica; atração de investimentos; e aprimoramento da infraestrutura do país.

A conjuntura macroeconômica do país é considerada estável, em virtude da adoção de medidas ortodoxas, sobretudo no que concerne à esfera fiscal. Estimativas para o PIB de 2013 apontam crescimento de 5%, um dos maiores índices da região, com controle das contas públicas e superávit nominal. A inflação registrada em 2012 foi de 4,54%. Segundo dados do Banco Central da Bolívia, o investimento externo direto (IED) chegou a US$ 577 milhões no primeiro semestre de 2012.

Conforme dados da "Fundación Milenio", na comparação entre 2011 e 2012, a dívida interna passou de US$ 4,969 bilhões a US$ 4,923 bilhões, com redução de 0,9%. A dívida externa pública, de acordo com relatório do Banco Central da Bolívia, em dezembro de 2012, montava a US$ 4,281 bilhões, valor superior em 19% ao saldo de dezembro de 2011. Os indicadores da dívida mostram grande folga no perfil da

dívida externa boliviana: a relação serviço da dívida sobre exportações chega a 4,8% (frente ao valor de referência de 20%); e a razão saldo da dívida sobre PIB alcança 14,9% (valor de referência de 40%).

Os auspiciosos indicadores econômicos têm-se refletido em ampliação da distribuição de renda e na melhora das condições sociais. Na última década, a porcentagem da população boliviana em situação de pobreza caiu de 51% para 35%, o que representa quase 1,5 milhões de bolivianos saindo da pobreza. O país tem sido exitoso em atingir os "Objetivos do Milênio" para redução da fome e da miséria: a porcentagem de crianças menores de 3 anos com desnutrição crônica baixou de 37,7% (1989) para 20,3% (2008) e a de crianças menores de 5 anos com desnutrição crônica reduziu-se de 13,2% (1989) para 6,1% (2008). Em 2012, o salário mínimo teve aumento de 22,6%. Os programas sociais do governo, destinados a estudantes, crianças, gestantes e idosos, contemplam mais de 3,6 milhões de pessoas (cerca de um terço da população) e têm tido importante impacto no incremento do consumo interno.

Em matéria de comércio exterior, a Bolívia tem-se beneficiado dos altos preços internacionais das *commodities* que exporta. Em 2012, as exportações alcançaram US$ 11,6 bilhões (27% superiores ao total obtido no mesmo período do ano anterior). As importações atingiram US$ 8,2 bilhões (variação de 7,9% com relação a 2011). O resultado foi superavitário em US$ 3,4 bilhões no período. A balança comercial superavitária possibilitou crescente acúmulo de reservas internacionais, que atingiram US$ 14 bilhões em 31 de dezembro de 2012.

As exportações de hidrocarbonetos representaram 80% das vendas da Bolívia para o exterior. A empresa estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) encerrou o ano de 2012 com receita de US$ 4,2 bilhões, o que representa aumento de 40,5% em relação ao registrado em 2011 (US$ 2,98 bilhões). A exportação de gás alcançou volume médio de 31,52 bilhões de m³/d para o Brasil e 16,15 bilhões de m³/d para a Argentina. O consumo interno foi em média de 9,89 bilhões m³/d.

Devido às compras de gás natural, o Brasil continua a ser o principal sócio comercial da Bolívia, tendo recebido 31,45% das exportações do país em 2012. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística da Bolívia, as exportações para o Brasil passaram de US$ 3,030 bilhões em 2011 para US$ 3,665 bilhões em 2012, com crescimento de 20,9% no período. Quase a totalidade daquele montante, 97,31%, no entanto, são referentes somente ao gás natural. O Brasil ocupa também o primeiro lugar entre os principais países de origem das importações da Bolívia, com o valor de US$ 1,523 bilhão, correspondente a uma participação de 18,39% em 2012. As importações de origem brasileira são compostas em mais de 98% por produtos manufaturados.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

• 1561: Fundação do povoado de Santa Cruz de la Sierra.
• 1561: Território boliviano do "Alto Peru" é incorporado ao Vice-Reinado do Peru. Sede em Lima.
• 1780: Rebelião de Tupac Amaru II, líder indígena.
• 1825: Declaração de Independência da Bolívia.
• 1879: Início da Guerra do Pacífico.
• 1884: Fim da Guerra do Pacífico contra o Chile. Bolívia perde acesso ao Oceano Pacífico.
• 1903: A região do Acre é vendida ao Brasil (Tratado de Petrópolis).
• 1932 – 1935: Guerra do Chaco. A Bolívia é derrotada pelo Paraguai.
• 1951: Victor Paz Estenssoro é eleito presidente.
• 1952: Revolução de 1952 promovida pelo MNR (*Movimiento Nacionalista Revolucionario*).
• 1952: Início da reforma agrária na Bolívia. Fortalecem-se os sindicatos.
• 1964: Junta militar derruba o Presidente Paz Estenssoro.
• 1969: Morte do Presidente René Barrientos. Agrava-se a instabilidade política na Bolívia.
• 1971: General Hugo Bánzer Suárez toma o poder, suspende eleições e extingue partidos políticos.
• 1978: Renúncia de Hugo Bánzer inicia novo período de golpes de Estado.
• 1980: Elege-se presidente Hernán Siles Zuazo. Segue-se golpe do Gal. Luiz Garcia Meza.
• 1981: Meza é deposto, acusado de ligações com o narcotráfico.
• 1982: Siles Zuazo assume o poder.
• 1985: Paz Estenssoro vence eleições. Adota plano econômico ortodoxo e enfrenta sindicatos.
• 1989: Nenhum candidato obtém maioria nas eleições. Congresso escolhe Jaime Paz Zamora.
• 1993: Gonzalo Sánchez de Lozada, do MNR, vence eleições.
• 1996: Bolívia e Brasil acordam construir um gasoduto da Bolívia para o Brasil.
• 1996: Bolívia torna-se membro associado do Mercosul.
• 1997: Hugo Bánzer retorna ao poder nas eleições gerais.
• 1999: Início do funcionamento do gasoduto GASBOL.
• 2001: Hugo Bánzer, com câncer, renuncia à Presidência.

• 2002: Congresso escolhe Sánchez de Lozada no 2º turno das eleições presidenciais. No 1° turno, Lozada obtivera 22,5% dos votos válidos, e o sindicalista cocaleiro, Evo Morales, 20,9%.
• 2003: "Guerra do gás". Em 17 de outubro, Lozada renuncia. Assume o Vice, Carlos Mesa.
• 2005: Referendo popular aprova nova lei que prevê a nacionalização dos hidrocarbonetos.
• 2005: Em 18 de dezembro, Evo Morales (Movimiento al Socialismo) vence no 1° turno das eleições presidenciais (53,74% dos votos válidos).
• 2006 : Evo Morales toma posse em 22 de janeiro.
• 2006: Efetivada em 1° de maio a nacionalização dos hidrocarbonetos. É a 3ª na história boliviana.
• 2006: Bolívia adere à ALBA (Venezuela e Cuba). Cresce influência venezuelana na Bolívia.
• 2006: Iniciam-se os trabalhos da Assembléia em 15 de agosto.
• 2006: MAS vence em contagem nacional referendo sobre autonomias (56% dos votos). Departamentos opositores da "Meia Lua" votam, porém, a favor da autonomia.
• 2007: Em outubro, oposição critica repasse para fundo previdenciário de 30% do imposto sobre gás destinado originalmente aos Departamentos.
• 2007: Repressão em novembro a protestos em Sucre contra a aprovação da nova Constituição causam três mortes.
• 2007: Em 16 de dezembro, parlamentares do MAS aprovam nova Constituição.
• 2007: No mesmo dia, Departamentos opositores da "Meia Lua" anunciam Cartas Autonômicas.
• 2008: Governo central anuncia referendos sobre nova constituição; reeleição presidencial indefinida; limite de concentração de terras; e confirmação do Presidente e Governadores.
• 2008: Início em janeiro de entendimentos entre Presidente Morales e Governadores oposicionistas.

• 2008: Entre maio e junho, os Departamentos da "Meia-Lua" realizam seus referendos autonômicos, com ampla vitória do "sim".
• 2008: Em 10 de agosto é realizado o referendo revogatório dos mandatos de Presidente, Vice-Presidente e Governadores. Morales é confirmado no cargo com 67,4%. Os Prefectos da meia-lua também são confirmados com votações expressivas.
• 2008: Em 28 de agosto o Presidente Morales emite decreto supremo, convocando os referendos de aprovação constitucional e dirimidor. A oposição inicia violentos protestos.

- 2008: Em outubro é alcançado acordo congressual entre Governo e oposição, que modificou 144 artigos da CPE e convocou os referendos para 25 de janeiro.
- 2009: Em 25 de janeiro, são realizados os referendos constitucional e dirimidor. A nova Constituição é aprovada com 61,4% dos votos.
- 2009: Em 6 de dezembro, são realizadas eleições gerais para Presidente e Vice-Presidente do Estado Plurinacional, Deputados e Senadores. Evo Morales é reeleito com 64,2% dos votos válidos. O MAS obtém mais de dois terços dos assentos da Assembléia Legislativa.
- 2010: Em 22 de janeiro, Evo Morales toma posse para o segundo mandato.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1825: Mato Grosso incorpora a província de Chiquitos. D. Pedro I declara o ato nulo.
- 1867: Tratado de La Paz de Ayacucho estabelece linha Madeira-Javari como fronteira comum.
- 1872: Chile e Bolívia rompem relações diplomáticas. Brasil representa Bolívia em Santiago.
- 1879: Início da Guerra do Pacífico. O Brasil permanece neutro.
- 1887: Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, que todavia não é aprovado.
- 1899: Ex-diplomata espanhol Luís Galvez R. Arias proclama a independência do Acre.
- 1902: Revolução Acreana de Plácido de Castro (60 mil brasileiros opõem-se ao Governo boliviano e arrendamento ao norte-americano Bolivian Syndicate).
- 1903: *Modus vivendi* sobre o Acre é assinado com a Bolívia para cessação das hostilidades.
- 1903: Tratado de Petrópolis. Acre é incorporado ao Brasil, que paga indenização de 2 milhões de libras à Bolívia e se compromete a construir ferrovia Madeira-Mamoré.
- 1912: Inaugurada a ferrovia Madeira-Mamoré.
- 1958: Acordos de Roboré (exploração de petróleo, obras ferroviárias e cooperação econômica).
- 1969: Tratado da Bacia do Prata (Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai).
- 1973: Acordo para construir gasoduto entre Santa Cruz de la Sierra e a refinaria de Paulínia (SP).
- 1984: Presidente Figueiredo vai a Santa Cruz, em 1ª viagem de um Presidente brasileiro à Bolívia.
- 1992: Acordo de Compra de Gás Natural Boliviano. Construção de gasoduto de 3 mil km.
- 1996: Área de Livre Comércio entre o Mercosul e Bolívia.
- 1996: Acordo para Isenção de Impostos para Implementação do Gasoduto Brasil-Bolívia.
- 17/10/2003: Ministro Celso Amorim visita La Paz à frente de uma Missão Brasileira de Cooperação.

• 2004: Referendo boliviano decide nacionalizar setor de hidrocarbonetos.
• 2004: Acordo de Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus territórios.
• 07/2004: Visita Presidencial a Santa Cruz de la Sierra, em que se firma acordo bilateral de perdão da dívida boliviana bilateral no valor atual de US$ 53 milhões. Acordo-Quadro BNDES para Bolívia.
• 15/08/2005: Ministro Celso Amorim visita La Paz, em apoio a transição política conduzida pelo então Presidente Eduardo Rodríguez. Acordo, por troca de Notas, sobre regularização Migratória.
• 13/01/2006: Visita do Presidente-eleito Evo Morales ao Brasil.
• 1º/05/2006: Bolívia regulamenta nacionalização do setor de hidrocarbonetos.
• 10/05/2006: Início das negociações com Petrobras sobre nacionalização dos seus ativos.
• 18/12/2006: Ministro das Relações Exteriores , David Choquehuanca, visita o Brasil.
• 14/02/2007: Visita de Estado do Presidente Evo Morales ao Brasil.
• 08/2007: Chanceler Choquehuanca visita o Brasil.
• 17/12/2007: Visita do Presidente Lula a La Paz. Petrobras anuncia novos investimentos na Bolívia. Firmam-se acordos de cooperação e de financiamento para a Bolívia.
• 12-14/02/2008: Visita do Vice-Presidente García Linera e do Ministro Carlos Villegas a Brasília.
• 28/03/2008: Governo boliviano convida o Brasil a integrar "Grupo de Países Amigos da Bolívia", com vistas a promover a facilitação do diálogo entre Governo e oposição.
• 04-06/04/2008: Viagem do Ministro Celso Amorim a La Paz e Santa Cruz de la Sierra.
• 22/05/2008: Na véspera da Reunião Extraordinária de Cúpula da UNASUL, em Brasília, Ministro Celso Amorim recebe o Chanceler David Choquehuanca, em encontro que tratou prioritariamente da situação interna boliviana.

• 18/07/2008: Presidente Lula visita Riberalta, na Amazônia boliviana, ocasião em que foi firmado protocolo sobre financiamento brasileiro para construção de estrada entre Riberalta e Rurrenabaque, de 510 km, parte integrante do Projeto viário "Hacia el Norte".
• 15/1/2009: Os Presidentes de Brasil e Bolívia realizam Encontro de Fronteira, entre Puerto Suárez e Ladário. Inauguram dois trechos do futuro Corredor Interoceânico Brasil-Bolívia-Chile. Aprofundam as discussões sobre infraestrutura regional, narcotráfico e comércio bilateral.
• 12/03/2009: Ministro David Choquehuanca visita o Brasil.
• 16/07/2009: Ministro Celso Amorim visita La Paz por ocasião da comemoração do Bicentenário da Gesta Libertária.

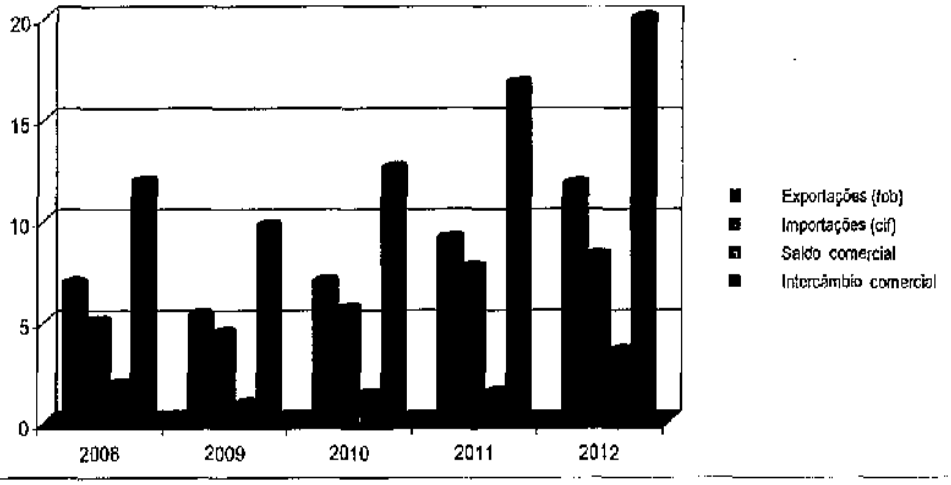
- 22/08/2009: Os Presidentes de Brasil e Bolívia realizam encontro bilateral em Villa Tunari, ocasião em que foi assinado Protocolo sobre financiamento brasileiro da Rodovia San Ignácio de Moxos – Villa Tunari, de 306 km.
- 25/03/2011: Ministro Antonio de Aguiar Patriota visita La Paz.
- 19/03/2012: Ministro David Choquehuanca visita Brasília.
- 02/03/2013: Ministro Antonio de Aguiar Patriota visita Cochabamba.

ANEXO - Dados Econômico-Comerciais

BOLÍVIA: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações (fob)	6,90	5,30	6,97	9,11	11,79
Importações (cif)	5,01	4,41	5,60	7,67	8,28
Saldo comercial	1,89	0,89	1,36	1,44	3,51
Intercâmbio comercial	11,90	9,70	12,57	16,78	20,07

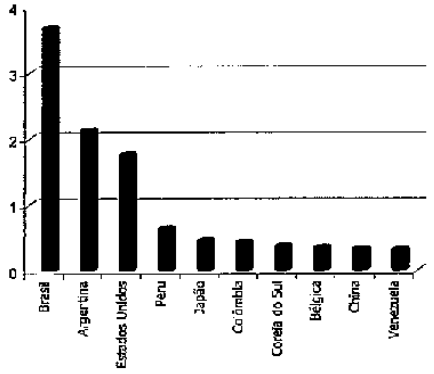
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, June 2013.



Em 2012, o comércio exterior da Bolívia aumentou 69% em relação a 2008, de US$ 11,9 bilhões para US$ 20 bilhões. No ranking do FMI, a Bolívia figurou como o 106º mercado mundial, sendo o 90º exportador e o 123º importador.

BOLÍVIA : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Brasil	***3,67***	***31,1%***
Argentina	2,11	17,9%
Estados Unidos	1,75	14,8%
Peru	0,62	5,3%
Japão	0,44	3,7%
Colômbia	0,41	3,5%
Coreia do Sul	0,36	3,0%
Bélgica	0,33	2,8%
China	0,31	2,7%
Venezuela	0,30	2,6%
Subtotal	**10,31**	**87,4%**
Outros países	**1,49**	**12,6%**
Total	**11,79**	**100,0%**

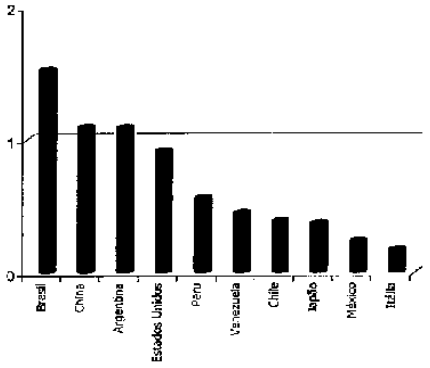


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, June 2013.

As exportações bolivianas são direcionadas, em grande parte, às economias emergentes e em desenvolvimento, que responderam por mais de 60% do total em 2012. O Brasil foi o principal representante desse grupo e absorveu 31,1% das vendas bolivianas em 2012. Seguiram-se: Argentina (17,9%); Estados Unidos (14,8%); Peru (5,3%); e Japão (3,7%).

BOLÍVIA : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Brasil	***1,52***	***18,4%***
China	1,09	13,1%
Argentina	1,09	13,1%
Estados Unidos	0,91	11,0%
Peru	0,56	6,7%
Venezuela	0,45	5,4%
Chile	0,38	4,6%
Japão	0,37	4,5%
México	0,23	2,8%
Itália	0,17	2,1%
Subtotal	**6,76**	**81,7%**
Outros países	**1,52**	**18,3%**
Total	**8,28**	**100,0%**

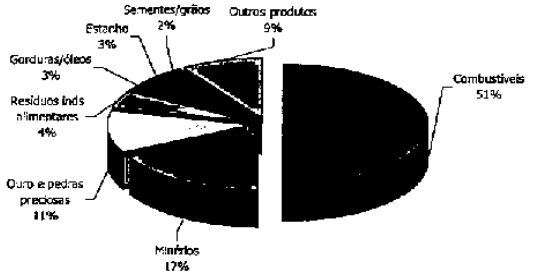


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, June 2013.

A exemplo das exportações, as importações bolivianas também são originárias, em grande parte, dos países emergentes e em desenvolvimento, representando mais de 80% do total em 2012. Brasil e China foram os principais fornecedores, com participação de 18,4% e 13,1%, respectivamente. Seguiram-se Argentina (13,1%); Estados Unidos (11%); e Peru (6,7%).

BOLÍVIA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Combustíveis	5,91	50,1%
Minérios	2,04	17,3%
Ouro e pedras preciosas	1,35	11,5%
Resíduos inds alimentares	0,53	4,5%
Gorduras/óleos	0,38	3,2%
Estanho	0,30	2,5%
Sementes/grãos	0,21	1,8%
Subtotal	**10,72**	**90,9%**
Outros produtos	**1,08**	**9,1%**
Total	**11,79**	**100,0%**

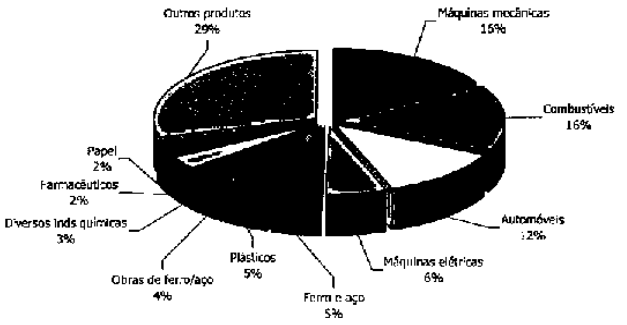


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, June 2013.

Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos foram os principais produtos exportados pelo país em 2012, representando 50,1% do total das vendas. Seguiram-se minérios (minérios de metais preciosos e seus concentrados e minérios de zinco e seus concentrados) com 17,3%; e ouro e pedras preciosas (desperdícios e resíduos de metais preciosos ou de metais folheados ou chapeados de metais preciosos (plaquê); outros desperdícios e resíduos contendo metais preciosos ou compostos de metais preciosos, do tipo dos utilizados principalmente para a recuperação de metais preciosos, prata (incluída a prata dourada ou platinada), em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó, etc) com 11,50%.

BOLÍVIA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Máquinas mecânicas	1,36	16,5%
Combustíveis	1,30	15,7%
Automóveis	1,02	12,3%
Máquinas elétricas	0,48	5,7%
Ferro e aço	0,41	5,0%
Plásticos	0,40	4,8%
Obras de ferro/aço	0,32	3,8%
Diversos inds químicas	0,27	3,2%
Farmacêuticos	0,15	1,8%
Papel	0,14	1,7%
Subtotal	**5,84**	**70,5%**
Outros produtos	**2,44**	**29,5%**
Total	**8,28**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, June 2013.

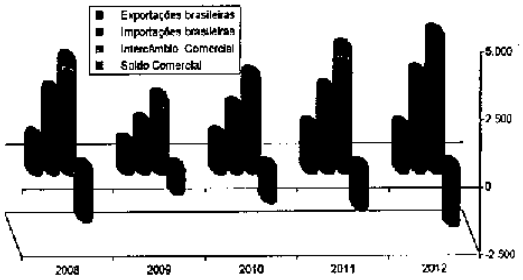
Os principais produtos importados pela Bolívia em 2012 foram: máquinas mecânicas (16,5%); combustíveis (óleos de petróleo refinados e gases de petróleo) com 15,7%; automóveis (automóveis de passageiros, tratores, caminhões, etc) com 12,3%; máquinas elétricas (fios, cabos - incluídos os cabos coaxiais) e outros condutores, transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos (retificadores, por exemplo), bobinas de reatância e de auto-indução) com 5,7%.

BRASIL-BOLÍVIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-mai)	2013 (jan-mai)
Exportações brasileiras	**1.136**	**919**	**1.163**	**1.511**	**1.473**	**621**	**613**
Variação em relação ao ano anterior	33,5%	-19,1%	26,5%	30,0%	-2,5%	11,6%	-1,3%
Importações brasileiras	**2.858**	**1.649**	**2.233**	**2.863**	**3.431**	**1.337**	**1.649**
Variação em relação ao ano anterior	78,5%	-42,3%	35,4%	28,2%	19,8%	36,2%	23,3%
Intercâmbio Comercial	**3.993**	**2.568**	**3.396**	**4.375**	**4.904**	**1.958**	**2.262**
Variação em relação ao ano anterior	62,9%	-35,7%	32,2%	28,8%	12,1%	27,3%	15,5%
Saldo Comercial	**-1.722**	**-730**	**-1.070**	**-1.352**	**-1.958**	**-717**	**-1.036**

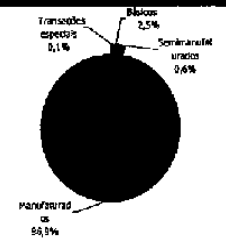
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

A Bolívia foi a 22ª principal parceira comercial brasileira em 2012, com participação de 1,05% no total. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 22,8%, de US$ 3,99 bilhões, para US$ 4,90 bilhões. As exportações cresceram 29,7% nas exportações e as importações 20,1%. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em todo o período sob análise, totalizou, em 2012, déficit de US$ 1,96 bilhão.



BRASIL-BOLÍVIA : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ bilhões, fob - 2012

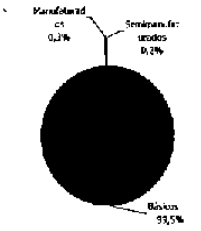
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	37,0	2,5%
Semimanufaturados	8,1	0,6%
Manufaturados	1.426,9	96,9%
Transações especiais	0,9	0,1%
Total	**1.473,0**	**100,0%**



As exportações brasileiras para Bolívia são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 96,9% das vendas em 2012, com destaque para máquinas mecânicas e combustíveis.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	3.412,6	99,5%
Semimanufaturados	7,1	0,2%
Manufaturados	11,0	0,3%
Transações especiais	---	---
Total	**3.431,0**	**100,0%**



Pelo lado das importações, os produtos básicos, principalmente gás natural, somaram aproximadamente 99,5% da pauta em 2012.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

BRASIL-BOLÍVIA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Máquinas mecânicas	183	255	233	15,8%
Ferro ou aço	136	169	167	11,4%
Combustíveis	90	152	153	10,4%
Automóveis	71	88	95	6,5%
Plásticos	62	76	87	5,9%
Máquinas elétricas	70	77	77	5,2%
Obras de ferro ou aço	56	61	56	3,8%
Calçados	42	49	49	3,3%
Diversos ind químicas	38	39	42	2,9%
Papel	40	43	39	2,6%
Subtotal	**787**	**1.008**	**998**	**67,7%**
Outros produtos	**376**	**504**	**475**	**32,3%**
Total	**1.163**	**1.511**	**1.473**	**100,0%**

Exportações brasileiras para a Bolívia, 2012



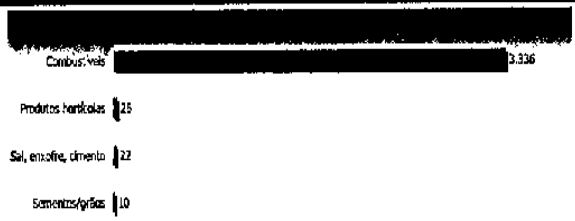
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

Máquinas mecânicas (ceifeiras, debulhadoras, máquinas para colheita, aparelhos para pulverizar fungicidas/inseticidas, escavadeiras, etc), ferro/aço (barras de ferro de formas diversas) e combustíveis (óleo diesel, outras gasolinas, betume de petróleo, óleos lubrificantes, etc) são os principais itens exportados pelo Brasil para a Bolívia. Juntos, somaram 37,6% da pauta em 2012. Na sequência destacaram-se automóveis (6,5%); plásticos (5,9%) e máquinas elétricas (5,2%).

BRASIL-BOLÍVIA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Combustíveis	2.133	2.735	3.336	97,2%
Produtos hortícolas	23	15	26	0,8%
Sal, enxofre, cimento	14	21	22	0,6%
Sementes/grãos	1	2	10	0,3%
Subtotal	**2.171**	**2.772**	**3.394**	**98,9%**
Outros produtos	**62**	**91**	**37**	**1,1%**
Total	**2.233**	**2.863**	**3.431**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias da Bolívia, 2012



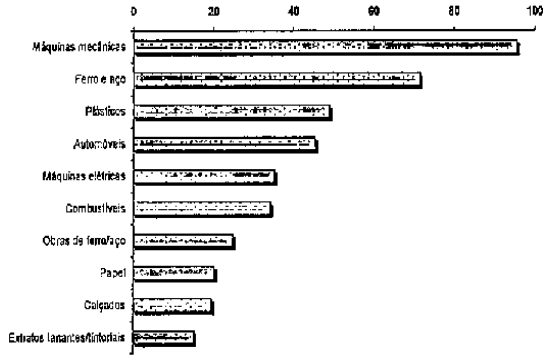
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

As importações brasileiras originárias da Bolívia são concentradas em gás natural no estado gasoso, que correspondeu a 97,2% da pauta em 2012. Na sequência, os produtos hortícolas (feijões e batatas) representaram 0,8% da pauta.

BRASIL-BOLÍVIA : COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

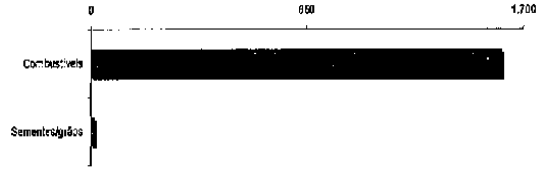
DESCRIÇÃO	2012 (jan-mai)	2013(jan-mai) Valor	2013(jan-mai) % no total
Exportações			
Máquinas mecânicas	105,0	95,6	15,6%
Ferro e aço	70,4	71,6	11,7%
Plásticos	37,1	49,1	8,0%
Automóveis	38,2	45,6	7,4%
Máquinas elétricas	28,0	35,2	5,7%
Combustíveis	76,5	34,3	5,6%
Obras de ferro/aço	24,1	24,8	4,1%
Papel	15,6	20,2	3,3%
Calçados	20,0	19,6	3,2%
Extratos tanantes/tintoriais	15,3	15,2	2,5%
Subtotal	**430,2**	**411,2**	**67,1%**
Outros produtos	**190,5**	**201,7**	**32,9%**
Total	**620,7**	**612,9**	**100,0%**

Exportações brasileiras para a Bolívia em 2013(jan-mai)



Importações			
Combustíveis	1.298,0	1.610,0	97,6%
Sementes/grãos	1,7	13,8	0,8%
Subtotal	**1.299,6**	**1.623,7**	**98,5%**
Outros produtos	**37,8**	**25,3**	**1,5%**
Total	**1.337,4**	**1.649,0**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias da Bolívia em 2013(jan-mai)



Elaborado pela MRE-DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC-SECEX/Alicweb.

Aviso nº 603 - C. Civil.

Em 14 de agosto de 2013.

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

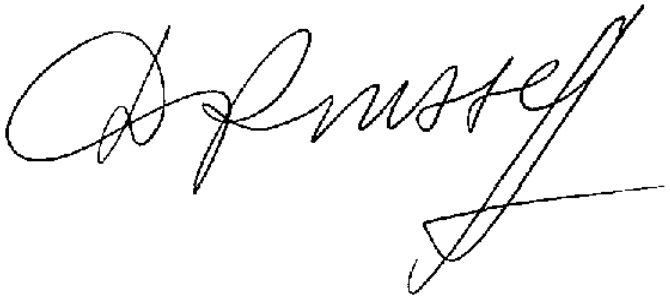
MENSAGEM
Nº 78, DE 2013
(nº 340/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Os méritos do Senhor José Roberto de Almeida Pinto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de agosto de 2013.



EM nº 00236/2013 MRE

Brasília, 28 de Junho de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os organismos internacionais e *curriculum vitae* de **JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00236 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 28 de junho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o organismo internacional e *curriculum vitae* de **JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO*
CPF.: 352.774.087-20
ID.: 6546 MRE

1953	Filho de Geraldo de Almeida Pinto e Suzana Lins de Almeida Pinto, nasce em 10 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1976	CPCD – IRBr
1983	Mestrado em Literatura pela Universidade de Brasília/DF
1994	CAE - IRBr, A possibilidade de ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a posição do Brasil
Cargos:	
1977	Terceiro-Secretário
1979	Segundo-Secretário
1984	Primeiro-Secretário, por merecimento
1989	Conselheiro, por merecimento
1995	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2003	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1977	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1981	Divisão das Nações Unidas, assistente
1983	Embaixada em Washington, Segundo e Primeiro Secretário
1987	Embaixada em Assunção, Primeiro Secretário e Conselheiro
1989	Escritório de Observação do Brasil na Namíbia (Windhoek), Encarregado da abertura do Escritório e Chefe em missão transitória
1990	Secretaria-Geral de Política Exterior, Divisão Especial de Avaliação Política, Chefe
1991	Instituto Rio Branco, Professor titular de Política Internacional
1991	Instituto Rio Branco, Banca Examinadora de Questões Internacionais Contemporâneas do Exame Vestibular ao CPCD/Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
1992	Embaixada em Roma, Conselheiro
1995	Secretaria-Geral, Coordenador e Chefe, substituto, do Gabinete
1998	Embaixada em Roma, Ministro-Conselheiro, Representante Alterno junto à FAO
1999	Embaixada em Caracas, Ministro-Conselheiro, Encarregado de Negócios
1999	VII Reunião do GT sobre a Secretaria Permanente do Tratado de Cooperação Amazônica, Caracas, Chefe de delegação
1999	XXV Reunião Ordinária do Conselho do Sistema Econômico Latino-Americano, Caracas, Chefe de delegação
2001	Reunião de Cúpula da Associação de Estados do Caribe, Isla Margarita, Chefe de delegação
2003	Ministério da Defesa, Secretário de Estudos e de Cooperação
2004	Comissão Permanente de Interação de Estudos Militares, Presidente
2005	Embaixada em Tegucigalpa, Embaixador
2007	Instituto Rio Branco, Banca Examinadora do LII e do LIII Curso de Altos Estudos
2008	Consulado-Geral em Roma, Cônsul-Geral
2010	Conferência Internacional da CPLP sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, Brasília, Chefe de delegação e Presidente da Conferência
2010	Embaixada na Guatemala, Embaixador
Condecorações:	
1995	Ordem Nacional do Mérito, Alemanha, Grande Oficial

1995	Ordem do Mérito, Itália, Comendador
1996	Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
1997	Legião de Honra, França, Oficial
1997	Ordem de Bernardo O´Higgins, Chile, Grande Oficial
1997	Ordem do Mérito, Portugal, Grande Oficial
2003	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grã-Cruz
Publicações:	
1979	Canção do meu exílio (poemas), Editora Achiamé/RJ
1984	Arquipélago Herzog (poemas), Editora Achiamé/RJ
2002	Poesia de Brasília: duas tendências (crítica literária), Editora Thesaurus/Brasília
2004	Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil (co-organizador), Coleção Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, v. 1. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação
2004	O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança (co-organizador). Coleção Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, v. 2. Brasília: MD/SEC
2005	As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do país (co-organizador). Coleção Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, v. 3. Brasília: MD/SEC
2005	Desafios na atuação das Forças Armadas (co-organizador). Coleção Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, v.4. Brasília: MD/SEC
2006	A ginga da alma (poemas e letras de música), Editora Francisco Alves/RJ
2008	O conceito de poder nas relações sociais, Editora Francisco Alves/RJ

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

CPLP

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2013

Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

A interlocução do Governo brasileiro com o Secretariado Executivo da CPLP, em Lisboa, era feita pela Embaixada do Brasil junto ao Governo português, que estava acreditada, até 2006, junto àquele órgão. Naquele ano, o Brasil abriu a Missão Permanente junto à CPLP. Sediada em Lisboa, sua atuação é completamente independente da Embaixada do Brasil junto ao Governo português, tendo em vista o volume crescente de assuntos e iniciativas levadas a cabo pela Comunidade.

O Brasil foi o primeiro país a tomar a iniciativa de criar uma Missão Diplomática para tratar com exclusividade de assuntos da CPLP. Seguindo o exemplo do Brasil, hoje, Portugal, Timor-Leste, Angola e Moçambique dispõem, também, de Representação Diplomática àquela Organização.

Membros	8 membros: Angola; Brasil; Cabo Verde; Guiné-Bissau; Moçambique; Portugal; São Tomé e Príncipe; Timor-Leste.
Ano da fundação	1996
Ano de adesão do Brasil	1996 (membro fundador)
Atual Representante Permanente do Brasil junto à CPLP	Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho
Sede da CPLP	Lisboa, Portugal Endereço: Rua de São Mamede (ao Caldas), 21. 1100-533 Lisboa, Portugal.
Secretário Executivo	Murade Isaac Miguigy Murargy (Moçambique)
Diretor-Geral	Hélder Vaz (Guiné-Bissau)

Secretário-Executivo da CPLP

O Embaixador Murade Isaac Miguigy Murargy, diplomata de carreira de Moçambique, nasceu em 10 de maio de 1946. É licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa e diplomata de carreira desde 1976.

No Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi conselheiro jurídico no Gabinete de Estudos e Planificação e Informação (1976-1980), Diretor para assuntos jurídicos e consulares e Diretor Nacional de Protocolo (1980-1984) e Diretor de Assuntos Internacionais e Conferências (1984-1985).

Entre 1985 e 1995, foi Embaixador na França e não residente na Alemanha, na Tunísia, no Gabão, no Mali, na Costa do Marfim, no Senegal, no Irã, na Palestina e na Suíça. Nesse período, foi também Delegado Permanente junto à UNESCO e Representante Permanente junto às Nações Unidas em Genebra.

Entre 1995 e 2005, foi Secretário-Geral da Presidência da República de Moçambique, com status de Ministro de Estado.

De 2005 a 2012, foi Embaixador de Moçambique junto ao Governo brasileiro.

Indicado pelo Governo de Moçambique como candidato ao cargo de Secretário-Executivo da CPLP, foi aclamado pela IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Maputo, em julho de 2012, para um mandato de dois anos, renováveis por mais dois.

Informações gerais

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre seus oito Estados membros. Criada em 17 de julho de 1996, a CPLP goza de personalidade jurídica internacional, bem como de capacidade jurídica necessária para a consecução de seus objetivos.

Objetivos e princípios da CPLP

A Organização tem como objetivos gerais a concertação político-diplomática entre os estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto, comunicação social e comércio; a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

A CPLP é regida pelos seguintes princípios: igualdade soberana dos Estados membros; não ingerência nos assuntos internos de cada Estado; respeito pela sua identidade nacional; reciprocidade de tratamento; primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; respeito pela sua integridade territorial; promoção do desenvolvimento; promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

Antecedentes e histórico da CPLP

O primeiro passo no processo de criação da CPLP foi dado em São Luís do Maranhão, em Novembro de 1989, por ocasião da realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Na reunião, decidiu-se criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que se ocupa da promoção e difusão do idioma comum da Comunidade. A ideia da criação de uma Comunidade reunindo os países de língua portuguesa – nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia – já tinha sido suscitada por diversas personalidades.

Em 1983, no decurso de uma visita oficial a Cabo Verde, o então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, referiu que: "O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo...".

O processo ganhou impulso decisivo na década de 1990, merecendo destaque o empenho do então Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira.

Em 17 de julho de 1996, na Conferência de Chefes de Estado e de Governo, foi formalmente constituída a Comunidade dos Países de Língua (CPLP) por sete países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

Em 1999, a CPLP enviou missão de observação eleitoral ao referendum sobre a autodeterminação de Timor-Leste e, em 2001, às eleições para a Assembleia Constituinte do país.

Desde sua criação, a CPLP teve atuação político-diplomática intensa, de que são exemplos, entre outros, o envio de vinte missões de observação eleitoral a eleições em seus Estados membros e a cooperação da Comunidade em crises políticas em Timor-Leste em 2006, e em Guiné-Bissau em 2006 e 2012.

Em 2002, após tornar-se independente da Indonésia, Timor-Leste ingressou na CPLP como membro pleno.

Em 2010, a Guiné Equatorial – que já era Estado associado – apresentou candidatura a membro pleno da Comunidade, após oficializar o português como língua nacional. Um plano de atividades está sendo

implementado, em coordenação com os oito países, o Secretariado Executivo e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Em 2011, a CPLP apoiou a candidatura do Doutor José Graziano ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Da mesma forma, em 2013, a Comunidade votou em bloco no candidato brasileiro, Embaixador Roberto Azevêdo, para o cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Órgãos da CPLP

A Conferência de Chefes de Estado e de Governo reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados membros. Este órgão, integrado pelos Chefes de Estado ou de Governo dos oito países, é a instância deliberativa superior da Organização. Como é regra em todas as instâncias deliberativas da CPLP, suas decisões são sempre tomadas por consenso.

O Conselho de Ministros é constituído pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos oito países e reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros. O Conselho de Ministros responde perante a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, a quem deve apresentar os respectivos relatórios.

Tanto a Conferência de Chefes de Estado e de Governo quanto o Conselho de Ministros são hospedados, em caráter rotativo, por um dos Estados membros, que organiza os respectivos eventos em cidade de destaque, tradicionalmente no mês de julho, o mês da criação da CPLP.

A Assembleia Parlamentar é o órgão que reúne as representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respectivos países. A Assembleia Parlamentar da CPLP foi instituída pelo XII Conselho de Ministros, em novembro de 2007. Dada sua natureza parlamentar, é o único órgão da CPLP em que as decisões não são tomadas por consenso.

O Comitê de Concertação Permanente reúne-se, ordinariamente, em Lisboa, na sede da CPLP, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. O Comitê é coordenado pelo representante do país que detém a presidência do Conselho de Ministros.

O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem por incumbência implementar as decisões dos três órgãos deliberativos (Conferência, Conselho e Comitê). Tem sede em Lisboa. É dirigido pelo Secretário Executivo, alta personalidade de um dos países membros, eleito

rotativamente por um mandato de dois anos, que pode ser renovado uma única vez. O cargo é ocupado pelo Embaixador Murade Isaac Miguigy Murargy, diplomata de carreira de Moçambique, desde a IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em julho de 2012, em Maputo, Moçambique. O Secretário Executivo é auxiliado nas suas funções pelo Diretor-Geral, cargo ocupado, desde janeiro de 2008, por Hélder Vaz Lopes, da Guiné-Bissau.

As Reuniões Ministeriais Setoriais são constituídas pelos ministros e secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais de todos os Estados membros. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação nos respectivos sectores governamentais.

A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos Estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. É coordenada pelo representante do país que detém a Presidência do Conselho de Ministros. Compete-lhe assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade. Os Pontos Focais da Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros.

O X Conselho de Ministros em 2005 estabeleceu também como órgão adicional: o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), cuja sede está situada na cidade de Praia, em Cabo Verde.

Cronologia histórica

1996 – I Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa, em 17 de julho.
2002 – IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília, em 1º de agosto.
2000-2002 – A ex-Presidenta da Fundação Cultural Palmares Dulce Maria Pereira exerceu o cargo de Secretária Executiva da CPLP.
2002-2004 – O Embaixador brasileiro João Augusto de Médicis exerceu o cargo de Secretário Executivo da CPLP.
2006 – Criação da Missão Permanente do Brasil junto à CPLP.
2010 – I Conferência sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Internacional, em Brasília, em março.
2010 – O acadêmico brasileiro Gilvan Muller de Oliveira assumiu o cargo de Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP); Assinado o novo Estatuto do IILP; A Guiné Equatorial – que já era Estado associado – apresenta candidatura a membro pleno da Comunidade, após oficializar o português como língua nacional.

2011 – I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, em Brasília, de 28 a 30 de setembro; CPLP apoiou em bloco a candidatura de José Graziano ao cargo de Diretor-Geral da FAO.
2012 – Assinado os novos Estatutos da CPLP, a ser avaliado pelo Congresso Nacional.
2013 – CPLP apoiou em bloco a candidatura de Roberto Azevêdo ao cargo de Diretor-Geral da OMC.

Aviso nº 604 - C. Civil.

Em 14 de agosto de 2013.

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 79, DE 2013
(nº 341/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

Os méritos do Senhor Flavio Marega que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de agosto de 2013.

EM nº 00293/2013 MRE

Brasília, 1 de Agosto de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **FLAVIO MAREGA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

2. Encaminho, igualmente anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **FLAVIO MAREGA**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00293 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 19 de agosto de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **FLAVIO MAREGA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

2. Encaminho, igualmente anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **FLAVIO MAREGA**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *FLAVIO MAREGA*
CPF.: 070.799.528-08
ID.: 7560849 SSP-SP

1960 Filho de Guido Marega e Olga Dal Bem Marega , nasce em 28 de maio, em Paranavaí/PR

Dados Acadêmicos:

1984 Direito pela Pontifícia Universidade Católica/SP
1985 CPCD – IRBr
1989 Pós-graduação em Orçamento Governamental, Fundação Getúlio Vargas/DF
1995 CAD - IRBr

2005	CAE, IRBr, O Mecanismo Arbitral de Solução de Controvérsias Investidor-Estado nos Acordos Internacionais sobre Investimentos Estrangeiros: Implicações para o Brasil

Cargos:

1986	Terceiro-Secretário
1992	Segundo-Secretário
1999	Primeiro-Secretário, por merecimento
2004	Conselheiro, por merecimento
2007	Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1987	Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente
1987	Feira Internacional do Equador, Diretor do Pavilhão
1989	Feira de Intercâmbio Comercial Brasil/Argentina - ABRA`89, Diretor do Pavilhão
1990	Embaixada do Brasil em Riade, Terceiro-Secretário
1990	Feira Rebuild Kuait, Bareine, Diretor do Pavilhão
1992	Delegação Permanente em Genebra, Terceiro e Segundo-Secretário
1995	Grupo Negociador sobre Serviços Financeiros, GATS/OMC, Chefe de delegação
1995	Grupo de Negociação sobre Telecomunicações Básicas, GATS/OMC, Chefe de delegação
1995	Grupo de Negociação sobre Serviços de Transporte Marítimo, GATS/OMC, Chefe de delegação
1996	Delegação Permanente junto à ALADI, Montevideo, Segundo e Primeiro-Secretário
1999	Divisão do Mercado Comum do Sul, Subchefe
2000	Núcleo de Apoio à Presidência Pro Tempore brasileira do MERCOSUL, Chefe
2001	V e VI Reunião do Comitê de Negociações Birregionais MERCOSUL-UE (CNB) em Montevidéu e Bruxelas; Grupo Técnico 2-Serviços e Grupo Técnico 3-Compras Governamentais, Chefe de delegação
2001	Divisão de Comércio de Serviços, Investimentos e Assuntos Financeiros, Subchefe
2001	Reuniões do Grupo Negociador de Serviços da ALCA em 2001 e 2002, Chefe de delegação
2001	Reuniões do Grupo de Serviços do Mercosul em 2001 e 2002, Chefe de delegação
2001	Reuniões do Grupo Ad Hoc de Compras Governamentais do MERCOSUL em 2001 e 2002, Chefe de delegação
2002	Embaixada em Washington, Primeiro Secretário e Conselheiro
2006	Coordenação-Geral de Contenciosos, Coordenador-Geral
2006	Contencioso Brasil-Medidas que Afetam a Importação de Pneus Reformados (DS 332), Chefe de delegação
2007	Contencioso EUA-Subsídios ao Algodão (DS 267), Painel de Implementação, Chefe de delegação
2007	Contencioso Brasil-Medidas que Afetam a Importação de Pneus Reformados (DS 332), Apelação, Chefe de delegação
2007	Contencioso EUA-Subsídios ao Algodão (DS 267), Apelação, Chefe de delegação
2008	Embaixada em Londres, Ministro-Conselheiro
2008	78ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Cacau, Chefe de delegação
2008	101ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café, Chefe de delegação
2008	34ª Reunião do Conselho Internacional do Açúcar, Chefe de delegação
2009	102ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café, Chefe de delegação
2009	103ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café, Chefe de delegação
2009	80a. Sessão do Conselho da Organização Internacional do Cacau, Chefe de delegação
2012	Reunião de Alto Nível do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE, Chefe de delegação

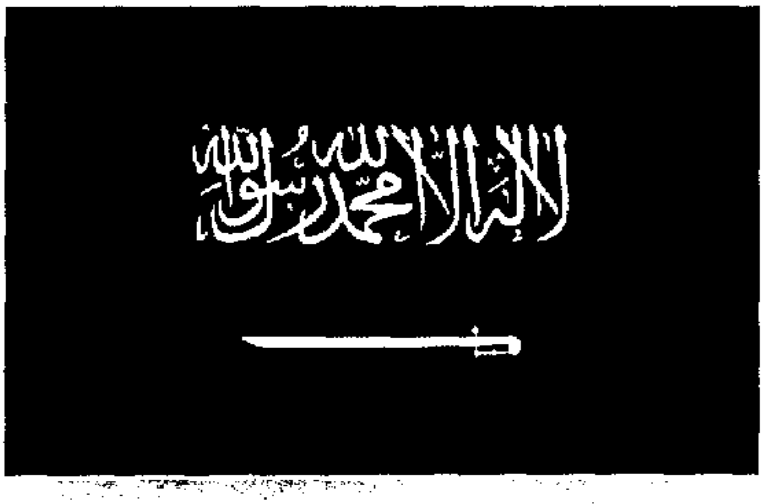
Condecorações:

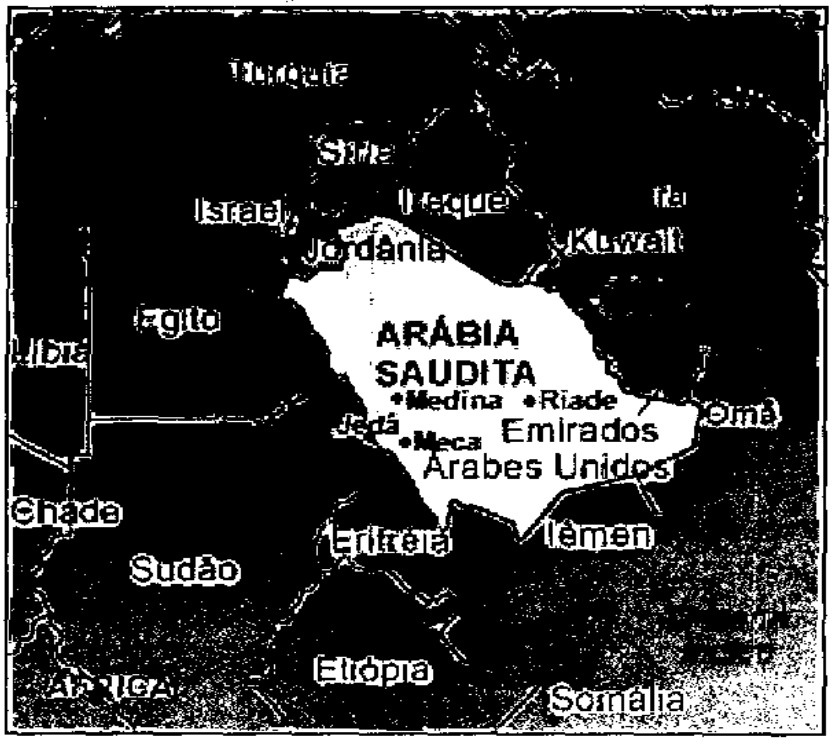
2007	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2009	Medalha Mérito Tamandaré
2010	Ordem do Mérito Naval, Grau de Comendador
2012	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grau de Comendador

ANA PAULA SIMÕES SILVA
Diretora, substituta, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REINO DA ARÁBIA SAUDITA





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Julho de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Reino da Arábia Saudita
CAPITAL:	Riade
ÁREA:	2.153.168 km²
POPULAÇÃO (2012):	28,9 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Árabe
RELIGIÃO OFICIAL:	Islamismo (aproximadamente 100% da população)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia absolutista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Rei e Primeiro-Ministro Abdullah bin Abdul-Aziz al Saud
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Príncipe Saud al Faisal Bin Abdul-Aziz al Saud
PIB (2012)	US$ 749,7 bilhões
PIB PPP (2012):	US$ 835,2 bilhões
PIB per capita (2012):	US$ 25,9 mil
PIB per capita PPP (2012)	US$ 28,9 mil
VARIAÇÃO DO PIB:	5,7% (2012); 4,1% (est. 2013)
IDH - ÍNDICE DE DESENVOLV. HUMANO (2012):	0,782 (56ª posição entre 185 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	74,1 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO:	86,6 %
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	10,7%
UNIDADE MONETÁRIA:	Rial saudita (SR)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Hisham al Qahtani
COMUNIDADE BRASILEIRA:	400 (estimada)

Intercâmbio Comercial Brasil – Arábia Saudita (em US$) – Fonte: MDIC

	Intercâmbio	Exportações	Importações	Saldo
2003	**1.560.958.395**	672.722.445	888.235.950	-221.750.545
2004	**2.057.681.080**	825.821.862	1.231.859.218	-405.968.728
2005	**2.542.842.223**	1.203.338.542	1.339.503.681	-135.797.260
2006	**3.128.420.714**	1.486.313.093	1.642.107.621	-155.794.528
2007	**2.693.818.520**	1.220.218.523	1.473.599.997	-253.381.474
2008	**5.473.793.991**	2.563.557.130	2.910.236.861	-346.679.731
2009	**3.550.197.956**	1.952.775.781	1.597.422.175	355.353.606
2010	**5.157.933.613**	3.098.779.807	2.059.153.806	1.039.626.001
2011	**6.569.391.140**	3.476.358.580	3.093.032.560	383.326.020
2012	**6.193.023.987**	3.000.113.126	3.192.910.861	-192.797.735

PERFIS BIOGRÁFICOS

Rei Abdullah Bin Abdul Aziz al Saud
Rei e Primeiro-Ministro

Nasceu em 1924, em Riade. Assumiu o comando da Guarda Nacional em 1962 e tornou-se Príncipe Herdeiro e Primeiro Vice-Primeiro-Ministro em 1975.

No final da década de 1990, assume *de facto* o Governo saudita, em função da delicada situação de saúde de seu irmão, o Rei Fahd.

Ainda na condição de Príncipe Herdeiro, foi responsável pelo Plano Saudita de Paz para o Oriente Médio ("Terra por Paz"), do início de 2002.

Após a morte do irmão, Abdullah foi coroado Rei em 1° de agosto de 2005. Em 2008, o Rei Abdullah foi o idealizador e propositor de Conferência para o Diálogo Inter-Religioso, que reuniu religiosos cristãos, judeus, buditas, hinduístas e taoístas. A Conferência foi realizada em Madri, e teve por anfitrião o Rei da Espanha, Juan Carlos II.

O Rei Abdullah visitou o Brasil em 2000. Recebeu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Riade, em visita de Estado, em maio de 2009.

Ministro dos Negócios Estrangeiros
Príncipe Saud al Faisal Bin Abdul Aziz al Saud

Nascido em 1940, em Taif , na província saudita de Meca, graduou-se em Economia pela Universidade de Princeton, Estados Unidos.

É filho do falecido Rei Faisal e sobrinho dos atuais Rei e Príncipe Herdeiro.

Em 1970, foi designado Vice-Presidente da Petromin, a principal companhia estatal petrolífera saudita; em 1971, assumiu o cargo de Vice-Ministro do Petróleo e Recursos Minerais.

Desde 1975, ocupa o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, o que o torna o Chanceler mais longevo atualmente em exercício.

Em 2009, o Instituto Real de Relações Exteriores, sediado em Londres, indicou o Príncipe Abdul Aziz como um dos três finalistas ao prêmio "Chatham House", entregue a político que tenha feito importante contribuição para as relações internacionais no ano em questão. O Príncipe não chegou a receber o prêmio, tendo sido superado, na votação da Chatham House, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

SUA ALTEZA REAL O PRÍNCIPE SALMAN BIN ABDULAZIZ AL-SAUD

PRÍNCIPE HERDEIRO

Nasceu em Riade, em 1935. É filho do Rei Abdulaziz al Saud, o fundador do Reino da Arábia Saudita. Graduou-se em Teologia em instituição religiosa saudita, em princípios da década de 1950. Foi nomeado Governador de Riade em 1954, tendo exercido a função, de maneira intermitente, entre 1954 e 2011, com status de Ministro.

Foi nomeado Ministro da Defesa em 5 de novembro de 2011, e indicado para a posição de Príncipe Herdeiro e Vice-Primeiro-Ministro em 18 de junho de 2012, pelo Rei Abdullah. Preside diversas organizações de caráter filantrópico e humanitário no Reino, em especial no campo da assistência a vítimas de desastres.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Arábia Saudita estabeleceram relações diplomáticas em 1968. Em 1973, houve abertura da Embaixada do Brasil em Jedá e da Embaixada da Arábia Saudita em Brasília. Em 1986, a Embaixada do Brasil foi transferida para Riade, dentro do processo de mudança da capital saudita.

Entre as visitas de altas autoridades sauditas na última década, destacam-se as do então Príncipe Herdeiro (hoje Rei) Abdullah, em 2000, e do Príncipe Bandar Bin Sultan, em 2004. O Chanceler, Príncipe Faisal, esteve em Brasília por ocasião da I Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), em maio de 2005.

Em 16 e 17 de maio de 2009, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tornou-se o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar a Arábia Saudita, acompanhado por missão empresarial de cerca de 50 pessoas. Durante a visita, Lula encontrou-se com o Rei Abdullah e com autoridades e empresários sauditas, com o objetivo de aprofundar o diálogo bilateral, ampliar as oportunidades de negócios para as empresas brasileiras, estimular investimentos no Brasil e obter o apoio da Arábia Saudita às negociações do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Conselho de Cooperação do Golfo(CCG) e à candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

Segundo informações da Embaixada do Brasil em Riade, em março de 2012, a comunidade brasileira residente na Arábia Saudita montava a aproximadamente 400 pessoas, sendo basicamente formada por jovens profissionais altamente qualificados, em particular nos setores financeiros e de tecnologia da informação. Um pequeno grupo de desportistas brasileiros e suas famílias também integravam essa comunidade.

Em Damman, terceira cidade do Reino pelo critério de população, está sediada a base da empresa aérea SAMA, na qual trabalham cerca de 60 brasileiros, a maioria ex-pilotos e ex-funcionários da Varig.

No Brasil, residem em caráter permanente 22 sauditas e, em caráter temporário, 3, segundo informações da Polícia Federal.

Relações econômicas e comerciais bilaterais

O intercâmbio comercial é crescente, tendo o comércio total bilateral superado os US$ 6 bilhões em 2013. A Arábia Saudita é o principal parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio, sendo o segundo maior fornecedor brasileiro de petróleo, atrás apenas da Nigéria. As exportações do Brasil para a Arábia Saudita - anteriormente dominadas por produtos agrícolas, sobretudo carnes e açúcar –, desde 2005, passaram a incluir produtos de alto valor agregado, graças à venda de aviões da Embraer. Ainda assim, o peso dos produtos agrícolas é forte.

O setor de energia saudita já conta com a participação de empresas brasileiras. A petroquímica Braskem, por exemplo, assinou memorando de entendimento com a Saudi Aramco para a cooperação técnica e tecnológica, treinamento de recursos humanos e estudo de oportunidades de novos negócios. Mantém, igualmente, conversações com a *Saudi Basic Industries Corporations* e com empresas de menor porte do setor petroquímico.

O exemplo mais representativo da evolução da pauta comercial pode ser encontrado no setor de aviação. Em dezembro de 2005, a Embraer vendeu 15 aeronaves EMB-170 à Saudi Airlines, no valor de US$ 400 milhões. Em novembro de 2007, foi assinado contrato entre a empresa brasileira e outra empresa de aviação saudita, a NAS, para a venda de cinco jatos EMB-190, com opção para compra de cinco outras aeronaves (já confirmada). O contrato incluiu, também, direito de compra para outros 12 jatos de mesmo modelo. A NAS opera, ainda, outros cinco E-Jets (três EMB-190 e dois EMB-195), por meio de contrato de *leasing*.

Para o Brasil, há possibilidades de negócios e de investimentos nas áreas em que as empresas brasileiras têm reconhecida competência e experiência internacional (petróleo, gás, petroquímica, mineração, aviação, engenharia e construção).

O Brasil e a Segurança Alimentar Saudita

Convém observar que, em tempos recentes, um dos assuntos que tem conhecido significativa visibilidade na Arábia Saudita é a questão de sua segurança alimentar. A agricultura é atividade de pouca amplitude no país,

quase todo tomado por áreas desérticas e com limitados recursos hídricos. A maior parte dos alimentos consumidos por sauditas vem do exterior, o que deixa o país sempre vulnerável às condições impostas pelo mercado internacional de alimentos.

Nesse contexto, o Rei Abdullah vem adotando uma série de medidas para garantir o fluxo necessário de alimentos para a Arábia Saudita. Uma dessas medidas diz respeito a investimentos sauditas em agricultura feitos no exterior de modo a garantir que parte da produção resultante desses investimentos seja exportada para o Reino. Para a realização desse objetivo, o Governo saudita criou a empresa Agroinvest, com capitalização inicial de US$ 500 milhões. A empresa apresentou lista de países prioritários com os quais a Arábia Saudita deverá estabelecer cooperação em matéria de produção de alimentos, estando em primeiro lugar na nômina o Brasil.

A Arábia Saudita pretende transferir toda sua produção de trigo para o exterior até 2016, devido à exaustão de seus aquíferos subterrâneos domésticos por intensiva irrigação e busca países com condições adequadas para o processo de relocação desse cultivo. O país já dispõe de 1,6 milhão de hectares na Indonésia para o plantio de arroz. A Arábia Saudita importa mais de 60% de seu consumo de produtos agrícolas.

Há na Arábia Saudita conhecimento suficiente de que o Brasil é um dos maiores produtores agrícolas do mundo. O próprio mercado consumidor saudita é dominado por alguns produtos agroalimentares brasileiros, como as carnes de frango (mais de 85%) e de vaca (mais de 50%). Por outro lado, há pouco conhecimento, tanto por parte de autoridades de governo quanto de empresários, sobre condições de investimento no Brasil. Além do mais, a inexistência de acordo para a proteção de investimentos entre Brasil e Arábia Saudita agrava o problema.

Comunidade brasileira estimada

Estimam-se em cerca de 400 os brasileiros residentes na Arábia Saudita. Todos os serviços consulares e a assistência a brasileiros naquele país são de responsabilidade do setor consular da Embaixada do Brasil em Riade.

POLÍTICA INTERNA

A Arábia Saudita é um Estado unitário, governado por uma monarquia absolutista. O Rei é, ao mesmo tempo, Chefe de Estado e de Governo,

acumulando o título de Primeiro-Ministro. O Alcorão é considerado a Constituição do país e é observado pelo Poder Judiciário. O Conselho dos Ministros, criado em 1953, representa os poderes Executivo e Legislativo. Seus membros são designados pelo Rei, que pode vetar qualquer das decisões do Conselho no prazo de 30 dias. O Governo compõe-se, ainda, do Conselho Consultivo, constituído por 120 membros nomeados pelo Rei, que não dispõem de poder decisório.

A maioria dos setores do Governo é controlada por membros da família real saudita (os descendentes diretos do fundador, Abdul Aziz bin Abdul Rahman al Saud, que, estima-se, podem chegar a dez mil indivíduos, todos com os títulos de príncipes e princesas). Não há partidos políticos.

Tradicionalmente, os *ulemas* (clérigos muçulmanos) têm sustentado a legitimidade da família *al Saud*, embora a relação tenha sofrido desgastes em função do descontentamento decorrente da situação econômica interna e do surgimento dos radicais islâmicos nos últimos anos. A maioria da população do Reino abraça o credo islâmico wahabita, conhecido por seu conservadorismo e que interdita às mulheres, entre outros, os direitos de dirigirem automóveis e de viajarem desacompanhadas.

O Rei também detém o controle da Guarda Nacional, grupo poderoso que atua como base de poder para seus três filhos.

A internacionalização da luta contra o terrorismo levou a Arábia Saudita a viver momentos de tensão política e social; a maioria dos terroristas do atentado de 11 de setembro de 2001 nos EUA era de nacionalidade saudita. Os sucessivos atentados ocorridos em seu território, a partir de maio de 2003, exigiram das lideranças locais a revisão do apoio político e financeiro a correntes extremistas. O Governo tem empreendido ampla campanha para mostrar que o país está efetivamente engajado em ações contra o terrorismo. Em fevereiro de 2005, Riade patrocinou a Conferência Internacional sobre Contraterrorismo e lançou a ideia da criação do Centro de Contraterrorismo da ONU, aprovada com o apoio do Brasil em 18 de novembro de 2011. Nos últimos quatro anos, a incidência de ataques terroristas diminuiu significativamente.

O Rei Abdullah tem promovido um programa cauteloso e gradual de reformas políticas e culturais, iniciado quando ainda era Príncipe Herdeiro. Em 2006, foi criada, sob inspiração governamental, uma Comissão de Direitos Humanos, que publica relatórios periódicos sobre a situação dos direitos humanos no país. Em outubro de 2007, decreto real introduziu salvaguardas e mecanismos com vistas a fortalecer a independência do

sistema judiciário, com o estabelecimento de uma Corte Suprema e de tribunais especializados nas áreas trabalhista e comercial.

POLÍTICA EXTERNA

A Arábia Saudita deve boa parte de seu prestígio junto aos países árabes e muçulmanos ao fato de ser a sede das Mesquitas Sagradas de Meca e Medina. Essas credenciais islâmicas e os imensos recursos petrolíferos e financeiros de que dispõe garantem ampla projeção ao país no plano externo.

A política exterior saudita tem como princípios, entre outros, a solidariedade islâmica e a defesa da unidade árabe. Considerando-se líder natural do islã e do arabismo, o país transformou-se em importante doador assistencial, além de grande investidor nos mercados financeiros ocidentais. Nesse contexto se inserem a ajuda financeira prestada à Autoridade Nacional Palestina e a vários projetos em nações islâmicas, especialmente na África.

A Organização da Cooperação Islâmica (OCI) constitui importante instrumento de atuação saudita, ao possibilitar a Riade foro para avançar seus interesses políticos. O braço religioso da OCI, a Liga Islâmica Mundial, com sede em Meca, é controlada pela Arábia Saudita. A Liga financia associações muçulmanas e a construção de mesquitas em todo o mundo.

Nos últimos anos, o país tem ampliado sua força na política regional. A questão palestina é, para Riade, o ponto focal da instabilidade e estagnação do Oriente Médio. Em 1981, o Rei Fahd apresentou na Cúpula Árabe um plano de paz, que, indiretamente, reconhecia o Estado de Israel e que constitui, até hoje, a base da política saudita em relação a Tel Aviv. Em 2002, uma nova proposta de paz – Iniciativa Árabe de Paz, Plano de Paz de Abdullah ou Terra pela Paz – foi lançada por Riade e aprovada pela Liga Árabe.

A iniciativa preconizava o reconhecimento de Israel e o consequente estabelecimento de relações diplomáticas normais por parte dos 22 países integrantes da Liga Árabe, em troca da retirada do exército israelense das áreas ocupadas desde 1967 e de uma solução para os refugiados palestinos. Mais recentemente, a Arábia Saudita teve participação central no entendimento conhecido como Acordo de Meca, que possibilitou a formação de um Governo de unidade nacional na Palestina, vigente nos primeiros meses de 2007.

A tradicional parceria com os EUA encontra-se em momento de aparente redefinição. Desde a retirada das tropas norte-americanas de seu território, em 2003, o Reino tem procurado agir com crescente independência em relação aos interesses de Washington. O intenso papel desempenhado pelos EUA na segurança do Golfo provoca reações sauditas ambivalentes. Se, por um lado, traz a certeza de que qualquer ataque externo levará a um

engajamento norte-americano imediato, por outro permite que ativistas islâmicos desafiem o Governo ao explorar ressentimentos nacionalistas e religiosos sobre o que chamam de "invasão estrangeira".

Nos foros multilaterais, a atuação saudita se dedica a conter iniciativas tidas como anti-islâmicas, a promover a causa palestina e a se defender das acusações de violação de direitos humanos. Esforça-se também, no âmbito de temas ambientais, como aquecimento global, para conter iniciativas que impliquem redução do consumo mundial de combustíveis fósseis.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O petróleo continua a representar cerca de 90% das exportações sauditas, sendo a produção do país, atualmente, de 7,8 milhões barris/dia.

Como parte do esforço para diversificar a economia, diminuir a dependência do petróleo e atrair investimentos do exterior, o país acedeu à condição de membro da Organização Mundial de Comércio, em dezembro de 2005. Desde então, o Governo tem encorajado maior participação do setor privado na economia saudita. A promoção do setor privado envolve a participação estrangeira na indústria de energia, telecomunicações, gás natural e petroquímica.

A economia saudita é fortemente dependente de mão-de-obra estrangeira e encontra dificuldades em identificar nacionais qualificados para exercer funções de alto nível. O Governo tem buscado diminuir a alta taxa de desemprego doméstico, em especial na faixa etária dos 18-30 anos (onde a desocupação alcança o patamar de 20%), por meio de uma política de "saudização", que estabelece quotas mínimas para nacionais sauditas em cada empreendimento. As quotas variam de 5 a 30%, dependendo do setor (o objetivo final é de que, no longo prazo, 75% da mão-de-obra utilizada no país seja de sauditas), e são apontadas, por vários executivos, como óbice ao crescimento dos negócios, especialmente no setor da saúde.

A determinação do Governo saudita em diversificar a economia, expandir a urbanização do país e executar um conjunto de reformas modernizantes gerou novo ambiente econômico. Agregue-se, a esse ambiente, energia abundante e a preços competitivos e posição geográfica estratégica junto a um mercado, doméstico e regional, com demanda crescente em diversos setores. Diante de todas essas circunstâncias, a Arábia Saudita tornou-se importante polo de investimento e desenvolvimento de novos negócios.

A despeito da crise financeira mundial, o Reino empreende amplo programa de obras públicas de infraestrutura, da ordem de US$ 400 bilhões, do qual empresas brasileiras de engenharia poderiam beneficiar-se, em particular do desenvolvimento das quatro "cidades econômicas" sauditas.

Além de projetos de infraestrutura, importantes projetos nos setores de petroquímicos, fertilizantes, dessalinização, metalurgia e minerais químicos estão também em desenvolvimento.

ANEXOS

Cronologia Histórica	
1902	Abdul Aziz Ibn Saud dá início à campanha de reconquista do território da Península da Arábia.
1926	Ibn Saud proclama-se Rei do Hejaz e Sultão do Najd.
1932	Ibn Saud funda o Reino da Arábia Saudita.
1953	Saud al Saud, filho de Ibn Saud, ascende ao trono.
1962	O Príncipe Feisal bin Abdulaziz, irmão de Saud, torna-se Primeiro-Ministro.
1964	Saud é deposto pelo irmão Feisal, que introduz reformas e declara a abolição da escravidão.
1967	A Arábia Saudita declara guerra contra Israel, mas não há luta.
1969	Tentativa frustrada de golpe de Estado.
1973	Participação, na frente síria, na Guerra do Yom Kippur. Primeiro choque do petróleo.
1975	Assassinato de Feisal. Khaled Ibn Abdulaziz assume o trono.
1979	Ruptura com o Egito, após os Acordos de Camp David. Invasão da Mesquita de Meca por radicais islâmicos. Segundo choque do petróleo.
1981	Criação do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), do qual fazem parte, além da Arábia Saudita, Barein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuaite e Omã.
1982	Morte de Khaled. O Príncipe Fahd Bin Abdulaziz assume o trono.
1990	Guerra do Golfo. O território saudita é atacado por mísseis iraquianos e é usado como plataforma para a invasão do território kuaitiano por tropas norte-americanas.
2001	Atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos. Vários dos terroristas envolvidos possuíam nacionalidade saudita.
2002	O então Príncipe Herdeiro Abdullah al Saud lança a "Iniciativa Árabe de Paz" para o conflito israelo-palestino.
2005	Morte do Rei Fahd. O Príncipe Herdeiro Abdullah Bin Abdulziz Al Saud ascende ao trono.
2011	No contexto dos eventos da Primavera Árabe, tropas sauditas, sob o amparo do "Escudo da Península" do CCG, intervêm na crise política do Bareine (14 de março). Criação do Centro de Contraterrorismo da ONU - projeto de autoria saudita.

Cronologia das Relações Bilaterais	
1968	Estabelecimento das relações entre Brasil e Arábia Saudita.
1973	Em maio, quando voltava da cerimônia de posse de Juan Perón como Presidente da Argentina, o Chanceler da Arábia Saudita, Omar Al Sakkaf, passou pelo Rio de Janeiro e encontrou-se com o então Presidente da Petrobras, Gen Geisel, e com o futuro Chanceler Azevedo da Silveira.
1975	Brasil e Arábia Saudita assinam Acordo de Cooperação Econômica e Técnica.
1979	Em 12 de junho, o Ministro da Agricultura e Recursos Hídricos da Arábia Saudita, Abdul Rahman Aziz Alsheik, visita Brasília e discute com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Saraiva Guerreiro, sobre o interesse saudita em uma cooperação do Brasil no setor agrícola.
1982	Visitas à Arábia Saudita do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro e do Ministro da Fazenda, Ernane Galveas.
1984	Assinatura do Protocolo sobre Cooperação Industrial-Militar. Visita ao Brasil do Príncipe Sultan Bin Abdul Aziz al Saud, Ministro da Defesa e da Aviação da Arábia Saudita.
1986	Transferência da Missão diplomática brasileira de Jedá para Riade. Visita à Arábia Saudita do Chanceler Roberto de Abreu Sodré.
1990	Em teste comparativo com outros blindados, o Osório, fabricado pela Engesa, venceu a concorrência para fornecimento de material militar ao Reino (1988). Com o início da Guerra do Golfo, em agosto de 1990, aliado à pressão política e diplomática norte-americana, as autoridades sauditas terminaram por se inclinar pelo tanque norte-americano Abrams AM-1. A Engesa, que já havia fabricado 300 carcaças do Osório, teve sua falência decretada alguns anos depois.
2000	Visita ao Brasil do então herdeiro do trono saudita, o Príncipe (hoje Rei) Abdullah Bin Abdul Aziz al Saud (setembro). Missão empresarial brasileira (outubro).
2002	Missão comercial brasileira (janeiro). Visita à Arábia Saudita do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi.
2003	Visita à Arábia Saudita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan (junho).
2005	Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores a Jedá e Riade (fevereiro). Participação de delegação saudita, chefiada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Príncipe Saud al Faisal Bin Abdul Aziz al Saud, na I Cúpula ASPA, em Brasília (maio). Missão comercial brasileira a Riade (novembro).

2006	Missão financeira brasileira à Arábia Saudita.
2007	Missão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à Arábia Saudita (novembro).
2008	Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores à Arábia Saudita (fevereiro). Visita ao Rio de Janeiro do Príncipe Nawaf Abdulaziz, Vice-Presidente do Youth Welfare e membro votante do Comitê Olímpico Internacional (COI). Participação do Ministro de Minas e Energia e do Presidente da Petrobras na Jedah Energy Meeting (junho).
2009	Visita do Presidente Lula a Riade (16 a 17 de maio). Primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à Arábia Saudita. Assinatura de diversos acordos bilaterais.
2010	Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura do Reino da Arábia Saudita, Fahad Bin Abdulrahman Balghunaim, acompanhado de missão empresarial (3-6 de outubro). Visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, a Riade, acompanhado de missão empresarial.
2011	O Ministro Édison Lobão, das Minas e Energia, viaja a Riade para participar de reunião do Foro Internacional de Energia (27 de fevereiro). O Embaixador Mohammed Kurdi encerra sua missão em Brasília (25 de novembro).
2012	Visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, a Riade, acompanhado de missão empresarial. O Embaixador Hisham al Qahtani assume suas funções como representante saudita junto ao Governo brasileiro.
2013	Missão empresarial brasileira Ministério das Relações Exteriores (MRE), Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Consórcio Cooperativo Agropecuário Brasileiro (CCAB) a Jedá (fevereiro).

ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita	16/05/2009	Em vigor
Acordo de Cooperação Econômica e Técnica	02/04/1975	Em vigor

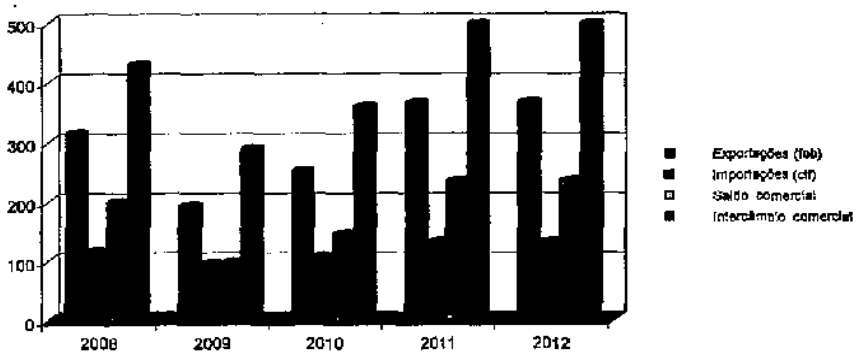
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

ARÁBIA SAUDITA: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012(1)
Exportações (fob)	313,5	192,3	251,1	364,7	365,5
Importações (cif)	115,1	95,6	106,9	131,6	131,4
Saldo comercial	198,3	96,8	144,3	233,1	234,1
Intercâmbio comercial	428,6	287,9	358,0	496,3	496,9

Elaborado pelo MRE DeR DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD ITC Trademap June 2013

(1) A Arábia Saudita não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD em 2013, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

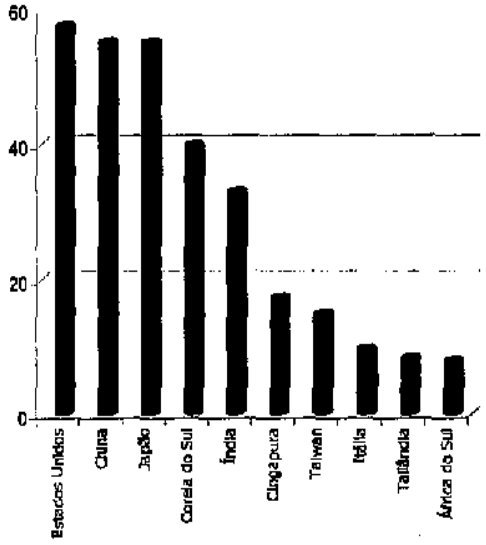


Em 2012, o comércio exterior da Arábia Saudita aumentou 16% em relação a 2008, de US$ 428,6 bilhões para US$ 496,9 bilhões. No ranking do FMI de 2012, a Arábia Saudita figurou como o 20º principal mercado mundial, sendo o 15º principal exportador e o 31º importador.

ARÁBIA SAUDITA : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012[1]	% no total
Estados Unidos	57,3	15,7%
China	54,9	15,0%
Japão	54,8	15,0%
Coreia do Sul	39,7	10,9%
Índia	32,8	9,0%
Cingapura	17,2	4,7%
Taiwan	14,9	4,1%
Itália	9,6	2,6%
Tailândia	8,2	2,3%
África do Sul	7,9	2,2%
...		
Brasil	***3,19***	***0,9%***
Subtotal	**300,6**	**82,3%**
Outros países	**64,9**	**17,7%**
Total	**365,5**	**100,0%**



Elaborado pela MRE/ DPR/ DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, June 2013

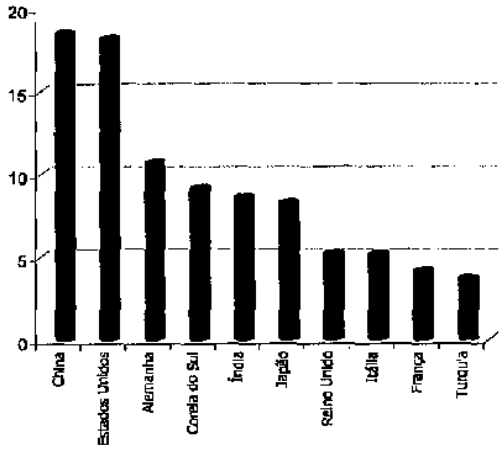
(1) A Arábia Saudita não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD em 2012, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

As exportações sauditas são direcionadas, em grande parte, aos países membros da APEC, representando 72,3% do total de suas exportações em 2012, seguidas da União Europeia com 11,7%. Individualmente, os Estados Unidos foram o principal destino das exportações do país, com 15,7%. Seguiram-se China e Japão, com 15% do total, respectivamente, e Coreia do Sul com 10,9% do total. O Brasil foi o 44º comprador do país e absorveu 0,9% das vendas sauditas em 2012.

ARÁBIA SAUDITA : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012(1)	% no total
China	18,44	14,0%
Estados Unidos	18,12	13,8%
Alemanha	10,64	8,1%
Coreia do Sul	9,11	6,9%
Índia	8,55	6,5%
Japão	8,23	6,3%
Reino Unido	5,17	3,9%
Itália	5,13	3,9%
França	4,14	3,1%
Turquia	3,68	2,8%
Brasil	***3,00***	***2,3%***
Subtotal	**94,20**	**71,7%**
Outros países	**37,17**	**28,3%**
Total	**131,37**	**100,0%**



Elaborado pela MRE/SPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, June 2013.

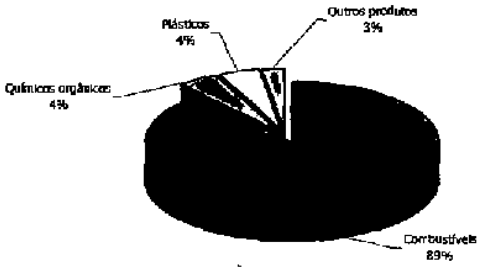
(1) A Arábia Saudita não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD em 2012, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Os países membros da APEC foram os principais fornecedores de bens ao mercado saudita em 2012, representando 52,3% do total das compras do país, seguidos da União Europeia, com 29,6%. Individualmente, a China abasteceu 14% do mercado consumidor saudita, seguido dos Estados Unidos, com 13,8%; Alemanha com 8,1%; e Coreia do Sul, com 6,9%. O Brasil foi 11º principal exportador para a Arábia Saudita, participando com 2,3% do total das compras sauditas.

ARÁBIA SAUDITA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012(1)	% no total
Combustíveis	323,69	88,6%
Químicos orgânicos	16,40	4,5%
Plásticos	16,06	4,4%
Subtotal	**356,15**	**97,4%**
Outros produtos	**9,34**	**2,6%**
Total	**365,50**	**100,0%**



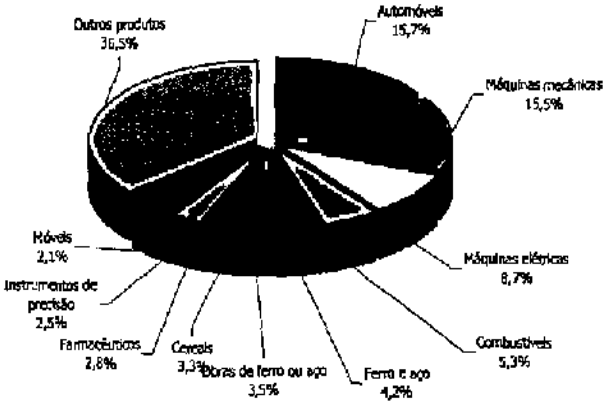
Elaborado pela MRE/SPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, June 2013.

(1) A Arábia Saudita não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD em 2012, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Os combustíveis (óleos brutos de petróleo, óleos de petróleo refinados e gases de petróleo) são os principais itens da pauta exportadora saudita. Em 2012 responderam por 88,6% do total, seguido de produtos químicos orgânicos (4,5%) e plásticos (4,4%).

ARÁBIA SAUDITA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012(1)	% no total
Automóveis	20,64	15,7%
Máquinas mecânicas	20,31	15,5%
Máquinas elétricas	11,43	8,7%
Combustíveis	6,97	5,3%
Ferro e aço	5,51	4,2%
Obras de ferro ou aço	4,57	3,5%
Cereais	4,35	3,3%
Farmacêuticos	3,62	2,8%
Instrumentos de precisão	3,25	2,5%
Móveis	2,80	2,1%
Subtotal	**83,44**	**63,5%**
Outros produtos	**47,92**	**36,5%**
Total	**131,37**	**100,0%**



Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trade map - June 2013
(1) A Arábia Saudita não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD em 2012, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

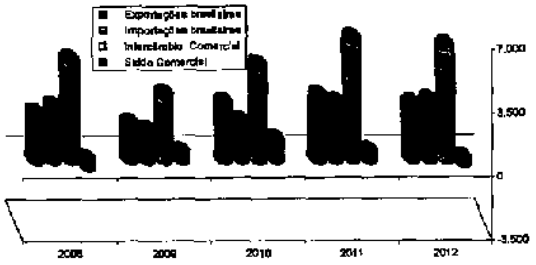
A pauta de importações da Arábia Saudita apresentou concentração em três grupos de produtos manufaturados, que responderam por 40% da pauta em 2012. São eles: automóveis - veículos automóveis, tratores e peças mecânicas - (15,7%), máquinas mecânicas - turborreatores, torneiras, válvulas para canalizações, caldeiras, reservatórios, cubas, aparelhos e dispositivos para tratamento de matérias por meio de operações que impliquem mudança de temperatura, tais como aquecimento, cozimento, torrefação, dentre outras, aquecedores de água não elétricos, bombas de ar ou de vácuo, compressores de ar ou de outros gases e ventiladores; coifas aspirantes para extração ou reciclagem - (15,5%), e máquinas elétricas - aparelhos telefônicos, incluídos os telefones celulares - (8,7%).

BRASIL-ARÁBIA SAUDITA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-jun)	2013 (jan-jun)
Exportações brasileiras	**2.564**	**1.953**	**3.099**	**3.476**	**3.000**	**1.436**	**1.466**
Variação em relação ao ano anterior	73,4%	-23,8%	58,7%	12,2%	-13,7%	-14,5%	2,1%
Importações brasileiras	**2.910**	**1.597**	**2.059**	**3.093**	**3.197**	**1.456**	**1.798**
Variação em relação ao ano anterior	70,3%	-45,1%	28,9%	50,2%	3,4%	-4,1%	23,5%
Intercâmbio Comercial	**5.474**	**3.550**	**5.158**	**6.569**	**6.197**	**2.892**	**3.264**
Variação em relação ao ano anterior	71,8%	-35,1%	45,3%	27,4%	-5,7%	-9,6%	12,9%
Saldo Comercial	**-347**	**355**	**1.040**	**383**	**-197**	**-20**	**-333**

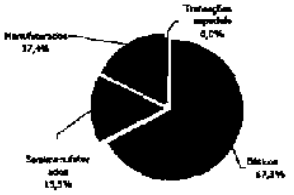
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicerrel
(+) Variação igual ou superior a 1.000%

A Arábia Saudita foi a 16ª principal parceira comercial brasileira em 2012, com participação de 1,33% no total. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 13%, passando de US$ 5,47 bilhões, para US$ 6,2 bilhões. As exportações cresceram 17% e as importações 10%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil entre 2009 e 2011, apresentou déficit para o Brasil em 2008 e 2012. O saldo negativo em 2012 foi de US$ 197 milhões.



BRASIL-ARÁBIA SAUDITA: *EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES*, POR FATOR AGREGADO
US$ bilhões, fob - 2012

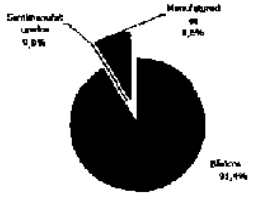
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	2.019	67,3%
Semimanufaturados	458	15,3%
Manufaturados	524	17,4%
Transações especiais	0	0,0%
Total	**3.000**	**100,0%**



As exportações brasileiras para a Arábia Saudita são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 67,3% das vendas em 2012, com destaque para carnes. Seguiram-se os manufaturados, com 17,4%, com destaque para açúcar refinado e máquinas mecânicas, e os produtos semimanufaturados, com 15,3%, com destaque para outros açúcares de cana.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	2.918	91,3%
Semimanufaturados	0	0,0%
Manufaturados	275	8,6%
Transações especiais	---	---
Total	**3.197**	**100,0%**



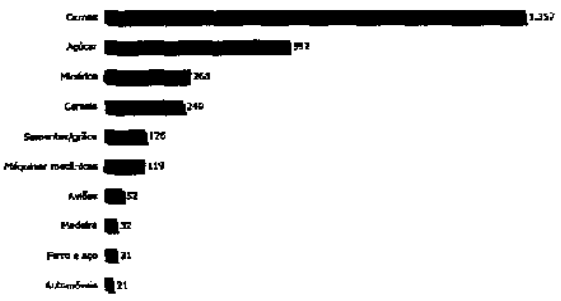
Pelo lado das importações, os produtos básicos: óleos brutos de petróleo, responderam por 91,3% da pauta em 2012.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

BRASIL-ARÁBIA SAUDITA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Carnes	1.040	1.339	1.357	45,2%
Açúcar	573	659	592	19,7%
Minérios	847	791	268	8,9%
Cereais	167	138	249	8,3%
Sementes/grãos	54	167	126	4,2%
Máquinas mecânicas	69	97	119	4,0%
Aviões	127	35	52	1,7%
Madeira	18	26	32	1,1%
Ferro e aço	25	38	31	1,0%
Automóveis	8	10	21	0,7%
Subtotal	**2.928**	**3.300**	**2.848**	**94,9%**
Outros produtos	**171**	**176**	**152**	**5,1%**
Total	**3.099**	**3.476**	**3.000**	**100,0%**

Exportações brasileiras para a Arábia Saudita, 2012



Elaboração pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

Carnes (carnes, pedaços e miudezas de frango e carnes bovinas), foram os principais produtos brasileiros exportados para a Arábia Saudita em 2012, participando com 45,2% do total. Seguiram-se açúcar (açúcares de cana e açúcar refinado) com 19,7%; minérios (minério de ferro e bauxita calcinada) com 8,9%; e cereais (milho e trigo) com 8,3%.

BRASIL-ARÁBIA SAUDITA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Combustíveis	1.975	2.942	3.062	95,8%
Plásticos	66	96	72	2,3%
Subtotal	**2.041**	**3.038**	**3.134**	**98,0%**
Outros produtos	**18**	**55**	**62**	**2,0%**
Total	**2.059**	**3.093**	**3.197**	**100,0%**

Imports bras originárias da Arábia Saudita, 2012



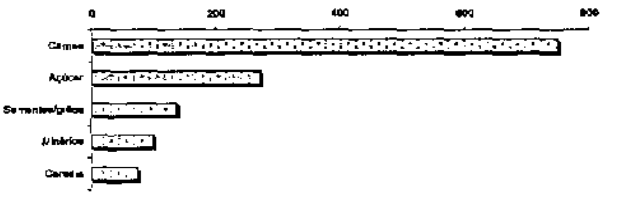
Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

As importações brasileiras originárias da Arábia Saudita concentraram-se em óleos brutos de petróleo, naftas para petroquímica e querosenes de aviação, que representaram 95,8% das compras brasileiras originárias da Arábia Saudita, em 2012.

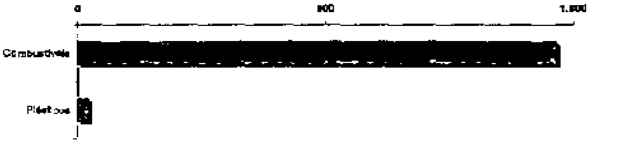
BRASIL-ARÁBIA SAUDITA : COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2012 (jan-jun)	2013(jan-jun) Valor	2013(jan-jun) % no total
Exportações			
Carnes	639	751	51,2%
Açúcar	311	272	18,6%
Sementes/grãos	90	137	9,4%
Minérios	169	101	6,9%
Cereais	44	75	5,1%
Subtotal	**1.253**	**1.335**	**91,1%**
Outros produtos	**183**	**130**	**8,9%**
Total	**1.436**	**1.466**	**100,0%**
Importações			
Combustíveis	1.386	1.739	96,7%
Plásticos	35	39	2,2%
Subtotal	**1.421**	**1.776**	**98,9%**
Outros produtos	**35**	**20**	**1,1%**
Total	**1.456**	**1.798**	**100,0%**

Exports. Bras. para a Arábia Saudita em 2013(jan-jun)



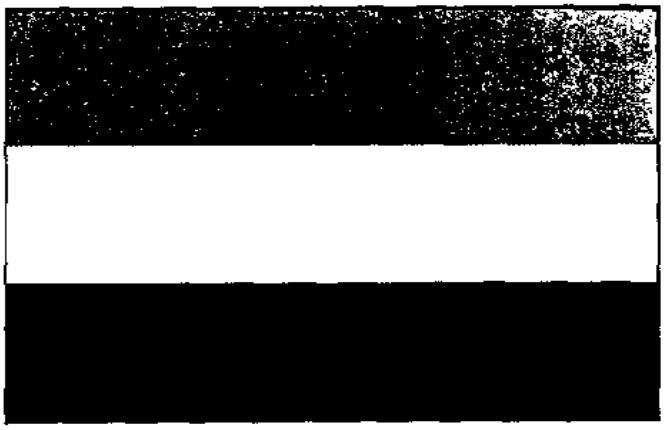
Imports. bras. originárias da Arábia Saudita em 2013(jan-jun)

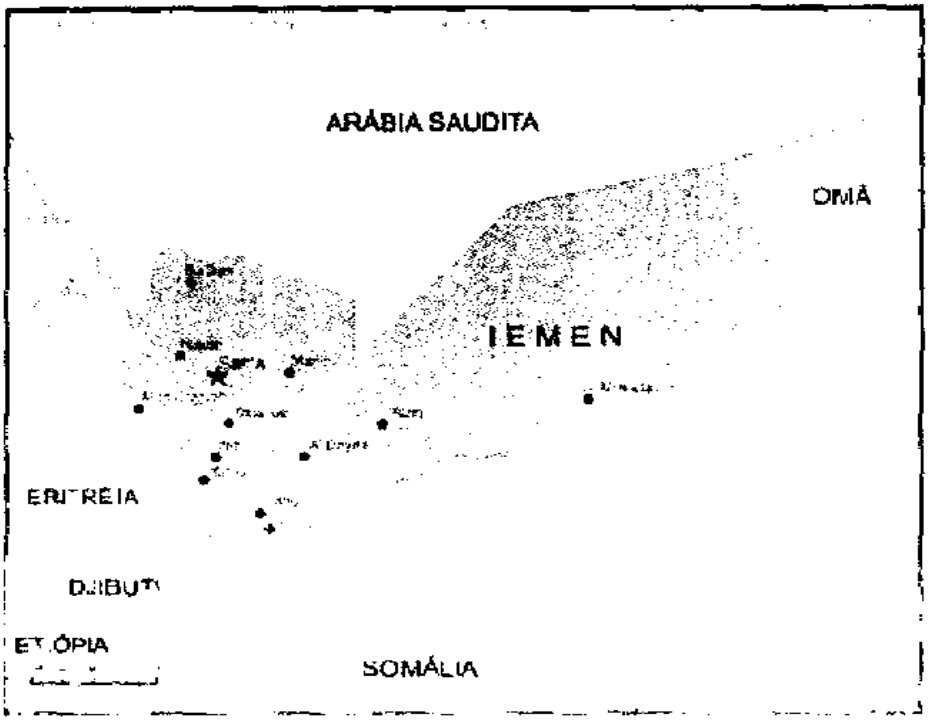


Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO IÊMEN





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Julho de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República do Iêmen
CAPITAL:	Sanaa
ÁREA:	527.968 km²
POPULAÇÃO (2012):	25,4 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Árabe
RELIGIÃO OFICIAL:	Islamismo (xiitas 47%, sunitas 53%.)
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Abd Rabbu Mansour al Hadi
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Mohammed Salim Basindwa
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Abu Bakr al Qirbi
PIB (2012):	US$ 42 bilhões
PIB PPP (2012):	US$ 68,1 bilhões
PIB PER CAPITA (2012):	US$ 1.680
PIB PPP PER CAPITA (2012):	US$ 2.682
VARIAÇÃO DO PIB:	-10,5%
IDH (ÍNDICE DE DESENV. HUMANO) 2012:	0,458 (159ª posição entre 185 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	63,2 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO:	63,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	35%
UNIDADE MONETÁRIA:	Rial iemenita (YR)
EMBAIXADOR IEMENITA JUNTO AO GOVERNO BRASILEIRO (RESIDENTE EM CUBA):	Ahmed Ali Kalaz
EMBAIXADOR BRASILEIRO JUNTO AO GOVERNO IEMENITA (RESIDENTE NA ARÁBIA SAUDITA):	Sergio Luiz Canaes

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-IÊMEN (US$ milhões)

Brasil-Iêmen	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (jan-mar)
Intercâmbio	**117**	**179**	**279**	**162**	**214**	**365**	**416**	**307**	**425**	**91**
Exportações	117	179	279	162	214	365	416	307	425	91
Importações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo	117	179	279	162	214	365	416	307	425	91

Fonte: MDIC

PERFIS BIOGRÁFICOS

PRESIDENTE ABD RABBUH MANSOUR AL-HADI

Nasceu em 1945 na cidade de Zkin, província de Abyan. Graduou-se, em 1964, na Escola do Exército do então Protetorado de Aden e, em seguida, foi enviado para a Grã-Bretanha para curso de aperfeiçoamento militar. Deslocou-se para o Cairo, onde se especializou em guerra de blindados na academia militar local.

Abd Al-Hadi entrou para o Exército do Iêmen do Sul em 1970 e, em 1972, foi membro da Comissão de Cessar-Fogo durante a guerra entre o Iêmen do Norte e o do Sul.

Após curso de especialização em liderança militar na antiga URSS (1976), tornou-se diretor da Escola de Blindados, membro do Estado-Maior do Corpo de Blindados e membro do Corpo Docente da Escola de Guerra. Tal currículo o alçou à posição de um dos comandantes militares mais importantes do Iêmen.

Em 1983, foi nomeado chefe do comitê de negociações para compra de armamento soviético. Após a renúncia de Ali Salim al-Beidh, foi nomeado Vice-Presidente do Iêmen pelo então Presidente Ali Abdullah Saleh, em 3 de outubro de 1994. Exerceu, ainda, o cargo de Ministro da Defesa.

Em 4 de junho de 2011, foi nomeado Presidente interino depois que Ali Abdullah Saleh foi ferido em atentado terrorista contra o palácio presidencial durante o levante iemenita, manifestação popular que exigia a renúncia do então Chefe de Estado.

Foi escolhido Presidente da República, em eleições que tiveram candidato único, realizadas em 21 de fevereiro de 2012.

CHEFE DE GOVERNO

O PRIMEIRO MINISTRO MOHAMMED SALIM BASINDWA

Nasceu em janeiro de 1935, na província de Áden (sul do Iêmen). Foi ativista político e integrou as frentes populares contra o colonialismo britânico e chegou a ser membro do Partido Socialista, quando [illegible] fundação em 1962.

Anos mais tarde, transferiu-se para a República Árabe do Iêmen (RAI - Iêmen do Norte), onde ocupou o cargo de Ministro dos Assuntos Sociais, Trabalho e Juventude, no governo do ex-Presidente Ibrahim Al-Hamadi.

Em 1976, foi nomeado Ministro do Desenvolvimento e presidente da Organização de Planejamento Central no governo dos presidentes Al-Ghashmi e Ali Abdullah Saleh, durante o primeiro mandato deste último.

Em 1978, nomeado Ministro da Informação e Cultura pelo ex-presidente Al-Ghashmi. Após a unificação, em 1993 e 1994, foi Ministro do Exterior da República do Iêmen.

Foi membro do Congresso Geral do Povo, partido do ex-presidente Ali Abdullah Saleh, até 2006. Nesse mesmo ano, aderiu à oposição na qualidade de independente.

Em 27 de novembro de 2011, foi nomeado Primeiro-Ministro pelo então Vice-Presidente Abd Rabbuh Mansur Al Hadi, hoje Chefe de Estado.

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

ABU BAKR ABDULLAH AL QIRBI

Nasceu na província de Al-Bayda, em 1942. É casado e tem dois filhos. Formou-se em Medicina pela University of Edinburgh, em 1968.

Foi um dos fundadores do Congresso Geral do Povo, principal agremiação política iemenita, sendo membro de seu Comitê Geral desde 1992 e diretor de seu Departamento Político desde 2000.

De 1979 a 1983, foi reitor no Colégio de Ciências de Sanaa. De 1982 a 1993, exerceu a mesma função no Colégio de Medicina do Iêmen, ocupando a vice-reitoria da Universidade de Sanaa, no mesmo período. Entre 1993 a 1994, desempenhou as funções de Ministro da Educação.

Desde 4 de abril de 2001, é Ministro de Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

Antes de 1990, o Brasil manteve relações diplomáticas tanto com a República Árabe do Iêmen (nossa representação em Sanaa, criada pelo Decreto Presidencial nº 89.912, de 04 de julho de 1984, era cumulativa com a Embaixada do Brasil em Riade) quanto com a República Democrática Popular do Iêmen (sendo nossa representação em Aden, criada pelo Decreto nº 89.913, de 04 de julho de 1984, cumulativa com a Embaixada do Brasil no Kuaite). Com a fusão das duas repúblicas e a consequente criação da República do Iêmen em maio de 1990, o Governo brasileiro optou pela Embaixada em Riade como a responsável por nossos assuntos junto a Sanaa.

Na área econômico-comercial, o intercâmbio bilateral floresce de maneira apreciável, com superávits históricos e crescentes para o Brasil, com exceção do ano de 2011, quando, como consequência dos eventos da Primavera Árabe no Iêmen, as vendas brasileiras caíram aproximadamente 30% em relação a 2010. Há evidências de que o Iêmen importa maiores quantidades de produtos brasileiros do que o registrado na balança bilateral. Esses produtos seriam fornecidos por outros países por meio de triangulação.

O Brasil não dispõe de Embaixada residente em Sanaa e tampouco de consulados honorários no país. Não há registro de cidadãos brasileiros ora residentes no Iêmen (primeiro trimestre de 2013). No Brasil, residem em caráter permanente oito cidadãos iemenitas e, em caráter temporário, cinco, segundo informações da Polícia Federal.

Desde maio de 2012, o Brasil integra o mecanismo "Amigos do Iêmen", tendo participado das reuniões realizadas em maio e setembro de 2012 e em março de 2013. O mecanismo, que congrega cerca de cinquenta países, objetiva angariar apoio internacional para ajudar o país a enfrentar os múltiplos desafios que enfrenta nos setores econômico, político, financeiro e de segurança.

O Brasil, contudo, encontra dificuldades para efetuar doações em numerário, pois trabalha preferencialmente como prestador de cooperação técnica. Nesse sentido, proposta de acordo-quadro de cooperação técnica já foi apresentada ao governo de Sanaa, mas, até o momento, Brasília aguarda resposta para avançar projetos de cooperação, em especial no setor agrícola.

Durante a crise política iemenita, o Governo brasileiro emitiu duas notas à imprensa, as de nº 31 (de 28/1/2011) e 108 (de 18/3/2011), cujos trechos transcrevo a seguir:

"Nota nº *31*.

O Governo brasileiro acompanha com atenção o desenrolar dos acontecimentos no Egito, na Tunísia e no Iêmen.

O Governo brasileiro expressa sua expectativa de que as nações amigas encontrarão o caminho de uma evolução política capaz de atender às aspirações da população em ambiente pacífico e sem interferências externas, de modo a dar suporte ao desenvolvimento econômico e social em curso.

O Brasil e os países da América do Sul desenvolvem cooperação crescente com os países árabes. Em 16 de fevereiro, em Lima, terá lugar a III Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA). Será uma oportunidade de renovação do diálogo com lideranças da região.

O Egito é um importante parceiro do Mercosul (em 2010, foi assinado acordo de livre comércio). O bloco tem ampliado seu relacionamento com os países árabes, como se verifica nas negociações em curso com Jordânia, Síria e Palestina."

"Nota nº *108*

O Governo brasileiro manifesta grande preocupação com os episódios de violência registrados hoje no Iêmen, em que choques ocorridos durante manifestações resultaram em dezenas de vítimas fatais e centenas de feridos.

O Governo brasileiro reitera o repúdio ao uso de violência contra manifestantes pacíficos e conclama o Governo e a oposição iemenitas a se engajarem em diálogo com vistas a uma solução negociada para a crise."

POLÍTICA INTERNA

O Iêmen, por ser um país de baixo PIB, populoso e republicano, representa exceção na Península Arábica, região dominada por formações estatais adeptas de regimes monárquicos absolutistas e detentoras de

abundantes jazidas de hidrocarbonetos. Em 1990, o país foi unificado e se tornou uma democracia representativa, sob regime multipartidário, ainda que de forma frágil, pois a nação enfrenta graves problemas, como alto índice de desemprego, incapacidade do Estado de exercer seus poder de polícia e soberania fora das principais cidades e a atuação de movimentos secessionistas ao sul do país.

A Primavera Árabe motivou onda de manifestações no Iêmen a partir de janeiro de 2011, originalmente voltada a protestar contra os problemas crônicos do país e a proposta governamental de reforma da Constituição. Pouco a pouco, a exemplo do que aconteceu em outras nações do Mundo Árabe, os protestos passaram a demandar a renúncia do Chefe de Estado do país, no caso o Presidente Ali Abdullah Saleh, então há 32 anos no poder.

No dia 2 de março de 2011, ocorreu a primeira grande concentração de manifestantes nas ruas de Sanaa pedindo a renúncia do Presidente. Novas manifestações tiveram lugar nas cidades de Seyón, Mukalla, Shahr e Gail Bawazir, com a participação de estudantes secundários, universitários e integrantes do governo e do setor privado.

Em 18 de março de 2011, ocorreu o mais grave incidente na onda iemenita de protestos. Choques entre manifestantes pró e contra Saleh, no centro da capital, provocaram mais de 40 mortes e centenas de feridos. A oposição acusou o Governo de ter disparado nos manifestantes, por meio de agentes à paisana e franco-atiradores, alegações essas refutadas terminantemente pelo então Chefe de Estado.

No dia 21 de março, dezenas de altos funcionários, embaixadores e membros do partido governista deixaram seus cargos em protesto contra a violência do dia 18. Vários comandantes militares, sob a liderança do General Ali Mohsen, passaram para a oposição ao Presidente. O referido General deu ordens para que tropas sob seu comando protegessem os manifestantes contra eventual violência da parte das forças de segurança leais ao Presidente iemenita. Paralelamente, o Governo central iemenita passou a perder de modo paulatino, desde princípios de abril de 2011, o controle em muitas províncias, como Saada, Jawf, Abyan e Shabwa, para grupos rivais, como os rebeldes houthis (tribo xiita) e a Al Qaeda, que declarou emirado islâmico a província de Abyan.

Sob forte pressão dos países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), Saleh acabou por aceitar, no final de 2011, a fórmula de transição política apresentada por aquele agrupamento para a crise do Iêmen. Com isso, em 21 fevereiro de 2012 realizaram-se eleições presidenciais na república, para mandato-tampão de 2 anos. Os principais partidos de oposição e a agremiação governista propuseram a candidatura de consenso do Vice-Presidente Abd Hadi, que foi eleito com 99,8% dos votos, embora a abstenção tenha atingido aproximadamente 30% dos 10 milhões de votantes.

A deterioração do quadro político no Iêmen, durante a onda de protestos relacionada à Primavera Árabe, inquietava os principais parceiros árabes e ocidentais do Iêmen por temor de que o colapso caótico da ordem política do país mais pobre da Península Arábica enviasse ondas de choque para outros países do Mundo Árabe, o que, graças ao processo de transição política adotado, acabou por não ocorrer de forma significativa até o momento.

Não obstante, a ação da Al Qaeda no Iêmen e o sempre presente risco de secessão do sul do país (antiga República Popular Democrática do Iêmen) apresentam-se como fatores adicionais de indefinição sobre os acontecimentos em curso nos demais países da região.

Com a saída de Saleh do poder, as manifestações populares perderam parte de seu ímpeto e passaram a se direcionar para demandas relacionadas ao gravíssimo quadro socioeconômico do Iêmen.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

No plano econômico, os principais problemas a afetar a economia iemenita são: tensões políticas internas; controle insuficiente do Governo sobre o conjunto do território iemenita; limitada capacidade administrativa; corrupção; inflação; desemprego; alto crescimento populacional (taxa de crescimento de 3,7%, das mais altas do mundo); e falta de confiança para investimentos.

Petróleo e agricultura são os dois suportes principais da economia do Iêmen. O petróleo geralmente responde por aproximadamente 80% dos ganhos com exportação e perto de 70% da receita do governo. Esta dependência deixa as contas externas e ficais do Iêmen altamente vulneráveis às flutuações no preço internacional do petróleo. Entretanto, as reservas de hidrocarbonetos do país são, para os padrões do Golfo, relativamente limitadas, com a produção de petróleo iemenita permanecendo em somente 460.000 barris por dia (BPD). O petróleo é encontrado no norte e no sul do país. Masila - até o presente, o maior campo de produção do país - está localizado no sul, enquanto Marib, o segundo maior campo, está localizado no norte.

Enquanto o setor de petróleo domina a exportação do país, a agricultura é o suporte principal da economia interna, empregando a maioria da mão-de-obra do Iêmen. O Banco Mundial estima que mais da metade da população economicamente ativa do Iêmen trabalhe neste setor. Tal situação está, no entanto, ameaçada pelos altos níveis de extração de água nas áreas rurais. Além disso, o aumento da demanda urbana por água tem ameaçado seriamente os aquíferos do Iêmen nos anos recentes.

O combate à pobreza (16% da população ganha menos de US$ 30 por mês; 47%, conta mensalmente com menos de US$ 60), no qual o Governo

iemenita se acha engajado, visa sobretudo a reverter a queda do produto nacional e, por extensão, das taxas de crescimento econômico; o alto crescimento populacional; o fraco desempenho nas áreas dos recursos primários e da infraestrutura; e o baixo nível de proteção social, em termos de escolaridade, saúde e segurança social. Neste sentido, os objetivos do país incluem maior desenvolvimento econômico, criação de empregos, melhores serviços básicos e segurança social efetiva para o pobre, sob uma administração pública eficiente e honesta. Neste plano, o setor privado teria especial responsabilidade.

Segundo o Banco Mundial, 42% da população vive ainda abaixo da linha da pobreza; o analfabetismo atinge 50% e o desemprego está acima de 30%.

Para criar condições mais favoráveis para o desenvolvimento econômico e social, o país precisaria de, segundo analistas da cena iemenita: estabilidade interna; consolidação das relações externas; controle populacional e expansão da educação para beneficiar toda a população, independentemente do sexo; criação de condições favoráveis para o investimento; e favorecimento, no curto prazo, da emigração de mão-de-obra.

Ainda no curto prazo, as prioridades recairiam, ao mesmo tempo, na estabilização, segurança e reforma do país e, por extensão, na criação de condições para o investimento estrangeiro. Com a estabilidade do país, aumentaria o potencial para que os países estrangeiros mantenham a assistência financeira ao país, essencial para o combate à pobreza.

Segundo dados do Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Iêmen é o décimo país com maior insegurança alimentar, problema que foi agravado com as inundações de 2008 e com o início da Primavera Árabe no país. Além de seus próprios problemas, o Iêmen tem que abrigar 160.000 somalis, refugiados da guerra civil que assola o país do Chifre da África.

Em 2010, o Iêmen concluiu acordo de reestruturação de sua dívida com o FMI, tendo recebido crédito de US$ 369,8 milhões a fim de apoiar programa de reforma econômica do país.. De acordo com o FMI, o Iêmen enfrenta toda uma série de dificuldades devido à sua grande dependência do petróleo, à pobreza e à falta de água, e o programa de reforma econômica em pauta visa a permitir um crescimento econômico sustentável e reduzir a pobreza no país. O centro do programa de ajuste está na reorientação da política fiscal baseada em déficits "insustentáveis" complementada por uma "reforma tributária que aumente a base de arrecadação". Posteriormente, segundo o Fundo, far-se-á necessária a formulação de uma agenda de ampla reforma estrutural no país.

Resumidamente, o foco do programa iemenita envolve: a) aceleração do crescimento de setores não ligados a hidrocarbonetos, enquanto se mantém a inflação estável; b) combinação de ajuste fiscal com remanejamento dos gastos públicos; c) viabilização de política tarifária impulsionadora de setores não ligados a hidrocarbonetos; d) manutenção de reservas internacionais adequadas; e) criação de clima mais atrativo a negócios no país.

ANEXOS

Cronologia Histórica	
1839	A Grã-Bretanha ocupa o porto de Áden.
1918	Com a derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, cessa o controle dos turcos sobre o restante do território iemenita. Surge o Reino Mutawakelita do Iêmen.
1937	Aden adquire o *status* de Colônia da Coroa Britânica.
1945	O Reino do Iêmen (que ocupa apenas parte do atual Iêmen) ingressa na Liga dos Estados Árabes.
1947	O Reino do Iêmen é admitido como membro da ONU.
1962	O último rei do Iêmen é derrubado e é proclamada a República Árabe do Iêmen, no território conhecido como Iêmen do Norte, fortemente influenciada pelo Egito de Gamal Abdel Nasser.
1967	Sublevação marxisto-nacionalista força os britânicos a abandonarem a colônia de Aden. Surge a República Popular Democrática do Iêmen, consolidada em 1969.
1979	Guerra entre o Iêmen do Norte e o Iêmen do Sul.
1982	Descoberta de petróleo no território iemenita.
1988	Começam as negociações para a unificação dos dois Iêmens.
1990	Unificação da República Árabe do Iêmen (Iêmen do Norte) e da República Popular Democrática do Iêmen (Iêmen do Sul): surge a atual República do Iêmen, sob o comando do presidente Ali Abdullah Saleh. O Iêmen se alinha diplomaticamente com o Iraque, durante a Primeira Guerra do Golfo (1990-91); em represália, outros países árabes aliados do Kuaite expulsam cidadãos iemenitas de seu território. Assim, mais de um milhão de iemenitas são forçados a deixar a Arábia Saudita e a voltar ao Iêmen.
1994	Forças militares do antigo Iêmen do Norte tentam reverter a unificação do país. Nova guerra civil, que termina com a manutenção da unidade nacional.
2000	Atentado perpetrado pela Al Qaeda contra o vaso-de-guerra norte-americano *Cole*, no porto de Aden.
2011	Os eventos da Primavera Árabe chegam ao Iêmen. O Presidente Ali Abdullah Saleh é vítima de atentado terrorista e se afasta da presidência por razões de convalescência. O Vice-Presidente Abd Hadi assume o poder transitoriamente. Os países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) propõem plano de transição política ao Governo Saleh.
2012	Saleh aceita o plano de transição do CCG e deixa a chefia de Estado após 32 anos no poder. O Vice-Presidente Abd Rabbu Mansour Hadi é eleito Presidente como candidato único com 99% dos votos, para mandato-tampão de 2 anos.

Cronologia das Relações Bilaterais	
1880	A corveta-encouraçada Vital de Oliveira, então navio-escola da Marinha brasileira, visita o porto de Aden, à época colônia britânica, em escala da primeira viagem de circunavegação da Marinha brasileira (14-19 de abril).
1890	O cruzador Almirante Barroso, então navio-escola da Marinha brasileira, visita o porto de Aden, à época colônia britânica, em escala de viagem de circunavegação (5-8 de março).
1984	Em Nova York, à margem de encontro da ONU, o Brasil estabelece relações diplomáticas com a República Árabe do Iêmen e com a República Popular Democrática do Iêmen (7 de maio).
1984	Pelo Decreto nº 89.912 de 4 de julho, fica criada a Embaixada do Brasil na República Árabe do Iêmen, cumulativa com a Arábia Saudita.
1990	Fusão das duas Repúblicas na República do Iêmen (22 de maio). A Embaixada do Brasil em Riade passa a acumular as funções de representação do Brasil na nova República do Iêmen.
1996	O Embaixador do Brasil na Arábia Saudita, Sérgio Thompson Flores, apresenta suas credenciais junto ao governo do Iêmen, como Embaixador não-residente.
1999	Abdalla Saleh Al-Ashtal, chefe da missão permanente da República do Iêmen na ONU, Embaixador não-residente do Iêmen no Brasil, visitou o Rio de Janeiro e Brasília (março).
2004	Ahmed Amin Mohamed Zaidan, Embaixador da República do Iêmen em Havana, apresenta ao Presidente Luis Inácio Lula da Silva suas cartas credencias como Embaixador não-residente no Brasil (setembro).
2004	Início das negociações para a assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre Brasil e Iêmen (novembro).
2005	Governo iemenita manifesta sua intenção de inaugurar Missão diplomática em Brasília (abril).
	Interrompidas as negociações do acordo Básico de Cooperação Técnica entre Brasil e Iêmen (novembro).
2006	O então Ministro iemenita da Água e do Meio Ambiente, Abdul Rahman Al-Eryani, participou da convenção sobre a diversidade Biológica em Curitiba (março).
2008	O Embaixador Sérgio Canaes apresentou suas cartas credenciais ao então Presidente Ali Abdullah Saleh, na qualidade de Embaixador não-residente em Sanaa, cumulativamente com Riade (14 de agosto).
2010	O Embaixador Ahmed Ali Kalaz aprcsentou suas cartas credenciais ao então Presidente Lula, na qualidade de Embaixador não-residente, cumulativamente com Havana.
2012	O Embaixador Fernando Marroni de Abreu, na qualidade de

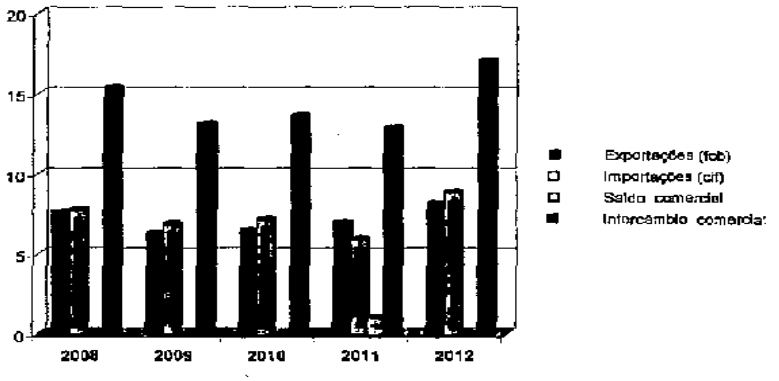
	diretor designado da Agência Brasileira de Cooperação, participa em Riade da III Reunião Ministerial do agrupamento "Amigos do Iêmen", em representação do Ministério das Relações Exteriores (23 de maio).
	O Ministro iemenita da Água e do Meio Ambiente, Abdou Razaz Saleh, chefia a delegação de seu país à Conferência Rio+20 (20-24 de junho), no Rio de Janeiro.
	O Brasil participa do encontro ministerial do grupo "Amigos do Iêmen", em Nova York, em 27 de setembro.
	A ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, a iemenita Tawakkol Karman, é recebida em audiência pela Presidenta Dilma Rousseff, em Brasília (7 de novembro).
2013	O Brasil participa de novo encontro ministerial do mecanismo "Amigos do Iêmen", em Londres (março).

IÊMEN: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012[1]
Exportações (fob)	7,58	6,26	6,44	6,95	8,12
Importações (cif)	7,77	6,84	7,17	5,91	8,86
Saldo comercial	-0,18	-0,58	-0,73	1,04	-0,74
Intercâmbio comercial	15,35	13,10	13,61	12,86	16,98

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, July 2013.

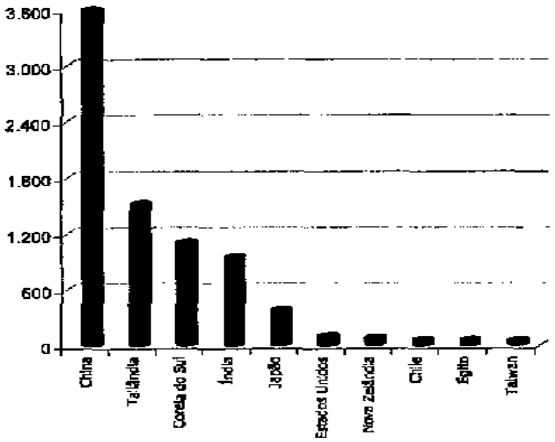
(1) O Iêmen não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



O comércio exterior do Iêmen apresentou, em 2012, variação de 11% em relação a 2008, de US$ 15,35 bilhões para US$ 16,98 bilhões. No ranking da UNCTAD de 2012, o Iêmen figurou como o 101º mercado mundial, sendo o 96º exportador e o 104º importador.

IÊMEN: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ milhões

Descrição	2012[1]	% no total
China	3.596	44,3%
Tailândia	1.514	18,7%
Coreia do Sul	1.102	13,6%
Índia	943	11,6%
Japão	376	4,6%
Estados Unidos	99	1,2%
Nova Zelândia	78	1,0%
Chile	55	0,7%
Egito	52	0,6%
Taiwan	45	0,6%
...		
Brasil	***0,44***	***0,0%***
Subtotal	**7.860**	**96,8%**
Outros países	**259**	**3,2%**
Total	**8.119**	**100,0%**

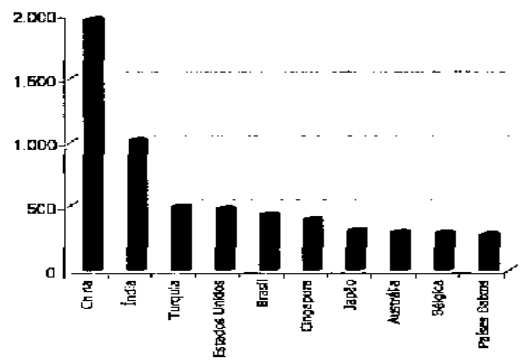


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, July 2013
(1) O Iêmen não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

As exportações do Iêmen são destinadas, em grande parte, aos vizinhos asiáticos, que responderam por 94,3% do total das vendas do país em 2012. Individualmente, a China foi o prinpal destino com 44,3%, seguida da Tailândia (18,7%); Coreia do Sul (13,6%); e Índia (11,6%). O Brasil foi o 31º mercado de destino das vendas do Iêmen.

IÊMEN: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US$ milhões

Descrição	2012[1]	% no total
China	1.951	22,0%
Índia	1.003	11,3%
Turquia	486	5,5%
Estados Unidos	469	5,3%
Brasil	***425,69***	***4,8%***
Cingapura	390	4,4%
Japão	299	3,4%
Austrália	289	3,3%
Bélgica	282	3,2%
Países Baixos	271	3,1%
Subtotal	**5.865**	**66,2%**
Outros países	**2.994**	**33,8%**
Total	**8.858**	**100,0%**



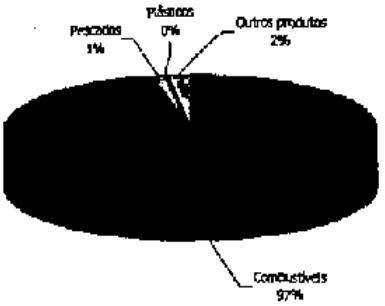
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, July 2013
(1) O Iêmen não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

A Ásia foi a principal fornecedora de bens ao Iêmen, representando 58,8%, seguida da União Europeia, com 17,2% do total das compras do país. Individualmente, a China foi a principal exportadora, com 22% do total. Seguiram-se Índia com 11,3%; Turquia (5,5%); e Estados Unidos (5,3%). O Brasil ocupou o quinto lugar entre os principais exportadores para o Iêmen e participou com 4,8% do total em 2012.

IÊMEN: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ milhões

Descrição	2012[1]	% no total
Combustíveis	7.839	96,6%
Pescados	96	1,2%
Plásticos	36	0,4%
Subtotal	**7.972**	**98,2%**
Outros produtos	**147**	**1,8%**
Total	**8.119**	**100,0%**

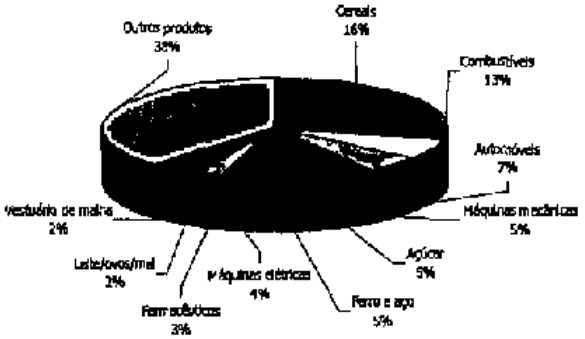


A pauta de exportações do Iêmen é concentrada em combustíveis (óleos brutos e refinados de petróleo e gases de petróleo) representando 96,6% do total das vendas do país.

IÊMEN: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

US$ milhões

Descrição	2012[1]	% no total
Cereais	1.382	15,6%
Combustíveis	1.126	12,7%
Automóveis	617	7,0%
Máquinas mecânicas	472	5,3%
Açúcar	465	5,2%
Ferro e aço	418	4,7%
Máquinas elétricas	398	4,5%
Farmacêuticos	228	2,6%
Leite/ovos/mel	201	2,3%
Vestuário de malha	201	2,3%
Subtotal	**5.508**	**62,2%**
Outros produtos	**3.350**	**37,8%**
Total	**8.858**	**100,0%**



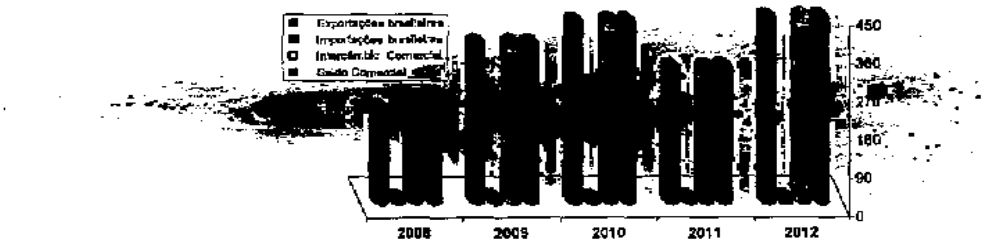
Cereais (trigo, arroz e milho), combustíveis (óleo de petróleo refinado) e automóveis foram os principais produtos importados pelo Iêmen em 2012, representando mais de 1/3 das compras do país (35,5%). Seguiram-se máquinas mecânicas (5,3%); e açúcar (5,2%).

BRASIL-IÊMEN: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-jun)	2013 (jan-jun)
Exportações brasileiras	**215**	**366**	**416**	**308**	**426**	**221**	**208**
Variação em relação ao ano anterior	32,4%	70,5%	13,8%	-26,1%	38,4%	62,9%	-5,6%
Importações brasileiras	**0,77**	**0,00**	**0,00**	**0,01**	**0,44**	**0,00**	**0,01**
Variação em relação ao ano anterior	(+)	-99,8%	34,0%	596,7%	(+)	-97,5%	(+)
Intercâmbio Comercial	**216**	**367**	**416**	**307**	**427**	**221**	**208**
Variação em relação ao ano anterior	33,1%	69,9%	13,6%	-26,2%	38,8%	62,9%	-5,6%
Saldo Comercial	**214**	**366**	**416**	**308**	**425**	**221**	**208**

Elaborado pelo MDIC/SECEX/DEIC Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

O Iêmen foi o 73º parceiro comercial brasileiro em 2012, participando com 0,09% do total. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 97,7%, de US$ 216 milhões para US$ 427 milhões. As exportações cresceram 98,3% e as importações reduziram-se em 42,5%. No período analisado, o saldo da balança comercial brasileira foi superavitária, tendo alcançado, em 2012, total de US$ 425 milhões.



BRASIL-IÊMEN : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ milhões, fob - 2012

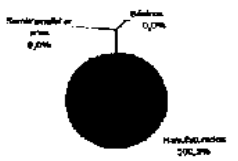
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	116,0	27,2%
Semimanufaturados	0,1	0,0%
Manufaturados	309,7	72,7%
Transações especiais	0,0	0,0%
Total	**425,7**	**100,0%**



As exportações brasileiras para o Iêmen são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 72,7% do total em 2012, com destaque para açúcar refinado. Seguiram-se os básicos, com 27,2%, com destaque para carnes de frango.

Elaborado pelo MDIC/SECEX/DEIC Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	0,00	0,0%
Semimanufaturados	0,00	0,0%
Manufaturados	0,44	100,0%
Total	**0,44**	**100,0%**



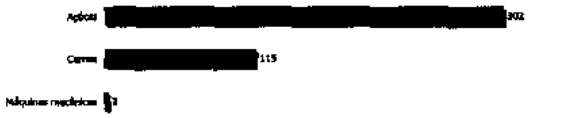
A pauta importadora foi composta integralmente por bens manufaturados. Unidades de discos magnéticos foram os principais produtos importados pelo Brasil em 2012.

Elaborado pelo MDIC/SECEX/DEIC Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC

BRASIL-IÊMEN: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Açúcar	299	168	302	71,0%
Carnes	95	89	115	26,9%
Máquinas mecânicas	1	0	2	0,5%
Subtotal	**395**	**257**	**419**	**98,4%**
Outros produtos	**21**	**51**	**7**	**1,6%**
Total	**416**	**308**	**426**	**100,0%**

Exportações brasileiras para o Iêmen, 2012



Elaborado pelo MIC/SECEX/DEIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX (Via Internet)

Açúcar, principalmente açúcar refinado, foi o principal produto brasileiro exportado para o Iêmen em 2012, representando 70% da pauta. Seguiram-se carnes de frango (27% do total).

BRASIL-IÊMEN: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Máquinas mecânicas	0	9	393	88,8%
Máquinas elétricas	0	2	49	11,0%
Materias albuminóides	0	0	1	0,2%
Subtotal	**1**	**11**	**443**	**99,9%**
Outros produtos	**1**	**3**	**0**	**0,1%**
Total	**2**	**14**	**443**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias do Iêmen, 2012



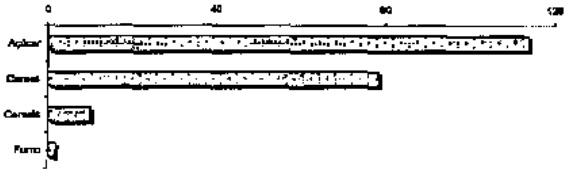
Elaborado pelo MIC/SECEX/DEIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX (Via Internet)

A pauta de importação brasileira originária do Iêmen é composta por bens com alto valor agregado. As máquinas mecânicas, especificamente unidades de discos magnéticos e partes e acessórios para máquinas automáticas de processamento de dados, representaram 88,8% do total das compras brasileiras em 2012. Outros aparelhos para telefonia e telegrafia e discos para reprodução de fenômenos de som e imagem representaram 11% do total.

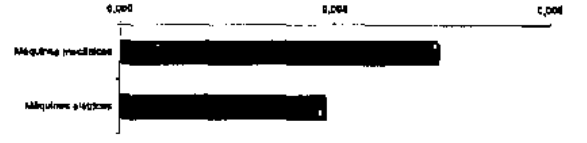
BRASIL-IÊMEN: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2012(jan-jun) Valor	2012(jan-jun) % no total	2013(jan-jun) Valor	2013(jan-jun) % no total
Exportações				
Açúcar	157	71,0%	114	54,6%
Carnes	60,6	27,4%	78	37,7%
Cereais	0	0,0%	10	4,9%
Fumo	0	0,0%	2	0,9%
Subtotal	**217**	**98,5%**	**204**	**98,0%**
Outros produtos	**3**	**1,5%**	**4**	**2,0%**
Total	**221**	**100,0%**	**208**	**100,0%**
Importações				
Máquinas mecânicas	0,000	0,0%	0,006	59,9%
Máquinas elétricas	0,000	0,0%	0,004	38,8%
Subtotal	**0,000**	**0,0%**	**0,010**	**98,7%**
Outros produtos	**0,000**	**100,0%**	**0,000**	**1,3%**
Total	**0,000**	**100,0%**	**0,010**	**100,0%**

Exportações bras. para o Iêmen em 2013 (jan-jun)



Importações bras. originárias do Iêmen em 2013 (jan-jun)



Elaborado pelo MIC/SECEX/DEIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX (Via Internet)

Aviso nº 605 - C. Civil.

Em 14 de agosto de 2013.

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 80, DE 2013
(Nº 342/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Romênia.

Os méritos do Senhor Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de agosto de 2013.

EM nº 00298/2013 MRE

Brasília, 7 de Agosto de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Romênia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00298 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 7 de agosto de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à

apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Romênia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS*
CPF.: 143.658.041-20
ID.: 6374 MRE

1954	Filho de Eduardo Schimmelpfeng de Seixas e Nadir Borges Ibiapina de Seixas, nasce em 21 de junho, em São Roque/SP
Dados Acadêmicos:	
1978	Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB)/DF
1981	CAD - IRBR
1992	CAE - IRBR, A Vertente de Comércio da Iniciativa para as Américas: Reflexões sobre sua Repercussão para o Brasil
Cargos:	
1976	Terceiro-Secretário
1979	Segundo-Secretário
1982	Primeiro-Secretário, por merecimento
1987	Conselheiro, por merecimento
1994	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2000	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1976	Divisão de Transmissões Internacionais, assistente
1979	Missão junto à CEE, Bruxelas ,Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
1983	Embaixada em Montevidéu, Primeiro-Secretário
1983	Reunião da Comissão de Especialistas de Alto Nível (CEGAN) da CEPAL, Montevidéu, Chefe de delegação
1983	Reunião de Especialistas em Conservação de Solo dos Países da Bacia do Prata, Montevidéu, Chefe de delegação
1986	Presidência da República, Cerimonial, Chefe-Adjunto
1990	Embaixada em Washington, Conselheiro
1990	V Sessão do Comitê sobre Resíduos de Medicamentos em Alimentos da Comissão do Codex Alimentarius da FAO, Washington, Chefe de delegação
1990	VII Sessão do Comitê sobre Cereais, Legumes e Leguminosas da Comissão do Codex Alimentarius da FAO, Washington, Chefe de delegação
1991	Reunião do Comitê Permanente do Conselho Consultivo Internacional do Algodão, Washington, Chefe de delegação
1992	Reunião de Consulta Brasil-Estados Unidos no âmbito do Acordo sobre Comércio Siderúrgico, Washington, Chefe de delegação
1993	Divisão de Comunicações, Chefe substituto e Chefe

1995	Presidência da República, Coordenadoria de Apoio e Cerimonial, Coordenador-Adjunto
1995	Consulado-Geral em Paris, Cônsul-Geral
2000	Consulado-Geral em Toronto, Cônsul-Geral
2006	Embaixada em Beirute, Embaixador
2009	Consulado-Geral em Madri, Cônsul-Geral
2011	Senado Federal, Diretor da Secretaria de Relações Internacionais da Presidência

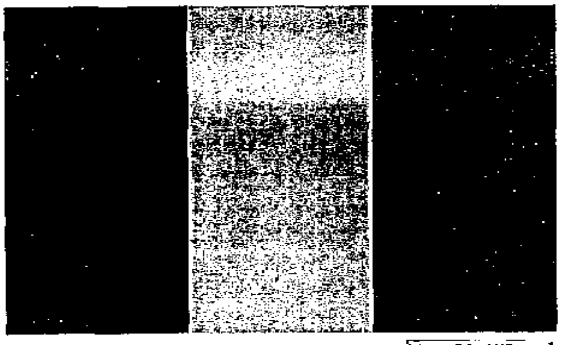
Condecorações:

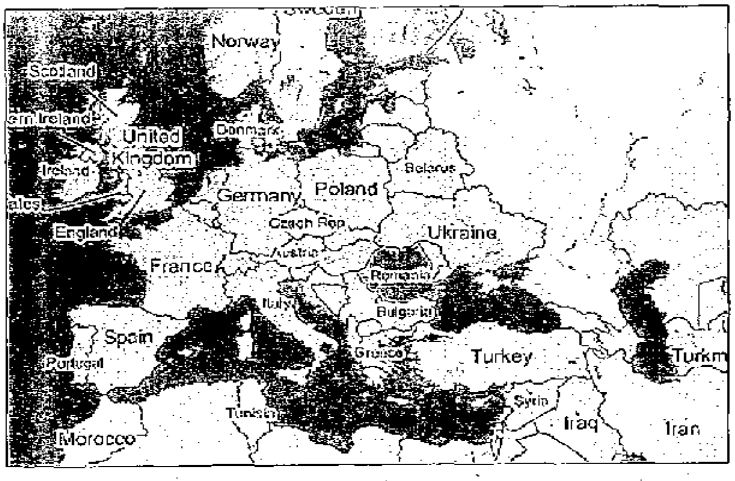
1987	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
1987	Orden Mexicana del Aguila Azteca, México, Insignia
1987	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
1988	Medalha do Pacificador, Brasil
1989	Ordem do Mérito Forças Armadas, Brasil, Oficial
1989	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
1995	Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Grande Oficial
1995	Ordine Al Merito della Repubblica Italiana, Itália, Grande Oficial
2007	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

ANA PAULA SIMÕES SILVA
Diretora, substituta, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ROMÊNIA







Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Agosto de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Romênia
CAPITAL:	Bucareste
ÁREA:	238.391 km²
POPULAÇÃO:	22.246.862
IDIOMA OFICIAL:	Romeno
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristão-ortodoxa (86,5%), romano-católica (4,6%), outras (8,9%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral (Senado e Câmara dos Deputados)
CHEFE DE ESTADO:	Traian Băsescu (desde 2004)
CHEFE DE GOVERNO:	Victor Ponta (desde maio de 2012)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Titus Corlăţean (desde agosto de 2012)
PIB NOMINAL (2012):	US$ 169.396 bilhões
PIB PPP (2012):	US$ 352.270 bilhões
PIB NOMINAL *PER CAPITA* (2012):	US$ 7.943
PIB PPP *PER CAPITA* (2012)	US$ 16.518
IDH (2013 – PNUD):	0,786 (55ª posição entre 185 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2013 – PNUD):	74,2
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2010 – PNUD):	97,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2013):	7,5%
UNIDADE MONETÁRIA:	Leu
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA:	Diana Anca Radu
COMUNIDADE BRASILEIRA NA ROMÊNIA:	188 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US$ milhões, FOB) – *Fonte: MDIC*

Brasil-Romênia	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (jan-jun)
Intercâmbio	323,8	316,9	372,2	366,0	518,3	339,1	465,5	684,7	639,6	410,4
Exportações	314,0	300,7	341,6	316,8	391,5	263,2	342,3	474,5	338,1	240,7
Importações	9,8	16,2	30,6	49,2	126,8	75,9	123,2	210,2	301,5	169,7
Saldo	304,2	284,5	311,0	267,6	264,7	187,2	219,1	264,2	36,5	71

PERFIS BIOGRÁFICOS

CHEFE DE ESTADO
PRESIDENTE TRAIAN BĂSESCU

Nasceu em 1951 em Basarabi, Departamento de Constanta. É casado e tem duas filhas. Uma delas, Elena Băsescu, é membro do Parlamento Europeu.

Formou-se na Marinha, setor no qual atuou por longo período. Foi Ministro dos Transportes, Deputado, Prefeito de Bucareste e, desde 2004, é Presidente da República - com um breve período de afastamento em 2012, quando seu mandato foi suspenso pelo Parlamento e, posteriormente, renovado.

CHEFE DE GOVERNO
PRIMEIRO-MINISTRO VICTOR PONTA

Nascido em 1972, o jurista Victor Ponta tornou-se membro do Parlamento em 2004. É doutor em direito penal e, antes de entrar na política, atuou como promotor de justiça, tendo trabalhado, entre 1998 e 2001, na Suprema Corte romena.

É presidente do Partido Social Democrata desde 2010 e Primeiro-Ministro da Romênia desde maio de 2012.

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
TITUS CORLĂȚEAN

Titus Corlăţean nasceu em Medgidia, a 11 de janeiro de 1968. É casado e tem uma filha. Fala fluentemente inglês e francês. Bacharel e Doutor em Direito pela Universidade de Bucareste, publicou livros e artigos, especialmente sobre o tema da proteção internacional dos direitos humanos.

Em 1994, iniciou carreira como diplomata. Em 2001, tornou-se Assessor Internacional do Primeiro-Ministro Adrian Năstase, cargo que ocupou por dois anos.

Desde 2002, ocupa cargos relevantes no Partido Social Democrata (PSD), legenda do ex-Primeiro-Ministro Năstase – o qual está atualmente preso, acusado de corrupção – e do atual Primeiro-Ministro, Victor Ponta.

Em 2004, elegeu-se membro do Parlamento romeno, onde permaneceu até 2007, quando foi eleito Membro do Parlamento Europeu. Em 2008, elegeu-se Senador, cargo que ocupou até maio de 2012, quando foi nomeado Ministro da Justiça.

Em 6 de agosto último, assumiu a chefia do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Romênia estabeleceram relações diplomáticas em 1928, e no mesmo ano a Romênia inaugurou sua Missão Diplomática no Rio de Janeiro – a primeira daquele país na América Latina. O Brasil estabeleceu Missão residente em Bucareste em 1929. Fechada em 1939, a Missão brasileira foi reaberta em 1961, no âmbito da Política Externa Independente.

O relacionamento político manteve-se distante durante a vigência do comunismo na Romênia. A despeito disso, em 1975, durante a fase do Pragmatismo Responsável do Presidente Geisel, o então Presidente Nicolae Ceaușescu visitou o Brasil. Após a democratização do país, Bucareste concentrou suas energias na adesão às estruturas euro-atlânticas. Ainda assim, registraram-se duas visitas de Chefes de Estado romenos ao Brasil: Ion Iliescu (1992) e Emil Constantinescu (2000). Também estiveram no Brasil os Primeiros-Ministros Petre Roman (1991) e Nicolae Văcăroiu (1994).

O Vice-Presidente José Alencar visitou oficialmente a Romênia em 2004, e o então Chanceler Celso Amorim esteve em Bucareste em 2010.

Durante encontro com o Chanceler romeno, em Santiago, à margem da Cúpula Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) – União Europeia (UE), em janeiro de 2013, o Ministro Antonio Patriota convidou o Chanceler Titus Corlăţean para visitar o Brasil neste ano. A visita está marcada para o próximo dia 20 de novembro.

Por força da adesão da Romênia à União Europeia, o Governo romeno denunciou, em 2006, o Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Brasil e a Romênia, que havia sido firmado em 1994 e vigorava desde julho de 1995. Para substituí-lo, a Romênia propôs novo Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica, que foi assinado em 28 de maio de 2010, no Rio de Janeiro, pelos Chanceleres Celso Amorim e Teodor Baconschi, por ocasião do III Fórum da Aliança das Civilizações.

O Acordo foi ratificado pelo lado romeno em 12 de outubro de 2011. No Brasil, a Casa Civil submeteu o texto ao Congresso, onde se encontra no momento.

Registre-se, por fim, que a Chancelaria romena indicou que o Ministro da Economia, Varujan Vosganian, manifestou interesse em vir ao Brasil – acompanhado de delegação empresarial – com vistas a copresidir reunião da Comissão Mista que viria a ser criada após a aprovação do Acordo.

Há, desde junho de 2013, Grupo de Amizade com o Brasil no Parlamento romeno. Ilustrando a importância dada às relações com o Brasil, o Grupo é presidido por Liviu Dragnea, Deputado, Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Desenvolvimento Regional e da Administração Pública. Liviu Dragnea é também Presidente Executivo do Partido Social-Democrata (PSD), o maior integrante do governo, sendo o número dois

naquele partido, após o Primeiro-Ministro Victor Ponta, que é também o Presidente do PSD.

O Vice-Presidente do Grupo de Amizade com o Brasil é Eugen Tapu Nazare, Senador por parte do Partido Nacional Liberal (PNL), o segundo maior integrante da coalizão governamental. Eugen Nazare foi Secretário de Estado no Ministério da Economia, encarregado de políticas industriais, no Governo de Călin Popescu-Tariceănu (2005-2008).

Assuntos Consulares

A comunidade brasileira na Romênia limita-se a 188 nacionais, a grande maioria em Bucareste e região. Não há consulados honorários no país.

Empréstimos Oficiais

Não há registro de empréstimos recebidos da Romênia ou concedidos àquele país.

POLÍTICA INTERNA

Em 27 de maio de 2012, o governo de centro-direita do Primeiro-Ministro Mihai Ungureanu foi demitido pelo Parlamento, por moção de censura, após apenas 78 dias de sua posse. O governo anterior, de Emil Boc – Presidente do Partido Democrata Liberal (PDL), legenda do Presidente Traian Băsescu –, demitira-se após semanas de protestos populares liderados pela oposição.

Após a queda do Governo Ungureanu, o Presidente da República Băsescu aceitou a nomeação para a Chefia de Governo de Victor Ponta, Presidente da principal agremiação oposicionista, o Partido Social Democrata (PSD). O Gabinete de Victor Ponta foi confirmado pelo Parlamento em 7 de maio de 2012.

Ao assumir a Chefia de Governo, Victor Ponta pôs em marcha um processo célere de reforma das estruturas políticas romenas. O primeiro passo consistiu na destituição, em 3 de julho, dos Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, ambos fiéis correligionários do Presidente da República Băsescu.

Em seguida, ao afastar o Advogado do Povo – única figura pública do país com poder de censura dos atos do Governo perante a Corte Constitucional –, o Governo alterou significativamente as funções daquela Corte, de modo a impedi-la de apresentar qualquer obstáculo às decisões do Legislativo. O afastamento do Advogado do Povo engendrou fortes críticas ao Governo.

Na noite de 6 de julho de 2012, o Parlamento romeno decidiu pela suspensão do Presidente Băsescu, sob acusação de violar a Constituição. Agendou para o dia 29 de julho referendo popular sobre a destituição ou permanência de Băsescu no cargo.

Ainda que 87,5% dos votos tenham sido favoráveis a destituição de Băsescu, apenas 46,24% dos eleitores registrados compareceram às urnas, quórum inferior ao estabelecido constitucionalmente para que o referendo fosse válido. Em 28 de agosto de 2012, o Presidente da República Băsescu retornou ao cargo.

Após a realização de eleições parlamentares, em 10 de dezembro de 2012, vencidas pela coalizão governamental com ampla maioria, o Presidente da República Băsescu reconfirmou Victor Ponta no cargo de Primeiro-Ministro. O gesto foi interpretado pelas Chancelarias ocidentais como tentativa de normalização das relações entre o Chefe de Estado e o Governo de Victor Ponta.

O parlamento romeno é constituído por duas casas, a Câmara dos Deputados e o Senado. Em 2009, um referendo teve como resultado a aprovação da proposta de que o Legislativo se tornasse unicameral, com 300 membros. Tal alteração, entretanto, ainda depende da aprovação de emenda constitucional.

Atualmente, o Parlamento romeno é composto por 176 senadores e 412 deputados eleitos por sistema misto para mandatos de quatro anos.

POLÍTICA EXTERNA

Desde o fim do regime comunista, a Romênia persegue cinco prioridades básicas em sua política exterior: (1) a integração completa do país à União Europeia (especialmente por meio da inclusão do país no Espaço Schengen de livre circulação de pessoas); (2) postura ativa na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); (3) parceria estratégica com os Estados Unidos; (4) manutenção das relações tradicionais com os vizinhos; (5) apoio à integração europeia da República Moldova.

Nos últimos anos, o Governo romeno vem buscando desenvolver novas parcerias estratégicas e econômicas. De acordo com o Primeiro-Ministro Victor Ponta, o Governo de Bucareste visa a estreitar laços com "novas forças econômicas mundiais, como: Rússia, China, Índia e Brasil".

A Romênia persegue três prioridades no âmbito da União Europeia (UE): a entrada do país no Espaço Schengen; a redução das disparidades de desenvolvimento entre o país e a Europa Ocidental; e a ampliação da UE.

Ainda que tenha aderido à UE em 1º de janeiro de 2007, o país – juntamente com a Bulgária – não foi aceito imediatamente no Espaço. A adesão romena tem sido condicionada a progressos na reforma do Judiciário e no combate à corrupção.

No contexto da crise política romena, a UE externou severas críticas ao Governo Ponta e sinalizou que haverá atraso na admissão da Romênia no Espaço de Schengen.

Em 5 de março de 2013, o Ministro do Interior da Alemanha, Hans-Peter Friedrich, anunciou que, caso necessário, a Alemanha usará de seu poder de veto para não permitir a admissão da Bulgária e da Romênia no Espaço Schengen.

Paralelamente às tratativas em curso com a UE, o país busca eliminar, bilateralmente, as restrições impostas à mobilidade de seus trabalhadores. Atualmente, oito Estados membros da UE não permitem a livre circulação de nacionais romenos (Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Reino Unido). A França anunciou recentemente que pretende liberalizar seu mercado de trabalho para os romenos.

A redução das disparidades no seio da União Europeia é outra prioridade para a Romênia. No contexto das negociações da UE para o orçamento de 2014-2020, Bucareste tenta obter fundos significativos no âmbito da Política Agrícola Comum e da Política de Coesão, com vistas a reduzir as disparidades de desenvolvimento entre a Romênia e a Europa Ocidental. Paralelamente, Bucareste defende a consolidação da União Econômica e Monetária, de modo a permitir a adoção do euro pela Romênia e pelos outros Estados que ainda não o fizeram.

A Romênia é árdua defensora da ampliação da UE. Apoiou o ingresso da Croácia e continua a defender a adesão da Sérvia (agora candidata oficial, com negociações marcadas para janeiro de 2014), bem como dos outros países dos Bálcãs ocidentais e da República da Moldova.

Desde a derrocada do comunismo, a Romênia tem buscado estreitar relações com os Estados Unidos e com a OTAN (aliança que integra desde 2004). Ocupando assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU no biênio 1990-1991, o país apoiou as forças lideradas pelos EUA durante a primeira Guerra do Golfo. Desde então, sempre buscou participar de esforços multilaterais de paz. O país tem sido ativo em operações de paz no Afeganistão, em Angola, na Bósnia e Herzegovina e no Kossovo. A Romênia também ofereceu apoio logístico para as operações militares no Iraque, em 2003, e, após a cessação das hostilidades organizadas, tem participado de atividades de reconstrução do país.

Entre 20 e 21 de maio de 2012, realizou-se a Cúpula da OTAN em Chicago, ocasião na qual se discutiu o projeto de instalação de sistema de defesa antimíssil na Romênia. Para o Governo do país, a instalação, até 2015, de sistemas de defesa antibalísticos na Base Aérea de Deveselu, na região central da Romênia, representa a concretização da parceria estratégica com os Estados Unidos, eixo fundamental da política de segurança do país.

Bucareste defende a negociação pacífica como saída para os conflitos separatistas ainda hoje existentes na Europa Oriental e no Cáucaso, e não reconhece a independência do Kossovo (província separatista, de maioria albanesa, ao sul da

Sérvia), da Abcásia e da Ossétia do Sul (regiões separatistas da Geórgia) e da Transnístria (estreita faixa de terra do leste da República Moldova, entre o rio Dniester e a fronteira com a Ucrânia, povoada majoritariamente por russos e ucranianos).

Segundo o Chanceler Titus Corlăţean, a solução dos "conflitos congelados" (Kossovo, Transnístria, Ossétia do Sul, Abcásia, Nagorno-Karabakh) representa "tema prioritário" para a Romênia.

A Romênia é um dos cinco países da União Europeia que não reconheceram o Kossovo (ao lado de Chipre, Eslováquia, Grécia e Espanha). Oficialmente, Bucareste invoca os princípios da soberania e da integridade territorial da Sérvia, país vizinho com o qual mantém relações tradicionais.

A consolidação da parceria especial mantida com a República Moldova continua a ser um objetivo primordial da diplomacia romena. Como se sabe, os romenos e os moldavos compartilham a mesma língua e traços culturais, de modo que, não raro, grupos políticos de ambos os países discutem ideias de unificação.

Nos próximos anos, Bucareste deverá continuar promovendo a aproximação da República Moldova com a União Europeia, na perspectiva de uma futura adesão. No plano bilateral, serão mantidos os projetos de interconexão energética e de transporte.

Ademais, a resolução do conflito de Transnístria, com "a obediência da integridade territorial e da soberania da República da Moldova", continua a ser uma prioridade para a diplomacia romena.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Nos dois anos de crise (2009 e 2010), a Romênia perdeu grande parte do avanço econômico registrado em 2007 e 2008. Em 2009, o PIB romeno decresceu 7,1%. A economia só voltou a crescer em 2011 (2,45%) e o crescimento em 2012 foi de tímidos 0,7%. Em 2013, a Romênia apresenta crescimento de 1,9%, maior do que o previsto no início do ano (1,5%)

A Romênia assinou, em 2009, acordo de empréstimo por dois anos, no valor de 20 bilhões de euros, com o FMI, o Banco Mundial e a Comissão Europeia. Em 2011 e 2013, Bucareste assinou novos acordos com o FMI e outras instituições internacionais.

Os indicadores fiscais e comerciais apresentaram progresso durante 2012. A arrecadação cresceu em grande medida devido ao combate à evasão fiscal pelas autoridades governamentais. O déficit comercial, que era de 11% do PIB antes da crise do euro, soma apenas 4%.

A Romênia, por outro lado, tem desafios a enfrentar, como sua alta necessidade de financiamento externo – superior a suas receitas em divisas – e a inflação.

No que se refere ao comércio exterior, verifica-se grande dependência da Romênia em relação aos parceiros da União Europeia, o que se reflete nas finanças internas do país, sobretudo neste momento de crise econômica.

A pauta de exportações da Romênia é composta em sua maioria por produtos manufaturados. Em 2012, as máquinas elétricas e mecânicas, bem como os automóveis representaram 38,1% das vendas do país. Máquinas, combustíveis e automóveis foram os principais grupos de produtos importados pela Romênia. Em 2012 esses itens somaram 46% do total, seguidos de plásticos (5%); e ferro e aço (4%).

Em 2012, o comércio com o Brasil seguiu a tendência de reequilíbrio dos últimos anos, ou seja, de redução do déficit que a Romênia registra tradicionalmente em relação ao Brasil. Entretanto, o ano de 2012 mostrou uma tendência diferente à registrada nos últimos anos, ou seja, a redução do déficit romeno não se realizou apenas devido a uma taxa menor de aumento das exportações brasileiras, em comparação com a taxa de aumento das exportações romenas, mas pelo aumento das exportações romenas (em 43%) e a redução das exportações brasileiras (em 29%). A corrente do comércio, de 639,7 milhões de dólares, foi levemente inferior ao registrado em 2011, tendo caído em 6,5%.

As exportações brasileiras para a Romênia registraram, em 2012, contração de 29%, quando comparadas com o ano anterior (após aumentos anuais de 38% em 2011 e 30% em 2010), e alcançaram 338 milhões de dólares (versus 475 milhões de dólares em 2011).

A maior queda como valor (não como quantidade) foi registrada pelas exportações de minério de ferro: 56 milhões de dólares em 2012, versus 85 milhões de dólares em 2011, devido à evolução não favorável dos preços no mercado internacional, já que as quantidades importadas foram quase as mesmas: 656 mil toneladas em 2012 contra 671 mil toneladas em 2011. Foram também registradas quedas nas exportações de bagaços de soja (147 milhões de dólares em 2012, contra 174 milhões de dólares em 2011), soja em grãos (zero contra 8 milhões de dólares em 2011, devido às restrições europeias à importação de soja modificada geneticamente), fumo (30 milhões contra 39 milhões) e café não torrado (5 milhões contra 9 milhões).

Por outro lado, o maior crescimento das exportações brasileiras foi registrado pelas exportações de "outros açúcares de cana": de zero tonelada em 2011, foram importadas 110.873 toneladas em 2012, no valor total de 52,1 milhões de dólares.

As importações foram de 302 milhões de dólares, ou seja, registraram aumento de 43% em comparação com 2011 (após aumentos de 71% em 2011 e 62% em 2010), quando foram de 210 milhões de dólares. Praticamente todo o aumento de 92 milhões de dólares das importações se deveu às exportações romenas de peças para automóveis, para a construção de vários modelos da Renault/Dacia no Brasil.

Os setores de energias alternativas, como a eólica, a solar e geotérmica são dos mais promissores para futuros investimentos na Romênia. Há significativo potencial de geração de energia, em especial hídrica e eólica, não aproveitado, ou subaproveitado

– sobretudo na região do Danúbio romeno, onde se encontra o maior potencial eólico de toda a Europa. Muitas oportunidades podem surgir na construção ou na modernização de centrais hidrelétricas, bem como na reciclagem de resíduos sólidos, área na qual o país encontra-se relativamente atrasado.

A EMBRAER tem estado atenta à possibilidade de investimentos na empresa aérea TAROM, e enviou proposta para o fornecimento de aviões à companhia. A resposta ainda depende de avaliações no Ministério dos Transportes romeno.

No que se refere à construção civil, cabe citar o projeto de construção de canal ligando Bucareste ao Danúbio (60 km de distância), o que transformaria a capital romena em importante porto. Também há possibilidade de construção de novas pontes que liguem o território romeno à Bulgária e à Sérvia.

Outro setor de boas perspectivas de retorno é o agronegócio. A Romênia já foi importante produtor de grãos e possui solos férteis em grandes extensões do território. Países árabes têm adquirido terras no país e consideram a região como estratégica para sua segurança alimentar.

O setor de equipamentos médicos é citado por muitas consultorias internacionais como promissor, pois o sistema de saúde romeno é deficiente e carente de máquinas e equipamentos. À medida que o país aprofunda sua integração à União Europeia, grandes investimentos serão necessários não apenas em equipamentos, mas também em serviços médicos e planos de saúde.

Como setor de boas oportunidades no futuro tem-se, ainda, a fabricação de máquinas-ferramentas e bens de capital. A Romênia abriga indústrias diversas e de considerável tamanho, como a Renault/Dacia, que exporta partes automotivas para o Brasil. É perceptível, contudo, a carência de bens de capital, peças de reposição para grandes equipamentos, tornos mecânicos, ferramentas para conserto de grandes máquinas, entre outros equipamentos.

A área militar também pode ser atrativa para parcerias. Desde 2003, a indústria de defesa romena tem passado por transformações significativas. Além do excelente nível dos quadros de engenharia (muitos já contratados pela canadense Bombardier), as fábricas romenas são bastante flexíveis quanto à possibilidade de alternar produção entre fins militares e civis, o que implica em maior probabilidade de manutenção do nível de utilização da capacidade instalada.

Quanto a possibilidades de investimentos brasileiros na Romênia, importa registrar a existência de fontes de financiamento representadas por diversos fundos europeus, ainda pouco utilizados, como os fundos estruturais e de coesão, bem como o fundo de solidariedade da UE.

A Romênia também tem interesse em investir no Brasil. Recentemente, o presidente da empresa de vagões, bondes e trens em geral Astra Vagoane, Valer Bilder, manifestou interesse em abrir fábrica no Rio de Janeiro.

Estão instaladas na Romênia as seguintes empresas brasileiras:

- Café Amigo (Alimentação);

- Madem (Produção de bobinas em madeira);
- Stefanini (Tecnologia da informação).

CRONOLOGIA HISTÓRICA
1859 - Nascimento da Romênia Moderna, com a união entre os principados da Moldávia e da Valáquia.
1916-18 - Romênia luta ao lado dos Aliados na Primeira Guerra Mundial. Com o Tratado de Paz, adquiriu vários territórios com população de origem romena, dobrando seu tamanho e população.
1938 - O Rei Carol II estabelece uma ditadura.
1940 - A Romênia cede território para a Hungria e União Soviética após a assinatura do pacto alemão-soviético. O General Ion Antonescu força o Rei Carol a abdicar e assume o poder.
1941 - Romênia luta, com os alemães, contra a União Soviética.
1944 - Antonescu é expulso do governo. A Romênia muda de lado na Segunda Grande Guerra e se une às forças Soviéticas.
1945 - Governo apoiado pelos soviéticos é instalado.
1947 - A Romênia recupera a Transilvânia no âmbito do Tratado de Paz, mas perde o território à União Soviética. O Rei Michael abdica e a República Popular Romena é proclamada.
1952 - O líder do Partido Gheorghe Gheorghiu-Dej torna-se Primeiro-Ministro.
1955 - A Romênia adere ao Pacto de Varsóvia.
1965 - Nicolau Ceauşescu torna-se líder do Partido Comunista após a morte de Gheorghe Gheorghiu-Dej. Prossegue com uma política externa que busca maior independência em relação a Moscou.
1975 - Os Estados Unidos concedem, à Romênia, status de nação mais favorecida.
1985-1986 - Programa de austeridade leva a escassez de alimentos e cortes de energia generalizada.
Dezembro de 1989 - Ceauşescu e sua mulher, Elena, tentam fugir, mas são capturados e, em seguida, executados no dia de Natal.
1990 - Eleições confirmam Iliescu como Chefe de Governo. Novo Governo do Primeiro Ministro Petre Roman inicia um grande programa de reformas.
2004 - A Romênia é admitida na OTAN.
2007 - A Romênia e a Bulgária aderem à União Europeia.
2008 - A Romênia acolhe reunião de cúpula de líderes da OTAN.
2009 - O Fundo Monetário Internacional e outros credores concordam em conceder à Romênia um pacote de resgate no valor de 20 bilhões de euros.
2009 - O atual Presidente Traian Băsescu é declarado vencedor das eleições

presidenciais, por maioria muito estreita.
Julho de 2012 – O Parlamento romeno, liderado pelo Primeiro-Ministro Victor Ponta, afasta o Presidente Băsescu. Após reação da comunidade internacional, o Presidente é restituído.
Dezembro de 2012 – Eleições resultam em vitória da coalizão governamental e Băsescu confirma Ponta como Primeiro-Ministro, em gesto interpretado como tentativa de conciliação.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS
1928 – Estabelecimento de Relações Diplomáticas. Criação, no Brasil, da primeira Missão da Romênia na América Latina;
1929 – Abertura de Missão do Brasil em Bucareste;
1942 – Ruptura das relações diplomáticas (2ª Guerra Mundial);
1961 – Restabelecimento das relações diplomáticas; reabertura de Missão do Brasil em Bucareste;
1974 – Elevação do nível das relações bilaterais, com a abertura de Embaixadas em ambos os países;
1975 – Visita ao Brasil do Secretário-Geral do Partido Comunista Romeno e Presidente da Romênia, Nicolae Ceauşescu;
1991 – Assinatura de Acordo para a isenção mútua de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço;
1991 – Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Petre Roman;
1992 – Participação do Presidente da Romênia, Ion Iliescu, na Conferência ECO 92, no Rio de Janeiro;
1992 – Assinatura de Acordo Cultural;
1993 – Visita ao Brasil do Presidente do Senado da Romênia, Adrian Năstase;
1994 – Visita à Romênia de delegação parlamentar brasileira;
1994 – Assinatura de Acordo de Comércio e Cooperação Econômica;
1994 – Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Nicolae Văcăroiu;
1996 – Visita de delegação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), chefiada pelo senhor Maurice Costin;
1999 – Assinatura de Acordo para cooperação no combate à produção e tráfico ilícito de drogas e psicotrópicos;
1999 – Realização, em Bucareste, de Comissão Mista Brasil-Romênia;
1999 – Abertura, em Bucareste, da Fundação Cultural Brasil-Romênia e da Biblioteca "Antonio Olinto";
2000 – Visita ao Brasil do Presidente Emil Constantinescu; assinatura dos acordos fito-zoossanitário e sobre turismo;
2001 – Visita à Romênia do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Velloso;

2001 – Realização, no Brasil, de Comissão Mista Brasil-Romênia;
2003 – Assinatura de Tratado de Extradição, o primeiro da Romênia com país latino-americano;
2003 – Criação da Câmara de Comércio Brasil-Romênia, no Rio de Janeiro;
2003 – Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Adrian Năstase;
2004 – Visita à Romênia do General Jorge Armando Felix, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência;
2004 – Visita à Romênia do Vice-Presidente da República, José Alencar Gomes da Silva;
2004 – Realização de Fórum Econômico Brasil-Romênia, na Câmara de Comércio e Indústria da Romênia;
2004 – Assinatura de Acordo sobre isenção parcial de vistos para passaportes simples - ratificado pela Romênia em 2005, entrado em vigor em dezembro de 2007;
2005 – Visita à Romênia do Vice-Governador de São Paulo, Cláudio Lembo;
2005 – Realização, em Bucareste, de Fórum Econômico Brasil-Romênia, na Câmara de Comércio e Indústria da Romênia;
2006 – Ab-rogação dos acordos econômico-comercial e fitozoossanitário, com a adesão da Romênia à União Europeia;
2010 – Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Rio de Janeiro por ocasião do III Fórum da Aliança de Civilizações e assinatura de Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica;
2010 – Visita do Ministro de Estado Celso Amorim a Bucareste, a primeira de um chanceler brasileiro à Romênia;
2013 – Encontro entre o Ministro de Estado das Relações Exteriores e o Chanceler romeno Titus Corlăţean, em Santiago, à margem da Cúpula CELAC-UE.

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO (D.O.U.)
Acordo sobre o Restabelecimento de Relações Diplomáticas	21/03/1961	21/03/1961	21/03/1961
Protocolo Sanitário-Veterinário	11/03/1974	11/03/1974	06/05/1974
Acordo Relativo à Transferência de Tecnologia no Setor Farmacêutico	05/06/1975	09/09/1975	18/08/1975

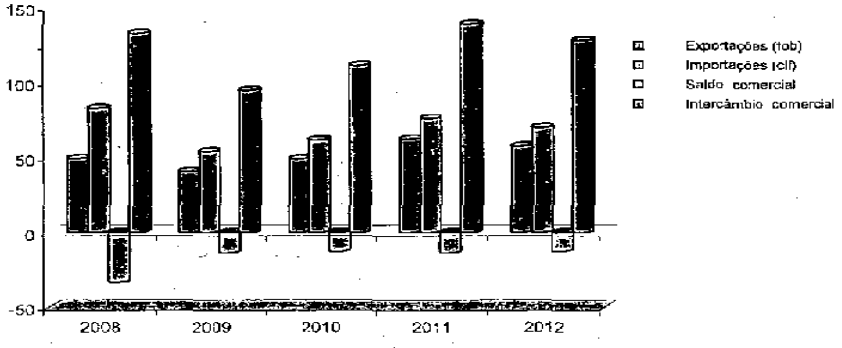
Convênio sobre Transporte Marítimo	05/06/1975	28/06/1977	15/07/1977
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	12/05/1981	30/08/1983	11/10/1983
Acordo sobre Cooperação Cultural	13/03/1991	30/10/1992	24/10/1992
Acordo, por troca de Notas, para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço	13/03/1991	11/04/1991	19/03/1991
Acordo, por Troca de Notas, para a Criação de Consulados-Gerais entre os Dois Países	11/05/1994	09/06/1994	07/06/1994
Acordo sobre Cooperação na Área do Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, ao Uso Indevido e à Farmacodependência	22/10/1999	21/03/2001	29/06/2001
Acordo sobre Cooperação no Campo do Turismo	25/07/2000	26/04/2006	01/08/2006
Tratado de Extradição	12/08/2003	10/06/2008	22/07/2008
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos	16/10/2004	11/11/2007	03/12/2007
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática e Repartições Consulares	28/05/2010	30/06/2012	28/05/2012
Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia	28/05/2010		Em tramitação na Câmara dos Deputados

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

ROMÊNIA: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações (fob)	49,5	40,6	49,4	62,7	57,9
Importações (cif)	83,0	54,3	62,0	76,4	70,3
Saldo comercial	-33,4	-13,6	-12,6	-13,7	-12,4
Intercâmbio comercial	132,5	94,9	111,4	139,1	128,2

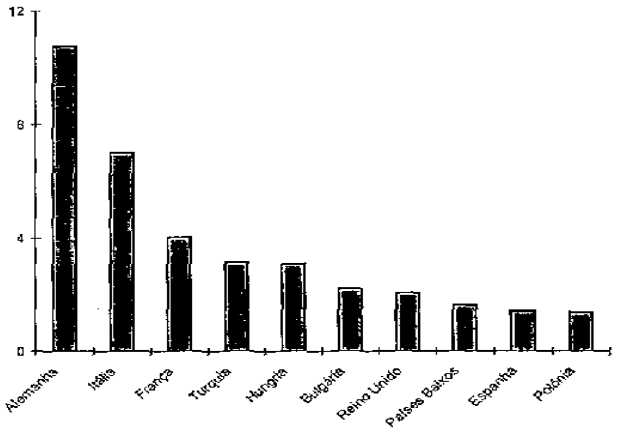
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, July 2013.



O comércio exterior da Romênia apresentou, em 2012, queda de 3,3% em relação a 2008, passando de US$ 132,5 bilhões para US$ 128,2 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, a Romênia figurou como o 51º mercado mundial, sendo o 56º exportador e o 43º importador.

ROMÊNIA : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Alemanha	10,76	18,6%
Itália	7,03	12,1%
França	4,05	7,0%
Turquia	3,16	5,5%
Hungria	3,11	5,4%
Bulgária	2,23	3,9%
Reino Unido	2,09	3,6%
Países Baixos	1,65	2,8%
Espanha	1,43	2,5%
Polônia	1,40	2,4%
...		
Brasil	*0,22*	*0,4%*
Subtotal	**37,12**	**64,1%**
Outros países	**20,78**	**35,9%**
Total	**57,90**	**100,0%**



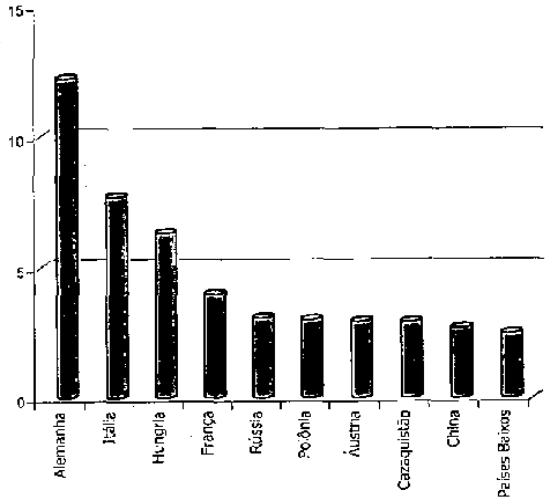
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, July 2013.

As exportações do país são destinadas em grande parte aos vizinhos da União Europeia, que corresponderam a 70% do total de 2012. A Alemanha obteve a primeira posição, com 18,6%, seguida da Itália (12,1%); França (7%); Turquia (5,5%); Hungria (5,4%); e Bulgária (3,9%). O Brasil posicionou-se no 38º lugar entre os principais compradores em 2012, participando com 0,4% do total.

ROMÊNIA : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Alemanha	12,22	17,4%
Itália	7,71	11,0%
Hungria	6,32	9,0%
França	3,98	5,7%
Rússia	3,07	4,4%
Polônia	3,00	4,3%
Áustria	2,94	4,2%
Cazaquistão	2,91	4,1%
China	2,69	3,8%
Países Baixos	2,47	3,5%
...		
Brasil	*0,46*	*0,6%*
Subtotal	**47,76**	**68,0%**
Outros países	**22,50**	**32,0%**
Total	**70,26**	**100,0%**



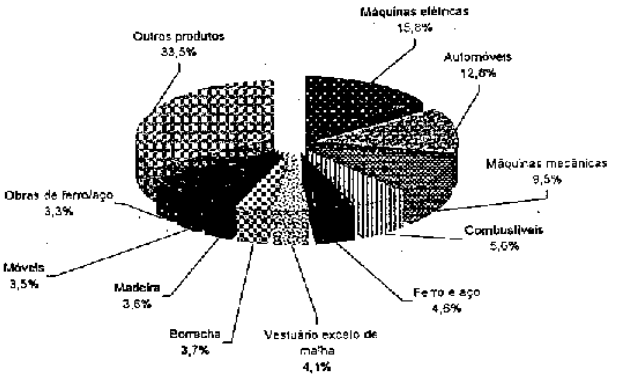
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, July 2013.

As importações romenas são também originárias, em grande parte, dos seus vizinhos da União Europeia, que representaram 74% das compras do país em 2012. A Alemanha foi a principal fornecedora, com 17,4% (e compradora, tornando-se a principal parceira comercial romena), seguida da Itália (11%); Hungria (9%); e França (5,7%). O Brasil obteve o 25º lugar, participando com 0,6% do total.

ROMÊNIA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Máquinas elétricas	9,15	15,8%
Automóveis	7,44	12,8%
Máquinas mecânicas	5,53	9,5%
Combustíveis	3,22	5,6%
Ferro e aço	2,68	4,6%
Vestuário exceto de malha	2,39	4,1%
Borracha	2,17	3,7%
Madeira	2,07	3,6%
Móveis	2,01	3,5%
Obras de ferro/aço	1,89	3,3%
Subtotal	**38,53**	**66,5%**
Outros produtos	**19,37**	**33,5%**
Total	**57,90**	**100,0%**



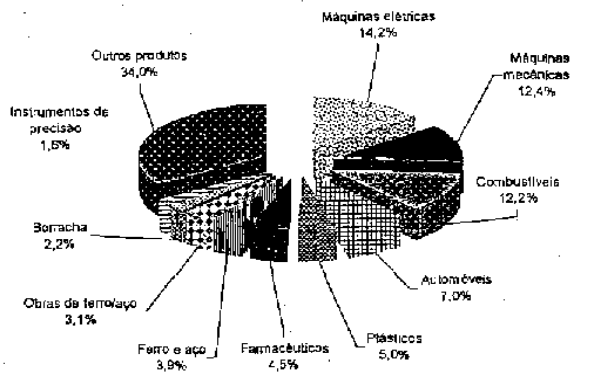
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados de ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, July 2013.

A pauta de exportações da Romênia é composta, em grande parte, por produtos com alto valor agregado. Em 2012, máquinas, automóveis e combustíveis foram os principais grupos de produtos exportados, representando juntos 43,7% das vendas do país. Em seguida destacaram-se ferro e aço (4,6%); vestuário, exceto de malha (4,1%); e borracha (3,7%).

ROMÊNIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Máquinas elétricas	9,95	14,2%
Máquinas mecânicas	8,68	12,4%
Combustíveis	8,56	12,2%
Automóveis	4,92	7,0%
Plásticos	3,49	5,0%
Farmacêuticos	3,17	4,5%
Ferro e aço	2,74	3,9%
Obras de ferro/aço	2,20	3,1%
Borracha	1,54	2,2%
Instrumentos de precisão	1,13	1,6%
Subtotal	**46,37**	**66,0%**
Outros produtos	**23,89**	**34,0%**
Total	**70,26**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/(UNCTAD/ITC)(CONTRADE/Trademap), July 2013.

(1) ROMÊNIA não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja: pela informação dos parceiros.

Assim como nas exportações, a pauta de importações da Romênia também é composta em grande parte por produtos com alto valor agregado. Máquinas, combustíveis e automóveis também foram os principais grupos de produtos importados pela Romênia. Em 2012 esses itens somaram 45,8% do total, seguidos de plásticos (5%); farmacêuticos (4,5%); e ferro e aço (3,9%).

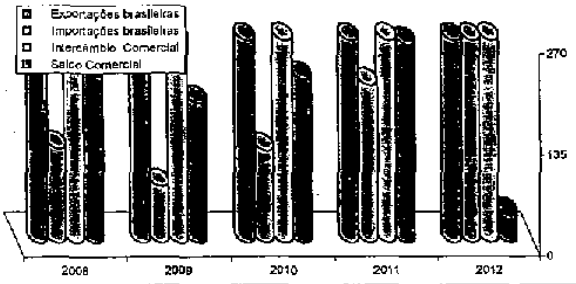
BRASIL-ROMÊNIA : EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-jun)	2013 (jan-jun)
Exportações brasileiras	**391,6**	**263,2**	**342,3**	**474,5**	**338,1**	**185,0**	**240,8**
Variação em relação ao ano anterior	23,6%	-32,8%	30,1%	38,6%	-28,7%	-19,5%	30,1%
Importações brasileiras	**126,8**	**76,0**	**123,2**	**210,2**	**301,6**	**144,8**	**169,7**
Variação em relação ao ano anterior	157,7%	-40,1%	62,1%	70,7%	43,5%	85,8%	17,2%
Intercâmbio Comercial	**518,4**	**339,2**	**465,5**	**684,8**	**639,8**	**329,8**	**410,5**
Variação em relação ao ano anterior	292,0%	-34,6%	37,2%	47,1%	-6,6%	42,9%	24,5%
Saldo Comercial	**264,8**	**187,2**	**219,2**	**264,3**	**36,5**	**40,3**	**71,1**

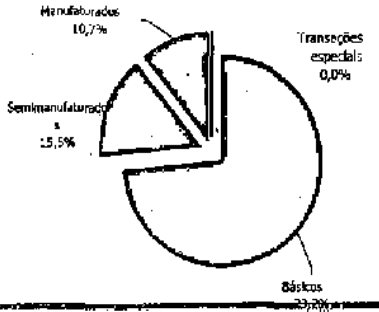
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

No ranking do comércio exterior brasileiro de 2012, Romênia figurou como o 66º parceiro comercial, participando com 0,14% do comércio total do país. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país teve um aumento de 22,4%, passando de US$ 518,4 milhões para US$ 639,8 milhões. As importações apresentaram um aumento de 137,8%. O saldo da balança comercial apresentou-se favorável ao Brasil em todos os anos, com superávit de R$ 36,5 milhões em 2012.



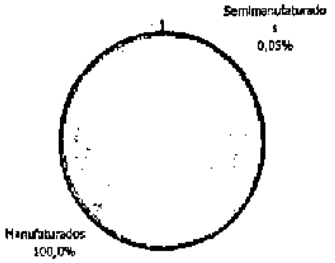
BRASIL-ROMÊNIA : EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	249,2	73,70%
Semimanufaturados	52,7	15,58%
Manufaturados	36,1	10,69%
Transações especiais	0,1	0,03%
Total	**338,1**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC-E Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

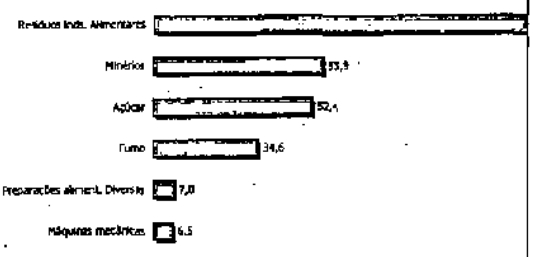
DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	0,0	0,00%
Semimanufaturados	0,1	0,05%
Manufaturados	301,5	99,95%
Transações especiais	---	---
Total	**301,6**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC-E Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

BRASIL-ROMÊNIA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Resíduos Inds. Alimentares	131,6	174,7	148,3	43,9%
Minérios	79,8	84,9	55,9	16,5%
Açúcar	8,5	79,4	52,4	15,5%
Fumo	28,5	43,7	34,6	10,2%
Preparações aliment. Diversas	8,0	8,3	7,0	2,1%
Máquinas mecânicas	10,1	12,6	6,5	1,9%
Subtotal	**266,9**	**404,8**	**305,7**	**90,4%**
Outros produtos	**75,4**	**69,8**	**32,5**	**9,6%**
Total	**342,3**	**474,5**	**338,1**	**100,0%**

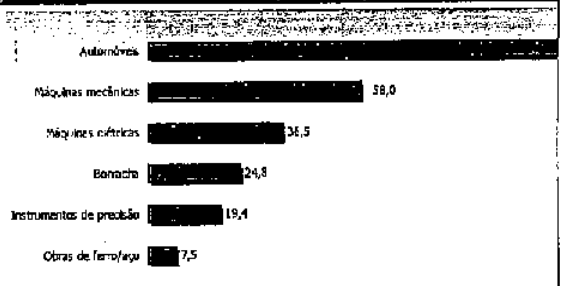


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC-E Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicesweb

As exportações brasileiras destinadas a Romênia apresentaram alto grau de concentração. Resíduos industriais alimentares foram responsáveis por 43 pauta exportadora. Em seguida destacaram-se minérios (16,5%); açúcar (15,5%); e fumo (10,2%).

BRASIL-ROMÊNIA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Automóveis	29,1	73,7	126,0	41,8%
Máquinas mecânicas	26,6	49,4	58,0	19,2%
Máquinas elétricas	14,8	30,4	36,5	12,1%
Borracha	9,3	13,2	24,8	8,2%
Instrumentos de precisão	5,4	10,6	19,4	6,4%
Obras de ferro/aço	12,9	8,3	7,5	2,5%
Subtotal	**98,1**	**185,6**	**272,3**	**90,3%**
Outros produtos	**25,1**	**24,7**	**29,3**	**9,7%**
Total	**123,2**	**210,2**	**301,6**	**100,0%**

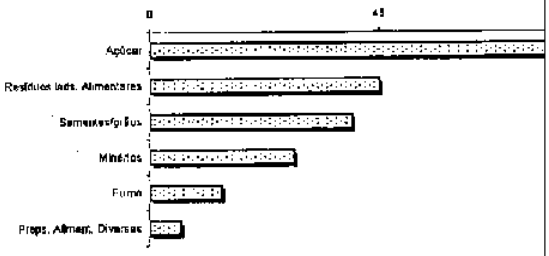


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alice.Web.

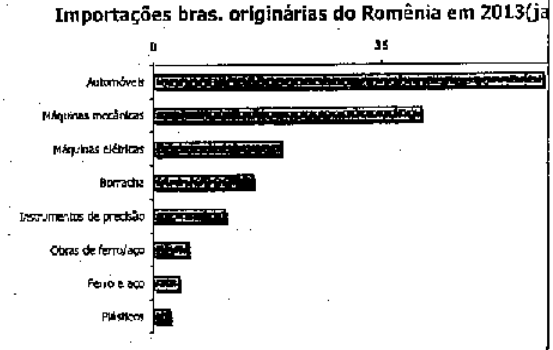
A pauta de importações brasileiras originárias de Romênia foi bastante concentrada. Automóveis foi o principal produto importado da Romênia em 201 41,8% do total das compras brasileiras do país. Seguiu-se máquinas mecânicas com 19,2% e máquinas elétricas com 12,1%.

BRASIL-ROMÊNIA : COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2012 (jan-jun)	% do total	2013 (jan-jun)	% do total
Exportações				
Açúcar	24,8	13,4%	80,8	33,6%
Resíduos inds. Alimentares	98,0	53,0%	45,1	18,7%
Sementes/grãos	0,0	0,0%	39,7	16,5%
Minérios	14,7	7,9%	28,2	11,7%
Fumo	21,1	11,4%	14,1	5,8%
Preps. Aliment. Diversas	3,2	1,7%	6,2	2,6%
Subtotal	**162,4**	**87,8%**	**215,2**	**89,4%**
Outros produtos	**22,7**	**12,2%**	**25,6**	**10,6%**
Total	**185,0**	**100,0%**	**240,8**	**100,0%**



Importações				
Automóveis	66,2	45,7%	60,4	35,6%
Máquinas mecânicas	26,8	18,5%	41,1	24,2%
Máquinas elétricas	18,3	12,6%	19,5	11,5%
Borracha	6,6	4,6%	15,2	8,9%
Instrumentos de precisão	8,5	5,9%	11,0	6,5%
Obras de ferro/aço	4,0	2,8%	5,4	3,2%
Ferro e aço	2,1	1,5%	3,9	2,3%
Plásticos	2,5	1,7%	2,7	1,6%
Subtotal	**135,1**	**93,3%**	**159,1**	**93,7%**
Outros produtos	**9,7**	**6,7%**	**10,6**	**6,3%**
Total	**144,8**	**100,0%**	**169,7**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alice.Web.

Aviso nº 606 - C. Civil.

Em 14 de agosto de 2013.

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Romênia.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – A Presidência designa o Deputado Andre Moura, em substituição ao Deputado Lucio Vieira Lima, para integrar a Comissão Mista destinada a emitir relatório sobre o **Veto Parcial nº 26, de 2013**, aposto ao **Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2013** (oriundo da Medida Provisória nº 610, de 2013), conforme o **Ofício nº 1.706, de 2013**, do Presidente da Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 1.706/2013/SGM/P

Brasília, 16 de agosto de 2013

Assunto: Indicação de membros para compor Comissão Mista.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em aditamento ao Ofício nº 1.531/2013/SGM/P, de 1º de agosto de 2013, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que designei o Senhor Deputado André Moura (PSC), em substituição ao Senhor Deputado Lucio Vieira Lima (PMDB), para compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto parcial ao Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2013 (MPV nº 610, de 2013), que "Amplia o valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2011/2012; amplia o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, relativo aos desastres ocorridos em 2012; autoriza a distribuição de milho para venda a

pequenos criadores, nos termos que especifica; institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, e 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – REINTEGRA e para alterar o regime de desoneração da folha de pagamentos, nºs 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.249, de 11 de junho de 2010, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 11.727, de 23 de junho de 2008, 12.468, de 26 de agosto de 2011, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.775, de 17 de setembro de 2008, e 12.716, de 21 de setembro de 2012, a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; dispõe sobre a comprovação de regularidade fiscal pelo contribuinte; regula a compra, venda e transporte de ouro; e dá outras providências".

Atenciosamente, – **Henrique Eduardo Alves** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – A Presidência recebeu os seguintes Avisos do Tribunal de Contas da União:

Aviso nº 980-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 7 de agosto de 2013

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atendimento ao Ofício nº 1.681 (SF), de 9-8-2012, cópia do Acórdão proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 025.352/2012-1, na Sessão Ordinária de 7-8-2013, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam.

Esclareço, por oportuno, que o mencionado Acórdão produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado.

Atenciosamente, – **João Augusto Ribeiro Nardes,** Presidente.

Aviso nº 983-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 7 de agosto de 2013

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 032.348/2012/6, na Sessão Ordinária de 7-8-2013, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Esclareço, por oportuno, que o mencionado Acórdão produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado.

Atenciosamente, – **João Augusto Ribeiro Nardes** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Os **Avisos nºs 42 e 43, de 2013**, apensados, respectivamente, aos processados das **Resoluções nºs 32 e 40, de 2012**, vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – O Senado Federal recebeu a **Mensagem nº 347, de 2013**, na origem, da Senhora Presidente da República, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2012, de iniciativa da CPI – ECAD, que *altera os arts. 5º, 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências,* sancionado e transformado na Lei nº 12.853, de 2013.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – A Presidência recebeu da Câmara dos Deputados o **Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2013** (nº 910/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Televisão Costa Branca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

É o seguinte o projeto:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 180, DE 2013

(Nº 910/2013, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 18 de fevereiro de 2013, que outorga concessão à Televisão Costa Branca Ltda. para explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

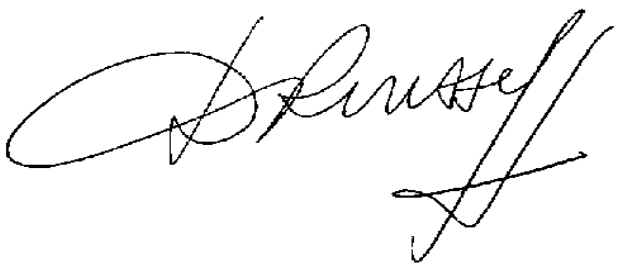
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 143, de 2013

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 18 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União do dia 19 fevereiro de 2013, que "Outorga concessão à Televisão Costa Branca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte".

Brasília, 9 de abril de 2013.



EM nº 00173/2012 MC

Brasília, 18 de Maio de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 067/2009-CEL/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. (Processo nº 53000.063153/2009) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a concessão, na forma do projeto de decreto.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DECRETO DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013.

Outorga concessão à Televisão Costa Branca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, **caput**, inciso IV, e 223 da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e de acordo com o que consta do Processo nº 53000.063153/2009-71, Concorrência nº 067/2009-CEL/MC,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Televisão Costa Branca Ltda., para explorar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

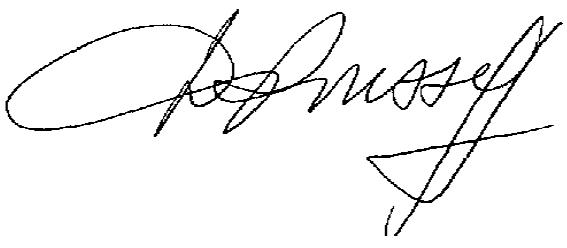
Parágrafo único. A concessão será regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente da concessão deverá ser assinado no prazo de sessenta dias, contado da data de publicação da deliberação de que trata o artigo 2º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de fevereiro de 2013; 192º da Independência e 125º da República.



(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – O **Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2013**, em conformidade com o inciso III do art. 91 do Regimento Interno, será apreciado terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", da Norma Interna.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – A Presidência comunica às Senhoras e aos Senhores Parlamentares que está convocada sessão conjunta solene do Congresso Nacional a realizar-se no dia 14 de outubro do corrente, segunda-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o centenário de nascimento de Vinícius de Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECERES Nºs 889 E 890, DE 2013

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2012, do Senador Mário Couto, que *altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica de direito privado, que empregue pessoa portadora de necessidades especiais e dá outras providências.*

PARECER Nº 889, DE 2013

(Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

RELATOR: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Dircitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2012, de autoria do Senador Mário Couto, que altera a Lei nº 9.249, de 26 dc dezembro de 1995, para permitir a dedução no imposto de renda da pessoa jurídica de dircito privado que empregue pessoa portadora de necessidades especiais, desde que tal emprego alcance o mínimo de dez por cento do total dc empregados na empresa.

O autor justifica sua proposição por referência à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que, em seu art. 93, estabelece o que chama dc "reserva legal" de cargos para pessoas com deficiência. A seu ver, as empresas enfrentam dificuldades quase intransponíveis para seguir tal comando, ao passo que, caso a exigência legal fosse transformada em incentivos fiscais, o efeito de integração social seria obtido sem dar lugar aos diversos problemas que as empresas têm de enfrentar para cumprir as exigências da "lei de cotas". Ao final, aduz que a medida proposta resultará em um maior número de pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho.

Após o exame por esta CDH, o projeto será avaliado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que sobre ele decidirá de modo terminativo.

Não foram apresentadas emendas perante este Colegiado.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a CDH é competente para examinar matéria concernente à "proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência", de modo que é perfeitamente regimental o exame do PLS nº 391, de 2012, por este Colegiado.

De fato, o cumprimento das cotas para pessoas com deficiência por parte das empresas tem-se revelado bastante difícil. É grande o número de empresas que se queixam da exigência, por diversas razões. Pode-se mesmo argumentar que os melhores instrumentos já foram mobilizados para o cumprimento da determinação da mencionada Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991: criaram-se escolas para capacitar pessoas com deficiência; as próprias empresas também o fizeram; foram criadas funções; e muitas outras pequenas soluções, sempre respeitando o campo de possibilidades fixado pelos termos da referida lei. Todas essas medidas desencadeadas pela reserva legal de vagas para pessoas com deficiência, contudo, não se mostraram suficientes para resolver nem os problemas dessa parcela da população, que continua enfrentando dificuldades de vagas, nem as dificuldades das empresas, que seguem se queixando dos efeitos paradoxais gerados pela lei.

O autor da proposição aborda o problema por outro lado: ao invés de punir os empresários que têm dificuldades para cumprir as cotas, cria mecanismos de incentivo econômico (no caso, fiscal), de modo que o empresário possa pensar na empregabilidade das pessoas com deficiência como algo lucrativo, e não como uma constante fonte de multas aplicadas pela fiscalização trabalhista. Com o incentivo, a disposição do empresário tende a mudar, abrindo a perspectiva de vermos a lei de cotas efetivamente cumprida.

Se o mérito da proposição é louvável, podemos, contudo, aprimorá-la ainda mais, adequando seu texto aos termos dos acordos internacionais, dos quais o Brasil é signatário, e que buscam uniformizar o uso da expressão "pessoa com deficiência", no lugar de "pessoa portadora de deficiência". Outrossim, dentro do espírito da mencionada Lei nº 8.213, de 1991, o projeto deve referir-se às pessoas com qualquer deficiência, e não apenas àquelas com deficiência física, conforme consta no final do § 3º que se propõe acrescentar ao art. 13 da Lei nº 9.249, de 1995.

Também, é imperativo que se promova alteração no texto do projeto, de maneira a adequá-lo à técnica legislativa e explicitar concisa e claramente o objeto da lei.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2012, nos temos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº 1 – CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 391, DE 2012

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a redução da alíquota do imposto de renda da pessoa jurídica que empregue pessoas com deficiência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"**Art. 13.** .....

.....

§ 3º A pessoa jurídica que mantiver em seu quadro de empregados pessoas com deficiência em número igual ou superior a dez por cento do total terá a alíquota a que se refere o art. 3º reduzida em dois por cento." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

Sala da Comissão, 3 de abril de 2013.

Senadora ANA RITA , Presidente

, Relator

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 391, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 5ª REUNIÃO, DE 03/04/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT) (PRESIDENTA)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT) (RELATOR)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	4. Anibal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
VAGO	1. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Paulo Davim (PV)	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. Wilder Morais (DEM)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Magno Malta (PR)	1. VAGO
Gim (PTB)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

PARECER Nº 890, DE 2013
(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

RELATOR: Senador **SÉRGIO SOUZA**

I – RELATÓRIO

Nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é submetido à deliberação terminativa desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 391, de 2012, de autoria do Senador Mário Couto.

A proposta compõe-se de dois artigos.

O art. 1º introduz novo parágrafo ao art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 2005, que trata da legislação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, para conceder benefício fiscal às empresas que empreguem pessoas portadoras de deficiência, nos seguintes termos:

> § 3º A pessoa jurídica poderá deduzir, para efeito de cálculo do imposto de renda de que trata a alíquota do art. 3º desta lei, o percentual de 2% (dois por cento) se empregar em seus quadros, observado o limite mínimo de 10% (dez por cento) do total geral de seus empregados, pessoas portadoras de deficiência física.

O art. 2º determina que a norma entre em vigor na data de sua publicação.

A matéria tramitou inicialmente na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde recebeu parecer favorável, com Substitutivo, apresentado pelo Relator da matéria, Senador PAULO PAIM.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Conforme o despacho da Mesa do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar terminativamente sobre a proposição em tela. Assim, além da análise dos aspectos econômicos e financeiros, conforme determina o inciso I do art. 99 do RISF, também devem ser abordadas as questões referentes à constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa.

A iniciativa é legítima, nos termos dos arts. 48 e 61 da Constituição Federal, não apresentando vícios de natureza constitucional ou jurídica. Entretanto, há problemas de técnica legislativa que afetam o próprio mérito da proposição.

O PLS 391, de 2012, está redigido de forma dúbia. Não fica claro se a dedução de 2% se aplica à base de cálculo do lucro real, de que trata o art. 13 da Lei nº 9.249, de 1995, que dispõe sobre a apuração do lucro real, ou à alíquota a que estão sujeitas as empresas, conforme o art. 3º da referida lei, que fixa a alíquota do imposto de renda da pessoa jurídica em 15%.

A diferença entre o impacto fiscal das duas interpretações é significativa. No primeiro caso, ou seja, redução da base de cálculo do lucro real, a vantagem fiscal é, no máximo, de 2% do valor do imposto que seria pago pela empresa beneficiária. A segunda hipótese, porém, levaria a uma vantagem fiscal de grandes proporções, pois haveria uma redução do imposto a pagar da ordem de 13,3%, na medida em que a alíquota incidente sobre o lucro real das empresas seria reduzida de 15% para 13%. Haveria, com certeza, uma significativa redução na arrecadação tributária da União e, por consequência, nas transferências federais para Estados e Municípios.

A propósito dos possíveis impactos, o Substitutivo aprovado pela CDH eliminou a dubiedade de redação e deixou claro que não se trata de mera dedução de 2% sobre a base de cálculo do lucro real, mas de redução de 2% da própria alíquota do imposto de renda das pessoas jurídicas.

Portanto, não obstante a proposição ser altamente meritória, entendo que o benefício fiscal proposto é elevado e desproporcional ao objetivo de incentivar as empresas a contratarem um maior número de pessoas portadoras de deficiências. Ademais, diante de tamanha vantagem fiscal, não se pode desprezar a potencial geração de fraudes, em face da dificuldade de fiscalização da correta aplicação do dispositivo proposto.

Julgo, também, excessivo o alcance da medida, uma vez que ela, nos termos do Substitutivo da CHD, se aplica a qualquer tipo de deficiência. A falta de rigor na definição de deficiência vai incentivar a proliferação de fraudes.

Em meu entender, proposições que visem incentivar a contratação de pessoas portadoras de deficiências devem ser embasadas em estudos que definam com exatidão o público alvo do benefício, restringindo-o a pessoas que sejam portadoras de deficiências suficientemente graves a ponto de dificultar sua inserção no mercado de trabalho.

III – VOTO

Pelo exposto, voto pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2012.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2013.

SEN. LINDBERGH FARIAS Presidente

SEN. SÉRGIO SOUZA, Relator

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 391, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 47ª REUNIÃO, DE 13/08/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. LINDBERGH FARIAS

RELATOR: SEN. SÉRGIO SOUZA

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Anibal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PSD)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Alfredo Nascimento (PR)
Blairo Maggi (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Vicentinho Alves (PR)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 391/2012.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)					1. PEDRO TAQUES (PDT)		X		
EDUARDO SUPLICY (PT)		X			2. WALTER PINHEIRO (PT)				
JOSÉ PIMENTEL (PT)		X			3. ANIBAL DINIZ (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)		X			4. EDUARDO LOPES (PRB)				
LINDBERGH FARIAS (PT)					5. JORGE VIANA (PT)				
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)					6. ACIR GURGACZ (PDT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					7. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)					8. INÁCIO ARRUDA (PCDOB)				
					9. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				
TITULARES – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA (PMDB)					1. CASILDO MALDANER (PMDB)				
SÉRGIO SOUZA (PMDB)(RELATOR)		X			2. RICARDO FERRAÇO (PMDB)		X		
VALDIR RAUPP (PMDB)					3. VAGO				
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					4. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
VITAL DO RÊGO (PMDB)					5. WALDEMIR MOKA (PMDB)				
ROMERO JUCÁ (PMDB)					6. CLÉSIO ANDRADE (PMDB)				
LUIZ HENRIQUE (PMDB)					7. ANA AMÉLIA (PP)				
IVO CASSOL (PP)					8. CIRO NOGUEIRA (PP)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)		X			9. BENEDITO DE LIRA (PP)		X		
KÁTIA ABREU (PSD)									
TITULARES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)		X			1. FLEXA RIBEIRO (PSDB)		X		
CYRO MIRANDA (PSDB)					2. AÉCIO NEVES (PSDB)				
ALVARO DIAS (PSDB)					3. PAULO BAUER (PSDB)				
JOSÉ AGRIPINO (DEM)		X			4. LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)					5. WILDER MORAIS (DEM)				
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ARMANDO MONTEIRO (PTB)		X			1. GIM (PTB)				
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)					2. ALFREDO NASCIMENTO (PR)				
BLAIRO MAGGI (PR)		X			3. EDUARDO AMORIM (PSC)				
ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)					4. VICENTINHO ALVES (PR)				

Quórum: TOTAL 14 AUTOR 0 PRESIDENTE 1 DEMAIS 13
Votação: TOTAL 13 SIM 0 NÃO 13 ABS 0

SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II., EM 13/08/2013

Senador LINDBERGH FARIAS
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 132,§ 8º)
OBS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 51)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

.....

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

.....

LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

.....

Art. 3º A alíquota do imposto de renda das pessoas jurídicas é de quinze por cento.

.....

Art. 13. Para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, são vedadas as seguintes deduções, independentemente do disposto no art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964:

.....

§ 2º Poderão ser deduzidas as seguintes doações:

.....

OF. 201/2013/CAE

Brasília, 13 de agosto de 2013.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 391 de 2012, que "altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica de direito privado, que empregue pessoa portadora de necessidades especiais e dá outras providências".

Atenciosamente,

Senador LINDBERGH FARIAS
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

PARECER
Nº 891, DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2011, do Senador Cyro Miranda, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para autorizar o poder público a definir padrões mínimos de salubridade e conforto nos voos comerciais.

RELATOR: Senador **ROMERO JUCÁ**

I – RELATÓRIO

A proposição em análise atribui à autoridade de aviação civil, representada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), competência para promover a salubridade de voo e zelar pela higidez e conforto dos passageiros e tripulantes. Estabelece, ainda, que a distância média entre as poltronas nos voos comerciais não poderá ser inferior a 86 centímetros.

Em sua justificação, o autor afirma que "o esforço das empresas aéreas para reduzir custos tem levado a situações inadmissíveis de desconforto, que atentam contra a dignidade dos passageiros". A redução do espaçamento entre os assentos e da largura das poltronas afetariam não apenas pessoas altas e obesas, mas grande parte da população brasileira. Esse quadro representaria, inclusive, um risco para a saúde dos passageiros e tripulantes, especialmente no que diz respeito ao sistema circulatório.

O autor considera que o Programa de Avaliação Dimensional lançado pela Anac, que obriga as empresas aéreas a informar aos passageiros as dimensões e distâncias entre as poltronas, torna mais transparentes as relações de consumo, mas é insuficiente. Seria preciso fixar padrões mínimos de conforto e salubridade em benefício dos usuários. Nesse sentido, o projeto atribui essa competência à agência reguladora, a exemplo do que já ocorre com as Agências Nacionais de Transportes Terrestres (ANTT) e Aquaviários (ANTAQ).

A proposição foi distribuída com exclusividade à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, inciso II, alínea *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, incumbe a esta Comissão opinar sobre a matéria, impondo-se, por força do caráter exclusivo e terminativo da distribuição, o exame dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

A matéria insere-se na competência da União para legislar sobre direito aeronáutico (art. 22, I, da Constituição), e não incide sobre a reserva de iniciativa privativa do Presidente da República.

Quanto ao mérito, consideramos que o projeto contribui para o aperfeiçoamento do marco regulatório da aviação civil. Não se concebe que a autoridade de aviação civil, incumbida de regular o setor, esteja tolhida no que diz respeito ao estabelecimento de normas voltadas para a preservação da saúde e o conforto dos passageiros.

Consideramos, no entanto, impróprio para uma lei que atribua competência ao Poder Executivo para normatizar uma matéria, como é o caso do projeto em análise, que ela mesma fixe um padrão determinado.

A distância entre poltronas é um dos aspectos da disposição interna da aeronave avaliados por ocasião de sua certificação, que envolve não apenas autoridades brasileiras, mas de outros países, uma vez que há tratados internacionais de reciprocidade segundo os quais um país aceita a certificação feita por outros e vice-versa.

Registre-se, ainda, que a distância entre poltronas proposta no projeto, de 86 centímetros, é treze centímetros superior ao mínimo atualmente exigido pela Anac como requisito para obtenção do "Selo ANAC", concedido às aeronaves classificadas na faixa "A" da Etiqueta ANAC, que é de 73 centímetros, o que permite supor tratar-se de um valor excessivo.

Por esses motivos, apresentamos ao final deste relatório emenda destinada a suprimir do projeto o dispositivo que fixa em lei a distância média entre as poltronas, mantendo-se a essência da proposição, qual seja a de atribuir à Anac competência para estabelecer regramentos dessa natureza.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2011, e no mérito, pela sua **aprovação**, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Suprima-se o § 3º do art. 66 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, proposto nos termos do art. 1º do PLS nº 479, de 2011.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2013.

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 479 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/08/2013, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR VITAL DO RÊGO	
RELATOR: SENADOR ROMERO JUCÁ	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL	1. ANGELA PORTELA
ANA RITA	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES	3. JORGE VIANA
ANIBAL DINIZ	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. WALTER PINHEIRO
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
RANDOLFE RODRIGUES	8. LINDBERGH FARIAS
EDUARDO SUPLICY	9. WELLINGTON DIAS
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. CIRO NOGUEIRA
VITAL DO RÊGO	2. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	3. RICARDO FERRAÇO
SÉRGIO SOUZA	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE	5. VALDIR RAUPP
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
FRANCISCO DORNELLES	7. WALDEMIR MOKA
SÉRGIO PETECÃO	8. KÁTIA ABREU
ROMERO JUCÁ	9. PAULO DAVIM (SEM VOTO)
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
CÁSSIO CUNHA LIMA	2. VAGO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	4. PAULO BAUER
ALOYSIO NUNES FERREIRA	5. FLEXA RIBEIRO
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	1. GIM
MOZARILDO CAVALCANTI	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA	3. BLAIRO MAGGI
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	4. VICENTINHO ALVES

Atualizada em: 09/08/2013

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 429, DE 2011

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSÉ PIMENTEL	X				1 – ANGELA PORTELA	X			
ANA RITA	X				2 – LÍDICE DA MATA				
PEDRO TAQUES	X				3 – JORGE VIANA				
ANIBAL DINIZ	X				4 – ACIR GURGACZ				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				5 – WALTER PINHEIRO				
INÁCIO ARRUDA					6 – RODRIGO ROLLEMBERG				
EDUARDO LOPES	X				7 – HUMBERTO COSTA				
RANDOLFE RODRIGUES	X				8 – LINDBERGH FARIAS				
EDUARDO SUPLICY	X				9 – WELLINGTON DIAS				
TITULARES – Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES –Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA	X				1 – CIRO NOGUEIRA				
VITAL DO RÊGO (PRESIDENTE)					2 – ROBERTO REQUIÃO				
PEDRO SIMON	X				3 – RICARDO FERRAÇO				
SÉRGIO SOUZA	X				4 – CLÉSIO ANDRADE	X			
LUIZ HENRIQUE	X				5 – VALDIR RAUPP				
EUNÍCIO OLIVEIRA					6 – BENEDITO DE LIRA				
FRANCISCO DORNELLES	X				7 –WALDEMIR MOKA	X			
SÉRGIO PETECÃO					8 – KÁTIA ABREU				
ROMERO JUCÁ (RELATOR)	X				9 – PAULO DAVIM				
TITULARES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
AÉCIO NEVES	X				1 – LÚCIA VÂNIA				
CÁSSIO CUNHA LIMA					2 – VAGO				
ALVARO DIAS	X				3 – CÍCERO LUCENA				
JOSÉ AGRIPINO	X				4 – PAULO BAUER				
ALOYSIO NUNES FERREIRA	X				5 – FLEXA RIBEIRO				
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ARMANDO MONTEIRO	X				1 – GIM				
MOZARILDO CAVALCANTI	X				2 – EDUARDO AMORIM	X			
MAGNO MALTA					3 – BLAIRO MAGGI				
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X				4 – VICENTINHO ALVES				

TOTAL: 26 SIM: 25 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: X

SALA DAS REUNIÕES, EM 14 / 08 / 2013

Senador VITAL DO RÊGO

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE *QUORUM* (art. 132, § 8º, do RISF)
(atualizado em 09/08/2013).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

EMENDA Nº 1 - CCJ ao

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 479, DE 2011

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSÉ PIMENTEL	X				1 – ANGELA PORTELA	X			
ANA RITA	X				2 – LÍDICE DA MATA				
PEDRO TAQUES	X				3 – JORGE VIANA				
ANIBAL DINIZ	X				4 – ACIR GURGACZ				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				5 – WALTER PINHEIRO				
INÁCIO ARRUDA					6 – RODRIGO ROLLEMBERG				
EDUARDO LOPES	X				7 – HUMBERTO COSTA				
RANDOLFE RODRIGUES	X				8 – LINDBERGH FARIAS				
EDUARDO SUPLICY	X				9 – WELLINGTON DIAS				
TITULARES – Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA	X				1 – CIRO NOGUEIRA				
VITAL DO RÊGO (PRESIDENTE)					2 – ROBERTO REQUIÃO				
PEDRO SIMON	X				3 – RICARDO FERRAÇO				
SÉRGIO SOUZA	X				4 – CLÉSIO ANDRADE	X			
LUIZ HENRIQUE	X				5 – VALDIR RAUPP				
EUNÍCIO OLIVEIRA					6 – BENEDITO DE LIRA				
FRANCISCO DORNELLES	X				7 – WALDEMIR MOKA	X			
SÉRGIO PETECÃO					8 – KÁTIA ABREU				
ROMERO JUCÁ (RELATOR / AUTOR EMENDA)			X		9 – PAULO DAVIM				
TITULARES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
AÉCIO NEVES	X				1 – LÚCIA VÂNIA				
CÁSSIO CUNHA LIMA					2 – VAGO				
ALVARO DIAS	X				3 – CÍCERO LUCENA				
JOSÉ AGRIPINO	X				4 – PAULO BAUER				
ALOYSIO NUNES FERREIRA	X				5 – FLEXA RIBEIRO				
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ARMANDO MONTEIRO	X				1 – GIM				
MOZARILDO CAVALCANTI	X				2 – EDUARDO AMORIM	X			
MAGNO MALTA					3 – BLAIRO MAGGI				
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X				4 – VICENTINHO ALVES				

TOTAL: 26 SIM: 24 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 14 / 08 / 2013

Senador VITAL DO RÊGO
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE *QUORUM* (art. 132, § 8º, do RISF)
(atualizado em 09/08/2013).

TEXTO FINAL
Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, DE 2011
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para autorizar o poder público a definir padrões mínimos de salubridade e conforto nos voos comerciais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 66 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"**Art. 66.** Compete à autoridade de aviação civil promover a segurança e a salubridade de voo, bem como zelar pela higidez e conforto dos passageiros e tripulantes, devendo estabelecer os padrões mínimos:

I.....

.....

II.....

.....

§1º.....

.....

§2º.....

.....

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2013.

Senador **VITAL DO RÊGO**, Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

LEI Nº 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986.

Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.

.....

CAPÍTULO IV
Do Sistema de Segurança de Vôo

SEÇÃO I
Dos Regulamentos e Requisitos de Segurança de Vôo

Art. 66. Compete à autoridade aeronáutica promover a segurança de vôo, devendo estabelecer os padrões mínimos de segurança:

I - relativos a projetos, materiais, mão-de-obra, construção e desempenho de aeronaves, motores, hélices e demais componentes aeronáuticos; e

II - relativos à inspeção, manutenção em todos os níveis, reparos e operação de aeronaves, motores, hélices e demais componentes aeronáuticos.

§ 1° Os padrões mínimos serão estabelecidos em Regulamentos Brasileiros de Homologação Aeronáutica, a vigorar a partir de sua publicação.

§ 2° Os padrões poderão variar em razão do tipo ou destinação do produto aeronáutico.

Art. 67. Somente poderão ser usadas aeronaves, motores, hélices e demais componentes aeronáuticos que observem os padrões e requisitos previstos nos Regulamentos de que trata o artigo anterior, ressalvada a operação de aeronave experimental.

.....

Ofício nº 231/2013-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 14 de agosto de 2013.

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com a Emenda nº 1-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2011, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para autorizar o poder público a definir padrões mínimos de salubridade e conforto nos voos comerciais", de autoria do Senador Cyro Miranda.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **VITAL DO RÊGO**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

PARECERES
Nºs 892 E 893, DE 2013

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2012, do Senador Cyro Miranda, que *aumenta o limite para vendas isentas de tributos em lojas francas.*

PARECER Nº 892, DE 2013
(Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

RELATOR: Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**
RELATOR "AD HOC": Senador **LUIZ HENRIQUE**

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) o Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2012, de autoria do ilustre Senador CYRO MIRANDA, que objetiva aumentar o limite isenção para compras nas chamadas lojas *duty free*.

O projeto, composto por dois artigos, no seu art. 1º estende para US$ 1.200,00 o limite de isenção por passageiro no regime aduaneiro especial de loja franca. O art. 2º é a cláusula de vigência, fixada para a data de publicação da futura lei.

A Justificação do projeto destaca a conveniência da medida pela necessidade de diminuir a carga tributária brasileira e de incentivar a vinda de turistas ao Brasil.

No prazo regimental, a proposição não foi objeto de emendas.

A matéria ainda irá posteriormente à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos.

II – ANÁLISE

Por conter matéria relacionada a comércio exterior, a competência da CRE para a análise da matéria advém do inciso II do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Sob o ponto de vista da iniciativa, a proposrtura do projeto pelo parlamentar está amparada pelos arts. 48, I e 61 da Constituição Federal (CF), já que a matéria não consta do rol das competências legislativas do Presidente da República (§ 1° do art. 61, da CF), nem atenta contra os princípios descritos nos incisos do § 4° do art. 60, da Lei Maior.

Não há percalços de juridicidade que obstem a tramitação do projeto, uma vez que a matéria é veiculada pelo instrumento legislativo adequado, tem caráter genérico e não ofende qualquer princípio orientador do ordenamento jurídico pátrio.

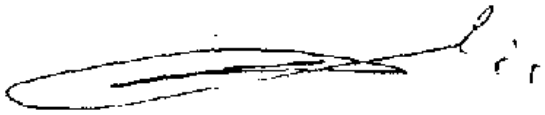
No mérito, a medida mostra-se importante pelo seu potencial de fomentar a atividade turística. Já passou da hora de restabelecer um limite de isenção razoável para as compras efetuadas em lojas francas, tendo em vista o longo período em que permanece sem atualização.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n° 355, de 2012.

Sala da Comissão, 21 de maio de 2013.

, Presidente



, Relator

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 21/05/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR: "AD HOC" SENADOR LUIZ HENRIQUE

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. Lindbergh Farias (PT)
Anibal Diniz (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	2. João Alberto Souza (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
Cyro Miranda (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim (PTB)
Fernando Collor (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. VAGO

PARECER Nº 893, DE 2013
(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

RELATOR: Senador **ARMANDO MONTEIRO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 355, de 2012, de autoria do ilustre Senador CYRO MIRANDA, ora em análise nesta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), como bem expressa a sua ementa, tem o intuito de elevar o limite de isenção para compras nas lojas francas.

O projeto contém apenas dois artigos. O primeiro aumenta para US$ 1.200,00 o limite de isenção por passageiro no regime aduaneiro especial de loja franca nas chegadas ao País, ao tempo em que cria limite de igual valor para as compras efetuadas na saída. O art. 2º fixa o início da vigência da norma para a data de sua publicação.

O projeto é justificado pelo autor pela necessidade de atualizar o limite de compras, considerado modesto em relação aos demais países, e de incentivar a vinda de turistas estrangeiros ao Brasil.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

A proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

II – ANÁLISE

A apreciação do projeto pela CAE e o caráter terminativo à decisão proferida têm fundamento, respectivamente, nos arts. 99, inciso IV, e 91, inciso I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A iniciativa para a propositura do projeto é conferida pelos arts. 24; 48, I; e 61, todos da Constituição Federal (CF), que atribuem competência aos membros do Congresso Nacional para legislarem sobre o direito e sistema tributário, desde que a matéria não conste do rol das competências legislativas do Presidente da República (§ 1º do art. 61, da CF), nem atente contra os princípios descritos nos incisos do § 4º do art. 60, da Lei Maior, como é o caso.

A juridicidade da proposição é assegurada, visto que o seu conteúdo é veiculado pelo instrumento legislativo adequado – lei ordinária –, possui os atributos da generalidade e da efetividade, bem como respeita todos os princípios orientadores do ordenamento jurídico.

O PLS nº 355, de 2012, foi elaborado em boa técnica legislativa, cumprindo a contento as exigências da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Em termos de mérito, é forçoso concordar com o autor do projeto que o limite atual de quinhentos dólares, mantido há mais de trinta anos, está desatualizado, por mais que a inflação em moeda americana não seja a mesma da realidade vivida pelo nosso País. Só esse motivo já seria suficiente para opinar pela validade da medida.

Além disso, entendemos que a elevação do teto atual representa um fomento legítimo à atividade das lojas francas, cuja atratividade vem sendo progressivamente diminuída com o aperto decorrente da falta de atualização.

Entretanto, nem tudo no projeto é potencialmente positivo. Muito embora o limite proposto seja bastante elevado e dificilmente represente obstáculo nas vendas feitas na área de embarque, o fato é que, tecnicamente, por representarem operação equivalente à exportação, não há por que instituir limite hoje inexistente para as compras em lojas francas no momento da saída do País. Para que a medida represente avanço, a impropriedade é corrigida por meio de emenda.

Quanto aos aspectos fiscais, embora a justificação não contenha projeção da repercussão fiscal da medida, entendemos que ela não fere a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que rege a matéria, simplesmente porque o aumento de vendas nas lojas francas decorrente da elevação do limite não existiria caso a medida não fosse adotada. Não há como se falar em perda de receita de algo que hoje não existe.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2012, com a emenda seguinte.

EMENDA Nº 1 – CAE
(ao PLS nº 355, de 2012)

Retire-se a expressão "ou saindo para o" do art. 1º do PLS nº 355, de 2012.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2013.

, Presidente

, Relator

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 47ª REUNIÃO, DE 13/08/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Delcidio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Anibal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PSD)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Alfredo Nascimento (PR)
Blairo Maggi (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Vicentinho Alves (PR)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – **PLS 355/2012.**

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)					1. PEDRO TAQUES (PDT)	X			
EDUARDO SUPLICY (PT)	X				2. WALTER PINHEIRO (PT)				
JOSÉ PIMENTEL (PT)	X				3. ANIBAL DINIZ (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					4. EDUARDO LOPES (PRB)				
LINDBERGH FARIAS (PT)					5. JORGE VIANA (PT)				
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	X				6. ACIR GURGACZ (PDT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	X				7) ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			
VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)					8. INÁCIO ARRUDA (PCDOB)				
					9) RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				
TITULARES – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA (PMDB)					1. CASILDO MALDANER (PMDB)				
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	X				2. RICARDO FERRAÇO (PMDB)				
VALDIR RAUPP (PMDB)					3. VAGO				
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					4. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
VITAL DO RÊGO (PMDB)					5. WALDEMIR MOKA (PMDB)				
ROMERO JUCÁ (PMDB)					6. CLÉSIO ANDRADE (PMDB)				
LUIZ HENRIQUE (PMDB)					7. ANA AMÉLIA (PP)				
IVO CASSOL (PP)					8. CIRO NOGUEIRA (PP)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)	X				9. BENEDITO DE LIRA (PP)				
KÁTIA ABREU (PSD)									
TITULARES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)		X			1. FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			
CYRO MIRANDA (PSDB)(AUTOR)					2. AÉCIO NEVES (PSDB)				
ALVARO DIAS (PSDB)					3. PAULO BAUER (PSDB)				
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	X				4. LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)					5. WILDER MORAIS (DEM)				
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO (PTB)	X				1. GIM (PTB)				
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	X				2. ALFREDO NASCIMENTO (PR)				
BLAIRO MAGGI (PR)	X				3. EDUARDO AMORIM (PSC)				
ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)	X				4. VICENTINHO ALVES (PR)				

Quórum: TOTAL 16 AUTOR 0 PRESIDENTE 1 DEMAIS 15
Votação: TOTAL 15 SIM 14 NÃO 1 ABS 0

SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II., EM 13/08/2013

Senador LINDBERGH FARIAS
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 132,§ 8º)
OBS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 51)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – **Emenda nº 1-CAE apresentada ao PLS nº 355/2012.**

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)					1. PEDRO TAQUES (PDT)	X			
EDUARDO SUPLICY (PT)	X				2. WALTER PINHEIRO (PT)				
JOSÉ PIMENTEL (PT)	X				3. ANIBAL DINIZ (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					4. EDUARDO LOPES (PRB)				
LINDBERGH FARIAS (PT)					5. JORGE VIANA (PT)				
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	X				6. ACIR GURGACZ (PDT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	X				7. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			
VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)					8. INÁCIO ARRUDA (PCDOB)				
					9. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				
TITULARES – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA (PMDB)					1. CASILDO MALDANER (PMDB)				
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	X				2. RICARDO FERRAÇO (PMDB)				
VALDIR RAUPP (PMDB)					3. VAGO				
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					4. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
VITAL DO RÊGO (PMDB)					5. WALDEMIR MOKA (PMDB)				
ROMERO JUCÁ (PMDB)					6. CLÉSIO ANDRADE (PMDB)				
LUIZ HENRIQUE (PMDB)					7. ANA AMÉLIA (PP)				
IVO CASSOL (PP)					8. CIRO NOGUEIRA (PP)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)	X				9. BENEDITO DE LIRA (PP)				
KÁTIA ABREU (PSD)									
TITULARES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)		X			1. FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			
CYRO MIRANDA (PSDB)(AUTOR)					2. AÉCIO NEVES (PSDB)				
ALVARO DIAS (PSDB)					3. PAULO BAUER (PSDB)				
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	X				4. LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)					5. WILDER MORAIS (DEM)				
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ARMANDO MONTEIRO (PTB)	X				1. GIM (PTB)				
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	X				2. ALFREDO NASCIMENTO (PR)				
BLAIRO MAGGI (PR)	X				3. EDUARDO AMORIM (PSC)				
ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)	X				4. VICENTINHO ALVES (PR)				

Quórum: TOTAL 16 AUTOR 0 PRESIDENTE 1 DEMAIS 15
Votação: TOTAL 15 SIM 14 NÃO 1 ABS 0

SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II., EM 13/08/2013

Senador LINDBERGH FARIAS
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 132,§ 8º)
OBS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 51)

TEXTO FINAL APRESENTADO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355 DE 2012

Aumenta o limite para vendas isentas de tributos em lojas francas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A venda de mercadorias a passageiro chegando do exterior, com isenção de tributos nos termos do regime aduaneiro especial de loja franca, será efetuada até o limite de US$ 1,200.00 (um mil e duzentos dólares dos Estados Unidos da América) ou o equivalente em outra moeda, por passageiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 2013.

Senador LINDBERGH FARIAS
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

.....

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

.....

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

OF. 198/2013/CAE

Brasília, 13 de agosto de 2013.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2° do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado n° 355 de 2012, que "aumenta o limite para vendas isentas de tributos em lojas francas", com a Emenda n° 1-CAE.

Atenciosamente,

Senador LINDBERGH FARIAS
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

PARECERES
Nºs 894 E 895, DE 2013

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2012, da Senadora Ana Amélia, que *altera os arts. 5º, 13 e 15 da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, para promover a concorrência de preços e condições de atendimento pós-venda na comercialização de veículos automotores de via terrestre.*

PARECER Nº 894, DE 2013
(Da Comissão De Meio Ambiente, Defesa Do Consumidor e Fiscalização E Controle)

RELATOR: Senador **IVO CASSOL**

I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 402, de 2012, da Senadora Ana Amélia, que *altera os arts. 5º, 13 e 15 da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, para promover a concorrência de preços e condições de atendimento pós-venda na comercialização de veículos automotores de via terrestre.*

São as seguintes as medidas propostas:

1) nos termos da legislação vigente, o concessionário obriga-se à comercialização de veículos automotores, implementos, componentes e máquinas agrícolas, de via terrestre, e à prestação de serviços inerentes aos mesmos, nas condições estabelecidas no contrato de concessão comercial, sendo-lhe **proibida** a prática dessas atividades, diretamente ou por intermédio de prepostos, fora de sua área demarcada. A proposição altera o dispositivo legal, para **facultar** ao concessionário a comercialização fora de sua área demarcada;

2) o concessionário será obrigado a divulgar o preço de comercialização do veículo, acrescido das seguintes informações:

I – somatório dos preços das peças que compõem o pacote básico de reparo de colisão, o qual deve incluir os parachoques dianteiro e traseiro, os espelhos retrovisores laterais, esquerdo e direito, os faróis principais e os auxiliares dianteiros, quando houver, as lanternas traseiras e as luzes de direção dianteiras e traseiras;

II – volume estimado de litros de combustível a ser consumido no período de cinco anos, calculado com base no consumo médio misto, urbano e rodoviário, para a rodagem de 60.000 (sessenta mil) quilômetros no período;

III – porcentagem estimada de depreciação no valor de venda do veículo após um ano, calculada com base no veículo de mesmo modelo, produzido no ano anterior, quando houver;

IV – valor do somatório das revisões básicas a serem executadas de acordo com o manual do proprietário, calculado com base no período de cinco anos para a rodagem mínima de 60.000 (sessenta mil) quilômetros no período;

3) o concessionário não poderá suspender os direitos de garantia de veículo outorgado ao consumidor no ato da compra com base no fato de os reparos terem sido feitos fora da rede de concessionários autorizados, caso o defeito reclamado no veículo não tenha qualquer conexão técnica com o reparo realizado fora da rede de concessionários autorizados;

4) o concedente poderá efetuar vendas diretas de veículos automores a qualquer comprador que opte pela compra por meio de comércio eletrônico. Nessa hipótese, deverá o produtor manter sítio nacional de vendas na rede mundial de computadores e ofertar ao menos quatro modelos de veículo automotor para venda direta por meio de comércio eletrônico, escolhidos necessariamente entre os de menor consumo de combustivel em sua gama de produtos.

De acordo com a proposição, a lei que dela se originar entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto, sua autora argumenta que os automóveis são vendidos no Brasil a preços exorbitantes.

Após mencionar diversos motivos pelos quais os preços são excessivos -- tais como a apreciação cambial, aumentos salariais e carga tributária – a autora do projeto defende a necessidade de *estimular maior concorrência no mercado, e assim baratear o veículo para o consumidor final.*

Alega que *a concessão, tal como estabelecida na Lei Ferrari, atua no sentido de inibir a entrada de concorrentes, (...) é um empecilho à livre concorrência e confere às concessionárias um privilégio que encarece o carro no Brasil – um privilégio que, em outras palavras, custa caro ao consumidor.*

Por esse motivo, propõe seja autorizada a venda de veículos novos pelas concessionárias, mesmo fora de sua área demarcada, bem como a venda pelos fabricantes, por comércio eletrônico, a qualquer comprador.

Argumenta, ainda, que *o oferecimento de mais informações ajudará o consumidor a melhor avaliar suas opções no momento de decidir a compra e incentivará as empresas a aperfeiçoarem seus produtos. Além disso, a reafirmação dos direitos de garantia abrirá maior espaço para a concorrência e libertará o proprietário do veículo das amarras que o prendem ao sistema de concessionárias.*

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Após a análise desta Comissão, a matéria será submetida à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

II – ANÁLISE

A proposição trata de matéria inserida no campo do Direito Empresarial, anteriormente conhecido como Direito Comercial, sobre o qual a União tem competência privativa para legislar, conforme dispõe o art. 22, I, da Constituição.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos do disposto nos arts. 48 e 61 da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: *a*) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei ordinária) é o adequado, *b*) o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico, *c*) possui o atributo da generalidade, *d*) se afigura dotado de potencial coercitividade, e *e*) é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

No mérito, entendemos que a proposição não deve prosperar.

A demarcação de área é inerente à concessão comercial, como dispõe o art. 5º da Lei nº 6.729, de 1979. Se, por um lado, o concessionário se obriga a comercializar veículos e a prestar serviços inerentes aos mesmos na sua área operacional, por outro, se lhe assegura o direito de atuar com exclusividade nessa área. Essa solução equilibra os interesses dos fabricantes e concessionários e vem atendendo o mercado há anos. A abertura de mercados na forma proposta desequilibraria totalmente essas relações, descaracterizando a concessão comercial.

Também entendemos razoável que se exija do consumidor, para que seja possível usufruir da garantia de veículo, que ele promova os reparos na rede autorizada.

O art. 50 do Código de Defesa do Consumidor estabelece que a garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito, o qual esclarecerá em que ela consiste, a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada, bem como os ônus a cargo do consumidor.

Desse modo, a exigência de que a garantia seja condicionada a que os reparos sejam feitos exclusivamente na rede credenciada pode ser estabelecida pelo fornecedor, não havendo motivo para vedá-la.

Finalmente, a proposição exige a divulgação de informações excessivas pelo concessionário, tais como o percentual estimado de depreciação no valor de venda do veículo após um ano e o valor do somatório das revisões básicas a serem executadas no prazo de cinco anos.

III – VOTO

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2012.

Sala da Comissão, 26 de maio de 2013.

SENADOR BLAIRO MAGGI, Presidente



, Relator

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Contro

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 5ª REUNIÃO, DE 26/03/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen Blairo Maggi

RELATOR: Sen. Ivo Cassol

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. VAGO
Acir Gurgacz (PDT)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. VAGO
Ivo Cassol (PP)	5. Eunicio Oliveira (PMDB)
Kátia Abreu (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Blairo Maggi (PR)	1. Gim (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Costa (PPL)
Fernando Collor (PTB)	3. VAGO

PARECER Nº 895 DE 2013

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

RELATOR: Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 402, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, cuja ementa é transcrita acima.

A proposição altera a Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, conhecida como "Lei Ferrari", que disciplina a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre. O objetivo destacado pela autora é promover a concorrência de preços e aperfeiçoar as condições de atendimento pós-venda nesse setor.

O § 2º do art. 5º da Lei nº 6.729, de 1979, obriga o concessionário a comercializar veículos automotores, implementos, componentes e máquinas agrícolas, de via terrestre, e a prestar serviços inerentes aos mesmos, nas condições estabelecidas no contrato de concessão comercial, sendo vedada a prática dessas atividades, diretamente ou por intermédio de prepostos, fora de sua área demarcada. A proposição, em seu art. 1º, altera esse dispositivo de modo a tornar facultativa ao concessionário a prática dessas atividades, diretamente ou por intermédio de prepostos, fora de sua área demarcada.

O art. 2º do projeto em tela acrescenta os §§ 1º-A e 3º ao art. 13 da Lei nº 6.729, de 1979. De acordo com o § 1º-A, o concessionário passa a ser obrigado a divulgar as seguintes informações juntamente ao preço de comercialização do veículo:

> I – valor do **somatório dos preços das peças que compõem o pacote básico de reparo de colisão**, o qual deve incluir os parachoques dianteiro e traseiro, os espelhos retrovisores laterais, esquerdo e direito, os faróis principais e os auxiliares dianteiros, quando houver, as lanternas traseiras e as luzes de direção dianteiras e traseiras;
>
> II – volume estimado de **litros de combustível a ser consumido no período de cinco anos**, calculado com base no consumo médio misto, urbano e rodoviário, para a rodagem de 60.000 (sessenta mil) quilômetros no período;
>
> III – porcentagem estimada de **depreciação no valor de venda do veículo após um ano**, sendo esse fator calculado com base no veículo de mesmo modelo, produzido no ano anterior, quando houver;
>
> IV – valor do ***somatório das revisões básicas*** a serem executadas de acordo com o manual do proprietário, calculado com base no período de 5 (cinco) anos para a rodagem mínima de 60.000 (sessenta mil) quilômetros no período.

O § 3º estabelece que os direitos de garantia de veículo outorgado ao consumidor no ato da compra não poderão ser suspensos *com base no fato de os reparos terem sido feitos fora da rede de concessionários autorizados, caso o defeito reclamado no veículo não tenha qualquer conexão técnica com o reparo realizado fora da rede de concessionários autorizados.*

A proposição, em seu art. 3º, altera ainda o art. 15 da Lei nº 6.729, de 1979, de modo a permitir ao concedente a venda de veículos automotores diretamente a qualquer comprador por meio de comércio eletrônico. Caso o concedente opte pelo comércio eletrônico, deverá manter um sítio nacional na *internet* e ofertar ao menos quatro modelos de veículo automotor, entre os de menor consumo de combustível em sua gama de produtos.

O art. 4º da proposição prevê que a vigência se dará a partir da data de publicação da Lei.

Em sua justificação, a autora destaca o alto preço dos automóveis no mercado brasileiro em comparação com modelos similares no exterior. Relaciona esse fato ao custo de produção crescente, à elevada carga tributária e à existência de um "*déficit* de concorrência em toda a cadeia produtiva". Argumenta que a Lei nº 6.729, de 1979, inibe a entrada de concorrentes, não existindo outra lei de concessão comercial nesses moldes em nenhum outro setor industrial.

A matéria foi encaminhada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que apresentou parecer pela rejeição do projeto, e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que deve apresentar a decisão terminativa.

No dia 5 de dezembro de 2012, foi realizada uma audiência pública na CAE "com o objetivo de discutir e esclarecer as razões para os altos preços dos veículos automotores no País e discutir medidas para a solução desse problema".

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O PLS nº 402, de 2012, vem à apreciação da CAE em cumprimento ao disposto no art. 99, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em termos formais, a proposição preenche os requisitos exigidos pela Constituição: não afronta cláusula pétrea, respeita o princípio da reserva de iniciativa, materializa-se na espécie adequada de lei e versa sobre matéria que está no âmbito de competência legislativa da União e das atribuições dos membros do Congresso Nacional.

Do ponto de vista material, o projeto está em harmonia com os preceitos da Lei Maior. Portanto, não se vislumbram óbices para a aprovação do PLS nº 402, de 2012, quanto à sua regimentalidade, juridicidade e constitucionalidade.

No entanto, quanto ao mérito, acredita-se que o projeto possa gerar efeitos diversos do pretendido, além de obrigar o concessionário a divulgar um conjunto de informações excessivo.

O PLS nº 402, de 2012, parte do princípio de que a competição intramarca teria condição de gerar uma queda nos preços. Contudo, não é possível afirmar que a competição entre concessionárias da mesma marca possa gerar, de maneira inequívoca, uma queda sustentável dos preços dos automóveis. Ao contrário, pode levar a um processo de concorrência predatória, resultando em falências das concessionárias mais frágeis, fusões e aquisições. Em uma situação limite, surgiriam poucos grandes grupos de concessionárias com elevado poder de mercado.

Deve-se destacar que o preço médio real de automóveis novos tem declinado ao longo dos últimos anos. Ou seja, o preço dos carros subiu menos que a inflação. Esse fato possui uma correlação estreita com a entrada de novas montadoras no mercado nacional, o que sugere que a competição entre marcas é uma das maiores responsáveis pela definição do preço. Essa queda do preço ocorreu mesmo tendo havido um grande aumento da demanda decorrente do aumento da renda média do brasileiro, o que tenderia a elevar o preço. Além disso, a trajetória de queda do preço real iniciou-se antes das reduções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Entende-se que os principais fatores que ainda fazem os preços dos automóveis no Brasil serem superiores ao de outros países são o poder de mercado, decorrente da alta concentração ainda presente nesse setor por fatores históricos, e a elevada carga tributária. Nenhum desses dois fatores é afetado pela proposição.

Por fim, julga-se razoável exigir que o consumidor faça as revisões obrigatórias na rede autorizada para manter a garantia do veículo. A proposição, ao permitir que o consumidor possa fazer reparos fora da concessionária sem perder a garantia, caso o defeito não tenha conexão técnica com o reparo realizado, cria uma situação que pode prejudicá-lo. A concessionária, por possuir mais informação sobre o seu produto que o consumidor, pode negar-lhe o uso das prerrogativas outorgadas na garantia, argumentando que o defeito possui conexão técnica com o reparo realizado fora da concessionária, invertendo, assim, o ônus da prova.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 402, de 2012.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2013.

SEN. LINDBERGH FARIAS, Presidente

SEN. RODRIGO ROLLEMBERG, Relator

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 47ª REUNIÃO, DE 13/08/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: , SÉN. LINDBERGH FARIAS

RELATOR: , SÉN. RODRIGO ROLLEMBERG

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Anibal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PSD)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Alfredo Nascimento (PR)
Blairo Maggi (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Vicentinho Alves (PR)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – **PLS 402/2012.**

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)					1. PEDRO TAQUES (PDT)		X		
EDUARDO SUPLICY (PT)		X			2. WALTER PINHEIRO (PT)				
JOSÉ PIMENTEL (PT)		X			3. ANIBAL DINIZ (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					4. EDUARDO LOPES (PRB)				
LINDBERGH FARIAS (PT)					5. JORGE VIANA (PT)				
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)		X			6. ACIR GURGACZ (PDT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)(RELATOR)		X			7. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)		X		
VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)					8. INÁCIO ARRUDA (PCDOB)				
					9. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				
TITULARES – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA (PMDB)					1. CASILDO MALDANER (PMDB)				
SÉRGIO SOUZA (PMDB)					2. RICARDO FERRAÇO (PMDB)				
VALDIR RAUPP (PMDB)					3. VAGO				
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					4. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
VITAL DO RÊGO (PMDB)					5. WALDEMIR MOKA (PMDB)				
ROMERO JUCÁ (PMDB)					6. CLÉSIO ANDRADE (PMDB)				
LUIZ HENRIQUE (PMDB)					7. ANA AMÉLIA (PP)(AUTOR)			X	
IVO CASSOL (PP)					8. CIRO NOGUEIRA (PP)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)					9. BENEDITO DE LIRA (PP)				
KÁTIA ABREU (PSD)									
TITULARES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)		X			1. FLEXA RIBEIRO (PSDB)		X		
CYRO MIRANDA (PSDB)					2. AÉCIO NEVES (PSDB)				
ALVARO DIAS (PSDB)					3. PAULO BAUER (PSDB)				
JOSÉ AGRIPINO (DEM)		X			4. LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)					5. WILDER MORAIS (DEM)				
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ARMANDO MONTEIRO (PTB)		X			1. GIM (PTB)				
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)		X			2. ALFREDO NASCIMENTO (PR)				
BLAIRO MAGGI (PR)		X			3. EDUARDO AMORIM (PSC)				
ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)		X			4. VICENTINHO ALVES (PR)				

Quórum: TOTAL 15 AUTOR 1 PRESIDENTE 1 DEMAIS 13
Votação: TOTAL 13 SIM 0 NÃO 13 ABS 0

SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, EM 13/08/2013

Senador LINDBERGH FARIAS
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 132,§ 8º)
OBS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 51)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

.....

Art. 50. A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito.

.....

LEI Nº 6.729, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1979.

Dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.

.....

Art. 5º São inerentes à concessão: (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

.....

§ 2º O concessionário obriga-se à comercialização de veículos automotores, implementos, componentes e máquinas agrícolas, de via terrestre, e à prestação de serviços inerentes aos mesmos, nas condições estabelecidas no contrato de concessão comercial, sendo-lhe defesa a prática dessas atividades, diretamente ou por intermédio de prepostos, fora de sua área demarcada. (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

.....

Art. 13. É livre o preço de venda do concessionário ao consumidor, relativamente aos bens e serviços objeto da concessão dela decorrentes. (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

1° Os valores do frete, seguro e outros encargos variáveis de remessa da mercadoria ao concessionário e deste ao respectivo adquirente deverão ser discriminados, individualmente, nos documentos fiscais pertinentes. (Incluído pela Lei nº 8.132, de 1990)

2º Cabe ao concedente fixar o preço de venda aos concessionários, preservando sua uniformidade e condições de pagamento para toda a rede de distribuição. (Incluído pela Lei nº 8.132, de 1990)

.....

Art . 15. O concedente poderá efetuar vendas diretas de veículos automotores.

.....

OF. 203/2013/CAE

Brasília, 13 de agosto de 2013.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2° do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado n° 402 de 2012, que "altera os arts. 5°, 13 e 15 da Lei n° 6.729, de 28 de novembro de 1979, para promover a concorrência de preços e condições de atendimento pós-venda na comercialização de veículos automotores de via terrestre".

Atenciosamente,

Senador LINDBERGH FARIAS
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

PARECERES
Nºs 896 E 897, DE 2013

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2010, dos Senadores Cristovam Buarque e Pedro Simon, que altera o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para introduzir critério de reajuste anual de seu valor.

PARECER Nº 896, DE 2013
(Da Comissão de Educação Cultura e Esporte)

RELATORA: Senadora ANA RITA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 325, de 2010, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Pedro Simon, que altera o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para modificar o critério de reajuste anual de seu valor.

Pelo art. 1º do PLS, o referido parágrafo único se desdobra em dois: no § 1º, adiciona-se à regra original do reajuste uma garantia de aumento do piso sempre igual ao que tiver sido concedido aos senadores da República para o mesmo exercício; no § 2º, é explicitado que, para o ano de 2011, o reajuste do piso dos professores será o mesmo que foi concedido aos senadores.

O art. 2º do projeto fixa a data da publicação da lei como início de sua vigência.

A justificação do projeto parte do fato de que, em dezembro de 2010, foi concedido aos senadores um reajuste de 61,78% em seus salários, como forma de igualá-los aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que ganham R$ 26.723,13 mensais.

Enquanto isso, os vencimentos dos professores das escolas públicas de educação básica são referenciados por um piso até então fixado em R$ 1.024,00 – quantia abaixo da qual não se pode fixar o vencimento de carreira do magistério referente a 40 horas semanais e ao professor com formação de nível médio.

Por isso, o PLS tem como intuito demonstrar à nação que os senadores creditam aos professores pelo menos a mesma importância do que é atribuída aos parlamentares, premiados com o aumento substancial de R$ 10.211,14. O mesmo argumento usado para esse reajuste dos senadores – as condições favoráveis de crescimento econômico do País – tem que ser usado no caso do aumento para o piso do magistério público, para redundar em remunerações condignas e compatíveis com suas funções.

Examinada pela CE, o projeto seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos, para análise em caráter terminativo.

O projeto não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Segundo o art. 102, I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CE examinar, entre outras, questões gerais da educação, incluindo suas diretrizes e bases, em âmbito nacional.

A valorização dos profissionais da educação, principalmente dos professores da educação básica, constitui matéria que não somente atine, como preocupa a todos os parlamentares, responsáveis que são pelas políticas educacionais e pela reversão do *status quo* hoje vigente no setor público – a desqualificação dos serviços educacionais.

Ora, todas as análises convergem para a mesma conclusão: enquanto os professores, pela baixa remuneração, forem obrigados a múltiplas jornadas e a duplos empregos, é impossível manter, em regime de sustentabilidade social e gerencial, uma rede de educação de qualidade. Nossas "ilhas de excelência" em educação pública, salvo as honrosas e fugazes exceções, coincidem com escolas onde os professores têm melhores salários e dedicação exclusiva. Ora, não se pode exigir que um professor, com salário mensal de R$ 1.024,00 – ou mesmo R$ 2.000,00 – se sinta dispensado de acumular outro emprego ou procurar outra profissão. Não admira que a opção profissional pelo magistério esteja cada vez menos no horizonte dos jovens brasileiros.

Não são necessários mais argumentos em favor de melhor remuneração dos professores. A questão é como conseguir recursos financeiros para os estados e municípios, que arcam com 98% dos encargos da educação básica pública, poderem lhes pagar melhores salários.

Em boa hora, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que dispõe sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE), a vigorar pelos próximos dez anos, a partir de sua aprovação. Nele se prevê o aumento de investimentos públicos em educação, hoje correspondentes a 5% do Produto Interno Bruto, para o patamar de 7% que, ainda que não seja o ideal, representa, em moeda corrente, um aporte de R$ 80 bilhões, que ficarão disponíveis para a ampliação do atendimento às demandas de escolarização reprimidas e para a melhoria salarial dos profissionais da educação. Esses recursos advirão não somente de remanejamento de verbas da União, como de mais arrecadação de tributos e de maior destinação de suas receitas à educação.

É bem verdade que o percentual de reajuste preconizado pelo PLS é de difícil absorção por orçamentos estaduais e municipais já em execução, de um só golpe, mesmo porque não podemos comparar o volume de despesas exigido por 81 senadores com o que seria necessário para o aumento de remuneração de até 2 milhões de professores. Mas essa circunstância não afeta a validade do projeto. Muito menos o falso argumento de que o legislador federal não poderia interferir nas finanças de outros entes federados: o que está em jogo é a norma geral do piso nacional, garantido, inclusive, na Lei nº 11.738, de 2008, por suplementação financeira da União. Registre-se que em muitas redes estaduais e municipais já se praticam remunerações acima dos R$ 1.656,62 – valor do piso, com 61,78% do reajuste proposto.

Ocorre que o objeto do PLS nº 325, de 2010, já constou de matéria apreciada pela Casa e que, por conseguinte, encontra-se em estágio mais avançado de tramitação. Tal é o PLC nº 321, de 2009, (CD PL nº 03776, de 2008, na Casa de origem), de autoria do Poder Executivo. O PLC altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que *regulamenta a alínea e do inciso III do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.*

Em situações dessa natureza, por motivo de economia processual, e para não impor-se dificuldade à tramitação de matéria em estágio mais avançado, diz o Regimento Interno do Senado Federal, em seu artigo nº 334, inciso II, que o Presidente da Casa declarará prejudicada matéria em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação.

Assim sendo, para atender ao pressuposto de regimentalidade, a alternativa viável é a declaração de prejudicialidade, inobstante o acentuado mérito da proposição.

III – VOTO

Pelo exposto, nosso voto é pela recomendação de **prejudicialidade** do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2010, por tratar-se de matéria já apreciada pelo Senado Federal, na forma do PLC nº 321, de 2009.

Sala da Comissão, 8 de maio de 2012.

, Presidente

, Relatora

Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2010

ASSINAM O PARECER, NA 20ª REUNIÃO, DE 08/05/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. Roberto Requião

RELATOR: Sen. Ana Rita

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Benedito de Lira (PP)	4. Waldemir Moka (PMDB)
Ana Amélia (PP)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
VAGO	6. Ciro Nogueira (PP)
VAGO	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
VAGO	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM)
José Agripino (DEM)	5. Alvaro Dias (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Antonio Russo (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL	
Kátia Abreu	1. Randolfe Rodrigues

PARECER Nº 897, DE 2013
(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

RELATOR: Senador **JOSÉ PIMENTEL**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 325, de 2010, de autoria dos ilustres Senadores Cristovam Buarque e Pedro Simon, dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que *regulamenta a alínea "e" do inciso III do* ***caput*** *do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica*.

A proposta é que a correção do valor do piso salarial acima especificado, além acompanhar o crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, tal qual hoje estabelecido, também passe a incorporar o mesmo índice de reajuste anual concedido aos Senadores da República.

O projeto de lei foi distribuído à Comissão de Educação, Cultura e Esportes (CE) e a esta Comissão (CAE), à qual cabe a decisão terminativa. Na CE, foi aprovado relatório da Senadora Ana Rita pela prejudicialidade da proposição.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Em geral, nada há a opor com relação à constitucionalidade e juridicidade da matéria. No entanto, a proposição não respeita as determinações contidas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), na medida em que não apresenta qualquer estimativa relativa a seu impacto orçamentário e financeiro, bem como à respectiva compensação.

Do ponto de vista substantivo, importa destacar que, em 6 de abril de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela constitucionalidade da Lei nº 11.738, de 2008, dita Lei do Piso, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.167, *verbis:*

"Ementa: *CONSTITUCIONAL. FINANCEIRO. PACTO FEDERATIVO E REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIA. PISO NACIONAL PARA OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA. CONCEITO DE PISO: VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO GLOBAL. RISCOS FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO. JORNADA DE TRABALHO: FIXAÇÃO DO TEMPO MÍNIMO PARA DEDICAÇÃO A ATIVIDADES EXTRACLASSE EM 1/3 DA JORNADA. ARTS. 2º, §§ 1º E 4º, 3º, CAPUT, II E III E 8º, TODOS DA LEI 11.738/2008. CONSTITUCIONALIDADE. PERDA PARCIAL DE OBJETO.*

1. Perda parcial do objeto desta ação direta de inconstitucionalidade, na medida em que o cronograma de aplicação escalonada do piso de vencimento dos professores da educação básica se exauriu (arts. 3º e 8º da Lei 11.738/2008).

2. É constitucional a norma geral federal que fixou o piso salarial dos professores do ensino médio com base no vencimento, e não na remuneração global. Competência da União para dispor sobre normas gerais relativas ao piso de vencimento dos professores da educação básica, de modo a utilizá-lo como mecanismo de fomento ao sistema educacional e de valorização profissional, e não apenas como instrumento de proteção mínima ao trabalhador.

3. É constitucional a norma geral federal que reserva o percentual mínimo de 1/3 da carga horária dos docentes da educação básica para dedicação às atividades extraclasse.

Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. Perda de objeto declarada em relação aos arts. 3º e 8º da Lei 11.738/2008.

STF. ADI 4167. Relator Ministro Joaquim Barbosa. Divulgação: DJe de 23.08.2011, pág 27."

Pela regra vigente, a correção do piso salarial do magistério tem como base o crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Na prática, isso significou um aumento de 22,22% do piso em 2012, levando a remuneração mínima de um professor de nível médio com jornada de 40 horas semanais a R$ 1.451,00.

O critério contido na proposição em análise padece de um grau apreciável de imprevisibilidade, posto que os índices de reajuste concedidos aos Senadores da República não obedecem a uma regra fixa. Por exemplo, em 2012 a regra da Lei do Piso foi mais vantajosa do que teria sido a fórmula proposta na redação dada pelo PLS sob exame.

Porém, nada impediria que, em outro ano, a mudança proposta viesse a significar um aumento brusco do piso, com conseqüências indesejáveis, e difíceis de contornar, sobre as finanças de estados e municípios, com reflexos negativos imprevisíveis também nas contas da União.

Objetivamente, o essencial é que a Lei do Piso já contém um critério de reajustes salariais que garante ganhos reais para os professores ao longo dos anos, cuja aplicabilidade vem sendo comprovada, de modo que o projeto em tela perdeu sua oportunidade. Com efeito, assim como deliberado pela CE, entendemos que a proposição está prejudicada.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2010, por perda de oportunidade.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2013.

, Presidente

, Relator

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2010 CAE

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 47ª REUNIÃO, DE 13/08/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Anibal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PSD)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Alfredo Nascimento (PR)
Blairo Maggi (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Vicentinho Alves (PR)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – **Declaração de Prejudicialidade ao PLS 325/2010.**

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)					1. PEDRO TAQUES (PDT)	X			
EDUARDO SUPLICY (PT)	X				2. WALTER PINHEIRO (PT)				
JOSÉ PIMENTEL (PT)(RELATOR)	X				3. ANIBAL DINIZ (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					4. EDUARDO LOPES (PRB)				
LINDBERGH FARIAS (PT)					5. JORGE VIANA (PT)				
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)(AUTOR)			X		6. ACIR GURGACZ (PDT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					7. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			
VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)					8. INÁCIO ARRUDA (PCDOB)				
					9. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				
TITULARES – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA (PMDB)					1. CASILDO MALDANER (PMDB)				
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	X				2. RICARDO FERRAÇO (PMDB)	X			
VALDIR RAUPP (PMDB)					3. VAGO				
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					4. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
VITAL DO RÊGO (PMDB)					5. WALDEMIR MOKA (PMDB)				
ROMERO JUCÁ (PMDB)					6. CLÉSIO ANDRADE (PMDB)				
LUIZ HENRIQUE (PMDB)					7. ANA AMÉLIA (PP)				
IVO CASSOL (PP)					8. CIRO NOGUEIRA (PP)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)	X				9. BENEDITO DE LIRA (PP)	X			
KÁTIA ABREU (PSD)									
TITULARES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X				1. FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			
CYRO MIRANDA (PSDB)					2. AÉCIO NEVES (PSDB)				
ALVARO DIAS (PSDB)					3. PAULO BAUER (PSDB)				
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	X				4. LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)					5. WILDER MORAIS (DEM)				
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ARMANDO MONTEIRO (PTB)	X				1. GIM (PTB)				
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	X				2. ALFREDO NASCIMENTO (PR)				
BLAIRO MAGGI (PR)	X				3. EDUARDO AMORIM (PSC)				
ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)	X				4. VICENTINHO ALVES (PR)				

Quórum: TOTAL 17 AUTOR 1 PRESIDENTE 1 DEMAIS 15
Votação: TOTAL 15 SIM 15 NÃO 0 ABS 0

SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, EM 13/08/2013

Senador LINDBERGH FARIAS
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 132,§ 8º)
OBS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 51)

OF. 199/2013/CAE

Brasília, 13 de agosto de 2013.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 325 de 2010, que "altera o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para introduzir critério de reajuste anual de seu valor".

Atenciosamente,

Senador LINDBERGH FARIAS
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

.....

Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (Vide Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

.....

III - observadas as garantias estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 208 da Constituição Federal e as metas de universalização da educação básica estabelecidas no Plano Nacional de Educação, a lei disporá sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008.

Regulamenta a alínea "e" do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das DisposiçõesConstitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

.....

Art. 5o O piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009.

Parágrafo único. A atualização de que trata o caput deste artigo será calculada utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

.....

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATORA: Senadora **ANA RITA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 325, de 2010, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Pedro Simon, que altera o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para modificar o critério de reajuste anual de seu valor.

Pelo art. 1º do PLS, o referido parágrafo único se desdobra em dois: no § 1º, adiciona-se à regra original do reajuste uma garantia de aumento do piso sempre igual ao que tiver sido concedido aos senadores da

República para o mesmo exercício; no § 2º, é explicitado que, para o ano de 2011, o reajuste do piso dos professores será o mesmo que foi concedido aos senadores.

O art. 2º do projeto fixa a data da publicação da lei como início de sua vigência.

A justificação do projeto parte do fato de que, em dezembro de 2010, foi concedido aos senadores um reajuste de 61,78% em seus salários, como forma de igualá-los aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que ganham R$ 26.723,13 mensais.

Enquanto isso, os vencimentos dos professores das escolas públicas de educação básica são referenciados por um piso até então fixado em R$ 1.024,00 – quantia abaixo da qual não se pode fixar o vencimento de carreira do magistério referente a 40 horas semanais e ao professor com formação de nível médio.

Por isso, o PLS tem como intuito demonstrar à nação que os senadores creditam aos professores pelo menos a mesma importância do que é atribuída aos parlamentares, premiados com o aumento substancial de R$ 10.211,14. O mesmo argumento usado para esse reajuste dos senadores – as condições favoráveis de crescimento econômico do País – tem que ser usado no caso do aumento para o piso do magistério público, para redundar em remunerações condignas e compatíveis com suas funções.

Examinada pela CE, o projeto seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos, para análise em caráter terminativo.

O projeto não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Segundo o art. 102, I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CE examinar, entre outras, questões gerais da educação, incluindo suas diretrizes e bases, em âmbito nacional.

A valorização dos profissionais da educação, principalmente dos professores da educação básica, constitui matéria que não somente atine, como preocupa e até mesmo atormenta a consciência de todos os

parlamentares, responsáveis que são pelas políticas educacionais e pela reversão do *status quo* hoje vigente no setor público – a desqualificação dos serviços educacionais.

Ora, todas as análises convergem para a mesma conclusão: enquanto os professores, pela baixa remuneração, forem obrigados a múltiplas jornadas e a duplos empregos, é impossível manter, em regime de sustentabilidade social e gerencial, uma rede de educação de qualidade. Nossas "ilhas de excelência" em educação pública, salvo as honrosas e fugazes exceções, coincidem com escolas onde os professores têm melhores salários e dedicação exclusiva. Ora, não se pode exigir que um professor, com salário mensal de R$ 1.024,00 – ou mesmo R$ 2.000,00 – se sinta dispensado de acumular outro emprego ou procurar outra profissão. Não admira que a opção profissional pelo magistério esteja cada vez menos no horizonte dos jovens brasileiros.

Não são necessários mais argumentos em favor de melhor remuneração dos professores. A questão é como conseguir recursos financeiros para os estados e municípios, que arcam com 98% dos encargos da educação básica pública, poderem lhes pagar melhores salários.

Em boa hora, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que dispõe sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE), a vigorar pelos próximos dez anos, a partir de sua aprovação. Nele se prevê o aumento de investimentos públicos em educação, hoje correspondentes a 5% do Produto Interno Bruto, para o patamar de 7% que, ainda que não seja o ideal, representa, em moeda corrente, um aporte de R$ 80 bilhões, que ficarão disponíveis para a ampliação do atendimento às demandas de escolarização reprimidas e para a melhoria salarial dos profissionais da educação. Esses recursos advirão não somente de remanejamento de verbas da União, como de mais arrecadação de tributos e de maior destinação de suas receitas à educação.

É bem verdade que o percentual de reajuste preconizado pelo PLS é de difícil absorção por orçamentos estaduais e municipais já em execução, de um só golpe, mesmo porque não podemos comparar o volume de despesas exigido por 81 senadores e com o que seria necessário para o aumento de remuneração de até 2 milhões de professores. Mas essa circunstância não afeta a validade do projeto. Muito menos o falso argumento de que o legislador federal não poderia interferir nas finanças de

outros entes federados: o que está em jogo é a norma geral do piso nacional, garantido, inclusive, na Lei nº 11.738, de 2008, por suplementação financeira da União. Registre-se que em muitas redes estaduais e municipais já se praticam remunerações acima dos R$ 1.656,62 – valor do piso, com 61,78% do reajuste proposto.

Nossa análise converge para uma solução operacional, inspirada na própria dinâmica do reajuste dado aos senadores, cujo valor não correspondeu a uma diferença anual do valor aquisitivo de suas remunerações. Trata-se da aplicação gradual do índice de reajuste, compatível com as metas do PNE e com a absorção dos seus efeitos nos orçamentos subnacionais.

III – VOTO

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2010, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, DE 2010

Altera a Lei nº 11.758, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para introduzir critério de reajuste anual de seu valor.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art.5º** .....

§ 1º A atualização de que trata o *caput* será calculada utilizando-se o percentual de crescimento, confirmado nos dois anos anteriores, do valor mínimo anual por aluno, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

§ 2º Em qualquer hipótese, a partir de 2012 o piso terá um acréscimo anual de valor, além do reajuste previsto no § 1º, correspondente a um quarto do percentual de aumento de remuneração concedido aos senadores da República para o ano de 2011, em relação à de 2010, até atingir o dobro do valor real do piso em 2009, nos termos da presente Lei." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, , Presidente

Lúcia Rita Bongiovino , Relatora

PARECER
Nº 898, DE 2013

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2010, do Senador Marcelo Crivella, que estabelece regime especial de parcelamento de tributos federais para a empresa nascente.

RELATOR: Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

I - RELATÓRIO

Chega a esta Comissão de Assuntos Econômicos, para análise em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 208, de 2010, apresentado pelo Senador MARCELO CRIVELLA, que *estabelece regime especial de parcelamento de tributos federais para a empresa nascente*, definida pelo art. 2º como a pessoa jurídica que atenda, cumulativamente, durante os primeiros vinte e quatro meses a contar do arquivamento dos seus atos constitutivos na junta comercial, os seguintes requisitos:

> I – não resulte de fusão, cisão, incorporação, transformação ou sucessão de outra, salvo quando decorrente de alienação judicial em processo de falência ou de filial ou de unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial;
>
> 2 – não tenha como sócio, acionista, administrador, financiador a qualquer título, avalista ou fiador: *(i)* pessoa que tenha figurado como sócio, acionista ou administrador de pessoa jurídica do mesmo ramo de negócio, na mesma unidade da federação, nos dois anos anteriores; *(ii)* cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 4º (quarto) grau, das pessoas referidas anteriormente;
>
> 3 – não tenha pessoa jurídica como sócio ou acionista;
>
> 4 – exerça atividade industrial, comercial, agropecuária ou preste serviços que não sejam de profissões regulamentadas;
>
> 5 – tenha capital nominal igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
>
> 6 – tenha receita bruta não superior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos primeiros doze meses de operação, considerada essa como o produto da venda de bens e serviços, nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Está excluída do conceito de empresa nascente, consoante o § 2º do art. 2º do PLS, a pessoa jurídica optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata a Lei Complementar (LCP) nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Segundo o art. 3º da proposição, os impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) incluídos no parcelamento, regularmente apurados e devidos em cada mês, até o vigésimo quarto mês a partir da data de arquivamento dos seus atos constitutivos na junta comercial, poderão ser opcionalmente pagos em até sessenta meses, não podendo haver parcela inferior a R$ 100,00 (cem reais), sobre a qual incidirá o encargo único equivalente a dez por cento da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente.

Estão incluídos no parcelamento: o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); a Contribuição para o PIS/PASEP; a Contribuição previdenciária, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. A Contribuição para o PIS/Pasep, a Cofins e o IPI incidentes na importação de bens e serviços não podem ser parcelados.

O § 4º do art. 3º determina que a inadimplência de até três parcelas, consecutivas ou não, implica incidência da SELIC e de juros moratórios aplicáveis sobre impostos e contribuições arrecadados pela RFB fora do prazo. A partir do quarto inadimplemento, consecutivo ou não, haverá o vencimento antecipado de todas as parcelas e incidência de todos os acréscimos cominados na legislação para o pagamento fora do prazo dos impostos e contribuições arrecadados pela RFB.

O parcelamento deixará de ser aplicado a partir do mês subsequente àquele em que a receita bruta acumulada da empresa ultrapassar R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), antes de decorridos os primeiros doze meses da operação (art. 5º).

A justificação relata que oitenta e quatro por cento das empresas brasileiras deixam de funcionar em até dois anos após seu registro na junta comercial. Um dos principais motivos para esse alto percentual é a pesada carga tributária nacional. Dessa forma, a instituição de um parcelamento de tributos federais optativo e dirigido às novas empresas contribuirá para estimular o empreendedorismo e elevar o nível de formalidade da economia, em benefício de toda a sociedade.

Não houve emendas à proposição. Foram anexados ao processado relatórios dos Senadores GERSON CAMATA e WELLINGTON DIAS, não apreciados.

II - ANÁLISE

É competência da Comissão de Assuntos Econômicos analisar proposições pertinentes a tributos, dispensada a competência do Plenário, conforme dispõe o art. 91, inciso I, cumulado com o art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto não apresenta vícios de constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade, estando apto a ser apreciado. Na elaboração do PLS foram respeitadas as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, relacionadas à técnica legislativa.

O projeto não se encontra adequado, contudo, em termos orçamentários e financeiros, por não atender os ditames da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Isso porque, apesar de haver renúncia de receita, a proposição não veio acompanhada da respectiva estimativa do impacto orçamentário-financeiro da norma no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.

Quanto ao ponto, não é demais frisar que a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados rejeitou proposições oriundas do Senado Federal sob fundamento de inexistir a estimativa da renúncia fiscal exigida pela LRF. A questão, inclusive, é objeto de enunciado da CFT:

> **SÚMULA – CFT nº 1/08**
>
> É incompatível e inadequada a proposição, inclusive em caráter autorizativo, que, conflitando com as normas da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – deixe de apresentar a estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro, bem como a respectiva compensação.

A renúncia de receita da proposição decorre do tratamento tributário mais benéfico concedido a um grupo determinado de contribuintes pelo art. 3º, que ainda prevê a incidência, sobre os valores parcelados, de encargo único equivalente a dez por cento da Selic, ou seja, montante bem inferior ao exigido, por exemplo, pela Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que enuncia as normas gerais de parcelamento dos

débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional. O art. 13 dessa norma determina que o valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação do débito até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

No mérito, partilhamos do receio de doutrinadores e especialistas no sentido de que projetos como este podem estimular o descumprimento de obrigações tributárias. O jurista Fábio Ulhoa Coelho, recentemente nomeado pelo Presidente desta Casa para exercer a relatoria-geral da Comissão destinada a elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial, chama de *risco moral* aquele decorrente do estímulo ao erro, embutido em toda medida de saneamento de situações caóticas. Um exemplo seria a anistia fiscal, que de tempos em tempos perdoa quem não paga seus impostos e tem como principal objetivo a normalização da situação econômica dos contribuintes alcançados por dificuldades. A medida, no entanto, acaba estimulando a inadimplência de pessoas desprovidas de adequada formação moral. Trata-se de subproduto indesejado das medidas saneadoras, que não preocupa enquanto efeito marginal (Corram, o risco moral vem aí. O Estado de São Paulo. Coluna Espaço Aberto. Publicado em 10 out. 2007).

Ademais, o PLS institui norma de difícil implementação. O incentivo concedido é insustentável no médio prazo, pois as empresas nascentes, na verdade, vão ser devedoras não apenas dos tributos, mas dos encargos, que, apesar de inferiores aos vigentes, oneram a dívida. Ao longo dos anos haverá acúmulo de débitos que tornará inviável o empreendimento e o pagamento do débito tributário. Assim, o projeto estimula a inadimplência, além de não prever de maneira clara as consequências para o descumprimento dos requisitos de qualificação da empresa nascente.

Entendemos que, quanto à matéria sob análise, que envolve aspectos como a carga tributária, a burocracia e a dificuldade de empreender em nosso País, a luta do Congresso Nacional deve ser ampla. Medidas pontuais, que não atacam o cerne dos problemas, são apenas paliativas. No limite, até pioram as distorções existentes. Para incentivar as novas empresas, temos que buscar, isso sim, por fim à burocracia na administração pública, tornar o sistema tributário menos complexo e equilibrado, melhorar nossa infraestrutura e serviços.

III - VOTO

Diante do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2010.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2013.

, Presidente

, Relator

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2010
TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 47ª REUNIÃO, DE 13/08/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Delcidio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Anibal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Janessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PSD)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Alfredo Nascimento (PR)
Blairo Maggi (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Vicentinho Alves (PR)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 208/2010.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)					1. PEDRO TAQUES (PDT)		X		
EDUARDO SUPLICY (PT)		X			2. WALTER PINHEIRO (PT)				
JOSÉ PIMENTEL (PT)		X			3. ANIBAL DINIZ (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)		X			4. EDUARDO LOPES (PRB)				
LINDBERGH FARIAS (PT)					5. JORGE VIANA (PT)				
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)		X			6. ACIR GURGACZ (PDT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					7. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)					8. INÁCIO ARRUDA (PCDOB)				
					9. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				
TITULARES – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA (PMDB)					1. CASILDO MALDANER (PMDB)				
SÉRGIO SOUZA (PMDB)		X			2. RICARDO FERRAÇO (PMDB)		X		
VALDIR RAUPP (PMDB)					3. VAGO				
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					4. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
VITAL DO RÊGO (PMDB)					5. WALDEMIR MOKA (PMDB)				
ROMERO JUCÁ (PMDB)					6. CLÉSIO ANDRADE (PMDB)				
LUIZ HENRIQUE (PMDB)					7. ANA AMÉLIA (PP)				
IVO CASSOL (PP)					8. CIRO NOGUEIRA (PP)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)		X			9. BENEDITO DE LIRA (PP)		X		
KÁTIA ABREU (PSD)									
TITULARES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)(RELATOR)		X			1. FLEXA RIBEIRO (PSDB)		X		
CYRO MIRANDA (PSDB)					2. AÉCIO NEVES (PSDB)				
ÁLVARO DIAS (PSDB)					3. PAULO BAUER (PSDB)				
JOSÉ AGRIPINO (DEM)		X			4. LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)					5. WILDER MORAIS (DEM)				
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO (PTB)		X			1. GIM (PTB)				
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)					2. ALFREDO NASCIMENTO (PR)				
BLAIRO MAGGI (PR)		X			3. EDUARDO AMORIM (PSC)				
ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)					4. VICENTINHO ALVES (PR)				

Quórum: TOTAL 15 AUTOR 0 PRESIDENTE 1 DEMAIS 14
Votação: TOTAL 14 SIM 0 NÃO 14 ABS 0

SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, EM 13/08/2013

Senador LINDBERGH FARIAS
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 132, § 6º)
OBS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 51)

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

.....

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

.....

Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de: [8]

.....

LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002.

Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.

.....

Art. 13. O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

§ 1º O valor mínimo de cada prestação será fixado em ato conjunto do Secretário da Receita Feceral do Brasil e do Procurador-Geral da Fazenda Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

§ 2º No caso de parcelamento de débito inscrito em Dívida Ativa da União, o devedor pagará custas, emolumentos e demais encargos legais (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

OF. 200/2013/CAE

Brasília, 13 de agosto de 2013.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 208 de 2010, que "estabelece regime especial de parcelamento de tributos federais para a empresa nascente".

Atenciosamente,

Senador LINDBERGH FARIAS
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 208, de 2010, de autoria do Senador MARCELO CRIVELLA, *estabelece regime especial de parcelamento de tributos federais para a empresa nascente*, definida, em seu art. 2º, como a pessoa jurídica que atenda, cumulativamente, durante os primeiros vinte e quatro meses a contar do arquivamento dos seus atos constitutivos na junta comercial, os seguintes requisitos:

1 – não resulte de fusão, cisão, incorporação, transformação ou sucessão de outra, salvo quando decorrente de alienação judicial em processo de falência ou de filial ou de unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial;

2 – não tenha como sócio, acionista, administrador, financiador a qualquer título, avalista ou fiador: *(i)* pessoa que tenha figurado como sócio, acionista ou administrador de pessoa jurídica do mesmo ramo de negócio, na mesma unidade da federação, nos dois anos anteriores; *(ii)* cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 4º (quarto) grau, das pessoas referidas anteriormente;

3 – não tenha pessoa jurídica como sócio ou acionista;

4 – exerça atividade industrial, comercial, agropecuária ou preste serviços que não sejam de profissões regulamentadas;

5 – tenha capital nominal igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

6 – tenha receita bruta não superior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos primeiros doze meses de operação, considerada esta como o produto da venda de bens e serviços, nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Está excluída do conceito de empresa nascente a pessoa jurídica optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata a Lei Complementar (LCP) nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O art. 3º do projeto enuncia que os impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) incluídos no parcelamento, regularmente apurados e devidos em cada mês, até o vigésimo quarto mês a partir da data de arquivamento dos seus atos constitutivos na junta comercial, poderão ser opcionalmente pagos em até sessenta meses, não podendo haver parcela inferior a R$ 100,00 (cem reais), sobre a qual incidirá o encargo único equivalente a dez por cento da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente.

Havendo inadimplência de até três parcelas, consecutivas ou não, incidirá sobre elas encargo integral da SELIC e juros moratórios aplicáveis sobre impostos e contribuições arrecadados pela RFB fora do prazo. A partir do quarto inadimplemento, consecutivo ou não, haverá o vencimento antecipado de todas as parcelas e incidência de todos os acréscimos cominados na legislação para o pagamento fora do prazo dos impostos e contribuições arrecadados pela RFB.

Estão incluídos no parcelamento os seguintes tributos federais: *(i)* Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); *(ii)* Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); *(iii)* Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); *(iv)* Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); *(v)* Contribuição para o PIS/PASEP; *(vi)* Contribuição previdenciária, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. A Contribuição para o PIS/Pasep, a Cofins e o IPI incidentes na importação de bens e serviços estão excluídos do parcelamento.

Segundo o art. 5º do projeto, o parcelamento deixará de ser aplicado a partir do mês subsequente àquele em que a receita bruta acumulada da empresa ultrapassar R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), antes de decorridos os primeiros doze meses da operação.

A justificação destaca que oitenta e quatro por cento das empresas brasileiras deixam de funcionar em até dois anos após seu registro na junta comercial, por vários motivos, dentre os quais se destaca a pesada carga tributária nacional. Conclui que o estabelecimento de um parcelamento de tributos federais optativo e dirigido às novas empresas contribuirá para estimular o empreendedorismo e elevar o nível de formalidade da economia, em benefício de toda a sociedade.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II - ANÁLISE

A teor do art. 91, inciso I, cumulado com o art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre proposições pertinentes a tributos, como é o caso, dispensada a competência do Plenário.

O PLS nº 208, de 2010, coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis, quer no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo (art. 61, *caput*, da Constituição Federal – CF), quer quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria (arts. 24, inciso I; 48, *caput* e inciso I; 149, 153 e 195 da CF).

Em relação à juridicidade, a proposição se mostra irretocável, porquanto: *(i)* o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *(ii)* a matéria nela vertida *inova* o ordenamento jurídico; *(iii)* possui o atributo da *generalidade; (iv)* afigura-se dotada de potencial *coercitividade;* e *(v)* revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Na elaboração do PLS foram respeitadas as disposições da LCP nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, relacionadas à técnica legislativa. Contudo, a redação do projeto pode ser aprimorada, o que é feito por meio das três emendas apresentadas ao final e que não lhe afetam o mérito. A primeira emenda explicita, no § 2º do art. 2º do projeto, ser a opção pelo Simples Nacional de que trata o art. 12 da LCP nº 123, de 2006, o critério para desqualificação como empresa nascente. A segunda emenda retira do inciso I do § 4º do art. 3º do projeto a referência a juros moratórios, pois a exigência da taxa Selic integral já pune a mora. A última emenda suprime o § 2º do art. 4º do projeto, por ser dispensável.

A proposição não gera renúncia de receita consoante definido pelo art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Na verdade, a arrecadação continua existindo, havendo apenas um diferimento no recebimento dos tributos por parte da RFB.

O projeto em análise traz uma sistemática de cobrança de tributos inovadora e que merece todo o nosso aplauso. É notório, como bem lembrado pela justificação, o fato de a imensa maioria das empresas brasileiras fracassarem nos dois primeiros anos de sua existência.

Logicamente, são vários os aspectos que levam a esse alto número de insucessos, mas podemos afirmar, sem medo de errar, que o maior culpado é o próprio Estado brasileiro.

Em virtude da histórica burocracia pátria, arraigada culturalmente, da complexidade de nossa legislação, aliadas à desproporcional carga tributária, o nosso Estado aprisiona e sufoca o empresário brasileiro, reconhecido como um dos mais empreendedores do mundo.

Desse modo, possibilitar à nova empresa a opção por parcelamento dos tributos incidentes sobre a sua atividade nos dois primeiros anos de sua existência é uma medida meritória. O projeto, muito bem elaborado, prevê mecanismo, em seu art. 2º, que veda às empresas já existentes o encerramento da atividade com o fim exclusivo de beneficiar-se do novo parcelamento.

É importante ressaltar que o projeto não gera perdas à União e nem aos demais entes federados, pois apenas dá maior fôlego às empresas nascentes, sem conceder isenção, suspensão, remissão ou anistia de tributos. Na realidade, a médio e longo prazos, ao facilitar a consolidação de novas empresas na economia brasileira, o PLS nº 208, de 2010, certamente proporcionará um aumento da base tributária nacional e um incremento da arrecadação.

III - VOTO

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2010, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CAE

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 2º do PLS nº 208, de 2010:

"Art. 2º .....

.....

§ 2º Não se enquadra como empresa nascente, para os fins desta Lei, a pessoa jurídica optante pelo Regime Especial

Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006."

EMENDA Nº 2 – CAE

Dê-se a seguinte redação ao inciso I do § 4º do art. 3º do PLS nº 208, de 2010:

"**Art. 3º** .....

.....

§ 4º. .....

I – até o terceiro mês, consecutivo ou não, incidência sobre as parcelas inadimplidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao do vencimento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado;

....."

EMENDA Nº 3 – CAE

Suprima-se o § 2º do art. 4º do PLS nº 208, de 2010, renumerando-se o § 1º como parágrafo único.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **WELLINGTON DIAS**

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 208, de 2010, de autoria do Senador MARCELO CRIVELLA, que *estabelece regime especial de parcelamento de tributos federais para a empresa nascente*. Essa é definida pela proposição como a pessoa jurídica que atenda, cumulativamente, durante os primeiros vinte e quatro meses a contar do arquivamento dos seus atos constitutivos na junta comercial, os seguintes requisitos (art. 2º):

> 1 – não resulte de fusão, cisão, incorporação, transformação ou sucessão de outra, salvo quando decorrente de alienação judicial em processo de falência ou de filial ou de unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial;
>
> 2 – não tenha como sócio, acionista, administrador, financiador a qualquer título, avalista ou fiador: *(i)* pessoa que tenha figurado como sócio, acionista ou administrador de pessoa jurídica do mesmo ramo de negócio, na mesma unidade da federação, nos dois anos anteriores; *(ii)* cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 4º (quarto) grau, das pessoas referidas anteriormente;
>
> 3 – não tenha pessoa jurídica como sócio ou acionista;
>
> 4 – exerça atividade industrial, comercial, agropecuária ou preste serviços que não sejam de profissões regulamentadas;
>
> 5 – tenha capital nominal igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
>
> 6 – tenha receita bruta não superior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos primeiros doze meses de operação, considerada esta como o produto da venda de bens e serviços, nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

A pessoa jurídica optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata a Lei Complementar (LCP) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, está excluída do conceito de empresa nascente.

O art. 3º do projeto enuncia que os impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) incluídos no parcelamento, regularmente apurados e devidos em cada mês, até o vigésimo quarto mês a partir da data de arquivamento dos seus atos constitutivos na junta comercial, poderão ser opcionalmente pagos em até sessenta meses, não podendo haver parcela inferior a R$ 100,00 (cem reais), sobre a qual incidirá o encargo único equivalente a dez por cento da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente.

A inadimplência de até três parcelas, consecutivas ou não, implica incidência da SELIC e de juros moratórios aplicáveis sobre impostos e contribuições arrecadados pela RFB fora do prazo. A partir do quarto inadimplemento, consecutivo ou não, haverá o vencimento antecipado de todas as parcelas e incidência de todos os acréscimos cominados na legislação para o pagamento fora do prazo dos impostos e contribuições arrecadados pela RFB.

Os seguintes tributos federais estão incluídos no parcelamento: *(i)* Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); *(ii)* Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); *(iii)* Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); *(iv)* Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); *(v)* Contribuição para o PIS/PASEP; *(vi)* Contribuição previdenciária, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Não podem ser parcelados a Contribuição para o PIS/Pasep, a Cofins e o IPI incidentes na importação de bens e serviços.

Dispõe o art. 5º do PLS que o parcelamento deixará de ser aplicado a partir do mês subsequente àquele em que a receita bruta acumulada da empresa ultrapassar R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), antes de decorridos os primeiros doze meses da operação.

O autor da proposição frisa que oitenta e quatro por cento das empresas brasileiras deixam de funcionar em até dois anos após seu registro na junta comercial, por vários motivos, dentre os quais se destaca a pesada carga tributária nacional. Assim, a instituição de um parcelamento de tributos federais optativo e dirigido às novas empresas contribuirá para estimular o empreendedorismo e elevar o nível de formalidade da economia, em benefício de toda a sociedade.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II - ANÁLISE

Cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre proposições pertinentes a tributos, como é o caso, dispensada a competência do Plenário, tudo a teor do art. 91, inciso I, cumulado com o art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O PLS nº 208, de 2010, coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo (art. 61, *caput*, da Constituição Federal – CF) e à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria (arts. 24, inciso I; 48, *caput* e inciso I; 149, 153 e 195 da CF). Foram observadas as normas regimentais. Além disso, o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado; a matéria vertida na proposição inova o ordenamento jurídico; o PLS possui o atributo da generalidade e afigura-se dotado de potencial coercitividade.

Na elaboração do PLS foram respeitadas as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, relacionadas à técnica legislativa.

Quanto à renúncia de receita, consoante definido pelo art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), entendemos que o PLS não se encontra adequado. Segundo esse dispositivo, renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

De acordo com o art. 14 da LRF, as proposições que concedam ou ampliem incentivos ou benefícios de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita devem estar acompanhadas da estimativa do impacto orçamentário-financeiro da norma no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, bem como atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias (LDO). Além disso, devem cumprir ao menos uma das exigências postas pelo citado art. 14.

Segundo essas exigências, ou o proponente demonstra que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afeta as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO, ou a proposição deve ser necessariamente acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributo. Nesse último caso, o benefício só pode entrar em vigor quando implementadas tais medidas compensatórias.

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados rejeitou proposições oriundas do Senado Federal sob fundamento de inexistir a estimativa da renúncia fiscal exigida pela LRF. A questão, inclusive, é objeto de enunciado da CFT:

> **SÚMULA – CFT nº 1/08**
>
> É incompatível e inadequada a proposição, inclusive em caráter autorizativo, que, conflitando com as normas da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – deixe de apresentar a estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro, bem como a respectiva compensação.

No presente caso, fica clara a renúncia de receita, tendo em vista o tratamento tributário mais benéfico concedido a um grupo determinado de contribuintes pelo art. 3º do PLS, que ainda prevê a incidência, sobre os valores parcelados, de encargo único equivalente a dez por cento da Selic, ou seja, montante bem inferior ao exigido, por exemplo, pela Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que enuncia as normas gerais de parcelamento dos débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional. Efetivamente, o art. 13 dessa norma determina que o valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação do débito até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Dessa forma, perfilhamos o entendimento já sumulado pela CFT da Câmara dos Deputados e consideramos o PLS nº 208, de 2010, incompatível e inadequado do ponto de vista orçamentário-financeiro, por deixar de apresentar a estimativa da renúncia de receitas e a respectiva compensação.

Não bastasse esse aspecto, já suficiente para a rejeição da proposição, deve ser destacado que o PLS pode acarretar o chamado *risco moral*. Nas palavras do jurista Fábio Ulhoa Coelho, o *risco moral* decorre do estímulo ao erro embutido em toda medida de saneamento de situações caóticas. Um exemplo seria a anistia fiscal, que de tempos em tempos perdoa quem não paga seus impostos e tem como principal objetivo a normalização da situação econômica dos contribuintes alcançados por dificuldades. A medida, no entanto, acaba estimulando a inadimplência de pessoas desprovidas de adequada formação moral. Trata-se de subproduto indesejado das medidas saneadoras, que não preocupa enquanto efeito marginal (Corram, o risco moral vem aí. O Estado de São Paulo. Coluna Espaço Aberto. Publicado em 10 out. 2007).

Nesse sentido, frisamos que o projeto estabelece incentivo insustentável, que estimula a inadimplência e o não pagamento de tributos nos dois primeiros anos de atividade, além de não prever de maneira clara as consequências para o descumprimento dos requisitos de qualificação da empresa nascente.

Portanto, o PLS nº 208, de 2010, apesar de bem intencionado, não deveria ser aprovado por esta Casa.

III - VOTO

Diante do exposto acima, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2010.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 201, de 2013**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2012**.

É o seguinte o Ofício:

OF. Nº 201/2013/CAE

Brasília, 13 de agosto de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 391 de 2012, que "altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica de direito privado, que empregue pessoa portadora de necessidades especiais e dá outras providências".

Atenciosamente, – Senador **Lindbergh Farias** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos**.**

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com referência ao **Ofício nº 201, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2012**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 231, de 2013**, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2011**.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 231/2013-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 14 de agosto de 2013

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, com a Emenda nº 1-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2011, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para autorizar o Poder Público a definir padrões mínimos de salubridade e conforto nos vôos comerciais", de autoria do Senador Cyro Miranda.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com referência ao **Ofício nº 231, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2011**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 198 e 203, de 2013**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que comunicam a apreciação, em caráter terminativo, dos **Projetos de Lei do Senado nºs 355 e 402, de 2012**, respectivamente.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 198/2013/CAE

Brasília, 13 de agosto de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 355 de 2012, que "Aumenta o limite para vendas isentas de tributos em lojas francas", com a Emenda nº 1-CAE.

Atenciosamente, – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 203/2013/CAE

Brasília, 13 de agosto de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 402 de 2012, que "Altera os arts. 5º, 13 e 15 da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, para promover a concorrência de preços e condições de atendimento pós-venda na comercialização de veículos automotores de via terrestre".

Atenciosamente, – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com referência aos **Ofícios nºs 198 e 203, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 355 e 402, de 2012**, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 199, de 2013**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando a deliberação pela declaração de prejudicialidade do **Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2010**.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 199/2013/CAE

Brasília, 13 de agosto de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 325 de 2010, que "Altera o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para introduzir critério de reajuste anual de seu valor".

Atenciosamente, – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com referência ao **Ofício nº 199, de 2013**, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarada prejudicada, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – A Presidência recebeu, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o **Ofício nº 200, de 2013**, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2010**.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 200/2013/CAE

Brasília, 13 de agosto de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 208 de 2010, que "Estabelece regime especial de parcelamento de tributos federais para a empresa nascente".

Atenciosamente, – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com referência ao **Ofício nº 200, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – A Presidência comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 17 de agosto do corrente, para edição do decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 608, de 2013**, cujo prazo integral de vigência expirou em 28 de junho de 2013.

Comunica, ainda, a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – A Presidência comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 18 de agosto do corrente, para edição do decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 607, de 2013**, cujo prazo integral de vigência expirou em 19 de junho de 2013.

Comunica, ainda, a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Não havendo mais nada a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que será realizada sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com a Ordem do Dia previamente designada.

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2012 – COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 823, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2012-Complementar (nº 362/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera dispositivo da Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra – e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 598 e 599, de 2013, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Waldemir Moka, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CRA (Substitutivo), que oferece.

2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 46, DE 2013
(Em urgência, nos termos do Requerimento nº 911, de 2013 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2013 (nº 2.729/2011, na Casa de origem, do Deputado Mendonça Filho), que *dispõe sobre a redução a 0% (zero por cento) das alíquotas das Contribuições Sociais para o PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte municipal local.*

Pendente de pareceres das Comissões de Serviços de Infraestrutura; e de Assuntos Econômicos.

3
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal. (Paraná)*

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 46, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012)
(Calendário Especial – Requerimento nº 809, de 2013)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.*

Pendente de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta.

6
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 61, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012)
(Calendário Especial – Requerimento nº 809, de 2013)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*

Pendente de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta

7
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2013

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.*

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

8
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2010

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.*
Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

9
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 45, DE 2009
(Calendário Especial – Requerimento nº 875, de 2013)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Renato Casagrande, que *acrescenta o inciso XXIII ao art. 37 da Constituição Federal, dispondo sobre as atividades do sistema de controle interno.*
Parecer nº 358, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008 (nº 7.299/2006, na Casa de origem, do deputado Beto Albuquerque), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona.*
Parecer sob nº 457, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CI, de redação, que apresenta.

11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 38, DE 2013

Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2013 (nº 567/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, celebrado em Brasília, em 26 de abril de 2010.*
Parecer favorável, sob nº 837, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 39, DE 2013

Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2013 (nº 333/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Lesoto, celebrado em Brasília, em 8 de setembro de 2010.*
Parecer favorável, sob nº 838, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Aníbal Diniz.

13
PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 8, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 8, de 2011, do Senador Roberto Requião, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal para disciplinar a apreciação da escolha de autoridades pelas comissões.*
Parecer sob nº 751, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Taques, favorável com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

14
REQUERIMENTO
Nº 835, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimentos nº 835, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).*

15
REQUERIMENTO
Nº 836, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 836, de 2013, do Senador Wilder Morais, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs*

108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).

16
REQUERIMENTO
Nº 849, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 849, de 2013, do Senador Ciro Nogueira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Relações Exteriores e Defesa Nacional (proíbe a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica).*

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 12 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão
Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais
Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Morais** (S)

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28
PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia. . . . . PP/RS
Benedito de Lira. . . . . PP/AL
Casildo Maldaner. . . . . PMDB/SC
Ciro Nogueira. . . . . PP/PI
Clésio Andrade. . . . . PMDB/MG
Eduardo Braga. . . . . PMDB/AM
Eunício Oliveira. . . . . PMDB/CE
Francisco Dornelles. . . . . PP/RJ
Garibaldi Alves. . . . . PMDB/RN
Ivo Cassol. . . . . PP/RO
Jader Barbalho. . . . . PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos. . . . . PMDB/PE
João Alberto Souza. . . . . PMDB/MA
José Sarney. . . . . PMDB/AP
Kátia Abreu. . . . . PSD/TO
Lobão Filho. . . . . PMDB/MA
Luiz Henrique. . . . . PMDB/SC
Paulo Davim. . . . . PV/RN
Pedro Simon. . . . . PMDB/RS
Renan Calheiros. . . . . PMDB/AL
Ricardo Ferraço. . . . . PMDB/ES
Roberto Requião. . . . . PMDB/PR
Romero Jucá. . . . . PMDB/RR
Sérgio Petecão. . . . . PSD/AC
Sérgio Souza. . . . . PMDB/PR
Valdir Raupp. . . . . PMDB/RO
Vital do Rêgo. . . . . PMDB/PB
Waldemir Moka. . . . . PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 24
PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2
PSOL-1

Acir Gurgacz. . . . . PDT/RO
Ana Rita. . . . . PT/ES
Angela Portela. . . . . PT/RR
Anibal Diniz. . . . . PT/AC
Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB/SE
Cristovam Buarque. . . . . PDT/DF
Delcídio do Amaral. . . . . PT/MS
Eduardo Suplicy. . . . . PT/SP
Humberto Costa. . . . . PT/PE
Inácio Arruda. . . . . PCdoB/CE
João Capiberibe. . . . . PSB/AP
João Durval. . . . . PDT/BA
Jorge Viana. . . . . PT/AC
José Pimentel. . . . . PT/CE
Lídice da Mata. . . . . PSB/BA
Lindbergh Farias. . . . . PT/RJ
Paulo Paim. . . . . PT/RS
Pedro Taques. . . . . PDT/MT
Randolfe Rodrigues. . . . . PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg. . . . . PSB/DF
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB/AM
Walter Pinheiro. . . . . PT/BA
Wellington Dias. . . . . PT/PI
Zeze Perrella. . . . . PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 15
PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves. . . . . PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB/SP
Alvaro Dias. . . . . PSDB/PR
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB/PB
Cícero Lucena. . . . . PSDB/PB
Cyro Miranda. . . . . PSDB/GO
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB/PA
Jayme Campos. . . . . DEM/MT
José Agripino. . . . . DEM/RN
Lúcia Vânia. . . . . PSDB/GO
Maria do Carmo Alves. . . . . DEM/SE
Mário Couto. . . . . PSDB/PA
Paulo Bauer. . . . . PSDB/SC
Ruben Figueiró. . . . . PSDB/MS
Wilder Morais. . . . . DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 14
PTB-6 / PR-6 / PSC-1 / PRB-1

Alfredo Nascimento. . . . . PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues. . . . . PR/SP
Armando Monteiro. . . . . PTB/PE
Blairo Maggi. . . . . PR/MT
Eduardo Amorim. . . . . PSC/SE
Eduardo Lopes. . . . . PRB/RJ
Epitácio Cafeteira. . . . . PTB/MA
Fernando Collor. . . . . PTB/AL
Gim. . . . . PTB/DF
João Ribeiro. . . . . PR/TO
João Vicente Claudino. . . . . PTB/PI
Magno Malta. . . . . PR/ES
Mozarildo Cavalcanti. . . . . PTB/RR
Vicentinho Alves. . . . . PR/TO

Bloco Parlamentar da Maioria.	28
Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	14
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)
Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)
Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)
Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)
Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)
Gim* (Bloco-PTB-DF)
Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)
Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)
Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)
Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)
Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)
João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)
João Durval* (Bloco-PDT-BA)
João Ribeiro** (Bloco-PR-TO)
João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)
Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)
José Agripino** (Bloco-DEM-RN)
José Pimentel** (Bloco-PT-CE)
José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)
Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)
Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)
Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)
Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)
Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves** (Bloco-PR-TO)
Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Wilder Morais** (Bloco-DEM-GO)
Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 2

Sérgio Petecão (84,87)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,60,85)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)
Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Líder do PR - 6

Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)

.....

Líder do PT - 12

Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PCdoB - 2

Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PCdoB
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 11

Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (28,106)

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.

2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1° e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011,lido na sessão do dia 1° de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento n° 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. n° 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4 ° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. n° 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. n° 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem n° 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2° Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB n° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1° Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2° Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4°, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. n° 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. n° 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. n° 71/2013-GLDBAG).

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 10/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
	1.
	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)

Senador José Pimentel (PT) (1)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012
Designação: 28/02/2012

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)
Senador Paulo Paim (PT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)
Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)
Senadora Ana Amélia (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:
1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Ségio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. n° 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. n° 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. n° 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012
Designação: 04/04/2012
Instalação: 13/11/2012
Prazo final: 22/12/2012
Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) (3)	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) (3)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (4)	1. Senador Benedito de Lira (PP) (4)
Senador Paulo Davim (PV) (4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) (1)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (5)

Notas:
*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).
***. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.
1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).
5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

Designação: 17/07/2012
Instalação: 08/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 28/11/2012
Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 11/02/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 26/02/2013
Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) (4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (2)	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO (12)
	4. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) (7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. VAGO (6,10,11,13)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:
*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

**. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).
***. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).
*****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.
******. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.
*******. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.
1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).
2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).
3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios Nºs 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).
4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 135/2012-GLDBAG).
6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).
7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).
10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).
13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

5) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (7)

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012
Designação: 17/04/2012
Prazo final: 12/06/2013
Prazo prorrogado: 10/09/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) (2,4)
Senador Paulo Davim (PV) (2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) (5,6)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (1)

Notas:
*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
**. Em 11.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 561, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.
****. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.**
1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.
4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).
5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).
6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).
7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues martins
Telefone(s): 061 33033501
Fax: 061 33031176
E-mail: sscepi@ssenado.leg.br

6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012
Instalação: 30/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013
Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013
Parecer Final da Comissão - prazo final: 28/11/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO (7)
VAGO (9)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) (2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) (6)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO (8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) (1,3,4)	

Notas:
*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

******. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
*******. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
********. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1° a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
*********. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
**********. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
***********. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
************. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
*************. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 61 33033514
Fax: 61 33031176

7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti
RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes (1)

Designação: 22/11/2012
Instalação: 04/04/2013
Prazo final: 02/06/2013
Prazo prorrogado: 30/09/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti
Gamil Föppel El Hireche
Carlos Pessoa de Aquino
Edemundo Dias de Oliveira Filho
Denis de Oliveira Praça
Maria Tereza Uille Gomes
Marcellus Ugiette
Roberto Charles de Menezes Dias
Técio Lins e Silva
Luís Alexandre Rassi
Sergio Alexandre Meneses Habib
Marco Aurélio Belizze
Maurício Kuehne
Augusto Eduardo de Souza Rossini
Luciano Losekann
Nídea Rita Coltro Sorci

Notas:
*. Em 29.05.2013, foi aprovado o Requerimento nº 476, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias; e amplia em 5 o quantitativo de vagas da Comissão.
. **Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.
1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO
Telefone(s): 33033492
Fax: 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012
Instalação: 03/04/2013
Prazo final: 30/09/2013

MEMBROS

Luis Felipe Salomão
Marco Maciel
José Antônio Fichtner
Caio Cesar Rocha
José Rogério Cruz e Tucci
Marcelo Rossi Nobre
Francisco Antunes Maciel Müssnich
Tatiana Lacerda Prazeres
Adriana Braghetta
Carlos Alberto Carmona
Eleonora Coelho
Pedro Paulo Guerra de Medeiros
Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski
Francisco Maia Neto
Ellen Gracie Northfleet
André Chateubriand Pereira Diniz Martins
José Roberto de Castro Neves
Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira
Walton Alencar Rodrigues
Roberta Maria Rangel
Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim
Adacir Reis

Notas:
*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.
**. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.
***. Em 17.04.2013, aprovado o Requerimento nº 262, de 2013, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão.
****. Em 07.05.2013, aprovado o Requerimento nº 355, de 2013, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão.
*****. **Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.**

9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) (7)

Aprovação do Requerimento: 28/11/2012
Instalação: 17/04/2013
Prazo final: 16/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) (4)	1. Senador Ivo Cassol (PP) (4)
Senador Roberto Requião (PMDB) (6)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) (1)	1. VAGO (1,3,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
VAGO (5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) (2)

Notas:

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão(Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Of. nº 152/2013-GLPMDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).
8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).
9. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33031176
E-mail: sscepi@senado.leg.br

10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio de Noronha
VICE-PRESIDENTE: Alfredo de Assis Gonçalves Neto
RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013
Prazo final: 03/11/2013

MEMBROS
João Otávio de Noronha
Fábio Ulhoa Coelho
Alfredo de Assis Gonçalves Neto
Arnoldo Wald
Bruno Dantas Nascimento
Cleantho de Moura Rizzo Neto
Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho
Daniel Beltrão de Rossiter Correia
Eduardo Montenegro Serur
Felipe Lückmann Fabro
Jairo Saddi
Marcelo Guedes Nunes
Márcio Souza Guimarães
Newton de Lucca
Osmar Brina Corrêa-Lima
Paulo de Moraes Penalva Santos
Ricardo Lupion Garcia
Tiago Asfor Rocha Lima
Uinie Caminha

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 13, de 2013

PRAZOS

Notas:
***. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.**

11) CT - MODERNIZAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI Nº 8.666/1993)

Finalidade: Atualizar e modernizar a Lei n° 8.666, de 21 de junho, de 1993, no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Ato do Presidente n° 19, de 2013)

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
RELATOR: Senadora Kátia Abreu (PSD-TO)
RELATOR REVISOR: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

Ato do Presidente do Senado Federal: 28/05/2013
Instalação: 13/06/2013
Prazo final: 12/08/2013
Prazo final prorrogado: 11/10/2013

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senadora Kátia Abreu (PSD)
Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Eduardo Suplicy (PT)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Armando Monteiro (PTB)
Senador Wilder Morais (DEM)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 19, de 2013

PRAZOS

Notas:
*. Em 13.06.2013, ocorreu a instalação da Comissão, nos termos do Of. 001/2013-CTLICON.
**. Em 2.7.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 28, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 60 dias.
***. Prazos recontados, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins
Telefone(s): 61 33033501
Fax: 61 33031176
E-mail: sscepi@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (58)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (68,13)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (9,10)	3. Anibal Diniz (PT) (41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (57)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) (34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) (8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Eduardo Braga (PMDB) (60)	1. Casildo Maldaner (PMDB) (60)
Sérgio Souza (PMDB) (60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (17,22,60)
Valdir Raupp (PMDB) (36,37,49,50,60,73)	3. VAGO (60)
Roberto Requião (PMDB) (60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) (60)	5. Waldemir Moka (PMDB) (60)
Romero Jucá (PMDB) (60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) (3,7,16,26,27,60)
Luiz Henrique (PMDB) (60)	7. Ana Amélia (PP) (60)
Ivo Cassol (PP) (60)	8. Ciro Nogueira (PP) (60)
Francisco Dornelles (PP) (11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) (5,60)
Kátia Abreu (PSD) (23,25,43,44,55,59,60)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) (56)	2. Aécio Neves (PSDB) (2,56)
Alvaro Dias (PSDB) (56)	3. Paulo Bauer (PSDB) (56)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (30,31,32)
Jayme Campos (DEM) (30)	5. Wilder Morais (DEM) (4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (45,29)	
Armando Monteiro (PTB) (67)	1. Gim (PTB) (67,74)
João Vicente Claudino (PTB) (67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) (48,67,75,78)

Blairo Maggi (PR) (26,27,28,53,67)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,67,71,72,76)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)	4. Vicentinho Alves (PR) (21,67,77)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) (1)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:
1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)
2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (1)	
Delcídio do Amaral (PT) (5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Benedito de Lira (PP) (8)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (7)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como mebro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:
**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como mebro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:
1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).
*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (36)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (8,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) (26)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) (18)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Waldemir Moka (PMDB) (23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) (6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) (2,23,35,37)	2. VAGO (23,30,35,49)
Casildo Maldaner (PMDB) (3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) (23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) (23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) (23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) (23,30,35)
Ana Amélia (PP) (14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) (10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) (23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) (23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (34)	1. Aécio Neves (PSDB) (34)
Lúcia Vânia (PSDB) (34)	2. Cyro Miranda (PSDB) (9,11,13,34)
José Agripino (DEM) (7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) (34)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) (41)
Eduardo Amorim (PSC) (1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) (24,41)
Vicentinho Alves (PR) (28,29,32,39,41,47,48)	3. VAGO (19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
*********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).
18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.
24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).
25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).
26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão(OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 192/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:
1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).
*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
**. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (78)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (78)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (23,83)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (88,90,9)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (76,7,9)
Anibal Diniz (PT) (75,6)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (79,8)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (87)	8. Lindbergh Farias (PT) (92,94)
Eduardo Suplicy (PT) (88)	9. Wellington Dias (PT) (93)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (38)	
Eduardo Braga (PMDB) (77,39,50)	1. Ciro Nogueira (PP) (77,95,99,2,4,16,20,27,39,50)
Vital do Rêgo (PMDB) (77,1,15,39,50)	2. Roberto Requião (PMDB) (77,3,16,36,39,46,50)
Pedro Simon (PMDB) (77,39,50)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (77,13,16,39,50,52,53,63,64)
Sérgio Souza (PMDB) (77,39,50)	4. Clésio Andrade (PMDB) (77,14,16,39,50)
Luiz Henrique (PMDB) (77,20,39,50)	5. Valdir Raupp (PMDB) (77,39)
Eunício Oliveira (PMDB) (77,26,39)	6. Benedito de Lira (PP) (77,39)
Francisco Dornelles (PP) (77,39)	7. Waldemir Moka (PMDB) (77,39)
Sérgio Petecão (PSD) (70,73,74,77,40,41,43)	8. Kátia Abreu (PSD) (73,74,77,29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69)
Romero Jucá (PMDB) (95)	9. Paulo Davim (PV) (89,96,97,98)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (71,22)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (71,72,100,101)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (71,86,11)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (86)	5. Cyro Miranda (PSDB) (86,101)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (38,59)	
Armando Monteiro (PTB) (82)	1. Gim (PTB) (81,82,5,45,65)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (82,84,85,62)	2. Eduardo Amorim (PSC) (80,82,10,45)
Magno Malta (PR) (82)	3. Blairo Maggi (PR) (82,19,21,34,35,66,67)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (82)	4. Vicentinho Alves (PR) (82,91,47,48)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

**********. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à propocionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão(OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga,, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
84. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
85. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 81/2013-BLUFOR).
86. Em 18.04.2013. o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
87. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
88. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
89. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
90. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
91. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
92. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
93. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
94. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
95. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
96. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
97. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
99. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
100. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
101. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão(Ofício nº 158/2013-GLPSDB).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO (2)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (1)	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (63)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (63)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (15,68)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PCdoB)	8. João Capiberibe (PSB) (30)
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (39)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (60,41)	1. Eduardo Braga (PMDB) (60,2,19,41,44)
Roberto Requião (PMDB) (60,26,27,28,38,41)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (54,60,41,44)
Romero Jucá (PMDB) (60,6,12,25,41)	3. Valdir Raupp (PMDB) (60,41)
João Alberto Souza (PMDB) (60,29,31,37,41)	4. Luiz Henrique (PMDB) (60,41,44)
VAGO (60,74,17,41)	5. Pedro Simon (PMDB) (75,41,44)
Ana Amélia (PP) (60,41,44)	6. VAGO (20,41,44)
Benedito de Lira (PP) (53,60,41,44,45,46,52)	7. VAGO (10,41)
Ciro Nogueira (PP) (60,41,44)	8. (41)
Kátia Abreu (PSD) (60,41,44)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (59,3)	1. Cícero Lucena (PSDB) (59,32)
Alvaro Dias (PSDB) (59,14,22)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (59,70,5)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (59,4)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (59,18,51)
José Agripino (DEM) (7)	5. VAGO (59,61,62,76,8,42,43)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (39,48)	
Armando Monteiro (PTB) (66)	1. Eduardo Amorim (PSC) (55,64,66)
VAGO (66,71,72,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) (66,67,1,40)
VAGO (66,11,24)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (57,66,73,34,35)
VAGO (58,66,24)	4. VAGO (56,65,66,49,50)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
************. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. n° 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. n° 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. n° 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND n° 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. n° 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício n° 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. n° 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. n° 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. n°s 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. n° 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1° suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (58)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (11,64)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (63,67)
Acir Gurgacz (PDT) (8,12,35,36,43,44)	2. Delcídio do Amaral (PT) (3)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) (60)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (33)	
Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) (37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) (16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) (17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) (14,55,61,68)
Ivo Cassol (PP) (55)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) (9,10,19,21,55)	6. VAGO (6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) (50,52,72,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (50,54)
José Agripino (DEM) (15,23,24)	3. VAGO (23,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (33,40)	
Blairo Maggi (PR) (1,22,46,59,65)	1. Gim (PTB) (2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) (41,42,49,51,59,65)	2. VAGO (39,59,65,69,70,71)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Armando Monteiro (PTB) (65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. n° 046/2011 - GLPTB / OF. n° 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. n° 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. n° 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. n° 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. n° 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF n° 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS n°s 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. n° 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. n° 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of n° 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. n° 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of n° 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF n° 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício n° 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. n°. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício n° 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Ofício n° 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. n° 27/2013-BLUFOR).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR n° 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares(Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF n° 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	2. VAGO (4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (5,14)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (18)
VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)
RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (5,1)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Sérgio Souza (PMDB) (7)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (6)	
Blairo Maggi (PR) (7,12,3)	1. Eduardo Amorim (PSC) (7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPMDB).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)
RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (13)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Jorge Viana (PT) (6)	1. Anibal Diniz (PT) (6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO (14)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Sérgio Souza (PMDB) (1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) (10)
Valdir Raupp (PMDB) (11)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (8)	
Blairo Maggi (PR) (5,9,12)	1. VAGO (14)

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.
14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (1)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
VAGO (2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:
1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).
4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (60)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (60)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (10,37,38)	6. Lídice da Mata (PSB) (21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (41)	
VAGO (58,67)	1. Roberto Requião (PMDB) (25,32,58,6,8)
VAGO (11,27,28,29,40,58,70,2)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO (16,30,58,62)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (18,58)	5. VAGO (11)
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (15,34,44,61,71,3,7)	1. VAGO (22,57,5)
VAGO (4)	2. VAGO (56)
VAGO (17,35,43,52)	3. Wilder Morais (DEM) (46)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (41,49)	
Magno Malta (PR) (54,65,1)	1. VAGO (45,53,65)
Gim (PTB) (9,42,64,65,69)	2. VAGO (63,65)
VAGO (65)	3. VAGO (48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
********. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
************. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabiperibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:
1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1.

Notas:
1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.
***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:
1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1.

Notas:
1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. n° 64/2013-CDH).
2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).
3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (41)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (41)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (48,7)	
Jorge Viana (PT) (43)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) (49,43,44)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) (3)
Anibal Diniz (PT) (5,8,9,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) (17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (16)
Lídice da Mata (PSB) (42)	6. João Capiberibe (PSB) (15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40)	1. Sérgio Souza (PMDB) (40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (40)	2. João Alberto Souza (PMDB) (40)
Pedro Simon (PMDB) (23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) (40)
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	4. Romero Jucá (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (40)	5. Ana Amélia (PP) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	6. Sérgio Petecão (PSD) (12,13,14,21,28,32,33,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) (38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (38)
Paulo Bauer (PSDB) (2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (38)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) (10,30,45)
Cyro Miranda (PSDB) (50)	4. Cícero Lucena (PSDB) (53)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (47,51,52)	1. Gim (PTB) (47,34,46)
Fernando Collor (PTB) (47,31)	2. Eduardo Amorim (PSC) (47,1)
Magno Malta (PR) (47,25,26,35,36)	3. Armando Monteiro (PTB) (47,54,19,20,37)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. 14/2013-GLDEM).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamnto da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) (1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (13)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (52)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (52)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (8,59)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (19,20)
Acir Gurgacz (PDT) (30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (18)	6. Lídice da Mata (PSB) (67)
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (24)	
Clésio Andrade (PMDB) (25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,3,10,25,54)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) (11,21,22,25,54)
Jader Barbalho (PMDB) (25,64,54)	6. Ivo Cassol (PP) (25,54)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) (26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PSD) (5,6,12,14,26,27,29,50,53,54)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (65,51,55)	1. Aécio Neves (PSDB) (51)
Flexa Ribeiro (PSDB) (51)	2. Alvaro Dias (PSDB) (51)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. VAGO (4,7,61,51)
Wilder Morais (DEM) (28,36)	4. Jayme Campos (DEM) (28,37)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (24,40)	
Fernando Collor (PTB) (60)	1. Gim (PTB) (60)
Blairo Maggi (PR) (60,35,45,57)	2. VAGO (60,66)
Vicentinho Alves (PR) (60,62,63,34)	3. Eduardo Amorim (PSC) (60,41,42,48,56)
Alfredo Nascimento (PR) (60)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (60)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).
23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (OF. GLPMDB nº 114/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 86/2013-BLUFOR)
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 134/2013-GLPSDB)
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg(Of. nº 112/2013-GLDBAG).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:
1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).
10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
**. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:
*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como mebro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (46)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) (46)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (10,49)	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (44)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43)	2. Zeze Perrella (PDT) (7,11)
Inácio Arruda (PCdoB) (45)	3. Walter Pinheiro (PT) (2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Romero Jucá (PMDB) (42)	1. Eduardo Braga (PMDB) (14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) (20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (42)
Ana Amélia (PP) (42)	3. João Alberto Souza (PMDB) (3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) (15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) (26,42)
Benedito de Lira (PP) (42)	5. VAGO (8,9,16,18)
Kátia Abreu (PSD) (42)	6. VAGO (23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) (41)
Ruben Figueiró (PSDB) (41)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) (4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (29,36)	
Armando Monteiro (PTB) (40,48,50)	1. VAGO (50)
VAGO (30,50,51,52,55)	2. VAGO (50)
Vicentinho Alves (PR) (50,53,54)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel(Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 87/2013-BLUFOR)
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (1)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (3,4,5,7,8)	

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB n° 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. N° 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (4)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. VAGO (10,11)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (9)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (6)
VAGO (5)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1°.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício n° 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (64)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (64)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (7,10,22,23,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (37)	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) (62)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Sérgio Petecão (PSD) (17,62)
Kátia Abreu (PSD) (31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (32,43,44,58,59,61,63)
Waldemir Moka (PMDB) (24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (37,45)	
Gim (PTB) (1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) (24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. n° 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).
69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (34)

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) (34)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (38,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) (32)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (10,12)
João Capiberibe (PSB) (8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) (40)	5. Eduardo Lopes (PRB) (1,19,20)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (21)	
Lobão Filho (PMDB) (31)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) (22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (31)
Valdir Raupp (PMDB) (31)	3. Ivo Cassol (PP) (31)
Luiz Henrique (PMDB) (31,36)	4. Benedito de Lira (PP) (26,31)
Ciro Nogueira (PP) (31)	5. Sérgio Souza (PMDB) (5,6,13,15,35)
Sérgio Petecão (PSD) (31)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (30,37)	1. VAGO (30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) (30)	2. Cícero Lucena (PSDB) (30)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (21,24)	
Gim (PTB) (25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (39)
Alfredo Nascimento (PR) (3,16,39)	2. VAGO (16,29,39)
Eduardo Amorim (PSC) (39)	3. (39)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
************. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria(Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira(Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda(Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:
1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).
*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013
5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)
VAGO

Atualização: 03/04/2013

Notas:
*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.
1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) (1)	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:
1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013

Notas:
1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260
E-mail:scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 11/02/2011
5ª Designação: 11/03/2013
6ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB

Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:
1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258
E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (2)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:
1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO (2)
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
VAGO
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandado, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:
1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (2)

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
Blairo Maggi (MT)
PSD
Kátia Abreu (TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)
Representante da sociedade civil organizada
André Lima (3)
Pesquisador com produção científica relevante
Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles (3)
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
Rui Carlos Ottoni (3)

Atualização: 11/07/2013

Notas:
1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB n° 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.n° 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303.5258 **Fax:**3303.5260
E-mail:scop@senado.gov.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL

(Resolução nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PTB
PP
PDT
PSB
DEM
PR
PSD
PCdoB
PV
PRB
PSC
PSOL

Atualização: 15/08/2013

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados [2]

COMPOSIÇÃO [3]

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)[8]
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) [8]
2º Vice-Presidente: [8 e 9]
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) [8]

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. [6]
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES)[5]
[7 e 9]	2. [5 e 7]
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) [5]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB)[4]
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.
4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.
5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.
6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.
7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.
8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.
9- O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Genecias Noronha (PMDB/CE)[7]
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA)[4]
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO)[4]
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) [2]
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) [3]
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) [5]
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP)[8]
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) [6]	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR) [9]
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB [1]	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
5-Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
6-Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.
8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.
9- Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905
E-mail: cmo@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Morais (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PSD/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Airton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Morais (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	Homero Pereira (PSD/MT)
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados [21]

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin [15, 20 e 27]
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro [15, 20 e 27]
Relator: Deputado Sarney Filho [16, 20 e 27]

Instalação: 27-2-2013 [15, 20 e 27]

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Jorge Viana (PT/AC) [7]	1. Wellington Dias (PT/PI) [7]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [7, 13 e 17]	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) [7]
Blairo Maggi (PR/MT) [7, 23 e 26]	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [7]	4. [7 e 17]
[22]	5. [22]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Sérgio Souza (PMDB/PR) [3, 14 e 29]	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) [3 e 29]
Eduardo Braga (PMDB/AM) [3 e 29]	2. Romero Jucá (PMDB/RR) [3 e 29]
Ciro Nogueira (PP/PI) [3, 11, 12 e 29]	3. [3 e 29]
Sérgio Petecão (PSD/AC) [3, 18 e 29]	4. [3, 19 e 29]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) [2]	1. [2 e 24]
Wilder Morais (DEM/GO) [6, 10 e 25]	2. Jayme Campos (DEM/MT) [6, 10 e 28]
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI) [4 e 29]	1. [8, 9 e 12]
	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [5 e 29]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Magi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício n° 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) [2]	1. [2 19]
Márcio Macêdo (PT/SE) [2]	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) [2]
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) [2, 5 e 6]	1. Colbet Martins (PMDB/BA) [2 e 21]
André Zacharow (PMDB/PR) [2, 9 e 10]	2. Adrian (PMDB/RJ) [10]
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) [14 e 15]	1. [14]
[14]	2. [14]
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) [2, 11 e 13]	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) [2 e 13]
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) [2 e 20]	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) [2 e 20]
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) [2]	1. [2 e 8]
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) [2 e 18]	1. [2, 12 e 18]
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) [2 e 17]	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) [2, 7, 13 e 17]
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) [2]	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) [2]
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Sarney Filho (PV/MA) [2 16]	1.Alfredo Sirkis (PV/RJ) [2 16]
PTB [1]	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) [2 e 3]	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) [4]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
20- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
21- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone: (61) 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados[1]

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB/PP/PSD)**	
Roberto Requião (PMDB/PR)[5]	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB/DEM)**	
Wilder Morais (DEM/GO) [3]	1. Jayme Campos (DEM/MT) [3]
	2.
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB/PR/PSC)**	
	1.
	2.
PSOL[2]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [4]	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrinºno [4]
Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço [4]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA**
José Guimarães (PT/CE)	Eunício Oliveira (PMDB/CE) [1]
LÍDER DA MINORIA	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA**
Nilson Leitão (PSDB/MT)	Mário Couto (PSDB/PA) [2]
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**
Nelson Pellegrino (PT/BA)	Ricardo Ferraço (PMDB/ES) [3]

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:
1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).
4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) [1]	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) [5]	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) [5]
Eunício Oliveira (PMDB/CE) [5]	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) [5]
Clésio Andrade (PMDB/MG) [5]	3. [5 e 11]
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) [1]	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) [2]	1. Pedro Taques (PDT/MT) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [2]	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Paulo Paim (PT/RS) [2 e 7]	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) [7]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) [2]	1. [6 e 10]
Wilder Moraes (DEM/GO) [2 e 6]	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) [3]	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) [3]
Gim (PTB/DF) [3]	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) [3]
PSD [4]	
Sérgio Petecão (PSD/AC) [2]	1. [2, 8, 9 e 12]

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela [1]	1. Geraldo Resende [1]
Luiz Pitiman [1]	2. Sandro Mabel [1]
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto [1]	1. Toninho Pinheiro [1]
DEM	
Augusto Coutinho [1]	1. João Bittar [1]
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Augusto Carvalho [1]	1.
PTB	
	1.

Notas:
1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza [1]
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro [1]
Relator: Senador Romero Jucá [1]

Instalação: 12-3-2013 [1]
Prazo Final: 11-5-2013
Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 [2]
Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 [3]

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:
1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza[1]
Relator: Senador Romero Jucá [2]

Instalação: 2-4-2013 [2]
Prazo Final: 30-9-2013 [4]

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Eduardo Barbosa (PSDB/MG)[3]	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)
[5]	[5]

Notas:
1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.
4 – Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.
5 – Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**PRESIDENTE** Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE André Vargas (PT-PR)	**1ª VICE-PRESIDENTE** Jorge Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN)	**2º VICE-PRESIDENTE** Romero Jucá (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC)	**1º SECRETÁRIO** Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ)	**2º SECRETÁRIO** Angela Portela (PT-RR)
3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	**3º SECRETÁRIO** Ciro Nogueira (PP-PI)
4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS)	**4º SECRETÁRIO** João Vicente Claudino (PTB-PI)
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** Eunício Oliveira (PMDB–CE)
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB-MT)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA** Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Décio Lima (PT/SC)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Vital do Rêgo (PMDB-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL [1]

(13 titulares e 13 suplentes)
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** [2]
Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** [2]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO[3]
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO[4]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004
3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.
2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.
3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.
4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO [1]

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Deputado Newton Lima [2]

Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer [2]

Vice-Presidente: Deputado Renato Molling [2]

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Íris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Urzeni Rocha[3]
Eduardo Azeredo	
Walter Feldman	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Luiza Erundina	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

1-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3-Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.

4-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz [4]
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antonio Carlos Valadares[4]	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Morais	Jayme Campos
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 05.06.2013)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

Edição de hoje: 582 páginas

(OS: 14602/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL